



RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO

VOLUME II - CARATERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO EXISTENTE

MAIO DE 2024

Índice Geral

Índice Geral.....	i
Índice de Quadros.....	viii
Índice de Gráficos.....	xii
Índice de Figuras.....	xiii
Índice de Siglas e Acrónimos.....	xvi
1. Introdução.....	1
2. População e Dinâmica Demográfica.....	3
2.1 Evolução da População.....	3
2.2 Estrutura Etária.....	6
2.3 Níveis de Instrução.....	18
2.4 Análise por Freguesias.....	21
2.5 Projeções Demográficas (2022-2031).....	32
3. Base Económica e Atividades Económicas.....	38
3.1 Estrutura económica, empresarial e de emprego.....	38
3.1.1. Especialização produtiva.....	38
3.1.2. Dinâmica empresarial e de emprego.....	44
3.1.2.1. Distribuição do número de empresas por ramo de atividade.....	45
3.1.2.2. Estrutura dimensional das empresas por atividades económicas.....	46
3.1.3. Evolução entre 2007 e 2013 - elementos de síntese.....	47
3.2 Análise Estratégica setorial.....	51
3.2.1. Cluster Automóvel.....	51
3.2.2. Setor Primário e Agroindústria.....	54
3.2.2.1. Produção Vitivinícola.....	58
3.2.2.2. Produção animal – o peso dos laticínios.....	61
3.2.2.3. Setor primário - Visão síntese.....	62
3.2.3. Turismo e Lazer.....	63
3.3 Recursos estratégicos e fatores de competitividade territorial.....	70
3.3.1. Competências e Conhecimento.....	70
3.3.1.1. Oferta de Formação Escolar.....	70
3.3.1.2. Oferta de entidades formadoras.....	71
3.3.1.3. Serviços às Empresas.....	73
3.3.2. Apoio institucional e cooperação empresarial.....	76
3.4 Fatores de Atratividade.....	79
3.4.1. Infraestruturas económicas.....	79
3.4.2. Oportunidades e Condicionantes de financiamento do investimento.....	85

3.4.3. Análise SWOT da Base Económica, por atividade económica	92
4. Ambiente e Recursos Naturais	97
4.1 Geomorfologia, Geologia e Solos	97
4.2 Hidrografia, Hidrogeologia e Recursos Hídricos	106
4.3 A Paisagem do Município de Palmela	119
4.4 Povoamentos Florestais, Árvores Notáveis e Árvores e Arvoredo de Interesse Público	121
4.4.1. Povoamentos Florestais	121
4.4.2. Árvores Notáveis e Árvores e Arvoredo de Interesse Público	122
4.5 Os Recursos Naturais e a Conservação da Natureza do Município de Palmela	124
4.5.1. Pinhal das Formas	132
4.5.2. Pinhal da Marquesa	138
4.5.3. Pinhal das Espanholas	141
4.5.4. Terra dos Caramelos	142
4.5.5. Montado de Rio Frio	143
4.5.6. Matos acidófilos e Lagoas do Poceirão	144
4.5.7. Pinhais e Montados de Vale de Touros, Vale do Alecrim e Vale de Marmelos	145
4.5.8. Montados de Aires	145
4.5.9. Montados de Águas de Moura	146
4.6 Rede Ecológica Metropolitana - Orientações do PROT-AML	147
4.7 Degradação Ambiental	151
4.8 Mapa de Ruído	152
5. Património Arquitetónico e Arqueológico	154
5.1 Património Arquitetónico	156
5.2 Património Vernacular	160
5.3 Património Arqueológico	166
5.4 Programa Museológico Municipal	172
5.4.1. Museu Municipal	172
5.4.2. Núcleos e Extensões Museológicas Municipais	173
5.4.2.1. Núcleo-Sede - Castelo de Palmela	173
5.4.2.2. Núcleo da Quinta do Anjo	174
5.4.2.3. Núcleo do Pinhal Novo	175
5.4.2.4. Núcleo Museológico da Malária/Museu da Saúde	175
5.4.2.5. Espaço Fortuna Artes e Ofícios/ADREPAL	176
5.4.2.6. Moinhos Vivos/Biosani na Serra do Louro	176
5.4.2.7. Museu do Ovelheiro/ARCOLSA	176
5.4.2.8. Quinta Pedagógica Caramela – Fundação Centro de Ocupação Infantil	177

5.4.2.9. Museu da Música Mecânica	177
5.5 Outras Iniciativas Municipais no Âmbito da Proteção do Património	178
6. Mobilidade e Transportes	180
6.1 Mobilidade da População	181
6.1.1. Mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa	181
6.1.2. Mobilidade Intermunicipal.....	186
6.1.3. Mobilidade Inframunicipal.....	195
6.1.4. Síntese	198
6.2 Transporte Individual e Acessibilidades Rodoviárias	200
6.2.1. Evolução da Taxa de Motorização	200
6.2.2. Acessibilidades Rodoviárias.....	201
6.2.3. Hierarquia da Rede Rodoviária	203
6.2.3.1. Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais – IP).....	203
6.2.3.3. Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais – EN) sob jurisdição da IP	204
6.2.3.4. Estradas Regionais sob a jurisdição da IP	204
6.2.3.5. Estradas Nacionais Desclassificada sob a jurisdição da IP	204
6.2.4. Indicadores de Acessibilidade	205
6.2.5. Caraterização da Procura	207
6.3 Transporte Público	209
6.3.1. Transporte Ferroviário.....	209
6.3.1.1. Rede Ferroviária.....	209
6.3.1.2. Caraterização da Oferta	216
6.3.2. Transporte Rodoviário.....	227
6.3.2.1. Transporte Interurbano.....	227
6.3.2.2. Transporte urbano.....	241
6.3.2.3. Paragens de Transportes Públicos Coletivos Rodoviários	243
6.3.2.4. Táxis.....	246
6.4 Rede de Percursos Cicláveis.....	249
6.5 Acessibilidade, mobilidade e circulação sem barreiras físicas a edifícios e espaço público.....	252
7. Equipamentos Coletivos Existentes	253
7.1 Equipamentos de Educação e Ensino.....	254
7.2 Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social	257
7.2.1. Equipamentos Sociais de apoio às Crianças e Jovens.....	257
7.2.2. Equipamentos Sociais de apoio às Pessoas Idosas	258
7.2.3. Equipamentos Sociais de apoio às Pessoas com deficiência.....	260
7.2.4. Outros Equipamentos Sociais de apoio à Família e Comunidade	260

7.3	Equipamentos de Saúde	261
7.3.1.	Unidades de Saúde Familiar	261
7.3.1.	Farmácias.....	263
7.4	Equipamentos de Desporto e Lazer	265
7.4.1.	Campos de Jogos e Polidesportivos	265
7.4.2.	Pavilhões e Centros de Animação Local.....	267
7.4.3.	Piscinas	268
7.4.3.	Espaços de Jogo e Recreio, Ginásios e outras tipologias de equipamentos de desporto e lazer.....	268
7.5	Equipamentos de Cultura	270
7.6	Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil	272
7.7	Outras tipologias de Equipamentos.....	273
8.	Infraestruturas Urbanas	274
8.1	Abastecimento de Água	275
8.1.1.	Generalidades	275
8.2.2.	Sistemas de Abastecimento de Água	279
8.1.2.1.	Palmela	279
8.1.2.2.	Pinhal Novo	280
8.1.2.3.	Quinta do Anjo/Cabanas	281
8.1.2.4.	Biscaia/Brejos do Assa/Aires	282
8.1.2.5.	AutoEuropa/Marquesas.....	283
8.1.2.6.	Poçoirão	283
8.1.2.7.	Águas de Moura	284
8.1.2.7.	Carrascas	284
8.1.2.8.	Lagoinha.....	284
8.1.2.9.	Cajados Sul	285
8.1.2.10.	Forninho	285
8.1.2.11.	Asseiceira.....	285
8.1.2.12.	Agualva de Cima	286
8.1.2.13.	Fernando Pó.....	286
8.1.2.14.	Lau/Cajados/Lagameças.....	286
8.1.2.15.	Golfe do Montado	286
8.1.2.16.	Aldeia Nova da Aroeira	287
8.1.2.17.	Outros sistemas	287
8.2	Rede de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	289
8.2.1.	Subsistema de Águas de Moura	290
8.2.2.	Subsistema do Afonsoeiro	291

8.2.3. Subsistema de Aires	291
8.2.4. Subsistema da Lagoinha	291
8.2.5. Subsistema do Golf do Montado	292
8.2.6. Subsistema do Pinhal Novo	292
8.2.7. Subsistema do Poceirão	292
8.2.8. Subsistema da Zona Industrial da Autoeuropa	292
8.2.9. Subsistema do Barreiro/Moita	293
8.2.10. Subsistema de Setúbal	293
8.2.11. Síntese e Avaliação dos Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	294
8.3 Resíduos Urbanos	295
8.4 Recolha e Tratamento de Resíduos Industriais	297
8.5 Operações de Gestão de Resíduos	299
8.6 Sistema de Abastecimento Elétrico e de Iluminação Pública	305
8.7 Sistema de transporte e de distribuição de Gás e Oleoduto	307
8.6.1. Sistema de Transporte e Distribuição de Gás	307
8.6.2. Oleoduto	308
8.8 Sistema de Telecomunicações	309
9. Rede Urbana	310
9.1 A posição de Palmela no sistema urbano regional	310
9.2 Hierarquia da Rede Urbana Proposta no PDM em vigor	312
9.3 Caracterização da Rede Urbana Municipal	315
9.3.1. Palmela	317
9.3.2. Pinhal Novo	317
9.3.3. Aires	317
9.3.4. Quinta do Anjo	318
9.3.5. Cabanas	319
9.3.6. Poceirão	319
9.3.7. Águas de Moura	320
9.3.8. Venda do Alcaide	320
9.3.9. Brejos do Assa	321
9.3.10. Olhos de Água, Lagoinha e Vale de Touros	321
9.3.11. Barra Cheia	322
9.3.12. Abreu Grande e Carregueira	323
9.3.14. Fernando Pó	323
9.3.15. Aldeia de Rio Frio	324
9.3.16. Outros aglomerados	325

10. Áreas Urbanas de Gênese Ilegal	326
10.1 Introdução histórica: Área Metropolitana de Lisboa, Península de Setúbal e Palmela	326
10.2 Os procedimentos de Divisão da Propriedade	331
10.2.1. Destaques e as quintinhas	331
10.2.2. “Avos indivisos”	331
10.2.3. Sociedades por quotas	332
10.3 Enquadramento e reconversão	334
10.3.1. As posses administrativas	335
10.3.2. Os planos municipais de ordenamento do território	335
10.3.3. Os loteamentos	336
10.4 As primeiras grandes operações imobiliárias por quotas indivisas (avos)	337
10.4.1. As “Marquesas”	337
10.4.2. As “quintinhas” do Município de Palmela	340
10.5 Os “novos clandestinos”	343
10.6 Caraterização quantitativa	344
10.7 Caraterização administrativa	345
11. Áreas de Reabilitação Urbana / Operações de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo	349
11.1 ARU do Centro Histórico de Palmela	350
11.2 ARU do Pinhal Novo	351
11.3 Monitorização das ORU	352
11.4 Programa Municipal de Medidas de Incentivo para a Reabilitação de Prédios Urbanos	354
12. Padrões de urbanização e de ocupação do solo	356
12.1 Níveis e formas de urbanização: o Projeto Naturba	356
12.1.1. Enquadramento	356
12.1.2. Metodologia	359
12.1.3 Identificação dos conjuntos edificados:	361
12.1.4. Infraestruturação do Território	362
12.1.5. Níveis de infraestruturação do território	363
12.1.6. Identificação das áreas quanto ao seu nível de urbanização	364
12.1.6.1. Rural	365
12.1.6.2. Agroubano	365
12.1.6.3. Interurbano	366
12.1.6.4. Urbano	366
12.1.7. Densidade Edificatória Linearizada: situação existente	366
12.1.8. Conclusões	368
12.2 Padrões de Ocupação do Solo	370

11.2.1. Principais caraterísticas dos padrões de ocupação do solo	371
11.2.1.1. Áreas Edificadas	372
11.2.1.2. Áreas Agrícolas	372
11.2.1.3. Áreas Florestais	373
11.2.1.4. Outras tipologias de ocupação	373
11.2.2. Resultados e unidades territoriais	374
11.2.2.1. Unidade 1 – Poente: Pinhal Novo, Quinta do Anjo e Palmela	377
11.2.2.2. Unidade 2 – Interior Agrícola e Edificação Dispersa	377
11.2.2.3. Unidades 3 e 4 – Noroeste e Nascente Florestal.....	377
11.2.2.4. Unidades 5 e 6 – Parque Natural da Arrábida e Reserva Natural do Estuário do Sado	378
12.3 Tipologias de Ocupação de Solo	379
13. Análise SWOT – Síntese da Caraterização e Diagnóstico	403

Índice de Quadros

Quadro 1 - Indicadores Demográficos, para o Município de Palmela.....	5
Quadro 2 - Distribuição da População por Grandes Grupos Etários, por Freguesia em 1991, 2001, 2011 e 2021	8
Quadro 3 - Índices de Dependência e Envelhecimento em 1991, 2001, 2011 e 2021 por freguesia	15
Quadro 4 – Número de Famílias Clássicas e sua Dimensão Média por freguesia.....	16
Quadro 5 - População Residente segundo o Nível de Ensino mais elevado completado, em 2011, Palmela, unidades territoriais supra e restantes municípios da Península de Setúbal	19
Quadro 6 – Taxa de Analfabetismo (%), em 1991, 2001 e 2011	20
Quadro 7 - População Residente e Variação da População Residente, por freguesia	22
Quadro 8 - Peso das Freguesias no Município em termos de área e População Residente, entre 1950 e 2021	23
Quadro 9 - Densidade Populacional em 1991, 2001, 2011 e 2021	23
Quadro 10- Evolução da distribuição setorial da população residente empregada dos Municípios da Península de Setúbal (1991 - 2011) (%)	25
Quadro 11 - Indicadores de Mobilidade de mão-de-obra do Município	28
Quadro 12 - Movimentos pendulares laborais em 2011 (% face ao total de saídas/entradas)	30
Quadro 13 - Repartição das saídas de ativos de Palmela, com destino aos 11 Municípios-destino mais importantes	31
Quadro 14 – Repartição das Projeções Demográficas para 2031 por ano de idade dos Indivíduos	36
Quadro 15 - Estrutura e especialização produtiva da economia local (2013).....	40
Quadro 16 - Indicadores sobre o tecido empresarial (Empresas sediadas na respetiva unidade territorial), em 2012	46
Quadro 17 - Quociente de Localização, por Atividade Económica (CAE rev. 3.0)	48
Quadro 18 - Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas, por CAE (rev. 3.0)	49
Quadro 19 - Explorações e superfícies agrícolas no Município (anos de 1999 e 2009).....	55
Quadro 20 - Ocupação e uso dos solos florestais e Palmela, Península de Setúbal e Área Metropolitana de Lisboa.....	55
Quadro 21 - Evolução da Produção de Vinhos na Península de Setúbal, em volume (hl).....	59
Quadro 22 - Produção de vinho, campanha 2014/2015 (em % face à Península de Setúbal).....	59
Quadro 23- Estadadas Médias e Taxas Líquidas de Ocupação Cama, entre 2011 e 2020.....	69
Quadro 24- Quantificação das áreas de atividades económicas (AAE) do Município correspondentes a perímetros urbanos industriais, multiusos ou logística/comércio	79
Quadro 25 - Síntese da Avaliação das Empresas sobre as Condições de Desenvolvimento Económico Existentes no Município/Sub-Região	84
Quadro 26 - Projetos aprovados no âmbito do POR Lisboa	85
Quadro 27 - Projetos aprovados no âmbito do PRODER	87
Quadro 28 - Estrutura de Eixos Prioritário e Prioridades de Investimento do POR Lisboa 2014-2020	90
Quadro 29 - Análise SWOT, por setor de atividade.....	92
Quadro 30 – Caraterização das Massas de Água (MA) no Município de Palmela	111
Quadro 31 – Estimativa da recarga a partir de Valores de Precipitação na Península de Setúbal	116

Quadro 32- Recarga Admissível no Sistema Aquífero Tejo-Sado, Margem Esquerda	116
Quadro 33 - Recarga Admissível no Sistema Aquífero Tejo-Sado, Margem Esquerda na área da Península de Setúbal	116
Quadro 34 – Volume transferido de montante para a Península de Setúbal por escoamento	116
Quadro 35 – Síntese das necessidades de água na Península de Setúbal por década em cenário médio de crescimento futuro	117
Quadro 36- Balanço entre necessidades e disponibilidades no Sistema Aquífero Tejo-Sado/Margem Esquerda, ..	117
Quadro 37 – Povoamentos Florestais.....	121
Quadro 38 - Imóveis e Conjuntos Classificados inventariados pela DGPC	158
Quadro 39- Património Edificado: Água.....	162
Quadro 40 - Sítios Arqueológicos Identificados pela Direção-Geral do Património Cultural	168
Quadro 41 – Movimentos pendulares (por motivo de trabalho ou estudo) em 2001 e 2011	181
Quadro 42 – População residente noutros Municípios cujas deslocações por motivo de trabalho e estudo têm como destino Palmela (1991, 2001 e 2011).....	184
Quadro 43 – Percentagem da população que exerce a sua atividade (trabalho e estudo) no Município de residência (2011)	184
Quadro 44 – População residente em Palmela segundo o Município de destino das deslocações por motivo trabalho e estudo (1991, 2001 e 2011)	185
Quadro 45 – Tipo de deslocações dos residentes e estudantes (2011).....	192
Quadro 46 – População residente em Palmela segundo o destino das deslocações intramunicipais por motivo trabalho e estudo (2011)	195
Quadro 47 – Evolução da Taxa de Motorização (2007-2013)	200
Quadro 48 – Índice de permeabilidade	206
Quadro 49 – Índice de Densidade	207
Quadro 50 – Tráfego Médio Anual nos IP e IC que atravessam o Município de Palmela, 2008-2014.....	208
Quadro 51 – Hierarquia da rede de interfaces do Município de Palmela	211
Quadro 52 - Síntese da avaliação das interfaces no município de Palmela	215
Quadro 53 - Tarifários dos serviços ferroviários de longo curso de e para o Pinhal Novo	219
Quadro 54 - Síntese de Carreiras de TPCR no Município de Palmela	227
Quadro 55 - Cobertura populacional das carreiras de TPCR	231
Quadro 56 - Níveis mínimos de serviço definidos pelo RJSPTP	232
Quadro 57 - Número de lugares e População residente com e sem oferta de TPCR – PE	234
Quadro 58 - Número de lugares e População residente com e sem oferta de TPCR – PNE.....	235
Quadro 59 - Número de lugares e População residente com e sem oferta de TPCR – fim-de-semana	236
Quadro 60 - Carreiras com ligação entre um local e a sede do Município – Palmela	237
Quadro 61 - Listagem dos Lugares > 40 habitantes sem ligação à sede do Município(PE e PNE)	239
Quadro 62 - Competências municipais no domínio do transporte de aluguer em veículos ligeiros de passageiros ..	246
Quadro 63 - Número de táxis por 1.000 habitantes por freguesia	247

Quadro 64 – Localização das praças e número de táxis por freguesia	247
Quadro 65 – Evolução do parque escolar público (n.º de estabelecimentos e salas) do Município de Palmela por ano letivo	254
Quadro 66 – Evolução do parque escolar privado e solidário (estabelecimentos e salas) de Palmela por ano letivo	256
Quadro 67 – ATL em funcionamento no Município de Palmela	258
Quadro 68 – Creches em funcionamento no Município de Palmela	258
Quadro 69 – Lares de Idosos em funcionamento no Município de Palmela	259
Quadro 70 - Centros de Convívio e Centros de Dia em funcionamento no Município de Palmela	259
Quadro 71 – Apoio Domiciliário em funcionamento no Município de Palmela	260
Quadro 72 – Unidades de Saúde dos ACES Arrábida existentes no Município de Palmela	262
Quadro 73 – Farmácias em funcionamento no Município de Palmela	264
Quadro 74 – Campos de Grandes Jogos no Município de Palmela	266
Quadro 75 – Pequenos Campos de Jogos (PCJ) e Polidesportivos Descobertos (PD) no Município de Palmela ...	266
Quadro 76 – Pavilhões no Município de Palmela	267
Quadro 77 – Centros de Animação Local no Município de Palmela	267
Quadro 78 – Piscinas no Município de Palmela	268
Quadro 79 – Equipamentos Culturais existentes no Município de Palmela	271
Quadro 80 – Evolução dos Volumes de Água Captados (m³/ano) em cada Sistema entre 2009 e 2017	276
Quadro 81 – Zonas de Abastecimento e Sistemas de Abastecimento do Município de Palmela	277
Quadro 82 – Reservatórios Existentes no Município de Palmela	278
Quadro 83 – Águas residuais tratadas nas ETAR do Município de Palmela (m³ por ETAR e por ano)	293
Quadro 84 – Destino final dados aos RU recolhidos no Município	296
Quadro 85 – Distribuição de equipamentos de deposição de resíduos urbanos por freguesia, 2019	296
Quadro 86 - Resíduos industriais produzidos no Município de Palmela, entre 2014 e 2016, por Códigos LER	298
Quadro 87 - Estabelecimentos com enquadramento MIRR, em 2019, no Município de Palmela	300
Quadro 88 - Operadores de Gestão de Resíduos no Município de Palmela	301
Quadro 89 - Estabelecimentos com recolha de embalagens no Município de Palmela	302
Quadro 90 - Infraestruturas MRRU no Município de Palmela	303
Quadro 91 - Pontos de recolha no Município de Palmela	303
Quadro 92 – Caraterização da Rede Elétrica no Município de Palmela	306
Quadro 93 – Caraterização da Rede de Gás no Município de Palmela	308
Quadro 94 – Extensão da Rede de Telecomunicações no Município de Palmela	309
Quadro 95 – Rede Urbana Principal e Secundária do Município de Palmela	313
Quadro 96 – Linhas de Orientação para as Áreas Urbanizáveis	314
Quadro 97 – Capacidade Existente e Proposta dos Perímetros Urbanos segundo o PDM em vigor	314

Quadro 98 – Planos Municipais de Ordenamento do território em vigor em áreas de loteamentos e construções ilegais	336
Quadro 99 – Principais áreas parceladas em 0,5 hectare (“Quintinhas”) do Município de Palmela	341
Quadro 100 – Áreas e construções ilegais em novos loteamentos clandestinos	345
Quadro 101 – Tramitação administrativa de processos de AUGI – Freguesia de Palmela	346
Quadro 102 – Tramitação administrativa de processos de AUGI – Freguesia de Quinta do Anjo	347
Quadro 103 – Tramitação administrativa de processos de AUGI – Freguesia de Pinhal Novo	348
Quadro 104 – Tramitação administrativa de processos de AUGI – Freguesia de Poceirão	348
Quadro 105 – Execução das ARU/ORU do Centro Histórico de Palmela e do Pinhal Novo	353
Quadro 106 - Densidade Edificatória Linearizada	367
Quadro 107 - Legenda adotada para a identificação dos padrões de ocupação do solo em Palmela	371
Quadro 108 - Estatística dos Padrões de Ocupação do Solo em Palmela	375
Quadro 109 – Análise SWOT da População e Dinâmica Demográfica	405
Quadro 109 – Análise SWOT dos Padrões de urbanização e Ocupação do Solo e AUGI	406
Quadro 110 – Análise SWOT da Base Económica e Atividades Económicas	407
Quadro 111 – Análise SWOT da Rede Urbana	408
Quadro 112 – Análise SWOT dos Equipamentos Coletivos	409
Quadro 113 – Análise SWOT do Ambiente e Recursos Naturais	410
Quadro 114 – Análise SWOT da Mobilidade e Transportes	411
Quadro 115 – Análise SWOT das Infraestruturas Urbanas	413

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução da População Residente no Município de Palmela (1864-2021)	4
Gráfico 2 - Variação da População na AML, Península de Setúbal e município de Palmela (1950-2021)	4
Gráfico 3 - Nados-Vivos e óbitos no Município de Palmela entre 1996 e 2021	5
Gráfico 4 - Pirâmides Etárias do Município em 2001 e 2011	7
Gráfico 5 - Variação da População Residente entre 2011 e 2021, por grandes grupos etários e por freguesia	9
Gráfico 6 - Pirâmides Etárias das Freguesias de Palmela em 2001 e 2011	10
Gráfico 7 - Variação da População e do número de Famílias, entre 1991-01, 2001-11 e 2011-21, por freguesia	16
Gráfico 8 - Famílias segundo a Dimensão no Município em 2011 em 2021 nas Freguesias em 2011	17
Gráfico 9- População Residente no Município segundo o Nível de Ensino mais elevado completado, em 1991, 2001 e 2011	18
Gráfico 10- população Residente nas freguesias, por Nível de Ensino mais elevado completado, em 2011	20
Gráfico 11 - Evolução da População Residente nas freguesias do Município de Palmela	22
Gráfico 12- População Residente no Município por Dimensão dos Lugares, em 2001 e 2011	24
Gráfico 13 - Volume de Água Captado (m ³ /ano) entre 2009 e 2017	276
Gráfico 14 - Resíduos industriais produzidos no Município de Palmela, entre 2014 e 2016, por grau de perigosidade	297

Índice de Figuras

Figura 1 – Distribuição da População Residente pelos Lugares, em 2011	24
Figura 2 - Distribuição da População Residente à subsecção estatística, em 2011	25
Figura 3 - Contribuição dos fluxos de mão-de-obra para a formação do emprego no Município de Palmela, em 2001 e 2011.....	26
Figura 4 - Distribuição das Entradas e Saídas de Empregos, por Município de Origem ou Destino (% no total de entradas/saídas de mão de obra), em 2011.....	29
Figura 5 - Repartição da mobilidade extramunicipal por principais ramos de atividade-destino em 2011 (proporção de saídas de emprego face ao total).....	31
Figura 6 - Empreendimentos Turísticos existentes no Município de Palmela em 2021	68
Figura 7 - Localização das Áreas de Atividades Económicas (AAE) do Município de Palmela – Proposta prévia	81
Figura 8 - Sistema Aquífero Tejo-Sado.....	107
Figura 9 – Carta de níveis piezométricos na Península de Setúbal, deduzida a partir de registos	115
Figura 10 - Paisagens do Município - grandes unidades.....	120
Figura 11 – Povoamentos Florestais, Árvores Notáveis e Árvores e Arvoredo de Interesse Público	122
Figura 12 - Áreas Classificadas no Município de Palmela.....	128
Figura 13 - A Rede Ecológica Metropolitana no Município de Palmela	149
Figura 14 – População residente noutros Municípios cujas deslocações por motivo de trabalho e estudo têm como destino Palmela (2011) e variação do número deslocações (1991-2011)	183
Figura 15 – População residente em Palmela segundo o Município de destino das deslocações por motivo trabalho e estudo (2011) e variação do número de deslocações (1991-2011).....	186
Figura 16 – Origem das deslocações por motivo de trabalho/estudo com destino no Município de Palmela (2011)*	187
Figura 17 – Repartição modal das deslocações por motivo de trabalho/estudo com origem na Área Metropolitana Sul (2011)	188
Figura 18 – Repartição modal das deslocações por motivo de trabalho/estudo com origem na Área Metropolitana Norte (2011)	189
Figura 19 – Duração das deslocações por motivo de trabalho/estudo com origem na Área Metropolitana Norte (2011)	190
Figura 20 – Duração das deslocações por motivo de trabalho/estudo com origem na Área Metropolitana Sul (2011)	191
Figura 21 – Destino das deslocações por motivo de trabalho/estudo com origem nas freguesias do Município de palmela (2011)*	192
Figura 22 – Distribuição modal das deslocações por motivo de trabalho/estudo com origem nas freguesias do Município de palmela (2011)	193
Figura 23 – Duração das viagens por motivo de trabalho/estudo com origem nas freguesias do Município de palmela (2011)	194
Figura 24 – Principais modos de transporte utilizados nas deslocações com destino noutra freguesia do Município de palmela (2011).....	196
Figura 25 – Principais modos de transporte utilizados nas deslocações internas às freguesias (2011)	196

Figura 26 – Duração das deslocações por motivo de trabalho/estudo realizadas na freguesia de residência (2011)	197
Figura 27 – Duração das deslocações por motivo de trabalho/estudo com destino noutra freguesia do Município de Palmela (2011)	197
Figura 28 – Principais destinos das deslocações com origem nas freguesias do Município de palmela (2011)	199
Figura 29 – Hierarquia da Rede Viária	205
Figura 30 – Hierarquia da rede de interfaces do Município de Palmela	212
Figura 31 - Apeadeiro de Fernando Pó	213
Figura 32 - Estação de Palmela	213
Figura 33 - Estação de Penalva	214
Figura 34 - Estação de Pinhal Novo	214
Figura 35 - Apeadeiro de Poceirão	214
Figura 36 - Apeadeiro de Venda do Alcaide	214
Figura 37 – Serviços de Longo Curso que efetuam Paragens nas Estações Ferroviárias do Município de Palmela	217
Figura 38 - Distribuição horária dos serviços de longo curso que efetuam paragens na estação ferroviária de Pinhal Novo	218
Figura 39 – Famílias dos Serviços da CP – Barreiro-Setúbal	219
Figura 40 - Distribuição horária dos serviços urbanos da CP – Barreiro – Setúbal/Praias do Sado	221
Figura 41 – Títulos de transporte CP – Urbanos de Lisboa	222
Figura 42 – Mapa da rede da CP Urbanos de Lisboa	223
Figura 43 - Famílias dos serviços Suburbanos da Fertagus – Roma/Areeiro- Setúbal	224
Figura 44 - Distribuição Horária dos Serviços Urbanos da Fertagus – Roma-Areeiro- - Setúbal	225
Figura 45 - Títulos de transporte da Fertagus – Bilhete Simples	226
Figura 46 - Títulos de transporte da Fertagus – Assinaturas mensais	226
Figura 47 - Carreiras de TPCR no Município de Palmela	228
Figura 48 - Oferta de circulações no PE e PNE	228
Figura 49 - Número de dias de operação das carreiras	229
Figura 50 – Cobertura territorial da rede de TPCR	230
Figura 51 - Cobertura populacional do serviço de TPCR (400 metros)	231
Figura 52 - Cobertura populacional do serviço de TPCR (800 metros)	232
Figura 53 – Oferta em lugares > 40 habitantes – período escolar	234
Figura 54 – Oferta em lugares > 40 habitantes – PNE	235
Figura 55 – Oferta em Lugares > 40 Habitantes – Fim de Semana	236
Figura 56 – Carreiras com ligação à sede do Município – período escolar e período não escolar	238
Figura 57 – Carreiras com ligação à sede do Município – fins de semana	239
Figura 58 – Lugares que não cumprem com os mínimos de oferta estabelecidos no RSPTP	240
Figura 59 – Circuito de Transportes no Centro Histórico de Palmela	241

Figura 60 – Circuito Urbano do Pinhal Novo.....	242
Figura 61 – Exemplos de paragens Localizadas em Palmela	243
Figura 62 – Exemplos de paragens Localizadas no Pinhal Novo	244
Figura 63 – Exemplos de paragens localizadas em Brejo do Assa e Bairro Margaça	245
Figura 64 – Localização das praças de táxis do Município de Palmela.....	248
Figura 65 - Zonas de Abastecimento existente no Município de Palmela – municipais e de municípios adjacentes	278
Figura 66 - Diagrama dos Sistemas de Abastecimento de Água do Município	288
Figura 67 - Operações de Gestão de Resíduos no Município de Palmela.....	300
Figura 68 - Rede Elétrica (aérea) existente no Município de Palmela.....	305
Figura 69 - Rede de Gás e Oleoduto no Município de Palmela.....	307
Figura 70 - Rede de Telecomunicações no Município de Palmela.....	309
Figura 71 – Delimitação do Perímetro das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (Deliberação de Câmara de 21 de fevereiro de 1996)	330
Figura 72 – Áreas potencialmente fracionadas ilegalmente em “Avos Indivisos” e por “Sociedades por quotas” ...	333
Figura 73 – Delimitação da Quinta da Torre – Identificação das glebas existentes em março de 1953 – Planta original à escala 1:5.000	338
Figura 74 – Delimitação da Quinta da Torre – Identificação das principais AUGI's e Áreas Urbanas originadas a partir da Quinta da Torre	339
Figura 75 – Fotografia aérea da área da Marquesa ii – 2.ª fase e do eixo ferroviário norte-sul na zona da estação de Penalva.....	339
Figura 76 – Principais áreas fracionadas (parceladas) em 0,5 hectare -“Quintinhas”	342
Figura 77 – Novos Loteamentos Clandestinos	345
Figura 78 – Áreas de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e do Pinhal Novo	349
Figura 79 - Áreas de influência de edificações	362
Figura 80 - Infraestruturação do território	363
Figura 81 - Níveis de Infraestruturação do território	364
Figura 82 - Níveis de urbanização do território	365
Figura 83 – Padrões de Ocupação e Unidades Territoriais	376
Figura 84 – Metodologia Síntese da Análise SWOT	403

Índice de Siglas e Acrónimos

4's R's – Reduzir, reutilizar, reciclar e repensar
A – Auto-Estrada (por exemplo, A2 – Auto Estrada n.º 2)
AAE – Área de Atividades Económicas
AAE – Avaliação Ambiental Estratégica
AC – Espaços Agrícolas de Conservação
ACES – Agrupamento de Centros de Saúde
ADL – Associação de Desenvolvimento Local
ADREPES – Associação de Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal
ADSE – Instituto de Proteção e Assistência na Doença, IP
AE1 – Atividades Industriais
AE2 – Atividades Logísticas
AE3 – Atividades Pontualizadas
AE4 – Atividades Multiusos
AEC – Arrábida – Encostas do Castelo
AEIPRA – Áreas Estratégicas de Infiltração, Proteção e Recarga do Aquífero
AERPA – Áreas Estratégicas de Proteção e Recarga de Aquíferos
AERSET – Associação Empresarial da Região de Setúbal
AFLOPS - Associação de Produtores Florestais da Península de Setúbal
AISET – Associação da Indústria da Península de Setúbal
AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.
AML – Área Metropolitana de Lisboa
AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal
ANA – Aeroportos de Portugal, S.A.
AP – Espaços Agrícolas de Produção
APA – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
APPACDM – Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
APPDA – Associação das Perturbações do Desenvolvimento e do Autismo da Moita e do Barreiro
AR – Aglomerados Rurais
ARCOLSA - Associação Regional dos Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida
ARS – Administração Regional de Saúde
ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
ARU – Área de Reabilitação Urbana
ARVPS/CA – Associação da Rota dos Vinhos da Península de Setúbal/Costa Azul
AT – Autoridades de Transporte
ATEC – Academia de Formação
ATL – Atividades de Tempos Livres
AUGI – Área Urbana de Génese Ilegal
AVIPE – Associação dos Vitivinicultores do Concelho de Palmela
AVT – Área de Vocação Turística
C – Espaços Culturais
CAE – Classificação das Atividades Económicas
CALM - Cursos de água, respetivos leitos e margens
CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal
CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CEB – Ciclo do Ensino Básico
CEDP – Centro de Engenharia e Desenvolvimento do Produto
CEFOSAP – Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional
CEG – Centro de Estudos Geográficos
CEIIA – Centro de Excelência para a Inovação da Indústria Automóvel
CERCIMA – Cooperativa para a Educação e Reabilitação do Cidadão Inadaptado do Montijo e de Alcochete
CERCIMB – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas da Moita e Barreiro
CGA – Caixa Geral de Aposentações
CICLOP 7 – Rede Ciclável da Península de Setúbal

IGeoE – Centro de Informação Geoespacial do Exército
CLASP – Conselho Local de Ação Social de Palmela
CMP – Câmara Municipal de Palmela
COI – Centro de Ocupação Infantil
CREL – Circular Regional Externa de Lisboa
CRIL – Circular Regional Interna de Lisboa
CRIPS – Circular Regional Interna da Península de Setúbal
CRRARO – Comissão Regional da Reserva Agrícola do Ribatejo e Oeste
CRSS-LVT – Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo
CTeSP – Cursos Técnicos Superiores Profissionais
CTM – Centro de Transportes de Mercadorias
CUF – Companhia União Fabril
CVRPS – Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal
DARSU – Divisão de Águas e Resíduos Sólidos Urbano (da CMP)
DAU – Divisão de Administração Urbanística (da CMP)
DCTEL – Divisão de Comunicação, Turismo e Economia Local (da CMP)
DDET – Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo (da CMP)
DEIS – Divisão de Educação e Intervenção Social (da CMP)
DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGOTDU – Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGPC – Direção-Geral de Património Cultural
DGPU – Direção-Geral de Planeamento Urbanístico
DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária
DLD – Desempregado de Longa Duração
DOC – Denominação de Origem Controlada
DOP – Denominação de Origem Protegida
DRAP-LVT – Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
DRASTIC – D = profundidade da zona não saturada do aquífero; R = recarga do aquífero; A = geologia do aquífero;
S = tipo de solo; T = declive do terreno; I = impacto da zona não saturada; e C = condutividade hidráulica do aquífero
E – Espaços de Equipamentos
EAE – Espaços de Atividades Económicas
EB – Escola Básica
EC – Espaços Centrais
EC1 – Centralidades Principais
EC2 – Centralidades Locais
ED – Espaços de Edificação Dispersa
EDP – Eletricidade de Portugal
EEM – Estrutura Ecológica Municipal
ELH – Estratégia Local de Habitação
EMPVA – Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental
ERPVA – Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental
EN – Estrada Nacional
ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida
ENAC 2020 – Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020
ENRAN – Entidade Nacional da Reserva Agrícola Nacional
ER – Estradas Regionais
ERRALVT – Entidade Regional da Reserva Agrícola de Lisboa e Vale do Tejo
ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ESP – Equipamentos Sob Pressão
ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais
EUPS – Equação Universal de Perda de Solo
FAO – *Food and Agriculture Organization* (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)
FC – Espaços Florestais de Conservação
FCT-UNL – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FIAPAL – Fórum da Indústria Automóvel de Palmela
FIAR – Festival Internacional de Artes de Rua
FIG – Festival Internacional de Gigantes
FIT – Fomento da Indústria do Tomate
FOR-MAR – Centro de Formação Profissional para o Setor das Pescas e do Mar
FP – Espaços Florestais de Produção
GAEPI – Gabinete de Apoio às Empresas e Promoção do Investimento
GCJ – Grande Campo de Jogos
GEE – Gases de Efeito de Estufa
GEsOS – Gabinete de Estudos da Ordem de Santiago
GIT – Grandes Infraestruturas de Transporte
GNR – Guarda Nacional Republicana
GOSI – Gabinete de Organização e Sistemas de Informação (da CMP)
GPE – Gabinete de Planeamento Estratégico (da CMP)
GR – Galeria Ripícola
GT – Grupo de Trabalho
H1/H2/H3 – Espaços Habitacionais do Tipo 1/2/3
Ha - Hectares
HGI – Espaços Habitacionais de Génese Ilegal
HUB 10 – Plataforma Humanizada de Conexão Territorial
I – Espaços de Infraestruturas
I&D – Investigação e Desenvolvimento
I&I – Investigação e Inovação
IC – Itinerário Complementar
ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (atual ICNF)
ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas
IEP – Instituto das Estradas de Portugal
IES – Instituição de Ensino Superior
IEVA – Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado
IGeoE – Instituto Geográfico do Exército
IGOT – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
IGP – Indicação Geográfica de Proveniência
IGP – Instituto Geográfico Português
IGT – Instrumento de Gestão Territorial
IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT – Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis
INAG – Instituto da Água
INE – Instituto Nacional de Estatística
InIR – Instituto de Infraestruturas Rodoviárias, IP
INOVINTER – Centro de Formação e Inovação Tecnológica
INS – Instituto Nacional de Saúde
IP – Itinerário Principal
IPA – Instituto Português de Arqueologia
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
ISS – Instituto da Segurança Social
IST – Instituto Superior Técnico
ITA – Instalação de Tratamento de Água
KIP – Kartódromo Internacional de Palmela
LBPPSOTU – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo
Leader+ – Iniciativa Comunitária de Desenvolvimento Rural
LER – Lista Europeia de Resíduos
LVT – Lisboa e Vale do Tejo
MDT – Modelo Digital do Terreno
MIRR – Mapa Integrado de Registo de Resíduos

MZ – Marateca - Zambujal
NAL – Novo Aeroporto de Lisboa
NDT – Núcleo de Desenvolvimento Turístico
NEET - *Not in Employment, Education or Training* (Jovens que nem trabalham, nem estudam)
NGPH – Nova Geração de Políticas de Habitação
NUTS – Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ODS 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030
OGDOT - Objetivo Geral de Desenvolvimento e Ordenamento do Território
OGR – Operação de Gestão de Resíduos
OIL – Operação Integrada Local
ORU – Operação de Reabilitação Urbana
OT – Espaços de Ocupação Turística
PAESP – Plano de Ação para a Energia Sustentável de Palmela
PAMUS – Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável
PAR – Plano de Ação Regional
PAT – Programa de Ação Territorial
PAYT - *Pay-As-You-Throw* (sistema “poluidor-pagador”, semelhante a RAYT e SAYT)
PCA1 - Áreas de Proteção Complementar do Tipo I
PCA2 - Áreas de Proteção Complementar do Tipo II
PCJ – Pequeno Campo de Jogos
PCS1 - Áreas de Proteção Complementar do Tipo I
PCS2 - Áreas de Proteção Complementar do Tipo II
PD – Polidesportivo
PDM – Plano Diretor Municipal
PDMP- Plano Diretor Municipal de Palmela
PDS – Plano de Desenvolvimento Social
PE – Período Escolar
PEAASAR – Plano Estratégico de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais
PEAD – Polietileno de Alta Densidade
PEDEPES – Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal
PEM – Projeto Estratégico Metropolitano
PEPF – Programa de Execução e Plano de Financiamento
PETI 3+ – Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas
PGF – Plano de Gestão Florestal
PGRH – Plano de Gestão de Região Hidrográfica
PGRI – Plano de Gestão de Risco de Inundações
PGU – Plano Geral de Urbanização
PIDDAC – Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PIDFCI – Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra incêndios
PLAAC – Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas
PLP – Plataforma Logística do Poceirão
PMAAC-AML – Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa
PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PME – Pequena e Média Empresa
PMEPC – Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
PMTI – Plano de Mobilidade e Transportes Intermunicipal
PNA – Parque Nacional da Arrábida
PNDFCI – Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNE – Período Não Escolar
PNPOT – Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território
POM – Plano Operacional Municipal
PONPA – Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida
POR – Programa Operacional Regional
PORNES – Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado
PP – Plano de Pormenor

PPA1 - Áreas de Proteção Parcial do Tipo I
PPA2 - Áreas de Proteção Parcial do Tipo II
PPR – Plano de Recuperação e Resiliência
PPS1 - Áreas de Proteção Parcial do Tipo I
PPS2 - Áreas de Proteção Parcial do Tipo II
Prarrábida – Plano de Ação para a conservação, valorização e promoção do património histórico, cultural e natural da Arrábida
PRN – Plano Rodoviário Nacional
PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural
PROF-AML – Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa
PROF-LVT – Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo
PROT-AML – Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
PS – Península de Setúbal
PSRN2000 – Plano Setorial da Rede Natural 2000
PT - Áreas de Proteção Total
PTAM – Plano Territorial de Âmbito Municipal
PU – Plano de Urbanização
Q – Conjuntos Edificados de Quintas
QCA – Quadro Comunitário de Apoio
QEC – Quadro Estratégico Comum
QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional
RAN – Reserva Agrícola Nacional
RAYT - *Receive-As-You-Throw* (sistema “poluidor-pagador”, semelhante a PAYT e SAYT)
REG – Espaços de Exploração de Recursos Energéticos e Geológicos
RELAPE - Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção
REM – Rede Ecológica Metropolitana
REN – Redes Energéticas Nacionais
REN – Reserva Ecológica Nacional
REOT – Relatório do Estado do Ordenamento do Território
RGR – Regulamento Geral do Ruído
RJCNB – Regime Jurídico da Conservação da Natureza e Biodiversidade
RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJREN – Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional
RJSPTP – Novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros
RNES – Reserva Nacional do Estuário do Sado
ROBUST - *Rural-Urban Outlooks: Unlocking Synergies*
RPDM – Regulamento do Plano Diretor Municipal
RPDMP – Regulamento do Plano Diretor Municipal de Palmela
RTE-T – Rede Transeuropeia de Transportes
RU – Resíduos Urbanos
RV – Rede Viária
SAU – Superfície Agrícola Útil
SAYT – *Save-As-You-Throw* (sistema “poluidor-pagador”, semelhante a PAYT e RAYT)
SIC – Sítio de Importância Comunitária
SIG – Sistemas de Informação Geográfica
SIGGESC – Sistema de Informação de Gestão das Carreiras
SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal S.A.
SNAC - Sistema Nacional de Áreas Classificadas
SRH – Sub-região Homogénea
ss. – seguintes (i.e. páginas seguintes ou artigos seguintes)
SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)
TI – Transporte Individual
TP – Transporte Público
TPR – Transporte Público Rodoviário
TTT – Terceira Travessia do Tejo

UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade
UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
UE – União Europeia
UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
URAP – Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados
USF – Unidade de Saúde Familiar
USP – Unidade de Saúde Pública
VE – Vetores Estratégicos
VP - Espaços Verdes de Proteção
VUP - Espaços Verdes de Uso Público
ZAC – Zona Ameaçada por Cheias
ZEC – Zona Especial de Conservação
ZEP – Zona Especial de Proteção
ZPE – Zona de Proteção Especial

1. Introdução

O presente texto corresponde ao *Volume II. Caracterização e Diagnóstico* do Relatório da Revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela. Tem como objetivo fundamental o conhecimento da realidade municipal nas suas múltiplas vertentes, de forma a preparar e fundamentar a etapa seguinte, correspondente ao *Volume III. Proposta de Plano* do referido Relatório.

Em termos de conteúdo, numa primeira abordagem faz-se uma caracterização da **População e Dinâmica Demográfica** do Município, quer em termos da sua evolução quer da sua estrutura, apresentando ainda projeções demográficas para o período 2021-2031.

Numa segunda fase, surge a análise da **Base Económica e Atividades Económicas**, tanto em termos da caracterização da estrutura de emprego e do tecido empresarial municipal, bem como da dinâmica de investimento. Concluiu-se este diagnóstico com uma análise estratégica setorial e com uma síntese dos recursos estratégicos e dos fatores de competitividade do Município.

Na análise do **Ambiente e Recursos Naturais** são estudadas: a rede ecológica metropolitana, a hidrografia, a geologia e hidrogeologia, os recursos naturais e a conservação da natureza, a degradação ambiental e o ruído.

No que concerne ao **Património Arquitetónico e Arqueológico** foi feita a sua inventariação e a caracterização das iniciativas e programas municipais neste âmbito.

No que diz respeito à **Mobilidade e Transportes** são estudadas as relações de dependência do Município de Palmela no contexto regional, quer na consolidação da base económica e na estruturação da rede urbana municipal. São ainda analisados o transporte individual, o transporte coletivo e a rede de percursos cicláveis.

Em relação aos **Equipamentos Coletivos** é feito um levantamento e caracterização dos vários equipamentos existentes, bem como a análise das carências e debilidades do Município a este nível, propondo novos equipamentos e apresentando, nalguns casos, propostas para a sua localização.

Em seguida foram analisadas as principais redes de **Infraestruturas Urbanas**, designadamente: abastecimento de água, saneamento básico, recolha de resíduos sólidos urbanos, bem como breves referências às redes de eletricidade, telecomunicações e gás.

Posteriormente foi feita a análise da **Rede Urbana** do Municípios de Palmela, com a caracterização dos diferentes aglomerados e o seu comportamento recente, nomeadamente no que concerne ao grau de concretização das áreas urbanizáveis de cada um dos perímetros urbanos definidos no PDM em vigor.

No seguimento descreve-se o processo histórico de formação e evolução das **Áreas Urbanas de Gênese Ilegal**, com descrição detalhada das diferentes situações, bem como de fenómenos conexos, nomeadamente os, por vezes, designados “novos clandestinos”, que corresponderam a tentativas espúrias, pontuais e sem desenvolvimentos assinaláveis do ponto de vista urbanístico, habitacional e demográfico, temporalmente localizadas na década de 90 do século passado.

Mais adiante apresentam-se os **Padrões de Urbanização e de Ocupação do Solo**, desde logo, com base no projeto internacional de âmbito comunitário NATURBA, estudam-se os níveis de infraestruturação do território e a forma como os mesmos podem ajudar a delinear diferentes tipologias de território, em seguida procura-se delinear grandes unidades de paisagem/territoriais no território municipal, nomeadamente tendo em conta as unidades já delimitadas no PROT-AML.

Por fim, surge a **Análise SWOT** que, além de pretender ser uma súmula das caraterizações e diagnósticos feitos ao longo do presente volume, procura informar e sustentar as opções tomadas em sede do Volume III – *Descrição e Fundamentação da Proposta de Plano*.

2. População e Dinâmica Demográfica

As dinâmicas demográficas de um território são uma das dimensões com maior relevância para a sua estruturação, sobretudo se aliadas aos fenómenos de povoamento, desenvolvimento urbano, social e económico.

Considerados em termos globais, os problemas existentes na base demográfica e com os recursos humanos, constituem o principal estrangulamento para a prossecução de qualquer processo de desenvolvimento e, simultaneamente, para a adoção e realização das ações a empreender, na melhoria da qualidade de vida e bem-estar socioeconómico das populações autóctones. Desta forma, a caracterização das dinâmicas demográfica e populacional que se têm vindo a observar no Município permitirá alcançar um conhecimento da sua estrutura social e económica, fatores determinantes para a definição da estratégia de modelação do ordenamento do território.

A análise empreendida para o Município de Palmela atendeu ao facto de este se encontrar integrado na Península de Setúbal e na área metropolitana, onde se observam os efeitos polarizadores de Lisboa e de Setúbal, com todas as vantagens e inconvenientes que daí advêm.

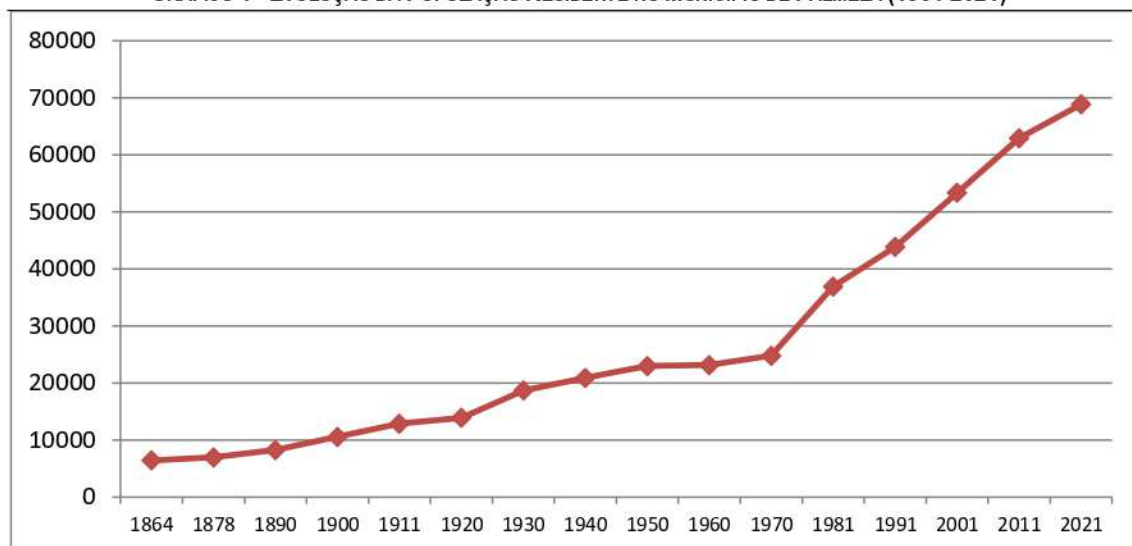
2.1 Evolução da População

Apesar de Palmela ser, em termos de área, o maior Município da Península de Setúbal e da AML, (representa cerca de 30% da área da primeira e 16% da segunda), tem um contributo demográfico em ambas pouco expressivo. Ao longo da segunda metade do século passado o peso demográfico de Palmela sofreu ligeiras oscilações, tendo observado um decréscimo mais significativo nas décadas de 50 e 60: na Península de Setúbal passou de 9,8% em 1950 para 7,8% em 2021, e na AML passou de 1,8% para 2,2%. Este decréscimo relativo ocorrido, apesar dos crescentes aumentos populacionais, deve-se ao acentuado aumento populacional de outros municípios da Península de Setúbal, em particular de Almada, Seixal e Sesimbra.

Ao longo do século XX do início do século XXI Palmela viu os seus quantitativos populacionais evoluírem favoravelmente passando dos 10.584 habitantes em 1900 para os 68.856 habitantes em 2021. Contudo, este percurso demográfico conheceu fases distintas (Gráfico 1), destacando-se duas de maior crescimento: o período entre 1900 e 1930 (com uma ligeira desaceleração na segunda década motivada provavelmente pela I Guerra Mundial), em que a população aumentou quase 80%, e os últimos 40 anos (com particular ênfase para a década de 70), em que se observou um acréscimo populacional da ordem dos 150%. Na

última década (2011-2021) Palmela foi o segundo Município da Área Metropolitana de Lisboa que mais cresceu, demonstrando uma capacidade atrativa muito superior à dos municípios limítrofes.

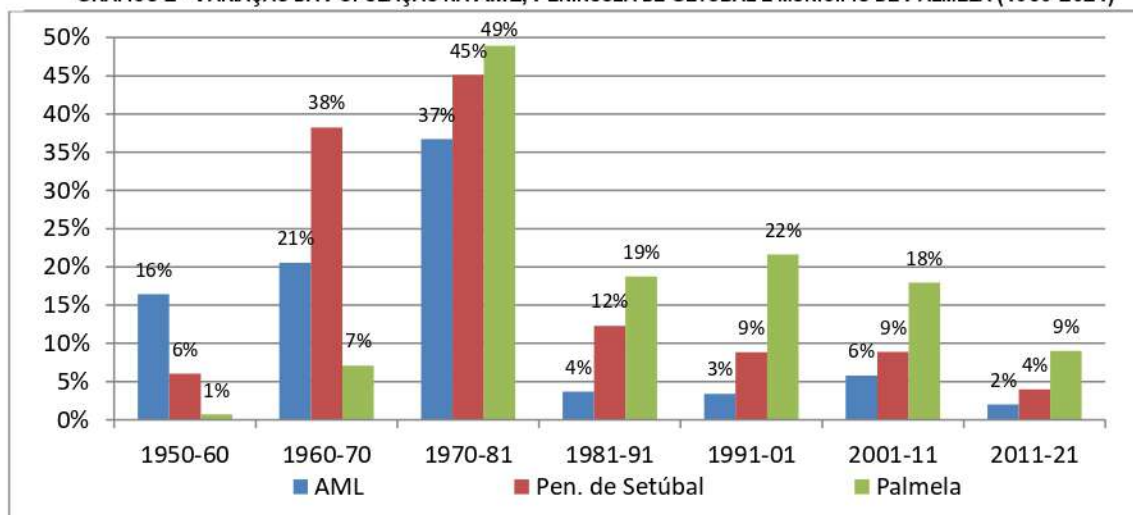
GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE PALMELA (1864-2021)



Fonte: INE

Os comportamentos demográficos do município modificaram-se quando comparados com os comportamentos da AML e da Península de Setúbal (Gráfico 2). Palmela regista, desde os anos 70, crescimentos relativos com maior expressão que as unidades territoriais em que se insere, refletindo uma crescente capacidade de atração em particular decorrente do reforço da acessibilidade regional e do desenvolvimento da estrutura económica municipal.

GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO NA AML, PENÍNSULA DE SETÚBAL E MUNICÍPIO DE PALMELA (1950-2021)



Fonte: INE

O crescimento da população observado no Município deve-se sobretudo ao peso do saldo migratório que se situou em cerca de 6.000 habitantes na última década ao passo que o saldo natural foi negativo em

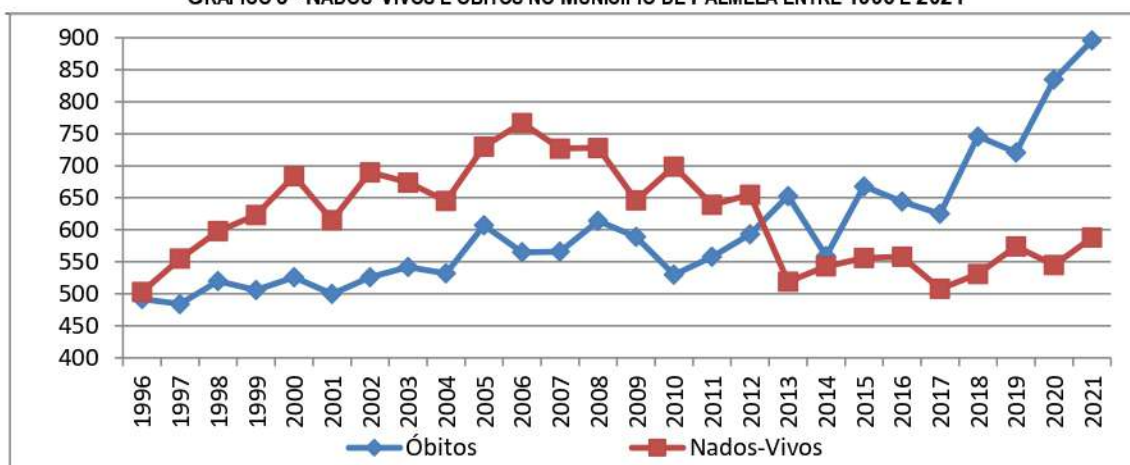
cerca de 1.000 habitantes. Este crescimento demográfico induzido do exterior encontra-se intimamente relacionado com a dinâmica demográfica e urbana que tem sido afetado a Península de Setúbal e a AML desde os anos 70, bem como alguns efeitos de uma certa “recomposição metropolitana”, que tem privilegiado os municípios da segunda coroa metropolitana, de caráter mais periurbano, nomeadamente Mafra, Palmela, Montijo (área nascente) e Sesimbra. O saldo natural, desde 2013, tem assumido valores negativos (Gráfico 3), correspondendo ao comportamento demográfico que ocorre na generalidade do território nacional, em que o envelhecimento se repercute, simultaneamente, ao nível do aumento da mortalidade e diminuição da natalidade.

QUADRO 1 - INDICADORES DEMOGRÁFICOS, PARA O MUNICÍPIO DE PALMELA

Nados-vivos (2001-2011)		7.560 hab.
Nados-vivos (2012-2021)		5.557 hab.
Óbitos (2001-2011)		6.129 hab.
Óbitos (2012-2021)		6.940 hab.
Saldo Natural (2001-2011)		1.431 hab.
Saldo Natural (2012-2021)		-1.368 hab.
Saldo Migratório (2001-2011)		8.766 hab.
Saldo Migratório (2012-2020)		1.723 hab.
Taxa bruta de Natalidade	2001	11,4‰
	2011	10,1‰
	2020	8,5‰
Taxa bruta de Mortalidade	2001	9,3‰
	2011	8,8‰
	2020	13,0‰
Taxa de Crescimento Natural	2001	0,2%
	2011	0,1%
	2020	-0,5%
Taxa de Crescimento Migratório	2001	1,8%
	2011	0,7%
	2020	0,2%

Fonte: INE

GRÁFICO 3 - NADOS-VIVOS E ÓBITOS NO MUNICÍPIO DE PALMELA ENTRE 1996 E 2021



Fonte: INE

A população estrangeira residente em Palmela possui pouca expressão, cerca de 3,5% em 2011, valor próximo da média nacional que se situava em redor dos 3,7%.

2.2 Estrutura Etária

Ao longo das últimas décadas o aumento da esperança média de vida, aliado à diminuição da fecundidade, introduziram alterações profundas na estrutura demográfica nacional, acentuando-se a tendência para o envelhecimento da população.

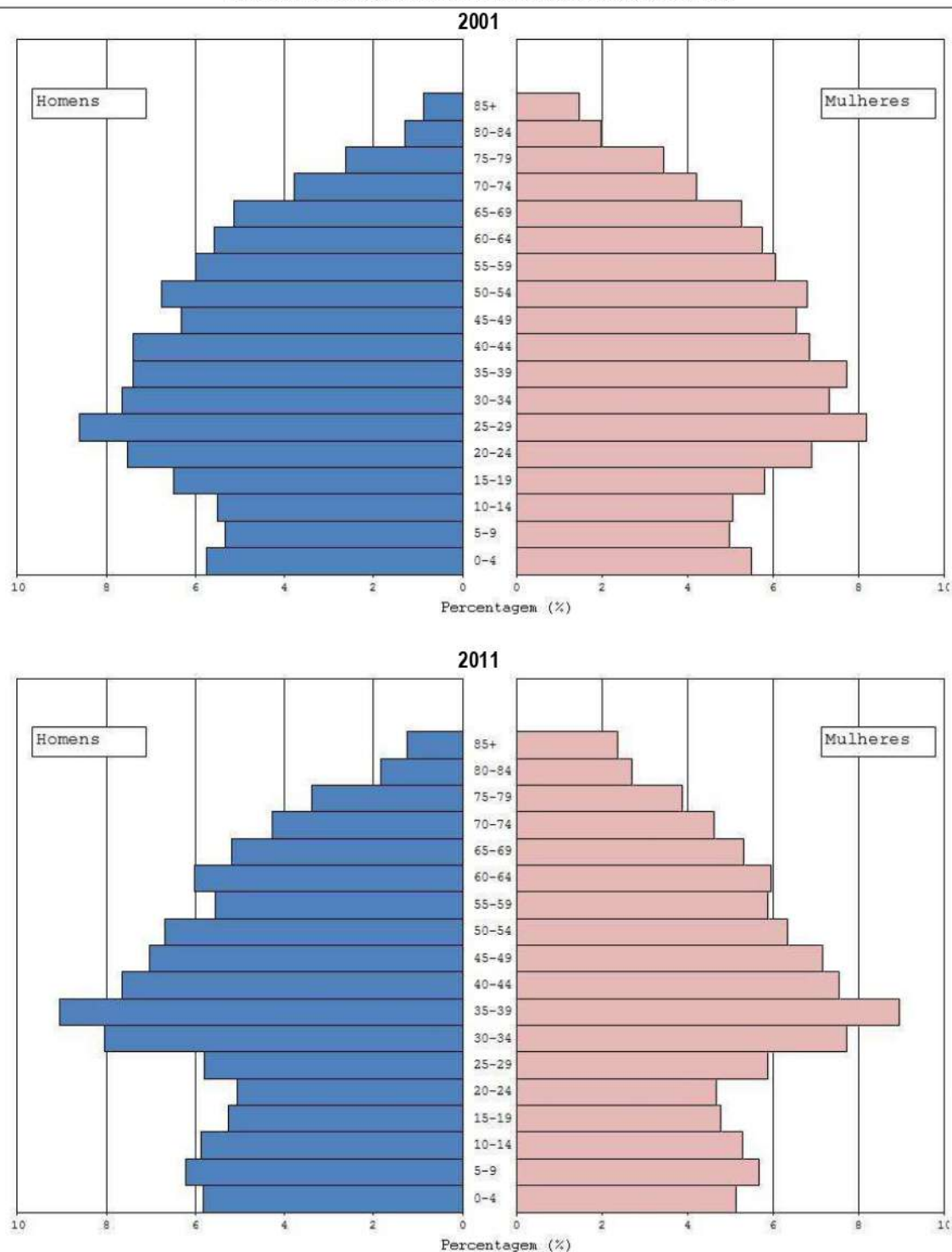
Palmela possui a generalidade das características dos municípios da Península de Setúbal e da AML; contudo, a população jovem (14 anos ou menos) tem aí um peso relativo (%) superior quando comparado com a sub-região e a região, ainda que apenas ligeiramente em 2021¹, ao passo que a população idosa apresenta um peso relativo inferior ao da Península e ao da AML, tanto em 2011, como em 2021². Deste modo, se é verdade que a tendência para o envelhecimento populacional é preocupante no Município de Palmela, uma vez que o número de efetivos populacionais do grupo etário com 65 ou mais anos cresceu cerca de 36% no último período intercensitário, ao passo que o grupo com idades inferiores a 15 anos aumentou apenas 25%, o nível de envelhecimento é menos acentuado do que ocorre na generalidade da Península de Setúbal e da AML. Esta incidência do envelhecimento reflete-se numa pirâmide etária (ainda mais) desequilibrada em 2011, com um expressivo envelhecimento populacional quer pela base quer pelo topo (Gráfico 4)³.

¹ De acordo com o INE, os resultados dos Censos 2011, demonstraram que os valores relativos da população residente com 14 ou menos anos de idade eram os seguintes: AML = 15,5%; PS = 15,9% e Palmela = 17,0%. Por sua vez os resultados (provisórios) dos Censos 2021 demonstram que esses eram, respetivamente, de 14,3%; 14,4% e 14,5%.

² Segundo os Censos 2011 do INE as percentagens de população residente com 65 e mais anos eram: AML = 18,2%; PS = 18,0% e Palmela = 17,5%. No que concerne aos valores (provisórios) dos Censos 2021 estes são, respetivamente, de 21,6%; 22,3% e 21,2%.

³ Em novembro de 2022, o INE ainda não publicou os resultados do Censos 2021 desagregados por grupos etários quinquenais para os Municípios, razão pela qual as pirâmides etárias mais recentes apresentadas são ainda as de 2011.

GRÁFICO 4 - PIRÂMIDES ETÁRIAS DO MUNICÍPIO EM 2001 E 2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

A distribuição da população por grandes grupos etários sintetiza os comportamentos demográficos do município, demonstrando grandes semelhanças entre as diferentes freguesias (Quadro 2). Em 2011, apenas em Pinhal Novo e Poceirão o número de crianças (14 anos ou menos) superava o de idosos (65 anos ou mais), situação nunca ocorrida em 1991, e em Marateca a percentagem de idosos (21%) é cerca

de 4% superior ao valor médio do município em 2011 (17%). Já em 2021, todas as freguesias apresentam uma percentagem de idosos superior à dos jovens, sendo que no caso da UF de Poceirão e Marateca a percentagem de idosos (26%) é mais do dobro da dos jovens (12%). Em relação aos valores médios do Município, a Freguesia de Palmela e a UF de Poceirão e Marateca são aquelas que apresentam, simultaneamente, percentagens superiores de idosos e inferiores de jovens.

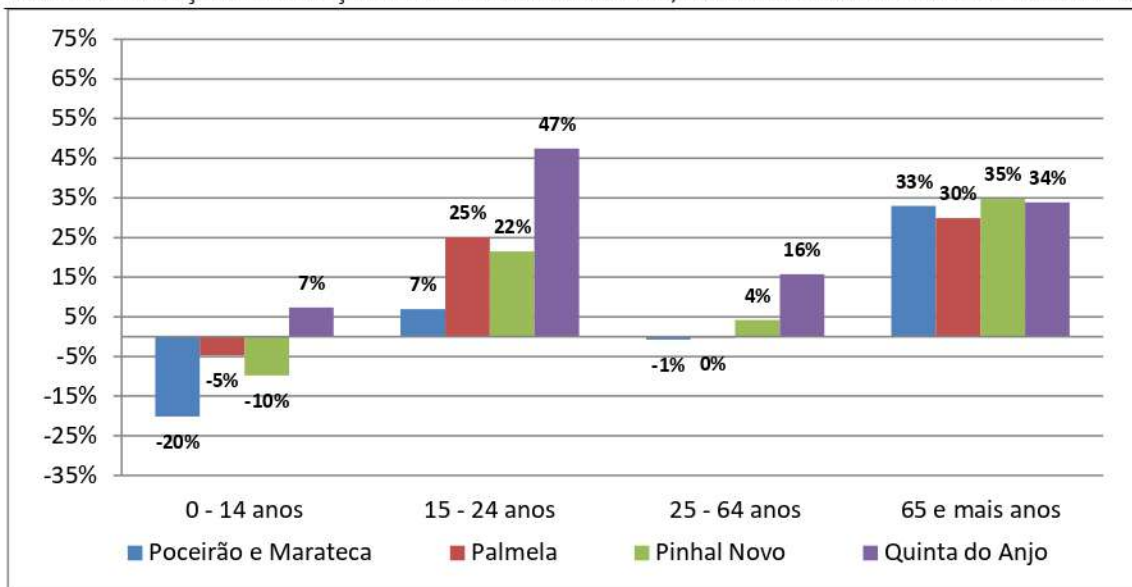
QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS, POR FREGUESIA EM 1991, 2001, 2011 E 2021

Freguesia	Total	0-14 anos		15-24 anos		25-64 anos		65 ou mais anos	
		V. Abs.	% do total	V. Abs.	% do total	V. Abs.	% do total	V. Abs.	% do total
1991									
Marateca	3644	755	21%	570	16%	1904	52%	415	11%
Palmela	13874	2559	18%	2119	15%	7582	55%	1614	12%
Pinhal Novo	15353	3021	20%	2271	15%	8240	54%	1821	12%
Poceirão	4394	863	20%	711	16%	2338	53%	482	11%
Quinta do Anjo	6592	1147	17%	947	14%	3551	54%	947	14%
Total Município	43857	8345	19%	6618	15%	23615	54%	5279	12%
2001									
Marateca	3586	559	16%	487	14%	1959	55%	581	16%
Palmela	16116	2348	15%	2169	13%	9093	56%	2506	16%
Pinhal Novo	20993	3684	18%	2889	14%	11626	55%	2794	13%
Poceirão	4304	722	17%	588	14%	2310	54%	684	16%
Quinta do Anjo	8354	1254	15%	996	12%	4618	55%	1486	18%
Total Município	53353	8567	16%	7129	13%	29606	55%	8051	15%
2011									
Marateca	3724	573	15%	370	10%	1982	53%	799	21%
Palmela	17481	2735	16%	1677	10%	9568	55%	3501	20%
Pinhal Novo	25003	4520	18%	2575	10%	14221	57%	3687	15%
Poceirão	4758	761	16%	540	11%	2525	53%	932	20%
Quinta do Anjo	11865	2091	18%	1043	9%	6679	56%	2052	17%
Total Município	62831	10680	17%	6205	10%	34975	56%	10971	17%
2021									
Palmela	18791	2606	14%	2097	11%	9540	51%	4548	24%
Pinhal Novo	26991	4078	15%	3129	12%	14815	55%	4969	18%
Poceirão e Marateca	8811	1065	12%	973	11%	4472	51%	2301	26%
Quinta do Anjo	14263	2245	16%	1538	11%	7733	54%	2747	19%
Total Município	68856	9994	15%	7737	11%	36560	53%	14565	21%

Fonte: INE, Censos 1991, 2001, 2011 e 2021

Na variação da população residente das diferentes freguesias por grandes grupos etários, entre 2011 e 2021, relevam-se os seguintes aspetos; em todas as freguesias o acréscimo de idosos foi superior a 30%; em todas as freguesias houve diminuição da importância relativa do número de crianças, exceto na freguesia de Quinta do Anjo com um aumento de cerca de 7% (Gráfico 5).

GRÁFICO 5 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 2011 E 2021, POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS E POR FREGUESIA



Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

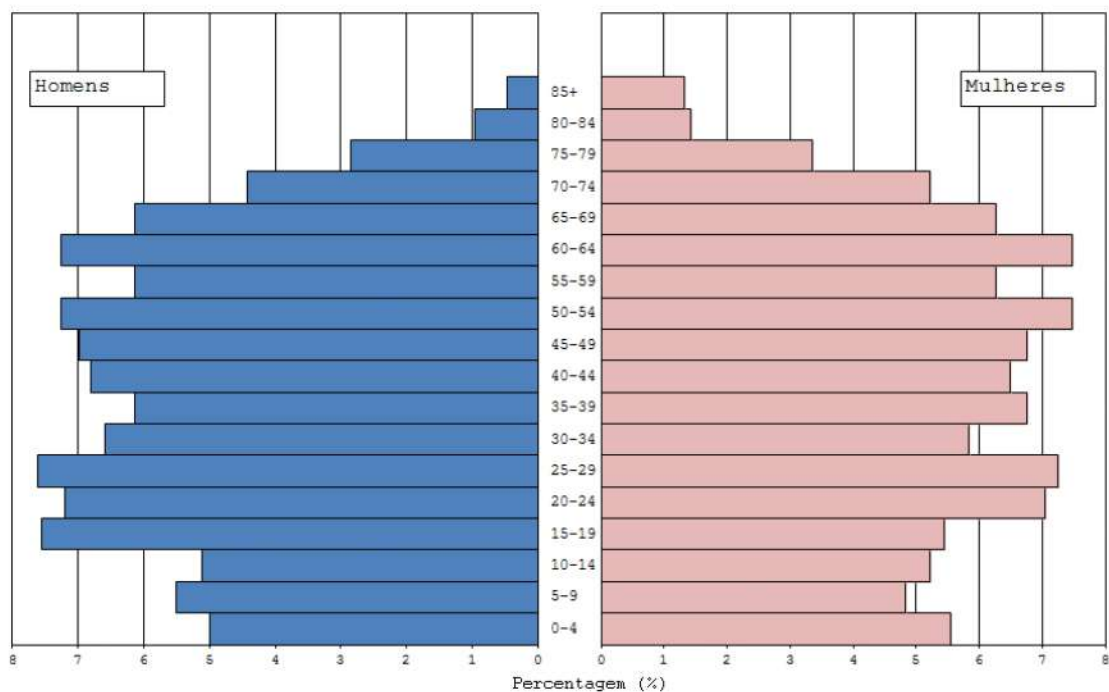
A análise comparada das pirâmides etárias das freguesias do Município, relativas a (2001 e 2011)⁴, permite destacar:

- As pirâmides de 2011 são mais desequilibradas que as de 2001, com um maior número de classes ocas;
- As freguesias de Palmela, Poceirão e Quinta do Anjo conseguiram minorar, ainda que muito ligeiramente, alguns dos aspetos do envelhecimento, sendo a largura da base (população com 14 anos de idade e menos) da pirâmide em 2011 superior à de 2001;
- Pinhal Novo mantém e reforça a primazia como a freguesia mais rejuvenescida do Município, uma vez que aumentou a base da pirâmide e mantém o topo da pirâmide mais reduzido de todas as freguesias do município, malgrado o mesmo ter aumentado durante o período 2001-2011.

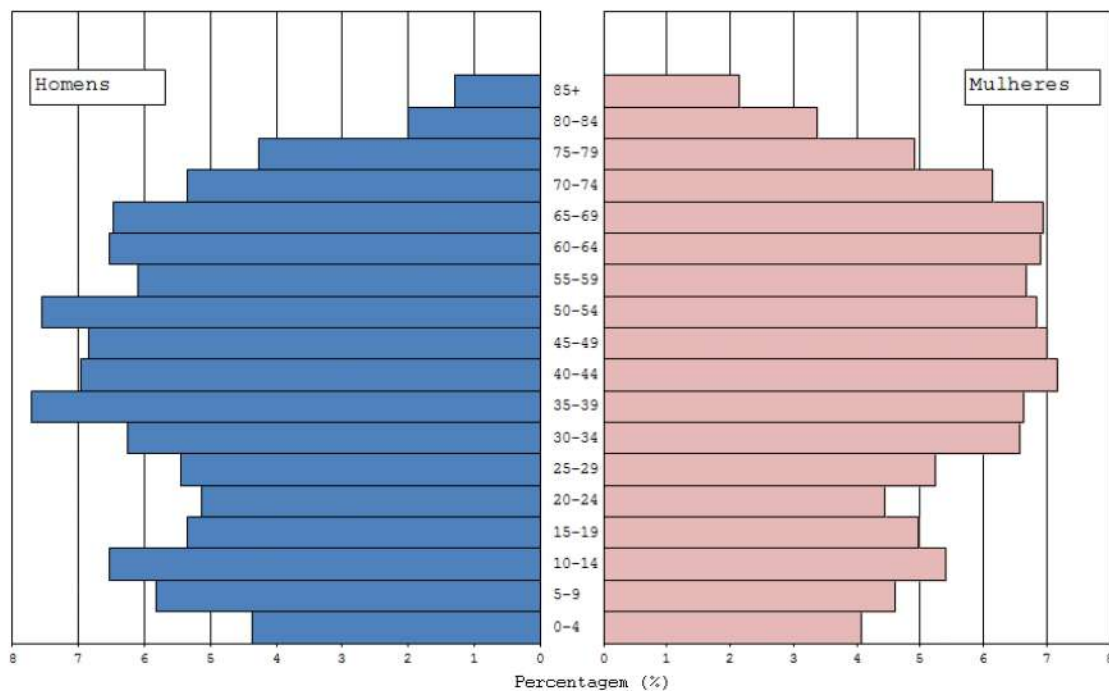
⁴ Em novembro de 2022 o INE não tinha ainda publicado os dados dos Censos 2021 referentes à população residente por grupos quinquenais desagregada ao nível das freguesias, não permitindo a atualização das pirâmides etárias.

GRÁFICO 6 - PIRÂMIDES ETÁRIAS DAS FREGUESIAS DE PALMELA EM 2001 E 2011

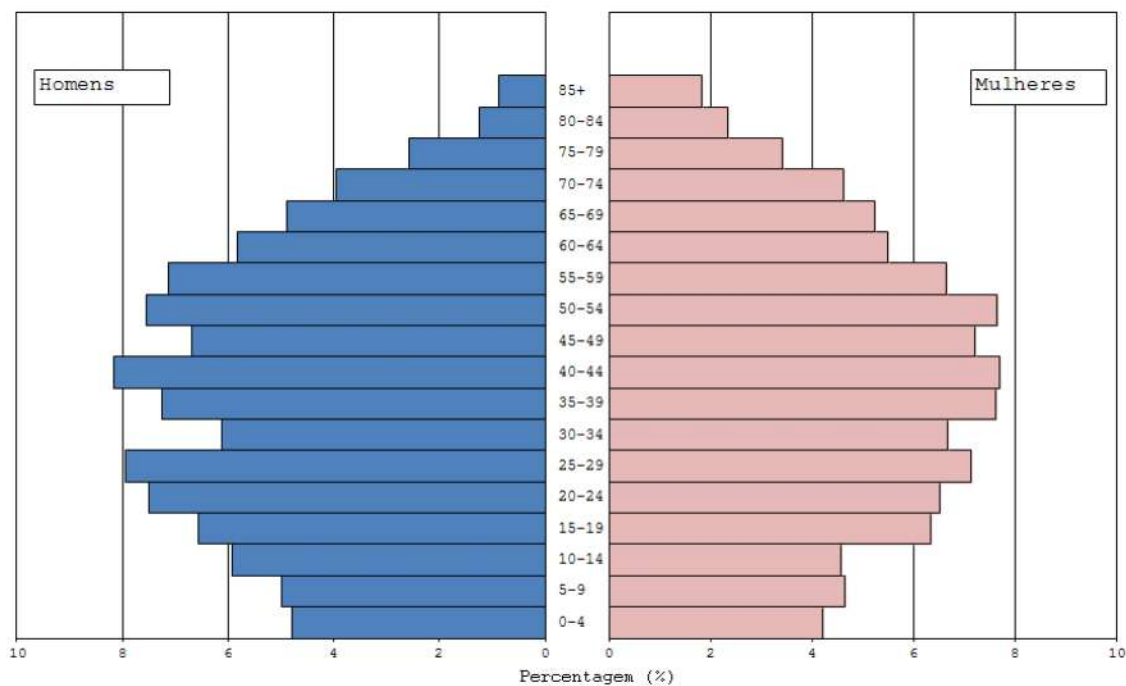
(Antiga) Freguesia da Marateca – 2001



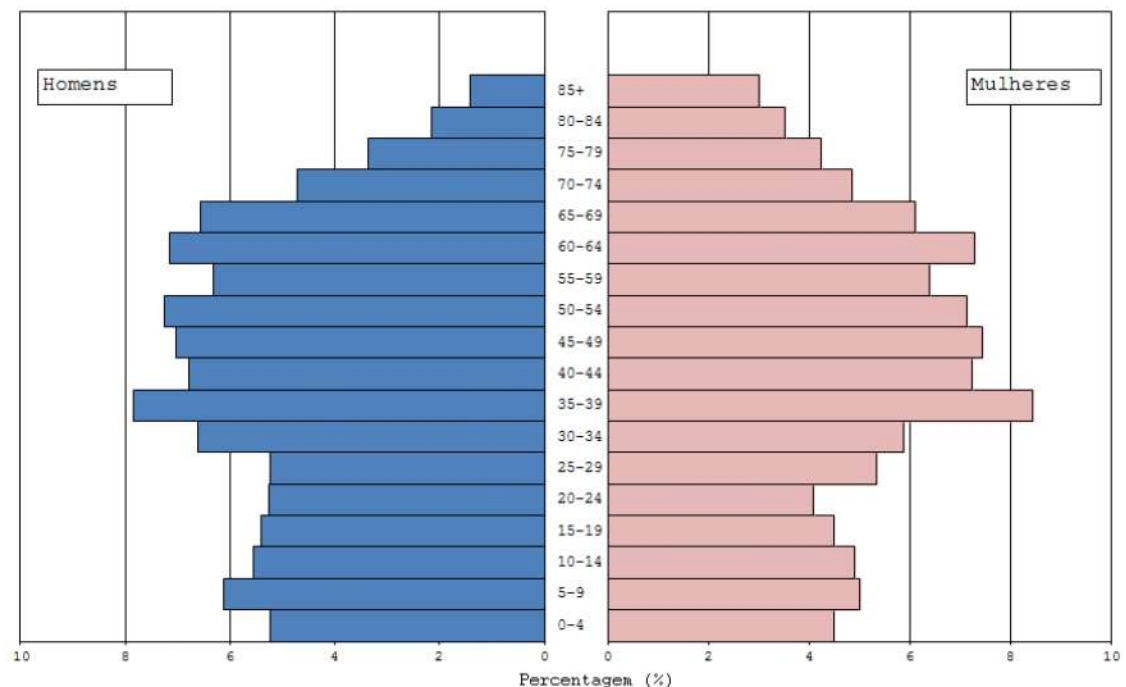
(Antiga) Freguesia da Marateca – 2011



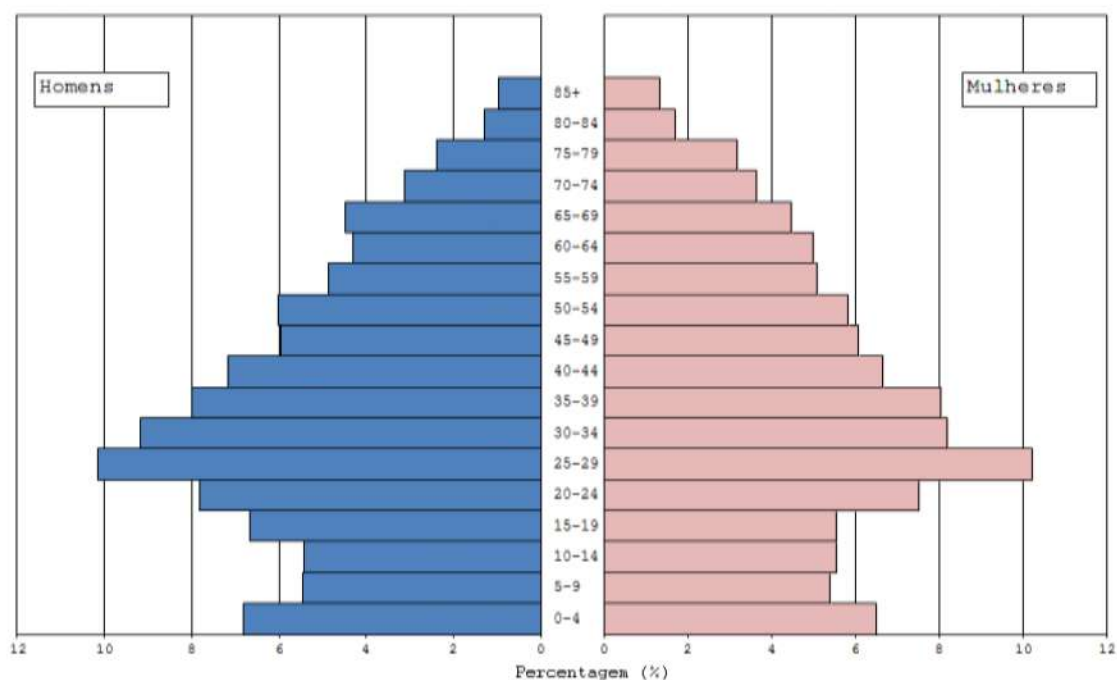
Freguesia de Palmela - 2001



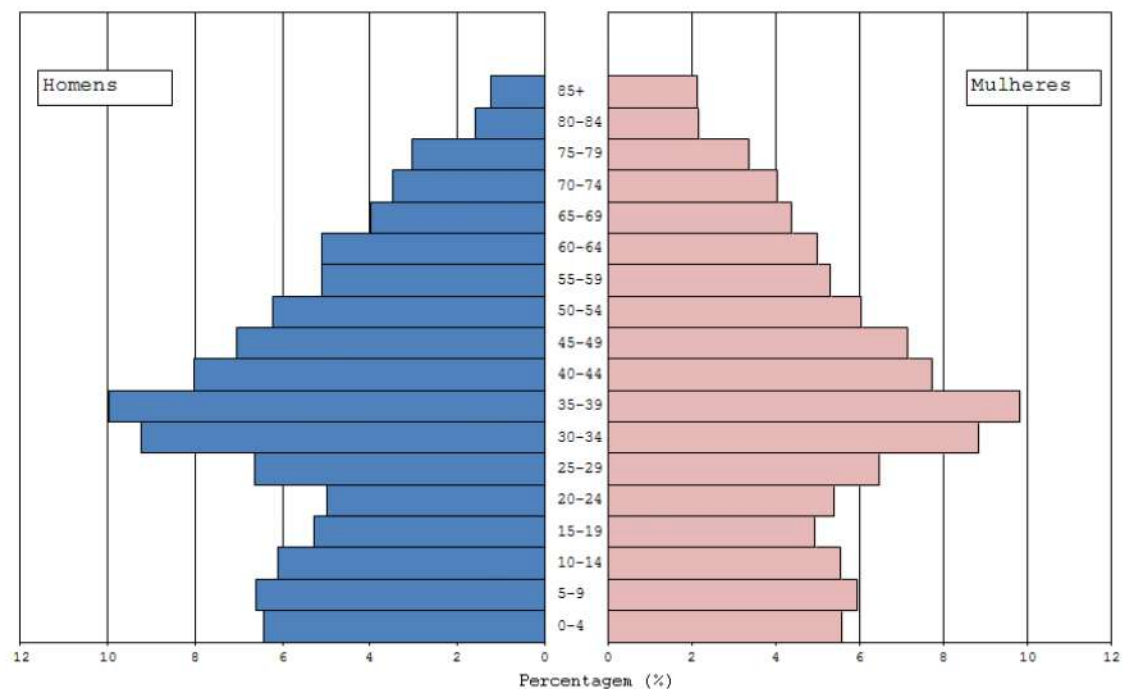
Freguesia de Palmela - 2011



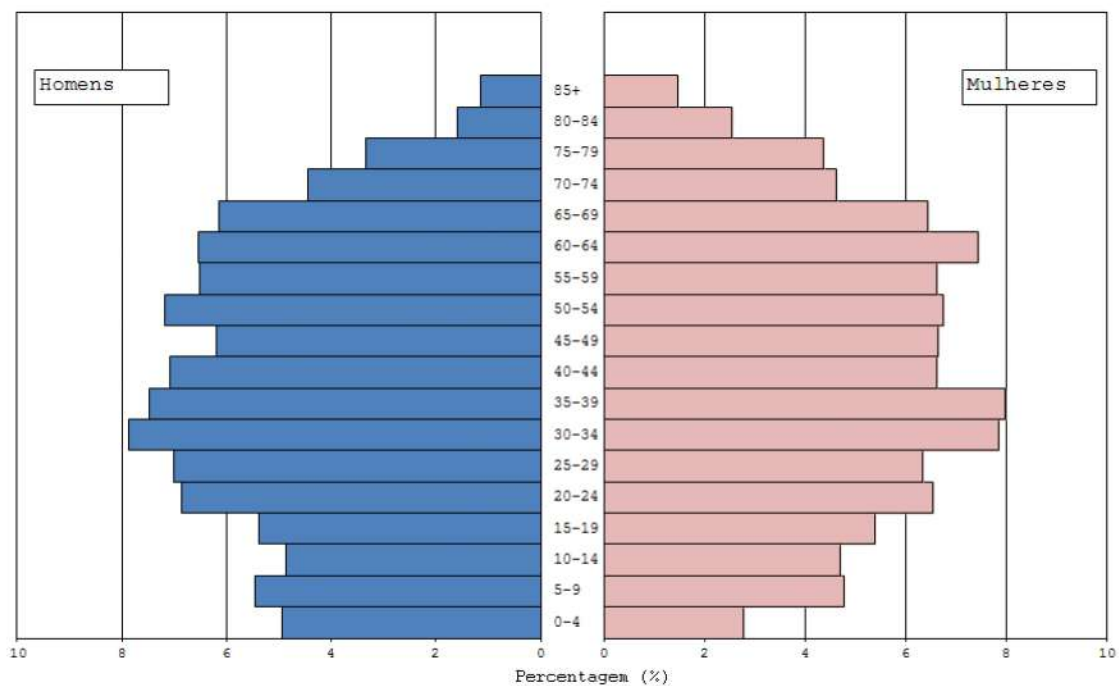
Freguesia de Pinhal Novo- 2001



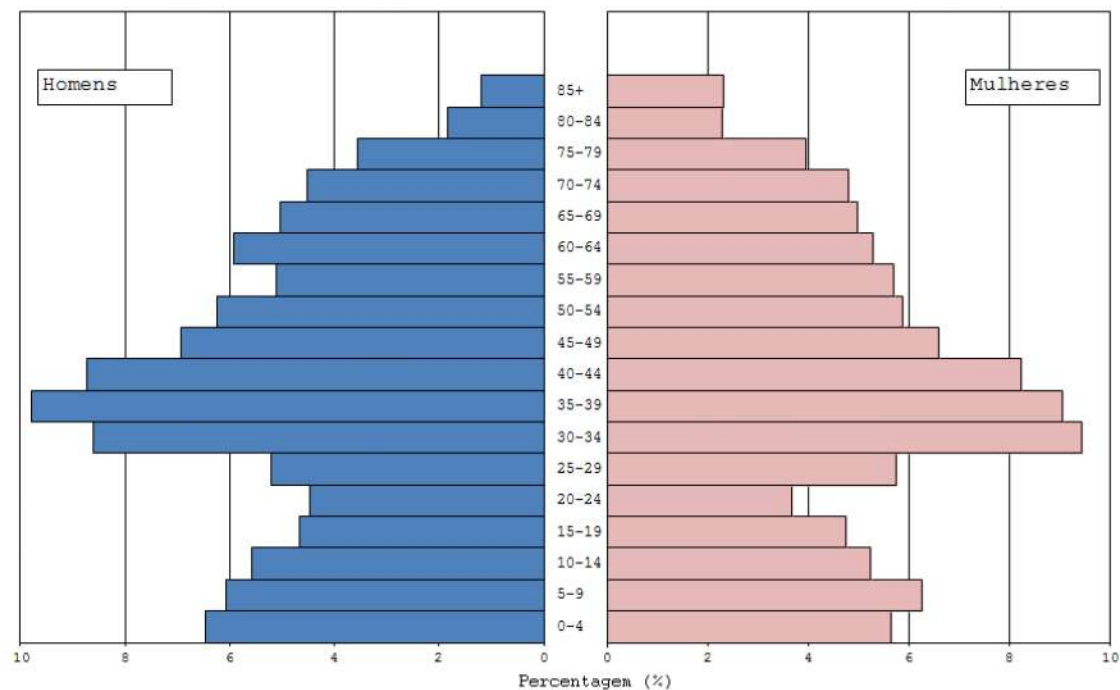
Freguesia de Pinhal Novo- 2011



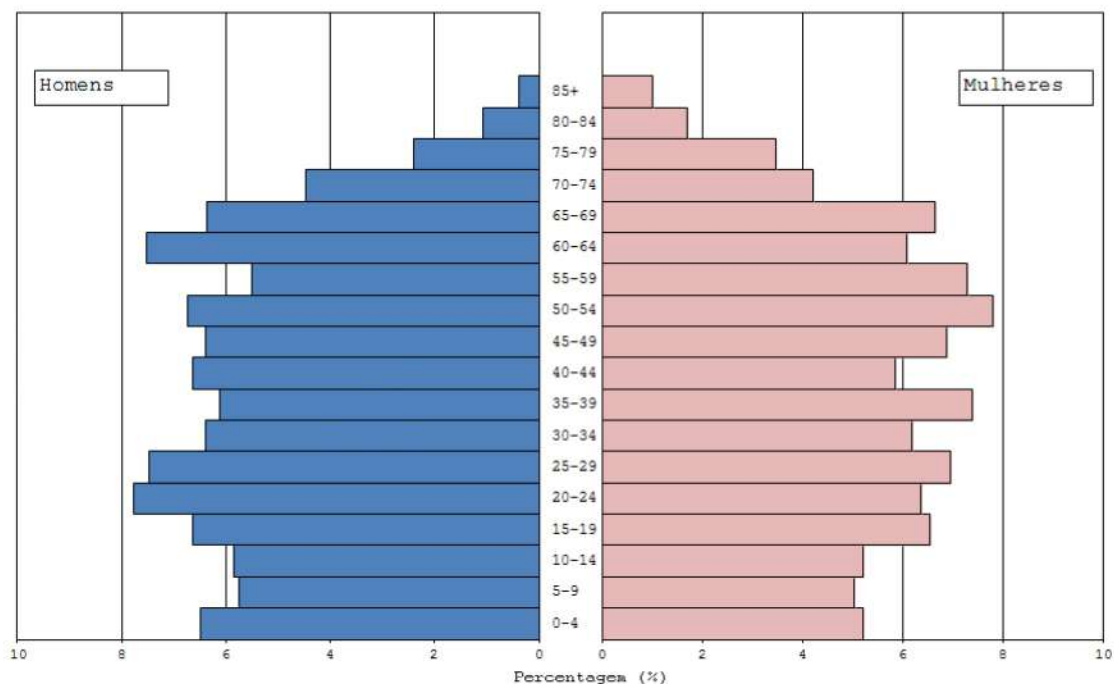
Freguesia da Quinta do Anjo- 2001



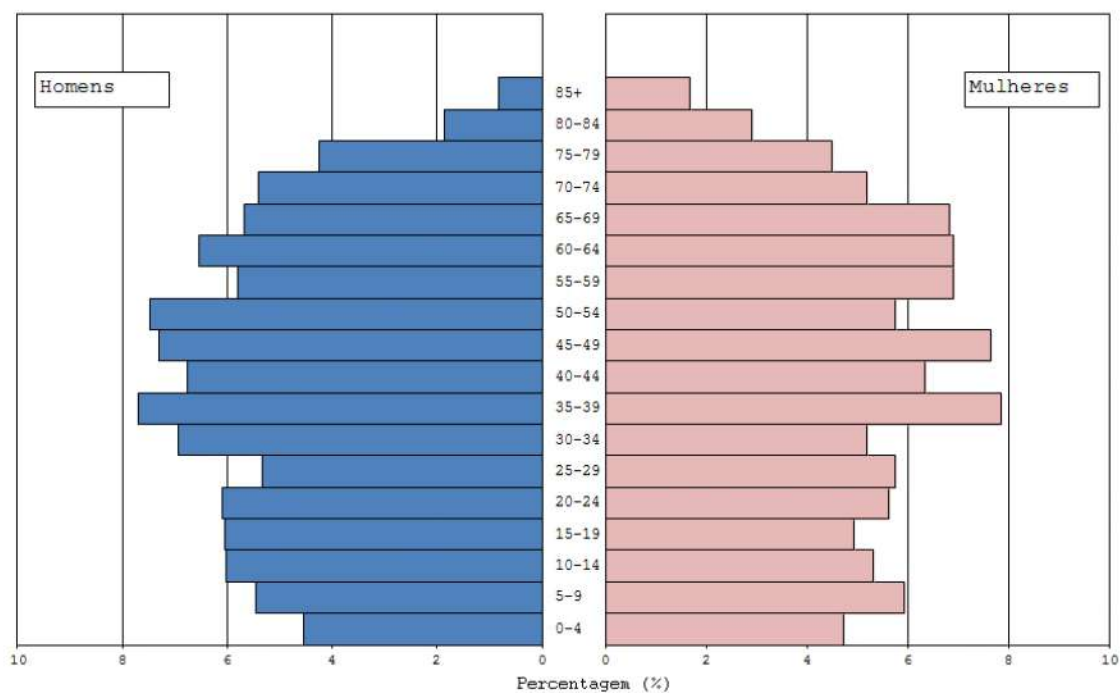
Freguesia da Quinta do Anjo- 2011



(Antiga) Freguesia do Poceirão - 2001



(Antiga) Freguesia do Poceirão - 2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Estes comportamentos demográficos refletem-se, naturalmente, nos índices de dependência e envelhecimento (Quadro 3). Em 2021 o índice de envelhecimento do Município aumentou de forma muito significativa em relação a 1991, tendo passado de 63,3 para 145,7, mas ainda assim inferior ao das unidades territoriais supra que, em 2021, era de 150,9 para a AML e 182,1 em termos de média nacional.

Este indicador teve um acréscimo assinalável na união de freguesias de Poceirão e Marateca, onde aumentou cerca de quatro vezes (1991: 55,0 e 55,6; 2021: 216,1); já a freguesia de Quinta do Anjo foi a única que conseguiu reduzir o índice de envelhecimento entre 2001 e 2011, de 118,5 para 98,1, fruto da grande dinâmica urbano-demográfica ocorrida nesta freguesia associada a localização de novos residentes, casais jovens e em idade fértil, a qual não foi suficiente para manter este nível desce no período 2011-2021.

Após a regressão dos índices de dependência de jovens registado em todo o município durante o período 1991-2001, houve um aumento dos mesmos durante o período 2001-2011 em todas as freguesias do município, exceto Poceirão, ainda que essa diminuição tenha sido de apenas 0,1%, voltando a verificar-se uma diminuição generalizada durante o período 2011-2021. Já os índices de dependência dos idosos mantiveram a sua tendência crescente tendo aumentado para praticamente o dobro na globalidade do município entre 1991 e 2021 (de 17,5 para 32,9), nomeadamente nas freguesias de Palmela e de Poceirão e Marateca.

QUADRO 3 - ÍNDICES DE DEPENDÊNCIA E ENVELHECIMENTO EM 1991, 2001, 2011 E 2021 POR FREGUESIA

Freguesia	1991			2001			2011			2021		
	Índice de dependência dos jovens	Índice de dependência dos idosos	Índice de envelhecim.	Índice de dependência dos jovens	Índice de dependência dos idosos	Índice de envelhecim.	Índice de dependência dos jovens	Índice de dependência dos idosos	Índice de envelhecim.	Índice de dependência dos jovens	Índice de dependência dos idosos	Índice de envelhecim.
Palmela	26,4	16,6	63,1	20,8	22,3	106,7	24,3	31,1	128,0	22,4	39,1	174,5
Pinhal Novo	28,7	17,3	60,3	25,4	19,2	75,8	26,9	22,0	81,6	22,7	27,7	121,8
Marateca (ant. freg.)	30,5	16,8	55,0	22,9	23,8	103,9	24,4	34,0	139,4	19,6	42,3	216,1
Poceirão (ant. freg.)	28,3	15,8	55,9	24,9	23,6	94,7	24,8	30,4	122,5			
Quinta do Anjo	25,5	21,1	82,6	22,3	26,5	118,5	27,1	26,6	98,1	24,2	29,6	122,4
Município	27,6	17,5	63,3	23,3	21,9	94,0	25,9	26,6	102,7	22,6	32,9	145,7

Fonte: INE, Censos 1991, 2001, 2011 e 2021

Relativamente ao número de famílias, em 2021 residiam no Município 26.780 famílias clássicas, 67% das quais nas freguesias de Pinhal Novo e Palmela; se a estas juntarmos Quinta do Anjo, esse valor ascende aos 87%. À semelhança do observado por todo o país, a dimensão média das famílias do Município tem

verificado uma tendência regressiva, atingindo atualmente as 2,6 pessoas por família, valor quase constante em todas as freguesias (Quadro 4).

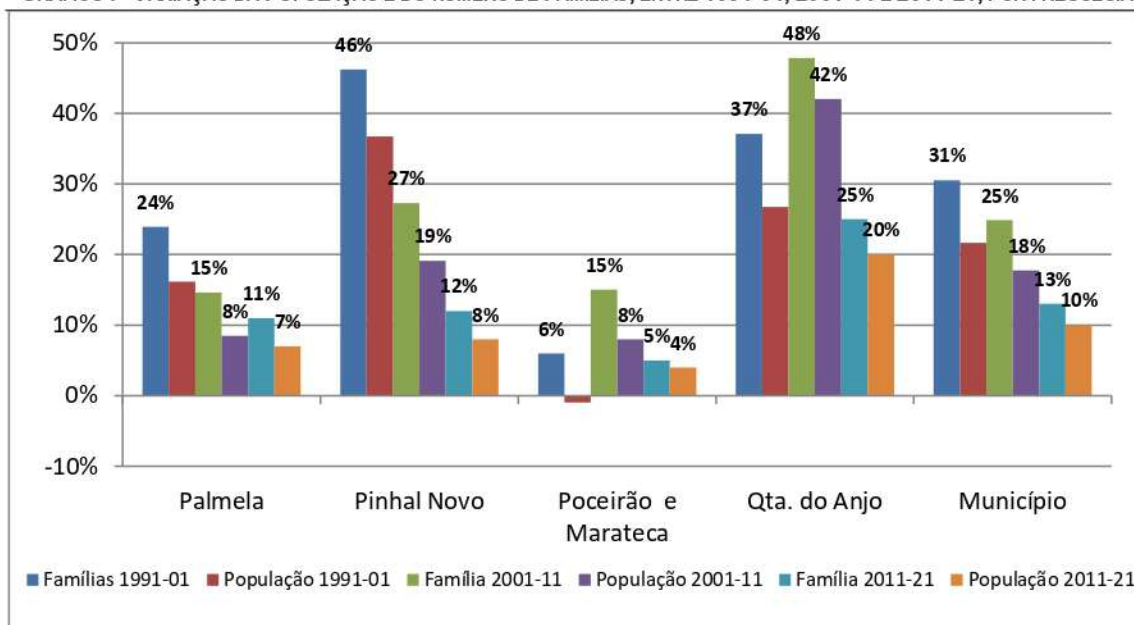
QUADRO 4 – NÚMERO DE FAMÍLIAS CLÁSSICAS E SUA DIMENSÃO MÉDIA POR FREGUESIA

Freguesia	1991			2001			2011			2021		
	V. Absoluto	%	Dim. méd. da família	V. Absoluto	%	Dim. méd. da família	V. Absoluto	%	Dim. méd. da família	V. Absoluto	%	Dim. méd. da família
Palmela	4.585	31,6%	3,0	5.682	30,0%	2,8	6.513	27,5%	2,6	7.201	26,9%	2,6
P. Novo	5.112	35,2%	3,0	7.475	39,4%	2,8	9.515	40,2%	2,6	10.643	39,7%	2,5
Poçoirão (ant. freg.)	1.435	9,9%	3,1	1.486	7,8%	2,9	1.757	7,4%	2,7	3.368	12,6%	2,6
Marateca (ant. freg.)	1.195	8,2%	3,1	1.303	6,9%	2,8	1.437	6,1%	2,6			
Qta. Anjo	2.198	15,1%	3,0	3.013	15,9%	2,8	4.455	18,8%	2,6	5.568	20,8%	2,6
Município	14.525	100,0%	3,0	18.959	100,0%	2,8	23.677	100,0%	2,6	26.780	100,0%	2,6

Fonte: INE, Censos 1991, 2001, 2011 e 2021

O número de famílias no Município cresceu em todas as freguesias, mantendo uma distribuição territorial muito semelhante à dos efetivos populacionais, com maior concentração nas freguesias mais urbanas. O acréscimo de famílias que ocorreu na última década (cerca de 3.100) representou uma taxa de variação da ordem dos 13%, valor acima do acréscimo de população (10%), o que reflete uma tendência para a diminuição da dimensão média da família (Gráfico 7).

GRÁFICO 7 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO E DO NÚMERO DE FAMÍLIAS, ENTRE 1991-01, 2001-11 E 2011-21, POR FREGUESIA



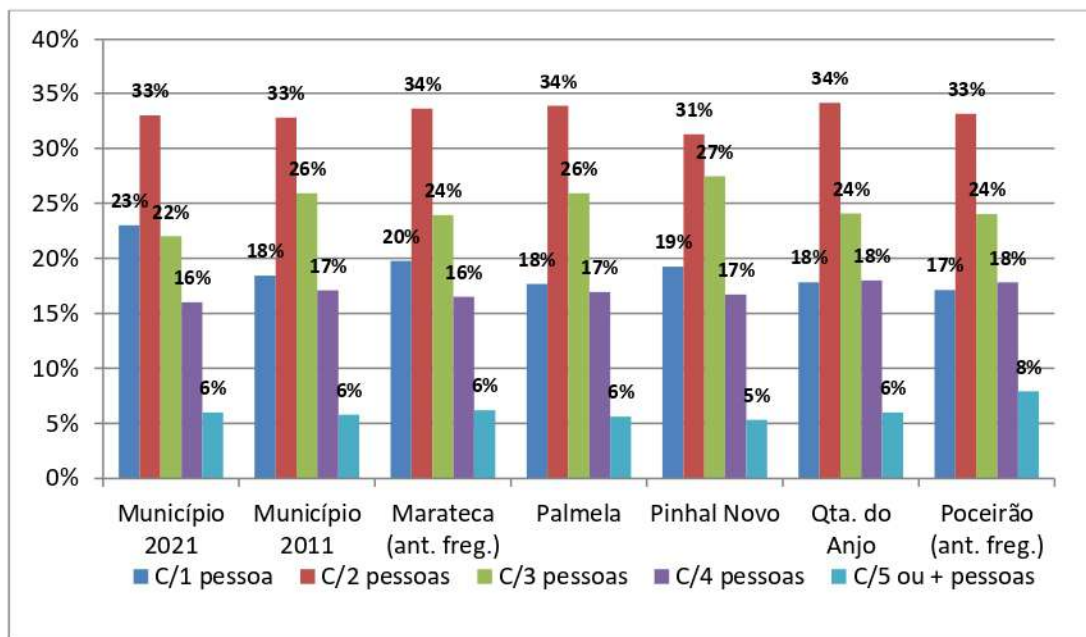
Fonte: INE, Censos 1991, 2001, 2011 e 2021

No que respeita à dimensão da família (Gráfico 8), predominavam, em 2011, as famílias com 2 pessoas (33%), seguidas das famílias com apenas uma pessoa (18%), considerando que estas famílias

correspondem frequentemente a idosos a viver sozinhos, não é de espantar que seja a (antiga) freguesia de Marateca que apresente o valor mais elevado (20%), ainda que não muito distante do valor médio do município e da realidade das restantes freguesias. Em relação às famílias mais numerosas, com 5 ou mais pessoas, são residuais (6%), destacando-se neste aspeto Poceirão por obter um valor ligeiramente mais elevado (8%).

No que concerne a 2021, e considerando que os dados provisórios do INE se encontram desagregados apenas até ao nível do Município, podemos verificar que das 26.780 famílias existentes, a maioria, 33% (8.843 famílias) tem duas pessoas. De salientar que o número de famílias unipessoais (i.e. com apenas uma pessoa) aumentou entre 2011 e 2021, de 18% para 23%. A percentagem de famílias com três pessoas diminuiu, passando de 26% para 22%, sendo que se manteve praticamente constante as percentagens de famílias com quatro pessoas e com cinco ou mais pessoas. No cômputo geral, e tal como referido anteriormente no Quadro 4, podemos dizer que se regista uma diminuição da dimensão média da família, à semelhança da generalidade da realidade demográfica nacional.

GRÁFICO 8 - FAMÍLIAS SEGUNDO A DIMENSÃO NO MUNICÍPIO EM 2011 EM 2021 NAS FREGUESIAS EM 2011



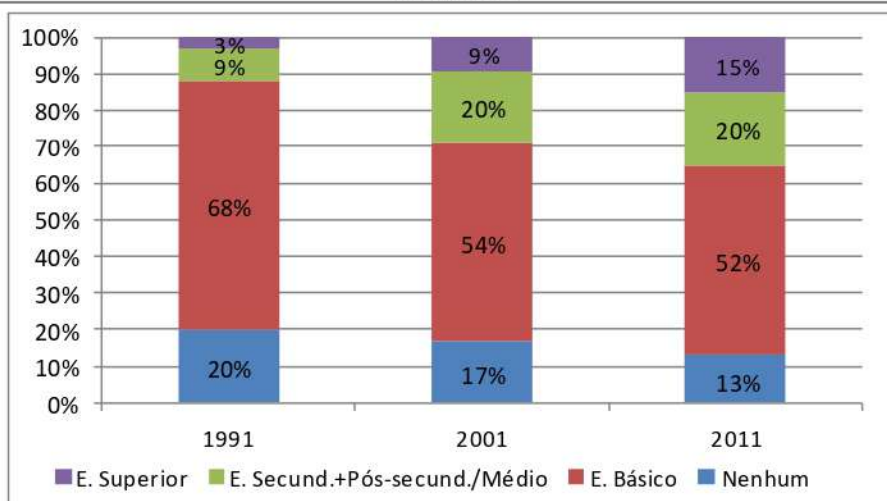
Fonte: INE, Censos 2011

2.3 Níveis de Instrução⁵

O grau de escolarização era, no início da década de 90, relativamente baixo, uma vez que perto de 90% da população residente possuía ou nenhum ou apenas o ensino básico, tendo apenas 3% da população o ensino superior completo. Nos anos 90 o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 9.º ano e mais recentemente a consagração desse mesma obrigatoriedade até aos 18 anos de idade, conduziram à massificação generalizada do ensino, o que acarretou profundas alterações neste domínio, melhorando de forma expressiva o panorama da escolarização no município tanto em 2001 como em 2011⁶ (Gráfico 9).

Contudo, comparando o grau de escolarização do município com o da Península de Setúbal e da AML verifica-se que Palmela continua a apresentar valores abaixo dos das unidades territoriais em que se insere (Quadro 5); porém, as disparidades esbateram-se na última década.

GRÁFICO 9- POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO MAIS ELEVADO COMPLETADO, EM 1991, 2001 E 2011



Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

⁵ Nos dados em análise considera-se apenas o nível de ensino completo mais elevado completado pelo indivíduo, não se considerando, pois, situações de anterior (níveis de ensino não concluídos) ou atual (níveis de ensino em que se encontrem matriculados) frequência. Na classificação de nenhum nível de ensino completo consideram-se os indivíduos nas seguintes situações: crianças que ainda não frequentam o 1.º ciclo do ensino básico (CEB) ou aquelas que o frequentando ainda não o completaram, bem como adultos que não concluíram esse mesmo 1.º CEB. O ensino médio corresponde aos antigos cursos do Magistério Primário, de Educadores de Infância, de Regentes Agrícolas, de Agentes Técnicos e de Enfermagem Geral, entre outros, ministrados em estabelecimentos de ensino não-superior e não conferentes de grau académico (i.e. bacharel ou licenciado), o ensino pós-secundário veio, *grossa modo*, substituir o ensino médio e corresponde aos atuais CET – cursos de especialização tecnológica (com a duração de um ano e ministrados tanto em estabelecimentos de ensino superior, como em estabelecimentos de ensino secundário profissional). Os CTSP - cursos técnicos superiores profissionais (com a duração de dois anos) são ministrados em estabelecimentos de ensino superior politécnico e são considerados cursos superiores de curta duração, não conferentes de grau académico.

⁶ Até novembro de 2022, o INE não tinha publicado os dados definitivos referentes aos Censos 2021, nomeadamente no que concerne à percentagem de população por nível de ensino completo.

QUADRO 5 - POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO MAIS ELEVADO COMPLETADO, EM 2011, PALMELA, UNIDADES TERRITORIAIS SUPRA E RESTANTES MUNICÍPIOS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL

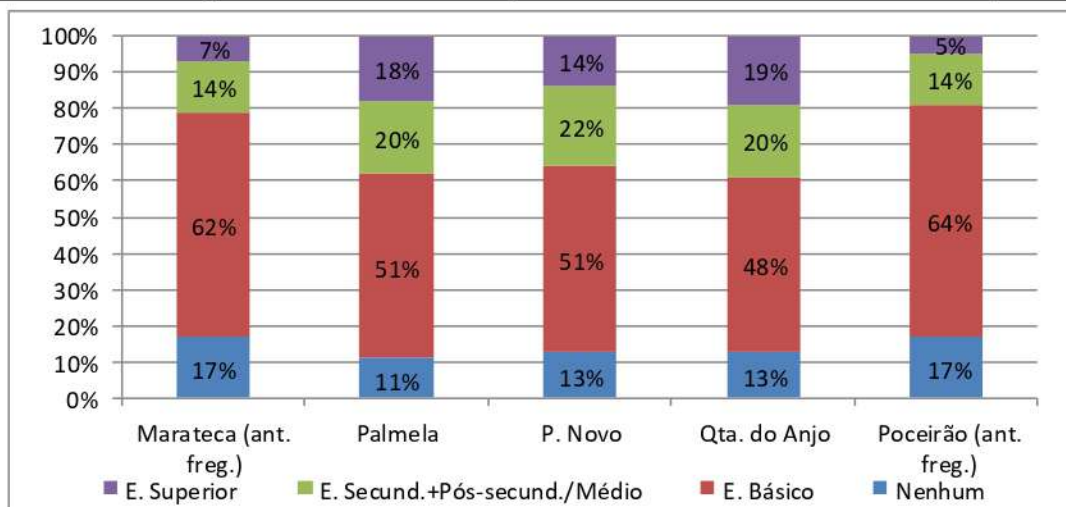
Unidades Territoriais	Nenhum	Ensino Básico	E. Secund. +Pós-secund./médio	Ensino Superior
Portugal	10%	56%	18%	15%
Continente	10%	56%	18%	16%
Área Metrop. de Lisboa	10%	48%	21%	21%
Pen. de Setúbal (antiga NUTS III)	10%	52%	21%	16%
Alcochete	13%	46%	21%	21%
Almada	9%	51%	21%	19%
Barreiro	10%	54%	21%	15%
Moita	11%	57%	22%	11%
Montijo	13%	50%	21%	16%
Palmela	13%	52%	20%	15%
Seixal	10%	52%	23%	15%
Sesimbra	12%	52%	22%	14%
Setúbal	11%	51%	21%	17%

Fonte: INE, Censos 2011

No interior do Município persistem algumas assimetrias relevantes: as (antigas) freguesias de Marateca e Poceirão apresentam as maiores percentagens de população residente sem nenhum nível de ensino completo⁷, sendo igualmente as que apresentam menores valores relativos tanto ao nível do ensino secundário, como do ensino superior. A freguesia de Quinta do Anjo merece especial destaque ao ser aquela que apresenta a maior percentagem de população residente com o ensino superior completo. Esta situação deve-se à vinda de novos habitantes durante a década anterior, com níveis socioeconómicos elevados, que fixaram a sua residência nos empreendimentos turísticos (*Palmela Village*, Portais da Arrábida, etc.) existentes nesta freguesia.

⁷ Situação que, voltamos a recordar, não é necessariamente sinónimo de analfabetismo ou de abandono escolar precoce, uma vez que abrange igualmente crianças sem idade de frequentar o 1.º CEB ou que em idade de frequência ainda não o concluíram.

GRÁFICO 10- POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS, POR NÍVEL DE ENSINO MAIS ELEVADO COMPLETADO, EM 2011



Fonte: INE, Censos 2011

O analfabetismo mantém uma dimensão preocupante, apesar da diminuição significativa da taxa de analfabetismo nas últimas décadas. No Quadro 6⁸ observa-se que no Município de Palmela as taxas de analfabetismo encontram-se acima dos valores das unidades territoriais em que Palmela se insere (Península de Setúbal, AML e Portugal). Embora este fenómeno ocorra em todas as freguesias do município, são mais relevantes as discrepâncias existentes nas freguesias mais rurais, Marateca e Poceirão.

QUADRO 6 – TAXA DE ANALFABETISMO (%), EM 1991, 2001 E 2011

Unidades territoriais	1991	2001	2011
Marateca	24,3	19,8	12,4
Palmela	12,1	9,5	5,2
Pinhal Novo	12,6	8,2	4,5
Poceirão	24,3	18,8	11,0
Quinta do Anjo	15,6	12,1	4,9
Município	15,0	10,8	5,8
Península de Setúbal	8,1	7,0	3,8
AML	6,2	5,7	3,2
Portugal	11,0	9,0	5,2

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

⁸ Em novembro de 2022, o INE não tinha ainda procedido à publicação dos dados definitivos referentes aos Censos 2021, designadamente no que diz respeito à taxa de analfabetismo.

2.4 Análise por Freguesias

As transformações económicas, sociais e culturais ocorridas nos últimos anos no país introduziram modificações relevantes na distribuição das populações pelo território. As linhas gerais do povoamento apontam para a concentração da população nos aglomerados de maior dimensão, nomeadamente no litoral e nas áreas metropolitanas, em desfavor das áreas rurais de menor expressão demográfica.

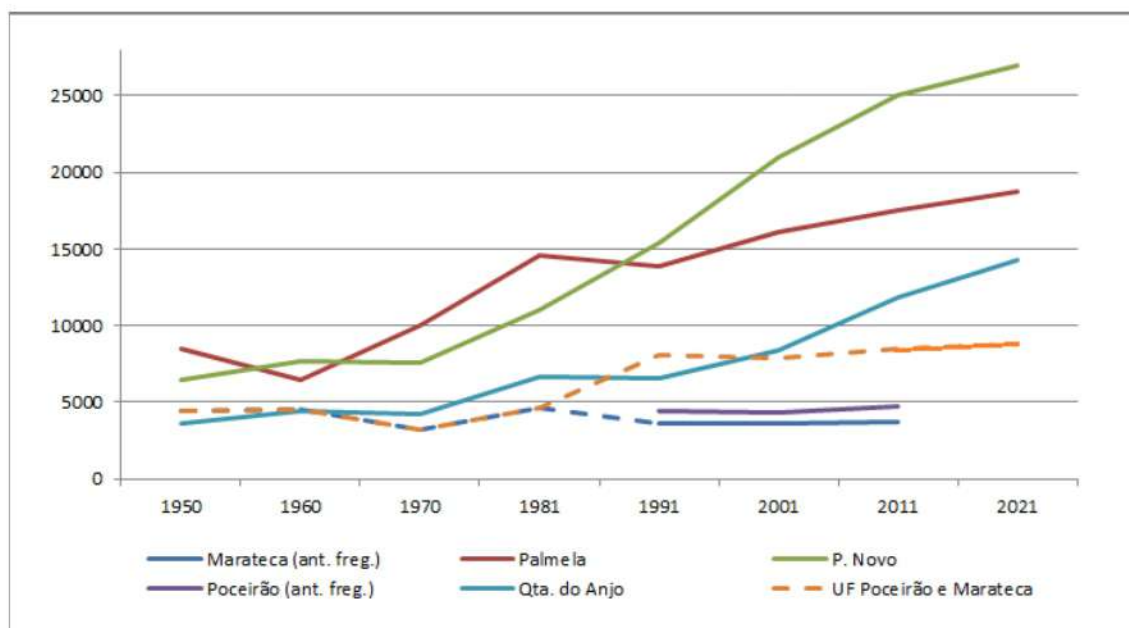
Os padrões de crescimento demográficos das freguesias do Município de Palmela revelam assinaláveis diferenciações interfreguesias. Com efeito, o município tem demonstrado uma considerável tendência de concentração intramunicipal, expressa em taxas de variação populacional apreciáveis nas freguesias de Pinhal Novo e Quinta do Anjo e, em menor escala, na freguesia de Palmela.

A evolução da população nos diferentes territórios do Município observou padrões diferenciados ao longo dos anos (Gráfico 11 e

Quadro 7), com fortes oscilações. Destaca-se o facto de na década de 60 a freguesia de Palmela ter registado um crescimento da ordem dos 50%, enquanto todas as outras freguesias viram a sua população decrescer, em particular a Marateca.

Mais recentemente, desde 1991, todas as freguesias têm registado ritmos de crescimento significativos, à exceção da União de Freguesias de Poceirão e Marateca (resultante da fusão das antigas freguesias com a mesma designação aquando da reforma administrativa de 2013) cujo crescimento, apesar de positivo, é menos expressivo.

GRÁFICO 11 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE PALMELA



Fonte: INE, Censo 1950 e 1960 e Censos, 1970, 1981, 1991, 2001, 2011 e 2021

QUADRO 7 - POPULAÇÃO RESIDENTE E VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR FREGUESIA

Freg.	População Residente								Variação da População Residente (%)						
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021	50-60	60-70	70-81	81-91	91-01	01-11	11-21
Marateca (ant. freg.)	4.444*	4.573*	3.195*	4.615*	3.644	3.586	3.724	8.811**	2,9%*	-30,1%*	44,4%*	-21,0%*	-1,6%	3,8%	3,9%**
Poçoirão (ant. freg.)	*	*	*	*	4.394	4.304	4.758		*	*	*	*	-2,0%	10,5%	
Palmela	8.497	6.487	10.025	14.629	13.874	16.116	17.481	18.791	-23,7%	54,5%	45,9%	-5,2%	16,2%	8,5%	7,5%
P. Novo	6.429	7.708	7.535	11.007	15.353	20.993	25.003	26.991	19,9%	-2,2%	46,1%	39,5%	36,7%	19,1%	8,0%
Qta. Anjo	3.623	4.387	4.260	6.682	6.592	8.354	11.865	14.263	21,1%	-2,9%	56,9%	-1,3%	26,7%	42,0%	20,2%
Munic.	22.993	23.155	25.015	36.933	43.857	53.353	62.831	68.856	0,7%	8,0%	47,6%	18,7%	21,7%	17,8%	9,6%

* A freguesia de Poceirão foi criada apenas em 1986, por separação da freguesia de Marateca

** A UF de Poceirão e Marateca resultou da reforma administrativa de 2013

Fonte: INE, Censo 1950 e 1960 e Censos, 1970, 1981, 1991, 2001, 2011 e 2021

O peso demográfico relativo das freguesias no Município sofreu significativas transformações ao longo da última metade do século XX. Marateca tem vindo a perder progressivamente peso relativo e Pinhal Novo tem-se afirmado como o pólo de maior dinâmica demográfica, o que se reflete sobretudo na diminuição do peso da freguesia de Palmela, sede de Município. De salientar ainda o aumento da importância relativa da freguesia de Quinta do Anjo, quem em 2021 já representa mais de 20% da população residente. De acordo com os Censos 2011 e 2021, dois terços da população residem nas freguesias de Pinhal Novo e Palmela.

QUADRO 8 - PESO DAS FREGUESIAS NO MUNICÍPIO EM TERMOS DE ÁREA E POPULAÇÃO RESIDENTE, ENTRE 1950 E 2021

Freguesia	Área		População Residente							
	km ²	%	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
Marateca (ant. freg.)	132	28,4%	19,3%	19,7%	12,8%	12,5%	8,3%	6,7%	5,9%	12,8%
Poceirão (ant. freg.)	151	32,5%	-	-	-	-	10,0%	8,1%	7,6%	
Palmela	75	16,1%	37,0%	28,0%	40,1%	39,6%	31,6%	30,2%	27,8%	27,3%
Pinhal Novo	56	11,9%	28,0%	33,3%	30,1%	29,8%	35,0%	39,3%	39,8%	39,2%
Qta. do Anjo	51	11,0%	15,8%	18,9%	17,0%	18,1%	15,0%	15,7%	18,9%	20,7%

Fonte: INE, Censo 1950 e 1960 e Censos, 1970, 1981, 1991, 2001, 2011 e 2021

Quando se relacionam áreas com população as assimetrias assinaladas acima surgem reforçadas, uma vez que são as freguesias de maior dimensão que possuem menor número de residentes. A União de Freguesias de Poceirão e Marateca ocupa mais de 60% da área total do Município, mas a sua população residente não perfaz sequer 15% da população municipal.

Verifica-se que os níveis de densidade populacional do município estão a crescer progressivamente, situando-se contudo bastante abaixo dos valores observados na Península de Setúbal e naturalmente na AML (Quadro 9).

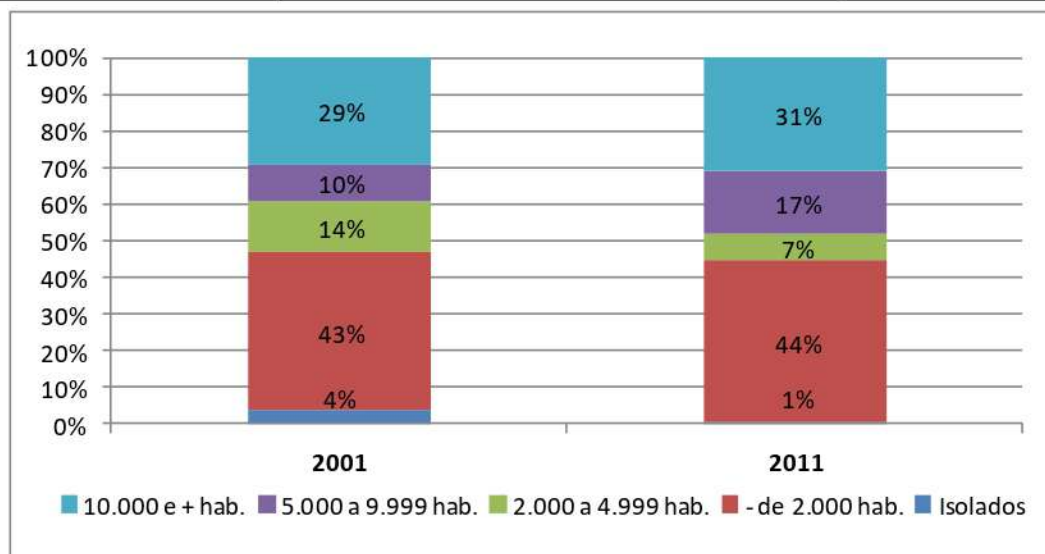
QUADRO 9 - DENSIDADE POPULACIONAL EM 1991, 2001, 2011 E 2021

Unidades Territoriais	Habitantes por Km2			
	1991	2001	2011	2021
Portugal	107	112	115	1121
Continente	105	111	113	111
Área Metrop. de Lisboa	851	899	940	952
Grande Lisboa (ex-NUTS III)	1361	1409	1484	1469
Pen. de Setúbal (ex-NUTS III)	405	451	480	498
Palmela (município)	94	115	135	148
Palmela	185	214	226	243
Pinhal Novo	276	377	459	496
Quinta do Anjo	128	163	232	279
Poceirão (ant. freg.)	29	29	32	31
Marateca (ant. freg.)	28	27	28	

Fonte: INE, Censos 1991, 2001, 2011 e 2021

A grande maioria dos lugares não atinge 2.000 habitantes. O Gráfico 12 traduz essa realidade, em que quase metade da população reside em lugares de pequena dimensão, mas o único lugar com mais de 10.000 habitantes, Pinhal Novo (com cerca de 20.000 habitantes), concentra cerca de 30% da população.

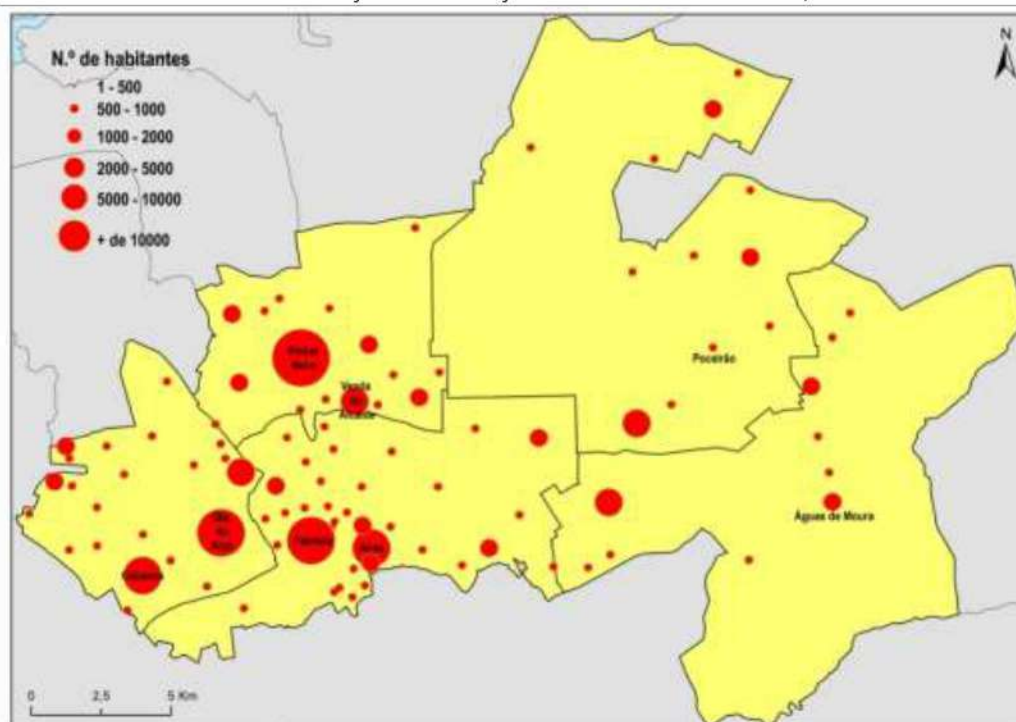
GRÁFICO 12- POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO POR DIMENSÃO DOS LUGARES, EM 2001 E 2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

A Figura 1 traduz a distribuição espacial da população residente pelos lugares do Município, o que ilustra de forma clara a forma heterogénea como o povoamento se processa no Município de Palmela⁹.

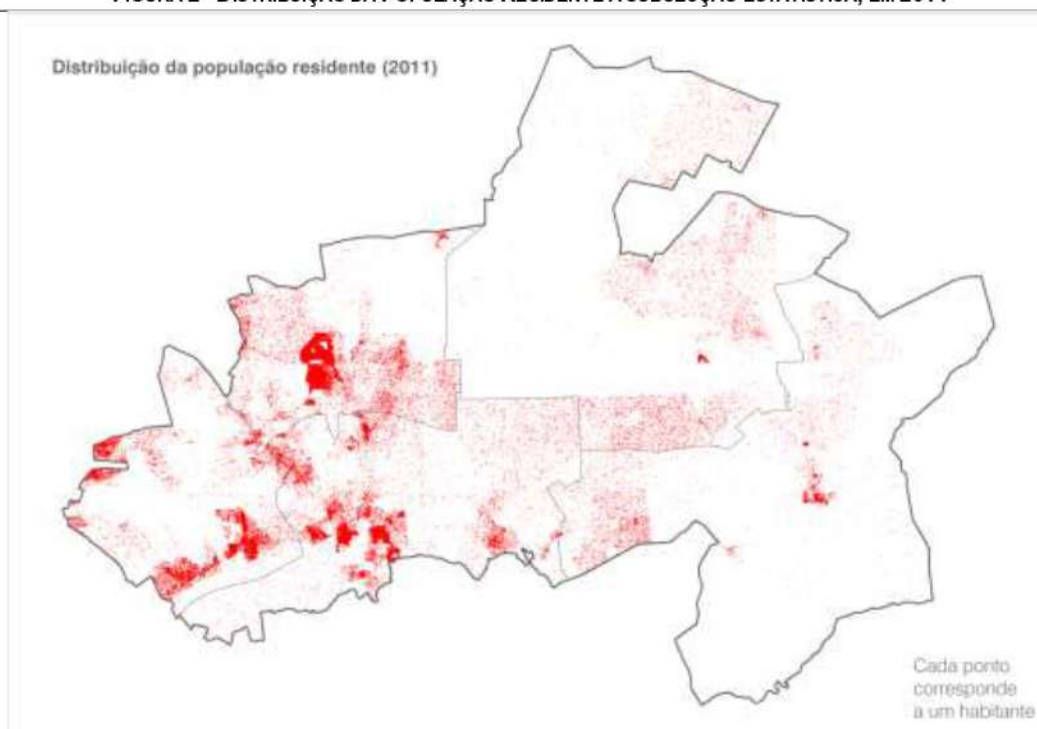
FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE PELOS LUGARES, EM 2011



Fonte: INE, Censos 2011

⁹ Destacamos, uma vez mais, que até novembro de 2022 o INE não tinha ainda procedido à publicação dos resultados definitivos dos Censos 2021, nomeadamente em termos de nível de desagregação espacial mais pormenorizada.

FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE À SUBSECÇÃO ESTATÍSTICA, EM 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Na estrutura de povoamento característica deste Município assume especial relevância o peso relativo da população dispersa por aglomerados de muito pequena dimensão (ver Figura 2), o que origina um conjunto de dificuldades e custos acrescidos, sobretudo nos domínios da dotação de equipamentos e infraestruturas básicas.

Desta forma, o PDM deverá contribuir para o desenvolvimento articulado e concertado entre os principais núcleos urbanos municipais, privilegiando alguns núcleos populacionais que possam ancorar o processo de desenvolvimento.

QUADRO 10- EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA DOS MUNICÍPIOS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL (1991 - 2011) (%)

	Península de Setúbal	Palmela	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Seixal	Sesimbra	Setúbal
1991										
SI	4,0	18,0	13,2	0,9	0,7	1,9	13,3	0,5	15,5	3,8
SII	34,1	36,3	43,9	28,5	33,8	42,5	39,7	34,6	28,2	35,0
SIII	61,9	45,7	42,9	70,5	65,5	55,7	47,0	64,9	56,3	61,3
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2001										
SI	2,2	7,8	6,8	1,0	0,5	1,2	8,1	0,4	5,1	2,3
SII	28,6	34,2	31,8	23,2	27,1	33,6	32,3	27,4	29,0	31,9
SIII	69,1	58,0	61,5	75,9	72,4	65,1	59,6	72,2	65,9	65,8
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2011										
SI	1,5	4,2	3,1	0,7	0,2	0,8	4,9	0,2	3,0	1,6
SII	19,7	24,1	18,9	15,3	19,1	23,0	19,9	17,9	19,9	25,0
SIII	78,8	71,8	78,8	84,0	80,6	76,2	75,2	81,9	77,1	73,5

	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Varição da população relativa por setor de atividade 1991/2011										
SI	-62,5	-76,7	-76,5	-22,2	-71,4	-57,9	-63,2	-60	-80,6	-57,9
SII	-42,2	-33,6	-56,9	-46,3	-43,5	-45,9	-49,9	-48,3	-29,4	-28,6
SIII	+27,3	+57,1	+83,7	+19,1	+23,1	+36,8	+60,0	+26,2	+36,9	+19,9

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

De acordo com os Censos de 2001 e 2011¹⁰, a taxa de atividade do Município de Palmela apresenta valores semelhantes aos restantes Municípios da Península de Setúbal tendo evoluído entre 50,6% (2001) e 49,2% (2011). Em termos de diferenciação interna, as Freguesias de Palmela, Quinta do Anjo e Pinhal Novo, apresentam uma taxa de atividade mais favorável, fruto de um menor índice de envelhecimento. Pela negativa, destaca-se a Freguesia de Palmela - em termos relativos mais envelhecida - que viu a sua taxa de atividade diminuir significativamente entre 2001 e 2011.

Os fluxos de entrada e saída de mão-de-obra com destino ou origem em Palmela ocorrem, maioritariamente, ao nível dos setores secundário e terciário, razão pela qual a distribuição setorial da população residente em Palmela difere substancialmente da do emprego municipal.

As diferentes especializações e complementaridades territoriais influenciam as capacidades de atração de mão-de-obra, com Palmela a evidenciar uma forte capacidade de atração de trabalhadores para o setor secundário, enquanto a mão-de-obra residente em Palmela é atraída pelas dinâmicas empregadoras do comércio e serviços de Municípios da envolvente metropolitana nomeadamente de Setúbal.

A forte presença da indústria automóvel no Município, polarizada nas duas últimas décadas pela *AutoEuropa* e respetiva rede de fornecedores de componentes, instalada na proximidade da fábrica, coloca a fabricação de material de transporte como principal ramo empregador do Município.

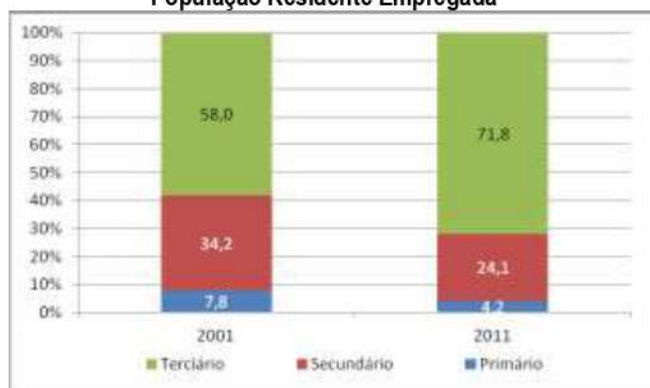
Em 2003, a multinacional empregava diretamente cerca de 3.100 trabalhadores e indiretamente (fornecedores *just-in-time* situados na sua grande maioria no parque industrial da multinacional) aproximadamente o mesmo número de empregados.

FIGURA 3 - CONTRIBUIÇÃO DOS FLUXOS DE MÃO-DE-OBRA PARA A FORMAÇÃO DO EMPREGO NO MUNICÍPIO DE PALMELA, EM

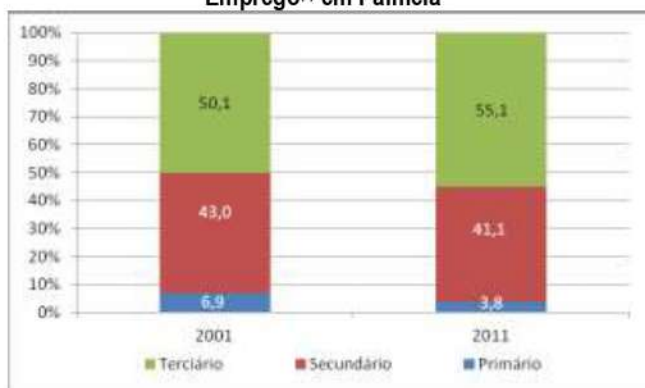
¹⁰ Em novembro de 2022 o INE não tinha ainda procedido à publicação dos resultados definitivos dos Censos 2021, designadamente no que concerne aos dados acerca do emprego.

2001 E 2011

População Residente Empregada



Emprego^(*) em Palmela



(*) Calculado através da seguinte fórmula: Emprego = População residente empregada no Município de Palmela + Entrada de população residente noutras unidades territoriais empregada no Município de Palmela - Saída de população residente (no Município de Palmela) empregada noutras unidades territoriais.

Saídas - População Residente



Entradas - Residentes em outras unidades territoriais



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

(a) Fluxos de mão-de-obra (entradas e saídas)

A intensidade de cada um dos fluxos de mobilidade-tipo evoluiu, entre 1991 e 2001, no sentido de Palmela poder deixar de ser classificado como um Município repulsivo (saídas de emprego superiores às entradas). Os dados do Quadro 11, mostram uma ligeira inflexão transparecendo, igualmente, que Palmela constitui um Município com grande grau de abertura quanto ao fator mão-de-obra, dado que o saldo empregador deriva de fluxos de entrada e saída de dimensões consideráveis, atingindo cerca de 31.000 pessoas em 2011 (entradas + saídas), com reflexos numa forte pressão sobre as vias de comunicação e a rede de transportes públicos motivada, sobretudo, pelo peso considerável das saídas, face à população residente (59,6% em 2011).

QUADRO 11 - INDICADORES DE MOBILIDADE DE MÃO-DE-OBRA DO MUNICÍPIO

Indicadores de Mobilidade	1991	2001	2011
População residente empregada [(1)]	18.216	24.874	26.695
Dimensão da atratividade (entradas) [(2)]	3.427	13.292	15.104
Dimensão da repulsão (saídas) [(3)]	7.375	10.371	15.901
Saldo de emprego [(4) = (2) - (3)]	-3.948	2.921	-797
Emprego [(5)]	14.268	27.795	25.898
Taxa de mobilidade extramunicipal [(6) = (3) / (1) * 100]	40,5	41,7	59,6
Taxa bruta de atração [(7) = (2) / (5) * 100]	24,0	47,8	58,3
Grau de atratividade /repulsão [(8) = (5) / (1) * 100]	78,3	111,7	97,0
Grau de localização do emprego [(9) = [(1) - (3)] / (1) * 100]	59,5	58,3	40,4

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

A taxa de mobilidade extramunicipal alterou-se significativamente entre 2001 e 2011 e, consequentemente, o grau de localização de emprego, o que significa que a proporção de população residente em Palmela e empregada no Município sofreu uma alteração significativa, entre 1991 e 2001 era de aproximadamente 6 em cada 10 pessoas, e de 2001 a 2011 passou a ser de apenas 4 em cada 10.

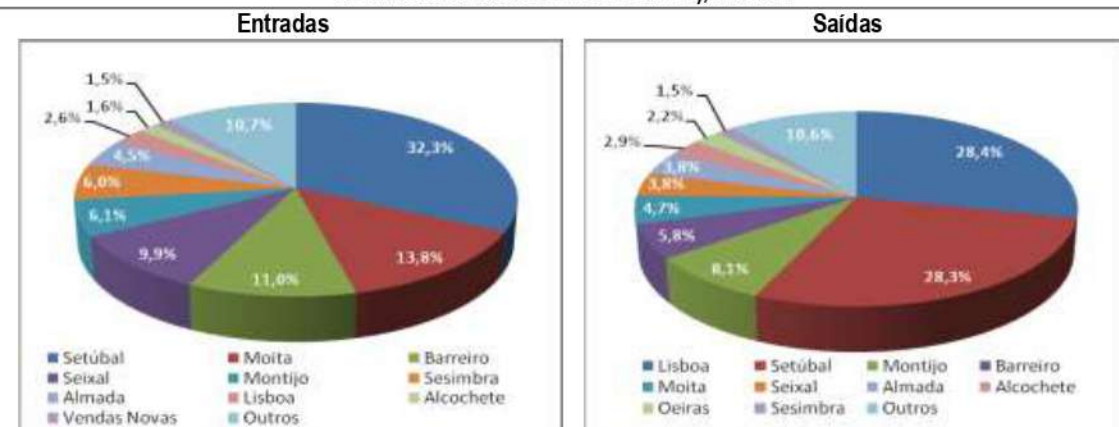
Esta situação não obsta, contudo, à afirmação de Palmela como Município atrativo em termos de mercado de trabalho, a qual assentou essencialmente na sua capacidade em posicionar-se como pólo de emprego atraindo mão-de-obra proveniente de outras áreas geográficas, facto que não é alheio ao forte desenvolvimento do principal pólo do *cluster* automóvel em Portugal, propiciado pela instalação da *AutoEuropa* no Município no início da década de noventa do século XX e o sucessivo alargamento da rede local de fornecedores.

Esta dinâmica empregadora reflete-se na evolução do indicador de atratividade bruta com o peso da mão-de-obra proveniente de outros Municípios no emprego municipal a aumentar de aproximadamente 24% em 1991 para 48% em 2001 e 58%, em 2011.

O conjunto dos fluxos laborais com origem ou destino em Palmela, evidencia a interdependência do Município de Palmela com o de Setúbal, tanto nos movimentos originados por “importação” como nos relativos a “exportação” de mão-de-obra municipal. Não obstante, o Município de Lisboa surge, com ligeira preponderância face a Setúbal, como a principal área de atratividade de mão-de-obra residente no Município de Palmela.

Quanto às deslocações de ativos residentes noutros municípios para trabalhar em Palmela, depois de Setúbal (32%), surgem como principais de origens, Moita (14%), Barreiro (11%) e Seixal (10%).

FIGURA 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS ENTRADAS E SAÍDAS DE EMPREGOS, POR MUNICÍPIO DE ORIGEM OU DESTINO (% NO TOTAL DE ENTRADAS/SAÍDAS DE MÃO DE OBRA), EM 2011



Fonte: INE, Censos 2011.

Para determinar a configuração geográfica dos movimentos pendulares laborais, restringiu-se a análise apenas a um subconjunto de municípios em que os respetivos fluxos gerados têm maior probabilidade de corresponderem a movimentos pendulares (deslocações quotidianas). A seleção baseou-se na conjugação dos fatores distância casa-trabalho, rede de transportes e vias de comunicação existentes entre Palmela e os potenciais municípios de trabalho¹¹.

A população residente em Palmela possui uma forte ligação ao tecido empresarial e empregador da Península de Setúbal, não obstante ter havido uma diminuição da importância relativa dos fluxos entre 2001 e 2011 (de 69,3% do total em 2001, para apenas 58,8% em 2011), com destaque para os relativos ao Município de Setúbal (de 39% em 2001, para 32% em 2011). Na margem norte da AML, com exceção de Lisboa¹² e, em menor grau, Oeiras, os restantes Municípios exercem escassa atratividade sobre a população residente em Palmela.

Os movimentos pendulares laborais como destino ou origem nos restantes Municípios adjacentes a Palmela, exteriores à AML (Alcácer do Sal, Benavente e Vendas Novas), são reduzidos, assumindo apenas alguma importância Vendas Novas (responsável por 1,7% das entradas de ativos em Palmela em 2001 e 1,5% em 2011).

¹¹ Quer ao nível da origem, quer ao nível do destino, os 22 Municípios selecionados representam quase 100% dos respetivos fluxos: 99,8% dos fluxos originados em Palmela, em 2001; 98,2% dos fluxos com destino a Palmela em 2001; 96,9% dos fluxos originados em Palmela em 2011; e 96,7% dos fluxos com destino a Palmela em 2011.

¹² Primeiro Município em termos de atração de emprego de população residente em Palmela, maior mesmo que a verificada por Setúbal.

QUADRO 12 - MOVIMENTOS PENDULARES LABORAIS EM 2011 (% FACE AO TOTAL DE SAÍDAS/ENTRADAS)

Origem em Palmela		Destino a Palmela	
Lisboa	28,4	Setúbal	32,3
Setúbal	28,3	Moita	13,8
Montijo	8,1	Barreiro	11,0
Barreiro	5,8	Seixal	9,9
Moita	4,7	Montijo	6,1
Seixal	3,8	Sesimbra	6,0
Almada	3,8	Almada	4,5
Alcochete	2,9	Lisboa	2,6
Oeiras	2,2	Alcochete	1,6
Sesimbra	1,5	Vendas Novas	1,5
Loures	1,4	Sintra	1,4
Amadora	1,2	Vila Franca de Xira	1,1
Sintra	1,1	Loures	1,0
Vila Franca de Xira	0,7	Oeiras	0,9
Sines	0,6	Amadora	0,8
Cascais	0,5	Odivelas	0,7
Vendas Novas	0,5	Cascais	0,5
Benavente	0,3	Alcácer do Sal	0,5
Grândola	0,3	Mafra	0,2
Évora	0,3	Coruche	0,2
Odivelas	0,3	Montemor-o-Novo	0,1
Alcácer do Sal	0,3	Benavente	0,1

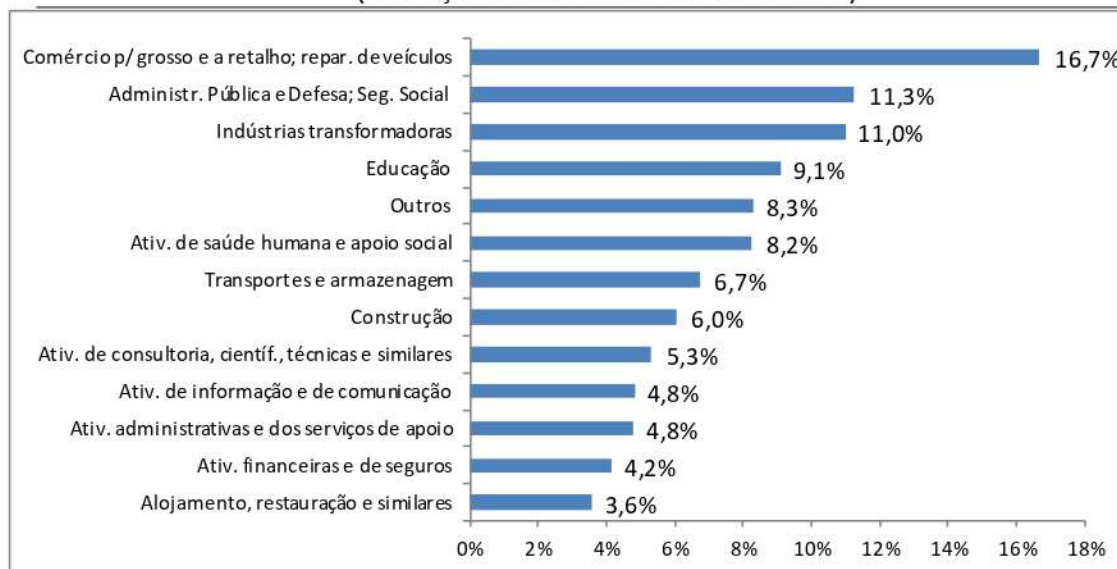
Fonte: INE, Censos 2011.

(b) Interdependência entre as bacias de emprego das áreas de influência

Na tipologia de ramos de atividade-destino da mobilidade laboral extramunicipal (totalidade de saídas, sem exclusão dos Municípios mais distantes), é notória a relevância de ramos de atividade pertencentes ao setor terciário (cerca de 79% das saídas), sendo o Comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos e a Administração Pública, Defesa e Segurança Social as atividades que mais captam mão-de-obra residente em Palmela.

No setor industrial, o ramo das Indústrias Transformadoras destaca-se como a terceira atividade escolhida pela população residente que trabalha fora do Município, nomeadamente ao nível da fabricação de material de transporte, bem como a importância que os ramos da construção, reparação naval e da metalomecânica ainda continuam a deter na Península de Setúbal, malgrado as vicissitudes registadas nos últimos anos, com o encerramento de algumas unidades industriais.

**FIGURA 5 - REPARTIÇÃO DA MOBILIDADE EXTRAMUNICIPAL POR PRINCIPAIS RAMOS DE ATIVIDADE-DESTINO EM 2011
(PROPORÇÃO DE SAÍDAS DE EMPREGO FACE AO TOTAL)**



Fonte: INE, Censos 2011.

A análise dos principais ramos de atividade de mobilidade extramunicipal por município de destino, permite determinar a composição das bacias de emprego do território envolvente e a possível existência de polos de atratividade. Os “municípios-destino” mais significativos em termos de fluxos de saída de Palmela representam 96% do total desses fluxos em 2001 e 91% em 2011 (cf. Quadro 13). Devido à alteração na CAE¹³, a comparação direta entre as duas séries temporais, limita-se: à agricultura, produção animal, caça e silvicultura; à eletricidade, gás e água; e à construção.

QUADRO 13 - REPARTIÇÃO DAS SAÍDAS DE ATIVOS DE PALMELA, COM DESTINO AOS 11 MUNICÍPIOS-DESTINO MAIS IMPORTANTES

(%)

Fluxos de Palmela para:	Ramos de atividade	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura		Eletricidade, gás e água		Construção	
		2001	2011	2001	2011	2001	2011
Lisboa		12,6	1,7	23,6	42,4	20,4	26,9
Setúbal		35,3	21,3	50,7	35,6	40,5	24,0
Montijo		33,3	46,6	4,9	1,7	10,4	8,2
Barreiro		3,9	0,6	10,4	3,4	7,5	8,4
Moita		2,4	2,8	0,7	4,2	6,7	8,4
Seixal		1,0	0,6	1,4	3,4	5,0	5,6
Restantes municípios ^(a)		11,6	26,4	8,3	9,3	9,5	18,5

(a) Loures, Oeiras, Alcochete, Almada e Sesimbra.

Nota: As percentagens somam 100 em coluna.

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

¹³Grosso modo, nos Censos 2001, privilegiou-se a desagregação das subsecções da CAE ao nível das atividades do setor secundário. Nos Censos 2011, fruto da crescente terciarização da economia, privilegiou-se a desagregação das subsecções ao nível do setor terciário.

A população residente em Palmela que trabalha no setor primário fora do Município tem como destino principal os Municípios de Setúbal e Montijo; no Município de Setúbal, em particular em Azeitão, além da vitivinicultura, destaca-se a produção de queijo. Nas atividades analisadas, Eletricidade, gás, água e Construção, a importância relativa do Município do Montijo diminui significativamente, surgindo Lisboa e Setúbal como os polos mais importantes.

Da análise efetuada, os Municípios de Loures, Oeiras, Alcochete, Almada e Sesimbra não apresentam concentração assinalável em nenhum dos principais ramos de atividade dos fluxos de saída, ainda que se observe o aumento da importância relativa, entre 2001 e 2011 (de 12% para 27%), dos trabalhadores que se deslocam de Palmela para esses municípios para exercerem atividades do setor primário.

No que se refere a entradas de mão-de-obra em Palmela, a importância relativa de cada um dos ramos de atividade (em termos de captação de emprego externo por parte das empresas localizadas no Município) é muito semelhante à do emprego municipal. A entrada de mão-de-obra não-residente no Município de Palmela é, essencialmente, destinada a suprir as necessidades do ramo fabricação de material de transporte e de equipamento elétrico e instrumentação ótica.

2.5 Projeções Demográficas (2022-2031)

Mais recentemente, com o desenrolar do processo de revisão do PDMP e com a publicação dos resultados dos Censos 2021 foi possível delinear novos cenários demográficos, coadunados com a evolução recente da realidade demográfica, económica e social.

Esta situação é tanto ou mais importante quanto interfere com os seguintes fatores:

- **Delimitação de perímetros urbanos**, assim como dos índices, densidades e parâmetros urbanísticos e habitacionais a considerar dentro destes;
- **Estratégias de Desenvolvimento Municipal**, nomeadamente na perspetiva do crescimento económico, da criação de emprego e delimitação de espaços de atividades económicas, mas também na articulação destes fatores com a qualidade de vida dos munícipes e a salvaguarda dos valores ambientais e paisagísticos, numa lógica integradora e de sustentabilidade;

- **Programação de Equipamentos Coletivos**, ao nível do planeamento financeiro plurianual da autarquia e da negociação/contratualização para a construção e manutenção de diversos serviços públicos e equipamentos coletivos com a Administração Central;
- **Programação de rede de infraestruturas**, nomeadamente no que diz respeito à rede viária e às acessibilidades, mas também ao nível das redes de abastecimento de água potável, saneamento básico, recolha de resíduos sólidos urbanos, eletricidade e telecomunicações, sendo que esta questão do dimensionamento das infraestruturas está fortemente relacionado com o descrito no primeiro ponto acerca dos perímetros urbanos.

Face à **publicação dos dados definitivos dos Censos 2021**, pelo INE – Instituto Nacional de Estatísticas, verificou-se que o **cenário mais “otimista” ou “expansivo”**, delineado no âmbito do anterior exercício de projeções demográficas **foi ultrapassado em cerca de 2.300 habitantes**. De facto, constatou-se que a dinâmica demográfica registada no Município de Palmela, durante o decénio compreendido entre 2011 e 2021, foi bastante positiva, sendo o **terceiro município, a nível nacional, que mais cresceu em termos relativos (9,6%)**, tendo atingido, em **2021**, a marca dos **68.522 habitantes** (cerca de mais 6.000 habitantes em números absolutos face a 2011).

De facto, o **próprio INE foi “obrigado” a rever as estimativas demográficas** que publica todos os anos, apresentando, agora, novos valores mais coadunados com a realidade evidenciada pela operação censitária.

Devemos ter presente que na última década, a **instabilidade económica e financeira**, associada, entre outros aspetos, às medidas da, dita, “Troika” e à política monetária do Euro, veio trazer **grande incerteza ao mercado imobiliário**, em geral, **e ao habitacional, em particular**. Paralelamente, a “turistificação” e a “gentrificação” de parte significativa da Cidade de Lisboa veio **agrar, fortemente, o acesso à habitação**, seja de casa própria, seja em regime de arrendamento, repercutindo essas pressões e o **agravamento dos preços** nos municípios limítrofes a Lisboa, localizados no que podemos designar como a “primeira coroa metropolitana”.

Face ao exposto, compreende-se que **Palmela e outros municípios**, tais como Maфра¹⁴ e Montijo, por exemplo, localizados já na “segunda coroa metropolitana”, na transição dos espaços predominante urbanos para os espaços periurbanos e rurais, **assumam uma crescente preferência em termos de construção de novas habitações e fixação de novos residentes**.

¹⁴ De salientar que Maфра foi, precisamente, o segundo município que a nível nacional conheceu maior crescimento demográfico no período intercensitário compreendido entre 2011 e 2021.

Ainda que seja uma realidade recente e relativamente pouco estudada de forma sistemática e quantificável, não devemos negligenciar os **efeitos do COVID-19** no que ao mercado laboral diz respeito, nomeadamente ao **recurso ao teletrabalho**, reduzindo os movimentos pendulares casa-trabalho, permitindo que **algumas franjas da população possam residir mais afastadas de Lisboa e dos espaços centrais da AML**, deslocando-se pontualmente aos mesmos e/ou fora das “horas de ponta”.

O exercício que a seguir se apresenta pretende ser uma reflexão do que **poderá ser a situação demográfica do Município de Palmela até ao próximo período censitário**, ou seja, até 2031.

Com base na realidade demonstrada nos últimos quarenta anos (1981 a 2021), e que corresponde, *grossa modo*, ao período de entrada de Palmela nas lógicas económico-funcionais da Área Metropolitana de Lisboa¹⁵ e à “Modernização Tardia” induzida pela entrada de Portugal na, então, CEE – Comunidade Económica Europeia e o acesso aos fundos comunitários, procedeu-se ao **cálculo de algumas hipóteses** que se passam a explicar:

- - **Taxa de crescimento igual à do período censitário 2011-2021** (10% no decénio), da qual resultaria um valor de cerca de **75.700 habitantes em 2031**;
- - **Regressão linear das estimativas anuais da população residente** (do INE) **no período 2011-2022**, da qual resultaria aproximadamente **75.700 habitantes em 2031**;
- - **Crescimento efetivo anual igual à média registada no período 2011-2022** (860 habitantes por ano), o que permitiria chegar a cerca de **77.500 habitantes em 2031**.
- De entre as três hipóteses agora apresentadas existe uma diferença de 1.800 habitantes, ou seja, de cerca de 2,3%, o que representa um desvio ou margem de erro bastante aceitável para exercícios deste tipo.

Tal como mencionado no início do presente texto **a incerteza e a instabilidade tem marcado estas duas primeiras décadas do século XXI**, nomeadamente **no que diz respeito à economia e aos mercados financeiro e imobiliário**. **Instabilidade essa que se repercute igualmente na dinâmica demográfica**, onde a **componente natural, já de si recessiva, é exacerbada pela componente migratória**, esta última **fortemente condicionada pela dinâmica e pelos ciclos económicos**. Como tal, a questão do **preço médio da habitação** e, consequentemente, o acesso à mesma deverá continuar a marcar, nos próximos anos, a realidade da Área Metropolitana de Lisboa, onde os **valores médios atingidos em Lisboa** e na maioria dos municípios da “primeira coroa” levarão, naturalmente, a que **Palmela e outros municípios da “segunda coroa” ganham vantagem competitiva** face aos primeiros. Por fim, não será despiciente considerar o aumento da importância do teletrabalho e de outras modalidades de trabalho flexíveis que

¹⁵ De recordar a extensão da Autoestrada A2 até Palmela em 1978.

levem crescente franjas da população a procurar residência em áreas de cunho mais periurbano/rural, privilegiando as amenidades oferecidas pelo campo ou pela praia.

No que concerne à **população residente por ano de idade, cujo cálculo é essencial para a programação de equipamentos coletivos: equipamentos de educação e ensino e equipamentos de segurança e solidariedade social (para crianças e jovens e para idosos)**, devemos ter em consideração as seguintes premissas:

- - A população residente em Palmela em 2021, segundo os Censos 2021, por grandes grupos etários era a seguinte: 14,5% dos 0 aos 14 anos de idade, 11,2% dos 15 aos 24 anos de idade, 53,1% dos 25 aos 64 anos de idade, 10,5% dos 65 aos 74 anos de idade e 10,7% com 75 e mais anos de idade;
- - A **regressão linear dos valores das estimativas demográficas da população residente em Palmela, entre 2011 e 2022, projetada para 2031**, por grandes grupos etários, permitiu chegar aos seguintes valores: 13,0% dos 0 aos 14 anos de idade, 12,0% dos 15 aos 24 anos de idade, 50,0% dos 25 aos 64 anos de idade, 11,5% dos 65 aos 74 anos de idade e 13,5% com 75 e mais anos de idade;
- - Face às **tendências instaladas, de redução da natalidade/fecundidade e do aumento da esperança média de vida/envelhecimento, considerando a necessidade de ter valores de população para cada ano de idade**, levou-se em consideração o seguinte: que cada ano de idade até aos 14 anos poderá ter uma redução de cerca de 0,1%; cada ano de idade dos 15 aos 24 anos poderá ter um aumento de 0,1%; cada ano de idade compreendido entre os 25 e os 64 anos poderá ter uma diminuição de -0,075%; cada ano de idade entre os 65 e os 74 anos poderá ter um aumento de 0,1%; cada ano de idade compreendido entre os 75 e os 89 anos poderá registar um aumento de 0,15%; e cada ano de idade correspondente a 90 e mais anos poderá verificar um crescimento de 0,05%.

Os **resultados finais, a usar na supracitada Programação de Equipamentos**, são os do quadro seguinte:

QUADRO 14 – REPARTIÇÃO DAS PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS PARA 2031 POR ANO DE IDADE DOS INDIVÍDUOS

Ano de Idade	% população	75.700 hab. 2031	77.500 hab. 2031
Menos de 1 ano	0,7%	509	521
1 ano	0,7%	551	564
2 anos	0,7%	566	580
3 anos	0,8%	573	587
4 anos	0,8%	609	624
5 anos	0,8%	587	601
6 anos	0,9%	675	691
7 anos	0,7%	550	563
8 anos	0,9%	671	687
9 anos	0,9%	705	722
10 anos	1,0%	749	767
11 anos	1,0%	719	736
12 anos	1,0%	780	798
13 anos	1,1%	806	825
14 anos	1,1%	802	821
15 anos	1,2%	931	953
16 anos	1,2%	941	963
17 anos	1,3%	985	1008
18 anos	1,2%	930	952
19 anos	1,3%	996	1020
20 anos	1,2%	926	948
21 anos	1,2%	909	931
22 anos	1,1%	859	879
23 anos	1,0%	785	804
24 anos	1,1%	838	858
25 anos	0,9%	705	722
26 anos	0,8%	639	654
27 anos	0,8%	641	657
28 anos	0,9%	684	701
29 anos	0,9%	716	733
30 anos	0,9%	674	690
31 anos	0,9%	686	703
32 anos	1,0%	757	775
33 anos	0,9%	669	685
34 anos	1,0%	752	770
35 anos	1,0%	776	794
36 anos	1,1%	860	881
37 anos	1,2%	932	954
38 anos	1,4%	1029	1054
39 anos	1,3%	984	1008
40 anos	1,4%	1043	1067
41 anos	1,5%	1121	1147
42 anos	1,6%	1190	1218
43 anos	1,7%	1276	1306
44 anos	1,7%	1278	1308
45 anos	1,8%	1333	1365
46 anos	1,8%	1327	1359
47 anos	1,6%	1223	1252
48 anos	1,5%	1167	1195
49 anos	1,6%	1233	1262
50 anos	1,4%	1050	1075
51 anos	1,4%	1026	1051
52 anos	1,3%	1022	1046

53 anos	1,3%	1006	1030
54 anos	1,3%	1009	1033
55 anos	1,3%	978	1001
56 anos	1,2%	944	966
57 anos	1,3%	1000	1024
58 anos	1,2%	938	961
59 anos	1,2%	907	929
60 anos	1,2%	884	905
61 anos	1,1%	850	870
62 anos	1,2%	884	905
63 anos	1,2%	914	936
64 anos	1,1%	818	838
65 anos	1,2%	921	943
66 anos	1,1%	846	867
67 anos	1,2%	879	900
68 anos	1,2%	881	901
69 anos	1,1%	838	858
70 anos	1,2%	887	908
71 anos	1,2%	874	895
72 anos	1,2%	893	914
73 anos	1,1%	841	861
74 anos	1,1%	843	863
75 anos	1,1%	819	839
76 anos	1,1%	818	838
77 anos	1,0%	792	811
78 anos	1,0%	733	750
79 anos	0,8%	575	589
80 anos	0,8%	642	658
81 anos	0,9%	652	668
82 anos	0,8%	602	616
83 anos	0,8%	592	606
84 anos	0,7%	564	578
85 anos	0,7%	532	545
86 anos	0,6%	449	460
87 anos	0,6%	437	447
88 anos	0,5%	388	398
89 anos	0,4%	328	336
90 anos	0,3%	240	246
91 anos	0,3%	205	210
92 anos	0,2%	157	160
93 anos	0,2%	151	155
94 anos	0,1%	107	110
95 anos	0,1%	98	101
96 anos	0,1%	72	74
97 anos	0,1%	69	70
98 anos	0,1%	53	55
99 anos	0,1%	59	60
100 ou mais anos	0,1%	51	52

3. Base Económica e Atividades Económicas

3.1 Estrutura económica, empresarial e de emprego

A análise do tecido produtivo do Município efetuada neste Ponto centra-se fundamentalmente em duas componentes:

- (i) importância relativa das diferentes atividades na economia local em termos de empresas e de emprego (estrutura produtiva do município); e
- (ii) determinação da especialização produtiva municipal tendo como referência a Península de Setúbal, calculada com base na variável emprego.

A análise agrupa as diferentes atividades económicas de acordo com uma tipologia que permite retirar conclusões sobre: fatores de competitividade e grau de incorporação tecnológica em que assentam essas atividades; estágio de maturidade e dinamismo do tecido produtivo; e maior ou menor especialização em setores com capacidade de implantação nos mercados externos.

A análise efetuada para o 2013 assenta em três variáveis para cada atividade, nomeadamente: a percentagem de pessoas ao serviço no emprego total municipal (%NPS), a percentagem de empresas na base económica do Município (%EST) e o Quociente de Localização (QL) para a variável emprego.

Paralelamente, pretende-se apreender a dinâmica da estrutura produtiva municipal com o objetivo de detetar a tipologia de alterações verificadas no período 2007-2013 e respetivos impactes sobre o desenvolvimento económico e especialização produtiva do Município.

3.1.1. Especialização produtiva

A análise da especialização produtiva do Município permite identificar um conjunto de especificidades da economia local e detetar a existência de disparidades/lacunas produtivas face à Península de Setúbal. A especialização resulta da aplicação do Quociente de Localização (QL)¹⁶, utilizando a variável emprego como termo de comparação (análise da estrutura de emprego do Município de Palmela face à estrutura do emprego da Península de Setúbal).

¹⁶QL<1: subespecialização do Município face à Península de Setúbal na atividade x; QL>1 sobre especialização; QL=1: igual importância relativa da atividade x nas estruturas produtivas do Município e da Península de Setúbal; QL=0: o Município não possui a atividade x.

Os valores assumidos pelo indicador apontam para o seguinte padrão de especialização produtiva do Município de Palmela (QL>1) face à Península de Setúbal, por grandes grupos/tipologia de atividades:

- *Atividades primárias*, com destaque para a agricultura e a produção animal;
- *Indústria Transformadora*, salientando-se os produtos farmacêuticos, as borrachas e os plásticos, e os equipamentos de instrumentação ótica;
- *Indústria tradicional*, nos ramos da alimentação e bebidas; e
- *Indústria eletromecânica*, salientando-se os veículos automóveis, a fabricação de material de transporte, o equipamento elétrico e as máquinas e equipamentos.

As subespecializações mais expressivas ocorrem nas atividades de dinâmica urbana e nas atividades de apoio às empresas (incluindo o comércio a retalho, imobiliárias, financeiras, consultoria; etc.).

QUADRO 15 - ESTRUTURA E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA DA ECONOMIA LOCAL (2013)

Atividades	Indicadores		
	QL	% NPS	% EST
Atividades primárias	0,89	2,0	6,9
Agricultura e produção animal	1,37	1,9	6,5
Silvicultura e exploração florestal	0,10	0,0	2,0
Pesca	0,08	0,0	2,0
Indústria extrativa	0,15	0,0	0,1
Indústria Transformadora	2,40	45,1	12,8
Indústrias alimentares	1,15	3,4	3,2
Indústria das bebidas	1,31	0,7	0,9
Indústria do vestuário	1,87	0,2	0,1
Indústria da madeira e da cortiça e suas obras exc. mobiliário;fab. Obras cestaria e espartaria	1,42	0,8	0,5
Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos	0,64	0,5	0,1
Impressão e reprodução de suportes gravados	0,06	0,0	0,2
Fabricação de prod.químicos e de fibras sintéticas ou artificiais,exc.prod.farmacêuticos	1,24	1,2	0,7
Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	6,76	0,0	0,1
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	3,28	1,1	0,2
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	0,94	0,4	0,7
Indústrias metalúrgicas de base	0,82	0,5	0,1
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamento	1,09	2,7	2,4
Fabricação equip.informáticos, equip. P/comunicações e prod. eletrónicos e óticos	4,92	4,8	0,1
Fabricação de equipamento elétrico	1,59	0,4	0,3
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	4,23	1,9	0,3
Fabricação de veículos automóveis, reboques,semi-reboques e compon. P/veículos automóveis	6,06	26,0	1,2
Fabricação de outro equipamento de transporte	0,04	0,0	0,1
Fabricação de mobiliário e de colchões	0,05	0,0	0,1
Outras indústrias transformadoras	0,14	0,0	0,2
Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	0,18	0,4	1,2
Produção, distribuição de eletricidade, água e gás	0,08	1,1	0,9
Construção	1,07	8,0	11,8
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	0,60	13,8	26,5
Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	0,70	1,6	4,2
Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos	0,97	5,5	9,0
Comercio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	0,44	6,7	13,3
Transportes e armazenagem	0,90	4,4	5,5
Alojamento, restauração e similares	0,41	3,1	8,6
Atividades de informação e de comunicação	1,12	1,4	1,2
Atividades financeiras e de seguros	0,54	1,1	2,6
Atividades imobiliárias	0,40	0,3	1,9
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	0,65	2,1	5,8
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	0,82	8,9	3,5
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	0,35	0,2	0,1
Educação	0,58	1,6	1,2
Atividades de saúde humana e apoio social	0,46	4,4	5,7
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0,57	0,4	1,0
Outras atividades de serviços	0,78	2,1	4,0

Fonte: Cálculos efetuados com base nos Quadros de Pessoal do GEE/ MEE, 2015.

Nas alíneas seguintes procede-se a uma análise mais fina a qual permite constatar que:

- O tipo de especialização assenta na valorização de potencialidades endógenas do Município, tais como a capacidade de aliar a tradição do saber-fazer à inovação, patente nos grupos de atividade eletrometalomecânica e atividades primárias. As engenharias mecânica, metalúrgica e eletrónica acumulam há décadas conhecimentos tecnológicos específicos na Sub-região, que o Município soube aproveitar e aperfeiçoar, em especial no setor dos materiais de transporte, mas também nas áreas de equipamento áudio, eletrónica aplicada às telecomunicações e segurança, e nas atividades de tratamento e acabamento de superfícies. No caso das atividades primárias, a referência-chave é a vitivinicultura que aproveita outra potencialidade endógena do Município: as suas características edafoclimáticas;
- Dois grupos de atividades apresentam uma mais-valia resultante do aproveitamento de sinergias de aglomeração e externalidades positivas: a fileira eletrometalomecânica (onde se insere o *cluster* automóvel) e a fileira alimentar, esta última com influência a três níveis: agricultura e pecuária, agroindústria e comércio por grosso. Este último assenta maioritariamente em produtos alimentares e bebidas, embora seja também relevante na área dos produtos intermédios e das máquinas e equipamentos, completando dessa forma a fileira eletrometalomecânica;
- A fileira automóvel contribui em parte para o desenho da especialização do Município no grupo de atividades da indústria de materiais (via fornecimentos da indústria do plástico), na fabricação de equipamento elétrico e de ótica e nos serviços ligados ao manuseamento, armazenagem e logística (embora nestas indústrias, em especial na dos plásticos e naquele tipo de serviços, laborem outras empresas independentes da fileira automóvel). Esta é também responsável pela especialização do Município na indústria do mobiliário (empresa de dimensão considerável, fornecedora de assentos).

Tendo por base uma análise da **especialização por grupos de indústrias**, segundo os fatores chave de competitividade, constata-se que:

- O Município tem um perfil de especialização idêntico ao da Península de Setúbal, ao fazer depender as vantagens competitivas essencialmente da exploração de economias de escala e da diferenciação do produto: o grupo de atividades pertencente à indústria tradicional, cujo principal fator de competitividade assenta na forte intensidade em mão de obra, apenas apresenta um QL superior a 1 nas indústrias alimentares e das bebidas (que também privilegiam como fator competitivo a forte intensidade de recursos naturais) e na indústria de mobiliário, cuja especialização é muito influenciada, por uma empresa fornecedora da fileira automóvel.
- A forte intensidade em Investigação e Desenvolvimento (I&D), é um fator de competitividade em que assentou a fileira automóvel (para além do fator economias de escala), alguns nichos de

mercado da eletrónica (equipamento de telecomunicações e segurança) e a construção aeronáutica. Nestes setores existe uma grande incorporação tecnológica no produto e criação de valor acrescentado e é também neste cacho de atividades que assenta a maior parte da capacidade exportadora do Município (efetiva e potencial), para além do setor vitivinícola.

- As atividades de sobre-especialização empregam 71,7% de mão-de-obra com bons níveis de qualificações¹⁷, exceção feita para a agricultura e produção animal, com apenas 38,8% de empregados nessas condições, para a indústria da paste de papel e cartão (46,3%) e para a atividade da fabricação de equipamentos informáticos (47,4%) [Dados Quadros de Pessoal referentes a 2013].
- A vantagem comparativa do Município em termos de qualidade de habilitações dos empregados da indústria é ainda notória (acima de 10 pontos percentuais de diferencial positivo) noutra atividade de especialização: a fabricação de máquinas e equipamentos e em duas indústrias em que o Município não se encontra especializado (pasta, papel e cartão e produtos químicos), atividades em que se posicionam empresas de grande valor acrescentado.

Atividades com subespecialização no Município de Palmela:

- O potencial indutor da construção (uma das atividades mais empregadoras) e a vocação fortemente industrial do Município não se têm revelado suficientes para dinamizar a indústria química nem o grupo de atividades correspondente à indústria dos materiais (madeira, materiais de construção, papel, pasta e cartão). Apenas uma pequena bolsa de atividades ligada à fabricação de artigos de borracha e matérias plásticas tem significado em termos de emprego municipal e de especialização, para além dos materiais da fileira metálica, classificados no grupo da indústria eletrometalomecânica.
- A grande mancha de montado de sobreiro existente no Município revela-se uma potencialidade endógena ainda que não possua reflexos notórios positivos na atividade florestal, pois a transformação da cortiça é praticamente inexistente em Palmela.
- O Município está subespecializado face à Península de Setúbal, relativamente às atividades dos serviços de apoio às empresas, ainda que com primazia em termos de capacidade empregadora (relativa) do Município, detida por um número reduzido de empresas da área da reciclagem e algumas empresas que operam nas áreas de manuseamento, armazenagem e logística.
- A subespecialização do Município revela-se também no comércio a retalho, situação que combinada com a menor capacidade empregadora do alojamento e restauração, explica a fraca

¹⁷ Desta percentagem excluem-se os empregados enquadrados nas classes “semiqualificados”, “sem qualificações” e “praticantes ou aprendizes”.

especialização de Palmela no grupo de atividades de dinâmica urbana, quando comparado com a Península de Setúbal.

- Embora a análise se refira apenas ao setor empresarial, constata-se que o Município é subespecializado nos serviços coletivos, não obstante a relativa expressividade das variáveis emprego e número de empresas, afetas aos serviços de saúde e ação social e aos transportes e comunicações.

A maior parte dos serviços de apoio às empresas assenta nas áreas da consultoria (essencialmente em contabilidade), do comércio de veículo, combustíveis e reparação e das atividades imobiliárias existindo, ainda, um leque diversificado de atividades (limpeza e manutenção industrial, recrutamento de recursos humanos, publicidade, formação, etc.). As empresas localizadas em Palmela usam a economia de dois centros de decisão de maior importância (Lisboa e Setúbal) de forma a completarem as suas necessidades em atividades de apoio às empresas, recorrendo a uma oferta mais diversificada ao nível da consultoria, publicidade e marketing, e formação.

Embora praticamente equiparados em termos de empresas, o comércio por grosso e o comércio a retalho, a capacidade empregadora do comércio a retalho (excluindo o comércio de veículos automóveis) representava em 2013 mais 1,2 pontos percentuais da existente no comércio por grosso. Este último ramo de atividade tem uma expressão significativa no Município e está associado a um maior dimensionamento médio dos estabelecimentos, concentrando geograficamente na mesma área industrial algumas empresas de maior dimensão; a excelente rede de acessibilidade do Município constitui fator crítico de sucesso e explica com certeza a especialização neste segmento.

Na perspetiva das dinâmicas-globais observadas, Palmela contribuiu essencialmente nas últimas duas décadas para:

- Reverter o modelo de desenvolvimento da Península de Setúbal, baseado numa industrialização orientada por processos trabalho-intensivos e produção de produtos *standard*; atualmente identificam-se no Município atividades com maior diferenciação e/ou inovação e incorporação tecnológica que contribuem para a diversificação operada tanto no setor secundário (fileira automóvel, eletrónica e equipamentos/serviços de telecomunicações e segurança), como no setor terciário (serviços às empresas na área da logística); e no setor primário (vitivinicultura).
- Consolidar atividades da fileira automóvel, com aproveitamento de economias de escala, aglomeração de atividades relacionadas e competências, no que tem constituído uma vantagem inegável para o Município.
- Reforçar de atividades já existentes e que contribuem para o desenvolvimento económico do Município e, por outro, potenciar a flexibilidade e adaptabilidade do sistema económico local,

fatores críticos que devem ser impulsionados numa economia com considerável especialização sujeita às consequências de um eventual choque económico adverso proveniente da(s) atividade(s) de especialização. Tais fatores aconselham um aproveitamento dinâmico das oportunidades de mercado que vão surgindo e o crescimento de algumas atividades em que o Município se encontra subespecializado face à Península de Setúbal, de acordo com uma estratégia de “diversificação por complementaridade”.

Relativamente à diferenciação da estrutura económica por freguesias, salienta-se as seguintes considerações relevantes para a presente análise:

- cerca de 70% das empresas estão localizadas nas Freguesias de Palmela e Pinhal Novo onde surge mais representada a maioria das atividades económicas;
- o setor terciário predomina em todas as Freguesias do Município, em especial na Freguesia de Palmela, centro administrativo, e em Pinhal Novo, freguesia que tem acolhido a fixação de muitos casais jovens através da expansão do seu parque habitacional, tendo sido este acompanhado pelo desenvolvimento de serviços de apoio (comércio a retalho, banca, restauração, administração local descentralizada, entre outros);
- a agricultura e a produção animal são mais notórias nas Freguesias de Poceirão e Marateca, nas quais cerca de um terço das empresas pertencem ao setor primário;
- a distribuição das atividades por áreas de atividades económica (AAE), que globalmente acolhem uma equi-representatividade dos ramos industrial, comercial e dos serviços, revela que um número reduzido de atividades está concentrado geograficamente - o que acontece de forma mais expressiva na Freguesia de Quinta do Anjo;
- a indústria alimentar e das bebidas - algumas empresas comerciais grossistas de maior dimensão e grande parte das empresas que fabricam componentes de veículos automóveis concentram-se essencialmente na Freguesia da Quinta do Anjo que se destaca das restantes pelo maior peso das empresas industriais;
- a Quinta do Anjo acolhe as duas maiores AAE do Município (em termos de área ocupada), a da Marquesa, que engloba o Parque Industrial da AutoEuropa, e de Vila Amélia Norte; a este quadro não é alheio o facto de estar sediado na Quinta do Anjo um número considerável de empresas pertencentes às atividades de transportes e de logística.

3.1.2. Dinâmica empresarial e de emprego

O ritmo de evolução das atividades empresariais no Município e a transformação/recomposição do tecido produtivo é aferida pela análise da dinâmica empresarial, em que se procuram captar quais foram as

tendências gerais de evolução ocorridas entre dois momentos do tempo mais recentes (anos de 2007 e 2013).

A importância das alterações estruturais reside, sobretudo, na sua tipologia, no sentido em que estas são ou não orientadas para novas atividades estratégicas com futuro, potenciadoras das condições de competitividade existentes e geradoras de efeitos de arrastamento ao nível do emprego.

3.1.2.1. Distribuição do número de empresas por ramo de atividade

No Município existia em 2013 um maior número de empresas¹⁸ nas atividades ligadas ao comércio e serviços (cerca de 67,5% empresas no setor terciário) e 25,6% de empresas no setor secundário (Quadros de Pessoal-GEE/MEE, 2015). Por ordem de importância, predominam as empresas ligadas ao comércio (por grosso e a retalho), à construção, às atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas e ao alojamento e restauração.

A agricultura e produção animal detêm alguma expressão no tecido empresarial do Município (6,9%), um peso ainda mais relevante se se considerar que neste setor predomina o produtor singular autónomo que, geralmente não recorre ao trabalho assalariado, logo excluído destas estatísticas (Quadros de Pessoal).

Esta dinâmica é inerente às atividades relacionadas, sobretudo, com o vinho, o queijo e a pecuária; aliás, a produção vitivinícola tem quota-parte da explicação no facto de a Península de Setúbal apresentar uma melhor produtividade relativa em comparação com outras regiões do País.

No que concerne às indústrias transformadoras, predominam no Município as empresas ligadas à alimentação e bebidas e à fabricação de produtos metálicos. Entre as atividades da indústria alimentar, salienta-se a produção de vinhos comuns e licorosos, a fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas, as indústrias do leite e derivados, a fabricação de produtos à base de carne e, no caso dos micro e pequenos estabelecimentos, a panificação. Nas indústrias de produtos metálicos, são em maior número as empresas ligadas à mecânica geral, fabricação de portas, janelas e elementos similares em metal e fabricação de estruturas de construção metálicas.

¹⁸ A análise exclui as empresas que não têm qualquer empregado ao serviço.

3.1.2.2. Estrutura dimensional das empresas por atividades económicas

A estrutura dimensional das empresas do Município não difere muito da existente em termos nacionais, com grande peso das microempresas (até 9 trabalhadores). Menos de 5% das empresas do Município empregam mais de 50 trabalhadores, podendo constatar-se que, embora o setor secundário esteja mais presente nesta classe de dimensão, não se distancia muito do setor terciário. No entanto, o indicador número médio de pessoas ao serviço por empresa calculado para estes dois setores indicia que as empresas industriais têm maior capacidade empregadora.

Quando se estabelece uma comparação com a Península de Setúbal, conclui-se que a dimensão média das empresas do Município é superior à existente na sub-região, sobretudo, no setor secundário (o indicador surge, naturalmente, enviesado pela capacidade empregadora da AutoEuropa e de pelo menos duas das suas empresas fornecedoras), com 15,5 empregados por empresa (cerca de três vezes superior à média da Península de Setúbal). No setor terciário, a dimensão média empregadora é apenas ligeiramente superior. A faturação média por sociedade e por pessoal ao serviço é também superior (entre 11 e 5%, respetivamente) e permite salientar a contribuição positiva da base produtiva do Município de Palmela para a economia da Península de Setúbal.

QUADRO 16 - INDICADORES SOBRE O TECIDO EMPRESARIAL (EMPRESAS SEDIADAS NA RESPECTIVA UNIDADE TERRITORIAL), EM 2012

	NPS /Empresas (número)		VN /Empresas (em milhares de euros)		VN /NPS (em milhares de euros)	
	S II	SIII	S II	SIII	S II	SIII
Palmela	15,5	2,2	4.687,0	160,7	302,7	72,7
Península de Setúbal	5,7	2,1	1.034,7	144,6	182,9	69,1

Legenda: NPS= número de pessoas ao serviço; VN= volume de negócios

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

A análise da distribuição dimensional das empresas por atividades (em termos de volume de vendas e de pessoas ao serviço), permite isolar a existência de três componentes económicas distintas no território municipal sob dinâmica de empresas de maior dimensão:

- Presença dominante da fileira automóvel, polarizada pela AutoEuropa e constituída essencialmente por um conjunto de fornecedores de componentes e acessórios para veículos automóveis. A grande maioria dos fornecedores produtivos pertence a essa CAE ainda que algumas empresas de dimensão considerável se incluam nos ramos da fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação, de matérias plásticas e de mobiliário. As empresas de transportes e logística fazem parte do grupo de fornecedores de

serviços de apoio de maior envergadura dimensional; uma bolsa de empresas ligadas ao comércio de veículos automóveis fecha este segmento de empresas de considerável dimensão.

- Grupo de atividades ligadas ao comércio por grosso e à fileira alimentar (expressiva em termos de indústria alimentar e das bebidas) e abrangendo um número reduzido de empresas com dimensão considerável em produções relacionadas com hortícolas, leite, sumos, cerveja, vinho e pecuária). Algumas destas atividades têm um papel dinamizador sobre a exploração dos recursos da terra, embora não assentem em empresas que se destaquem pelo volume de pessoal ao serviço ou pelo nível de faturação. Não obstante, a viticultura e pecuária são áreas de negócio com relevo, considerando a dimensão média do setor primário empresarial.
- Grupo reduzido de empresas bem posicionadas nas variáveis em análise em ramos de atividade como a metalúrgica de base e os produtos metálicos (a fabricação essencialmente e, com menor importância, o comércio por grosso desses produtos), a fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação, a fabricação de matérias plásticas e de produtos químicos e a construção.

As empresas pertencentes a estas três componentes de atividades correspondem a divisões da CAE para as quais o indicador volume de negócios médio por pessoa ao serviço assume as dez posições mais elevadas, um *proxy* à produtividade da mão-de-obra.

3.1.3. Evolução entre 2007 e 2013 - elementos de síntese

Este período foi significativamente marcado pela recessão económica, com redução acentuada da procura interna, afetando ramos de atividades transformadoras ligeiras, da fileira da construção, do comércio e serviços. Este centramento setorial da crise permitiu que diversos ramos de especialização produtiva de Palmela tenham revelado alguma sustentabilidade de atividade e emprego.

Os agrupamentos de atividades que sustentaram emprego durante este período correspondem, por ordem de importância, à indústria eletrometalomecânica, às atividades de apoio às empresas, à indústria tradicional, ao comércio por grosso e à indústria de materiais (essencialmente borracha e plástico). A fabricação de veículos automóveis foi o ramo de atividade mais dinâmico na sustentação de emprego no período considerado.

Dois agrupamentos de atividades apresentaram, entretanto, alguma heterogeneidade em termos de dinâmica interna:

- Indústria tradicional, cuja dinâmica positiva assenta fundamentalmente na evolução registada pela indústria alimentar e das bebidas que evidencia algum dinamismo, verificando-se a perda acentuada de importância dos têxteis e vestuário, uma atividade trabalho-intensiva, com pouco potencial para induzir sinergias de aglomeração.
- Indústria eletrometalomecânica, cuja dinâmica assenta maioritariamente na fabricação de veículos automóveis. As indústrias de produtos metálicos e de equipamento elétrico e de ótica também contribuíram para a sustentação de postos de trabalho, embora em menor escala. A fabricação de máquinas e equipamentos revelou uma dinâmica negativa, associada a um processo de reestruturação mais exigente no interior da fileira eletrometalomecânica, correspondente ao aprofundamento da especialização em torno das atividades com maior valor acrescentado.

O padrão de especialização produtiva e a composição do tecido produtivo resultam, ainda e em grande parte, das dinâmicas da década de noventa em que o Município revelou uma capacidade intensa de atração de novos investimentos e de iniciativa empresarial.

O quadro seguinte reflete traços importantes dessa persistência, com destaque para as atividades: (i) Indústrias transformadoras (ligeiro crescimento da especialização tanto nos estabelecimentos como no emprego); (ii) Agricultura, produção animal e floresta (ainda que com quebra ligeira); (iii) Construção (ligeiro reforço de especialização face à Península; e (iv) Transportes e Armazenagem (sobretudo, na variável estabelecimentos).

QUADRO 17 - QUOCIENTE DE LOCALIZAÇÃO, POR ATIVIDADE ECONÓMICA (CAE REV. 3.0)

CAE	Estabelecimentos		Pessoal ao Serviço	
	2007	2013	2007	2013
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	2,75	2,61	1,21	0,89
B - Indústrias extrativas	0,00	0,65	0,00	0,15
C - Indústrias transformadoras	1,53	1,73	2,22	2,40
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1,34	1,59	0,18	0,10
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,90	1,42	0,35	1,06
F - Construção	1,27	1,35	0,85	1,07
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	0,85	0,84	0,64	0,60
H - Transportes e armazenagem	1,07	1,31	1,28	0,90
I - Alojamento, restauração e similares	0,64	0,68	0,43	0,41
J - Atividades de informação e de comunicação	0,96	0,73	1,34	1,12
K - Atividades financeiras e de seguros	0,80	0,86	0,47	0,54
L - Atividades imobiliárias	0,81	0,96	0,48	0,40
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	0,85	0,87	0,75	0,65
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1,30	1,17	0,93	0,82
O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	1,09	1,24	0,41	0,35
P - Educação	1,24	0,55	0,67	0,58
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	0,89	0,81	0,54	0,46
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0,75	0,86	0,51	0,57
S - Outras atividades de serviços	0,57	0,74	0,48	0,78

Fonte: Gabinete de Estratégia e de Estudos / Ministério da Economia e Emprego, Quadros de Pessoal.

Uma indicação mais atualizada sobre a evolução recente do tecido produtivo pode ser fornecida pela análise das sociedades constituídas e dissolvidas nos anos de 2008 e de 2014. O cálculo da taxa de iniciativa empresarial [(TI = Número de sociedades constituídas entre 2008 a 2014/População ativa com idade compreendida entre os 15 e os 60 anos, no ano de 2011) * 100], evidencia que o Município de Palmela atinge a quarta taxa de iniciativa mais elevada, posicionando-se à frente de Municípios como o Seixal e Sesimbra.

As secções da CAE que, em 2016, se revelaram mais atrativas para a iniciativa empresarial em Palmela foram: o comércio por grosso e a retalho; as atividades de consultoria; o alojamento e a restauração; as atividades imobiliárias e a saúde humana e apoio social.

QUADRO 18 - CONSTITUIÇÃO DE PESSOAS COLETIVAS E ENTIDADES EQUIPARADAS, POR CAE (REV. 3.0)

CAE	2008		2014		2016	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	5	3,2	21	11,1	9	4,8
Indústrias extrativas	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Indústrias transformadoras	5	3,2	10	5,3	10	5,3
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1	0,6	2	1,1	1	0,5
Construção	25	16,1	19	10,0	19	10,1
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	27	17,4	50	26,3	40	21,2
Transportes e armazenagem	4	2,6	10	5,3	12	6,3
Alojamento, restauração e similares	18	11,6	15	7,9	13	6,9
Atividades de informação e de comunicação	1	0,6	4	2,1	6	3,2
Atividades financeiras e de seguros	1	0,6	2	1,1	2	1,1
Atividades imobiliárias	12	7,7	16	8,4	13	6,9
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	21	13,5	16	8,4	21	11,1
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	12	7,7	6	3,2	9	4,8
Educação	2	1,3	3	1,6	5	2,6
Atividades de saúde humana e apoio social	9	5,8	6	3,2	13	6,9
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	6	3,9	6	3,2	11	5,8
Outras atividades de serviços	6	3,9	4	2,1	5	2,6
Total	155	100,0	190	100,0	189	100,0

Fonte: Direção-Geral da Política de Justiça (extraído do INE).

No período 2008-2016, os saldos líquidos mais negativos ocorrem com a construção, o comércio a retalho, as indústrias transformadoras e também as atividades de serviços às empresas, com uma demografia empresarial muito dinâmica. Em termos de dinâmicas mais gerais que englobam as empresas que mantiveram atividade (a grande maioria), os elementos qualitativos disponíveis apontam para dinâmicas

interessantes na indústria tradicional (pela criação de empresas de reduzida dimensão na área da indústria alimentar e das bebidas, ainda que com escassa capacidade para induzir dinamismo e inovação no setor primário, e para a continuação do desenvolvimento da indústria de materiais, via fileira metálica (sucessiva criação de sociedades pertencentes à indústria dos produtos metálicos, na sua maioria com reduzida incorporação tecnológica/inovação). As outras duas indústrias mais estruturantes para a economia municipal (com maior potencial em termos de inovação e gestão empresarial) que poderiam contribuir para a diversificação da indústria eletrometalomecânica (máquinas e equipamentos e equipamento elétrico e de ótica) têm revelado reduzida capacidade de atração da iniciativa privada.

As atividades de dinâmica urbana (identificadas como agrupamento de subespecialização do Município face à Península de Setúbal) têm revelado algum dinamismo, sobretudo, o comércio a retalho, a restauração, os estabelecimentos de bebidas e áreas de consultoria às empresas, menos frequentes no Município: a arquitetura e a engenharia e, o reforço dos serviços coletivos ao nível da prestação de serviços de saúde e ação social. Verifica-se, também, o crescimento das atividades do segmento do lazer e da cultura, fruto de novas dinâmicas de procura turística (paisagem, natureza e golf) e atividades de plantação e manutenção de jardins e espaços verdes que têm gerado um maior número de sociedades criadas no setor primário, contribuindo para duplicar a iniciativa empresarial do setor.

Com exceção da construção e atividades imobiliárias, cuja dinâmica está ligada ao ciclo económico recessivo, as restantes atividades enfrentam um défice de qualificação e/ou reduzida aposta nas componentes de inovação e gestão empresarial, que importa inverter. As dificuldades associadas ao comércio a retalho foram agravadas pela instalação na margem sul do Tejo, de três centros comerciais de grande escala, o que teve consequências no encerramento e decline económico de muitas unidades do pequeno comércio, sobretudo, as que dispunham de margem estreita para apostar na diferenciação e na qualidade do serviço prestado.

3.2 Análise Estratégica setorial

3.2.1. Cluster Automóvel

Uma variável determinante da expressão territorial de Palmela prende-se com as dinâmicas induzidas na economia municipal pelo projeto *Volkswagen AutoEuropa*, o principal pólo do cluster automóvel em Portugal, com um projeto de grande envergadura no plano produtivo, nos serviços e atividades comerciais e em outras variáveis-chave da competitividade territorial.

A ideia de *cluster* automóvel está associada a determinados efeitos e características, designados de economias de aglomeração, os quais acabam por sintetizar as principais vantagens da instalação da *AutoEuropa* no Município:

- uma dinâmica multisetorial, de média-alta intensidade tecnológica, indutora de efeitos multiplicadores e de arrastamento sobre várias fileiras e atividades;
- o estabelecimento e a dinamização de redes de fornecedores de capital nacional e estrangeiro;
- a aglomeração de atividades que englobem a maior parte da cadeia de valor associada à fabricação do veículo automóvel;
- a consolidação de competências das empresas fornecedoras, baseadas no custo, na qualidade, no prazo e o consequente desenvolvimento de capacidades tecnológicas, organizacionais e estratégicas eficazes e competitivas, permitindo a algumas um posicionamento à escala global;
- o desenvolvimento de mão-de-obra especializada e qualificada, efeito potenciado pela missão e atividades da ATEC - Academia de Formação;
- a difusão e circulação de informação e conhecimentos entre as empresas que fazem parte do cluster, corporizada na criação do FIAPAL - Fórum da Indústria Automóvel de Palmela.

No conjunto das atividades que integram o *cluster* automóvel em Portugal, destacam-se os inputs intermédios (correspondentes a atividades a montante) e as atividades compradoras (a jusante) de cada ramo de atividade, cuja expressão no Município permite avaliar as dinâmicas introduzidas e diagnosticar alguns condicionalismos.

A implementação no mercado local de Palmela de empresas especializadas em serviços às empresas, em áreas centradas no conhecimento, como a logística e a consultoria em engenharia é motivada, em parte, pela *AutoEuropa*; no entanto, são menos expressivas as segundas, porque os grandes trabalhos de I&D e *design* são efetuados na Alemanha.

O raio de influência da *AutoEuropa* tem, por isso, um alcance regional e nacional (e internacional). À semelhança de outros fabricantes com unidades de montagem em Portugal, a *AutoEuropa* atrai fornecedores, alguns dos quais adotam a estratégia e têm capacidade para não trabalharem em regime de exclusividade, posicionando-se no mercado nacional e mesmo no global.

A multinacional arrastou diversas empresas para o Município (na sua maioria pertencentes a grupos estrangeiros) e é cliente de referência para outros grupos estrangeiros e portugueses, particularmente, no norte e centro do País que possuem vantagens competitivas em determinados segmentos (como o vidro e os moldes, alguns dos quais não tinham presença no Município).

A *AutoEuropa* distingue-se pela forte incorporação nacional de produtos e serviços dado que cerca de metade dos materiais de produção são comprados a fornecedores portugueses, e, sobretudo, a fornecedores localmente instalados; cerca de 84% dos fornecimentos não produtivos são nacionais. O valor incorporado pelos fornecedores locais (fornecedores da Península de Setúbal e de Vendas Novas) é superior a 50%.

No conjunto dos fornecedores situados no Município, inserem-se maioritariamente empresas de componentes para a indústria automóvel, mas que estão integradas noutros setores, como fabricantes de assentos e cadeiras, matérias plásticas e equipamento eletrónico, entre outros). Neste setor, os fornecedores operacionais (com funções de montagem /integração) devem situar-se num raio de 25 km; no parque industrial da *AutoEuropa* estão localizados a maior parte dos fornecedores *near-by/just-in-time*.

A **TaiyoTechnology** de Setúbal assegura a produção de componentes de plástico para a Visteon, onde são construídos entre outros os painéis de comando de som e ar condicionado dos veículos fabricado pela *AutoEuropa*. A **Autexpor**, por sua vez, é um fornecedor de segunda linha na cadeia de valor da indústria automóvel e fabrica componentes metálicos (maquinados ou conformados a frio) para empresas nacionais ou multinacionais com unidades fabris localizadas em Portugal.

Muitos dos fornecedores produtivos da *AutoEuropa* (de primeira linha) localizados no Município e na subregião, inicialmente asseguraram o fornecimento da multinacional em regime de exclusividade. A *AutoEuropa* continua a ser a única ou principal cliente de muitas dessas empresas. Este perfil de relação gera alguma vulnerabilidade, não só a uma deslocalização da multinacional (fator sempre em aberto, embora menos provável enquanto a fábrica mantiver o elevado padrão de qualidade e competitividade) mas também a possíveis perdas de concursos de fornecimentos.

No entanto, existem exceções exemplares de empresas localizadas no Município que apostam na diversificação dos seus clientes, como forma de minorar o risco de negócio e para explorar outros

segmentos de mercado. Os fornecedores não produtivos, como as empresas de logística e transporte, trabalham na sua grande maioria também para outras empresas.

Relativamente a **perspetivas futuras**, alguns Estudos que abordam os diferentes ciclos de desenvolvimento da indústria automóvel em Portugal, têm analisado as políticas públicas, as estratégias dos construtores e o comportamento dos fornecedores, concluindo que a indústria de componentes tem vindo a beneficiar de uma evolução positiva nos últimos anos e ocupa uma posição de destaque no seio dos setores mais exportadores. No entanto, esta indústria depara-se com algumas debilidades relacionadas com a falta de escala (produtiva e tecnológica) em Palmela onde existe um número muito reduzido de fabricantes de componentes com mais de 500 pessoas ao serviço. Paralelamente, os fabricantes de veículos em Portugal induzem nas empresas fornecedoras instaladas no País a um desenvolvimento centrado em elos inferiores da cadeia de valor: os aspetos operacionais da produção (engenharia de produção) e da logística, em detrimento de áreas como a engenharia de conceção do produto, o *marketing* e a formação, que estão mais ligadas ao País onde se localiza a empresa-mãe.

No entanto, existem exceções, nomeadamente, a empresa Visteon, de dimensão considerável que integra um centro de engenharia internacional de conceção de produtos, um tipo de competências que constitui um critério de seleção de fornecedores de componentes por parte dos fabricantes de veículos automóveis.

A emergência de um novo ciclo de desenvolvimento da indústria automóvel nacional, de uma fase marcada pela produção para uma fase marcada pela consolidação das competências em engenharia do produto e I&D é considerada essencial para o seu crescimento e sustentabilidade. Uma das formas de contornar a falta de escala das empresas fornecedoras passa pela constituição de parcerias externas ou internas ou pela criação de centros de investigação, à semelhança do CEIIA – Centro de Excelência para a Inovação da Indústria Automóvel, instalado em Santa Maria da Feira e do CEDP - Centro de Engenharia e Desenvolvimento do Produto.

No que concerne o desenvolvimento económico das empresas fornecedoras de componentes de veículos automóveis localizadas no Município de Palmela, são duas as vias possíveis:

- o reforço da competência em engenharia de produto e no design (por iniciativa das próprias empresas ou pela criação de um centro de I&D com participação das empresas e do Estado), o que lhes permitirá posicionar-se no mercado global, fornecendo outras empresas fabricantes de veículos localizadas em Portugal ou no estrangeiro;
- a captação de um segundo fabricante de veículos automóveis para o município/sub-região (esta condição está dependente da primeira).

A criação da ATEC-Academia de Formação da *AutoEuropa* e a instalação de novos fornecedores instalados na área adjacente desta empresa, têm contribuído para a evolução positiva do setor. A complexidade inerente à fabricação de novos modelos constitui também um desafio para reforçar a formação de profissionais de qualidade, fator de competitividade em que a *AutoEuropa* sempre investiu muito, desde a sua implantação.

A trajetória da *AutoEuropa* tem sido marcada pela substituição das grandes séries mais sujeitas à grande concorrência internacional, por séries mais limitadas e de acordo com as necessidades de cada cliente (vendas mais centradas em nichos de mercado, aumento das vendas para o mercado português e conquista do mercado sul-americano), com realizações de investimentos técnicos relacionados com esses novos veículos procurando a rentabilização de parte desses investimentos para os potenciais sucessores dos modelos produzidos e pela negociação de acordos com os trabalhadores para contornar a redução da produção.

3.2.2. Setor Primário e Agroindústria

A Península de Setúbal beneficia de uma caracterização fundiária agroflorestal com propriedades de dimensão acima da média nacional, possibilitando o estabelecimento de unidades de gestão com dimensão adequada, menor recurso a mão-de-obra e economia de tempos, o que não é certamente alheio à obtenção de uma produtividade agrícola geralmente acima da média do Continente.

O Município de Palmela - seguido de perto pelo Montijo - distingue-se no seio da Península de Setúbal pela importância da população afeta ao setor primário, quantidade de explorações agrícolas e extensão do solo utilizado na agricultura e na pecuária. A dimensão média por exploração da superfície agrícola utilizada em Palmela (14,8 ha) é ligeiramente superior à da Península de Setúbal (14,6 ha).

Apesar da perda de importância do emprego afeto ao setor primário, entre 2001 e 2011 (em termos absolutos, o emprego afeto ao setor primário no Município passou de 1.918 para 1.109 pessoas, ou seja, de 6,9% para 4,2%, a vocação agrícola do Município persiste em paralelo com a forte dinâmica urbanística e demográfica verificada nos últimos anos, dado que cerca de metade da superfície total do Município é utilizada para fins agrícolas.

No período entre Recenseamentos Agrícolas (1999/2009), salienta-se a redução do número de explorações agrícolas ocorrida em todas as freguesias, facto que foi acompanhado por uma evolução heterogénea da respetiva superfície total ocupada. Estes dois fatores conjugados traduziram-se no aumento da dimensão média das explorações em todas as freguesias com exceção de Pinhal Novo, fruto da progressão da mancha urbana da freguesia em direção às áreas rurais.

QUADRO 19 - EXPLORAÇÕES E SUPERFÍCIES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO (ANOS DE 1999 E 2009)

Freguesias	Superfície total das explorações	Nº de explorações	Área média por exploração (ha)	Área média por exploração (ha)	% Área no Município
	Varição 1999/2009 (%)		1999	2009	2009
Marateca (ant. freg.)	7,5	-1,8	24,5	26,9	28,0
Palmela	65,9	-25,6	7,4	16,6	17,7
Pinhal Novo	-77,4	-43,2	9,8	3,9	22,5
Quinta do Anjo	-31,8	-51,6	6,6	9,3	6,4
Poceirão (ant. freg.)	57,3	-20,4	10,3	20,3	25,4
Município	8,8	-28,4	10,8	16,4	100,0

Fonte: Recenseamento Geral Agrícola (RGA) 1999 e 2009.

Nota: o indicador área média por exploração é calculado sobre a superfície total ocupada pelas explorações

De acordo com o padrão de recursos e de usos existentes no Município, verifica-se uma combinação heterogénea da produção florestal (montado e pinhal manso), agrícola (frutícolas; vinha; e hortícolas) e pecuária (forragens, pastagens temporárias e permanentes; bovinicultura de carne e leite; suvinos; ovinos; e aves).

As componentes mais expressivas (número de explorações, culturas, uso do solo e/ou superfície ocupada) do setor primário de Palmela são as seguintes:

- Vasta ocupação da floresta (aproximadamente 15.000ha), em que predomina a plantação de sobreiros (60,4%), seguida do pinheiro manso (19,3%) e dos eucaliptos (12,9%), segundo dados do 5.º Inventário Florestal (2005-2006).

•

QUADRO 20 - OCUPAÇÃO E USO DOS SOLOS FLORESTAIS E PALMELA, PENÍNSULA DE SETÚBAL E ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

	Palmela		Península de Setúbal		Área Metropolitana de Lisboa	
	1000 ha	%	1000 ha	%	1000 ha	%
Pinhal Bravo	0,9	6,2	11,9	21,8	14,5	22,4
Pinhal Manso	2,8	19,3	7,8	14,3	9,5	14,7
Eucaliptal	1,9	12,9	9,7	17,7	11,7	18,1
Montado de sobre	8,8	60,4	24,2	44,2	25,5	39,4
Montado de Azinho	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1	0,2
Diversos	0,2	1,2	1,0	1,8	3,5	5,4
SF Total	14,5	100,0	54,7	100,0	68,8	100,0

Fonte: Inventário Florestal Nacional (IFN), 2005/06.

- Forte componente da superfície agrícola ocupada pela viticultura (6.200ha), onde são produzidos mais de três quartos das uvas da sub-região; das 1.141 explorações agrícolas existentes em 2009 na sub-região, 77% do total eram ocupadas por vinhas (cf. Recenseamento Agrícola de 2009).

- Bolsa de culturas hortícolas, citrinos e frutos frescos (com relevo para a uva de mesa, maçã riscadinha, ameixa, morango e figo), destacando-se, ainda, pela área de solo ocupada, os cereais/leguminosas para grão e, pelo número de explorações abrangidas, a batata.
- Extensão apreciável de solos ocupados por culturas forrageiras, expressando a importância da atividade pecuária que rivaliza com a agricultura, no Município; no que respeita ao número de explorações envolvidas, destacam-se, pelo número de efetivos existentes, os suínos (cerca de 32.000 cabeças), seguindo-se, as aves, os ovinos e os bovinos.

Na relação com as atividades agro-transformadoras, estas componentes assentam em lógicas económicas com dinâmicas e perspectivas de desenvolvimento distintas.

As agroindústrias são responsáveis pela indução de externalidades positivas sobre quase todas as componentes referidas, destacando-se a esse nível o abate de animais, a fabricação de produtos à base de carne e a produção de vinhos comuns e licorosos. Depois, seguem-se algumas atividades representadas por um número reduzido de empresas (fabricação de queijos - nomeadamente, o Queijo de ovelha de Azeitão, DOP - a fabricação de sumos de fruta, a indústria do leite e derivados, a indústria de conservação de frutos ou produtos hortícolas - tomate, cebola e batata - a transformação de cereais, a fabricação de alimentos para animais e a panificação).

A apropriação dos benefícios proporcionados pela vasta extensão florestal do Município resulta das dinâmicas de unidades empresariais localizadas noutros municípios fora da sub-região. Devido à conservação de extensas matas existentes no Município, subsistem atividades como a apicultura, a apanha de cogumelos silvestres e a caça.

O tomate, a batata e a cenoura são das poucas culturas extensivas existentes no Município, designadamente nas (antigas) freguesias de Poceirão e Marateca que são regularmente escoadas através de cooperativas. Na generalidade, os restantes produtos hortícolas, citrinos e frutos frescos resultam da atividade do pequeno produtor que escoar a sua produção para mercados de frescos e pequeno comércio.

Face à necessidade de maiores escalas de produção e novas exigências para fornecimento e distribuição, muitos pequenos produtores têm abandonado a atividade, facto que é comprovado pela redução do número de explorações, entre 1999 e 2009, relativamente às culturas hortícolas, frutos frescos e citrinos. A proximidade ao grande mercado da Área Metropolitana de Lisboa, ainda que constitua uma vantagem comparativa da agricultura do Município permitindo que alguma produção seja escoada para o mercado dos frescos, por si só não garante rendimentos estáveis ao pequeno agricultor, que na generalidade dos casos, opera individualmente no mercado, não se associa, recorrendo apenas às cooperativas agrícolas quando enfrenta dificuldades de escoamento.

As cooperativas/organizações de produtores não são tão pró-ativas e dinâmicas quanto seria desejável, tendo dificuldade em dimensionar-se para combater a volatilidade de produção existente. A cooperativa criada com o objetivo de concentrar a produção e comercializar, encontra-se subaproveitada e poderia contribuir para viabilizar o escoamento para o mercado interno.

No segmento da agricultura do pequeno produtor, existem duas estratégias possíveis que podem garantir algum desenvolvimento futuro: (i) associação a empresas ou cooperativas que recebem os produtos do campo, controlam a qualidade, processam, embalam e os distribuem na qualidade desejada pelos supermercados; e (ii) aposta na qualidade do produto e na sua imagem de marca, valorizando a produção, de forma a compensar a quebra de rendimentos decorrentes da regressão dos sistemas culturais mais intensivos.

Esta segunda estratégia valoriza a proximidade ao grande mercado da Área Metropolitana de Lisboa sob uma outra vertente, explorando a apetência crescente pelos produtos biológicos, que associam ao valor económico uma menor agressividade sobre o ambiente e garantia de saúde alimentar.

Apesar de não serem uma novidade, os selos de qualidade e os certificados de **Denominação de Origem** têm apresentado grande crescimento nos últimos anos na Europa. Na sub-região destaca-se a existência de produtos autóctones de qualidade e com boa valorização: maçã riscadinha, cebola de Alcochete, mel da Arrábida, queijo e manteiga de ovelha de Azeitão.

Relativamente à Maçã Riscadinha, desde 2011 que Palmela é Denominação de Origem (DOP). O pedido de registo partiu da Cooperativa Agrícola de Palmela e tendo por base uma delimitação de área geográfica de produção, transformação e acondicionamento da Maçã Riscadinha que abrange todas as freguesias do Município de Palmela, bem como às freguesias de Canha e de Santo Isidro de Pegões (Montijo) e de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra e de São Sebastião (Setúbal). Para utilizar esta denominação, os produtores terão que ser expressamente autorizados pela Cooperativa, enquanto agrupamento requerente do registo. Em 2013 foi publicada a decisão comunitária quanto ao pedido de registo comunitário da Denominação de Origem Protegida.

Os vinhos da região vitivinícola da Península de Setúbal, cuja qualidade é certificada, ostentam duas denominações de origem [Denominação de Origem Controlada (DOC.) Setúbal e DOC. Palmela] e uma Indicação Geográfica de Proveniência (IGP) - Vinho Regional Terras do Sado, gozam de prestígio reconhecido a nível nacional e internacional, sendo de destacar o Moscatel de Setúbal.

Os produtores de queijo beneficiam da existência da ARCOLSA (Associação Regional dos Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida). A partir de abril de 2003, a ARCOLSA assumiu a competência de atribuição do uso da Denominação de Origem Protegida (DOP) «Queijo de Azeitão».

O processo de Controlo e Certificação iniciou-se oficialmente em 1994, desenvolvido primeiro pela ARCOLSA e entre novembro de 2001 a dezembro de 2004 pela Origens da Terra. Desde janeiro de 2005, este processo é da responsabilidade da SATIVA, organismo privado de Controlo e Certificação de Produtos do mundo rural.

As componentes de atividade ligadas ao meio rural que apresentam características de mercado e competitividade e que beneficiam da existência de associações de produtores e de organismo reguladores centram-se, assim e essencialmente, nestes dois produtos tradicionais (o vinho e o queijo), adiante referenciados com elementos de detalhe.

3.2.2.1. Produção Vitivinícola

O Município de Palmela tem uma larga tradição vitivinícola que vem sendo transmitida por várias gerações sucessivas e faz parte integrante da delimitação geográfica das três tipologias de vinho certificadas na região: Palmela - DOC, Setúbal – DOC e o Terras do Sado - Vinho Regional. Embora a Região Vitivinícola da Península de Setúbal não origine uma produção de vinhos em quantidade tão elevada como a de outras regiões, a proporção de vinhos de qualidade certificada que produz é comparativamente maior, para além dela se afirmar como uma região pioneira na elaboração de produtos vinícolas de reconhecida qualidade, como o Moscatel de Setúbal.

A Região caracteriza-se por uma grande percentagem de castas tintas (80 a 85% da área) em que predomina a casta Castelão, mais conhecida por Periquita. Relativamente às castas brancas, realça-se a Fernão Pires e a Moscatel Graúdo, base do vinho licoroso Moscatel de Setúbal.

O controlo da genuinidade e qualidade dos vinhos de qualidade que se integram nas referidas designações, assim como a sua certificação e promoção comercial, são da competência da Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal (CVRPS), associação de direito privado, que congrega os vitivinicultores e os engarrafadores de vinhos de qualidade produzidos na Região.

A Tabela seguinte organiza a informação relativa à produção vinícola da Península de Setúbal na última década, com os vinhos que exibem Denominação de Origem a representarem 38% na última campanha (representavam 16,3% em 2003/2004).

QUADRO 21 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE VINHOS NA PENÍNSULA DE SETÚBAL, EM VOLUME (HL)

Colheita	Total	DO	IG
2003/2004	428.581	70.030	235.729
2004/2005	373.125	83.918	199.793
2005/2006	338.204	94.711	162.376
2006/2007	428.488	94.786	223.134
2007/2008	418.989	80.553	204.915
2008/2009	337.139	89.580	168.533
2009/2010	379.371	108.271	178.274
2010/2011	431.696	115.260	192.981
2011/2012	308.857	86.072	157.851
2012/2013	517.797	136.108	219.979
2013/2014	407.853	124.146	190.009
2014/2015	502.824	125.082	251.598
2015/2016	503.470	191.780	221.943

Nota: dados em 21/09/2017.

Fonte: Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal.

Segundo informação da Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal (CVRPS), na produção de vinhos de qualidade cerca de metade da meia centena de produtores inscritos na CVRPS pertencem ao Município de Palmela¹⁹ e a sua respetiva contribuição para a totalidade de vinhos certificados por aquela entidade cifra-se aproximadamente em 50%. Quando a produção é considerada noutra perspetiva, tendo em conta o local de vinificação, a informação disponibilizada pelo Instituto da Vinha e do Vinho evidencia maior importância global de Palmela, também expressa nos vinhos de mesa e licorosos certificados com DOP.

QUADRO 22 - PRODUÇÃO DE VINHO, CAMPANHA 2014/2015 (EM % FACE À PENÍNSULA DE SETÚBAL)

	Vinho		Vinho c/ Indicação Casta		Vinho com IGP		Vinho Licoroso com DOP		Vinho com DOP		Total	
	Tinto	Branco	Tinto	Branco	Tinto	Branco	Tinto	Branco	Tinto	Branco	Tinto	Branco
Montijo	8,51	6,94	-	-	27,23	32,77	6,48	20,48	12,75	18,98	17,64	24,72
Palmela	83,59	88,31	100,00	100,00	30,83	23,24	90,21	57,90	80,93	76,07	59,97	48,07
Setúbal	7,60	4,37	-	-	41,95	43,99	3,31	21,62	6,33	4,94	22,30	27,17
Península	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho (dados de 31/01/2015).

Os dados obtidos traduzem em grande parte o facto de o local de vinificação não coincidir com a localização geográfica a que corresponde o final da cadeia de valor da atividade. Tal acontece porque: (i) a região acolhe empresas de dimensão nacional, com produção de vinhos para o mercado interno e externo que são proprietárias de vinhas localizadas em vários municípios da região (como o Montijo, Setúbal e Palmela)

¹⁹ A organização e inter-relação existente ao nível dos diferentes agentes que operam nesta atividade (vinicultores, vitivinicultores, produtores de vinho e armazenistas) e a distribuição territorial dos mesmos, das suas oficinas tecnológicas e das suas vinhas, recomenda que a análise deste setor se restrinja aos limites municipais, sob pena de ser distorcida a realidade.

e compram vinho a vitivinicultores; e (ii) alguns vitivinicultores e produtores de vinho são associados de cooperativas ou de armazenistas geograficamente localizados em municípios vizinhos.

A Câmara Municipal de Palmela tem promovido parcerias com várias entidades, desenvolvendo esforços na promoção do desenvolvimento rural, o que tem vindo a beneficiar o setor vitivinícola e a promoção dos produtos tradicionais do meio rural, em geral. Entre as iniciativas desenvolvidas ao longo da última década salienta-se:

- a criação e dinamização da Rota dos Vinhos da Península de Setúbal/Costa Azul;
- a organização da Festa das Vindimas;
- a organização do Festival do Queijo, Pão e Vinho;
- a organização da Feira Comercial e Agrícola de Poceirão e
- a organização da Mostra de Vinhos das União de freguesias da Marateca e Poceirão, em Fernando Pó.

A promoção de concursos de prova de vinhos tem preenchido o objetivo de dar a conhecer a qualidade do vinho e incentivar os vitivinicultores daquela zona a engarrafarem o mesmo, evitando a perda de valor associada à venda de vinho a granel para os grandes produtores de vinho, alguns dos quais situados fora do Município e da Região. O engarrafamento do vinho, que tradicionalmente era vendido em barris de madeira²⁰, ainda, é recente para alguns produtores.

Muitos vitivinicultores, por razões ligadas à aversão ao risco e à mudança, preferem manter a venda de vinho a granel, não investindo, por exemplo, na melhoria da imagem e qualidade dos rótulos das garrafas. Outras dificuldades dos vitivinicultores prendem-se com a necessidade de modernização das adegas tradicionais estar condicionada pela legislação (baixos índices de urbanização em terrenos agrícolas).

A concorrência assenta, sobretudo, no fator preço, o que implica necessariamente a existência de escala e mais uma vez, a cooperação entre produtores. Esta última é também necessária para que se possa investir na melhoria da produtividade e na I&D.

No entanto, em Palmela, num contexto em que a dimensão, a capacidade técnica e tecnológica dos produtores de vinho é muito diversificada, o grande desafio está transferido para a internacionalização dos vinhos, através do marketing/promoção da imagem. Os custos de promoção do vinho, efetuada pela CVRPS, são suportados pelos agentes económicos, através do selo de certificação e nos anos em que existe menos produção de vinho de qualidade, a verba afeta à promoção é também diminuída. A

²⁰ A Casa Emelinda Freitas foi pioneira na vinificação e no engarrafamento do vinho na área referida.

ViniPortugal, por sua vez, queixa-se de não receber a totalidade das taxas de promoção pagas pelos produtores.

3.2.2.2. Produção animal – o peso dos laticínios

A exploração de ovinos leiteiros - que predominam relativamente aos ovinos de carne - desenvolvida no Município relaciona-se em grande parte com o fabrico do Queijo de Azeitão. No caso da bovinicultura, a grande maioria dos efetivos são estabulados, sendo mais frequentes a criação de bovinos de carne. No Município, não existem raças autóctones, nem ocorrem condições de exploração propícias para o desenvolvimento de um segmento de carne certificada, não obstante a existência dos ovinos de raça salaia.

Segundo a informação estatística mais recente (GPP-Inquérito aos Agrupamentos Gestores DOP/IGP/ETG, 2012), o Queijo de Ovelha de Azeitão detinha uma quota de cerca de 10,3% na produção de queijos com nomes protegidos, correspondendo-lhe cerca de 20 explorações abastecedoras de leite, 8 queijarias e uma produção de 137 toneladas. A área geográfica abrangida pela denominação de origem corresponde aos Municípios de Palmela, Setúbal e Sesimbra; no entanto, 90% do Queijo de Azeitão é produzido na Quinta do Anjo.

Em atividade estão recenseadas as queijarias que receberam certificação: 3 das quais na Quinta do Anjo e 2 em Setúbal. O elevado custo financeiro associado à certificação, as exigências estipuladas no Caderno de Encargos e por vezes as sanções impostas, motivam algumas desistências/perdas de certificação por parte dos produtores, que acabam por vender o queijo apenas com a designação de queijo de ovelha. Com a aprovação de outras denominações de origem, os custos de certificação poderão tender a baixar. A futura certificação da manteiga de ovelha de Azeitão permitirá, pelo aproveitamento do soro, acelerar a resolução do problema dos efluentes que tem motivado algumas coimas aplicadas pela fiscalização,

Os principais circuitos comerciais do Queijo de Azeitão são a venda direta ao consumidor, ao segmento gourmet e às grandes superfícies comerciais. O mercado externo tem pouca representatividade (apenas 1% da produção, para países como os EUA, a Bélgica e o Canadá), embora este segmento possa ser potenciado, por exemplo por estratégias de *marketing* que promovam a venda do queijo nos principais mercados compradores de vinho. Um dos principais problemas que o setor enfrenta está relacionado com a concentração das vendas no mercado: 2 queijarias detêm 90% da produção, com as conhecidas consequências que possam daí advir ao nível da concorrência. Refira-se a este propósito que o preço médio de venda ao público deste queijo é dos mais elevados, em comparação com outros queijos que ostentam uma Denominação de Origem Protegida.

3.2.2.3. Setor primário - Visão síntese

De forma sintética, as principais carências e condicionantes existentes no setor primário (em parte comuns às de muitas regiões do País) são as seguintes:

- Elevada faixa etária, baixo nível de escolaridade, falta de formação profissional e profissionalização dos agricultores, que na sua maioria não exercem a atividade a tempo inteiro;
- Reduzida empresarialização das explorações agrícolas, na sua maioria diretamente geridas por produtores singulares autónomos, o que resulta em baixos níveis de inovação e capacidade tecnológica das mesmas;
- Resistência à mudança para sistemas de agricultura mais evoluídos, nomeadamente a adoção de processos de produção e proteção integrados, a agricultura biológica, a conciliação da produção com a primeira transformação e/ou a existência de iniciativas a este nível motivada apenas pelos apoios financeiros;
- Falta de escala da maioria das explorações agrícolas, conjugada com a insuficiente participação associativa dos agricultores, que resultam na débil organização comercial e valorização insuficiente da generalidade dos produtos hortícolas e frutícolas locais;
- Subaproveitamento de parte significativa do território ocupado com floresta - sobretudo montado de sobro - recurso com fortes potencialidades;
- Ameaça da expansão urbana e consequente diminuição das áreas agrícola e florestal.

3.2.3. Turismo e Lazer

O presente subponto procura seguir, com as devidas adaptações o preconizado no *Guia Orientador – Abordagem ao Setor do Turismo na Revisão de PDM*, publicado pelo Turismo de Portugal²¹, designadamente o proposto em 4. *Fase de Caracterização e Diagnóstico*.

A vocação turística de um local é definida em função da existência de recursos naturais e ou recursos culturais e equipamentos de apoio ao visitante (alojamento, restauração, informação e animação) que exploram, enquanto oportunidades de investimento empresarial, a vocação turística e as potencialidades de desenvolvimento do turismo²².

Palmela é caracterizada por imagens de marca que importa consolidar e que resultam do aproveitamento dos seus recursos naturais históricos e culturais, alguns dos quais associados e potenciados pelo valor dos produtos e saberes tradicionais do Município e da Sub-região em que se insere (essencialmente, o vinho e o queijo).

A condição de município integrante do Parque Natural da Arrábida (cerca de 15 km²) e da Reserva Natural do Estuário do Sado (cerca de 17 km²), rico em espaços florestais e áreas rurais, constitui uma das maiores potencialidades de Palmela e confere-lhe capacidade para se diferenciar em termos de estratégia turística na Região de Turismo que integra o Município.

A teoria do *small is beautiful* tende a encaixar-se perfeitamente na estratégia turística do Município, com conceitos como “atividades de turismo de ar livre”, “atividades de turismo cultural” e “atividades de turismo de natureza”²³.

A dificuldade em integrar de forma harmoniosa e organizada o conjunto de atividades turísticas que o Município já possui em três ou quatro tipologias de programas vendáveis junto do potencial viajante, através dos operadores turísticos ou outro tipo de canal publicitário, constitui uma das principais causas da frequentemente denominada falta do “produto turístico”. Este último, ao existir, é capaz de gerar rendimentos económicos, emprego e induzir externalidades positivas sobre vários segmentos, desde o comércio, à restauração e à logística.

Estes conceitos têm ressonância junto de segmentos da procura turística cada vez mais educados, informados e preocupados com as questões ambientais e que escolhem férias com ênfase na

²¹ Disponível em <http://business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/ordenamento-turistico/guia-orientador-PDM-jan-2018-final.pdf>.

²² Conferir Domingues (2013), supracitado no referido *Guia Orientador*.

²³ Atividades de Animação Turística tal como constantes dos artigos 3.º e 4.º do RJAATOMT - Regime Jurídico das Atividades de Animação Turística e dos Operadores Marítimo-Turísticos, Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro.

aprendizagem e atividades complementares, que incluam visitas a locais de interesse, que propiciem a prática de desportos e que ofereçam experiências turísticas de qualidade baseadas no património natural e cultural dos destinos. Tal significa: menor dependência tendencial da sazonalidade, traduzindo-se em recursos económicos mais estáveis ao longo do ano (rendimentos e emprego); e mais oportunidades para a conservação e interpretação do património natural e cultural e para a atividade de empresas de muito pequena dimensão prestarem serviços (visitas organizadas, animação, etc.), tal como preconizado nas *Metas de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental* definidas na *Estratégia para o Turismo 2027*²⁴.

Algumas das atividades turísticas com maior notoriedade/visibilidade têm sido baseadas num padrão heterogéneo e enriquecido de iniciativas e atividades, sintetizado nas alíneas seguintes:

- 1) Divulgação e promoção de produtos tradicionais de qualidade, concretizadas essencialmente através de:
 - Criação e dinamização da **Rota de Vinhos da Península de Setúbal/Costa Azul**, que se traduz em visitas guiadas a algumas das adegas aderentes, com provas de vinho incluídas. A **Casa Mãe da Rota de Vinhos**, sedeadada no Município, assume as funções de organização, exposição, comercialização (dos vinhos das adegas aderentes e ainda de outros produtos tradicionais como o mel da Arrábida e o vinagre de mel) e informação, constituindo ainda um espaço de referência e de convívio. A este espaço de Vinoturismo acrescerá em breve o Núcleo Museológico do Vinho e da Vinha. O Município e a região dispõem de vários testemunhos presenciais arquitetónicos da cultura da vinha.
 - Promoção de festas tradicionais e certames, eventos com visibilidade regional e nacional, casos do Festival do Queijo, Pão e Vinho da Quinta do Anjo, da Mostra de Vinhos da União de Freguesias de Poceirão e Marateca (em Fernando Pó) e da tradicional Festa das Vindimas, que dignifica o ritual da cultura do vinho.
 - Palmela - Cidade Europeia do Vinho. Na sequência de uma Candidatura organizada por produtores e instituições locais, Palmela foi eleita pela Rede Europeia de Cidades do Vinho para Cidade Europeia do Vinho 2012, coincidindo como 50.º aniversário da Festa das Vindimas, no âmbito do concurso que visa distinguir uma cidade símbolo do desenvolvimento vitivinícola, a nível europeu, tendo sido Palmela a primeira capital do vinho, escolhida numa iniciativa que terá carácter anual. Este título de Cidade Europeia do Vinho 2012 constituiu um importante contributo para alargar a notoriedade e o prestígio dos vinhos de Palmela e da Região.

²⁴ Aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro.

O programa “Palmela - Cidade Europeia do Vinho 2012” constituiu uma oportunidade para organizar iniciativas de grande dimensão e qualidade: festivais, seminários, workshops, mostra e venda de produtos, gastronomia, espetáculos e atividades de caráter turístico e cultura que fizeram de Palmela e do seu Centro Histórico, um destino para todos os apreciadores de vinho.

O “Dia Europeu do Enoturismo”, celebrado em 2018 em Palmela, foi instituído em 2009 pela RECEVIN - Rede Europeia de Cidades do Vinho. O objetivo passa pela divulgação do património, da cultura e as tradições dos territórios que constituem a rede, bem como as suas empresas produtoras de vinho e propostas enoturísticas, contribuindo para reforçar o turismo na Europa em torno do vinho. A RECEVIN reúne cerca de 600 cidades e municípios, na promoção dos seus territórios vínicos.

2) Usufruto e interpretação do património natural e/ou da vida ao ar livre (atividades educacionais e desportivas):

- Passeios pedestres pelo Parque da Arrábida, promovidos por empresas de animação cultural e de lazer (algumas das quais sediadas em Palmela) que, para além do pedestrianismo e da orientação, oferecem a prática de atividades desportivas e lúdicas (*paintball*, BTT e equitação). Estas atividades são, por vezes, desenvolvidas para clientes empresariais em complementaridade com a formação *outdoor*.
- Desportos praticados no Kartódromo Internacional de Palmela e no Golf do Montado.
- Equitação, atividade promovida no Município em vários locais.
- Contato com moinhos de vento em atividade, na serra do Louro, local em que se pode percorrer um longo caminho pedestre. O Centro de Moinhos Vivos desenvolve uma atividade de educação ambiental em que se pode, nomeadamente, assistir à produção tradicional de pão, para além de promover as “burricadas”, uma atividade lúdica.
- Prática de atividades didáticas no âmbito da educação ambiental realizadas no Centro de Interpretação da Natureza do Zambujalinho, localizado em plena Reserva Natural do Estuário do Sado.

3) Divulgação de Percursos Turísticos a locais de interesse histórico, arquitetónico e cultural:

- Percurso pedestre pelo Centro Histórico de Palmela cujo ponto alto culmina no Castelo de Palmela, depois de observado outro património construído de interesse.
- Locais com testemunhos arqueológicos - a arqueologia rural da Herdade de Rio Frio e outros testemunhos que estão dispersos pelo Município (as grutas da Quinta do Anjo, o povoado neolítico em Casal da Cerca, entre outros).

4) Promoção de eventos artísticos /culturais /lúdicos de animação do espaço público:

- A Festa das Vindimas, a mais emblemática manifestação cultural do Município.
- O FIAR (Festival Internacional de Artes de Rua) e o FIG (Festival Internacional de Gigantes).
- Feira Medieval de Palmela
- Palmela Wine Jazz

Algumas atividades enunciadas têm a capacidade de induzir o consumo de produtos locais que podem ser dinamizados, como a caça turística, a gastronomia, o comércio e o artesanato (p.ex., Rota dos Vinhos + Gastronomia + Cultura). Outras atividades referidas, se conjugadas harmoniosamente e de forma diversificada, podem aumentar a permanência do visitante em Palmela (Karting + Turismo de Natureza + Alojamento).

A arquitetura monumental pode ser associada a qualquer programa, permitindo o enriquecimento cultural do mesmo e com efeitos positivos sobre o comércio, mediante algum esforço de dinamização e requalificação do Centro Histórico por parte da iniciativa privada e proporcionando retorno ao esforço de investimento municipal. A CMP vem intervindo na recuperação de coberturas de habitações no centro histórico e na construção de um mercado com o objetivo de impulsionar a recuperação do património e dinamizar a área.

A possibilidade de concentrar nesse espaço, uma restauração típica, um comércio de tradição (em oposição ao comércio tradicional que nem sempre acompanha a evolução do mercado) e ateliers/lojas de artesanato, constituiria uma alavanca importante dado tratar-se de elementos que se encontram dispersos pelo território e que, em muitos casos ainda não atingiram patamares de qualidade (serviço, autenticidade, inovação e arquitetura dos estabelecimentos), tornando a oferta repetitiva e sem especificidade.

O desenvolvimento de um *comércio de tradição* com qualidade pode posicionar-se como alternativa à deslocação da população do Município para os grandes centros comerciais da Península de Setúbal.

Trata-se, pois, de atividades turísticas que procuram responder a grande parte dos *10 Ativos Estratégicos* identificados na supracitada *Estratégia para o Turismo 2027*.

No que concerne à oferta e procura de alojamento turístico existente, a capacidade de alojamento do Município é relativamente limitada; no entanto, a capacidade deverá adequar-se à tipologia de turismo que se pretende para o Município, não comparável com Municípios que assentam no turismo balnear e que sofrem da concentração das dormidas em apenas uma época do ano.

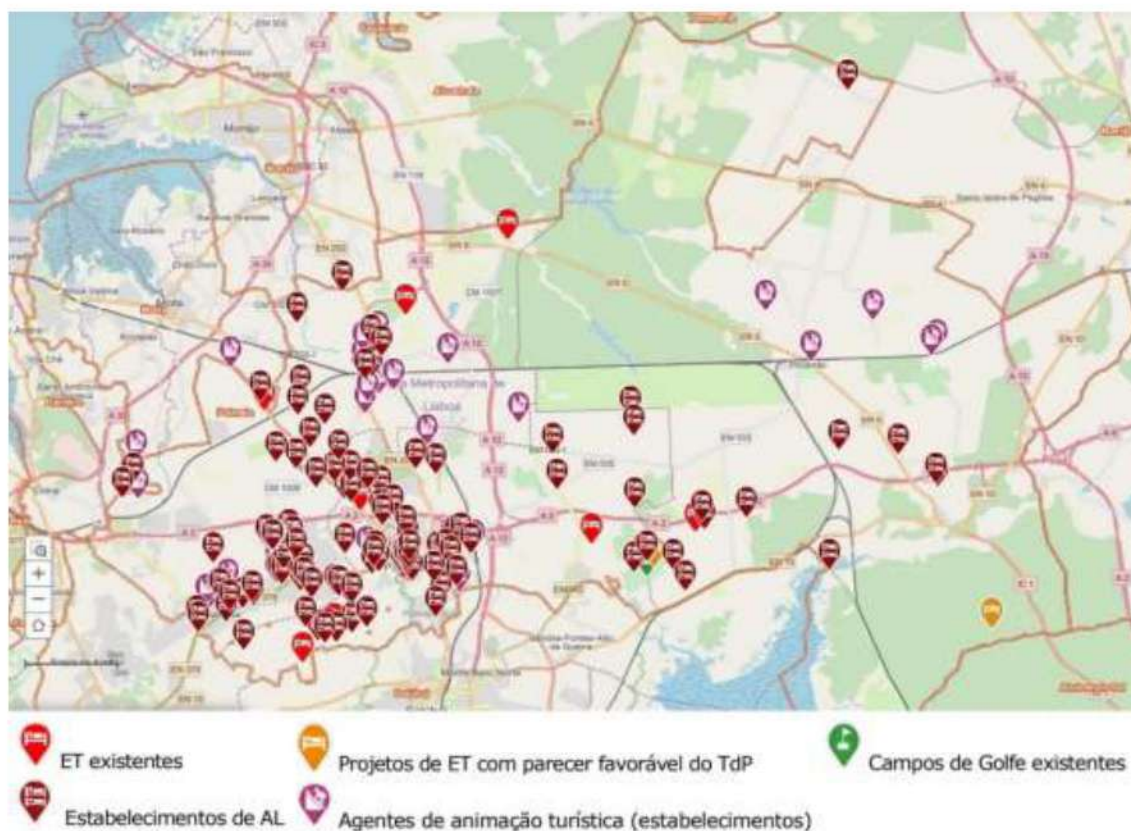
Em 2021, segundo o Sistema de Informação Geográfica do Turismo (SIGTUR)²⁵ (cf. Figura 6), no Município de Palmela existiam 13 Empreendimentos turísticos (ET), com uma capacidade total de 3.014 camas, distribuídos pelas seguintes categorias:

- Dois estabelecimentos hoteleiros (1 pousada e 1 Hotel de 2 estrelas) com total de 90 camas;
- Três empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (TER) (1 agroturismo e 2 casas de campo) com total de 36 camas;
- Dois empreendimentos de Turismo de Habitação com total de 16 camas;
- Dois aldeamentos turísticos com total de 1.287 camas;
- Dois empreendimentos de apartamentos turísticos com total de 112 camas;
- Dois parques de campismo e de caravanismo com total de 1.473 camas;
- 155 estabelecimentos de alojamento local (AL), com capacidade para 1.100 camas;
- Dois campos de golfe existentes;
- 69 Estabelecimentos de agentes de animação turística.

Paralelamente, o Turismo de Portugal, IP emitiu parecer favorável para dois projetos de ET, um hotel de 4 estrelas e um hotel rural de 4 estrelas, que representam um acréscimo conjunto de 250 camas.

²⁵ <https://sigtur.turismodeportugal.pt>.

FIGURA 6 - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE PALMELA EM 2021



Fonte: Turismo de Portugal, SIGTUR

No que se refere à evolução das estadas médias (número de noites) e das taxas líquidas de ocupação das camas (cf. Quadro 23) denota-se as seguintes situações:

- Os valores para 2020 denotam uma queda na procura, associada à pandemia do COVID-19, nomeadamente no que concerne às taxas líquidas de ocupação, que representam cerca de metade dos valores registados no ano anterior (2019);
- A variação do número médio de dormidas é relativamente reduzida, quer entre os anos em análise, quer entre as unidades territoriais consideradas. Ainda assim Palmela apresenta sempre valores ligeiramente inferiores à media nacional;
- A evolução das taxas líquidas de ocupação das camas foi tendencialmente crescente, entre 2011 e 2019, para todas as unidades territoriais em estudo;
- À exceção de 2017 e de 2019, a taxa líquida de ocupação de Palmela foi sempre superior às da AML e de Portugal.

QUADRO 23- ESTADAS MÉDIAS E TAXAS LÍQUIDAS DE OCUPAÇÃO CAMA, ENTRE 2011 E 2020

Âmbito geográfico	Estada média (n.º de dormidas)							Taxa líquida de ocupação cama (%)							
	2011	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2011	2015	2016	2016	2017	2018	2019	2020
Portugal	2,8	2,8	2,8	2,7	2,7	2,6	2,5	39,9	43,6	46,4	46,4	48,9	47,8	47,3	24,1
AML	2,2	2,3	2,4	2,3	2,3	2,3	2,2	45,7	53,4	55,3	55,3	58,4	58,6	56,8	23,1
Palmela	2,5	2,5	2,4	2,0	2,0	1,8	2,3	50,3	58,7	59,8	59,8	15,9	62,0	59,7	22,7

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos

As dinâmicas de investimento turístico evoluíram na última década também para a instalação de aldeamentos turísticos e *resorts*, contemplando apartamentos de diversas tipologias, equipamentos desportivos (golf, ténis, futebol, entre outros), de lazer, serviços pessoais e complementares de animação e comércio (restauração ou lojas, por exemplo), spa, etc. A exploração de algumas herdades do Município, nomeadamente, no interface com a Reserva Natural do Estuário do Sado (e outros espelhos de água existentes nas explorações agropecuárias), bem como na esfera das produções e atividades vitivinícolas, representam importantes oportunidades de utilização desses recursos para fins turísticos que estão a ser equacionadas pelo proprietários.

O Município também pode vir a beneficiar do desenvolvimento turístico dos Municípios vizinhos dada a complementaridade de Palmela com os Municípios de Setúbal e Sesimbra, visível a vários níveis, nomeadamente, na capacidade de alojamento que estes dois Municípios detêm e que tem vindo a ser utilizada quando um acontecimento ou atividade de maior dimensão é promovido em Palmela. Os auditórios do Município, alguns dos quais bem equipados, são por vezes solicitados para conferências e reuniões, sendo os participantes frequentemente canalizados para os alojamentos dos Municípios vizinhos.

O reforço da atratividade turística do Município pode beneficiar do contributo de: (i) atuações de suporte a montante; e (ii) atuações orientadas por segmento de mercado, dentro das vertentes-produto acima sumariamente identificadas.

No que à definição da estratégia e da proposta de ordenamento diz respeito, tal será tratado no Volume III - *Descrição e Fundamentação da Proposta de Plano* do presente relatório, alicerçando-se no diagnóstico efetuado no presente subponto, bem como no 3.1.5 - *Análise SWOT da Base Económica*.

3.3 Recursos estratégicos e fatores de competitividade territorial

3.3.1. Competências e Conhecimento

3.3.1.1. Oferta de Formação Escolar

A oferta de formação escolar da responsabilidade das Escolas Secundárias de Palmela e de Pinhal Novo e da Escola Básica e Secundária José Saramago, em Poceirão, abrange:

- Cursos Vocacionais - Ensino Básico, nomeadamente para o Comércio, a Informática e a Eletrónica;
- Cursos Profissionais: Técnico Auxiliar de Saúde; Técnico de Comércio; Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informático; Técnico de Turismo Ambiental e Rural (na ES Palmela); Técnico de Ação Educativa; Técnico de Análise Laboratorial; Técnico de Desporto; Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos; Técnico de Multimédia; Técnico de Serviços Jurídicos (na ES Pinhal Novo); Restaurante e Bar; Auxiliar de Saúde (na EBS José Saramago).

No Ensino Profissional destaca-se também a importante oferta formativa dinamizada pela *ATEC - Associação de Formação para a Indústria* em Palmela atribuindo diplomas S3 tipo A de Técnico de Soldadura; Técnico de Informática - Instalação e Gestão de Redes; Técnico de Mecatrónica Automóvel; Técnico de Eletrónica, Automação e Comando; Técnico de Manutenção Industrial de Metalurgia e Metalomecânica; e Técnico de Mecatrónica Automóvel.

Paralelamente, existem noutros municípios da sub-região outras escolas profissionais, nomeadamente, a Escola Profissional Bento Jesus Caraça – Pólos de Seixal e Barreiro, a Escola Técnica Profissional da Moita, a Escola Profissional de Almada, Escola Profissional Agostinho Roseta – Pólo de Sesimbra, Escola Profissional Cristóvão Colombo – Pólo de Setúbal, Escola Profissional do Montijo, Escola Profissional de Setúbal, Escola Profissional de Educação para Desenvolvimento – Monte da Caparica

Dado que os estabelecimentos de ensino superior têm uma área de influência à escala regional, pode afirmar-se que o Município é relativamente bem servido no que se refere ao ensino superior, nomeadamente ao nível das diferentes Escolas do Instituto Politécnico de Setúbal (Setúbal/Barreiro), mas também através da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, do Instituto Piaget e Cooperativa de Ensino Superior Egas Moniz, instituições localizadas no Município de Almada.

Na oferta de formação escolar de nível superior destas Instituições, para além dos cursos tradicionais conferentes dos graus de licenciado, mestre ou doutor, são ainda lecionadas pós-graduações, cursos de

especialização e cursos livres, bem como, ao nível do ensino politécnico, existe ainda a oferta de **Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP)**²⁶

3.3.1.2. Oferta de entidades formadoras

No que se refere à formação profissional, existem dois Centros de Formação Profissional de Gestão Direta do IEFP no Seixal e em Setúbal e um de gestão participada em Sesimbra e Setúbal - Centro de escola para o Setor das Pescas e do Mar (FOR-MAR).

A oferta de formação por parte de empresas de consultoria localizadas no Município baseia-se essencialmente em ações de formação na área da informática e de línguas.

A ATEC, localizada no Parque Industrial da AutoEuropa, veio colmatar a falta de uma escola profissional no Município. Embora tenha sido criada a pensar nos trabalhadores dos quadros das suas associadas (VW, Siemens, Bosch e Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã), é aberta ao público em geral, desde que cumpridos os requisitos de seleção. A oferta formativa destina-se essencialmente à qualificação de quadros intermédios no setor industrial, área em que existem lacunas a nível nacional. As áreas abrangidas contemplam, nomeadamente, a eletrónica de computadores, as comunicações e a gestão de redes²⁷, áreas úteis para as necessidades em recursos humanos das atividades de serviço de apoio às empresas, um dos segmentos a desenvolver no Município.

Desde a sua instalação que a AutoEuropa tem investido na formação contínua dos seus trabalhadores, nomeadamente, através de formação no estrangeiro. A rotação do emprego vem beneficiar a indústria portuguesa como testemunha o facto de, ao longo de duas décadas (desde 1995), cerca de 3 mil profissionais bem qualificados saíram da empresa à procura de outras colocações. Para além da AutoEuropa, outras empresas de média e grande dimensão beneficiam o Município e a sub-região a esse nível.

²⁶ A criação dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), veio substituir os Cursos de Especialização Tecnológica. Este novo tipo de formação superior curta, não conferente de grau, assenta em «(...) ciclos de estudos ministrados no âmbito do ensino superior politécnico e têm uma componente de formação geral e científica, uma componente de formação técnica e uma componente de formação em contexto de trabalho, que se concretiza através de um estágio. A oferta de formação deste nível terá uma forte inserção regional, materializada no seu processo de criação, na definição dos planos de estudos e na concretização da componente de formação em contexto de trabalho, bem como na interação obrigatória com as empresas e associações empresariais da região. Estes cursos atenderão às necessidades da economia e das regiões em que serão ministrados (...). No âmbito do ensino superior, os cursos técnicos superiores profissionais substituirão progressivamente os cursos de especialização tecnológica, beneficiando da capacidade de formação existente nas instituições que ministram ensino superior politécnico.» Fonte: <http://dre.pt/pdf1sdip/2014/03/05400/0207402081.pdf>.

²⁷ <https://www.atec.pt/cursos-formacao-profissional.html>.

Outras entidades formadoras acreditadas dinamizam ofertas formativas específicas:

- (i) a empresa *Maquijig Business Solutions*, instalada no Parque Industrial das Carrascas, organiza frequentemente ações de formação, *workshops* e eventos quer para os seus clientes, quer para o público em geral; e
- (ii) o Centro de Formação Luís Sá, ligado ao Município de Palmela, oferece ações de formação prioritariamente para os trabalhadores municipais ou de outras edilidades da Península de Setúbal e da Área Metropolitana, mediante protocolo.

De salientar ainda o Projeto “*Formação para a Comunidade*” da Câmara Municipal de Palmela, desenvolvido deste 2011 pela Biblioteca Municipal. Este projeto tem como objetivos promover a competitividade no mercado de trabalho, incentivando a aprendizagem ao longo da vida e a melhoria na qualidade dos serviços prestados pelos agentes económicos do Município, tendo e, linha de consideração dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 (ODS 2030) ²⁸.

O Instituto de Emprego e Formação Profissional de Setúbal e as Juntas de Freguesia do Município surgem como parceiros externos. Dentro da própria autarquia, há um trabalho de parceria entre alguns serviços ao nível do levantamento de necessidades de formação nas áreas do empreendedorismo, da dinamização do comércio local, do turismo e do ambiente.

Os problemas do Município relativamente à qualificação dos recursos humanos não divergem muito dos existentes ao nível nacional e centram-se:

- na relação entre as necessidades das empresas e a formação que é realizada nos sistemas de ensino e formação profissional, em geral com uma vertente prática/tecnológica pouco adaptada à atividade empresarial;
- na falta de soluções que tornem viável a formação de ativos, no que se refere à oferta de formação propriamente dita, aos horários (ensino pós-laboral) e proximidade das escolas profissionais ou estabelecimentos de ensino superior; para a formação de ativos são geralmente mais apropriados os cursos de curta duração.

Neste sentido, a alternativa passa pelos empresários disponibilizarem algumas horas laborais para os funcionários se deslocarem para receberem formação fora do Município ou pela criação de cursos de especialização, nomeadamente nas seguintes áreas de atividade económica:

²⁸ Cf. <https://www.cm-palmela.pt/viver/bibliotecas-municipais/formacao-para-a-comunidade>.

- Cursos de formação para produtores do setor primário, em diversas áreas, nomeadamente nos setores tradicionais que mantêm ainda alguma vitalidade, tal como a vitivinicultura, a produção de laticínios de origem ovina, a fruticultura ou a cortiça, bem como aquelas que resultam das novas exigências de comercialização e circuitos de distribuição, da agricultura biológica, do turismo em espaço rural, entre outras.
- Ações de formação para o setor vinícola, nomeadamente, em parceria com a Associação dos Vitivinicultores do Concelho de Palmela (AVIPE) e com a Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal (CVRPS).
- Desenvolvimento de uma Escola de Artesanato, em parceria com os Municípios adjacentes. O Município beneficia do facto de ter algumas pessoas ligadas ao artesanato, capazes de dinamizar este segmento, nomeadamente no Espaço Fortuna de Artes e Ofícios, em Quinta do Anjo.

3.3.1.3. Serviços às Empresas

No âmbito do apoio técnico e desenvolvimento de soluções que conduzam ao incremento da produtividade e competitividade, salienta-se a atividade de instituições de interface Universidade - Empresa existentes na região, caso do *Madan Parque* situado no perímetro do *Campus* universitário da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL) e o Parque Tecnológico da Mitrena, localizado junto à Escola Superior de Tecnologia de Setúbal do Instituto Politécnico de Setúbal, têm como objetivo fundamental apoiar a instalação e a criação de novas empresas de base tecnológica. Esta função de incubação de empresas revela-se essencial para apoiar os jovens empresários a desenvolverem planos de negócios (a materialização da ideia que dará origem à empresa), fase que contempla o planeamento dos recursos financeiros, humanos e logísticos necessários.

A incubação de empresas é na grande maioria dos casos concretizada no perímetro do *Campus* universitário da FCT-UNL e no interior do Parque da Mitrena, embora a área de atuação do *Madan Parque* corresponda à totalidade da sub-região da Península de Setúbal. Este tipo de instituições tem por vezes protocolos com sociedades cuja missão se traduz no estímulo ao desenvolvimento do capital de risco como forma privilegiada de financiamento de PME e de projetos empresariais inovadores de elevado potencial (salienta-se, p.ex., o protocolo entre o *Madan Parque* e a PME Capital); e projetos que implicam a criação de empresas ou o desenvolvimento tecnológico das existentes.

Os incentivos a projetos de empresas existentes, no sentido de se posicionarem melhor no mercado do que usando os apoios à criação de empresas, poderá beneficiar da ligação entre os centros de investigação das Instituições de Ensino Superior (IES) e essas empresas para promover projetos que possibilitem o

incremento da adequação das matérias de investigação às necessidades reais das empresas. Para além da atividade das IES, a Investigação & Desenvolvimento (I&D) não tem praticamente expressão na Península de Setúbal em comparação com a parte Norte da AML, a Grande Lisboa, que concentra o maior número de institutos públicos de desenvolvimento científico e tecnológico.

Entre as áreas de investigação que poderiam dinamizar a modernização do tecido empresarial do Município, nomeadamente, ao potenciarem a competitividade de atividades suscetíveis de promover a diversificação da base económica, destacam-se as seguintes:

- Biotecnologia, com benefícios para o complexo agroalimentar (agricultura, pecuária, vitivinicultura, indústria alimentar e bebidas) existente no eixo Palmela-Montijo-Alcochete;
- Ciências dos Materiais, nomeadamente aquelas que possam ter uma aplicação mais prática e concreta às indústrias metalomecânicas existentes no Município, com natural ênfase nos aspetos relacionados com a indústria automóvel;
- Eletrónica e Sistemas de Informação aplicados aos serviços de apoio às empresas, bem como as questões relacionadas com a “economia verde”, nomeadamente, as energias alternativas²⁹.

A situação ideal passa por promover a ligação entre os centros de I&D já existentes na AML que incidam nestas áreas de investigação e as empresas do Município que possam beneficiar dos resultados através de mecanismos de transferência de conhecimento e tecnologia.

Relativamente a outro tipo de recursos ou infraestruturas de apoio à tecnologia e inovação, não menos importante do que os centros de I&D, são as entidades que oferecem serviços de curta duração para resolver problemas ou debilidades centradas nas capacidades tecnológicas ou de gestão das empresas cuja resolução passa por aplicar soluções já existentes no mercado; a Península de Setúbal revela carências importantes nesta área, em comparação com a Grande Lisboa.

No que se refere a entidades com competências na área da certificação e normalização, o setor primário é o principal beneficiado com a existência da CVRPS, entidade certificadora dos vinhos de denominação de origem controlada Moscatel de Setúbal e de Palmela e vinho regional Terras do Sado, e da ARCOLSA, com suporte técnico da SATIVA, no caso do Queijo de Azeitão. No Pinhal Novo, existe uma cooperativa agrícola, apetrechada com uma unidade de calibragem e preparação da fruta, embora com subutilização da capacidade instalada.

²⁹ Neste último aspeto destaca-se o empreendimento da empresa Pelicano, que criou uma central fotovoltaica de produção de energia elétrica em Quinta do Anjo, perto do empreendimento do *Palmela Village* da responsabilidade da mesma empresa.

A imagem de marca e a qualidade constituem importantes recursos estratégicos em que o Município tem apostado, sobretudo, nos produtos do meio rural. A diferenciação do produto é a estratégia a seguir noutros segmentos para além do setor primário, nomeadamente, no turismo rural³⁰.

Relativamente à capacidade competitiva endógena das empresas do Município, podem apontar-se alguns exemplos, mais comuns ao nível da fileira eletrometalomecânica onde se inclui o setor automóvel que abrange empresas certificadas segundo elevados valores padrões de qualidade, em causa processos interativos como os da inovação e da difusão de tecnologia é difícil isolar o Município da sub-região, particularmente no setor vitivinícola que utiliza intensivamente esse tipo de processos. Um dos exemplos mais emblemáticos refere-se ao nascimento de algumas *start-ups* de base tecnológica, em áreas como a robótica, a automação e a metrologia, criadas por ex-quadros ou estagiários da AutoEuropa.

Em Palmela existem alguns casos de sucesso a nível empresarial que são de destacar pelo valor acrescentado que conseguem criar para os seus produtos/serviços, fruto de competências centradas na inovação e na tecnologia.

- **Visteon** (antiga Ford Eletrónica), empresa norte-americana que atua na área da eletrónica, na climatização e no segmento dos plásticos. A empresa realizou investimentos que visam o desenvolvimento de novos produtos, o lançamento de cerca de 30 projetos de I&D e a valorização e qualificação dos recursos humanos. A Visteon integra nas suas instalações um centro de engenharia internacional de conceção de produtos.
- **Dynasys**, uma das três participadas da *holding* Setcom, empresa ligada à eletrónica profissional, dedica-se à pesquisa e desenvolvimento de novos produtos com base numa unidade de inovação e tecnologia cuja função é a de encontrar nichos tecnológicos e de desenvolver novos produtos e novas soluções. A empresa integrou um consórcio que foi responsável pelo desenvolvimento de aplicações e conhecimentos na gestão rodoviária via satélite. Outros trabalhos têm surgido na área da telemática rodoviária, fruto do desempenho da empresa no segmento de sistemas SOS das autoestradas. O grupo pretende reforçar o seu posicionamento no mercado internacional.
- Modelo de produção *just-in-time* da AutoEuropa, baseado numa grande integração entre o cliente final - a multinacional - e uma rede de empresas fornecedoras constitui uma das razões que explica o seu sucesso. A AutoEuropa trabalha praticamente sem *stocks*, os componentes chegam à fábrica no momento em que são necessários para alimentar a linha de produção, o que faz com que a estrutura logística de suporte à produção seja particularmente crítica e o ciclo de produção dependa de complexos sistemas informáticos e de automação. Este modelo induz este tipo de competências sobre os fornecedores com quem se relaciona e em especial, os que trabalham na área da logística - A **Palmetal** é uma empresa situada no parque industrial que assenta a competência logística no forte desenvolvimento do seu sistema de informação, o que lhe permite garantir a integração logística total e completa com seus clientes (fornecedores da AutoEuropa).

³⁰ Neste sentido ver o sítio: <http://turismo.cm-palmela.pt/>.

3.3.2. Apoio institucional e cooperação empresarial

O apoio institucional é vital para a competitividade territorial, essencialmente nos domínios da divulgação de produtos regionais (através de feiras e exposições), da difusão de conhecimentos e oportunidades de negócio ou cooperação em diversos domínios, da sensibilização para o desenvolvimento tecnológico e a criação de um ambiente favorável à iniciativa privada.

No setor primário destaca-se o trabalho da ADREPES - Associação de Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal na animação económica para o desenvolvimento, nomeadamente, investimentos potenciadores do desenvolvimento rural, financiados no âmbito da Iniciativa Comunitária de Desenvolvimento Rural (Leader+) tendo sido atribuída a esta ADL a responsabilidade da sua gestão e acompanhamento. Esta é efetuada de acordo com uma Estratégia de Desenvolvimento Local cuja zona de intervenção abrange vinte e uma freguesias de seis municípios da Península de Setúbal (Alcochete, Moita, Montijo, Palmela, Sesimbra e Setúbal), com exclusão dos núcleos urbanos da Moita, Pinhal Novo e Setúbal. Outra iniciativa de referência é o projeto *Prove*. Sob dinamização e coordenação da ADREPES, este projeto visa incentivar a comercialização de proximidade de produções primárias, recorrendo à venda direta de cabazes encomendados, fomentar a relação direta entre produtor local e consumidor, procurando obter um preço final mais justo para quem vende e produtos de qualidade para quem compra, bem como melhorar o escoamento das produções.

O processo de comercialização teve início em 2006, nos municípios de Palmela e Sesimbra, tendo sido posteriormente disseminado, com enorme sucesso, através de Grupos de Ação Local, produtores e consumidores, mas também de autarquias, organizações de agricultores e diversos parceiros locais.

O projeto desenvolve-se atualmente no âmbito da cooperação interterritorial do Subprograma 3 do PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural e conta com a participação de oito Grupos de Ação Local de vários territórios rurais do Continente, o apoio da Federação Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local.

A AERSET - Associação Empresarial da Região de Setúbal teve uma atuação muito dinâmica durante a década de noventa do século passado, ao nível da promoção dos serviços e produtos das empresas associadas (através do centro de exposições) na formação dos recursos humanos pertencentes ao tecido empresarial da Sub-região, na área da internacionalização da economia e da cooperação inter-regional, defendendo uma estratégia para a sub-região assente no conceito de Plataforma Logística Atlântica e no estabelecimento de redes de cooperação empresariais, atuação indispensável a um processo de desenvolvimento territorial que assenta essencialmente em pequenas e médias empresas.

Desde meados da primeira década do século XXI, a AERSET foi reduzindo sensivelmente a sua atividade e iniciativas, nomeadamente, com a desativação de espaços/equipamentos (Azeitão e Setúbal), bem como da prestação de serviços aos associados.

No final de 2014 foi constituída a Associação da Indústria da Península de Setúbal (AISET). Os fundadores da AISET têm como objetivo: “contribuir para que a Península de Setúbal seja um local de excelência para o desenvolvimento da atividade industrial, promovendo para tal a valorização da atividade industrial da região e a implementação de uma cultura de competitividade entre os agentes económicos da Península de Setúbal.”

O Conselho de Fundadores integra várias empresas com atividade principal em Palmela, designadamente, a *Continental Teves*, a *Casa Ermelinda Freitas*, a *Visteon* e a *Volkswagen AutoEuropa*.

No domínio do apoio à dinamização da atividade económica e empresarial, destaca-se a missão e atividades do Gabinete de Apoio às Empresas e Promoção do Investimento (GAEPI) que funciona na Câmara Municipal de Palmela. O Gabinete tem por Missão: “potenciar as oportunidades de investimento, criando as melhores condições para atrair e fixar investimentos com interesse estratégico para o Município, bem como apoiar e valorizar a economia local e as empresas”. Entre as suas competências salienta-se as seguintes:

- promover programas e iniciativas que contribuam para a dinamização da economia, numa base de sustentabilidade e responsabilidade social;
- apoiar as empresas no desenvolvimento da sua atividade, nomeadamente, em áreas como informação, formação e lançamento de novos projetos;
- acompanhar e apoiar tecnicamente o funcionamento de estabelecimentos comerciais, nomeadamente nas áreas de higiene e segurança alimentar; e
- acompanhar os procedimentos ligados à implementação de atividades económicas, junto das entidades orgânicas responsáveis.

A dinamização do tecido produtivo regional deverá aproveitar o posicionamento geográfico estratégico da sub-região, propício a iniciativas de cooperação transfronteiriça (em especial dirigidas à Andaluzia e Extremadura) e inter-regional, com o sul do País. Mesmo que uma PME não privilegie o mercado externo, deverá ter sempre presente o mercado ibérico, com o qual compete internamente.

A CMP tem impulsionado também a cooperação empresarial de diversas formas, destacando-se a promoção do Fórum Palmela, que esteve na origem da realização de diversos *fora* setoriais, nomeadamente, o Fórum do Vinho e o Fórum da Indústria Automóvel, vingando apenas este último que evoluiu para o estatuto de uma Associação, o FIAPAL - Fórum Indústria Automóvel de Palmela. Na direção desta Associação, participam membros do Município, dirigentes da *AutoEuropa* e de outras empresas do setor, o que lhe tem inculcido dinamismo. A consolidação deste tipo de plataformas deverá depender apenas da iniciativa e vontade própria dos empresários dos restantes setores para se associarem e atuarem em conjunto.

A cooperação e o associativismo do tecido empresarial no Município são visíveis na indústria automóvel e em algumas atividades mais dinâmicas e competitivas do setor primário: os produtores de vinha (AVIPE -

Associação de Viticultores do Concelho de Palmela) e os produtores de ovinos leiteiros (ARCOLSA - Associação Regional dos Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida).

As micro e pequenas empresas têm geralmente uma débil capacidade de gestão e reduzida inserção em redes de cooperação empresarial para a inovação e acesso ao mercado e é exatamente ao nível das empresas de menor dimensão que as parcerias são vitais. A cooperação vem beneficiar a competitividade no que se refere à partilha de recursos (infraestruturas de transporte e comunicações, entrepostos de mercadorias, serviços de recolha de resíduos, entre outros) e de informação e *know-how* para um melhor posicionamento no mercado, pelo que a orientação e o apoio dado pelo GAEPI - Gabinete de Apoio às Empresas e Promoção do Investimento da edilidade palmelense será sempre uma mais-valia.

A CMP tem tido um papel de destaque na promoção e divulgação dos produtos regionais do setor primário e na área cultural através de certames e eventos que já são conhecidos para além das fronteiras da sub-região e tem estado particularmente atenta em iniciativas para a dinamização e resolução de problemas específicos do meio rural. Entre os vários projetos desenvolvidos que dignificam a cooperação intermunicipal e público-privada nos quais a CMP participa, salientam-se os projetos turísticos Arrábida - Rota dos Castelos e a Rota dos Vinhos da Península de Setúbal/Costa Azul, iniciativa conjunta da CMP, CVRPS e da Região de Turismo da Costa Azul.

Mais recentemente, no seio do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), a CMP viu ser aprovada uma Operação Integrada Local (OIL) para a União de Freguesias de Poceirão e Marateca, em que no seio do Eixo 5 - Emprego de economia social, destacam-se as seguintes Ações: Ação 32 - Ações de combate ao desemprego, de forma a facilitar "(...) a inclusão na vida ativa e requalificação profissional, técnicas de procura ativa de emprego e divulgação de apoios ao empreendedorismo e criação do próprio posto de trabalho"; Ação 37- Projeto 'comida em casa' - pequenos negócios de carácter familiar, que visa a "criação duma bolsa de pequenos produtores, ligados à produção doméstica no sector da alimentação. O sistema deverá identificar os produtores e a oferta de cada um, a criação duma rede local de empreendedorismo, a troca de experiências entre os produtores, a criação dum roteiro promocional e a animação e capacitação da rede numa lógica de empreendedorismo e desenvolvimento local", a Ação 38 - Criação de rede emprego local a partir do Parque Mário Bento, "(...)envolvendo quer os agentes locais organizados, públicos e privados, quer as instituições regionais e nacionais (i.e. IEFP SETÚBAL, Associação de Empresários de Setúbal, Associação de Agricultores, UFPM, Município, Associação de Comerciantes), tendo em vista a promoção do emprego e do empreendedorismo"; e a Ação 41 - Ações de capacitação para jovens (upskilling), que procura "(...) a inclusão na vida ativa no contexto da transição digital, incluindo ferramentas técnicas digitais, técnicas de procura ativa de emprego e divulgação de apoios ao empreendedorismo jovem e criação do próprio posto de trabalho no contexto da mudança de paradigma do emprego (no quadro do Plano Local de Emprego e Empreendedorismo Jovem- PLEEEJ)"³¹.

³¹ Ver <https://www.cm-palmela.pt/municipio/eixo-5-emprego-de-economia-social>.

3.4 Fatores de Atratividade

3.4.1. Infraestruturas económicas

O Quadro seguinte sistematiza informação relativa às áreas do Município destinadas à localização de atividades económicas, o que é consentâneo com a manutenção das características rurais de uma boa parte do Município, em comparação com outros Municípios da Península de Setúbal. No que concerne a distribuição territorial das empresas, verifica-se que apenas 21% estão concentradas nas referidas áreas de acolhimento empresarial³², o que indicia um padrão de distribuição espacial das empresas de ocupação difusa do território municipal com alguma sobreposição de funções: habitação, agricultura e unidades produtivas.

QUADRO 24- QUANTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (AAE) DO MUNICÍPIO CORRESPONDENTES A PERÍMETROS URBANOS INDUSTRIAIS, MULTIUSOS OU LOGÍSTICA/COMÉRCIO

Designação	Área (ha)			Ocupação (%)	N.º de empresas	Infraestruturas existentes
	Consolidado	Expansão	Total			
Área Industrial Sul Pinhal Novo	-	31,46	31,46	-	-	Para desenvolvimento de uma unidade de execução
Área Industrial EN 10	-	13,03	13,03	-	1	Sem infraestruturas em rede
Aires/Barreiros	35,39	40,09	75,48	47	16	Saneamento em alta e vias principais asfaltadas
Áreas de Terciário	198,56	594,12	792,68	25	70	Sem infraestruturas em rede
AXL (+Schnellecke Logística)	8,77	44,10	52,87	17	1	Saneamento em alta e vias principais asfaltadas
Biscaia	25,37	34,89	60,26	42	10	Redes de saneamento e vias parcialmente asfaltadas
Carrascas	42,96	27,35	70,31	61	46	Todas exceto gás
Parque de Fornecedores + Autoeuropa	153,35	-	153,35	100	20	Todas
Parque de Fornecedores da Autoeuropa	-	23,37	23,37	-	-	Saneamento em alta e vias principais asfaltadas
Vale de Cantadores	11,21	10,35	21,56	52	15	Sem infraestruturas em rede
Vale do Alecrim/Wiggins	39,61	35,39	75	53	88	Todas exceto gás
Vila Amélia Norte	108,29	234,25	342,54	32	64	Esgotos em alta/Rede parcial de água e algumas vias asfaltadas
Vila Amélia Sul	31,31	32,12	63,43	49	31	Saneamento em alta e vias principais asfaltadas
Total de Ocupação	654,82	1.120,52	1.775,34	37	362	-

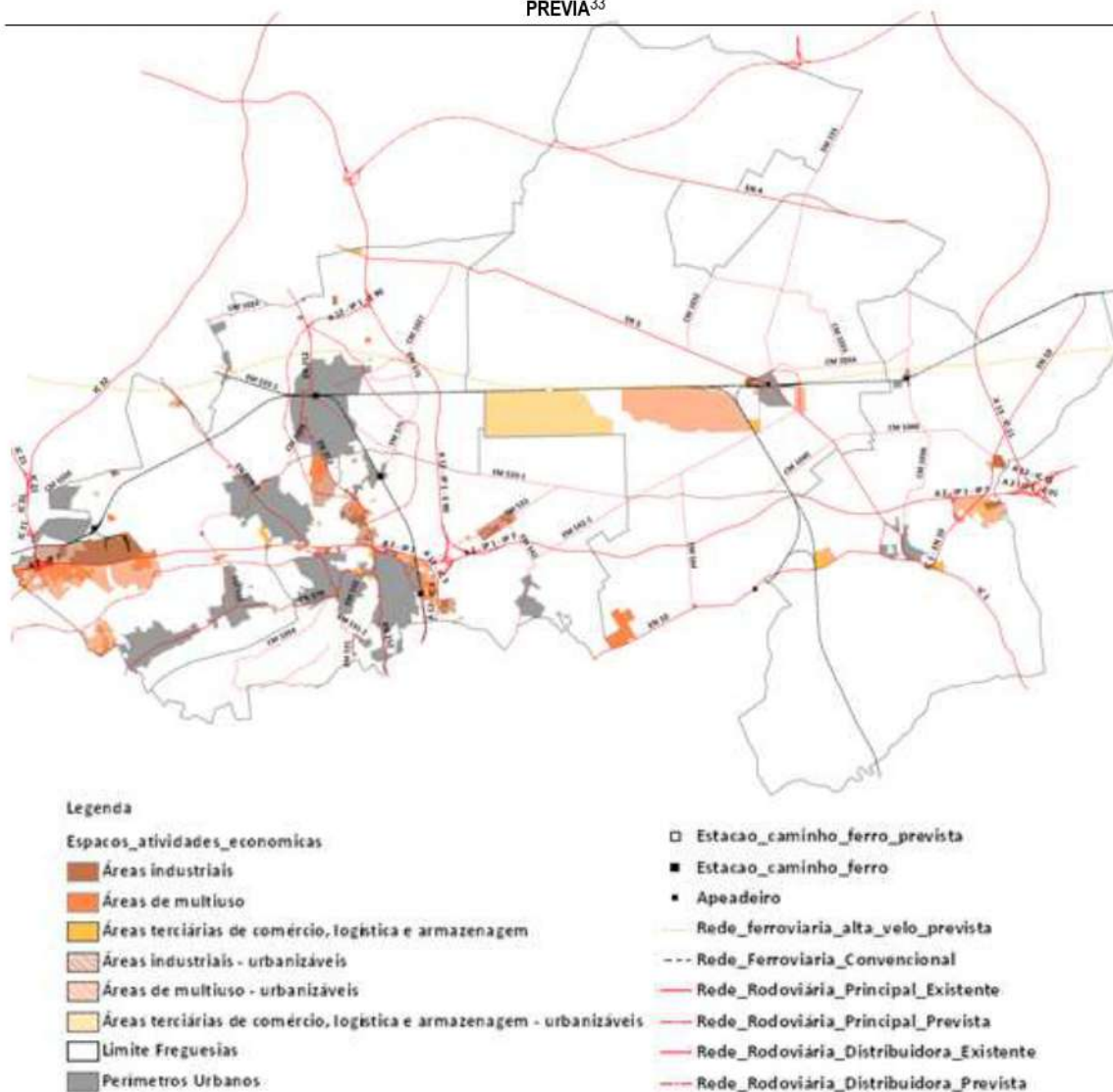
Nota: O valor que se apurou no global das áreas de atividades económicas em todos os três setores a partir da carta de ordenamento foi 1.951,80 ha. Admite-se que a diferença para os 1.775,34ha acima apurados se fique a dever às áreas de terciário e dispersas no Município.
Fonte: CMP-GPE, 2015.

³² O levantamento efetuado pela CM Palmela em 2015, permitiu identificar 362 empresas nas Áreas de Atividades Económicas para um total de 1.477 estabelecimentos existentes no Município, segundo os Quadros de Pessoal para 2013.

O recenseamento efetuado às áreas de atividades económicas (Relatório às Atividades Económicas em Áreas Industriais, 2006, CMP-OES e SIG), constatou uma representatividade quase equivalente entre a indústria (31%), os serviços (31%) e o comércio (38%), com uma ligeira vantagem para o último setor. A distribuição das atividades por AAE revela um número reduzido de atividades concentradas geograficamente:

- A fabricação de componentes e acessórios para veículos automóveis localiza-se, essencialmente na AAE da *AutoEuropa* e na AAE do parque fornecedor da *AutoEuropa*. Na AAE da Marquesa (AXL) predominam as atividades ligadas aos serviços, em especial os serviços de apoio às empresas, com uma tipologia diversificada. A AAE de Vila Amélia Norte apesar de concentrar o maior número de empresas do ramo comercial, acolhe igualmente empresas de transportes e logística, algumas das quais têm como cliente a *AutoEuropa*.
- O comércio por grosso tem localização predominante na AAE de Vila Amélia Norte e, em menor grau, nas AAE de Vila Amélia Sul e Vale do Alecrim. O comércio por grosso de produtos alimentares predomina, sobretudo, na primeira destas AAE, o comércio de produtos intermédios, máquinas e equipamentos existe nas três AAE referidas, sendo a de Vila Amélia Sul, a que acolhe mais empresas do ramo comercial ligadas, nomeadamente, aos veículos automóveis.
- A atividade industrial encontra-se razoavelmente bem distribuída pelas diferentes AAE, mas é mais expressiva nas Carrascas, onde cerca de 55% das empresas localizadas pertencem ao setor secundário (indústrias transformadoras e construção, sobretudo).

FIGURA 7 - LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (AAE) DO MUNICÍPIO DE PALMELA – PROPOSTA PRÉVIA³³



Fonte: CMP-GPE.

O Município de Palmela é atravessado por importantes vias rodoviárias e ferroviárias, condição que favorece a instalação de empresas junto ou muito próximo dessas vias de comunicação. A distribuição das várias AAE que estão delimitadas no Município reflete essa realidade (cf. Figura 7). As AAE com o maior

³³ Proposta de AAE da primeira fase da proposta de revisão do PDM. A proposta final é apresentada no Vol. III e materializa-se na Planta de Ordenamento e respetivo Regulamento.

número de empresas instaladas situam-se na contiguidade da A2 (AutoEuropa e parque fornecedor Vila Amélia Norte), logo à entrada ponte do Município.

Outras AAE (AAE de Pinhal Novo, Vale do Alecrim e Carrascas), localizadas junto à estrada nacional que une os aglomerados urbanos de Pinhal Novo e Palmela, situam-se igualmente na proximidade da linha de comboio e das suas estações (Pinhal Novo e Venda do Alcaide). As restantes AAE têm localizações, igualmente, estratégicas em termos de acessibilidade rodoviária por autoestrada não obstante a forte subocupação das localizadas nas freguesias mais rurais, fundamentalmente do Ecoparque.

A localização estratégica das AAE do Município, próximas de infraestruturas de apoio à exportação (distam entre 30 a 60 km do Aeroporto de Lisboa, entre 10 e 20 km do Porto de Setúbal e entre 25 a 60 km do Porto de Lisboa) induz uma forte seletividade e competição pelo uso do solo, sobretudo, os terrenos situados no interior das AAE e localizados junto à AutoEuropa ou no eixo Palmela-Pinhal Novo. Este fator, aliado à fraca dotação infraestrutural de algumas áreas de atividades económicas, poderá explicar o facto de grande parte destas possuir uma taxa de ocupação inferior a 50%. Para além da oferta de terrenos para venda, é frequente a existência de instalações/armazéns para arrendamento (para espaços fabris/escritórios), evitando assim os processos de licenciamento e infraestruturas associados à compra de terrenos.

Grande parte das AAE foram criadas *a posteriori*, ou seja, as empresas foram-se concentrando nessas áreas, sem que a instalação das mesmas tivesse sido antecedida de um projeto de loteamento com respetiva infraestruturização.

Esta forma de ocupação do espaço resultou, em grande parte dos casos, numa infraestruturização deficiente no que concerne a ligação à rede pública de água/telecomunicações, a existência de esgotos industriais, o acesso a gás canalizado e a pavimentação dos acessos. A situação atual das AAE é relativamente heterogénea: apenas um número restrito está equipada com uma Estação de Tratamento de Áreas Residuais (ETAR) e a recolha de efluentes das ETAR industriais e a sua ligação com as ETAR públicas, bem como a recolha de resíduos industriais não é efetuada de uma forma integrada (apenas o parque da *AutoEuropa* tem um sistema deste tipo).

O incentivo de práticas concertadas de infraestruturização, ordenamento e gestão, por parte das empresas localizadas em AAE, deverá contribuir para assegurar resultados positivos ao nível da eficiência e da economia de custos.

Em alguns casos, pode constatar-se que as vias de acesso a alguns loteamentos já se encontram saturadas, existindo estrangulamentos no acesso a Palmela. As empresas com maior ligação ao Porto de Setúbal, confrontadas com a portagem na autoestrada acabam por sobrecarregar as vias de comunicação

internas do Município. A possível construção de alternativas às duas estradas nacionais mais congestionadas poderá aliviar o tráfego municipal.

A construção de pistas de aceleração para veículos pesados acederem às vias de acesso quando saem dos parques industriais pode revelar-se também de grande utilidade. Os veículos pesados confrontam-se ainda em muitas AAE com dificuldades de estacionamento dentro dos lotes, existindo apenas um parque TIR para esse efeito na AAE da AutoEuropa.

A AAE do Vale de Alecrim está equipada com um parque municipal de estacionamento de veículos pesados para evitar os constrangimentos na via pública, poluição e insegurança (produtos inflamáveis) relacionada com o estacionamento de veículos pesados junto do perímetro urbano de Pinhal Novo; este investimento é de grande utilidade, desde que os condutores de pesados o utilizem efetivamente ou sejam induzidos a fazê-lo, via fiscalização. Dado que grande parte das empresas de transportes de mercadorias está localizada em Pinhal Novo e Palmela, poderá avaliar-se idêntica intervenção nesta última freguesia.

A criação/instalação de atividades de apoio aos funcionários das empresas localizadas nas AAE afigura-se indispensável já que os restaurantes, cantinas e outros serviços de utilidade são praticamente inexistentes e a sua instalação pode constituir uma oportunidade de investimento empresarial.

Para fazer face aos constrangimentos identificados, foram constituídas associações empresariais nas AAE das Carrascas e do Vale de Alecrim, sendo este o caminho a seguir pelas restantes áreas de acolhimento empresarial, no sentido de serem criadas estruturas organizadas e interlocutores capazes de se relacionarem com as diversas entidades competentes nos domínios da infraestruturação e do licenciamento.

Uma adequada infraestruturação do território contribuirá positivamente para a competitividade das empresas instaladas e ao mesmo tempo, constitui um fator de atração para a localização de novas empresas. Em termos de infraestruturas orientadas para a exportação, Palmela possui uma localização privilegiada, no *hinterland*³⁴ dos Portos de Setúbal, Lisboa e Sines.

A melhoria da capacidade logística de atração de novas atividades industriais constitui um fator crucial para consolidar potenciais locativos, tanto mais que as excelentes acessibilidades do Município podem ser complementadas com interfaces intermodais, nomeadamente, ao nível da eventual futura construção da Plataforma Logística do Poceirão.

³⁴ Área de influência de um porto. Implica a existência de redes rodoviárias e ferroviárias de ligação entre o porto e os territórios sobre essa área de influência.

A localização geográfica, o perfil de acessibilidades e a conectividade intermodal, posicionam Palmela como um Município propício para que se aposte no investimento em áreas de atividade logística. A título de exemplo, na Marateca existe uma área logística de uma empresa de supermercados *hard-discount* que serve a distribuição de toda a região sul do País, com serviços de apoio para além dos tradicionais (parqueamento e armazenagem): serviços de *transshipment*, relacionados com a mudança de meio de transporte, aluguer e reparação de contentores e veículos de transportes, serviços de carga para a consolidação e desconsolidação de contentores e verificação da mercadoria. Para este efeito, surgem como fundamentais os projetos da plataforma logística e da rede ferroviária em bitola europeia com ligação ao Porto de Sines e à referida plataforma.

O quadro síntese seguinte sintetiza as principais opiniões das empresas/entidades relativamente às condições de desenvolvimento económico existentes no município/região. A avaliação é transversal e resulta de um diagnóstico comum às principais atividades económicas.

QUADRO 25 - SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DAS EMPRESAS SOBRE AS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO EXISTENTES NO MUNICÍPIO/SUB-REGIÃO

PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
• Acessibilidades internas na União das Freguesias de Marateca e Poceirão. • Acessibilidades internas da Península de Setúbal (em especial o eixo Palmela-Setúbal), o mesmo acontecendo relativamente ao transporte público de passageiros. • Congestionamento do trânsito e insegurança rodoviária em algumas vias e nos acessos às zonas industriais. • Défice de transportes públicos, no interior do Município; • Gestão não integrada das infraestruturas logísticas e das AAE. • Infraestruturação insuficiente da maior parte das AAE. • Prática de preços de venda dos terrenos excessivos para a capacidade da generalidade das PME, não existindo apoios para a realocação de empresas ou para o sistema de ALD; • Deficiente sinalética (localização das AAE, empresas, etc.). • Défice de serviços de apoio às empresas (inclusivamente no interior das zonas industriais); a oferta dos mesmos tem que ser completada com a existente em Lisboa, Setúbal e Moita. • Falta de promoção externa de Palmela orientada para atrair novas empresas, assente nas acessibilidades e na inovação e tecnologia associadas a algumas empresas do Município.	• Boas acessibilidades do Município (proximidade a dois grandes portos e ao aeroporto de Lisboa; autoestradas de ligação ao norte e sul do País e a Espanha; e rede ferroviária). • Proximidade de aglomerados urbanos que se convertem simultaneamente em mercados consumidores e oferta em quantidade de mão-de-obra qualificada. • Infraestruturação de exportação associada ao porto de Setúbal, de exploração eficiente (para navios <i>roll-on /roll-off</i>). • Projeto dos táxis comunitários para as localidades mais pequenas existentes no Município. • Papel importante do nó ferroviário de Pinhal Novo. • Localização das principais infraestruturas logísticas. • Existência de AAE com taxa de ocupação inferior a 50% e oferta substancial ao nível de terrenos e instalações /edifícios para aluguer no Município.

Fonte: elaboração própria

3.4.2. Oportunidades e Condicionantes de financiamento do investimento

Na redefinição da nomenclatura de unidades estatísticas territoriais de nível II (NUTS II), de forma a contornar a diminuição de fundos do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, a NUTS III da Península de Setúbal manteve-se na renomeada Região de Lisboa, abrangida pelo regime transitório *Phasing out* previsto no antigo QCA III (2000-2006) para as regiões que deixaram de ser elegíveis ao abrigo do Objetivo 1 (Apoiar o desenvolvimento das regiões menos prósperas/ Reduzir as disparidades entre níveis de desenvolvimento regional). O regime de *Phasing out* impôs um *plafond* de financiamento equivalente a 15% do montante total daquele período.

Durante o período 2007-2013 vigorou o designado Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN). Em resultado da alteração introduzida na anterior NUTS II de Lisboa e Vale do Tejo, as NUTS III do Oeste, do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo regressam ao *Objetivo Convergência* (semelhante ao Objetivo 1 do período anterior), enquadradas nas Regiões Centro e Alentejo. As NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal, englobadas agora na nova NUTS II de Lisboa, passam a integrar o *Objetivo Competitividade Regional e Emprego*.

No período 2007-2013 os apoios ao investimento privado via instrumentos de programação cofinanciados pelos Fundos Estruturais foram, sobretudo, veiculados pelo Programa Operacional de Lisboa (Competitividade e Inovação) e pelo Programa PRODER (instrumento estratégico e financeiro de apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural do Continente).

A tabela seguinte sintetiza os apoios do PO Lisboa via diferentes Sistemas de Incentivos os quais atingiram 48 Milhões de Euros de investimento elegível, com muito elevada concentração no SI Inovação.

QUADRO 26 - PROJETOS APROVADOS NO ÂMBITO DO POR LISBOA

Tipologias de Operação	Projetos		Investimento elegível aprovado	
	Nº	%	Montante (€)	%
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8	66,7	47.025.370	98,2
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	3	25,0	722.422	1,5
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1	8,3	158.025	0,3
Total SI	12	100,0	47.905.817	100,0

Fonte: QREN, Informação atualizada em junho de 2014.

A *AutoEuropa* absorveu 81,2% do total dos apoios do SI Inovação em Palmela com o projeto Inovação de processos produtivos. Outros apoios relevantes beneficiaram uma empresa de componentes para automóveis (*Faurecia*), com um projeto de investimento no montante de 1,9 Milhões de Euros, e uma empresa de plásticos para laboratório (*Laboplaste*), num projeto de Impressão digital de idêntico montante.

O conjunto de apoios à Agricultura e ao Desenvolvimento Rural pretende favorecer a melhoria da competitividade dos setores agrícola e florestal, a promoção da sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais e a revitalização social e económica das áreas rurais. Acrescem a estes fatores, a promoção da coesão territorial e social, em particular em espaços mais deprimidos e rurais.

As respetivas dinâmicas de investimento, no Município de Palmela, são apresentadas no quadro seguinte.

QUADRO 27 - PROJETOS APROVADOS NO ÂMBITO DO PRODER

	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	TOTAL	%
Ação: Modernização e Capacitação das Empresas			941.909	76,3	15.861.101	89,0	1.408.312	25,7	13.756.784	87,3	4.427.522	68,3	654.807	30,2	37.050.782	74,3
Ação: Investimentos de Pequena Dimensão					11.115	0,1	103.285	1,9	209.201	1,3	215.871	3,3	220.049	10,1	759.528	1,5
Ação: Instalação de Jovens Agricultores					320.000	1,8	120.000	2,2	646.574	4,1	860.753	13,3	527.279	24,3	2.474.627	5,0
Ação: Melhoria Produtiva dos Povoamentos					9.738	0,1	2.252.170	41,1	720.572	4,6			201.071	9,3	3.183.597	6,4
Ação: Restabelecimento do Potencial Produtivo											112.022	1,7			112.024	0,2
Subprograma 1 – Promoção da Competitiv.	0		941.909	76,3	16.201.954	90,9	3.883.767	70,9	15.333.131	97,3	5.616.168	86,7	1.803.206	73,9	43.580.557	87,4
Ação: Orden. e Recuperação de Povoamentos									50.092	0,3					50.092	0,1
Ação: Proteção contra Agentes Bióticos Nocivos											732.835	11,3			732.846	1,5
Subprogr. 2 – Gestão Sust. do Espaço Rural	0		0		0		0		50.092	0,3	732.835	11,3	0		782.939	1,6
Ação: Diversif. de Ativid. na Exploração Agrícola							234.772	4,3					299.965	13,8	534.741	1,1
Ação: Criação e Desenv. de Microempresas					434.134	2,4	303.723	5,5	205.664	1,3					943.530	1,9
Ação: Desenv. de Atividades Turísticas e de Lazer					287.748	1,6	461.915	8,4							749.673	1,5
Ação: Cons. e Valorização do Património Rural					345.490	1,9	281.488	5,1							626.985	1,3
Ação: Serviços Básicos para a População Rural					28.049	0,2	38.905	0,7					265.354	12,2	332.309	0,7
Ação: Coop. LEADER para o Desenvolvimento					264.916	1,5	98.417	1,8	164.327	1,0					527.664	1,1
Ação: Funcionamento dos GAL, Aquisição de Competências e Animação	918.329	100,0	292.958	23,7											1.211.411	2,4
Subprograma 3 – Dinam. das Zonas Rurais	918.329	100,0	292.958	23,7	1.360.337	7,6	1.419.220	25,9	369.991	2,3	0		565.319	26,1	4.926.314	9,9
Ação: Cooperação para a Inovação							41.524	0,8							41.525	0,1
Ação: Redes Temáticas de Informação e Divulgação											131.852	2,0			131.854	0,3
Ação: Serviços de Aconselhamento Agrícola					252.668	1,4									252.669	0,5
Ação: Serviços de Apoio às Empresas							130.036	2,4							130.038	0,3
Subprogr. 4 – Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências	0		0		252.668	1,4	171.560	3,1	0		131.852	2,0	0		556.087	1,1
TOTAL	918.329	100,0	1.234.867	100,0	17.814.959	100,0	5.474.547	100,0	15.753.214	100,0	6.480.655	100,0	2.168.525	100,0	49.845.896	100,0

	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	TOTAL	%
Ação: Modernização e Capacitação das Empresas			1	50,0	28	53,8	8	25,0	13	35,1	9	26,5	3	13,6	262	32,4
Ação: Investimentos de Pequena Dimensão					1	1,9	7	21,9	11	29,7	12	35,3	13	59,1	133	17,0
Ação: Instalação de Jovens Agricultores					8	15,4	3	9,4	6	16,2	7	20,6	3	13,6	89	11,4
Ação: Melhoria Produtiva dos Povoamentos							1	3,1	3	8,1			1	4,5	16	2,1
Ação: Restabelecimento do Potencial Produtivo											3	8,8			12	1,5
Subprograma 1 – Promoção da Competitiv.	0		1	50,0	37	71,2	19	59,4	33	89,2	31	91,2	20	90,9	502	64,3
Ação: Orden. e Recuperação de Povoamentos								0,0	1	2,7					4	0,5
Ação: Proteção contra Agentes Bióticos Nocivos								0,0			2	5,9			8	1,0
Subprogr. 2 – Gestão Sust. do Espaço Rural	0		0		0		0		1	2,7	2	5,9	0		12	1,5
Ação: Diversif. de Ativid. na Exploração Agrícola							1	3,1					1	4,5	5	0,7
Ação: Criação e Desenv. de Microempresas					5	9,6	2	6,3	1	2,7					27	3,4
Ação: Desenv. de Atividades Turísticas e de Lazer					1	1,9	2	6,3							11	1,4
Ação: Cons. e Valorização do Património Rural					3	5,8	2	6,3							17	2,2
Ação: Serviços Básicos para a População Rural					1	1,9	2	6,3					1	4,5	12	1,6
Ação: Coop. LEADER para o Desenvolvimento					4	7,7	2	6,3	2	5,4					27	3,5
Ação: Funcionamento dos GAL, Aquisição de Competências e Animação	1	100,0	1	50,0											152	19,5
Subprograma 3 – Dinam. das Zonas Rurais	1	100,0	1	50,0	14	26,9	11	34,4	3	8,1	0		2	9,1	251	32,2
Ação: Cooperação para a Inovação							1	3,1							4	0,5
Ação: Redes Temáticas de Informação e Divulgação											1	2,9			4	0,5
Ação: Serviços de Aconselhamento Agrícola					1	1,9									3	0,4
Ação: Serviços de Apoio às Empresas							1	3,1							4	0,5
Subprogr. 4 – Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências	0		0		1	1,9	2	6,3	0		1	2,9	0		15	1,9
TOTAL	1	100,0	2	100,0	52	100,0	32	100,0	37	100,0	34	100,0	22	100,0	780	100,0

Fonte: PRODER, informação extraída a 29/09/2017.

A maior dinâmica de investimento, sobretudo, em termos financeiros concentrou-se na Ação da Modernização e Capacitação das empresas (74% do investimento e 32% dos projetos) referente ao Subprograma Promoção da Competitividade. A Ação teve por finalidade apoiar investimentos em explorações agrícolas orientados para a produção e/ou para a respetiva transformação e/ou comercialização.

O subprograma Dinamização das Zonas Rurais (sob responsabilidade da ADREPES) representa 32% dos projetos contratados; no entanto, trata-se de investimentos com menor montante financeiro em projetos de diversificação de atividades em espaço rural (criação de microempresas, projetos de turismo rural, entre outros), absorvendo cerca de 10% do investimento total financiado pelo PRODER no Município.

No novo período de programação (2014-2020) e no âmbito do Portugal 2020, a Região beneficia do novo Programa Operacional Regional de Lisboa (POR Lisboa) 2014-2020, cujos Eixos Prioritários/Prioridades de Investimento orientados para o apoio ao desenvolvimento económica e territorial são sistematizados no quadro seguinte.

QUADRO 28 - ESTRUTURA DE EIXOS PRIORITÁRIO E PRIORIDADES DE INVESTIMENTO DO POR LISBOA 2014-2020

Eixos Prioritários	Prioridades de Investimento (PI)
EP 1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	1a - Reforço das infraestruturas de investigação e inovação (I&I) e das capacidades destinadas a desenvolver a excelência em matéria de I&I, bem como promoção de centros de competência, em particular os de interesse europeu.
	1b - Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação (...).
EP 2 - Reforçar a competitividade das PME	3a - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas.
	3b - Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização.
	3c - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.
EP 3 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	4b - Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas.
	4c - Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação.
EP 4 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	6c - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.
EP 5 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	8i - Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores.
	8iii - Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.
	8iv - Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo no acesso ao emprego, na progressão na carreira, na conciliação da vida profissional e privada e na promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual.
	8v - Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários.
EP 7 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida	10a - Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino.
	10i - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação.
	10iii - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas.
	10iv - Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes.
EP 8 - Desenvolvimento Urbano Sustentável	4e - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação.
	6e - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.
	9b - Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.

Fonte: POR Lisboa, 2014-2020, dezembro de 2014.

A delimitação de fronteiras entre o PO Regional e os PO Temáticos dos Domínios da Competitividade e Internacionalização, da Inclusão Social e do Emprego, Capital Humano e da Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos (PO CI, PO ISE, PO CH e PO SEUR), determinou um padrão de coerência e complementaridade com os PO Temáticos, em particular com o PO CI, o PO CH e o PO SEUR assegurando a concretização na Região, dos vários Objetivos Temáticos e respetivas Prioridades de Investimento.

Relativamente ao perfil de intervenção do futuro PO FEADER (Agricultura e Desenvolvimento Rural) é possível sinalizar algumas, importantes, complementaridades com intervenções/Prioridades de Investimento de natureza económico-produtiva a partir de intervenções FEADER orientadas para a diversificação de atividades económicas em zonas rurais (apoio a pequenos investimentos nas explorações e de agro-transformação, à inovação de produtos, processos e mercados, à comercialização em circuitos curtos, entre outros) e no domínio do combate à pobreza e exclusão social, em que os instrumentos de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) do POR Lisboa 2014-2020 constituem uma oportunidade para a articulação de atuações entre Fundos.

Também assume especial relevância a complementaridade financeira entre os referidos instrumentos e investimentos nacionais (provenientes do PIDDAC) e dos Orçamentos municipais.

A análise da trajetória de evolução das Receitas Municipais, no período de 2011-2014, revela um ligeiro decréscimo da receita arrecadada com duas componentes-chave que evoluem em sentido inverso: crescimento acentuado (+ 33,9%) do volume de receitas provenientes do Impostos diretos (IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, Derrama sobre IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, IMT – Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis, entre outros) e quebra das receitas de capital, com destaque para as Transparências de Capital.

Paralelamente, observa-se uma tendência de estabilização do peso das transferências provenientes do Orçamento de Estado ao abrigo as Leis das Finanças Locais e o Município continua a dispor de uma margem de manobra importante em termos de capacidade de endividamento (Relatório de Gestão, CMP, 2015).

3.4.3. Análise SWOT³⁵ da Base Económica, por atividade económica

As entrevistas realizadas no âmbito da Revisão do PDM a empresas e a diversas entidades com influência no tecido produtivo do Município, a par da reconsideração crítica do “Estudo sobre situação e expetativas dos agentes económicos locais” (GEOIDEIA, 2004), permitiram elaborar o quadro-síntese seguinte organizado segundo as principais atividades económicas (indústria, construção, serviços, comércio e hotelaria e restauração).

QUADRO 29 - ANÁLISE SWOT, POR SETOR DE ATIVIDADE

	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Transversal à generalidade dos setores	• Principais pontos fortes identificados de forma comum nas diferentes atividades económicas, convergem na qualidade dos produtos ou serviços prestados, no avanço tecnológico e na localização do Município face aos mercados nacionais e internacionais. • Tendência para o reforço da I&D e aposta na internacionalização dos negócios por parte de algumas pequenas empresas do Município • Papel muito importante na formação e qualificação dos seus trabalhadores por parte de grandes empresas (AutoEuropa, Visteon, ...) potenciais recursos para outras empresas do Município/região. • Inovação, tecnologia e I&D induzida pelos clusters automóvel e eletrónica.	• Pontos fracos/ameaças identificados, comuns a grande parte das atividades (concorrência espanhola, crise económica, falta de investimento em marketing, défice de qualificação da mão de obra e deficiência ao nível da gestão, das instalações e respetiva localização). • Internacionalização da economia não é vista por muitas empresas como um fator importante de desenvolvimento, especialmente para as atividades não industriais. • Desenvolvimento tecnológico e inovação - investimento apenas relevante nas grandes empresas. • Baixo nível de qualificações/habilitações dos empresários com implicações ao nível da política de contratação de pessoal e na gestão empresarial (predomínio de estratégias defensivas ou reativas). • Dificuldade na formação de ativos dado que a formação profissional assegurada por entidades públicas tem privilegiado a componente de ação social (cursos para desempregados). • Integração das empresas em redes-pouco frequente e com caráter pontual (com exceção do cluster automóvel). • Associações de produtores e entidades certificadoras concentradas no setor primário.

³⁵ S – Strengths – Forças/W – Weaknesses – Fraquezas/O – Opportunities – Oportunidades/T – Threats – Ameaças

	Oportunidades	Ameaças
	• Internacionalização de atividades produtivas sediadas no Município • Intensificação da participação em redes empresariais, como forma de posicionar, em especial as empresas de menor dimensão, no contexto da economia internacional e de contornar os impactos negativos da redução dos financiamentos comunitários • Afirmação das PME através do aproveitamento de alternativas ao investimento via fundos comunitários (capital de risco e fundos de garantia mútua) • Capacidade do Município captar para o seu território empresas que assentam as suas estratégias na gestão eficiente, inovação e tecnologia como forma de diversificar o tecido económico.	• Concorrência espanhola e crise económica • Redução dos financiamentos comunitários na Área Metropolitana de Lisboa • Choque económico adverso sobre a grande maioria dos setores de atividade (em especial indústria e serviços) resultante de uma hipotética relocalização da AutoEuropa.

Agricultura e Pecuária	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	- Dinamismo e requalificação do setor vitivinícola. - Existência de associações empresariais (viticultura e ovinos leiteiros) e entidades certificadoras. - Certificação de alguns produtos. - Dinamismo associado à organização de eventos económicos e incentivo à constituição de parcerias, por parte da CMP. - Aparecimento de empresas capazes de diversificar o setor primário, por exemplo, nos segmentos dos viveiros de plantas e empresas de jardinagem.	- Reduzidos níveis de produtividade das atividades agrícolas, com exceção das principais unidades de produção vitivinícola - Forte regressão do setor devido à expansão urbana e à passagem do uso agrícola para uso industrial. - Falta de cooperação entre os empresários agrícolas com implicações negativas, por exemplo, sobre a capacidade de negociação. - Falta de controlo dos canais de distribuição. - Falta de promoção dos produtos.
	Oportunidades	Ameaças
	- Aparecimento de iniciativas empresariais capazes de diversificar o setor primário, nos segmentos dos viveiros de plantas, da jardinagem e da criação de cavalos - Ligação vinho/pão/queijo como fator de marketing e identidade - Procura dirigida à horticultura e à fruticultura biológica - Certificação de produtos tradicionais - Incremento das sinergias entre agricultura, pecuária e turismo - Melhor aproveitamento do recurso montado de sobro, ao nível económico e paisagístico (turismo).	- Regressão do setor devido à expansão urbana e à passagem do uso agrícola para uso industrial (diminuição das áreas das explorações e das condições de produtividade) - Perda de qualidade de algumas atividades agrícolas mais intensivas (pecuária, produtos hortícolas, etc.) - Efeito negativo sobre o ambiente de algumas atividades, em especial a pecuária

Indústria	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	- Inovação e investimento em I&D induzida pela AutoEuropa. - Cooperação relevante entre agentes económicos e institucionais, sobretudo, na fileira automóvel e em empresas localizadas em Áreas de Atividade Económica. - Certificação. - Aposta na qualidade no serviço pós-venda. - Integração em grupos económicos. - Imagem de marca.	- Elevada concentração dos clientes das empresas. - Instalações deficientes e falta de investimento em tecnologia, sobretudo, da parte de pequenas empresas. - Tecido produtivo polarizado por apenas dois clusters: automóvel e eletrónica. - Limitações à expansão das atividades, associadas ao zonamento do território.
	Oportunidades	Ameaças
	- Aposta da indústria de componentes na I&D por forma a fornecer outros fabricantes de veículos localizados em Portugal e no estrangeiro – a localização de um Centro de Investigação da indústria automóvel em Palmela - Instalação em Palmela de uma segunda fábrica de veículos automóveis - Revisão da legislação sobre as portagens pagas pelos monovolumes, com impacto positivo no cluster automóvel - Diversificação da atividade industrial em áreas relacionadas com a indústria de materiais, as tecnologias de informação, software e telecomunicações, a eletrónica industrial e a eletrónica aeroespacial	- Choque económico adverso resultante de uma hipotética relocalização da AutoEuropa - Coimas derivadas da fiscalização dos efeitos poluentes das atividades industriais (falta de tratamento de resíduos)

Serviços	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	• Processos de gestão inovadores induzidos pela AutoEuropa nas empresas de serviços fornecedoras. • Resposta rápida às necessidades dos clientes. • Polivalência e capacidade técnica do pessoal.	• Reduzido desenvolvimento da dimensão comercial. • Grande flutuação do mercado. • Grande rotação de pessoal. • Concorrência.
	Oportunidades	Ameaças
	• Desenvolvimento do turismo e respetiva repercussão no surgimento de empresas de serviços nesse segmento (organização de eventos, catering, entre outros) • Criação e consolidação de atividades de apoio às empresas a montante e a jusante do processo fabril • Desenvolvimento de serviços às empresas na área do ambiente (gestão ambiental, reciclagem e tratamento de resíduos) • Constituição de uma plataforma intermodal no Município, à escala nacional e internacional • Desenvolvimento de serviços sociais de proximidade e outros de apoio à família (serviços de apoio à infância e terceira idade, cultura, recreação, etc.)	• Proximidade a Lisboa e a Setúbal inibidora do desenvolvimento e implantação no Município de serviços de apoio e estímulo à atividade económica, de nível superior • Grande oferta de serviços indiferenciados • Dificuldade de estabelecimento de parcerias • Grande flutuação do mercado

Comércio	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	• Relação de proximidade com os clientes. • Publicidade e marketing. • Diferenciação e prestação de um serviço de qualidade.	• Défice de relacionamento entre os agentes económicos. • Instalações deficientes e de reduzida dimensão. • Concorrência (incluindo a das grandes superfícies).
	Oportunidades	Ameaças
	• Dinamização e requalificação do Centro Histórico de Palmela • Incremento do complexo de atividades turísticas no Município • Procura de comércio mais especializado e qualificado	• Concorrência das grandes superfícies com maior diversidade de oferta quer nas lojas, quer nos serviços associados (estacionamento, restauração, diversão, ...) • Indiferenciação de algumas unidades de negócio

Turismo, Restauração e Hotelaria	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	- Boas acessibilidades do Município, em especial a proximidade à Área Metropolitana de Lisboa. - Potencialidades do Município relativamente aos recursos naturais, paisagísticos e culturais. - Aposta na diferenciação e qualidade do serviço prestado; - Fidelização dos clientes.	- Défi ce de relacionamento entre os agentes económicos, mais notório na restauração. - Défi ce de infraestruturas e equipamentos de apoio ao turismo. - Fraco desenvolvimento do comércio tradicional, restauração e hotelaria de qualidade. - Falta de iniciativa empresarial endógena. - Trabalho intensivo e mal remunerado não atrai a mão-de-obra. - Inexistência de um produto turístico para promover o Município e défi ce de sinalética.
	Oportunidades	Ameaças
	- Dinamização e requalificação do Centro Histórico de Palmela - Concentração geográfica de comércio de tradição, artesanato e restauração - Aproveitamento de sinergias do complexo de atividade das economias rurais (produtos primários tradicionais de qualidade/turismo de natureza/alojamento e restauração, etc.) - Desenvolvimento dos segmentos do turismo de habitação, sénior e de negócios - Planeamento turístico em complementaridade com Setúbal (turismo associado à segunda residência, turismo de negócios, etc.)	- Qualidade paisagística e natural do Município e das suas caraterísticas rurais futuras negativamente pela pressão urbanística e/ou pelo deficiente ordenamento do território - Dificuldade do Município em posicionar-se como alternativa a zonas geográficas próximas com grande capacidade de atração turística: - o desenvolvimento da Península de Tróia, que apostará em segmentos de mercado diversificados e complementares (turismo familiar; turismo de negócios; turismo desportivo; turismo sénior e ecoturismo); - a proximidade com o litoral alentejano, com maior infraestruturação turística.

4. Ambiente e Recursos Naturais

4.1 Geomorfologia, Geologia e Solos

O Município de Palmela apresenta uma geologia diversificada que testemunha importantes processos geológicos decorridos ao longo de parte da história da Terra, como a fracturação do supercontinente Pangeia e nascimento do oceano Atlântico, cuja fase inicial está representada pelos calcários de génese marinha do Jurássico, e a geração de relevo relacionada com a colisão entre as placas tectónicas África e Eurásia e consequente enrugamento crustal, de que a serra da Arrábida (s.l.) é exemplo.

Em termos de litológicos ocorrem exclusivamente rochas sedimentares, depositadas em meio marinho e continental, testemunhando as subidas e descidas relativas do nível do mar ao longo do tempo geológico.

A informação contida neste documento é proveniente da Carta Geológica de Portugal na escala 1:50000, respectivas notícias explicativas e de estudos referidos ao longo do texto.

Geomorfologia

Os principais traços morfológicos do Município de Palmela correspondem aos relevos da cadeia da Arrábida (serras de São Luís e dos Gaiteiros, colina de Palmela e costeira setentrional) e a área baixa periférica.

A caracterização geomorfológica dos relevos da cadeia da Arrábida aqui apresentada baseia-se na Notícia Explicativa da Folha 38-B Setúbal³⁶ (Manuppella et al., 1999).

Serras de São Luís e dos Gaiteiros

A serra de São Luís corresponde ao núcleo do anticlinal de São Luís, dobra em antiforma com eixo de direcção WSE-ENE, com cavalgamento dos calcários Jurássicos sobre o Miocénico no seu flanco sul, navertente sul do relevo. Atinge o seu ponto mais elevado no vértice geodésico São Luís, aos 392 m de cota. Neste relevo principal correspondente ao núcleo da dobra, afloram os Dolomitos do Convento e de São Luís e os Calcários de Pedreiras.

³⁶ Manuppella, G. et al., 1999. *Notícia Explicativa da Folha 38-B Setúbal da Carta Geológica de Portugal na escala 1/50000*. Instituto Geológico e Mineiro, Lisboa, 143 p.

Para NW situa-se a serra dos Gaiteiros, relevo talhado nas unidades detríticas do Jurássico superior (Argilas, grés, conglomerados e calcários de Vale de Rasca e Conglomerados de Comenda), cuja vertente meridional coincide com o prolongamento do cavalgamento referido.

Colina de Palmela

Situa-se na extremidade NE da cadeia da Arrábida e corresponde a uma pequena mesa inclinada de arenitos calcários do Miocénico basculados, grosso modo, para norte. Encontra-se separada da serra dos Gaiteiros pelo entalhe profundo da Ribeira do Livramento, ligando-se a oeste à serra do Louro. Estruturalmente, está relacionada com uma estrutura de colapso gravítico denominada escama de Palmela.

Costeira Setentrional

Coincide, na área do Município, com as serras do Louro e de São Francisco. É um relevo estreito e de traçado sinuoso com as cotas mais elevadas situadas entre os 200 e os 256 m. Trata-se de uma forma dissimétrica, em costeira, onde a vertente setentrional apresenta menor pendor do que a vertente meridional, característica relacionada com uma disposição das camadas de sedimentos do Paleogénico e do Miocénico em monoclinal, inclinadas para norte. Esta estrutura em monoclinal corresponde ao flanco norte do anticlinal de São Luís, parcialmente erodido pelo encaixe da ribeira de Corva e formação do vale dos Barris, e ao flanco sul do sinclinal de Albufeira.

Área baixa periférica

A área baixa periférica rodeia a cadeia da Arrábida e corresponde, em parte, à superfície de enchimento sedimentar cenozóico da Bacia do Baixo Tejo que não sofreu as expressivas deformações tectónicas que afectaram o sector da cadeia da Arrábida. É uma superfície relativamente aplanada, rebaixada pelo encaixe quaternário das redes hidrográficas dos rios Tejo e Sado. Na maior parte dos locais esta superfície está talhada nos sedimentos fluviais do Pliocénico (Formação de Santa Marta), pontualmente nos sedimentos do Pleistocénico Inferior (Formação de Marco Furado) ou do Miocénico.

Enquadramento tectono-estratigráfico geral

Na área aqui considerada, correspondente ao Município de Palmela, existem duas importantes unidades geológicas tectono-estratigráficas, a Bacia Lusitânica (ou Lusitaniana) e a Bacia do Baixo Tejo (também designada Bacia do Tejo-Sado).

A génese da Bacia Lusitânica relaciona-se com os processos tectónicos distensivos que conduziram à formação do oceano Atlântico durante o Mesozóico como consequência da fracturação do supercontinente Pangeia, através de um processo de rifting que evoluiu de sul para norte³⁷ onde parte da deformação distensiva se deu pela reactivação de falhas pré-existentes no soco paleozóico³⁸. A extensão continental iniciou-se no final do Triássico/início do Jurássico e, à latitude meridional da Península Ibérica, prolongou-se até ao Cretácico Inferior, quando se iniciou a génese de crusta oceânica³⁹.

Na área da serra da Arrábida as principais falhas distensivas (normais) que controlaram a geometria da bacia e a sedimentação ao longo do Mesozóico correspondem às falhas da Arrábida e de Setúbal-Pinhal Novo. A falha da Arrábida, de direcção próxima de WSW-ENE, situa-se na área imersa, a sul da cadeia da Arrábida, e corresponde ao limite meridional da Bacia Lusitânica. O limite oriental corresponde à falha Setúbal-Pinhal Novo, com direcção próxima de N-S⁴⁰.

A sedimentação neste sector da bacia então criada inicia-se no Jurássico Inferior com a deposição da unidade evaporítica da Formação de Dagorda, ainda de fácies continental, evoluindo para ambientes marinhos ao longo do Jurássico, com a deposição de várias unidades carbonatadas, voltando a sedimentação continental (fácies de leque aluvial) à parte oriental da bacia no Jurássico Superior, com a deposição das Argilas, grés, conglomerados e calcários de Vale de Rasca e Conglomerados de Comenda.

Como consequência da compressão alpina iniciada no final do Cretácico/Paleogénico, associada à colisão entre as placas África e Eurásia, gerou-se uma grande depressão tectónica de orientação geral NE-SW que corresponde à Bacia do Baixo Tejo⁴¹. Os sedimentos que preenchem a bacia evidenciam que ao longo do Cenozóico se desenvolveram importantes sistemas fluviais com o principal sentido de drenagem para sudoeste, sendo os sectores distais, localizados mais próximo do litoral actual, frequentemente inundados

³⁷ Srivastava, S.P. et al., 1990. Iberia plate kinematics: a jumping plate boundary between Eurasia and Africa. *Nature*, 344, 756-759.

³⁸ Ribeiro, A. et al., 1979. *Introduction à la géologie générale du Portugal*. Serviços Geológicos de Portugal, 3-114.

³⁹ Tucholke, B.E. e Sibuet, J.-C., 2007. Leg 210 synthesis: Tectonic, magmatic, and sedimentary evolution of the Newfoundland-Iberia rift. In *Proceedings of the Ocean Drilling Program, Scientific Results*. B. E. Tucholke, J.-C. Sibuet e A. Klaus. College Station, TX, Ocean Drilling Program. College Station, TX, 210, 1-56.

⁴⁰ Kullberg, M.C e Kullberg, J.C., 2000. *Tectónica da região de Sintra*. In *Tectónica das regiões de Sintra e Arrábida*, Mem. Geociências, Museu Nac. Hist. Nat. Univ. Lisboa, 2, 1-34 e Kullberg, J.C. et al., 2006. Arrábida e Sintra: dois exemplos de tectónica pós-rifting da Bacia Lusitaniana. In: *Geologia de Portugal no contexto da Ibéria* (R. Dias et al., Eds.). Univ. Évora, 369-396.

⁴¹ Carvalho, A.M.G., Ribeiro, A., Cabral, J., 1983-85. Evolução paleogeográfica da bacia cenozóica do Tejo-Sado. *Bol. Soc. Geol. Portugal*. V. XXIV, 209-212; Cunha, Pedro P., 1992. *Estratigrafia e sedimentologia dos depósitos do Cretácico Superior e Terciário de Portugal Central, a leste de Coimbra*. Dissertação doutoramento, Univ. Coimbra, 262 p. e Pais, J. et al., 2012. The Paleogene and Neogene of Western Iberia (Portugal): A Cenozoic Record in the European Atlantic Domain. *Springer Briefs in Earth Sciences*, Springer, 158 p.

pelas águas do mar, como evidenciam os sedimentos marinhos/litorais aí existentes, miocénicos e pliocénicos⁴².

A compressão a que foi sujeita a microplaca ibérica durante a orogenia alpina, com particular incidência ao longo do Miocénico, foi responsável pela inversão de diversos sectores da Bacia Lusitânica, com reactivação de falhas (anteriormente distensivas) com cinemática inversa e de desligamento, e geração de dobramentos a afectar os sedimentos até aí depositados⁴³.

Na cadeia da Arrábida, a deformação mais importante ocorreu no Miocénico, em duas fases de inversão principais atribuídas ao Burdigaliano e ao Tortoniano⁴⁴, embora se identifiquem também estruturas associadas a compressão pré-miocénica⁴⁵. Esta deformação foi fortemente condicionada pela reactivação da falha da Arrábida como falha inversa e da falha de Setúbal-Pinhal Novo enquanto desligamento esquerdo, estruturas que delimitam a sul e a leste a deformação neste sector. A existência de um nível sedimentar na base, correspondente aos evaporitos e pelitos do Jurássico Inferior (Formação de Dagorda), promoveu a formação de um conjunto de dobras e de cavalgamentos empilhados com vergência para sul, enraizados no nível referido que actuou como “lubrificante” para um descolamento basal, num estilo de tectónica *thin-skinned*⁴⁶.

Na área abrangida pelo Município de Palmela distinguem-se três estruturas principais, o anticlinal de São Luís, a escama de Palmela e o sinclinal de Albufeira.

O anticlinal de São Luís é uma dobra em antifforma com eixo de direcção WSE-ENE, com cavalgamento dos calcários Jurássicos sobre o Miocénico no seu flanco sul. O núcleo desta dobra coincide com a serra de São Luís. Esta estrutura ter-se-á formado durante o Tortoniano superior⁴⁷.

A escama de Palmela está relacionada com a actividade cenozóica da falha de Setúbal-Pinhal Novo e com a formação do anticlinal de São Luís, que originou um gradiente morfológico muito elevado relativamente aos terrenos situados a leste. Trata-se de uma estrutura de colapso gravítico com deslocamento para leste dos terrenos deslocados⁴⁸ (Kullberg et al., 2000).

⁴² Pais et al., 2012, *op. cit.*

⁴³ Ribeiro, A. et al., 1990. A review of Alpine tectonics in Portugal: Foreland dataachment in basement and cover rocks. *Tectonophysics*, 184, 357-366.

⁴⁴ Kullberg et al., 2006, *op. cit.* e Antunes, M.T. et al, 1995, Datações isotópicas com Sr do Miocénico do flanco Sul da Serra da Arrábida. *Com. Inst. Geol. Min.*, Lisboa, 8, 73-78.

⁴⁵ Kullberg et al., 2006, *op. cit.*

⁴⁶ Ribeiro et al., 1990, *op. cit.* e Kullberg et al., 2006, *op. cit.*

⁴⁷ Kullberg et al., 2006, *op. cit.*

⁴⁸ Kullberg e Kullberg, 2000, *op. cit.*

O sinclinal de Albufeira é uma dobra em sinforma muito ampla, com comprimento de onda da ordem dos 20 km, assimétrica, com eixo localizado no alinhamento da lagoa de Albufeira (Kullberg et al., 2006). Estende-se desde o bordo da cadeia da Arrábida (costeira setentrional) onde as camadas sedimentares inclinam para norte, constituindo também o flanco norte do anticlinal de São Luís, até às colinas de Almada-Trafaria, na margem esquerda do rio Tejo, onde as camadas inclinam para sul.

Litostratigrafia

O Município de Palmela abrange parcialmente quatro folhas da Carta Geológica de Portugal na escala 1:50000, nomeadamente as folhas 34-D Lisboa, 35-C Santo Isidro de Pegões, 38-B Setúbal e 39-A Águas de Moura. Segundo a cartografia, ocorrem nesta área sedimentos depositados ao longo do Mesozóico e do Cenozóico. A caracterização das unidades litostratigráficas e sua denominação aqui apresentadas baseia-se na Carta Geológica de Portugal na escala 1:50000 e na Carta Geológica da Área Metropolitana de Lisboa:

Jurássico

Complexo pelítico-carbonatado-evaporítico (Margas de Dagorda) (Hetangiano a Sinemuriano inferior)

Sedimentos pelíticos de cor avermelhada, esverdeada e acinzentada, contendo intercalações de evaporitos como gesso e sal-gema, e de finas camadas margo-dolomíticas. Aflora ao longo de estruturas como o cavalgamento do Viso e a escama de Palmela.

Dolomitos do Convento e de São Luís (Toarciano inferior a Batoniano médio)

Afloram na serra de São Luís e são constituídos por dolomitos e margas dolomíticas contendo fósseis de *Gervilia* de grande dimensão. Ocorrem ainda ao longo da vertente SE da serra dos Gaiteiros.

Calcários de Pedreiras (Batoniano superior a início do Caloviano)

Calcários micríticos com pelóides, bioclastos e raros intraclastos. Afloram na serra de São Luís.

Argilas, grés, conglomerados de Vale da Rasca

Arenitos, margas, argilas e conglomerados calcários com progressivo enriquecimento em quartzo para topo. Ocorrem ao longo da serra de Gaiteiros e vertente norte da serra de São Luís/margem sul da ribeira de Alcube.

Conglomerados da Comenda

Siltos argilosos, areias finas, argilas nodulares e grés, que passam a conglomerados para o topo. Afloram ao longo dos vales das ribeiras de Alcube e de Corva.

Cretácico

Formação de Rodízio (Aptiano superior)

Conglomerados, arenitos grosseiros e argilas cinzentas e rosadas. Esta unidade não está representada na Folha 38-B Setúbal na escala 1/50 000 (1994). Aflora ao longo do vale dos Barris, numa faixa estreita entre o Jurássico Superior e o Paleogénico.

Paleogénico

Conglomerados, arenitos e margas de Picheleiros

Arcoses na base que passam a depósitos essencialmente conglomeráticos. Ocorrem ao longo do vertente sul das serras do Louro e São Francisco.

Calcários de Senhora das Necessidades

Calcários (calcretos) desenvolvidos em sedimentos principalmente siltoargilosos. Ocorrem ao longo das serras do Louro e São Francisco.

Miocénico

Calcários margosos de Palhavã (Aquitânico)

Calcários margosos com *Venus Riberoi*. Afloram na colina de Palmela e ao longo das serras do Louro e São Francisco, coincidindo em grande parte com a sua linha de cumeada.

Argilitos e margas de Azeitão (Burdigaliano)

Bancos de biocalcarenitos e de ostras intercalados em níveis argilosos e margosos. Afloram na colina de Palmela e ao longo da vertente norte das serras do Louro e São Francisco.

Areias da Quinta da Torre (Langhiano a Serravaliano)

Biocalcarenitos na base que passam a areias finas micáceas, brancas. Afloram na colina de Palmela e ao longo da vertente norte das serras do Louro e São Francisco.

Arenitos e calcoarenitos de Pinhal e Castelo de Palmela (Langhiano a Serravaliano)

Arenitos fossilíferos compactos, esbranquiçados, contendo seixos de quartzo e quartzito. A topo, a unidade é constituída por areias finas amareladas com conchas de ostras dispersas. Afloram na colina de Palmela e ao longo da vertente norte das serras do Louro e São Francisco.

Areias e margas de Quinta do Anjo (Tortoniano)

Microconglomerados ocre na base que passam a biocalcarenitos depósitos argilosos e margosos ricos em ostras, de cor esbranquiçada e/ou acinzentada. Ocorrem na zona de Quinta do Anjo/Cabanas, na vertente norte das serras do Louro e São Francisco, na vertente S da serra de Gaiteiros e ainda em pequenas áreas aflorantes a N de Palmela.

Conglomerados de Guarda-Mor (Tortoniano)

Depósitos argilo-conglomeráticos vermelhos cobertos por areias finas amareladas. Podem corresponder a cones de dejectão resultantes da erosão do Jurássico superior detrítico da serra de Gaiteiros. Afloram na vertente sul/oriental das serras de São Luís e de Gaiteiros.

Arenitos de Marateca (Miocénico indiferenciado)

Arenitos de influência marinha com intercalações argilosas, contendo fósseis de ostreídeos. Afloram ao longo da ribeira de Marateca.

Formações de Alcoentre e Tomar indiferenciadas (Miocénico indiferenciado)

Arenitos e conglomerados com intercalações argilosas, fluviais. Afloram nas margens esquerda e direita da ribeira de Marateca e na área de Rio Frio.

Pliocénico

Formações de Santa Marta e Ulme

Arenitos fluviais, frequentemente feldspáticos, com níveis conglomeráticos, de coloração alaranjada, amarelada e esbranquiçada. Em sectores mais distais, já fora da área do Município, apresentam fácies de

influência marinha. Afloram em praticamente toda a área aqui considerada, com excepção dos relevos da cadeia da Arrábida.

Pleistocénico

Formação de Marco Furado

Conglomerados de leque aluvial com matriz areno-argilosa, de cor vermelha, com clastos de quartzo, predominante, quartzito, jaspe, sílex e xisto. Ocorrem em toda a área envolvente à cadeia da Arrábida, sendo os últimos sedimentos depositados antes do encaixe da rede de drenagem actual.

Holocénico

Aluviões

Correspondem aos sedimentos argilosos, arenosos e cascalhentos relacionados com as linhas de água actuais. As aluviões mais expressivas no Município são as da ribeira da Marateca e da área do estuário do Sado.

Neotectónica e sismicidade

O território Português insere-se num contexto geodinâmico complexo, localizando-se na placa Euroasiática e na proximidade do seu limite com a placa Africana (fronteira de placas materializada pela Zona de Fratura Açores-Gibraltar). A movimentação relativa destas placas, com convergência de direcção NW-SE a WNW-ESE de 4-5 mm/ano na área do golfo de Cádiz⁴⁹, origina um campo de tensões responsável por sismicidade histórica e instrumental significativa. Para além da atividade sísmica ocorrente na zona de fronteira de placas, parte dos eventos sísmicos estão também associados a manifestações tectónicas resultantes da atividade de falhas ativas em contexto intraplaca.

Relativamente a falhas com atividade neotectónica com localização próxima da área do projeto, destaca-se a falha de Setúbal-Pinhal Novo, também conhecida por falha de Pinhal Novo-Alcochete. Com direcção

⁴⁹ Nocquet, J. M. e Calais, E., 2004. Geodetic measurements of crustal deformation in the Western Mediterranean and Europe, *Pure Appl. Geophys.*, 161, 661-681 e Stich, D. et al., 2006. Kinematics of the Iberia-Maghreb plate contact from seismic moment tensors and GPS observations. *Tectonophysics* 426, 295-317.

NNW-SSE e extensão ainda indeterminada, esta estrutura terá capacidade de gerar sismos de magnitude 6 a 7⁵⁰.

De acordo com a sismicidade histórica, o Município de Palmela está localizado nas zonas de intensidade XIII e IX da Carta de Isossistas de Intensidades Máximas (1755 – 1996, escala de Mercalli Modificada de 1956) (IM, 1996).

Relativamente a grandes sismos sentidos na região, para além do sismo de 1 de novembro de 1755 destaca-se o sismo de Setúbal de 11 de novembro 1858, de intensidade IX, que provocou um elevado nível de destruição em Setúbal⁵¹

No mapa de susceptibilidade sísmica da área Metropolitana de Lisboa (PROT AML, CCDR LVT, 2010), a susceptibilidade sísmica é classificada como elevada na maior parte do território, sendo considerada muito elevada nas zonas de Pinhal Novo e Rio Frio.

Segundo o mapa de susceptibilidade de inundação por tsunami, do mesmo documento, algumas áreas da parte S a SE do Município, situadas junto ao estuário do Sado, apresentam susceptibilidade elevada e moderada a inundação relacionada com este fenómeno.

Solos

Relativamente aos solos, em Palmela predominam três famílias que ocupam mais de 80% do território do Município:

- Podzois – ocupam 58% do Município, geralmente em relevo plano. São solos arenosos, modernos e moderadamente ácidos, com disponibilidade hídrica e teor em matéria orgânica bastante baixos. Capacidade de uso: D ou E (as mais baixas em termos de vocação agrícola);
- Solos Litolíticos não húmidos – ocupam 12% do concelho predominantemente em relevo declivoso. São solos pouco evoluídos, com pequena espessura, pobres do ponto de vista químico e orgânico. Capacidade de uso C (aptidão agrícola com reservas), D ou E, consoante os declives que ocorrem.
- Regossolos – constituídos por matérias detriticas mais ou menos grosseiras, também pouco evoluídas e com teor de matéria orgânica, estes solos arenosos, soltos, existem em 11% do concelho. Capacidade de uso: C, D ou E (cf. IGOT, 2011, Relatório 1.ª fase – REN Bruta).

⁵⁰ Moniz, C., 2010. *Contributo para o conhecimento da Falha de Pinhal Novo – Alcochete, no âmbito da Neotectónica do Vale Inferior do Tejo*. Tese, Mestrado em Geologia, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 128 p.

⁵¹ Moreira, V.S., 1991. *Historical Seismicity and Seismotectonics of the Area Situated Between the Iberian Peninsula, Morocco, Selvagens and Azores Islands, Seismicity, Seismotectonic and Seismic Risk of the Ibero-Magrebien Region*, publ. IGN, Madrid, vol 8, 213-225.

4.2 Hidrografia, Hidrogeologia e Recursos Hídricos

O território do Município de Palmela insere-se nas Bacias Hidrográficas do Tejo e do Sado-Mira, em que as cumeadas das serras de São de Francisco e do Louro, integradas na cordilheira da Arrábida, dividem o Município, no sentido WSW-ENE, pelas bacias hidrográficas dos rios Tejo - 65% do território, sensivelmente a norte - e Sado, ocupando 35% de área a sul.

As linhas de água no Município de Palmela são na sua maioria de existência sazonal, situação frequente no regime dos cursos de água de menor dimensão, profusos por todo o território. De facto, muitas das linhas de água do Município são intermitentes ou mesmo efémeras, algumas com leitos pouco definidos, reagindo rapidamente a eventos de precipitação excessiva, causando inundações. Não obstante, estas linhas de água apresentam um elevado valor natural, pela importância que adquirem como locais de refúgio para espécies de fauna.

No domínio das cheias e inundações as Ribeiras da Salgueirinha e do Livramento são as que representam maiores riscos: a primeira num troço da freguesia do Pinhal Novo e a segunda, a jusante do Município, na cidade de Setúbal, tendo ambas sido objeto de intervenções estruturais de controlo de inundações.

A Ribeira da Marateca é o principal curso de água principal permanente, atravessando o Município de Palmela e desaguando no Estuário do Sado, já no Município de Setúbal. A principal massa de água superficial no Município de Palmela corresponde à Barragem da Venda Velha. De facto, o Município de Palmela inclui-se nos troços finais das bacias do Tejo e do Sado, pelo que não existem outras grandes linhas de água no território. Os cursos de água são de regime torrencial, característica das áreas mediterrânicas, com caudais baixos ou nulos na estiagem e elevados na época de precipitação.

A maior parte dos cursos de água do Município afluentes ao Estuário do Tejo drenam para a Ribeira das Enguias em Alcochete. Excetuam-se os cursos de água a poente da bacia da Salgueirinha que se encaminham respetivamente para a Vala de Malpique (principal afluente à Vala Real que desagua no esteiro do Montijo), para o Rio da Moita e para o Rio Coina.

Na Bacia do Tejo, as sub-bacias apresentam áreas drenantes relativamente significativas dado incorporarem grande parte da bacia da Vala da Asseiceira (incluindo a barragem da Venda Velha), da bacia do Rio Frio/Ribeira da Salgueirinha (incluindo a barragem dos Vinte e Dois) e uma parte da bacia da Ribeira de Coina.

Na Bacia do Sado destaca-se, a nascente, a Ribeira da Marateca e a Ribeira do Vale de Cão, ambas com foz no Estuário do Sado ainda no território de Palmela. Bem como a Ribeira do Livramento, a sul, que nasce

na Serra de São Luís e percorre o Município de Palmela quase integralmente em área do Parque Natural da Arrábida, até alcançar Setúbal

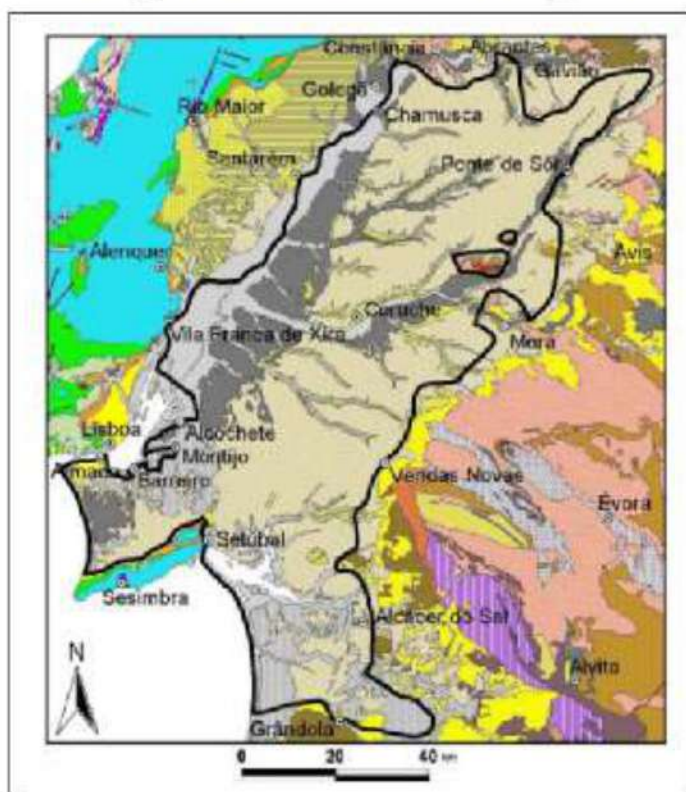
De salientar que, na área abrangida pelo Parque Natural da Arrábida, as características calcárias levam à exiguidade e não perenidade dos cursos de água. A restante área do Município possui uma topografia aplanada e de elevada permeabilidade com coberturas arenosas superficiais, sendo os leitos fluviais pouco marcados no terreno (cf. IGOT, 2011, Relatório 1.ª fase – REN Bruta).

Em termos de unidades hidrogeológicas o Município de Palmela está inserido na Bacia Terciária do Baixo Tejo, mais especificamente no Sistema Aquífero da Margem Esquerda (cf. Figura 8), a qual se compõe-se de rochas detríticas do Terciário. Neste sistema podem extrair-se caudais elevados, da ordem das dezenas de l/s. Nesta bacia, importante em termos de recursos hídricos, localiza-se o Município de Palmela

A espessura média do aquífero é de 200 metros, mas atinge 700 metros na Península de Setúbal. Trata-se do sistema aquífero mais importante do país, com maior produtividade nacional e da Península Ibérica e um dos maiores da Europa.

FIGURA 8 - SISTEMA AQUÍFERO TEJO-SADO

SISTEMA AQUÍFERO: MARGEM ESQUERDA (T3)



Fonte: INAG (2000)

O Sistema Aquífero da Margem Esquerda é formado por numerosos termos porosos, geralmente confinados ou semi-confinados, pertencentes às séries Miocénica, Pliocénica e Quaternária. São frequentes as variações laterais e verticais de fácies litológicas, que estão na base de mudanças significativas nas condições hidrogeológicas das diferentes áreas. Em resultado deste quadro litológico, complexo e heterogéneo, pode resumir-se o padrão hidrogeológico como um conjunto de termos aquíferos separados por aquitardos e aquicludos, podendo predominar, localmente, uma ou outra classe hidrogeológica (Almeida et al., 2000, cit. por Hydromodelo, 2006).

De acordo com Hydromodelo (2006), aos três setores geológicos acima descritos, correspondem outros tantos domínios hidrogeológicos, designados da mesma forma. O modelo conceptual proposto por diversos autores, para toda a Península de Setúbal, compreendendo um aquífero superior livre (instalado nos termos arenosos de topo da US), um aquitardo intermédio (assumido como o primeiro termo argiloso, com espessura considerável) e um aquífero inferior confinado (apoiado nos termos inferiores da US e na UGCM), só se encontra bem definido no Sector Oeste (W).

No caso do Setor Palmela-Pinhal Novo (PPN), predominam áreas onde é admissível um modelo de três camadas compreendendo, também, um aquífero superior livre, um aquitardo intermédio e um aquífero inferior confinado, mas com estruturação distinta da observada no Sector Palmela-Pinhal Novo, isto é, apoiado noutros termos litológicos das unidades US e UGCM.

No que concerne ao Setor Centro-Leste (CE), embora com fácies terrígenas e não carbonatadas, o sistema é multiaquífero, multicamada e confinado para a profundidade.

Para as aluviões e as áreas estuarinas dos rios Tejo e Sado, convergem as principais linhas de fluxo hídrico subterrâneo dos aquíferos que representam, na área em estudo, o Sistema Aquífero da Margem Esquerda. Em grandes traços, o escoamento subterrâneo dá-se de sul para norte e com gradiente hidráulico muito baixo nas áreas que integram o Sector Oeste. No Sector Centro-Leste, dominam escoamentos de sentido inverso, com desenvolvimento desde a zona de Santo Isidro de Pegões até aos limites do Concelho, induzidos pela depressão piezométrica criada com a permanente exploração de grandes volumes de água em Mitrena. Por outro lado, as grandes extracções que têm vindo a ser feitas nos pólos industriais e de abastecimento público de Montijo, Moita, Barreiro, Seixal e Almada, são responsáveis pelo desvio das principais linhas de fluxo subterrâneo a norte do paralelo Pinhal Novo-Poceirão (figura 6). No Sector Centro-Leste, os gradientes hidráulicos são superiores aos do sector Oeste (Almeida et al., 2000, e HP-LNEC, 1994, cit. por Hydromodelo, 2006).

O Sinclinal de Albufeira, bacia onde se depositaram os sedimentos marinhos do Miocénico e fluviais ou estuarinos do Pliocénico, encontra a sua área mais profunda no Pinhal Novo, onde o enchimento de areias

é mais espesso. Estes terrenos arenosos, com intercalações argilosas, localizados em terreno plano, proporcionam a infiltração, muito superior ao escoamento superficial. Também na área de Pinhal Novo o nível freático encontra-se muito à superfície, verificando-se grande quantidade de nascentes e poços. Existem muitos locais de antigos sapais onde a água está a poucos metros da superfície e pequenas lagoas e brejos, demonstrando o caráter impermeável das formações subterrâneas com presença de argila. Na Quinta do Anjo, o Pliocénico tem fácies mais argilosa, podendo atingir 137 m de areias finas, às vezes grosseiras que, na base passam a areias argilosas e argilas. O Miocénico é constituído por arenitos calcomargosos aquíferos chegando a atingir 182 m de espessura (cf. Matriz da água de Palmela, 2022: 17-18).

No que concerne aos Recursos Hídricos devemos considerar, e salientar a importância dos mesmos, na configuração e funcionamento dos sistemas naturais e humanos.

De acordo com o Relatório de Estado do Ambiente (2016)⁵², a Região Hidrográfica 5 (Tejo e Ribeiras do Oeste), à qual pertence cerca de 65% do território do Município de Palmela, era a região mais populosa e com maiores consumos de água, com destaque para os setores: agrícola (69% dos consumos), urbano (23%) e industrial (4%). No que concerne à Região Hidrográfica 6 (Sado e Mira), que abrange cerca de 35% do território de Palmela, os setores mais importantes em termos de consumo de água são os seguintes: agrícola (85,2%), industrial (6,3%) e urbano (5%). De destacar que estes valores devem ser vistos como indicativos, uma vez que representam a totalidade das supracitadas Regiões Hidrográficas, não transparecendo, de forma precisa, a realidade do Município de Palmela

De entre as pressões que podem afetar o estado das massas de água podemos considerar alterações de quantidade (redução dos valores médios, mas possibilidade de picos em situação de pluviosidade excessiva e baixas em cenários de secas), de qualidade (associada a redução da quantidade média e mínima e cheias rápidas e ao aumento da temperatura média, que pode reduzir a oxigenação da água), aumento de populações de espécies exóticas/invasoras e de alterações hidromorfológicas, todas elas, aliás, potenciadas pelas novas condições climáticas previstas decorrentes das Alterações Climáticas.

No que concerne às massas de água presentes no Município de Palmela, considerando a informação online disponível, referente aos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) RH5 - Tejo e Ribeiras do Oeste

⁵² Disponível em <https://rea.apambiente.pt>.

e RH 6 – Sado e Mira - 2.º Ciclo de Planeamento, 2016-2021⁵³ e 3.º Ciclo de Planeamento, 2022-2027⁵⁴, podemos destacar as seguintes evidências (cf. Quadro 30),:

- Todas as massas de água são classificadas como naturais, à exceção da Albufeira da Venda Velha, classificada como fortemente modificada;
- Do conjunto das doze massas de águas superficiais presentes no Município. No âmbito do 2.º Ciclo de Planeamento, 2016-2021, cinco apresentam Estado/Potencial Ecológico Razoável (Afluente da Vala de Asseiceira, Ribeira da Marateca, Esteiro das Moitas, Albufeira da Venda Velha e Estuário do Sado), sendo que na versão para discussão pública do 3.º ciclo de Planeamento, 2022-2027, sete surgiam com Estado/Potencial Ecológico Razoável (Rio da Moita, Vala Real de Malpique, Vala de Asseiceira, Ribeira da Marateca, Vala do Negro, Esteiro das Moitas e Esteiro do Almo);
- No que concerne ao 2.º ciclo, cinco apresentam um Estado/Potencial Ecológico Mediocre (a saber: Vala Real de Malpique; Vala da Salgueirinha; Vala da Asseiceira; Ribeira do Vale de Cão; Vala do Negro e Esteiro do Almo), sendo que no caso do 3.º ciclo é apenas uma (Afluente da Vala de Asseiceira);
- Com um Estado/Potencial Ecológico Mau aparece apenas uma MA em cada um dos ciclos de planeamento (Rio da Moita, no 2.º, e Albufeira da Venda Velha, no caso do 3.º);
- No cômputo geral, no que concerne ao Estado/Potencial Ecológico, houve uma melhoria, uma vez que de sete MA com Estado Mediocre ou Mau (no 2.º ciclo), passou-se para apenas três (no 3º ciclo);
- No que diz respeito ao estado da qualidade química das massas de água presentes no Município de Palmela, o mesmo era desconhecido para a maioria das MA, ainda que fosse considerado Bom no caso das águas de transição correspondentes ao Estuário do Sado e das MA subterrâneas, no que concerne ao 2.º ciclo de planeamento. No caso do 3.º ciclo de planeamento existem apenas duas MA com estado de qualidade desconhecido, sendo que duas têm um estado Mediocre, duas Insuficiente e as restantes nove apresentam um estado de qualidade química Bom;
- Em termos do Estado Global das MA em análise, no 2.º ciclo, três eram consideradas como tendo Bom, sendo que as restantes doze eram tidas como Inferior a Bom. No que concerne ao 3.º ciclo, três MA apresentam um estado Bom e Superior ou Bom, onze Inferior a Bom e duas Mediocre.

⁵³ Ver <https://sniamb.apambiente.pt/content/planos-de-gest%C3%A3o-de-regi%C3%A3o-hidrogr%C3%A1fica-2%C2%BA-ciclo?language=pt-pt> e <https://apambiente.pt/agua/2o-ciclo-de-planeamento-2016-2021>, sendo que os respetivos trabalhos de campo e recolha de amostras ocorreram entre 2010-2013.

⁵⁴ <https://sniamb.apambiente.pt/pgrh3?language=pt-pt> e <https://www.apambiente.pt/node/1598>, sendo que os respetivos trabalhos de campo e recolha de amostras ocorreram entre 2014-2019.

QUADRO 30 – CARATERIZAÇÃO DAS MASSAS DE ÁGUA (MA) NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Categoria		Designação	Código	Bacia	Estado/potencial Ecológico*		Estado Químico		Estado Global		MA Naturais	MA Fortemente Modif.
					2.º ciclo	3.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo		
Superficiais	Rios	Rio da Moita	PT05TEJ 1144A	Tejo	Mau	Razoável	Desconhecido	Desconhecido	Inferior a Bom	Inferior a Bom	1	0
		Vala Real de Malpique	PT05TEJ 1131	Tejo	Medíocre	Razoável	Desconhecido	Insuficiente	Inferior a Bom	Inferior a Bom	1	0
		Vala da Salgueirinha	PT05TEJ 1138	Tejo	Medíocre	Medíocre	Desconhecido	Desconhecido	Inferior a Bom	Inferior a Bom	1	0
		Afluente da Vala de Asseiceira (ou Vala da Vendinha)	PT05TEJ 1137	Tejo	Razoável	Medíocre	Desconhecido	Bom	Inferior a Bom	Inferior a Bom	1	0
		Vala de Asseiceira	PT05TEJ 1136	Tejo	Medíocre	Razoável	Desconhecido	Bom	Inferior a Bom	Inferior a Bom	1	0
		Ribeira da Marateca	PT06SA D1195	Sado	Razoável	Razoável	Insuficiente-	Bom	Inferior a Bom	Inferior a Bom	1	0
		Ribeira do Vale de Cão	PT06SA D1201	Sado	Mediocre	Bom	Desconhecido	Bom	Inferior a Bom	Bom e Superior	1	0
		Vala do Negro	PT06SA D1199	Sado	Mediocre	Razoável	Desconhecido	Insuficiente	Inferior a Bom	Inferior a Bom	1	0
		Esteiro das Moitas	PT06SA D1197	Sado	Razoável	Razoável	Desconhecido	Bom	Inferior a Bom	Inferior a Bom	1	0
		Esteiro do Almo	PT06AD 1198	Sado	Mediocre	Razoável	Desconhecido	Bom	Inferior a Bom	Inferior a Bom	1	0
	Albu-feiras	Albufeira da Venda Velha	PT05TEJ 1129	Tejo	Razoável	Mau	Desconhecido	Bom	Inferior a Bom	Inferior a Bom	0	1
Águas de transição	Sado-WB6 (ou Estuário do Sado)	PT06SA D1217	Sado	Razoável	Bom	Bom	Bom	Inferior a Bom	Bom e Superior	1	0	
Subterrâneas	Bacia Tejo-Sado/ Margem Esquerda	PTT3	-	Bom	Bom	Bom	Medíocre	Bom	Medíocre	1	0	
	Orla Ocidental Indiferenciada da Bacia do Tejo	PTO01R H5_C2	-	Bom	Bom	Bom	Medíocre	Bom	Medíocre	1	0	
	Orla Ocidental Indiferenciada da Bacia do Sado	PTO01R H6	-	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	1	0	

* No caso das MA subterrâneas as colunas referentes ao estado/potencial ecológico referem-se ao estado
Fonte dos dados: APA: PGRH RH5 - Tejo e Ribeiras do Oeste e RH 6 – Sado e Mira (2.º Ciclo de Planeamento, 2016-2021 e 3.º Ciclo de Planeamento, 2022-2027).

No que diz respeito às principais pressões que justificam o estado das MA acima indicado, e considerando a informação consolidada acerca dos PGRH RH5 - Tejo e Ribeiras do Oeste e RH 6 – Sado e Mira, 2.º Ciclo de Planeamento, 2016-2021, podemos encontrar as seguintes:

Pressões Qualitativas Pontuais

- Descargas e Tratamento de Águas Residuais:
 - correspondendo a 23 descargas em massas de água, estando 4 delas associadas a tratamento mais avançado do que o secundário; 9 a tratamento secundário; 6 a tratamento primário e 2 a tratamento preliminar;
 - Deste conjunto, apenas 8 descargas estão associadas ao sistema municipal de saneamento de águas residuais, com os níveis de tratamento secundário.
- Indústrias:

- 7 unidades da Indústria Transformadora, 4 delas abrangidas pelo regime da PCIP Prevenção e Controlo Integrados da Poluição⁵⁵. Drenam para o Rio da Moita, Vala Real de Malpique e Ribeira da Salgueirinha;
- 2 unidades da Indústria Alimentar e do Vinho, ambas PCIP. Drenam para a Ribeira da Marateca.
- Aterros urbanos e industriais, registando-se no território 1 aterro industrial PCIP (MA associada: Rio da Moita) e 4 lixeiras encerradas (MA: Bacia Tejo-Sado/Margem Esquerda).

II - Pressões Qualitativas Difusas, onde se destaca:

- Setor agrícola e florestal:
 - Este setor é responsável por cargas de Azoto (N) e Fósforo (P) na generalidade das MA superficiais que passam no Município, sendo as mais afetadas a Ribeira da Marateca e a Ribeira da Salgueirinha;
 - Adicionalmente, toda a MA subterrânea Bacia Tejo-Sado/ Margem Esquerda recebe deste setor cargas de Azoto.
- Pecuária:
 - Tal como no caso da agricultura e florestas, as emissões difusas originadas pela pecuária exercem pressão sobre as MA superficiais do Município, com destaque, novamente, para a Ribeira da Marateca e a Ribeira da Salgueirinha, bem como a MA subterrânea Bacia Tejo-Sado/ Margem Esquerda.
- Golfe: os dois campos de golfe do Município também são referenciados nos PGRH (2.º ciclo) mencionados, indicando o Palmela Village Golf Resort, com 26.08 hectares, como responsável por cargas de Azoto na MA da Ribeira da Salgueirinha e o Golfe do Montado, com 38,28 hectares, no que se refere a uma carga de ~~383,74 kg N/ano e 8,35 kg P/ano~~, na Ribeira da Marateca.

III- Pressões morfológicas, envolvendo as Infraestruturas Hidráulicas:

⁵⁵ A Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP) é um regime que adota uma abordagem integrada definindo regras para evitar ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos em determinadas atividades.

Pretende-se com este regime alcançar um elevado nível de proteção do ambiente usando as melhores técnicas disponíveis nos diferentes sectores de atividade.

Este regime aplica-se a atividades com potencial de poluição significativo, dada a sua natureza e a capacidade de produção das instalações associadas. Assim, o funcionamento das instalações onde se desenvolvem atividades PCIP está condicionado à obtenção de uma Licença Ambiental inscrita no Título Único Ambiental (TUA). Fonte: <https://apambiente.pt/avaliacao-e-gestao-ambiental/prevencao-e-controlo-integrados-de-poluicao-pcip>.

- Albufeira da Venda Velha, integrada na classe das Grandes Barragens, destina-se a rega. As MA associadas são a Vala de Asseiceira e o afluente da Vala de Asseiceira;
- Albufeira do Vinte e Dois, da classe das Pequenas Barragens e também destinada a rega. A MA associada é a Ribeira da Salgueirinha.

IV- Pressões biológicas

Os relatórios “Questões Significativas da Gestão da Água”, integrados nos referidos PGRH RH5 - Tejo e Ribeiras do Oeste e RH 6 – Sado e Mira, 2.º Ciclo de Planeamento, 2016-2021, referem que em Portugal há um número considerável de espécies exóticas aclimatadas em águas interiores, costeiras e estuários, contribuindo diretamente para a diminuição do estado ecológico de uma massa de água.

As espécies exóticas identificadas nas duas regiões hidrográficas são:

- macroinvertebrados exóticos: o lagostim-vermelho do Luisiana (*Procambarus clarkii*), referenciado em ambas as RH; o caranguejo-chinês (*Eriocheir sinensis*) e a amêijoia-asiática (*Corbicula fluminea*), apenas na RH5; e o caramujo da Nova Zelândia (*Potamopyrgus antipodarum*), apenas na RH6.
- espécies piscícolas dulçaquícolas exóticas: a perca-sol (*Lepomis gibbosus*), o achigã, (*Micropterus salmoides*), a carpa, (*Cyprinus carpio*) e o alburno (*Alburnus alburnus*), todas na RH5;
- espécies exóticas marinhas em estuários e zonas costeiras, no caso de Palmela, referentes apenas a RH6: a Medusa do Mar Negro (*Blackfordia virginica*), a Amêijoia-japonesa (*Ruditapes philippinarum*); a craca do Sul da Austrália e Nova Zelândia (*Austrominius modestus*), a craca da costa leste da América do Norte (*Balanus improvises*), o camarão do indo-pacífico (*Marsupenaeus japonicas*) e o caranguejo do indo-pacífico, (*Percnon gibbesi*).
- espécies de macrófitos invasores, no que concerne à RH5: jacinto de água (*Eichhornia crassipes*), azola (*Azolla filiculoides*) e erva pinheirinha (*Myriophyllum verticillatum*), salientando-se a dimensão das infestações, colocando em causa a sobrevivência das comunidades aquáticas e os usos da água.

De salientar que o número e diversidade de espécies invasoras é elevado, sendo que muitas delas poderão ser favorecidas pelas Alterações Climáticas, designadamente o aumento da temperatura média.

De acordo com os supramencionados PGRH, o Município de Palmela está integrado em várias zonas protegidas, refletindo-se em responsabilidade e requisitos legais no quadro dos usos e gestão da água, nomeadamente:

- Zonas Designadas para a Captação de Água Destinada ao Consumo Humano: Bacia Tejo-Sado/ Margem Esquerda, que abrange todo o território do Município;
- Proteção de Espécies Aquáticas de Interesse Económico (Moluscos Bivalves): Estuário do Sado - Esteiro da Marateca;
- Zonas vulneráveis, que correspondem a áreas que drenam para águas poluídas e suscetíveis de ser poluídas por nitratos de origem agrícola, encontrado-se a totalidade do território municipal inserido na Zona Vulnerável do Tejo;
- Zonas Designadas para a Proteção de Habitats, nomeadamente os SIC - Sítios de Importância Comunitária do Estuário do Sado e da Arrábida/Espichel;
- Zonas Designadas para a Conservação de Aves Selvagens, designadamente a ZPE - Zona de Proteção Especial do Estuário do Sado;
- Zonas Sensíveis, entendidas como zonas sujeitas a eutrofização, implicando requisitos para as descargas das estações de tratamento de águas residuais urbanas.

No que concerne à compatibilidade entre disponibilidade e procura de água, praticamente todas as captações de água no Município de Palmela são de origem subterrânea, explorando o sistema aquífero Bacia Tejo-Sado/margem esquerda. As exceções, destinados sobretudo a uso agrícola, são as albufeiras da Venda Velha (classificada como Grande Barragem) e a do Vinte e Dois (Pequena Barragem) e outros açudes, lagoas e charcas que a superficialidade do nível freático favorece.

De salientar ainda a grande produtividade e qualidade do sistema aquífero, pelo que várias são as atividades e entidades com necessidades hídricas elevadas que o procuram e exploram para a agricultura, indústria, lazer (golfe, piscinas) e, no caso da Câmara Municipal de Palmela, para abastecimento público de água e seus serviços.

No que diz respeito ao balanço hidrológico da Península de Setúbal, os estudos, correspondentes à primeira fase do estudo sobre a criação de um Sistema Intermunicipal de Água em Alta Regional promovido pela AIA - Associação Intermunicipal de Água na Região de Setúbal, permitiram aferir a disponibilidade de recursos hídricos para as necessidades existentes e previstas⁵⁶.

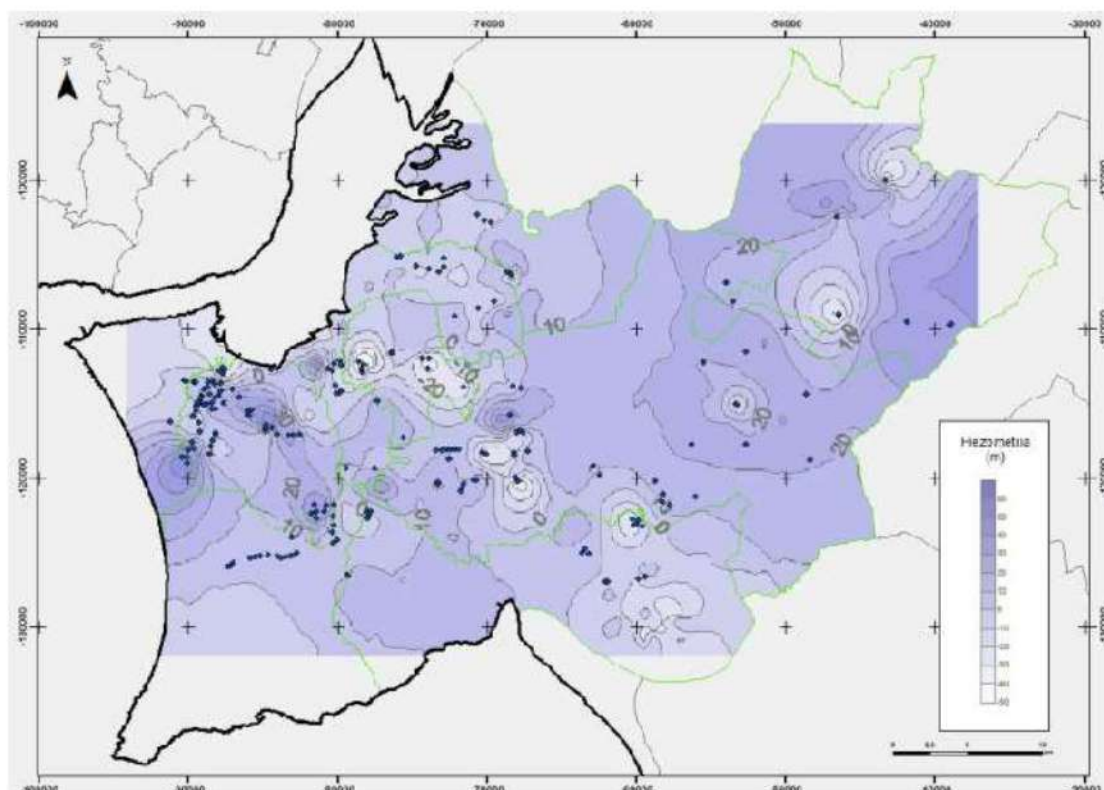
⁵⁶ ANTUNES, Marlene et al. (2014) *Balanço Hidrológico da Península de Setúbal: um contributo para a avaliação das disponibilidades e usos da água no território de 9 municípios da Península de Setúbal*. Lisboa: 12.º Congresso da Água, 16.º Encontro de Engenharia Sanitária e Ambiental e XVI Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária.

A quantificação da disponibilidade de água na região foi obtida analisando a contribuição da precipitação atmosférica e a infiltração em toda a superfície do sistema aquífero na margem esquerda.

O estudo considerou os usos repartidos pelas três grandes atividades, agricultura (incluindo a pecuária), indústria e sistemas de abastecimento público. Desenvolveram-se três cenários evolutivos para os consumos de água, sendo que a metodologia aplicada para a estimativa dos consumos variou consoante a natureza dos usos. De entre os principais objetivos deste estudo destaca-se a criação de um sistema comum de captação, adução e armazenamento no horizonte de 40 anos, que permita uma gestão integrada, cooperativa e coordenada das origens e infraestruturas, para a proteção do recurso, racionalização dos cativos/investimentos e aumento da resiliência do sistema de abastecimento público de água na região.

A exploração, embora de elevada intensidade, em termos globais encontra-se dentro dos limites de sustentabilidade, não se verificando rebaixamentos piezométricos sistemáticos. No entanto, em áreas dos Municípios de Montijo, Palmela e Alcochete os rebaixamentos são acentuados como se pode constatar na Figura 9. Não obstante, e no que concerne ao Município de Palmela, a produtividade dos furos situados a NE e a Norte da Falha Setúbal-Pinhal Novo mostram-se mais produtivos.

FIGURA 9 – CARTA DE NÍVEIS PIEZOMÉTICOS NA PENÍNSULA DE SETÚBAL, DEDUZIDA A PARTIR DE REGISTOS HISTÓRICOS DE FUROS



Fonte: AIA (2013) / ANTUNES et. al (2014)

No que concerne à disponibilidade de água o estudo da AIA teve por base o pressuposto que a precipitação eficiente, em ano húmido, médio e seco, permitiu calcular o volume da recarga na área de influência da Península (Quadros 31 a 35), bem como o volume transferido de montante (Quadro 36).

QUADRO 31 – ESTIMATIVA DA RECARGA A PARTIR DE VALORES DE PRECIPITAÇÃO NA PENÍNSULA DE SETÚBAL

Estação / Posto Udométrico	Período de registos e Balanços efectuados	Precipitação anual média (min. – máx.)	Excedente anual médio (min. – máx.)	Precipitação eficiente (gerador de excedente)	Período Seco	Período Húmido
Valores médios para a região		652 mm	234 mm	35%	182 mm	255 mm

Fonte: AIA (2013) / ANTUNES et. al (2014)

QUADRO 32- RECARGA ADMISSÍVEL NO SISTEMA AQUÍFERO TEJO-SADO, MARGEM ESQUERDA

Ano	Recarga Admissível	
	(hm ³ /ano)	(m ³ /s)
Seco	815,6	25,9
Médio	1.048,6	33,3
Húmido	1.142,8	36,2

Fonte: AIA (2013) / ANTUNES et. al (2014)

QUADRO 33 - RECARGA ADMISSÍVEL NO SISTEMA AQUÍFERO TEJO-SADO, MARGEM ESQUERDA NA ÁREA DA PENÍNSULA DE SETÚBAL

Ano	Recarga Local	
	(hm ³ /ano)	(m ³ /s)
Seco	295,8	9,4
Médio	380,3	12,1
Húmido	414,5	13,1

Fonte: AIA (2013) / ANTUNES et. al (2014)

QUADRO 34 – VOLUME TRANSFERIDO DE MONTANTE PARA A PENÍNSULA DE SETÚBAL POR ESCOAMENTO

Ano	Recarga Local			
	10% (hm ³ /ano)	(m ³ /s)	15% (hm ³ /ano)	(m ³ /s)
Seco	29,5	0,9	44,3	1,4
Médio	38	1,2	57	1,8
Húmido	41,5	1,3	62,2	2,0

Fonte: AIA (2013) / ANTUNES et. al (2014)

No que concerne à quantificação das necessidades de água foram considerados cenários-base que pressuponham níveis diferenciados de procura induzida pela agricultura, indústria, habitação e outros usos, com destaque para o turismo. O Quadro 35 mostra as necessidades globais previstas para um cenário intermédio de crescimento futuro.

QUADRO 35 – SÍNTESE DAS NECESSIDADES DE ÁGUA NA PENÍNSULA DE SETÚBAL POR DÉCADA EM CENÁRIO MÉDIO DE CRESCIMENTO FUTURO

Ano	Agric.	Pecua.	Golfe	Indus.	Urban.	Total	
	dam ³ /ano					dam ³ /ano	hm ³ /ano
2011	106.587	1.373	1.559	36.491	72.410	218.419	218,4
2021	108.156	1.758	1.559	37.826	64.216	213.515	213,5
2031	115.147	1.719	1.712	40.781	60.313	219.672	219,7
2041	116.291	1.684	1.820	43.356	58.918	222.069	222,1
2051	118.116	1.563	1.965	46.092	56.598	224.334	224,3

Fonte: AIA (2013) / ANTUNES et. al (2014)

Por outro lado, considerando o balanço hídrico entre as disponibilidades (recarga admissível/recarga local e transferências de montante) e as necessidades, assumiu-se que, para uma exploração sustentável do sistema aquífero, o máximo volume extraível é de 70% do disponível. Neste sentido, o balanço hídrico no Sistema Aquífero Tejo-Sado Margem Esquerda e na Península de Setúbal, consta no Quadro 36.

QUADRO 36- BALANÇO ENTRE NECESSIDADES E DISPONIBILIDADES NO SISTEMA AQUÍFERO TEJO-SADO/MARGEM ESQUERDA,

Ano	Recarga Admissível		Volume extraível ¹⁾	Extracções	Retornos	Descarga ²⁾	Volume não utilizado ³⁾	Utilização do volume extraível ⁴⁾
	(hm ³ /ano)	(m ³ /s)	(hm ³ /ano)	(hm ³ /ano)	(hm ³ /ano)	(hm ³ /ano)	(hm ³ /ano)	(%)
Seco	815,6	25,9	570,9	474,8	54,7	395,5	96,1	83%
Médio	1.048,6	33,3	734,0	474,8	54,7	628,5	259,2	65%
Húmido	1.142,8	36,2	799,9	474,8	54,7	722,6	325,1	59%

i) Volume extraível = 0,7 x Recarga admissível; 2) Descarga = Recarga admissível – Extracções + Retornos; 3) Volume não utilizado = Volume extraível – Extracções; 4) Utilização do volume extraível = Extracções / Volume extraível

Fonte: AIA (2013) / ANTUNES et. al (2014)

Por fim, devemos considerar que os cenários delineados considerar uma certa “estabilidade” da “população equivalente” no território; a variarem entre o minimalista e o maximalista, respetivamente de -8% a +33%, até 2051; bem como um significativo incremento da eficiência do uso da água pelos sistemas municipais de abastecimento, pelo que o nível de utilização da água poderá ter; em 2051, valores que variam entre os -19% e +16% ao face ao ano de referência.

Assim, perante a avaliação desenvolvida sobre as disponibilidades hídricas no território da Península de Setúbal e os cenários de procura que à data se apresentam como os mais razoáveis para a evolução da mesma, as disponibilidades globais, assim estimadas, parecem responder às necessidades futuras.

Por ultimo, importa sublinhar que muito embora os resultados apurados apontem no sentido da condição quantitativa e qualitativa do Sistema Aquífero do Tejo-Sado Margem Esquerda responder à demanda urbana e dos restantes usos, a consumação no concreto e no longo prazo desta previsão, depende de uma política geral de exploração do sistema aquífero, considerando todos os usos, equilibrada em termos quantitativos, i.e. que não exerça pressão excessiva sobre o seu funcionamento, e que promova a proteção qualitativa do recurso. Esta circunstância e as incertezas sempre associadas a um assunto desta complexidade e dimensão, aconselha, pois, um aprofundamento do conhecimento sobre este importante reservatório natural e uma monitorização permanente da evolução das disponibilidades e usos de forma territorialmente abrangente e considerando todas as grandes utilizações – agricultura, urbana e industria, que permita mitigar riscos e planear com a necessária antecipação, nomeadamente no presente contexto de adaptação e mitigação às Alterações Climáticas.

4.3 A Paisagem do Município de Palmela

A paisagem do Município de Palmela é muito diversa do ponto de vista paisagístico, muito embora o relevo do Município seja pouco acentuado na maior parte do território, com exceção da zona sudoeste, onde se ergue a Serra de São Luís, local de elevado valor ecológico e cénico que constitui uma referência municipal e onde se localiza a Vila de Palmela. A sua heterogeneidade paisagística advém essencialmente de um território claramente humanizado, mas com formas de ocupação muito distintas e com a presença de valores naturais muito relevantes para a manutenção da biodiversidade e riqueza natural, não só ao nível local, mas sobretudo ao nível metropolitano.

A ocupação urbana, ora contida ora dispersa, mas em franca expansão, localiza-se fundamentalmente na metade oeste do Município junto das áreas com melhores acessibilidade rodó e ferroviárias. Os núcleos urbanos antigos contribuem para a riqueza cénica desta área, mas a expansão industrial e urbana tem vindo a fragmentar a paisagem e a ocupar e/ou estrangular as principais linhas de drenagem natural e potenciais corredores ecológicos de ligação.

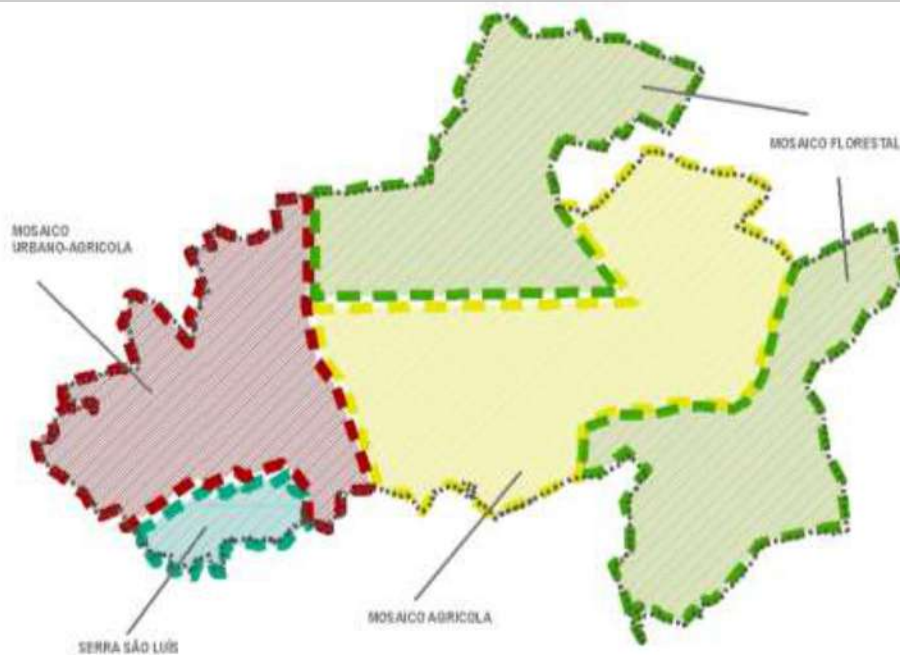
O restante território é marcado por uma imagem agroflorestal muito expressiva, a par de valores naturais com elevada importância ecológica e interesse para a conservação da natureza. A área central do Município é ocupada numa grande extensão por culturas agrícolas, que na maioria dos casos são vinha, intercalada com habitações unifamiliares, armazéns de apoio à agricultura e pequenas indústrias de transformação.

É de destacar a presença de grandes matas e grandes manchas de povoamentos florestais, essencialmente de montado de sobro que representam um valor natural com elevado valor patrimonial. Do ponto de vista paisagístico é de destacar a área de Rio Frio, não só pela sua extensão que ocupa, mas também pela elevada qualidade cénica da paisagem.

As linhas de água assumem aqui a forma de valas e ribeiras, face às características geomorfológicas dos terrenos, e constituem elementos fundamentais para o funcionamento equilibrado do território tanto ao nível hidrológico como ecológico.

Apresenta-se seguidamente uma carta-síntese das principais unidades de paisagem do Município de Palmela, às quais corresponde uma imagem territorial claramente diferenciada (Figura 10).

FIGURA 10 - PAISAGENS DO MUNICÍPIO - GRANDES UNIDADES



Fonte: elaboração própria com base nas unidades territoriais definidas no PROT-AML (2002)

4.4 Povoamentos Florestais, Árvores Notáveis e Árvores e Arvoredo de Interesse Público

4.4.1. Povoamentos Florestais

No que diz respeito aos povoamentos florestais presentes no Município de Palmela estes representam um importante ativo ambiental e económico, com mais de 14.000 hectares (cf. Quadro 37).

Em termos de espécies predominantes, os sobreiros representam a grande maioria, cerca de 2/3 do total da área abrangida por povoamentos florestais. Estes localizam-se um pouco por todo o território municipal, mas com maior incidência na União de Freguesias de Poceirão e Marateca (cf. Figura 11), destacando-se, pela sua dimensão e continuidade, o Montado de Rio Frio, que tem respaldo em termos dos corredores ecológicos delineados tanto do PROT-AML, como do PROF-LVT.

Os pinheiros mansos, com cerca de 2.300 hectares, são a segunda espécie mais importante em termos de povoamentos florestais, localizando-se, em larga medida, na União de Freguesias de Poceirão e Marateca.

Os eucaliptos ocupam pouco mais do que 1.300 hectares, cerca de 9% da área total dos povoamentos florestais, encontram-se um pouco por todo o território municipal, com povoamentos de maior dimensão na União de Freguesias de Poceirão e Marateca.

No que concerne ao pinheiro bravo, este representa pouco menos de 5% dos povoamentos florestais, presente em pequenos núcleos dispersos pelo território, mas com preponderância na sua metade poente.

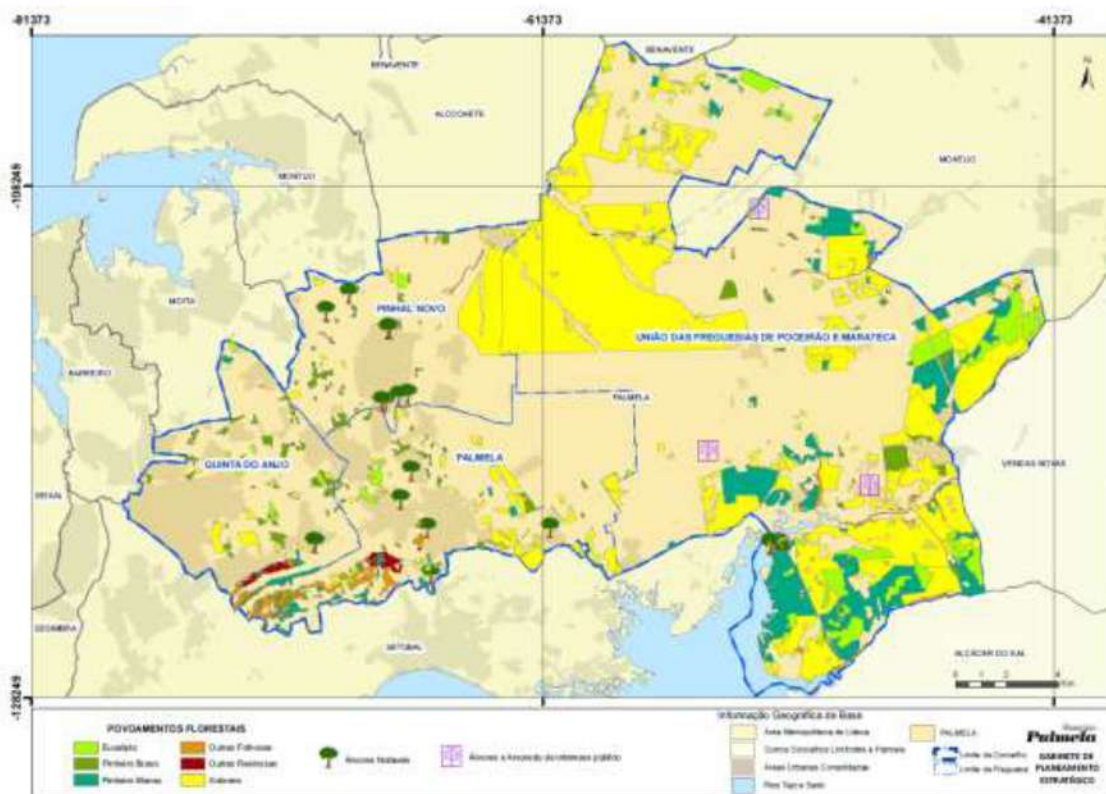
Por fim, as outras folhosas e resinosas, no seu conjunto, abrangem pouco mais de 500 hectares, menos de 4% dos povoamentos, localizando-se na área da Serra da Arrábida (ver Figura 11).

QUADRO 37 – POVOAMENTOS FLORESTAIS

Áreas Povoamentos	Hectares (ha)	Percentagem (%)
Sobreiro	9332,4	66,0%
Pinheiro Manso	2308,4	16,3%
Eucalipto	1302,4	9,2%
Pinheiro Bravo	680,7	4,8%
Outras folhosas	402,2	2,8%
Outras resinosas	106,5	0,8%
TOTAL	14132,6	100,0%

Fonte: elaboração própria

FIGURA 11 – POVOAMENTOS FLORESTAIS, ÁRVORES NOTÁVEIS E ÁRVORES E ARVOREDO DE INTERESSE PÚBLICO



Fonte: elaboração própria

4.4.2. Árvores Notáveis e Árvores e Arvoredo de Interesse Público

No Município de Palmela os bosques situam-se fora das Áreas Protegidas. As Árvores de Interesse Público (cf. Figura 11) situadas no Município localizam-se fora, quer das Áreas Protegidas, quer dos Espaços Florestais:

- Sobreiro de Águas de Moura;
- Sobreiro de Lagameças;
- Pinheiro de Lagoa do Calvo (junto da JP Vinhos).

O mesmo acontece com bosques e árvores de grande porte e longevidade que mais uma vez se encontram em perímetros urbanos ou na sua fronteira:

- Dois sobreiros na Quinta do Anjo (Largo do Festival), passíveis de proposta de classificação como de interesse público ou municipal;
- Oliveiras junto ao Perímetro urbano de Quinta do Anjo;
- Montado de Quinta do Anjo (aproveitado para circuito de manutenção);

- Núcleos de sobreiros em Cabanas;
- Montados situados em Lagoinha;
- Montados de Torneiros;
- Carvalhos cerquinhos na Estrada dos Carvalhos (Palmela);
- Sobreiro situado na Quinta do Tomé Dias (Aires);
- Oliveiras de Aires;
- Montado de Aires;
- Plátanos do Monte Novo (Pinhal Novo);
- Pinheiro no Bairro do Pinheiro Grande (Pinhal Novo);
- Antigo montado de Venda do Alcaide;
- Sobreiros junto da Igreja da Barra Cheia;
- Montado de Brejo do Assa.

Podem-se ainda considerar, pela sua longevidade e porte pré-florestal, as seguintes comunidades:

- Zimbrais de Vila Amélia, (AUGI, área habitacional e industrial);
- Zimbrais nas AUGI da Marquesa I, II, III e IV.

4.5 Os Recursos Naturais e a Conservação da Natureza do Município de Palmela

O Município de Palmela é muito rico no que concerne aos recursos naturais englobando duas áreas protegidas com relevância metropolitana, nacional e até internacional. Todas estas áreas contribuem para a riqueza ecológica e paisagística do Município de Palmela sendo, deste modo consideradas como áreas fundamentais para a conservação da natureza. A par destas áreas, os estudos de fundamentação técnica do PROT-AML destacam ainda outras que englobam valores naturais relevantes para a conservação da natureza ao nível metropolitano e municipal e que se referem sobretudo a valores florísticos, a avifauna e a geologia.

Estas áreas englobam o Pinhal das Espanholas, Pinhal das Marquesas e o Pinhal das Formas, localizadas na metade noroeste do Município e que contêm, no seu interior, a presença de espécies fundamentais para a conservação da biodiversidade metropolitana, uma vez que constituem uma unidade remanescente do pinhal que cobriu em tempos toda a Península de Setúbal. É ainda de destacar a Terra dos Caramelos, as lagoas do Poceirão e os Montados de Rio Frio como zonas com especial interesse para a conservação da natureza. Neste sentido, existe um conjunto de normas orientadoras, definidas no PROT-AML, de aplicação no Município de Palmela, destaca-se a manutenção da conectividade ecológica a nível local e regional, assegurada pelos corredores ecológicos:

- Corredor estruturante primário do Estuário do Tejo – Estuário Sado, um dos mais importantes da REM, com vastas áreas de interesse para a conservação da natureza em Palmela, como as áreas classificadas PNA, RNES, Sítio Arrábida-Espichel e Sítio e Zona de Proteção Especial do Estuário do Sado, a que se juntam os valores locais Terra dos Caramelos, as Lagoas do Poceirão e o Montados de Rio Frio. Este importante corredor ecológico metropolitano garante assim fluxos essenciais de biodiversidade e uma relevante variedade paisagística;
- Corredor estruturante primário que liga o Estuário do Sado e a Ribeira da Marateca, assim como as áreas Arrábida – Espichel - Matas de Sesimbra – Lagoas de Albufeira, que desempenha um papel fundamental na manutenção das importantes estruturas ecológicas presentes no Município;
- Ao nível da Rede Secundária, a REM identifica um conjunto de áreas com relevância ecológica, dimensão apreciável e importância não só metropolitana como municipal constituídas essencialmente por matas locais que representam os últimos exemplares da vegetação que cobriu em tempos a Península de Setúbal, designadamente o Pinhal da Marquesa, o Pinhal das Formas e o Pinhal das Espanholas, bem como corredores secundários relacionados, essencialmente, com o sistema hidrológico;

O território do Município de Palmela engloba uma série de valores naturais que atualmente se encontram classificados, designadamente o Parque Natural da Arrábida (PNA), a Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES), assim como o Sítio Arrábida-Espichel, a Zona Proteção Especial do Estuário do Sado e o Sítio do Estuário do Sado (Figura 12).

Destaca-se em primeiro lugar o Parque Natural da Arrábida - área classificada de âmbito nacional, internacional e europeu - cuja expressão se traduz no Município através da Serra de São Luís, é uma paisagem única de extrema qualidade cénica e ecológica e que constitui um espaço onde a humanização do território se desenvolveu, na maior parte dos casos, em equilíbrio e harmonia com o espaço natural. Esta área protegida foi criada em 1976 pela sua elevada importância no que se refere às associações botânicas e formações geomorfológicas que lhe imprimem um carácter marcadamente mediterrâneo.

Encontram-se nas áreas abrigadas das serras, carvalhais dominados pelo carvalho-cerquinho e matos de carrascos, adernos, medronheiros, aroeiras e urzes arbóreas, relíquias de outros tempos geológicos, em bom estado de conservação, que conferem à Arrábida o estatuto internacional de Reserva Biogenética.

O PNA ocupa em Palmela um território de 1528 hectares, nas freguesias de Palmela e Quinta do Anjo, onde se destacam as serras do Louro, dos Gaiteiros, de São Luís e os vales de Barris e de Alcube.

O Sítio Arrábida-Espichel, classificado em 1997, tem uma área global de 20 663 hectares, correspondendo 29% a área marinha, e 71% a área terrestre distribuída pelos Municípios de Sesimbra (35%), Setúbal (30%) e Palmela (8%). No Município de Palmela, aquela área corresponde a 1655 hectares, praticamente coincidente com o PNA.

A cartografia dos valores naturais do Sítio Arrábida/ Espichel identifica para o território de Palmela os seguintes habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro:

- 2270* - Dunas com florestas de *Pinus pinea* ou *Pinus pinaster*;
- 3280 – Cursos de Água Mediterrânicos permanentes da *Paspalo-Agrostidion* com cortinas arbóreas ribeirinhas de *Salix* e *Populus alba*;
- 4030 – Charnecas secas europeias;
- 5330 – Matos termomediterrânicos pré-desérticos;
- 6220 *– Substepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypoditea*;
- 6310 – Montados de *Quercus spp.* de folha perene;
- 6420 – Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da *Molinio-Holoschoenion*;
- 8210 – Vertentes rochosas calcárias com vegetação casmofítica.

- 91E0* – Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*);
- 92D0 – Galerias e matos ribeirinhos meridionais (*Nero-Tamaricetea* e *Securinegion tinctoriae*);

(*: habitats prioritários)

Relativamente à flora, o PSRN2000 identifica, para esta área, as seguintes espécies constantes do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, anexos B-II e B-IV, identificando, este último, as espécies animais e vegetais de interesse comunitário que exigem uma proteção rigorosa:

- 1507 - *Arabis sabina* (anexos II, IV);
- 1503 - *Iberis procumbens subsp. Microcarpa* (anexos II, IV);
- 1863 - *Narcissus calcicola* (anexos II, IV).

A Reserva Natural do Estuário do Sado é outra área classificada inserida nas redes internacional, europeia e nacional, cujo valor natural, interesse para a conservação da natureza e riqueza paisagística são uma referência municipal. A paisagem estuarina desta área protegida atrai inúmeras espécies de aves e é uma das áreas mais ricas deste ponto de vista. A RNES, também sítio Ramsar, foi integrada na rede nacional de áreas protegidas em 1980 e ocupa em Palmela, na área da Freguesia da Marateca, cerca de 1.700 hectares de espaços de interface terra-água, abrangendo áreas de estuário, sapal, ribeiras e lagoas; matas ripárias, montados e pinhais, inseridos em campos e herdades agrícolas. A reserva é famosa pela única população residente em estuários portugueses de golfinhos (o roaz-corvineiro), mas também se destaca pela relevância ictiológica (moluscos e peixes, contando estes, 95 espécies) e da avifauna (é uma das 3 principais zonas húmidas portuguesas com importância para as aves aquáticas).

De acordo com o Volume III do Plano de Ordenamento e Gestão da RNES a maioria das espécies faunísticas prioritárias desta área protegida encontram-se associadas aos biótopos aquáticos, como as salinas e águas estuarinas, que apresentam elevada importância para várias aves aquáticas (ex. andorinha-do-mar-anã, águia-pesqueira) e peixes migradores (e.g. Savelha); os palustres e linhas de água, muito relevantes também para várias aves aquáticas (e.g. Caimão) e peixes dulçaquícolas (e.g. boga-do-rio, bordalo), a que se acrescentam as espécies prioritárias associadas a outros biótopos, como os répteis Víbora Cornuda e cobra-de-pernas pentadáctila, associadas a matos dunares; as aves alcaravão e Águia de Bonelli, associadas às zonas de montado de sobre e três mamíferos, rato de Cabrera, morcego-negro e gato-bravo, também associados às zonas de montado de sobre.

A mesma fonte refere que se encontram na RNES alguns dos valores naturais mais relevantes em termos de vegetação e flora, representados pela presença de comunidades vegetais de valor excecional em todas as áreas de sapal, assim como em todos os biótopos dunares bem conservados e nos biótopos associados

a águas doces, nomeadamente turfeiras, zonas pantanosas e margens de linhas de água. São também incluídos os biótopos ocupados por matos xerofítico e outros inicialmente menos valorizados, mas onde se conhece a ocorrência de espécies RELAPE de elevada importância para conservação.

Destaca ainda a ocorrência das seguintes espécies de flora, classificadas como de relevância excepcional:

- *Herniaria maritima* Link (Caryophyllaceae) (Anexo B-II, Decreto Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro)
- *Linaria ficalhoana* Rouy (Scrophulariaceae) (Anexo B-II, Decreto Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro)
- *Hyacinthoides vicentina* (Hoffmans. & Link) Rothm. (Liliaceae)
- *Armeria rouyana* Daveau (Plumbaginaceae);
- *Juniperus navicularis* Gand. (Cupressaceae)
- *Limonium lanceolatum* (Hoffmanns. & Link) Franco (Plumbaginaceae)
- *Gentiana pneumonanthe* L. (Gentianaceae)
- *Allium ericetorum* Thore (Liliaceae)

(Estas espécies estão identificadas no Anexo B-II do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, à exceção do *Juniperus navicularis*; *Gentiana pneumonanthe* e *Allium ericetorum*.)

O Sítio Estuário do Sado (RN2000) foi classificado em 1997 e tem uma área global de 30.986 hectares, correspondendo 22% a área marinha e 78% a área terrestre, que é distribuída pelos Municípios de Alcácer do Sal (58%), Setúbal (20%), Palmela (12%, ou 3.814 hectares) e Grândola (7%) e Vendas Novas (2%).

Em Palmela, o Sítio é parcialmente coincidente com a RNES e integra a totalidade da ZPE do Estuário do Sado (RN2000).

A ZPE foi classificada em 1999, tendo uma área global de 24 633 hectares, distribuída pelos municípios de Alcácer do Sal (51%), Setúbal (16%), Palmela (7%, ou 1643 hectares) e Grândola (2%).

A cartografia dos valores naturais do Sítio Estuário do Sado (que inclui a ZPE do homónimo) identifica para o território de Palmela os seguintes habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005:

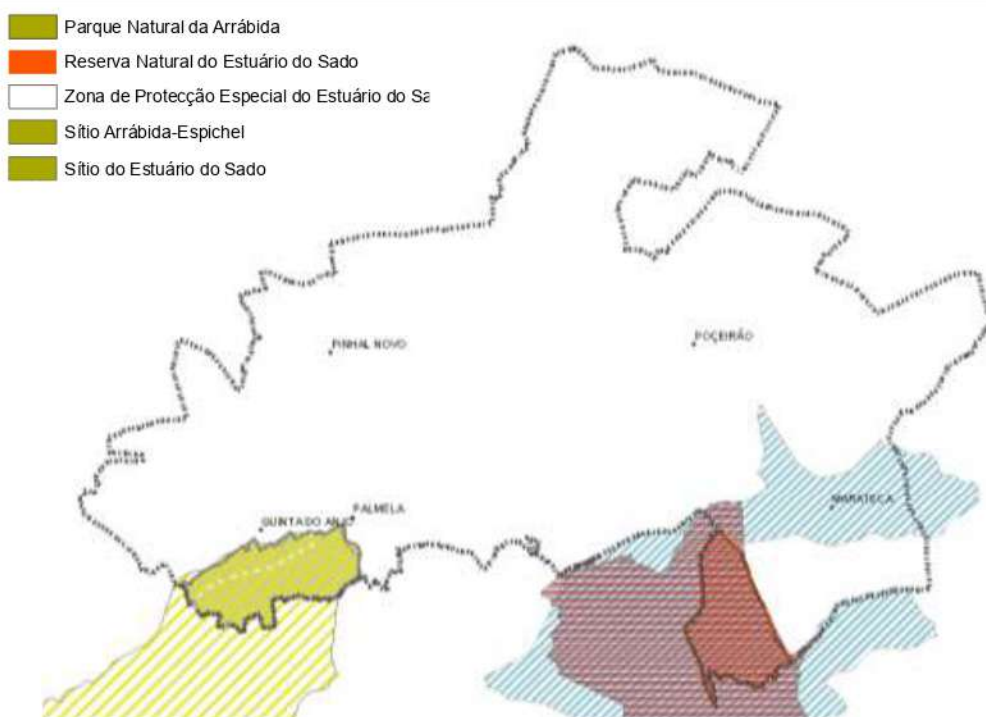
- 3280 – Cursos de Água Mediterrânicos permanentes da Paspalo-Agrostidion com cortinas arbóreas ribeirinhas de *Salix* e *Populus alba*;
- 6310 – Montados de *Quercus spp.* de folha perene;
- 91E0* – Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae);
- 92D0 – Galerias e matos ribeirinhos meridionais (Nero-Tamaricetea e Securinegion tinctoriae);

(*: habitats prioritários)

Relativamente à flora e fauna, o PSRN2000 identifica para esta área as seguintes espécies constantes do anexo B-II do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro:

- Flora: 1644 – *Armeria rouyana* (anexos II, IV).
- Fauna: 1355 – *Lutra lutra* (anexos II, IV).

FIGURA 12 - ÁREAS CLASSIFICADAS NO MUNICÍPIO DE PALMELA



Fonte: elaboração própria

Paralelamente às áreas classificadas supracitadas, o Município de Palmela apresenta uma grande diversidade e riqueza da flora, fauna e vegetação que não se confina apenas à Arrábida ou ao Estuário do Sado, surgindo igualmente na sua planície de gândaras e montados. A identificação dos principais valores baseia-se na geologia, geomorfologia, flora, fauna e comunidades vegetais, em função da sua importância a nível regional, nacional e internacional. Dada a grande extensão do Município, o maior da AML e da Península de Setúbal, cerca de 462 km², algumas das comunidades encontradas são de significativo valor a nível nacional pela sua dimensão e singularidade.

De destacar que, a localização geográfica do território continental português, no extremo sudoeste do continente euro-asiático e já muito próximo do continente africano, deu origem a que espécies de fauna e

flora típicas de cada uma destas massas continentais, se entrecruzasse no extremo sul da Península Ibérica. Neste sentido, a Península Ibérica conta assim com uma riqueza em fauna, flora e habitats notáveis que a coloca nos primeiros lugares a nível europeu em termos de biodiversidade, verificando-se em muitos espaços naturais ibéricos, espécies vulneráveis ou populações relíquia em perigo de extinção, que são únicas, dado também a acentuada destruição que se verifica no resto da Europa.

O Município de Palmela insere-se na Região Mediterrânica, no Sector Ribatagano-Sadense e no Superdistrito Sadense, o qual justifica a sua individualização biogeográfica com várias comunidades endémicas (cf. Neto, 1999)⁵⁷. O Sector Ribatagano-Sadense constituído pelas areias e arenitos pliocénicos e pliocénicos dos Vales do Tejo e Sado possui como táxones endémicos: *Armeria rouyana*, *A. pinifolia*, *Juniperus navicularis*, *Thymus capitellatus*, *Limonium daveaui*, *Serratula alcalaie aristata* e *Halimium verticillatum*. O Superdistrito Sadense engloba a Península de Setúbal, as areias do Vale do Sado até Melides e Santa Margarida do Sado, tendo como espécies endémicas *Malcolmia lacera gracilima* e *Santolina impressa*.

O Município de Palmela insere-se na zona fitoclimática Atlante-Mediterrânea-Sub-Mediterrânea, incluindo a sua silva climácica o *Quercus suber* (Sobreiro), *Pinus pinaster* (Pinheiro-bravo), *Pinus pinea* (Pinheiro manso), *Olea europaea sylvestris* (Zambujeiro) e *Quercus faginea* (Carvalho cerquinho). Situa-se no piso bioclimático termomediterrâneo subhúmido, com pluviosidade média anual de 600 mm, e no nível basal, inferior a 400 m.

O sobreiral psamófilo termomediterrânico constitui o bosque climácico com maior presença no Município de Palmela, possuindo elevado valor paisagístico e conservacionista. Os montados de sobreiro são comunidades climácicas dominadas por sobreiro e estruturadas pela ação do homem. É um dos biótopos com maior diversidade de espécies e, simultaneamente, de maior valor faunístico. Os montados, por se localizarem em condições de aridez, desempenham também um papel fundamental no combate à desertificação e são considerados modelares na utilização sustentada dos recursos naturais. No continente europeu estão confinados à Península Ibérica, representando em Portugal cerca de 20% da sua área florestal total. Salienta-se que cerca de 30% da área mundial do sobreiro se encontra em Portugal, o que torna o país o primeiro produtor mundial de cortiça.

No montado, o seu sistema de exploração, frequentemente com pastagem do sub-coberto, levou também à degradação da vegetação espontânea, condicionando a sua diversidade, pelo que poucas espécies conseguem sobreviver em ambiente de exploração de montado. Para que estas formações arbustivas

⁵⁷ NETO, C.S (1999) *A flora e a vegetação da faixa litoral entre Tróia e Sines*. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa.

cubram totalmente o solo e atinjam maior porte após o abandono de exploração do montado, são necessárias algumas décadas e o solo apresentar um maior enriquecimento em matéria orgânica, podendo surgir então espécies arbustivas mais exigentes e aumentar a riqueza florística, num processo sempre lento.

Em termos botânicos, o valor ecológico máximo de uma zona corresponde à etapa climax, pelo que cada associação que se estabelece até à desertificação significa uma diminuição do valor ecológico. Nesta sucessão, ocorrem por vezes modificações das características edáficas, pelo que a recuperação ou regeneração pode não ser atingida facilmente, constituindo-se assim um paraclimax, ou seja um equilíbrio de valor ecológico inferior ao da etapa climax. A intervenção humana modificou a estrutura original das comunidades climácicas, as quais surgem na atualidade em dimensões reduzidas na forma de bosquetes, conjuntamente com as etapas seriais e sub-seriais da floresta original. Por sua vez os bosques, em muitos casos, deram origem aos matos sucessionais, também importantes não só pelo elenco florístico, mas por exemplo, na proteção contra a erosão e refúgio para a fauna.

No Município de Palmela existe um mosaico heterogéneo de fisionomias e estádios sucessionais, onde se podem reconhecer três classes de vegetação: *Quercetea-ilicis*, *Calluno-ulicetea* e *Cisto-lavanduletea*. As quais constituem a vegetação dominante do ponto de vista sintaxonómico nas dunas interiores e que reúnem várias comunidades vegetais das quais cinco são endémicas de distribuição preferencialmente Sadense e uma é endémica de Portugal.

Na Classe *Quercetea-ilicis* as associações:

Myrto communis-Quercetum suberis;

Oleo sylvestris-Quercetum suberis;

Phillyreo angustifoliae-Arbutetum unedonis (endémica do superdistrito sadense);

Daphno gnidii-Juniperetum navicularis (endémica do superdistrito sadense);

Erico umbellatae-Ulicetum welwitschiani (endémica do superdistrito sadense);

Junipero navicularis-Quercetum lusitanicae (endémica de Portugal).

Na classe *Calluno-ulicetea*, a associação:

Erico umbellatae-Ulicetum welwitschiani (endémica do superdistrito sadense).

Na classe *Cisto-Lavanduletea*, a associação:

Thymo capitellati-Stauracanthetum genistoides (endémica do superdistrito sadense).

A série de vegetação *Oleo sylvestris-Quercetum suberis* corresponde a sobreirais termomediterrânicos e constitui a série climatófila característica deste território. As formações desta associação que se encontram na região estão já muitas vezes bastante degradadas, encontra-se, todavia, no topo da sucessão ecológica em termos climáticos. Corresponde ao Habitat 9330 – Florestas de *Quercus suber* da Directiva 92/43/CEE. Esta série ocorre preferencialmente em dunas interiores estabilizadas não sujeitas à influência da salsugem e em que as etapas regressivas são, segundo Neto (1999):

Oleo sylvestris-Quercetum suberis →

Phillyreo angustifoliae-Arbutetum unedonis →

Daphno gnidii-Juniperetum →

Erico umbellatae-Ulicetum welwitschiani →

Thymo capitellati- Stauracanthetum genistoidis →

A primeira etapa de degradação é o medronhal arbustivo silicioso e de grande porte *Phillyreo angustifoliae-Arbutetum unedonis*. É um matagal alto, muito raro no Município e na região, que inclui *Phillyreo angustifolia*, *Pistacio lentiscus*, *Smilax aspera*, *Rhamnus alaternus*, *Asparagus aphyllus* e *Rhamnus oleoides subsp. oleoides*, entre outros.

A etapa sub-serial nas dunas não litorais com elevada espessura de areia é a *Daphno gnidii-Juniperetum navicularis*, micro-bosque mais ou menos denso de sabina-caudada. Este zimbral corresponde ao Habitat prioritário 2250* da Directiva Habitats.

A primeira etapa de degradação deste zimbral são as comunidades de *Erico umbellatae-Ulicetum welwitschiani* que nesta região formam os matagais conhecidos por “gândaras” incluídas no Habitat prioritário 2150* - Dunas fixas descalcificadas atlânticas (*Calluno-Ulicetia*) da Directiva 92/43/CEE, e onde se incluem espécies como *Calluna vulgaris*, *Ulex australis welwitschianus*, *Erica australis*, *Erica scoparia* e

Erica umbellata por exemplo. Conforme refere Arsénio (2003)⁵⁸, a inclusão desta comunidade como etapa desta série não se encontra ainda plenamente esclarecida, dadas as suas diferentes preferências ecológicas, onde o tojal ocorre preferencialmente em terrenos com má drenagem interna e frequentemente com surraipa. Porém, no Município de Palmela, encontraram-se muitas vezes as duas comunidades ocorrendo em mosaico, em consonância com a diferenciação edáfica presente.

Os matos rasteiros de *Quercus lusitanica*, resultantes da destruição de sobreirais de *Oleo-Quercetum suberis*, surgem em solos arenosos profundos e alternam no geral em mosaico com os sobreirais potenciais e com a associação *Thymo capitellati-Stauracanthetum genistoides*. À medida que estas formações contactam com paleodunas surgem gradualmente os zimbrais de *Daphno gnidii-Juniperetum navicularis*.

A associação *Thymo capitellati-Stauracanthetum genistoides* inclui espécies como *Halimium calycinum*, *Lavandula pedunculata lusitanica*, *Thymus capitellatus* e *Lithodora prostrata lusitanica*. A comunidade de *Stauracanthus genistoides* (Tojo-chamusco) inclui-se no Habitat 2260 – Dunas com vegetação esclerófito da *Cisto-Lavanduletea* da Directiva 92/43/CEE.

4.5.1. Pinhal das Formas

O Pinhal das Formas reveste o festo principal existente na planície central da Península de Setúbal, abrangendo a área final da linha de elevações que se inicia junto da Quinta do Anjo nos relevos de Ruivos, e se prolonga pelos relevos de Carrasqueira e Arrociada até ao extremo do Município em Pontão. O Pinhal das Formas, juntamente com o Pinhal da Marquesa, integra a zona do “triângulo Palmela-Coima-Barreiro”, assinalada no PROT-AML em vigor como área verde central da Península de Setúbal. Paralelamente, no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 é referido o triângulo Palmela-Moita-Azeitão, que representa atualmente essa área e onde se destaca a *Armeria Rouyana*.

Na “Carta Topographica Militar do Terreno da Península de Setúbal” publicada em 1815 na escala 1:30.000⁵⁹ que é a primeira cartografia regional conhecida com algum detalhe, verifica-se que este festo se designava como “Altos das Fontainhas”, envolvido por uma extensa área de pinhal que se estendia para

⁵⁸ ARSÉNIO, Pedro (2003) *Flora e Vegetação da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica*. Trabalho de Síntese. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, Secção Autónoma de Arquitectura Paisagista.

⁵⁹ Produzida pelo Major do Real Corpo de Engenheiros José Maria das Neves Costa com o apoio dos Capitães do Real Corpo de Engenheiros José Joaquim Freire e Manoel Tavares da Fonseca, publicada em 1861, mas cujos trabalhos de campo decorreram de 1813 a 1815, disponível em <https://centrodedescargas.cnig.es/CentroDescargas/busquedaldProductor.do?idProductor=T0003319&Serie=CAANT#>.

Norte e onde se situavam várias colmeias tirando partido da biodiversidade do local. As habitações existentes no local resumiam-se à Quinta Velha junto à Vala de Água Doce, hoje a bovinicultura e ovinicultura “Quinta dos Três Irmãos”, e à Quinta das Formas mais a Norte, hoje Casa do Guarda, o outro cabeço que se destaca na área.

O Pinhal classificado como “Área Estruturante Secundária” no PROT-AML, além da sua importância intrínseca considerável, funciona como pivot para vários corredores ecológicos assinalados no PROT-AML. Trata-se de ligações importantes às Áreas Estruturantes Primárias circundantes, funcionando como corredor ecológico entre a Cordilheira da Arrábida/Estuário do Sado a Sul e o Estuário do Tejo a Norte, onde este *continuum naturale* se prolonga já no Município da Moita, na área de Quintinha, até ao esteiro da Moita.

A área sul deste pinhal é um dos locais que permite a ligação entre a Terra dos Caramelos e a Arrábida, ligação contornando Olhos de Água, através de um pinhal com subbosque muito desenvolvido de *J. navicularis*, *Armeria rouyana* e *Cladonia sp.* e segue pelos montados de Cascalheira e Terrim, com *J. navicularis*, *Thymus capitellatus*, *Stauracanthus genistoides* e *Lavandula pedunculata lusitanica*.

As linhas de cumeada integram o “sistema seco” da estrutura ecológica e as linhas de água integram o “sistema húmido”, surgindo como corredores ecológicos que asseguram a comunicação, não só entre as diversas populações de avifauna residentes e migratórias, bem como entre populações de flora, enquanto os montados e outras áreas florestais constituem local de refúgio e alimento da maioria das espécies da fauna terrestre.

No Estudo de Impacte Ambiental (EIA) da ligação ferroviária Pragal/Pinhal Novo⁶⁰ analisou-se uma faixa de 100-500 m ao longo dos 29 km de linha onde, na maioria das áreas a cobertura vegetal foi considerada como não possuindo interesse científico, valor ecológico ou singularidade especial, geralmente formações ruderais, áreas agrícolas, áreas de cultivo abandonadas e, sobretudo, formações vegetais muito degradadas, onde a cessação da ação humana não resultou, no geral, na recuperação da vegetação original. Não obstante, no caso do Pinhal das Formas, apesar do carácter humanizado da formação, algumas zonas de sub-bosque bastante desenvolvido, possuem interesse para conservação, com a presença de associações e espécies relevantes para a conservação, como é o caso de *Juniperus navicularis* (Zimbros das areias, Zimbros galego, Piorro ou Sabina-caudada) e *Armeria rouyana* (Raiz-do-Céu).

⁶⁰ CAPELO, J.H. (1991) *Flora. Estudo de Impacte Ambiental da Ligação Ferroviária Pragal-Pinhal Novo*. Lisboa: Profabril.

As áreas de *Juniperus navicularis* incluem-se no Anexo B-I - Habitat de Interesse Comunitário⁶¹, no Habitat 2250* – *Dunas litorais com Juniperus spp.*. Estes zimbrais correspondem fitossociologicamente às associações *Daphno gnidii-Juniperetum navicularis* e *Junipero navicularis lusitanicae p.p.* e podem contactar, em mosaico, com sargaçais de *Stauracantho-Halimietalia commutati* (do Habitat 2260 - Dunas com vegetação esclerófila da *Cisto-Lavenduletalia*) e com núcleos de sobreiros (*Quercus suber*). Nas áreas de contacto com substratos mais compactos, como por exemplo, os substratos mio-pliocénicos (Formação de Marateca), podem apresentar codominância de *Quercus lusitanica* e ericáceas.

O *Juniperus navicularis* é uma espécie endémica da Bacia do Tejo e do Sado, referenciada no Terciário, pelo que é das espécies mais antigas do território, surgindo como um endemismo nacional com uma área de distribuição restrita às areias pliocénicas das bacias hidrográficas do Tejo e Sado. De acordo com Plano Sectorial da Rede Natural 2000 ocorre em ambientes florestais de pinhal ou sobreiral, em dunas eólicas mais ou menos antigas em plataformas supralitorais sobre-elevadas, penetrando em direção ao interior em areias holocénicas, pleistocénicas e mais raramente em cascalheiras e arenitos desagregados pliocénicos. Nas áreas de contacto com substratos mais compactos como seja a Formação da Marateca, podem apresentar codominância do carvalho-anão (*Quercus lusitanica*) e ericáceas (*Erica australis*, *Erica umbellata* e *Calluna vulgaris*), sendo que no Município de Palmela surgem, principalmente, ao longo dos relevos com os afloramentos destas formações entre Ruivos e Arrociada, nomeadamente no Pinhal da Marquesa e Pinhal das Formas.

A *Armeria rouyana* está incluída na Directiva Habitats (Directiva n.º 92/43 CEE)⁶² como sendo uma espécie vulnerável, em perigo de extinção e de conservação prioritária, sendo os seus factores de ameaça, a destruição do *habitat* e o abandono das práticas silvícolas tradicionais. É uma espécie que ocorre no mundo apenas nos terrenos arenosos enxutos das bacias do Tejo e Sado e no sistema paleodunar entre a Comporta e Sines, sendo que núcleo com maior relevância é o da subpopulação sadina na margem esquerda do Sado, nas áreas dos Pinhais da Marquesa e das Formas.

Outros táxones vegetais dignos de estatuto de protecção presentes neste pinhal são a *Armeria pinifolia* e o *Thymus capitellatus*. O *Thymus capitellatus* (Tomilho-de-cabecilha) é uma espécie endémica lusitana (Tejo/Sado e Costa Vicentina) que se destaca também na Arrábida no interior e a norte do altiplano, em matos e matagais esclerófitos e silícolas e encontra-se listado no Anexo B-IV da Directiva 92/43/CEE. É

⁶¹ Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, relativo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, que procedeu à transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, relativa à conservação das aves selvagens (directiva aves) e da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (directiva habitats).

⁶² Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, *idem*.

uma espécie bastante frequente na região e que se encontra em equilíbrio com as práticas culturais associadas à exploração vegetal típica na região (Neto, 1999).

Além destas espécies, referem-se outras importantes para a conservação, como o *Quercus suber*, o *Quercus lusitanica* (Carvalho-anão, Carvalhiça ou Cerqueiro-bravo, endemismo ibero-ocidental) e o *Quercus coccifera*. Salientam-se ainda *Halimium alyssoides* (Erva-de-oiro), *Ulex australis welwitschianus* (Tojo-durázio, endemismo sadense e costeiro vicentino), *Stauracanthus genistoides* (Tojo-chamusco, Tojo-bonito ou Tojo-manso, endemismo ibérico), *Erica umbellata* (Torga, que está incluída na Diretiva Habitats 4030 – *Charnecas secas europeias*), *Lavandula pedunculata lusitanica* (Rosmaninho, endemismo português), *Calluna vulgaris* (Queiró, também no Habitat 4030 – *Charnecas secas europeias*), *Corema album* (Camarinheira, endemismo ibérico) e *Euphorbia transtagana* (anexos B-II e IV da Directiva Habitats).

Ao nível da vegetação, a formação climax da região é a série de vegetação termomediterrânica subhúmida de *Oleo sylvestris-Quercetum suberis*, surgindo como uma comunidade florestal com um espectro biológico muito completo, dominada no estrato arbóreo por *Quercus suber* e que representa a vegetação florestal potencial dos ecossistemas típicos dos solos psamofílicos (Neto, 1999). Constitui a etapa climácica, ou seja, a partir da qual não é possível atingir estágio de maior estabilidade e desenvolve-se, geralmente, em solos sobre areias pobres em carbonatos e moderadamente ácidos, com compensação edáfica em humidade pela proximidade de formações areníticas e conglomeráticas do Plioplistocénico.

A Classe *Quercetea ilicis* coloniza as dunas estabilizadas e podzolizadas longe da influência do mar e das brisas marítimas, onde constitui uma comunidade permanente devido à pobreza do solo em nutrientes. Na área situada entre Brejos da Moita, Casa do Guarda e a encosta virada a Oeste e Noroeste dos relevos de Arrociada e ainda na Quinta do Pandão, áreas confinadas, nas proximidades de linhas de água ou depressões húmidas, assinalaram-se zonas vestigiais da associação *Myrto communis-Quercetum suberis*.

Nos locais com menores valores de humidade e onde o medronhal tem dificuldades de sobrevivência são as murteiras de *Myrto communis* que se apresentam em substituição do sobreiral, como é o caso dos locais acima referidos. Os Sobreirais de *Myrto-Quercetum suberis* são maioritariamente constituídos por espécies de substratos duros como *Erica umbellata*, *Ulex welwitschianus* ou *Quercus lusitanica*. Segundo Neto (1999), estes sobreirais que ocupariam outrora grandes extensões, atualmente apenas se encontram em pequenas manchas nas vertentes dos vales dos ribeiros, de terreno mais acidentado e onde a agricultura não entrou. Nas restantes zonas, os sobreirais foram convertidos em campos agrícolas, muitos já abandonados e colonizados por matos de recuperação em etapas basais monoespecíficas dominadas por *Cistus salvifolius* e *Cistus ladanifer*, dado que a mobilização provocada pela agricultura conduziu a uma profunda degradação dos solos.

São áreas em que a vegetação potencial poderá ser apenas um sobreiral psamofílico de *Oleo-Quercetum suberis*, daí a importância da preservação dos pequenos núcleos dos sobreirais de *Myrto-Quercetum suberis* onde os solos sobre arenitos e conglomerados se mantêm pouco alterados com espécies exclusivas de estratos duros, que nunca colonizam regossolos psamíticos, e impedem a entrada de espécies exclusivamente psamofílicas.

À medida que se contacta com paleodunas surge gradualmente a associação *Daphno gnidii-Juniperetum navicularis* endémica de Portugal da região do Sado. A natureza do solo, areias soltas, e o clima da região favorecem aqui a presença de elementos especializados, como *J. navicularis* ou também *Stauracanthus genistoides* e *Thymus capitellatus* igualmente endémicos. Esta comunidade, no caso de estar num estado de desenvolvimento ótimo, constitui um microbosque mais ou menos denso e por vezes alto, dominado pelo endemismo *J. navicularis*, que constitui a etapa madura do sistema e que na ausência de sobreirais nas dunas estabilizadas, devido à pobreza do solo em nutrientes e à profundidade das areias, constitui a comunidade vegetal mais evoluída e madura do sistema.

A associação de zimbral sadense *Daphno gnidii-Juniperetum navicularis* encontra-se em locais bem preservados e com menor mobilização de solo, nomeadamente na área a Leste do Aterro sanitário, próximo da Vala de Água Doce e a Sueste da Casa do Guarda, onde, apesar de se tratar de uma área intervencionada no passado com extracção de inertes, mantiveram solos de melhor qualidade que recuperaram o seu coberto vegetal.

De acordo com Neto (1999), nos inventários onde a associação *Daphno gnidii-Juniperetum navicularis* apresenta maior vitalidade e menor perturbação antrópica é frequente a constituição de uma importante cobertura de líquenes arenícolas de *Cladonia sp.*, fitocenose muito frágil e sensível ao pisoteio.

A maior parte das formações encontradas no Município localizam-se principalmente na bacia do Tejo e possuem um elevado interesse porque ainda podem ser, em muitos casos, definidas estruturas contínuas com alguma dimensão. Estes sabinais que colonizam dunas antigas, por vezes podzolizadas representam o climáx climático, tendo sido encontrados no Pinhal das Formas e no Pinhal das Marquesas, núcleos relevantes com alguns exemplares de *J. navicularis* (Neto, 1999).

Nos solos arenosos mais evoluídos profundos e humificados, surgem os zimbrais termomediterrânicos sub-húmidos, endémicos do litoral entre Tejo e Mira com *Juniperus navicularis* e *Quercus lusitanica*. A associação *Junipero navicularis-Quercetum lusitanicae* com elevada densidade é dominada por *Quercus lusitanica*, espécie que apresenta preferência por solos siliciosos ácidos (Neto, 1999). Os matos rasteiros de *Quercus lusitânica*, são um endemismo ibero-ocidental considerados em perigo de extinção. Estes Zimbrais com carvalhiça, de porte arbustivo alto que constituem o climax nas dunas do Superdistrito

Sadense, encontraram-se a sul da linha ferroviária, na vertente norte e noroeste do vértice veodésico (VG) de Arrociada e igualmente nas vertentes com a mesma orientação do VG de Carrasqueira, próximo à Vala de Água Doce. A área está rodeada, no entanto, de agricultura e alguma edificação. Refletem o contacto com tomilhões de *Thymo capitellati-Stauracanthetum genistoides* típico das dunas interiores estabilizadas, muitas vezes com a etapa cabeça de série *Oleo-Quercetum suberis*.

A área do VG de Arrociada, onde surgem alguns solos de melhor qualidade, mantém um coberto de *J. navicularis* por uma área que se estende até à suinicultura “Quinta dos 3 Irmãos” e aos limites da AUGI de Pinheiro Ramudo a Norte, onde surge a *Armeria rouyana*, cuja área se estende então na direcção de Casa do Guarda. A oeste e norte do VG, regista-se a presença de *Quercus lusitanica*, *J. navicularis*, *Corema album*, *Stauracanthus genistoides*, *Calluna vulgaris*, *Erica umbellata*, *Erica australis*, *Ulex australis welwitschianus*, *Lavandula pedunculata lusitanica*, *Cladonia mediterranea* e contato com urzais-tojais de *Erico umbellata-Ulicetum welwitschiani*.

A classe *Calluno-ulicetea* de matos acidófilos encontrou-se em várias áreas deste pinhal com bastante frequência. Nesta classe regista-se no Município a associação *Erico umbellata-Ulicetum welwitschiani*, típica de arenitos plio-pleistocénicos e sistemas dunares podzolizados e endémica do Sudoeste de Portugal - sector Ribatagano Sadense e sector mais setentrional do Superdistrito Costeiro Vicentino (Neto, 1999). Esta comunidade acidófila ocupando podzóis decapitados sobre areias e formações areníticas é dominada pelo endemismo Sadense e Costeiro Vicentino, *Ulex australis welwitschianus*, incluindo também *Quercus lusitanica* e *Erica scoparia* que prefere solos húmidos e se encontra quase exclusivamente nas vertentes de vales, sendo raro no Superdistrito Sadense (Neto, 1999). Esta associação pode ser encontrada a leste do Aterro Sanitário, no Pontão, a sueste de Casa do Guarda e ainda junto aos pivots de rega que existem a sul mais a montante, na área dos furos de captação municipal do Pinhal das Formas.

A associação *Erico umbellata-Ulicetum welwitschiani*, é um mato denso que origina matéria orgânica ácida que se acumula sob a forma de húmus tipo “mor”. A presença de uma camada geológica impermeabilizando o sistema dunar pela base, proporciona condições de hidromorfismo no Inverno. Este estado de encharcamento, esteve na origem da formação dos pódzois, que constituem a base pedológica para esta associação e onde o elenco florístico pode incluir, por exemplo, *Ulex spp.* e *Calluna vulgaris*, principalmente nas áreas mais gresosas. Por destruição dos horizontes superficiais dos pódzois com surraipa, em regra por agricultura, esta formação vegetal torna-se aberta, baixa e com fraco grau de vitalidade que se constitui como etapa permanente da vegetação. A destruição do mato de *Ulex welwitschianus* por corte ou fogo, impossibilita a recuperação destes matos. Os matos de urzes com *Erica cinerea* e *Erica umbellata* incluem-se na Directiva Habitats 4030 – Charnecas secas europeias.

A Classe *Cisto-lavanduletea* está representada pela associação *Thymo capitellati-Stauracanthetum genistoides*. Trata-se de uma comunidade endémica de Portugal da região do Sado, na área compreendida entre a foz do rio Tejo e Melides, típica das dunas interiores estabilizadas dos Superdistritos Sadense e Costeiro Vicentino, muito rica em endemismos psamofílicos como *Armeria rouyana*, *Armeria pinifolia*, *Thymus capitellatus*, *Malcolmia lacera gracilima*, *Stauracanthus genistoides* e que inclui sabinais de *J. navicularis* que colonizam antigas dunas, por vezes podzolizadas.

A associação inclui um estrato de líquenes arenícolas acidófilos em especial do género *Cladonia* sp., muito importante na manutenção da humidade do solo e que são raros nas comunidades degradadas. Este mato de ericáceas da classe *Calluno-Ulicetea*, se possuir condições de solo propícias, poderá evoluir para o sabinal de *J. navicularis*.

Encontraram-se no Pinhal das Formas pequenas áreas de urzais higrófilos de *Caluno-ulicetea* com *Erica ciliaris*, associadas a orlas de depressões húmidas, constituindo o habitat 4020 – *Charnecas Húmidas Atlânticas Temperadas* de *Erica ciliaris* da Directiva Habitats. Trata-se de unidades com limitada representatividade regional e onde o seu carácter atlântico lhe dá relevância.

Nesta zona do Pinhal das Formas regista-se um vale encaixado da Vala de Água Doce onde se encontra uma mina abandonada a meia encosta e uma antiga fonte. Na encosta verifica-se uma densa cobertura de *Quercus lusitanica*, *J. navicularis*, *Corema album*, *Stauracanthus genistoides*, *Calluna vulgaris*, *Erica scoparia*, *E. umbellata*, *E. australis*, *Ulex australis welwitschianus*, *Lavandula pedunculata lusitanica*, *Myrtus communis* e *Cladonia mediterranea*.

De salientar que, não obstante a relevância dos valores naturais aqui referidos e identificados, o Pinhal das Formas, como resultado dos processos de metropolização e da ocorrência pontual de fenómenos de edificação pontual, não-planeada e por vezes em contextos de ilegalidade, associado à agricultura e à presença de atividades económicas urbanas (indústria, logística, etc.), apresenta um estado de conservação deficiente, sendo extremamente difícil assegurar a continuidade e a conectividade ecológica com outras áreas.

4.5.2. Pinhal da Marquesa

O Pinhal da Marquesa, identificado no PROT-AML, é constituído por diferentes núcleos arbóreos e matos que se encontram no Município de Palmela em áreas arenosas, predominantemente de paleodunas que se estende a oeste do relevo de Ruivos e que outrora formavam um pinhal mais ou menos contínuo para norte até à Barra Cheia. Estas acumulações arenosas formaram-se em épocas geológicas em que o nível

das águas marinhas era superior ao actual e a linha de costa se situava nesta zona, bem como ainda devido ao transporte de areias pelos ventos.

O Pinhal da Marquesa, segundo o historiador local António Matos Fortuna⁶³, foi outrora o de maior dimensão do Município de Palmela. Na cartografia de 1900 é ainda possível verificar tal facto, quando este pinhal se estendia da aldeia de Quinta do Anjo à Barra Cheia e até aos limites do Pinhal das Formas, com o qual comunicava numa área denominada Azenha. A norte estendia-se até à Chapeleira e Pinhal do Clérigo onde existia um forno de tijolo já no Município da Moita (Pinhal do Forno). O Pinhal da Marquesa insere-se na Região Natural do Sado e Ribatejo, Sub-região Gândara de Setúbal, classificação que tem em conta características homogéneas do ponto de vista natural, geológicas, orográficas e climáticas. Este Pinhal está atualmente muito fracionado e possui os seus núcleos mais extensos já só a norte da Autoestrada A2, nas áreas designadas como Marquesa I, II e III, que correspondem a AUGI com diferentes graus de desenvolvimento e consolidação do ponto de vista legal e urbanístico. Na área da Marquesa I existe uma ligação com o Pinhal das Formas.

Na área da Quinta do Pandão e onde se situa a ETAR da AutoEuropa, entre os Pinhais da Marquesa II e Marquesa I, ocorre ainda uma comunidade de *J. navicularis*, incluindo *Quercus suber*, *Quercus lusitanica*, *Quercus coccifera*, *Thymus capitellatus*, *Corema album*, *Ulex australis welwitschianus*, *Erica umbellata*, *Calluna vulgaris*, *Stauracanthus genistoides*, *Lavandula pedunculata lusitanica* e *Cladonia sp.* O Pinhal do Forno, no Município da Moita, constitui a continuidade desta área em direção ao Esteiro da Moita.

As áreas mais a noroeste do Pinhal da Marquesa, na Barra Cheia, aproximam-se já da Mata da Machada, do município do Barreiro. No local verifica-se ainda, junto ao extremo oeste do Município e dentro do perímetro urbano de Barra Cheia, uma pequena área declivosa, designada na cartografia de 1815 como “Cabeços da Barra Cheia”, com substrato mais consolidado, incluindo cascalheiras e que está ainda revestida por um povoamento de sobreiro, pinheiro e matos evoluídos, com a presença de *Quercus suber*, *Quercus lusitanica*, *Quercus coccifera*, *Juniperus navicularis*, *Thymus capitellatus*, *Myrtus communis*, *Erica australis*, *E. Umbellata*, *E. Scoparia*, *Calluna vulgaris*, *Stauracanthus genistoides*, *Lavandula luisieri*, *Phillyrea angustifolia* e *Pistacio lentiscus*. Na área a Leste, junto do Rio da Moita e da Marquesa II, de areias dunares predomina a vegetação climácica termomediterrânica subhúmida, endémica das paelodunas do litoral sudoeste, com *Juniperus navicularis* e *Daphne gnidium*.

⁶³ FORTUNA, A.M. (2005) *Quinta do Anjo, Terra Singular*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela.

Nas AUGI das Marquesa I II, III, IV e V encontram-se comunidades com *J. navicularis* e *Armeria rouyana*, relativamente bem conservadas, embora rodeadas de edificações, terrenos murados e áreas de coberto vegetal muito degradado.

Na Marquesa II encontram-se núcleos com densidade e razoável estado de conservação de *J. navicularis*. No extremo leste deste pinhal verificam-se ainda algumas áreas de *Armeria rouyana*. Ocorre também vegetação arenícola, endémica do litoral ocidental a sul do Tejo com *Thymus capitellatus* e *Stauracanthus genistoides* (Alves et al., 1998)⁶⁴.

No cômputo geral, os Pinhais da Marquesa I, II e III preservam ainda áreas de concentração e razoável estado de conservação de *Juniperus navicularis*, *Armeria rouyana*, *Thymus capitellatus*, *Quercus suber*, *Quercus lusitanica*, *Corema album*, *Lavandula pedunculata lusitanica* e *Cladonia sp.* As áreas circundantes a estes pinhais possuem também as espécies da flora referidas, embora muitas vezes num estado de menor naturalidade ou onde não permitem ligações às estruturas ecológicas.

Apesar das áreas do Pinhal da Marquesa a sul da A2 serem, atualmente, de menor extensão é ainda possível encontrar algumas comunidades fragmentadas. Nomeadamente em Vila Amélia, Fundo da Vala e Vale de Craveiros, descrevendo um arco que acompanha o relevo da Serra do Louro, trata-se de áreas arenosas sobre arenitos e conglomerados, nalguns casos com afloramentos da Formação Vermelha de Marco Furado. Nos extremos norte e sul da Marquesa IV existem áreas com alguma densidade de *J. navicularis* e de *Armeria rouyana*, bem como ainda *Thymus capitellatus*, *Quercus suber*, *Quercus coccifera*, *Corema album*, *Erica umbellata*, *Lavandula pedunculata lusitanica*, *Fritillaria lusitanica*, *Myrtus communis* e *Cladonia sp.*

A comunidade de *Daphno gnidii-Juniperetum navicularis* está representada a oeste em Vila Amélia, sendo que em alguns locais onde atinge o porte arbóreo. Trata-se de um local de povoamento de pinheiro que já constava na supracita “Carta Topographica Militar do Terreno da Península de Setúbal” de 1815, onde se verifica que o local se designava como “Cilha dos Pinheiros”, sendo possível admitir a hipótese de que estes exemplares já existiriam na época, por a sua altura e largura de tronco apontar para uma idade superior a 100 anos, dado tratar-se de uma espécie de crescimento lento principalmente neste substrato.

A Norte de Cabanas verifica-se que, já na cartografia em 1815, existiam áreas de sobreiro que atualmente estão no local, designando-se então como “Sobral das Lavouras” e “Xaporral” um pouco mais a Leste. A linha de água na área, a Ribeira das Sete Fontes é o principal afluente do Rio da Moita. Esta área estava

⁶⁴ ALVES, J.M et al. (1998) *Habitats naturais e seminaturais de Portugal Continental. Tipos de habitats mais significativos e agrupamentos vegetais característicos*. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza.

envolvida também por uma grande área de montado que se estendia entre Pinheiro da Légua, na Marquesa V e a A2, e da qual ainda subsistem alguns sobreiros.

Na Quinta do Anjo, junto do *Palmela Village*, existe uma área onde se verifica ainda um zimbral de bom porte e densidade. Neste autêntico mostruário do coberto vegetal “tradicional” da região, podem-se considerar as seguintes espécies: *Juniperus navicularis*, *Armeria rouyana*, *Quercus suber*, *Quercus lusitanica*, *Thymus capitellatus*, *Stauracanthus genitoides*, *Erica umbellata*, *Calluna vulgaris*, *Ulex welwitschianus*, *Cladonia sp.* e *Lavandula pedunculata lusitânica*.

De destacar que as áreas do Pinhal da Marquesa destacam-se não só ao nível das associações florísticas presentes com habitats e espécies endémicas, mas também em termos de conservação e proteção do solo, com benefícios ao nível da regularização do regime hidrológico e da redução da erosão.

4.5.3. Pinhal das Espanholas

Identificada como Área Estruturante no PROT-AML esta área é um dos pontos que integram o Corredor Ecológico Sado–Terra dos Caramelos-Pinhal das Espanholas. Este Pinhal situa-se na Biscaia, atualmente é de pequena extensão e constitui o extremo oeste de um pinhal que no passado era mais extenso, como se pode confirmar na cartografia de 1900. Os habitats aqui presentes incluem pinhais e relvados dunares, com espécies raras, sensíveis ou com estatuto de conservação formalmente atribuído, sendo que o substrato paleodunar corresponde ao ótimo ecológico na região para estas espécies.

Trata-se de um sistema paleodunar com uma invulgar concentração de elementos biológicos prioritários de acordo com a Directiva 92/43/CEE e ainda de outras espécies raras com reconhecido interesse para a conservação, como *Armeria rouyana*, *Juniperus navicularis*, *Arenaria algabiensis* e *Diplotaxis siifolia*. Este ambiente paleodunar com grande acumulação de areia fina bem calibrada, muito permeável, com uma rápida lixiviação dos macronutrientes em especial de cálcio, com rara formação de surraipa, forte acidez a pequena profundidade e desidratação, são condições responsáveis pela colonização destas comunidades especializadas e factor limitante à invasão do local por espécies mais generalistas. O Pinhal inclui, além das espécies referidas, bastantes sobreiros. Os solos neste local possuem também elevada sensibilidade à erosão, pelo que o coberto vegetal aqui existente desempenha um importante papel como floresta de proteção.

4.5.4. Terra dos Caramelos

A Terra dos Caramelos abrange grande parte da área entre o Pinhal Novo e o montado de Rio Frio, configurando um espaço de fronteira entre a gândara, com os seus pinhais, e o montado. Nesta área predominam terrenos de natureza argilo-arenosa responsáveis pela retenção das águas das chuvas e a formação de inúmeras lagoas temporárias em cujas margens se desenvolvem matos espontâneos, ecologicamente exigentes e que dificilmente poderiam colonizar situações diferentes. Trata-se de uma área identificada como Área Estruturante no PROT-AML, integrando os Corredores Ecológicos Sado-Terra dos Caramelos-Pinhal das Espanholas e Reserva Natural do Estuário do Tejo-Arrábida-Terra dos Caramelos 1996). A análise da cartografia histórica permite aferir que a área da Charnequinha em 1815 possuía ainda montado, em 1900 estava já convertida para pinhal e na década de 50 do século XX mudou para vinha. Ainda se encontram vestígios das ocupações primitivas, mas de pequena escala e relevância. Trata-se ainda de uma área importante em termos de recarga do aquífero, bem como da conservação e proteção do solo e da regularização do regime hidrológico.

Nesta área a forte acidez conjugada aqui com a prolongada hidratação dos solos, constituem os fatores determinantes para espécies, como é o caso de *Erica erigena*, *Erica lusitanica*, *Molinea coerulea* e *Pinguicula lusitanica*. Outras plantas sensíveis e outrora mais frequentes são por exemplo, *Narcissus bulbocodium* e *Myrica gale*, espécies hoje praticamente extintas na região. Nas margens da albufeira da barragem da Brejoeira, podemos considerar as espécies *Iris pseudacorus* (Lírio-amarelo), *Iris Xiphium* (Maíolos), *Salix sp.* (Salgueiros e Vimeiros), *Populus sp.* (Choupos), *Fraxinus sp.* (Freixos), *Typha sp.* (Tabua), *Arundo donax* (Canaviais), *Juncus sp.* (Juncos), *Phragmites australis*, *Panicum repens*, *Equisetum*, *Scirpus holoschoenus*, *Dittrichia sp.*, *Cyperus sp.*, *Eryginum corniculatum* e *Serapias lingua*.

Trata-se ainda de uma área com abundância de água e alguns maciços arbóreos, o que proporciona que a mesma tenha um povoamento regular ao nível da fauna, com espécies características das áreas Protegidas circundantes, nomeadamente do Parque Natural da Arrábida, da Reserva Natural do Estuário do Sado e da Reserva Natural do Estuário do Tejo. Destacam-se as seguintes espécies de flora e faunas de interesse comunitário:

- *Lutra lutra* (Lontra), referida no Anexo B-IV do supracitado Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro;
- *Narcissus bulbocodium* (Campaínhas-amarelas ou Campaínhas-do-monte), Anexo B-V do Decreto-Lei n.º 49/2005;
- *Ciconia ciconia* (Cegonha-branca), Anexo A-1 do referido diploma;
- *Circus aeruginosus* (Tartaranhão-Ruivo-dos-Paúis), Anexo A-1 *idem*;

- *Hieraaetus pennatus* (Águia-calçada), Anexo A-1 *idem*;
- *Himantopus himantopus* (Perna longa), o que constitui elemento raro na parte central da Península de Setúbal, já que é uma espécie que preferencialmente usa as salinas para nidificar, Anexo A-1 *idem*.

4.5.5. Montado de Rio Frio

A Península de Setúbal produz cerca de 25% da cortiça nacional, a qual alimenta uma importante indústria transformadora e exportadora, sendo que nesta subregião o Município de Palmela é o que possui maior área de sobreiro, cerca de 10.000 ha.

O Montado de Rio Frio constitui uma das áreas estruturantes da Rede Ecológica Metropolitana do PROT-AML e constitui igualmente o habitat 6310 da Directiva Habitats - Montados de *Quercus suber* e/ou *ilex*, pelo que se torna essencial salvaguardar a sua importância como recurso.

Neste sentido, o PROT-AML afirma que o montado da área central Península de Setúbal (Pinhal Novo, Rio Frio e Poceirão) assume grande significado na recarga do aquífero do Tejo/Sado uma vez que se trata de solos sem capacidade de depuração, sendo por isso vital a sua salvaguarda da poluição e manutenção no uso do montado para salvaguardar o referido aquífero, tendo ainda em consideração a conservação da diversidade biológica associada ao montado. De salientar que estes montados preservam populações de espécies raras, e que na sua generalidade se encontram geograficamente afastadas das suas áreas de ocorrência mais características, como é o caso de *Halimium alyssoides* e *Ranunculus bupleuroides*, cujas áreas de ocorrência se localizam em climas mais frios e húmidos do noroeste e centro-oeste do país, cuja ocorrência na AML é excepcional e as populações destas plantas ali existentes, testemunham provavelmente outros climas e condicionantes pretéritas desaparecidas da região. Estas populações, por terem perdido a sua capacidade de se relacionarem geneticamente com as congéneres, terão desenvolvido aspectos particulares contribuindo para a diversificação e enriquecimento genético das respetivas espécies. O montado de Rio Frio regista, na parte sul da albufeira da Barragem da Venda Velha, uma importante comunidade de zimbral de *Juniperus navicularis* e que representa uma das partes mais relevantes do montado ao nível da conservação da Natureza.

De destacar que o corredor ecológico entre os estuários do Tejo e do Sado efectua-se, em grande medida, pelo montado de Rio Frio, via Pinhal das Espanholas, até aos esteiros do Almo e das Moitas no canal da Vaia, na margem direita do canal de Águas de Moura, o que justifica plenamente a sua inclusão nos Corredores e Ligações Estruturantes da Rede Primária da Rede Ecológica Metropolitana (PROT-AML), sendo posteriormente materializado em sede da Estrutura Ecológica Municipal (cf. arts. 37.º, 38.º e,

especialmente, 39.º da proposta de RPDM, bem como o ponto 5.1. Estrutura Ecológica Municipal do Vol. III do Relatório de Fundamentação da revisão do PDM e a ação estratégica 1.1.1 - Manutenção do Montado de Rio Frio prevista em sede do Programa de Execução e Plano de Financiamento).

4.5.6. Matos acidófilos e Lagoas do Poceirão

Conforme as condições geomorfológicas locais surgem no Município algumas lagoas. As lagoas, são um biótopo escasso ao nível local e pouco abundante ao nível regional e nacional, possuindo um interesse muito elevado, pela sua importância no ciclo de vida de muitas espécies da fauna. A vegetação ripícola, marginando as principais linhas de água é também relativamente escassa e engloba geralmente as situações de maior diversidade ao nível da flora e da fauna. A área dos matos acidófilos e lagoas temporárias do Poceirão constitui uma área fundamental para a conservação da biodiversidade. Segundo o PROT-AML possui uma flora reliquial notável extraordinariamente bem preservadas e comunidades vegetais designadas na Directiva *Habitats* 3170* - Charcos temporários mediterrânicos e 3120 - Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas em solos geralmente arenosos do oeste mediterrânico com *Isoetes spp.*

Em Portugal os sistemas dulçaquícolas onde se incluem os cursos de água, sistemas palustres (lagoas temporárias, paúis e turfeiras) e os sistemas que se localizam na proximidade de cursos de água, em solos com lençóis freáticos elevados durante uma parte significativa do ano, constituem áreas de enorme produtividade e diversidade biológica, desempenhando um papel primordial na regulação dos fluxos de água e dos nutrientes. Este local de charcas, lagoas e surgências, possui populações de espécies raras e ameaçadas, pelo que foi assinalado para fins de conservação da natureza no PROT-AML. Esta área localiza-se numa das ligações estruturantes da Rede Ecológica Metropolitana, o corredor ecológico principal da avifauna entre os estuários do Tejo e do Sado.

Neste sentido, as lagoas temporárias constituem locais de elevado interesse biológico apresentando comunidades com características únicas. Da mesma forma, também os paúis apresentam grandes variações de altitude de água e caracterizam-se por apresentar grande densidade de vegetação e riqueza em nutrientes, albergando por isso comunidades biológicas muito ricas e diversas, nomeadamente da fauna terrestre e avifauna. Esta área apresenta uma diferenciação ao nível geológico, sendo uma “ilha” em termos de diversidade geológica na área Leste do município, em que predominam arenitos do Pliocénico, sendo que nesta área de charneca mais elevada existe uma pequena extensão de terrenos de idade muito anterior, do Miocénico, constituída por impregnações calcárias e que apresentam por vezes o aspeto de brecha, sendo parte destas unidades designadas como Complexo greso-calcário de Agualva de Cima. Esta

diferenciação no substrato associa-se um espetro florístico vasto, do fácies mais argiloso ao mais gresoso, ocorrendo os matos deste habitat em condições edáficas caracterizadas por grande hidratação temporária e acidez que constituem condições favoráveis a *Halimium alyssoides*, *Avenula sulcata subsp. Occidentalis* e *Euphorbia transtagana*. Nas clareiras e orlas dos matos ocorrem relvados normalmente bem estruturados, habitat de espécies como a *Iberis ciliata* subs. *Welwitschii* e a *Serratula monardii*.

4.5.7. Pinhais e Montados de Vale de Touros, Vale do Alecrim e Vale de Marmelos

Os pinhais e montados de Vale de Touros, Vale do Alecrim e Vale de Marmelos, são pequenos bosques situados na área central-poente do Município rodeados por áreas urbanas habitacionais e de atividades económicas (Olhos de Água/Lagoínha/Vale de Touros, Palmela, Volta da Pedra, Pinhal Novo e Venda do Vale de Alecrim e Carrascas). Na antiga Mata de Lobos, próximo à Quinta do Chaparro, destacam-se as seguintes espécies: *Quercus suber*, *Quercus lusitanica*, *Thymus capitellatus*, *Calluna vulgaris*, *Corema album*, *Stauracanthus genistoides*, *Ulex welwitschianus*, *Lavandula pedunculata lusitanica* e *Cladonia* sp.

Na área a sul de Venda do Alcaide, registam-se regossolos húmidos e também coluviosolos, onde se desenvolvem alguns montados que se podem enquadrar no corredor ecológico Terra dos Caramelos/Arrábida/Aires preconizado no PROT-AML. Nesta área registou-se a presença das seguintes espécies: *Juniperus navicularis*, *Armeria rouyana*, *Quercus suber*, *Quercus lusitanica*, *Thymus capitellatus*, *Erica umbellata*, *Stauracanthus genitoides*, *Ulex australis welwitschianus*, *Lavandula pedunculata lusitanicae* e *Cladonia* sp..

4.5.8. Montados de Aires

No perímetro urbano de Aires, na Quinta do Portal Branco, existe uma área verde urbana integrada numa área vital do PROT-AML. Trata-se de uma área de relevo movimentado, com vales encaixados, derradeiros contrafortes da cordilheira da Arrábida, em que se destaca a manutenção de alguns montados. No que respeita aos vales encontram-se as seguintes espécies: *Quercus suber*, *Quercus lusitanica*, *Ruscus aculeatus*, *Thymus capitellatus*, *Erica umbellata*, *Stauracanthus genitoides*, *Ulex welwitschianus*, *Cladonia* sp., *Lavandula pedunculata lusitanica* e alguns exemplares arbóreos de *Quercus coccifera*.

Na Quinta Tomé Dias foi possível identificar exemplares de *Quercus suber*, *Quercus coccifera*, *Myrtus communis*, *Juniperus phoenicea*, *Erica arborea*, *Pinus Pinea*, *Ulex australis welwitschianus*, *Lavandula pedunculata lusitanica*, *Lavandula luisieri*, *Corema álbum* e *Thymus capitellatus*.

4.5.9. Montados de Águas de Moura

Na área confinante ao sítio Estuário do Sado da Rede Natura 2000 existem comunidades de *Juniperus navicularis*, *Quercus suber*, *Quercus lusitanica*, *Armeria rouyana*, *Thymus capitellatus*, *Stauracanthus genitoides*, *Ulex welwitschianus*, *Cladonia sp.* e *Lavandula pedunculata lusitanica*. Algumas áreas de montado em redor de Águas de Moura apresentam menor biodiversidade e estado de naturalidade, apesar de serem áreas incluídas, em muitos casos, no Sítio Estuário do Sado.

4.6 Rede Ecológica Metropolitana - Orientações do PROT-AML

A estrutura ecológica metropolitana (EEM) é designada no PROT-AML (Decreto-Lei n.º 68/2002, de 8 de abril) como estrutura metropolitana de proteção e valorização ambiental (EMPVA), sendo o suporte principal da sustentabilidade ambiental, proposta como prioridade essencial a nível da AML.

A EEM / EMPVA é constituída pelos espaços integrantes da rede ecológica metropolitana (REM), pelas áreas incluídas na Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional e Rede Natura, assim como pelas áreas agrícolas, florestais, silvestres e naturais que contribuem de forma decisiva para a sustentabilidade ambiental da AML.

A REM concretiza os espaços e territórios essenciais para a EEM / EMPVA, incluindo as áreas e corredores estruturantes primários e secundários e as áreas e corredores vitais para a AML, que devem ser integrados nos instrumentos de planeamento territorial. A REM apresenta a função de suporte e elemento de conectividade ecológica do sistema ecológico (EEM / EMPVA) da AML.

Entre o conjunto de normas orientadoras, definidas no PROT-AML, de aplicação no Município de Palmela, destaca-se:

Valorizar o património histórico-cultural, utilizando as vantagens associadas à diversidade e interesse dos espaços naturais envolventes.

A conectividade ecológica do Município de Palmela, nomeadamente ao nível regional, é assegurada pelo corredor estruturante primário do Estuário do Tejo – Estuário Sado, definido no PROT-AML, de extrema importância ao nível metropolitano e com vastas áreas de interesse para a conservação da natureza (Parque Natural da Arrábida, Reserva Natural do Estuário do Sado, Sítio Arrábida-Espichel, Zona de Proteção Especial – Estuário do Sado, Sítio do Estuário do Sado, Terra dos Caramelos, Lagoas do Poceirão e Montados de Rio Frio), sendo assim garantidos importantes fluxos de biodiversidade e uma relevante diversidade paisagística.

De forma semelhante, o corredor que efetua a ligação entre o Estuário do Sado e a Ribeira da Marateca, assim como as áreas Arrábida – Espichel - Matas de Sesimbra – Lagoas de Albufeira são uma importante parte e desempenham um papel insubstituível na manutenção das importantes estruturas ecológicas presentes no Município. No entanto, verifica-se a existência de alguns estrangulamentos e interrupções nestes corredores, perigando a sua função primordial e a manutenção de valores naturais relevantes.

Do ponto de vista paisagístico, o Município de Palmela apresenta muita diversidade, que advém essencialmente da crescente imposição humana no território através de formas distintas em contraste com a presença de valores naturais relevantes.

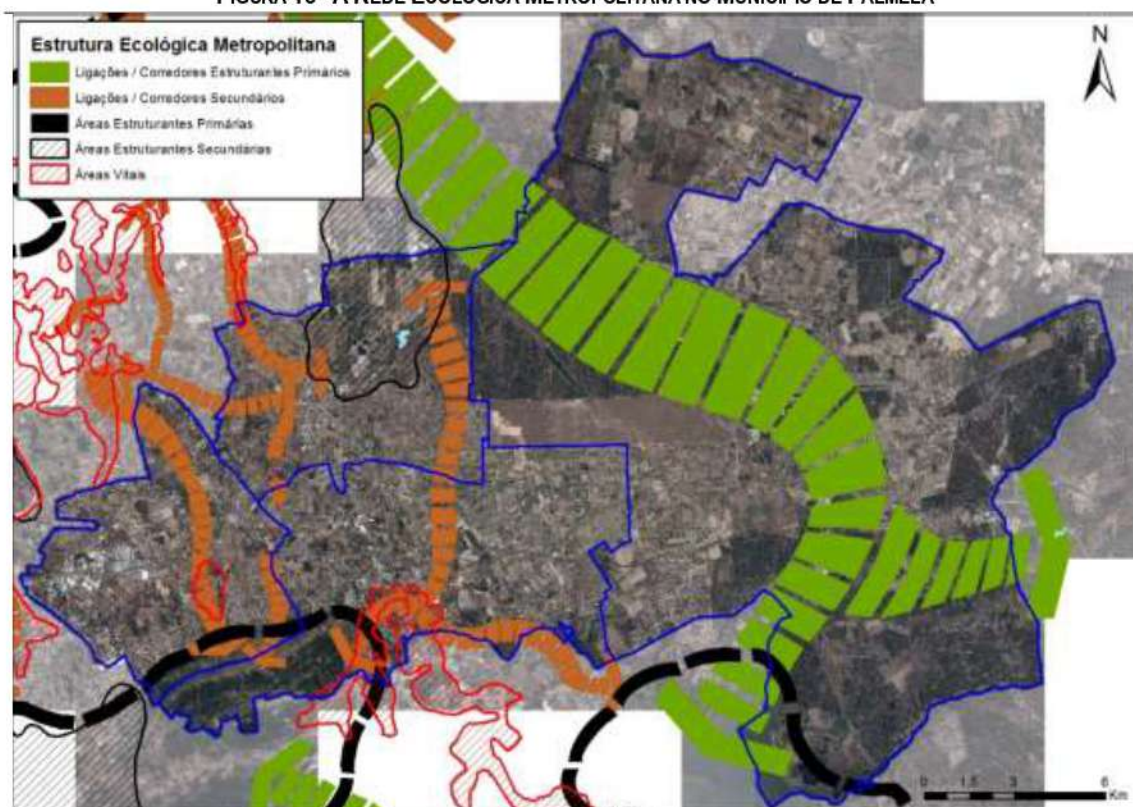
A ocupação industrial tem vindo a fragmentar a paisagem e/ou estrangular linhas de água e corredores ecológicos, acompanhada de uma tendência de destruição em extensão ou fragmentação da paisagem agrária ou florestal com interesse económico, ecológico e paisagístico provocada pela edificação dispersa.

A edificação extensiva, muitas vezes em áreas de REN e RAN, associada a um elevado consumo e impermeabilização do solo tem vindo a ser a causa de muitos dos problemas mencionados com consequente degradação dos ecossistemas e quebra dos fluxos ecológicos.

No caso de Palmela, à dispersão da edificação encontra-se também associado o fenómeno de expansão urbana ilegal, fazendo com que a ameaça à qualidade da água por ausência de tratamento de águas residuais domésticas e industriais, assim como pela existência de explorações agropecuárias com forte recurso a fertilizantes, seja cada vez maior e apenas camuflada pela elevada disponibilidade de água de abastecimento de profundidade de boa qualidade.

As recomendações do PROT-AML para este território, ao nível da Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental concretizada através da Rede Ecológica Metropolitana (REM) e do modelo territorial, consistem essencialmente na consubstanciação de um conjunto de ações e opções urbanísticas que concretizem os principais corredores ecológicos e áreas vitais ou estruturantes para o ambiente e qualidade de vida. O território do Município de Palmela abrange diversas estruturas da rede de áreas estruturantes e ligações ou corredores que constituem a REM, tanto ao nível da Rede Primária como da Rede Secundária (Figura 13).

FIGURA 13 - A REDE ECOLÓGICA METROPOLITANA NO MUNICÍPIO DE PALMELA



Fonte: PROT-AML (2002)

Assim, ao nível da Rede Primária o Município é atravessado por um dos corredores mais importantes desta estrutura – o corredor estruturante primário Estuário do Tejo-Estuário do Sado- o qual efetua a ligação entre estas duas áreas estruturantes primárias muito importantes do ponto de vista da conservação da natureza na AML no que se refere, em especial, à biodiversidade e diversidade paisagística. O território do Município é ainda atravessado por outro corredor estruturante primário que efetua a ligação entre o Estuário do Sado e a Ribeira da Marateca e por duas áreas estruturantes primárias, Estuário do Sado só parcialmente incluído no território da AML, constitui contudo o elemento estruturante localizado mais a sul com especial importância ecológica e paisagística e Arrábida-Espichel - Matas de Sesimbra - Lagoas de Albufeira, constituída por uma unidade terrestre de contraponto às áreas estuarinas de elevada importância Metropolitana e Nacional.

Ao nível da Rede Secundária, a REM identifica um conjunto de áreas com relevância ecológica, dimensão apreciável e importância não só metropolitana como municipal constituídas essencialmente por matas que representam os últimos exemplares da vegetação que cobriu em tempos a Península de Setúbal, designadamente o Pinhal da Marquesa, o Pinhal das Formas e o Pinhal das Espanholas. Estão ainda

presentes, alguns corredores secundários relacionados, essencialmente, com o sistema hidrológico. Por último, verifica-se também a presença de áreas e corredores vitais no território do Município assim como, alguns estrangulamentos contínuos e interrupções na ligação/corredor que põem em causa o funcionamento do sistema ecológico.

4.7 Degradação Ambiental

Foram considerados, para o Município de Palmela, os seguintes focos de poluição e degradação ambiental:

- 1) grande incidência de **unidades agropecuárias** (nomeadamente de suiniculturas e boviniculturas, com dezenas de unidades espalhadas por áreas urbanas, áreas de RAN, REN e montados com encabeçamentos elevados) que causam problemas de poluição hídrica, no que respeita aos cursos de água e lençóis freáticos superficiais, atmosférica (emissões de metano, bem como no que se refere a maus cheiros junto de aglomerados urbanos e grandes vias de comunicação) e propagação de vetores de doenças (insetos, roedores, etc.);
- 2) sobre-utilização de **fertilizantes e pesticidas** na atividade agrícola, os quais potenciam a eutrofização dos cursos de água e destruição dos níveis mais baixos da cadeia alimentar com repercussões indiretas em todos os níveis superiores (nomeadamente redução de efetivos de espécies mais sensíveis e substituição por espécies mais resistentes);
- 3) **abate de sobreiros** e outras espécies protegidas da flora mediterrânica, nomeadamente por pressões imobiliárias;
- 4) **indústrias extrativas** (pedreiras, areeiros, cimentos), nomeadamente a ampliação da pedreira da Serralheira, com problemas de extração abaixo do nível freático (potencial redução da produtividade dos aquíferos confinantes) e potenciais problemas de ruído nos aglomerados urbanos circundantes;
- 5) aumento recente do número de **estaleiros** e de **áreas de venda de automóveis** instalados no Município em espaços urbanos, florestais, RAN e REN, com impactes negativos ao nível paisagístico, existência de resíduos e destruição do coberto vegetal;
- 6) **indústrias transformadoras**, que são potenciais focos de poluição atmosférica e química no Município e nomeadamente nas bacias hidrográficas do Tejo e do Sado;
- 7) **existência de lixeiras** no Município, sobretudo de entulhos e resíduos sólidos urbanos e de **depósitos de sucata**;
- 8) **águas residuais** não tratadas;
- 9) **pressão urbanística** em algumas áreas do Município, nomeadamente no Pinhal Novo e nas Áreas Urbanas de Génese Ilegal, que contribuem para a degradação dos solos e da paisagem.

Torna-se de extrema importância encontrar soluções que minimizem os impactes provocados pelos focos acima descritos.

4.8 Mapa de Ruído

O trabalho desenvolvido no âmbito do Mapa de Ruído para o Município de Palmela incidiu essencialmente no tratamento da cartografia existente e paralelamente em trabalho de campo designadamente levantamentos fotográficos de pontes, viadutos e outros obstáculos que justifiquem atualizações / correções na cartografia existente à data.

Numa primeira fase foi fornecida cartografia à escala 1/1.000 elaborada para os diversos Planos Municipais de Ordenamento do Território, principalmente PU e PP. Apesar de bastante detalhada quer ao nível da altimetria quer ao nível do edificado e toponímia esta cartografia não foi utilizada na construção do modelo inicial por não cobrir a totalidade do território municipal.

Desta forma, para a construção do modelo inicial do mapa de ruído utilizou-se a cartografia à escala 1/5.000. Na elaboração do Modelo Digital do Terreno (MDT) utilizaram-se curvas de nível do terreno e dos taludes de aterro e desaterro das rodovias e pontos cotados.

No que diz respeito ao edificado houve necessidade, numa fase inicial, de compilar toda a informação em diferentes escalas num único ficheiro contendo a delimitação de cada edifício sob a forma de polígono fechado. Por seu turno, cada polígono continha um ponto cotado o qual serviu para atribuir a cota / altura máxima a cada edifício. Desta forma, os edifícios ficaram localizados tridimensionalmente.

Na compilação da informação da rede viária realizou-se uma separação dos vários tipos de estrada em municipais, de terra batida e principais. Esta separação tem particular interesse uma vez que um grande número de estradas não tem qualquer contribuição ou tem uma contribuição extremamente reduzida em termos acústicos no mapa de ruído final à escala do Município (1/10.000 ou 1/25.000). Assim, numa análise preliminar as estradas a levar em consideração na modelação são as denominadas estradas principais que incluem as autoestradas/vias rápidas, as estradas nacionais e algumas estradas municipais. Regra geral, há sempre necessidade de realizar ajustes no MDT e/ou nas estradas de forma a reproduzir o mais fielmente possível a realidade existente. No caso do Município de Palmela foi iniciado esse trabalho para o qual contribuiu positivamente a altimetria fornecida e o trabalho de campo realizado. Paralelamente, esse trabalho também foi iniciado para a rede ferroviária que atravessa no Município. Convém referir que este tipo de trabalho é particularmente demorado pois o fator 3D tem particular importância na construção do modelo acústico.

A principal fonte de ruído no Município de Palmela, a par de algumas zonas industriais, é o ruído originado por tráfego rodoviário. Os parâmetros habitualmente utilizados para caraterizar a emissão sonora de cada via são o TMH (Tráfego Médio Horário) ou TMDA (Tráfego Médio Diário Anual), a percentagem de veículos pesados, o tipo de piso, a inclinação da via e velocidade máxima de circulação dos veículos. Se no caso dos três últimos parâmetros eles podem ser obtidos com alguma facilidade mediante trabalho de campo,

tal pode não ser suficiente no caso do volume de tráfego e da percentagem de veículos pesados pois são necessárias amostragens muito grandes que tornariam o prazo de execução do trabalho extremamente alargado. Neste último caso, recorre-se geralmente a dados fornecidos pelo IEP (Instituto das Estradas de Portugal, atualmente Infraestruturas de Portugal) ou pelo concessionário da estrada que dispõe de contagens mais detalhadas. O problema é que nem sempre existem esses dados de tráfego para todas as estradas com um volume de tráfego significativo. No sentido de tentar colmatar essa falta de dados serão realizadas, a par das medições de ruído (para efeitos de validação), contagens de veículos.

Os mapas de ruído já elaborados para os vários Planos de Pormenor no Município contêm, em muitos casos, dados de tráfego. Porém, estes não se encontram devidamente localizados no espaço pelo que não se consegue tirar partido deles no sentido de poderem fornecer algumas indicações úteis sobre o tráfego na respetiva envolvente.

Relembremos que o mapa de ruído não é elaborado com base em medições de ruído, mas com base num modelo 3D. As medições têm como único objetivo verificar se há desvios entre os níveis medidos no terreno e os níveis calculados pelo modelo e se necessário corrigir esses mesmos desvios. O *software* de modelação utilizado, só por si, já foi validado com várias medições de longa duração em diversos locais sendo por isso uma garantia de rigor na modelação.

Com a transposição da Directiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho, para a ordem jurídica interna, procedeu-se a ajustamentos ao regime legal sobre poluição sonora, impondo-se a obrigação de recolha e de disponibilização de informação ao público, relativa aos níveis de ruído ambiente, sob a forma de mapas estratégicos de ruído, de acordo com critérios definidos ao nível comunitário, e com a utilização de indicadores e métodos de avaliação harmonizados.

Competindo às câmaras municipais a elaboração dos mapas de ruído no contexto da alteração e ou revisão dos planos directores municipais e dos planos de urbanização, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, procedeu a Câmara Municipal de Palmela, por deliberação de 20 de julho de 2011, à aprovação do Mapa do Ruído do Município de Palmela, o qual pode ser consultado nos sítios da Agência Portuguesa do Ambiente, www.apambiente.pt/, e da Câmara Municipal de Palmela, <https://www.cm-palmela.pt/viver/ambiente/mapa-de-ruído>.

5. Património Arquitetónico e Arqueológico

O património, seja qual for a sua vertente, assume-se como um elemento fundamental da identidade de um lugar, sendo a sua preservação e valorização uma componente essencial na estratégia de desenvolvimento a definir para o Município. Deverão ser identificadas as suas potencialidades e delineadas estratégias de atuação que encarem o património municipal como um potencial polo dinamizador, tentando sempre que possível conciliar a preservação com a utilização, conferindo uma maior flexibilidade na reconversão de usos.

O Município de Palmela possui uma riqueza patrimonial assinalável, tornando-se, por isso fulcral a identificação e a preservação de todos os bens e testemunhos que constituem o património cultural local.

O diagnóstico do património cultural de Palmela tem sido realizado ao abrigo da Lei do Património em vigor - Lei 107/2001, de 8 de setembro - que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. De acordo com o referido na alínea c) do Artigo 6.º desta Lei “a política do património cultural obedece aos princípios gerais de: (...) coordenação, articulando e compatibilizando o património cultural com as restantes políticas que se dirigem a idênticos ou conexos interesses públicos e privados, em especial as políticas de ordenamento do território, de ambiente, de educação e de formação, de apoio à criação cultural e de turismo”. Os instrumentos de gestão territorial são, entre outros, instrumentos do regime de valorização dos bens culturais.

O trabalho de inventariação do património cultural do Município tem vindo a ser desenvolvido e atualizado pela Divisão de Cultura, Desporto e Juventude entidade municipal com competência nesta matéria. A Carta do Património do Município de Palmela encontra-se elaborada à luz da atual legislação, encontrando-se vertidos para o presente relatório, peças desenhadas e documentos anexos, do processo de revisão do PDM.

Numa vertente mais direcionada apenas para a Vila de Palmela, sede histórica do Município de Palmela e outrora de uma vasta extensão territorial na Península de Setúbal foi criado em 1998 o Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, tendo atualmente por missão a promoção de uma estratégia global e integrada para a requalificação do Centro Histórico da Vila de Palmela. As suas principais competências e campo de atuação são as seguintes:

- Colaborar na promoção de programas e ações de desenvolvimento, integrando as dimensões social, económica e cultural;
- Promover parcerias com instituições públicas e ou privadas, para atração e fixação de novos equipamentos de dimensão cultural e ou turística;

- Mobilizar a população residente para participar em projetos e ações a desenvolver nas diversas valências;
- Inventariar e caraterizar o património construído;
- Desenvolver projetos de recuperação de áreas e de imóveis;
- Promover e dinamizar ações com o objetivo de conservar, manter e beneficiar o património construído;
- Propor a classificação de edifícios com valor patrimonial;
- Promover e implementar planos de pormenor no centro histórico;
- Promover a modernização de infraestruturas e transportes;
- Incrementar programas de financiamento destinados à reabilitação urbana.

Para além do exaustivo trabalho de inventariação e proteção do património cultural, a CMP promove, quer através do Museu Municipal, quer através do serviço de Turismo, um vasto conjunto de atividades de educação patrimonial e visitas guiadas, destinadas sobretudo a grupos escolares, fulcrais para a valorização e divulgação dos valores patrimoniais municipais.

Assim tomando como referência o definido pela Direção Geral do Património Cultural, para o conceito de património imóvel explicitam-se nos pontos seguintes os principais aspetos relativos aos bens de interesse cultural relevante do ponto de vista *histórico, arqueológico, arquitetónico, artístico, etnográfico, científico, industrial ou técnico*, em função da análise e avaliação que deles foi feita em termos do seu valor *de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade*.⁶⁵

⁶⁵ <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/>

5.1 Património Arquitetónico

A riqueza do património do Município é reconhecida, estando patentes a grande maioria dos exemplares na Vila de Palmela. Procede-se de seguida a uma síntese da caracterização de alguns dos edifícios mais notáveis do património municipal.

O Castelo de Palmela é sem dúvida o conjunto arquitetónico de maior relevância no panorama patrimonial municipal. Exerceu ao longo dos séculos um importante papel de posto de vigia, comunicação e controle do território que se estende do Tejo ao Sado. No interior da muralha encontra-se a Igreja de Santa Maria do Castelo, provavelmente do século XIII e atualmente em ruínas, e a Torre de Menagem edificada no século XIV. O Castelo que hoje se conhece resulta de sucessivas intervenções (reparações, reconstruções e ampliações) que terão terminado no século XVIII.

No interior da cerca primitiva do Castelo encontra-se ainda a Igreja de Santiago, classificada como Monumento Nacional, datada da 2ª metade do século XV, enquadrada na última fase do tardo-gótico. Os painéis de azulejos do interior são dos séculos XVII e XVIII. O Convento de Santiago foi edificado em finais do século XVII e é atualmente uma Pousada.

Como já se referiu o Centro Histórico de Palmela possui uma proteção própria. No seu interior é possível encontrar exemplares de habitações características da sua arquitetura corrente bem como alguns edifícios de valor histórico-artístico assinalável – como por exemplo: o edifício dos Paços do Concelho – e ainda exemplares de arquitetura representativa de épocas mais recentes, com interesse patrimonial que importa proteger e valorizar.

No Centro Histórico encontram-se:

- A Igreja Paroquial de S. Pedro, do século XVI, que possui um revestimento de azulejos de enorme beleza datado do reinado de D. João V. O seu interior foi, entretanto, destruído num incêndio em 1713 e a sua fachada é posterior ao terramoto de 1755, uma vez que este destruiu a original. Este edifício, de relevante interesse municipal, encontra-se proposto para classificação necessitando, por conseguinte, da elaboração de um levantamento arquitetónico.
- A Igreja da Misericórdia, edificada no final do século XVI, possuindo a particularidade de ser constituída por uma só nave com um notável revestimento de azulejos do século XVII do tipo “tapete”, encontrando-se presentemente classificada como Monumento de Interesse Público. O antigo Hospital da Misericórdia, contíguo à igreja, também está classificado como Imóvel de Interesse Municipal desde 2001.

- O Pelourinho de Palmela data de 1645 e está classificado como Monumento Nacional desde 1910. Construído em lioz, ostentando as armas reais de D. João IV, localizando-se no largo fronteiro à Igreja da Misericórdia.
- A Capela de S. João Batista, data do século XVII. A profanação de que foi alvo no reinado de D. Maria I deixou-a despojada de praticamente todo o seu espólio, estando o que restou depositado na Igreja de S. Pedro. Esta capela foi classificada como Imóvel de Interesse Municipal em 1997.
- O Chafariz D. Maria I, numa das entradas da Vila de Palmela, remonta ao ano de 1792. Encontra-se classificado como Monumento de Interesse Público desde 2012.
- O Cineteatro S. João foi construído em 1949, inaugurado em 1952 e encerrado ao público em 1981, enquanto sala de cinema. Entretanto a sua aquisição pela Câmara Municipal de Palmela reabriu-o como espaço cultural em 1991. Em 2012 foi concluído o seu processo de classificação como Monumento de Interesse Público.

Em Quinta do Anjo assinala-se a Sociedade de Instrução Musical classificada como Monumento de Interesse Municipal.

Em Cabanas encontra-se a Capela de São Gonçalo, templo de romaria que se julga ter sido edificado no século XVI. Esta Capela possui a sua particularidade na sua planta octogonal e alpendrada hipostila. Está classificado como Imóvel de Interesse Municipal desde 2002.

Construída por volta de 1930, a Estação de caminho-de-ferro de Pinhal Novo, é um exemplar característico da arquitetura ferroviária do início do século XX, estando o seu interesse patrimonial associado aos 23 painéis de azulejos que possui. A Torre de Sinalização e Manobra foi inaugurada em 1938 é considerado um edifício funcionalista notável, tendo sido classificado como Imóvel de Interesse Municipal em 2002.

A Herdade de Rio Frio situa-se na freguesia de Pinhal Novo e constitui um dos melhores exemplares de arquitetura e urbanismo de finais do século XIX/início do século XX. Originalmente integrava 50.000ha e a sua malha urbana incluía, para além do Palácio de Rio Frio, residências de trabalhadores rurais, uma escola primária, uma capela, cavalariças e picadeiro, adegas e uma sociedade recreativa. Esta herdade sempre possuiu tradições de inovação tecnológica assinaláveis.

Encontram-se presentemente classificados diversos imóveis correspondendo a um esforço significativo por parte das várias entidades envolvidas nesse processo, compreendendo alguns exemplos de interesse municipal. Nas diversas tipologias encontram-se classificados 14 imóveis inventariados pela DGPC, cf.

Quadro 38).

QUADRO 38 - IMÓVEIS E CONJUNTOS CLASSIFICADOS INVENTARIADOS PELA DGPC

Classificação		Designação	Diploma legal / Situação
Património classificado	Monumento Nacional	Castelo de Palmela Inventário DGPC n.º 4.018	<u>Classificação do Imóvel:</u> Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910 <u>Delimitação da Zona Especial de Proteção:</u> Portaria n.º 62/2010, DR, 2ª série, n.º 12, de 19-01-2010 (revogada a Portaria n.º 944/85) <u>Delimitação de Zona Non Aedificandi:</u> Portaria n.º 62/2010, DR, 2ª série, n.º 12, de 19-01-2010 (revogada a Portaria n.º 944/85)
		Grutas da Quinta do Anjo Inventário DGPC n.º 4.019	<u>Classificação do Imóvel:</u> Decreto n.º 23 740, de 5 de abril 1934, DG n.º 79, de 05-04-1934 <u>Delimitação da Zona Especial de Proteção:</u> Portaria n.º 886/2013, DR, 2ª série, n.º 240, de 11-12-2013 <u>Delimitação de Zona Non Aedificandi:</u> Portaria n.º 886/2013, DR, 2ª série, n.º 240, de 11-12-2013
		Igreja de Santiago de Palmela (compreendendo o Túmulo de D. Jorge de Lencastre) Inventário DGPC n.º 4.020	<u>Classificação do Imóvel:</u> Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910 <u>Delimitação da Zona Especial de Proteção:</u> Portaria n.º 62/2010, DR, 2ª série, n.º 12, de 19-01-2010 (revogada a Portaria n.º 944/85) <u>Delimitação de Zona Non Aedificandi:</u> Portaria n.º 62/2010, DR, 2ª série, n.º 12, de 19-01-2010 (revogada a Portaria n.º 944/85)
		Pelourinho de Palmela Inventário DGPC n.º 4.021	<u>Classificação do Imóvel:</u> Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910 <u>Delimitação da Zona Especial de Proteção:</u> Portaria n.º 62/2010, DR, 2ª série, n.º 12, de 19-01-2010 (revogada a Portaria n.º 944/85) <u>Delimitação de Zona Non Aedificandi:</u> Portaria n.º 62/2010, DR, 2ª série, n.º 12, de 19-01-2010 (revogada a Portaria n.º 944/85)
	Monumento de Interesse Público	Cineteatro S. João Inventário DGPC n.º 74.229	<u>Classificação do Imóvel:</u> Portaria n.º 740 BR/2012, DR, 2ª série, n.º 248 – suplemento, de 24-12-2012 <u>Delimitação da Zona Especial de Proteção:</u> Portaria n.º 740 BR/2012, DR, 2ª série, n.º 248 – suplemento, de 24-12-2012
		Igreja da Misericórdia de Palmela Inventário DGPC n.º 1.139	<u>Classificação do Imóvel:</u> Portaria n.º 740-AV/2012, DR, 2ª série, n.º 248 – suplemento, de 24-12-2012; Declaração de Retificação n.º 447/2013, DR, 2ª série, n.º 70, de 10-04-2013 <u>Delimitação da Zona Especial de Proteção:</u> Portaria n.º 740-AV/2012, DR, 2ª série, n.º 248 – suplemento, de 24-12-2012; Declaração de Retificação n.º 447/2013, DR, 2ª série, n.º 70, de 10-04-2013
		Chafariz D. Maria I Inventário DGPC n.º 74.238	<u>Classificação do Imóvel:</u> Portaria n.º 662/2012, DR, 2ª série, n.º 215, de 07-11-2012 <u>Delimitação da Zona Especial de Proteção:</u> Portaria n.º 662/2012, DR, 2ª série, n.º 215, de 07-11-2012
	Sítio de Interesse Público	Castro de Chibanes Inventário DGPC n.º 9.023	<u>Classificação do Sítio:</u> Portaria n.º 420/2011, DR 2ª série, n.º 54 de 17-03-2011 <u>Delimitação da Zona Especial de Proteção:</u> Portaria n.º 420/2011, DR 2ª série, n.º 54 de 17-03-2011
	Monumento de Interesse Municipal	Sociedade de Instrução Musical Inventário DGPC n.º 74.797	<u>Classificação do Imóvel:</u> Aprovada na reunião de Câmara de 21 de maio de 2014, de acordo com o exposto nos termos da alínea t), do ponto 1., do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 6 do artigo 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. Publicada através do Edital n.º 122/DADO/DAG/2014 em 19 de junho. <u>Delimitação da Zona Especial de Proteção:</u> Sem ZEP
		Museu da Música Mecânica Sem n.º no Inventário DGPC	<u>Classificação do Imóvel:</u> Aprovada na reunião de Câmara 13 de janeiro de 2021, de acordo com a al. t), do n.º 1 do art.º 33.º, do Anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e n.º 6, do art.º 15.º, dos n.os 1 e 2, do art.º 25.º, e n.º 1 do art.º 94.º, da Lei de Bases do Património Cultural - Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro - bem como o art.º 57.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro. Declaração de conclusão do procedimento de classificação do Museu da Música Mecânica como monumento de interesse municipal através do Aviso n.º 2067/2021, DR n.º 21/2021, de 1 de fevereiro de 2021 <u>Delimitação da Zona Especial de Proteção:</u> Sem ZEP
	Imóvel de Interesse Municipal	Capela de São João Batista Sem n.º no Inventário DGPC	<u>Classificação do Imóvel:</u> Decreto n.º 67/97, de 31 de dezembro <u>Delimitação da Zona Especial de Proteção:</u> Sem ZEP própria. Está inserida na ZEP conjunta do Castelo de Palmela, Igreja de Santiago e do Pelourinho de Palmela e na ZEP do Cineteatro S. João.
		Capela de São Gonçalo Inventário DGPC n.º 473	<u>Classificação do Imóvel:</u> Deliberação da Assembleia Municipal de 25 de junho de 2002 <u>Delimitação da Zona Especial de Proteção:</u> Sem ZEP
		Adega da Herdade Algeruz Inventário DGPC n.º 74.289	<u>Classificação do Imóvel:</u> Câmara Municipal de Palmela: Edital n.º 88 DAF-DAG/2008, de 19-12-2008 <u>Delimitação da Zona Especial de Proteção:</u> Sem ZEP
		Torre de Sinalização e Manobra da Estação Ferroviária de Pinhal Novo Inventário DGPC n.º 72.631	<u>Classificação do Imóvel:</u> Deliberação da Assembleia Municipal de 25 de junho de 2002 <u>Delimitação da Zona Especial de Proteção:</u> Sem ZEP

Fonte: Património Classificado e em vias de Classificação, DGPC - Direção-Geral do Património Cultural,
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/result/?concelho=2813&records=10&page=1> (última consulta em 05/02/2021)

Para além dos imóveis já classificados existem alguns, cujo valor patrimonial se pretende que seja reconhecido, havendo, portanto, interesse por parte do Município em classificá-los como Imóveis de Interesse Municipal. Nesta situação, a ser objeto de estudo mais aprofundado, estão os seguintes imóveis:

- O Convento de Nossa Senhora da Conceição dos Frades Franciscanos Capuchos de Alferrara;
- O Convento de Nossa Senhora da Consolação de Frades da Ordem de São Paulo, de Alferrara;
- A Igreja de S. Pedro;
- Conjunto Urbano da Herdade de Rio Frio, valor de relevante interesse patrimonial;
- Conjunto que inclui o antigo edifício da Estação Ferroviária de Pinhal Novo e a Torre de Sinalização e Manobra Ferroviária, esta da autoria do arquiteto Continelli Telmo (que está classificada como imóvel de Interesse Municipal). Entretanto desconhece-se o estado de conservação da Torre, sendo que, a antiga estação, se encontra muito adulterada, fruto das obras de remodelação, entretanto levadas a cabo aquando da construção da linha de caminho-de-ferro do eixo norte-sul de ligação entre Setúbal e a Gare do Oriente em Lisboa;
- Edifício dos Paços do Concelho;

Refere-se ainda como importante a necessidade de, no transcurso da vigência do presente documento, dar conclusão material à metodologia contida no relatório *Para a conceção da Carta do Património do Concelho de Palmela*, desenvolvido pela Divisão de Cultura, Desporto e Juventude da CMP. Deste documento faz parte o Inventário Sumário do Património Histórico Edificado. Este inclui elementos arquitetónicos isolados, edifícios e conjuntos edificados com potencial valor patrimonial, podendo vir a ser proposta futuramente a sua classificação.

5.2 Património Vernacular

Existe ainda um conjunto de valores patrimoniais importantes, ligados às tradições e à vida das populações com especial significado, vindo a ser alvo do interesse do Município, dos seus técnicos e investigadores. Neste contexto encontram-se nomeadamente, os Moinhos de Vento, Chafarizes, Fontes, Tanques e Lavadouros que evidenciam a importância da Água na vida comunitária e urbana; outros ainda ligados à produção de bens alimentares essenciais, como é o caso da produção do Azeite (Lagares) e do Vinho (Adegas).

Num estudo desenvolvido pelos serviços de património cultural do Município da autoria de Cristina Vinagre Alves, publicado no n.º 3 do Boletim do Museu Municipal de Palmela, “+Museu”, março de 2004, sob o título “a voz dos Ventos na voz das Gentes!”, apresentam-se algumas referências que permitiram conhecer melhor os Moinhos de Vento existentes em Palmela, assim como as vivências testemunhadas pela população e antigos trabalhadores.

“Em Palmela, encontram-se algumas referências a moinhos de vento na documentação da Ordem de Santiago, no século XVII. (...), no entanto é com a Carta Topográfica Militar do Terreno da Península de Setúbal de 1816, que se podem quantificar os engenhos então existentes em Palmela e, dar-lhes identidade própria, através da atribuição, aí referenciada, do nome para alguns deles”.

Com base naquela cartografia foi, portanto, possível identificar 13 moinhos de vento.

Decorrente do estudo suprarreferido realizado pelos serviços municipais de Património Cultural em 2004, que constitui o atual inventário dos Moinhos de Vento de Palmela, este número ascende para 18, tendo a seguinte designação:

- 1 - Moinho da Fonte do Sol
- 2 - Moinhos dos Anjos ou Moinhos da SAPEC
- 3 - Moinho III do Louro
- 4 - Moinho II do Louro
- 5 - Moinho I do Louro
- 6 - Moinho do motor
- 7 - Moinho Novo
- 8 - Moinho da Força
- 9 - Moinho II da Serra do Louro
- 10 - Moinho I da Serra do Louro
- 11 - Moinho da Esplanada
- 12 - Moinho da ponta

- 13 - Moinho do Meio
- 14 - Moinho do Doutor
- 15 - Moinho de Aires
- 16 - Moinho do Parrela ou Moinho de Aires
- 17 - Moinho do Capitão ou Moinho de Valenções
- 18 - Moinho da Páscoa

Maioritariamente estão implantados na Serra do Louro, sendo que apenas um destes exemplares se mantem em funcionamento, tendo sido os restantes adaptados para habitações ou encontrando-se em estado de ruína.

O interesse pelos Moinhos de Vento e a sua divulgação na comunidade local e também particularmente, na comunidade escolar, levou a que em 2000 fosse celebrado um Protocolo entre o Município de Palmela e a empresa *Biosani*, a qual vem desenvolvendo no local, associado a um destes moinhos, a atividade de panificação. Trata-se de um projeto com uma dimensão económica, a produção de pão a partir de farinhas moídas por processos tradicionais e cozedura em forno a lenha, e de uma componente cultural de aprendizagem do fabrico do pão, associando ainda atividades lúdicas como é o caso das Burricadas na Serra do Louro.

Relativamente ao património ligado à água identificam-se alguns chafarizes, fontes, tanques e lavadouros que se constituem como elementos essenciais à vida das populações.

Num estudo desenvolvido e publicado pelos serviços do património cultural do município da autoria de Cristina dos Reis Prata (n.º 2 do Boletim do Museu Municipal de Palmela - novembro de 2003 e na Separata do Boletim n.º 8 – maio/outubro de 2007), são identificados “diversos imóveis desta natureza, de distintas formas, dimensões, ornamentações, materiais e técnicas de construção, mas todas cumpriram igual função: dar de beber às gentes e aos animais: neste sentido, todas apresentam, em maior ou menor número, as respetivas bicas e as bacias recetoras de água”.

São assim identificados no Quadro 39, os seguintes exemplares:

QUADRO 39- PATRIMÓNIO EDIFICADO: ÁGUA

Identificação	Localização	Tipologia	Ano construção	Descrição do imóvel/bem
Chafariz Monumental D. Maria I	Vila de Palmela	Arquitetura pública civil	1792	O atual chafariz resulta de uma remodelação do inicial, de meados do século XVI, mandado edificar pelo último Mestre da Ordem de Santiago, D. Jorge, filho natural de D. João II. Encontrando-se em muito mau estado no século XVIII, foi alvo de obras de acordo com a estética cenográfica barroca, e passa a ostentar as armas régias, aplicadas no corpo central do imóvel e as antigas armas da vila de Palmela, nos corpos laterais. No frontão triangular encontra-se a seguinte inscrição: <i>"PUBLICAEUTILITATI C.D.S.P.Q.R SUB AUSPICCI MARIA I MDCCXCII"</i> . (Transcrição: Para utilidade pública foi feita por resolução do povo, senado e administração do concelho sob a proteção de D. Maria I, 1792). Nesta época terão sido colocados os fogaréus. Os tanques laterais eram usados como bebedouros para o gado.
Tanque da Fonte Nova	Estrada da Calçadinha - Palmela	Arquitetura pública civil	Séc. XIX	Tanque de grande dimensão, construído em pedra e Adobe, apresentando quatro estruturas em ferro que sustentariam um teto de proteção. A sua função Inicial destinou-se a lavagem de roupa. Atualmente encontra-se devoluto.
Fonte do Carvacho	Estrada da Moita - Palmela	Arquitetura pública civil	s.d.	Fonte de abastecimento de Água, localizada num nicho escavado numa parede em alvenaria. É constituída por um tanque em pedra de forma retangular e respetiva bica. Possui dois bancos em pedra destinados à espera e ao descanso.
Fonte do Samouco	Rua do Samouco - Palmela	Arquitetura pública civil	s.d.	Fonte de abastecimento de Água, localizada junto de uma mina de água, protegida por uma porta e acompanhada por um poço. É constituída por uma bica, um tanque em pedra e dois bancos em alvenaria. Apresenta uma laje em pedra com a seguinte inscrição "C.M.P" e um painel de azulejo com a seguinte informação: "Fonte do Samouco recuperada pela Junta de Freguesia de Palmela. junho de 90". Este chafariz é mencionado nas Memórias Paroquiais de 1758, pela virtude das suas águas para os "achacados de pedra e areias"
Fonte de Beber	Rua Afonso de Albuquerque - Palmela	Arquitetura pública civil	Reedificada em 1888	Fonte de abastecimento de Água adossada a um muro empedrado. É constituída por uma bica e um tanque de receção de água com um canal que a conduz até a um lavadouro.
Lavadouro da Fonte de Beber	Rua Afonso de Albuquerque - Palmela	Arquitetura pública civil	Reedificada em 1888	Abastecido pela Fonte de Beber. Apresenta um tanque em pedra e alvenaria. É protegida por um telhado com estrutura de madeira e telhas em cerâmica.

				Exibe uma tabela em mármore com a seguinte inscrição "Câmara Municipal de Setúbal a reedificou em 1888" e um painel em azulejo com a seguinte informação "Fonte de Beber recuperada pela Junta de Freguesia de Palmela, julho 91".
Lavadouro de Santa Ana	Rua Afonso de Albuquerque - Palmela	Arquitetura pública civil	1827	Constituído por dois tanques em pedra, um de grande dimensão e outro menor, destinados à lavagem de roupa. Exibe uma tabela em pedra com inscrições em latim, datada de 1827. Apresenta uma estrutura de proteção em alvenaria e madeira. Num dos pilares que sustenta o telhado encontra-se uma tabela de mármore com a seguinte inscrição: "Construída pela Junta de Freguesia de Palmela Apoio da C. M. P. 1987".
Fonte do Barril	Baixa de Palmela - Palmela	Arquitetura pública civil	1888	Fonte de abastecimento de Água, constituída por um frontão em alvenaria, um tanque quadrangular, em pedra de reduzida dimensão e uma bica. Existência de dois bancos. Apresenta uma tabela em pedra com a seguinte inscrição: "Viação Municipal 1883".
Fonte	Igreja de S. Pedro - Palmela	Arquitetura pública civil	s.d.	Fonte de abastecimento de Água adossada a um muro lateral da igreja de S. Pedro. Construída em alvenaria e pedra. De construção simples e reduzida dimensão. Apresenta uma bica e uma bacia recetora de água.
Fonte	Jardim Venâncio da Costa Lima - Palmela	Arquitetura pública civil	s.d.	Fonte de abastecimento de Água, constituída por um tanque recetor e uma torneira. Revestida com pedras e conchas.
Fonte do Camaral	Lugar do Camaral - Palmela	Arquitetura pública civil	1830	Fonte de abastecimento de Água atualmente devoluta. Construída em alvenaria e pedra. Apresenta uma bica e um tanque recetor e uma inscrição com a seguinte informação: "1830"
Fonte	Largo Marques de Pombal Palmela	Arquitetura pública civil	s.d.	Chafariz tipo Obelisco com aspeto austero para abastecimento de Água. Construído em pedra. Na base, apresenta duas torneiras e duas bacias recetoras e no topo uma estrutura em ferro que sustenta quatro candeeiros. Este tipo de Chafariz, elemento isolado e implantado no centro de praças, generalizou-se no século XIX.
Fonte da Rocha	Baixa de Palmela - Palmela	Arquitetura pública civil	s.d.	Fonte de abastecimento de Água atualmente devoluta. Constituída em alvenaria, pedra e tijolo. Frontão em formato triangular com dois nichos. Apresenta uma tabela com a seguinte inscrição: «Quinta do Vale Formoso Fonte da Rocha». Acompanhada também por um tanque, localizado num nível inferior, ao qual se acede através de onze degraus. É conhecida também por "Fonte Férrea"
Fonte do Olho d'Água	Estrada da Moita – Quinta do Olho d'Água	Arquitetura pública civil	1914	Fonte de abastecimento de Água atualmente devoluta. Construída em alvenaria e pedra. Adossada ao muro da Quinta do Olho d'Água. De construção simples. Apresenta uma bica, uma bacia

				recetora e bancos laterais. Apresenta a seguinte inscrição: «18-6-1914»
Fonte da Estação	Largo da Estação Ferroviária Palmela	Arquitetura pública civil	1926	Fonte de abastecimento de Água construída em alvenaria e pedra. Constituída, num piso inferior, por dois bancos, uma bica e quatro tanques/bebedouros e, no superior, ao qual se acede através de quatro degraus, por uma bica, hoje substituída por uma torneira e uma pequena bacia. Apresenta uma tabela em mármore com a seguinte inscrição: «viação municipal 27 junho 1926».
Chafariz de Aires	Rua António Velge – Aires, Palmela	Arquitetura pública civil	1939	Fonte de abastecimento de Água. É constituído por um frontão em alvenaria, uma bica e dois tanques em pedra, o menor destinado à receção da água e o maior à reserva. Salienta-se a altura equilibrada do muro em relação a esta peça arquitetónica, a existência de bancos laterais e uma conduta que canaliza a água até um lavadouro. As virtudes das águas deste chafariz são mencionadas nas Memórias Paroquiais de 1758, para os achacados de pedra e areias. Apresenta uma tabela com a seguinte inscrição: “C.M.P. Obra concluída em 30.XII.1939”
Lavadouro do Chafariz de Aires	Rua António Velge – Aires, Palmela	Arquitetura pública civil	1939	Abastecido pelo Chafariz de Aires. Constituída por tanques em pedra e alvenaria. Apresenta revestimento de proteção em alvenaria.
Chafariz da Lagoinha	Estrada Nacional 379/2 Lagoinha	Arquitetura pública civil	1976	Chafariz de espaldar, constituído por dois tanques em pedra, o mais pequeno recetor de água e o maior reservatório. Apresenta apenas uma bica. Salienta-se a existência de bancos que serviriam como local de espera e descanso. Uma tabela em pedra mármore, colocada no frontão, apresenta a seguinte inscrição: «Do povo para o povo. 25. 8. 1976».
Fonte da Quinta das Façalvas	Estrada Nacional 379, Quinta das Façalvas - Palmela	Arquitetura pública civil	s.d.	Fonte de abastecimento de Água. Construída exatamente à boca de uma mina, é constituída apenas por uma bica, um tanque em alvenaria e pedra. Apresenta elementos recentemente introduzidos, tais como uma cobertura em madeira e dois pilares em pedra que a suportam. As virtudes das águas desta Fonte são referenciadas nas Memórias Paroquiais de 1758, “para os achacados de pedra e areias”.
Tanque da Quinta das Façalvas	Estrada Nacional 379, Quinta das Façalvas - Palmela	Arquitetura pública civil	1908	Tanque de grande dimensão construído em alvenaria e pedra, destinado à rega. Recebe a água da Fonte das Façalvas que conduz depois para um depósito e para as regueiras. Numa das paredes adossadas ao tanque encontra-se um nicho escavado e ornamentada e a seguinte inscrição J.E.D.A 33-6-1908.
Chafariz	Cabanas	Arquitetura pública civil	1882	Construído em pedra e alvenaria é constituída por um frontão simples, uma

				bica, uma bacia recetora, dois tanques laterais, bebedouros para os animais, e dois bancos laterais, destinados à espera ou ao descanso. Apresenta uma tabela em mármore com a seguinte inscrição: <i>"Mandado construir pela Repartição de Obras Públicas do distrito de Lisboa em 1882"</i> .
Lavadouro	Quinta do Anjo	Arquitetura pública civil	1940	Constituído por 14 tanques em alvenaria e pedra. Conserva o depósito que abastecia os tanques e apresenta a seguinte inscrição: <i>"C.M.Palmela Obra participada pelo Estado Novo Melhoramentos Rurais no ano dos Centenários, 7.7.1940"</i>
Chafariz ou fonte	Águas de Moura	Arquitetura pública civil	1878;1953	Fonte situada numa mina de água, de construção singela e constituída por uma bica e uma bacia recetora. Apresenta, ao centro do frontão, uma tabela com a seguinte inscrição: <i>"CMP 1878" e sobre a bica em pedra a inscrição «1953"</i> .

Fonte: Boletins +Museu n.º 2 (nov. 2003) e Separata n.º 8 (maio/out. 2007),
Edição do Museu Municipal de Palmela, CMP

Os Lagares de Azeite e as Adegas têm igualmente merecido a atenção e estudo dos serviços municipais, existindo uma identificação daqueles que se encontram em funcionamento que são maioritariamente as adegas, faltando, no entanto, efetuar um levantamento exaustivo dos valores patrimoniais existentes.

5.3 Património Arqueológico

A Carta Arqueológica do Município de Palmela elaborada pelos serviços de arqueologia do Município data de 1995. Desde a elaboração dessa primeira carta incluída nos elementos complementares do PDM, tem vindo a ser realizado um conjunto de trabalhos de campo e estudos tendo os seguintes objetivos presentes:

- Definir um instrumento para uma melhor gestão do património arqueológico;
- Avaliar o estado de conservação dos sítios já identificados, através da sua relocalização e observação direta;
- Identificar novos sítios/vestigios arqueológicos;
- Avaliar o potencial arqueológico;
- Analisar o modelo de ocupação e de povoamento antigo do território de Palmela;
- Integrar o património arqueológico no Plano Diretor Municipal (em revisão);
- Atualizar e rever a informação sobre património arqueológico integrada no Sistema de Informação Geográfica (SIG) da Câmara Municipal;
- Dotar o Município de um documento que servisse de base à realização de planos, de regulamentos e documentos normativos que garantissem a salvaguarda, a valorização e a divulgação do património.

A Carta Arqueológica de qualquer território é sempre um documento em construção contínua. Nunca será possível obter um conhecimento absoluto de um espaço relativamente à sua ocupação humana ao longo da história. Não obstante, o facto de qualquer parcela desse território ser passível de ter sido ocupada em determinada época, existem áreas que apresentam maior potencial para fixações humanas em detrimento de outras. Os critérios de escolha são determinados essencialmente por aspetos paisagísticos, escolha de áreas de maior relevo para controlo do território e defesa das comunidades; espaços junto dos cursos de águas, com maior potencial de exploração dos solos e maior disponibilidade de água; espaços com abundância de recursos naturais, sejam minerais, cinegéticos, florestais; ou áreas junto de antigas rotas.

A toponímia tem a particularidade de perpetuar no território memórias que nos reportam para alguma ação/ocupação antrópica do passado. Por exemplo, Venda Velha, Cabeço Velhinho, Valdera, Terra do Pão, Barris, entre outros.

O conhecimento adquirido sobre a ocupação humana de um território, revertido sob a forma de Cartas Arqueológicas, auxilia na interpretação sobre a estratégia de ocupação do espaço e permite aferir áreas que tenham sido potencialmente ocupadas no passado.

Os critérios que consubstanciam as áreas de sensibilidade arqueológica do Município de Palmela tiveram por base a interpretação da paisagem, a toponímia e o conhecimento existente sobre a ocupação humana neste território. Estas áreas correspondem, sensivelmente, ao território com maior nível de declive e às margens das principais linhas de águas.

Consideraram-se também alguns espaços fora destes critérios, nomeadamente em Biscaia, Vale do Alecrim e algumas parcelas entre Valdera e Poceirão, justificados pela existência de vestígios dispersos dentro ou próximo das referidas áreas e por se tratarem de grandes parcelas de terreno, passíveis de serem intervencionadas a prazo.

Em síntese, o entendimento vai no sentido de considerar que o Património Arqueológico é um valor identitário inerente a qualquer território, constituindo uma fonte de informação esgotável, pelo que urge a sua proteção e conservação desde logo em sede dos IGT, mas também em legislação específica.

Entre março de 2004 e março de 2005, os serviços de arqueologia da CMP realizaram trabalhos de prospeção tendo em vista a atualização da Carta Arqueológica do Município de Palmela. Os dados então recolhidos foram incorporados no documento *Trabalhos Arqueológicos (prospeção) na região de Palmela e Setúbal* datado de 2014. A versão final deste documento mereceu o acompanhamento e a validação da DGPC.

Pela singularidade dos vestígios ou pela informação histórica que transmitem, considera-se que os sítios arqueológicos de maior relevância do Município merecem uma breve referência e uma caracterização sucinta.

Os sepulcros da Quinta do Anjo são monumentos funerários únicos que se julga datarem de há 4500 anos, ou seja do Neolítico Final. No local, para além dos vestígios ósseos identificados, foram recolhidos diversos objetos pré-históricos. Durante a idade do cobre os sepulcros continuaram a ser utilizados como necrópole. Este sítio arqueológico encontra-se classificado como Monumento Nacional desde 1934, tendo sido delimitada em 2013 uma Zona *Non Aedificandi* contígua às grutas e uma Zona de Proteção Especial.

O Castro de Chibanes possui um importante interesse científico uma vez que constitui uma das mais completas sequências estratigráficas para o período calcolítico e II-III Idades do Ferro. O povoado abrange uma área de cerca de 1 ha com uma localização geográfica de exceção em termos de condições de defesa (crista da Serra do Louro). Aqui foram edificadas importantes fortificações em ambos os períodos de ocupação, tendo já sido postos a descoberto importantes troços destas - do período calcolítico identificaram-se troços da muralha, e do período do Ferro II e III uma fortificação bem mais complexa com

muralhas, torres e baluartes. Este sítio arqueológico encontra-se classificado desde 2011 como Sítio de Interesse Público, com correspondente Zona de Proteção Especial.

Com cerca de 9.000 a 7.500 anos (período Mesolítico) foi identificado no Município o estabelecimento do Camarral, localizado na envolvente do aglomerado de Volta da Pedra.

Já o povoado do Casal da Cerca terá cerca de 6.000 anos pertencendo ao período Neolítico. Este povoado, onde se praticava então uma economia de caça-recoleção e produção de alimentos ocupou uma área bastante extensa da rechã da vertente norte da colina de Palmela.

As escavações realizadas no sítio do Zambujalinho (Herdade do Zambujal, freguesia da Marateca) entre 1989 e 1992 mostraram tratar-se de mais um centro produtor de ânforas do Estuário do Sado, subsidiário da atividade fabril de Troia de Setúbal, no período Romano. Os produtos fabricados nesta olaria destinavam-se a armazenar preparados piscícolas, produzidos então na região de Troia, que seriam transportados posteriormente por via marítima para diversos pontos do Império Romano. Esta atividade assumiu uma importância relevante nos estuários do Sado e Tejo onde nos séculos I e II se instalaram diversos fornos. Neste núcleo arqueológico foram identificadas áreas distintas em termos de ocupação funcional, nomeadamente uma necrópole, um núcleo habitacional e uma olaria.

O povoado do Alto da Queimada constitui um elemento de referência para a compreensão do povoamento rural da Serra da Arrábida, tendo sido ocupado em épocas como a romana, alto-medieval e islâmica. Neste povoado tem tido lugar um projeto de investigação sistemático, que inclui desde 1996 trabalhos de escavação, bem como prospeção arqueológica da sua envolvente.

Encontra-se disponível no sítio eletrónico da DGPC um inventário⁶⁶ com 130 sítios arqueológicos localizados no Município de Palmela (Quadro 40):

QUADRO 40 - SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS PELA DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Designação	Código Nacional de Sítio (CNS)	Tipo de Sítio	Freguesia
Agualva de Cima I	35497	Vestígios de Superfície	Poceirão e Marateca
Agualva de Cima II	35498	Vestígios de Superfície	Poceirão e Marateca
Aires II	35505	Gruta Artificial	Palmela
Alto da Queimada	11552	Povoado	Quinta do Anjo
Alto de São Francisco/ São Francisco I	2929	Povoado	Quinta do Anjo

⁶⁶ Ainda que se reconheça tratar-se de informação desatualizada tendo em conta que até ao momento não foi viável obter outra que a pudesse colmatar e complementar, decidiu-se ainda assim, incluí-la.

Antigo Hospital da Sta. Casa da Mis. de Palmela	12580	Edifício	Palmela
Arrábidas	3994	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Bairro dos Abandonados	35450	Estação de Ar Livre	Palmela
Barragem da Venda Velha I	35457	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Barragem da Venda Velha II	35460	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Barragem da Venda Velha III	35456	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Barragem da Venda Velha IV	35458	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Barragem da Venda Velha V	35461	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Barragem da Venda Velha VI	35462	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Barragem da Venda Velha VII	35454	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Barragem da Venda Velha VIII	35455	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Biscaia I	35489	Mancha de Ocupação	Palmela
Biscaia II	35490	Estação de Ar Livre	Palmela
Biscaia III	35491	Estação de Ar Livre	Palmela
Biscaia IV	35492	Vestígios Diversos	Palmela
Boiças I	35919	Vestígios de Superfície	Quinta do Anjo
Boiças II	35920	Vestígios de Superfície	Quinta do Anjo
Cabanas I	35912	Mancha de Ocupação	Quinta do Anjo
Cabanas V	35916	Casal Rústico	Quinta do Anjo
Cabanas VI	35925	Vestígios de Superfície	Quinta do Anjo
Cabanas VII	35926	Vestígios de Superfície	Quinta do Anjo
Cabeço Velhinho	35451	Casal Rústico	Palmela
Calhas	31109	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Calçada Velha de Setúbal	35503	Calçada	Palmela
Calçada Velha de Aires	35448	Calçada	Palmela
Calçada da Fonte do Sol	35321	Calçada	Quinta do Anjo
Camarral 1	7181	Acampamento	Palmela
Camarral 2	7183	Villa	Palmela
Canal de Águas de Moura	35467	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Capuchos I e II/Quinta de São Paulo	3536	Gruta Artificial	Palmela
Casal Novo 2	32877	Monumento Megalítico	Palmela
Casal das Torres	4441	Necrópole	Palmela
Casal do Justo/ Pedra Apertada	35324	Vestígios Diversos	Quinta do Anjo
Castelo 1	21448	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Castelo de Palmela	14424	Vestígios Diversos	Palmela
Castelo de Palmela - Igreja de Santa Maria	14527	Igreja	Palmela
Castelo de Palmela - Praça de Armas/Alcáçova	2957	Castelo	Palmela
Castelo de Palmela - Torre de Menagem	14530	Torre	Palmela
Castelo dos Mouros/Castelo 2	21446	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Castro de Chibanes	635	Povoado Fortificado	Palmela
Cumeada das Vacas	35323	Vestígios de Superfície	Quinta do Anjo
Escorial do Ermitão	31115	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Escorial do Monte Carvalhal I	35480	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Escorial do Monte das Ferrarias	35481	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Escorial do Reboredo	35485	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Escorial do Sapal das Paulinas	21445	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Escorial do Sapal do Monte da Eira	21444	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Façalvas	7182	Estação de Ar Livre	Palmela
Fonte Barreiro I	35499	Vestígios de Superfície	Poceirão e Marateca

Fonte do Sol	2930	Povoado	Palmela
Fonte dos Pintos	35922	Vestígios de Superfície	Quinta do Anjo
Forno da Rua de Nenhures	35504	Forno	Palmela
Gaiteiros	35327	Povoado	Palmela
Grutas da Quinta do Anjo/ Grutas do Casal do Pardo/ Covas da Moura	860	Gruta Artificial	Quinta do Anjo
Guarita I	35495	Vestígios de Superfície	Poceirão e Marateca
Guarita II	35494	Estação de Ar Livre	Poceirão e Marateca
Herdade da Biscaia 2	32863	Vestígios de Superfície	Palmela
Herdade da Marateca 1	31475	Mancha de Ocupação	Poceirão e Marateca
Herdade da Marateca 2	31479	Mancha de Ocupação	Poceirão e Marateca
Herdade de Águas de Moura 1	31469	Mancha de Ocupação	Poceirão e Marateca
Herdade de Águas de Moura 3	31476	Mancha de Ocupação	Poceirão e Marateca
Herdade de Águas de Moura 4	31477	Mancha de Ocupação	Poceirão e Marateca
Herdade de Águas de Moura 5	31478	Achado(s) Isolado(s)	Poceirão e Marateca
Igreja de S. Pedro da Marateca ou Marateca I	22235	Igreja	Poceirão e Marateca
Juncalinho I	35917	Vestígios de Superfície	Quinta do Anjo
Malhadas	3018	Povoado	Quinta do Anjo
Marateca 1/Zambujal B	21447	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Marateca 2	21449	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Mira Ventos/ Miraventos	14937	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Miradouro do Castelo	35445	Cemitério	Palmela
Miradouro do Jardim	35507	Cemitério	Palmela
Moinho da Fonte do Sol	4465	Povoado	Quinta do Anjo
Monte do Reboredo	35484	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Monte dos Bicos	35466	Estação de Ar Livre	Poceirão e Marateca
Monte dos Bicos II	35464	Vestígios de Superfície	Poceirão e Marateca
Monte dos Bicos III	35465	Mancha de Ocupação	Poceirão e Marateca
Olho da Telha/ Rio Frio	35453	Olaria	Pinhal Novo
Palmela - Convento de Santiago	11545	Convento	Palmela
Palmela - Espaço Cidadão - Rua Hermenegildo Capelo, n.º 58, 60 e 62	34919	Vestígios Diversos	Palmela
Palmela - Mercado Velho	21405	Vestígios Diversos	Palmela
Palmela - Rua Augusto Cardoso	2601	Vestígios Diversos	Palmela
Palmela - Rua Coronel Galhardo, n.º 19	35335	Vestígios Diversos	Palmela
Palmela - Rua Frei Jerónimo de Brito e Mello	35389	Vestígios Diversos	Palmela
Palmela - Rua da Saboaria	35442	Forno	Palmela
Palmela - Rua de Nenhures	3474	Forno	Palmela
Palmela - Rua do Castelo, nº 4	14423	Vestígios Diversos	Palmela
Palmela - Rua do Parque	35443	Vestígios Diversos	Palmela
Palmela - Rua do Salgueiro	35447	Lixeira	Palmela
Paços do Concelho	35446	Paço	Palmela
Poceirão I	35463	Estação de Ar Livre	Poceirão e Marateca
Poceirão II	35500	Vestígios de Superfície	Poceirão e Marateca
Quinta da Boa Vista	4462	Villa	Palmela
Quinta da Cerca/ Casal da Cerca	5677	Estação de Ar Livre	Palmela
Quinta da Queimada	4464	Villa	Palmela
Quinta de Aires	35449	Vestígios Diversos	Palmela
Quinta de Aires/ Aires I	14750	Povoado	Palmela
Quinta de São Romão	35326	Vestígios de Superfície	Palmela

Quinta do Anjo	35506	Povoado	Quinta do Anjo
Ronção I	35923	Vestígios de Superfície	Quinta do Anjo
Ronção II	35924	Vestígios de Superfície	Quinta do Anjo
Ronção III	35927	Vestígios de Superfície	Quinta do Anjo
Safia	35493	Vestígios de Superfície	Palmela
São Francisco II/ Alcaria da Portela	35501	Povoado	Quinta do Anjo
São Gonçalo II	35911	Vestígios de Superfície	Quinta do Anjo
Torres Altas	4466	Villa	Palmela
Torres Altas	35322	Povoado	Quinta do Anjo
Travassos	35470	Habitat	Poceirão e Marateca
Troviscal I	35913	Vestígios de Superfície	Quinta do Anjo
Troviscal III	35915	Vestígios de Superfície	Quinta do Anjo
Troviscal V	35918	Vestígios de Superfície	Quinta do Anjo
Troviscal VI	35921	Vestígios de Superfície	Quinta do Anjo
Troço Baixa de Qta da Glória-Detrás de São Pedro	12581	Vestígios Diversos	Palmela
Valdera	30609	Mancha de Ocupação	Poceirão e Marateca
Valdera I	35486	Mancha de Ocupação	Poceirão e Marateca
Valdera II	35487	Vestígios Diversos	Palmela
Vale Barris	35502	Vestígios Diversos	Palmela
Vale Rafeiro III	35459	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Vale d'Alhos	35914	Vestígios de Superfície	Quinta do Anjo
Vale do Alecrim	35488	Vestígios Diversos	Palmela
Vale do Marnoto	7184	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Zambujal A	31110	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Zambujal C	31113	Vestígios Diversos	Poceirão e Marateca
Zambujalinho	6732	Forno	Poceirão e Marateca
Águas de Moura I ou Agualva	35420	Estação de Ar Livre	Poceirão e Marateca
Águas de Moura II	35425	Estação de Ar Livre	Poceirão e Marateca

Fonte: Portal do Arqueólogo, DGPC, <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios> (última consulta em 12/03/2018)

De salientar ainda que, no Município de Alcochete, existe um Sítio de Interesse Público, a Olaria Romana do Porto dos Cacos, cuja Zona Especial de Proteção (ZEP) abrange parte do território do Município de Palmela⁶⁷.

No âmbito do processo de revisão do PDM o património arqueológico deverá ser encarado em duas vertentes:

- 1) Vertente de Promoção e Valorização Patrimonial, fomentando o papel da arqueologia na criação de polos de fruição patrimonial e cultural;
- 2) Vertente Patrimonial Preventiva, criando mecanismos operativos que previnam situações de degradação e destruição deste património.

⁶⁷ Portaria n.º 591/2011, de 27 de julho, conferir na *Planta de Condicionantes – SRUP/ Património Edificado, Equipamentos, Infraestruturas, Atividades Perigosas*.

5.4 Programa Museológico Municipal

Desde 1986 que a CMP empreende uma política museológica relevante e ativa, que nos últimos anos tem assumido um maior destaque.

Em 18 de maio de 2004 foi aprovado pela Assembleia Municipal o Programa Museológico Municipal de Palmela com “(...) dois objetivos fundamentais: por um lado caraterizar a estrutura museológica municipal atual; por outro, propor e perspetivar o que caraterizará a curto, médio e longo prazo essa mesma realidade, no quadro das diretrizes traçadas pela autarquia para a política cultural.”. O Programa coaduna-se com os princípios estabelecidos na Lei-Quadro de Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto), e tem associados diversos estudos e projetos de cabal importância para o desenvolvimento cultural do Município.

5.4.1. Museu Municipal

O Museu Municipal de Palmela iniciou a sua atividade em finais dos anos 80 do século XX, como uma estrutura polinucleada, de funcionamento permanente e sem fins lucrativos, tendo como missão preservar o património cultural do território administrado pelo município de Palmela.

Integrando acervos representativos da memória de cada uma das cinco freguesias do Município, visa-se potenciar uma leitura da sua diversidade através de exposições e publicações, em espaços expositivos programados – temporários e/ou permanentes -, de progressiva instalação. O programa museológico municipal, o curriculum do museu e a agenda anual permitem ter uma ideia global da atividade desenvolvida e dos projetos em curso.

O museu privilegia a preservação *in situ* de coleções e edifícios, a incorporação de espólios etnográficos e oficinais que espelhem a cultura local, e a integração no Museu, a título de depósito, dação ou doação, de outras coleções ou objetos significativos para a memória local. O acervo móvel atual é essencialmente constituído por peças arqueológicas, resultantes dos trabalhos de prospeção e escavação desenvolvidos no Município desde 1988.

O estabelecimento de parcerias com o Museu Nacional de Arte Antiga e com o Museu da Arma de Transmissões Militares - Exército Português permitiu a abertura ao público, no Núcleo do Castelo, de 2 espaços: respetivamente, a Reserva Visitável de Escultura de S. Tiago e o Espaço de Transmissões Militares.

Por todo o Município, tem sido recolhido acervo, de que são exemplo as coleções “Casa Caramela”, “Salão Mimi” e “Oficina do Ferreiro Faria”; esta última resultou de uma ação conjugada dos proprietários da mesma,

da Junta de Freguesia de Pinhal Novo e da Câmara Municipal/Museu Municipal, e garantiu a salvaguarda de um vasto acervo oficial.

Foi celebrado um protocolo com o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, que visa o depósito, no Museu Municipal de Palmela, do acervo entomológico, laboratorial e documental do antigo Instituto de Malariologia, sediado em Águas de Moura, constituindo-se como uma extensão museológica.

Está em curso a informatização do Inventário que a médio prazo viabilizará o acesso ao público a informação de peças através do programa MATRIZ. O Museu tem uma programação regular, organiza-se em núcleos e extensões museológicas, gere a Igreja de Santiago – Castelo de Palmela e as reservas museológicas (em situação de organização e instalação numa antiga escola do 1º ciclo desativada), pública semestralmente o boletim +museu, promove a Educação Patrimonial através de um Serviço Educativo - cujas atividades são atualizadas anualmente -, edita catálogos relativos às coleções das exposições permanentes, temporárias e das reservas e conta a participação de alguns Amigos e Voluntários.

5.4.2. Núcleos e Extensões Museológicas Municipais

Não obstante o programa museológico municipal estar em revisão e não se prever que a sua futura estrutura possa vir a ser assumidamente polinucleada, ainda assim, de momento, funciona de uma forma descentralizada e polinucleada, integrando diversos Núcleos e Extensões Museológicas, entendidos os núcleos enquanto locais ou espaços de propriedade e tutela municipais, musealizados ou com aproveitamento museológico atual ou programado e, as extensões, como locais ou bens culturais integrados em espaços de tutelas mistas, com parcial aproveitamento museológico, sendo que uns já se encontram constituídos enquanto outros se preveem ainda a implantar, motivados pela importância que assumem na divulgação e fomento das identidades locais, regionais ou mesmo nacionais.

O projeto museológico integra assim atualmente os seguintes núcleos e extensões:

5.4.2.1. Núcleo-Sede - Castelo de Palmela

O programa museológico do Castelo foi concebido, no âmbito do Programa de Recuperação e Animação do Castelo, como um circuito, composto por vários espaços, que permite uma leitura histórica das diversas épocas e utilizações de que o monumento foi alvo, mas também uma interpretação da evolução da vila de Palmela e do Município de que é sede.

Os espaços vão sendo instalados em zonas do monumento progressivamente reabilitadas do ponto de vista arquitetónico. O espaço central será a Casa Capelo, assim denominada por ter sido local de nascimento do explorador africano Hermenegildo Carlos de Brito Capelo (1841-1917).

Os espaços museológicos existentes e previstos no Núcleo do Castelo são os seguintes:

- Espaço Arqueológico – Situado nas galerias da Praça de Armas, é constituído por várias salas expositivas, mostrando *in situ* a história desta fortificação. Integra funções de pedagógicas e de divulgação estabelecidas no programa museológico;
- Ocupação Medieval e Reconquista – Proposta para musealização da Torre de Menagem;
- Casa Capelo – Proposta para Musealização relativa à História de Palmela (concelho e sede) e da Ordem de Santiago. Integrará a coleção de Escultura de S. Tiago, atualmente em situação de Reserva Visitável, e parte da coleção arqueológica da fortificação e do Centro Histórico da Vila de Palmela);
- Espaço de Transmissões Militares – Integra peças oriundas do Museu da Arma de Transmissões do Exército Português, sendo representativo dos meios de transmissão físicos e sonoros, visuais e óticos (destaque para a telegrafia ótica), elétrico-eletrónicos (material telefónico e telegráfico), manuais de instrução, material de linhas e de medida e ensaio, equipamento TSF e de feixes hertzianos.
- Igreja de Santiago – Trata-se de um imóvel datado da 2.ª metade do século XV, classificado como Monumento Nacional em 1910. Foi, entretanto, recuperado e afeto a funções museológicas, ganhando com isso uma maior projeção e importância enquanto monumento. Aqui têm vindo a ser realizadas diversas exposições, espetáculos musicais, palestras e atos protocolares.
- Reserva Visitável de S. Tiago – Trata-se de um espólio que integra obras de estatuária antiga, dos séculos XV, XVI e XVII, sendo propriedade do Museu Nacional de Arte Antiga (Coleção Vilhena). Encontra-se exposta na sala dos Paços de D. Jorge e no Côro-Alto da Igreja de Santiago

5.4.2.2. Núcleo da Quinta do Anjo

A criação deste núcleo, a instalar na freguesia de Quinta do Anjo, visa permitir a interpretação dos Sepulcros Neolíticos classificados como Monumento Nacional em 1934 -, no quadro de uma eventual parceria a estabelecer entre a Câmara Municipal e a DGPC.

Projeto adiado por muitos anos, devido a problemas de propriedade dos terrenos de implantação da jazida arqueológica – resolvidos com a aquisição dos mesmos pela autarquia após intensas negociações -, está

em fase de análise no quadro de um Plano de Pormenor em execução para a área dos Bacelos, “bairro” da zona sul da Quinta do Anjo inserida no Parque Natural da Arrábida.

Pretende-se que este núcleo constitua um espaço de exposição permanente, capaz de integrar o monumento na envolvente natural – Parque Natural da Arrábida – e construída da aldeia.

5.4.2.3. Núcleo do Pinhal Novo

Este espaço museológico - a instalar no edifício Santa Rosa, sito na Praça José Maria dos Santos -, visa a interpretação do crescimento e desenvolvimento urbano da vila de Pinhal Novo, tendo como fios condutores as vagas migratórias que, entre meados do século XIX e a atualidade, fazem de Pinhal Novo uma comunidade marcada pelas tradições caramelas, pela importância da presença do caminho-de-ferro, e por um acentuado crescimento e desenvolvimento refletidos nos modos de vida urbana.

A importância de Rio Frio na história da freguesia, o associativismo local, ofícios tradicionais desaparecidos, memória dos saberes-fazer da comunidade ferroviária e do mundo rural ainda presente na estrutura urbana em expansão, são temáticas que fazem parte do programa museológico, também marcado pela interpretação da arquitetura vernácula dita caramela, e da aproximação às comunidades que chegam de vários pontos do país e do estrangeiro.

5.4.2.4. Núcleo Museológico da Malária/Museu da Saúde

Este núcleo situado em Águas de Moura, nas instalações do Centro de Estudos de Vetores e Doenças Infeciosas Doutor Francisco Cambournac do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (CEVDI-INSA), constitui o 1.º pólo do Museu da Saúde, dedicado à erradicação da Malária em Portugal.

Os trabalhos de investigação para erradicação daquela doença em Portugal, nos anos 50 do séc. XX, decorreram maioritariamente em Águas de Moura sob a direção do malariologista de renome internacional Francisco Cambournac (1903-1994), no então denominado Instituto de Malariologia.

O acervo laboratorial, entomológico e documental do antigo Instituto de Malariologia tem sido inventariado e estudado pelo Museu Municipal de Palmela, responsável pela conceção da exposição temporária realizada em 2001 “Memórias do Instituto de Malariologia de Águas de Moura – da luta antipalúdica ao museu” e pela de longa duração agora inaugurada.

Além da Malária - que já não é estudada em Águas de Moura -, outras doenças de transmissão vetorial com impacto na saúde pública e atualmente investigadas no centro, poderão vir a ser alvo de um tratamento expositivo análogo, na perspetiva da divulgação científica e Educação para a Saúde.

5.4.2.5. Espaço Fortuna Artes e Ofícios/ADREPAL

Neste espaço funciona uma olaria tradicional na qual se produzem peças cerâmicas pintadas à mão. Existe uma componente educativa por meio de um *atelier* de pintura de azulejos que possibilita às escolas uma experiência no âmbito das artes e ofícios de raiz tradicional. Este espaço tem ainda uma componente de acolhimento de eventos e alberga a sede ADREPES – Associação de Desenvolvimento Regional da península de Setúbal.

5.4.2.6. Moinhos Vivos/Biosani na Serra do Louro

O Centro “Moinhos Vivos”/Biosani, empresa privada proprietária e gestora de dois moinhos na Serra do Louro, vem desenvolvendo uma atividade artesanal no fabrico de pão.

Existe um protocolo celebrado entre a autarquia e aquela empresa possibilitando ao público escolar do Município visitas organizadas ao local, por via do Museu Municipal.

Neste âmbito o Serviço Educativo do Museu Municipal criou uma maleta pedagógica que permite, em aula, a exploração do tema-alvo da visita, sendo fator de motivação e aprofundamento do conhecimento deste tema.

5.4.2.7. Museu do Ovelheiro/ARCOLSA

Fruto do convite da Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida (ARCOLSA), foi estabelecida uma colaboração com o Museu Municipal criando-se um espaço expositivo dedicado à temática da ovinicultura, localizado em S. Gonçalo, Cabanas.

Este projeto tem como objetivo contribuir para a salvaguarda do aparato simbólico e funcional que compõe a atividade do Maneio das ovelhas. Não se trata apenas de falar sobre a importância do Queijo de Azeitão para o Município, mas, também, de tudo o que está implícito na atividade do ovinicultor e do ciclo de trabalho que molda esta profissão.

5.4.2.8. Quinta Pedagógica Caramela – Fundação Centro de Ocupação Infantil

Decorrente do protocolo celebrado entre o Município e a Fundação Centro de Ocupação Infantil, tornou-se possível a realização de visitas à Quinta da Casa Caramela, localizada no sítio da Palhota. Trata-se de uma quinta que constitui um dos exemplos da tradição caramela que se fixou na zona, com uma tipologia de casa específica. Neste espaço “explora-se uma vertente pedagógica” relacionada com o conhecimento e atividades quotidianas ligadas ao mundo rural. É possível recriar diversas experiências, tais como a confeção de doçaria e outros produtos regionais, a agricultura e o tratamento dos animais (a quinta dispõe de burros, ovelhas, galinhas, patos, coelhos, etc.). Para além desta componente tradicional, as questões ambientais são também abordadas através da perceção da importância das energias renováveis e do não desperdício de recursos.

5.4.2.9. Museu da Música Mecânica

Localizado no sítio de Arraiados, o acervo deste museu reúne uma coleção e gestão privadas que o Sr. Luís Canguero (proprietário), foi adquirindo e organizando ao longo do tempo, sendo composto essencialmente por caixas de música, gaiolas com pássaros cantores, fonógrafos e grafonolas, datados desde meados do século XIX até aos anos 30 do século XX.

5.5 Outras Iniciativas Municipais no Âmbito da Proteção do Património

GEsOS - Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago

A Ordem de Santiago radicou-se em Palmela desde o séc. XII e, entre os finais do séc. XV e 1834, manteve aí a sua sede. Esta forte ligação da vila e do seu castelo à milícia santiaguista constituiu o ponto de partida para o desenvolvimento de um trabalho do município, a partir de 1989, em torno da temática das Ordens Militares. Geradas várias dinâmicas, nomeadamente encontros, publicações, recriações históricas, foi criado em 1997 o Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GEsOS), vindo a ser instalado em 2001, num quadro de “revitalização e recuperação arquitetónica do Castelo”, no espaço da antiga sacristia da Igreja de Santa Maria do Castelo, espaço que se encontrava em ruínas e sem qualquer utilização desde que foi destruída pelo terramoto.

O GEsOS tem como objetivos promover a investigação historiográfica na área das Ordens Militares, divulgar o património histórico, documental e edificado das Ordens Militares e fomentar o apoio à edição e publicação de trabalhos de investigação nesta área. Para isso, desenvolve as seguintes ações:

- Coordenação de projetos de investigação sobre Ordens Militares;
- Estabelecimento de parcerias com instituições nacionais e estrangeiras;
- Edição de estudos sobre a Ordem de Santiago e das atas dos encontros por ele organizados;
- Aquisição de fundo documental para a Biblioteca Especializada;
- Organização regular de Cursos e Encontros Internacionais vocacionados para a temática das Ordens Militares.

Desde a criação do GEsOS tem vindo a ser fomentada a investigação historiográfica e divulgado o rico património histórico, documental e edificado das Ordens Militares, em particular da Ordem de Santiago de Espada. O acervo documental do Centro de Documentação e da Biblioteca Especializada em Ordens Militares, inclui:

- Fontes relativas à Ordem de Santiago (Torre do Tombo) em suporte digital;
- Monografias, periódicos, separatas e estudos específicos sobre a temática das Ordens Militares;
- Fontes históricas impressas;
- Dicionários de línguas, de história e elucidários;
- Monografias de história económica, social, política e cultural de Portugal e da Europa, dos períodos medieval e moderno;
- Monografias e periódicos sobre história geral da Igreja e ordens religiosas;
- Monografias e estudos vários sobre fortificações medievais;

- Teses de mestrado e de doutoramento, não publicadas.
- Registos áudio de cursos e encontros sobre Ordens Militares organizados pelo GEsOS.
- Consulta local do fundo documental;
- Acesso à Internet;
- Acesso ao catálogo através do endereço: <http://palmela.bibliopolis.info/>

Em 2008, foi assinado um protocolo entre o Município e a Direção-Geral de Arquivos – Torre do Tombo, visando garantir a progressiva digitalização de documentação da Ordem de Santiago e sua disponibilização *online*, trabalho este que se encontra em curso.

Desde a fundação deste gabinete têm vindo a realizar-se de forma sistemática, em períodos de 4 em 4 anos, os “Encontros sobre Ordens Militares”, encontrando-se já na sua 8ª edição (2019). Paralelamente a estes Encontros têm também vindo a realizar-se anualmente cursos cujas temáticas estão também centradas nas Ordens Militares.

6. Mobilidade e Transportes

O conceito de **Mobilidade** é entendido no presente relatório sob uma dupla perspetiva, quantitativa e qualitativa. Na sua aceção quantitativa é considerado o número de deslocações realizadas pela população, conferindo-se particular atenção às deslocações por motivos de trabalho e estudo (e que, como tal, tendem a apresentar uma forte regularidade). Por sua vez, a perspetiva qualitativa remete para os atributos que permitem aferir das condições em que a mobilidade se exerce, incluindo-se aqui os modos de transporte utilizados e o tempo de viagem entre a origem e o destino. Esta caracterização dos padrões de mobilidade da população tem por base os dados disponibilizados pelos Censos 1991, 2001 e 2011.

Note-se que no contexto do **PDM de Palmela** as análises desenvolvidas decorrem da necessidade de:

- Compreender as principais dinâmicas evolutivas dos padrões gerais de mobilidade da população residente no Município de Palmela no contexto da AML;
- Analisar a evolução dos movimentos originados e atraídos pelo Município de Palmela;
- Aferir da repartição modal das deslocações;
- Conhecer os tempos médios de deslocação da população residente para os locais de trabalho ou estudo.

6.1 Mobilidade da População

6.1.1. Mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa

Inicia-se a análise dos padrões de mobilidade por um enquadramento sumário do Município de Palmela no contexto da AML, com particular enfoque no ano de 2011, correspondente ao último momento censitário.

A população ativa e estudante que realiza viagens na AML cresceu cerca de +3,7% entre 2001 e 2011, o que representa um acréscimo de 59.765 ativos e estudantes a realizarem deslocações pendulares (Quadro 41), tendo neste período passado de 1.633.811 para 1.693.576 indivíduos. Contudo, a nível metropolitano, e neste mesmo período, registam-se dinâmicas diferenciadas, existindo vários municípios em que se verificam decréscimos da população ativa e estudante que realiza viagens pendulares. São os casos dos Municípios da Amadora (-8,4%), Lisboa (-3,8%), Loures (-2,9%), Barreiro (-5,4%), Moita (-6,8%) e Seixal (-1,4%).

QUADRO 41 – MOVIMENTOS PENDULARES (POR MOTIVO DE TRABALHO OU ESTUDO) EM 2001 E 2011

	Total ativos que realizam viagens pendulares			Total movimentos intramunicipais			Total movimentos intermunicipais		
	2001	2011	Variação 2001-2011	2001	2011	Variação 2001-2011	2001	2011	Variação 2001-2011
AML	1.633.811	1.693.576	3,7	988.266	1.017.690	3,0	645.545	675.886	4,7
AML Norte	1.207.216	1.244.315	3,1	737.219	755.977	2,5	469.997	488.338	3,9
Amadora	110.500	101.254	-8,4	46.158	46.131	-0,1	64.342	55.123	-14,3
Cascais	107.735	123.557	14,7	66.036	76.229	15,4	41.699	47.328	13,5
Lisboa	316.861	304.835	-3,8	277.856	263.834	-5,0	39.005	41.001	5,1
Loures	127.095	123.468	-2,9	62.734	63.427	1,1	64.361	60.041	-6,7
Maфра	33.380	48.738	46,0	23.223	30.110	29,7	10.157	18.628	83,4
Odivelas	87.588	89.059	1,7	37.843	39.798	5,2	49.745	49.261	-1,0
Oeiras	103.490	104.233	0,7	46.685	52.321	12,1	56.805	51.912	-8,6
Sintra	240.695	240.191	-0,2	131.463	135.350	3,0	109.232	104.841	-4,0
V. F. Xira	79.872	108.980	36,4	45.221	48.777	7,9	34.651	60.203	73,7
AML Sul	426.595	449.261	5,3	251.047	261.713	4,2	175.548	187.548	6,8
Alcochete	7.732	11.080	43,3	4.165	5.675	36,3	3.567	5.405	51,5
Almada	94.587	98.056	3,7	54.195	58.336	7,6	40.392	39.720	-1,7
Montijo	22.495	30.350	34,9	15.628	18.026	15,3	6.867	12.324	79,5
Setúbal	66.922	69.028	3,1	52.156	51.834	-0,6	14.766	17.194	16,4
Barreiro	45.085	42.662	-5,4	23.897	23.255	-2,7	21.188	19.407	-8,4
Moita	39.864	37.172	-6,8	19.122	18.139	-5,1	20.742	19.033	-8,2
Palmela	31.802	36.537	14,9	19.574	21.560	10,1	12.228	14.977	22,5
Seixal	95.965	94.586	-1,4	48.000	47.794	-0,4	47.965	46.792	-2,4
Sesimbra	22.143	29.790	34,5	14.310	17.094	19,5	7.833	12.696	62,1

Fonte: INE, Censos 2001 e INE, Censos 2011

O Município de Palmela acompanhou a tendência global da AML tendo registado um crescimento de cerca de +14,9% da população ativa e estudante que realiza viagens na AML, que passou de 31.802 indivíduos,

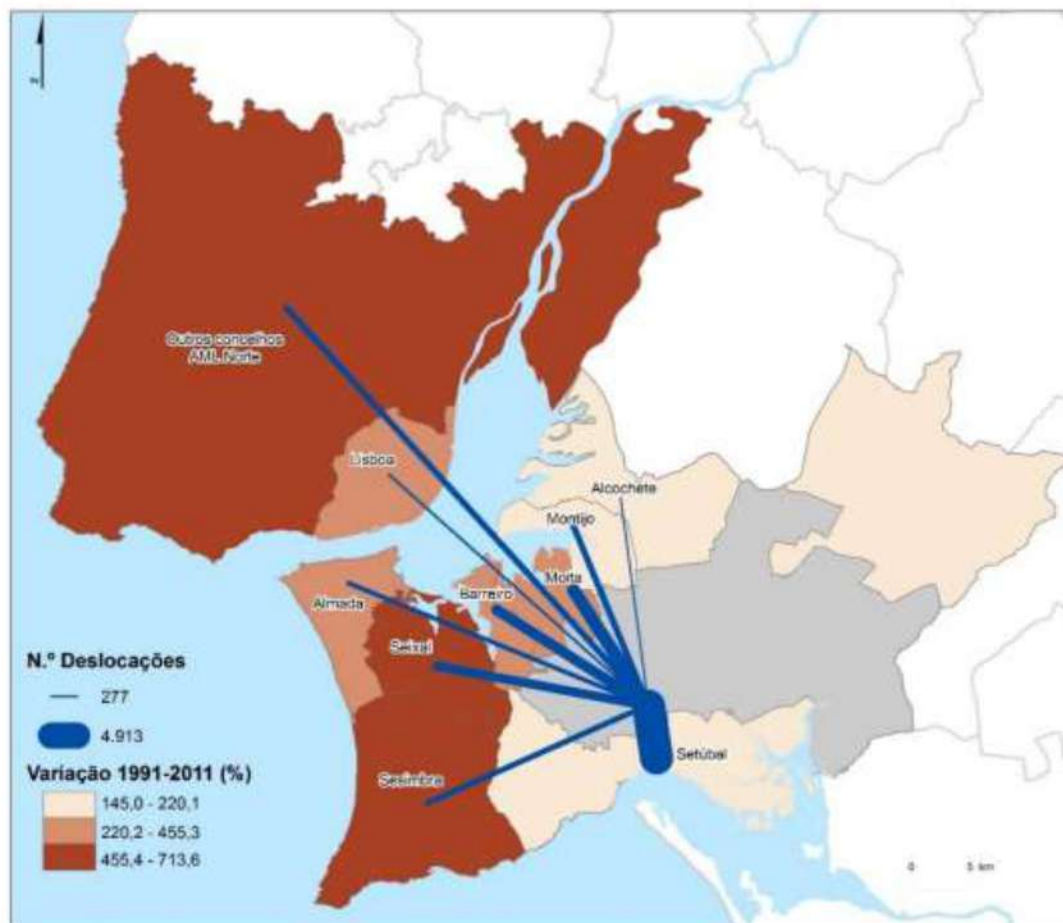
em 2001, para 36.537 indivíduos, em 2011. Algo indissociável do crescimento populacional registado no Município (+17,8%).

Grosso modo, a análise evolutiva entre 2001 e 2011 evidencia a tendência de crescimento polinucleado na AML, registando-se um crescimento mais acentuado dos movimentos pendulares de e para os Municípios mais periféricos (crescimentos superiores a 30%), casos dos Municípios de Mafra (46,0%), Alcochete (43,3%), Vila Franca de Xira (36,4%), o Montijo (34,9%) e Sesimbra (34,5%). Estes crescimentos refletem, de um modo geral, a melhoria das acessibilidades, bem como do crescimento populacional destes municípios.

Analisando a evolução do número de ativos que se deslocam para exercer a sua atividade (trabalho ou estudo) no Município de Palmela, constata-se um crescimento muito significativo deste fluxo (Quadro 42), tendo passado dos 3.338 em 1991 para 14.051 indivíduos em 2011. Esta evolução indicia um aumento da população ativa, bem como a dispersão de pólos de emprego a nível metropolitano, que se traduziu no aparecimento de novos pólos no Município de Palmela.

Verifica-se ainda que o efeito polarizador exercido por Palmela é particularmente sensível nos municípios limítrofes (Figura 14 e Quadro 42), designadamente Setúbal (4.912 indivíduos), Moita (2.003 indivíduos) e Barreiro (1.576 indivíduos), a que acresce o Seixal (1.403 indivíduos). Este conjunto de municípios é responsável por 9.894 movimentos casa-trabalho e casa-escola destinados a Palmela, representando 70,4% do total de movimentos que este Município atraiu no cômputo da AML. Uma realidade à qual está subjacente o incremento da população residente, como também a melhoria das condições de mobilidade.

FIGURA 14 – POPULAÇÃO RESIDENTE NOUTROS MUNICÍPIOS CUJAS DESLOCAÇÕES POR MOTIVO DE TRABALHO E ESTUDO TÊM COMO DESTINO PALMELA (2011) E VARIAÇÃO DO NÚMERO DESLOCAÇÕES (1991-2011)



Fonte: Elaboração própria com base em INE, Censos 2011

A análise da Figura 14 e Quadro 42 permite também perceber que a capacidade de atração de deslocações por parte de Palmela, sendo mais significativa na Área Metropolitana Sul (Península de Setúbal), não deixa de se verificar também sobre os municípios da Área Metropolitana Norte (Grande Lisboa), donde provêm diariamente 1.350 indivíduos. Com 387 deslocações, Lisboa representa 28,7% do fluxo originado a Norte e 2,8% do total de deslocações atraídas por Palmela no cômputo da AML.

QUADRO 42 – POPULAÇÃO RESIDENTE NOUTROS MUNICÍPIOS CUJAS DESLOCAÇÕES POR MOTIVO DE TRABALHO E ESTUDO TÊM COMO DESTINO PALMELA (1991, 2001 E 2011)

	1991		2001		2011		Variação 1991-2011 (%)
	Total	%	Total	%	Total	%	
Lisboa	77	2,3	258	2,4	387	2,8	402,6
Outros Municípios da AML Norte	126	3,8	602	5,5	963	6,9	664,3
Alcochete	88	2,6	169	1,6	277	2,0	214,8
Almada	121	3,6	519	4,8	672	4,8	455,4
Barreiro	309	9,3	1.320	12,1	1.576	11,2	410,0
Moita	392	11,7	1.682	15,4	2.003	14,3	411,0
Montijo	393	11,8	755	6,9	963	6,9	145,0
Seixal	188	5,6	1.076	9,9	1.403	10,0	646,3
Sesimbra	110	3,3	404	3,7	895	6,4	713,6
Setúbal	1.534	46,0	4.116	37,8	4.912	35,0	220,2
Total Geral	3.338	100,0	10.901	100,0	14.051	100,0	320,9

Fonte: CMP, "REOT – Deslocações Pendulares", 2003 e INE, Censos 2011

Importa ainda frisar a capacidade de fixação dos seus residentes que o Município de Palmela demonstra. Em 2011, 21.560 indivíduos aqui residentes deslocavam-se no interior do Município para exercer a sua atividade (trabalho ou estudo), correspondente a 59,0% da população residente a exercer uma atividade (Quadro 43). No contexto territorial da Área Metropolitana Sul (Península de Setúbal), somente Almada (59,5%), Montijo (59,4%) e Setúbal (75,1%) evidenciavam maior capacidade relativa de fixação da população residente no seu território.

QUADRO 43 – PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO QUE EXERCE A SUA ATIVIDADE (TRABALHO E ESTUDO) NO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA (2011)

	%
Lisboa	86,5
Outros municípios da AML Norte	53,5
Alcochete	51,2
Almada	59,5
Barreiro	54,5
Moita	48,8
Montijo	59,4
Palmela	59,0
Seixal	50,5
Sesimbra	57,4
Setúbal	75,1

Fonte: Elaboração própria com base em INE, Censos 2011

O Quadro 44 permite verificar que nas duas décadas analisadas (1991-2011), a população residente em Palmela que efetua deslocações casa-trabalho e casa-escola, aumentou 51,1%.

QUADRO 44 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM PALMELA SEGUNDO O MUNICÍPIO DE DESTINO DAS DESLOCAÇÕES POR MOTIVO TRABALHO E ESTUDO (1991, 2001 E 2011)

	1991		2001		2011		Variação 1991-2011 (%)
	Total	%	Total	%	Total	%	
Lisboa	1.288	5,5	2.528	9,8	4.163	11,6	223,2
Outros Municípios da AML Norte	137	0,6	413	1,6	961	2,7	601,5
Alcochete	53	0,2	85	0,3	410	1,1	673,6
Almada	180	0,8	366	1,4	638	1,8	254,4
Barreiro	875	3,8	720	2,8	903	2,5	3,2
Moita	486	2,1	456	1,8	778	2,2	60,1
Montijo	507	2,2	783	3	1.188	3,3	134,3
Palmela	14.269	61,4	14.984	58,3	21.560	60,0	51,1
Seixal	247	1,1	395	1,5	520	1,4	110,5
Sesimbra	90	0,4	134	0,5	227	0,6	152,2
Setúbal	4.736	20,4	4.313	16,8	4.562	12,7	-3,7
Total Geral	22.868	100,0	25.177	100,0	35.910	100,0	57,0

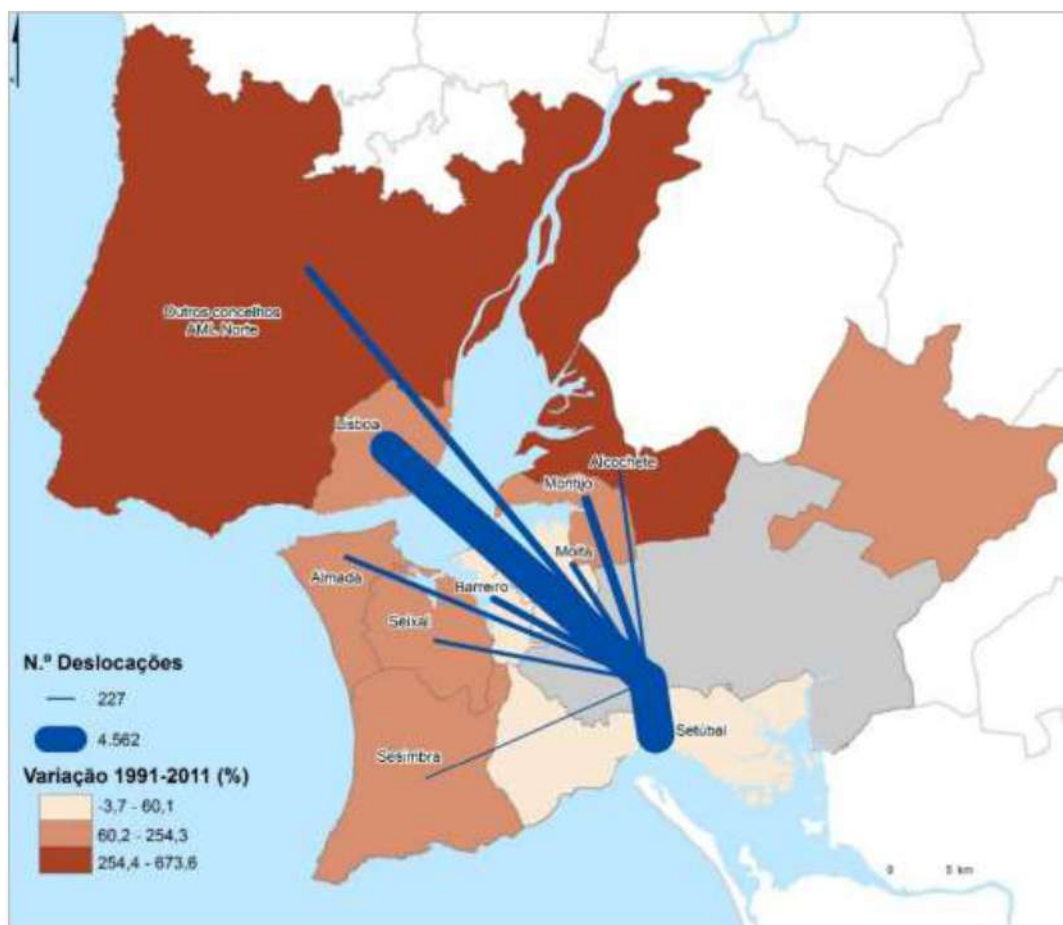
Fonte: CMP, "REOT – Deslocações Pendulares", 2003 e INE, Censos 2011

Note-se que, tal como referido acima, as deslocações internas são as que absorvem maior número de indivíduos, tendo aumentado ligeiramente o seu peso relativo no total das deslocações pendulares na última década (58,3% em 2001 e 60,0% em 2011).

A maioria das deslocações para o exterior do Município continuam a ter como destinos preferenciais Setúbal e Lisboa, tendo o primeiro diminuído ligeiramente a sua atratividade (mais em termos relativos – 20,4% em 1991, 16,8% em 2001 e 12,7% em 2011 –, do que em termos absolutos – 4.736 indivíduos em 1991, 4.313 em 2001 e 4.562 em 2011) ao passo que a capital do País viu o seu poder de atração aumentar significativamente, consequência direta da melhoria da acessibilidade regional (traduzida numa variação de +223,2% entre 1991 e 2011).

Por sua vez, os movimentos de geração e atração do Município são bastante equilibrados: em 2001 saíam 10.720 indivíduos e entravam 11.503; em 2011 registavam-se 15.584 entradas e 15.104 saídas. As deslocações entre Palmela e Setúbal também denotam um forte equilíbrio, resultado da interrelação funcional entre os Municípios. De facto, em 2011, a entrada de residentes no Município de Setúbal em Palmela foi de 4.912 indivíduos, um valor ligeiramente superior ao verificado no sentido inverso, que foi de 4.562 indivíduos.

FIGURA 15 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM PALMELA SEGUNDO O MUNICÍPIO DE DESTINO DAS DESLOCAÇÕES POR MOTIVO TRABALHO E ESTUDO (2011) E VARIAÇÃO DO NÚMERO DE DESLOCAÇÕES (1991-2011)



Fonte: Elaboração própria com base em INE, Censos 2011

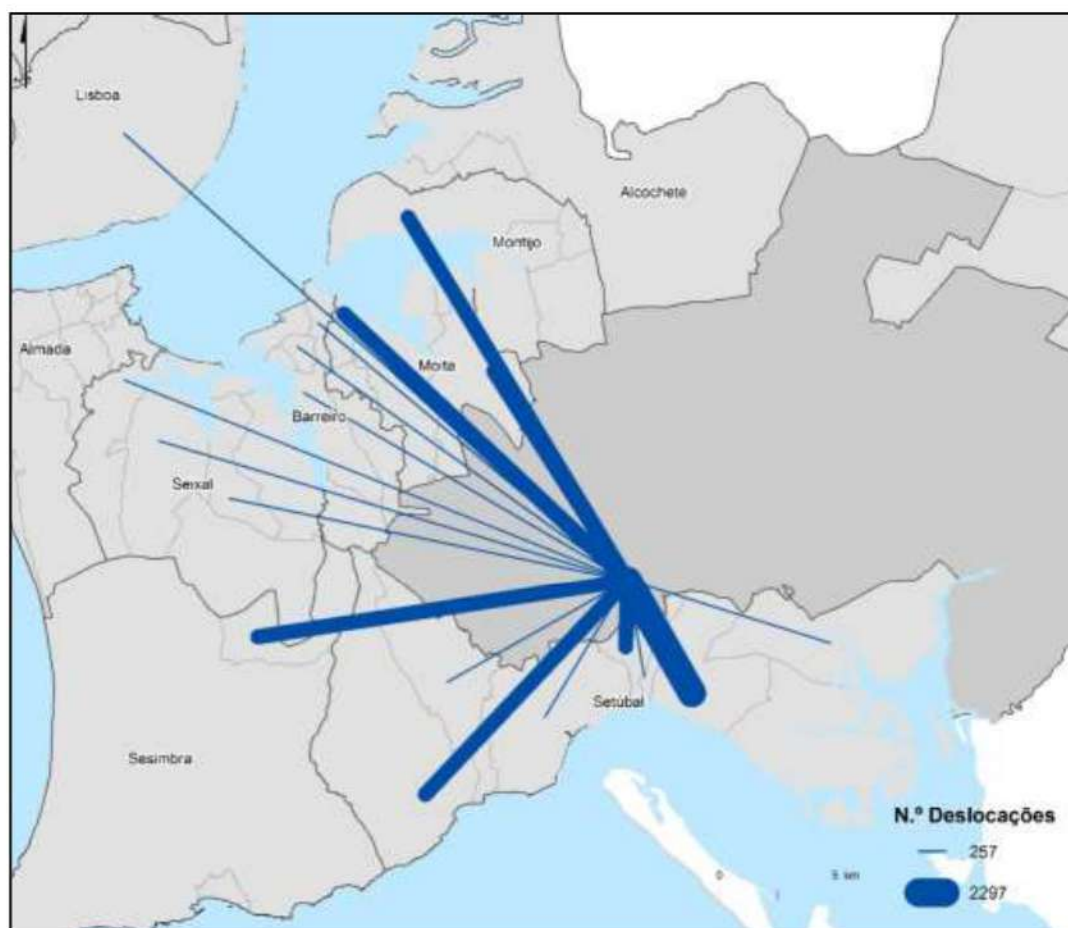
6.1.2. Mobilidade Intermunicipal

Detalhando a análise da mobilidade intermunicipal à freguesia, observa-se que capacidade de polarização do Município de Palmela é exercida, de forma mais evidente, sobre as freguesias pertencentes a **Municípios da Área Metropolitana Sul**, com destaque para a Moita (Freguesias de Alhos Vedros, Baixa da Banheira e Moita), Sesimbra (Freguesia de Quinta do Conde) e Setúbal (Freguesias de São Julião e São Sebastião), com as freguesias indicadas a registarem mais de 500 deslocações por motivos de trabalho ao estudo.

Embora com menor significado absoluto, importa ainda não descurar a capacidade de atração exercida sobre várias freguesias dos Municípios do Barreiro (Lavrado, Santo André, Alto do Seixalinho e Santo António da Charneca), Seixal (Amora, Arrentela e Corroios) e Setúbal (Nossa Sr.ª da Anunciada, Santa

Maria da Graça, São Lourenço, São Simão, Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e Sado) – a que se junta a freguesia do Montijo –, que geram um volume compreendido entre as 250 e 500 deslocações.

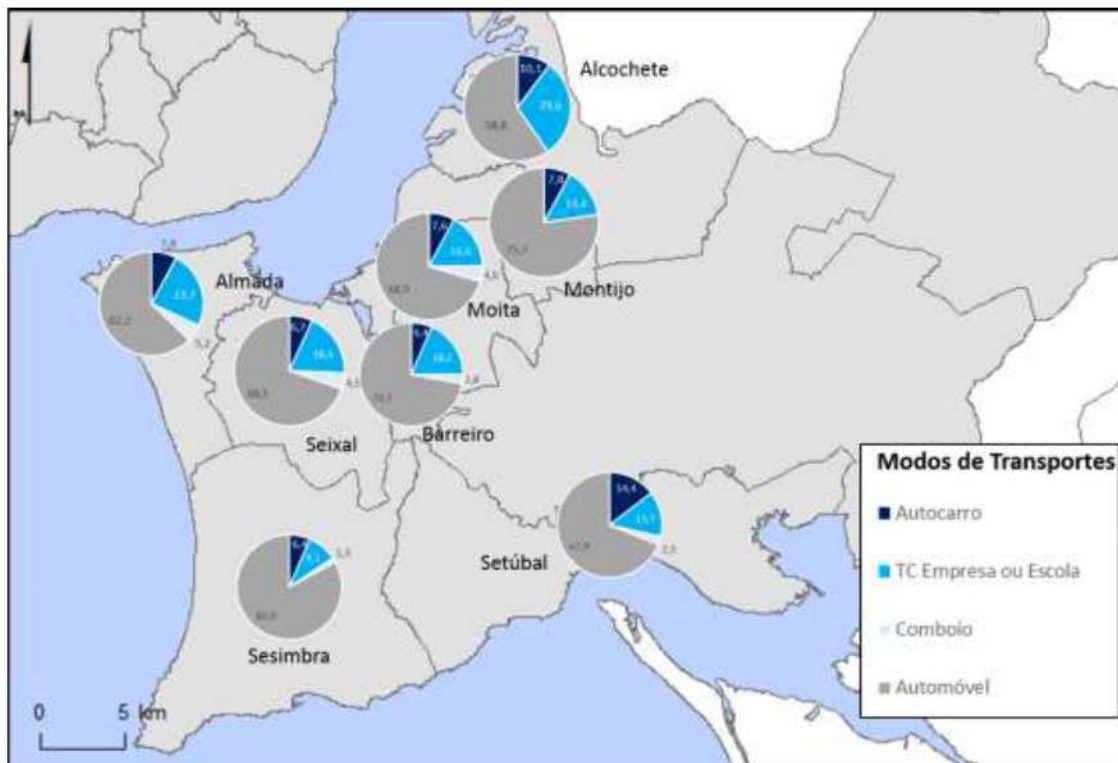
FIGURA 16 – ORIGEM DAS DESLOCAÇÕES POR MOTIVO DE TRABALHO/ESTUDO COM DESTINO NO MUNICÍPIO DE PALMELA (2011)*



* São representados apenas os fluxos com mais de 250 deslocações diárias por motivo de trabalho/estudo.
Fonte: Elaboração própria com base em INE, Censos 2011.

A análise da repartição modal destas deslocações em 2011 evidencia a elevada **dependência em relação ao TI** (automóvel individual como condutor e como passageiro), utilizado em mais de 50% das deslocações originadas na quase totalidade das freguesias da Área Metropolitana Sul com destino a Palmela (a freguesia do Laranjeiro, com 43,8% das deslocações, é a única exceção).

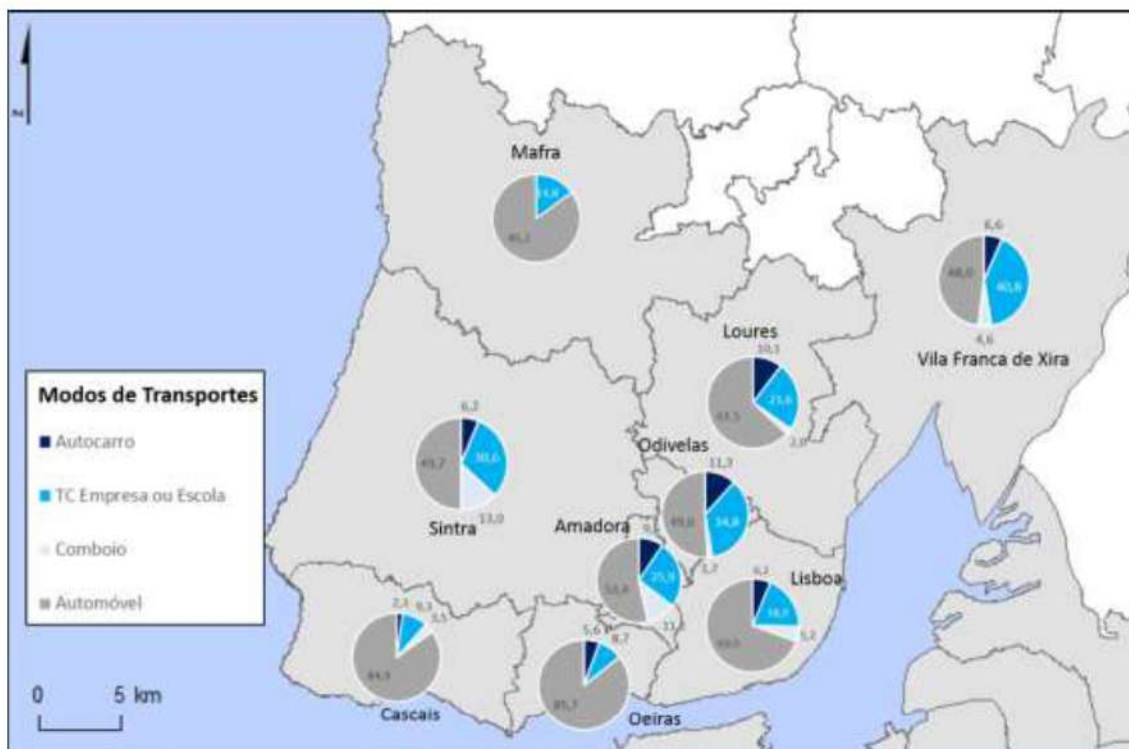
FIGURA 17 – REPARTIÇÃO MODAL DAS DESLOCAÇÕES POR MOTIVO DE TRABALHO/ESTUDO COM ORIGEM NA ÁREA METROPOLITANA SUL (2011)



Fonte: Elaboração própria com base em INE, Censos 2011

Importa também salientar o peso relativo detido pelo **TC da empresa ou escola**. Para além das deslocações originadas na Área Metropolitana Norte (designadamente nos Municípios da Amadora, Odivelas, Sintra e Vila Franca de Xira, onde suporta mais de 25% das deslocações), este modo tem uma expressão particularmente relevante nos fluxos destinados a Palmela e com proveniência das freguesias dos Municípios de Alcochete e Almada. Para esta situação em muito contribui a existência de diversas empresas no Município que disponibilizam TC contratualizados pelas próprias empresas para os seus trabalhadores, como é o caso de várias unidades industriais localizadas na freguesia da Quinta do Anjo.

FIGURA 18 – REPARTIÇÃO MODAL DAS DESLOCAÇÕES POR MOTIVO DE TRABALHO/ESTUDO COM ORIGEM NA ÁREA METROPOLITANA NORTE (2011)



Fonte: Elaboração própria com base em INE, Censos 2011

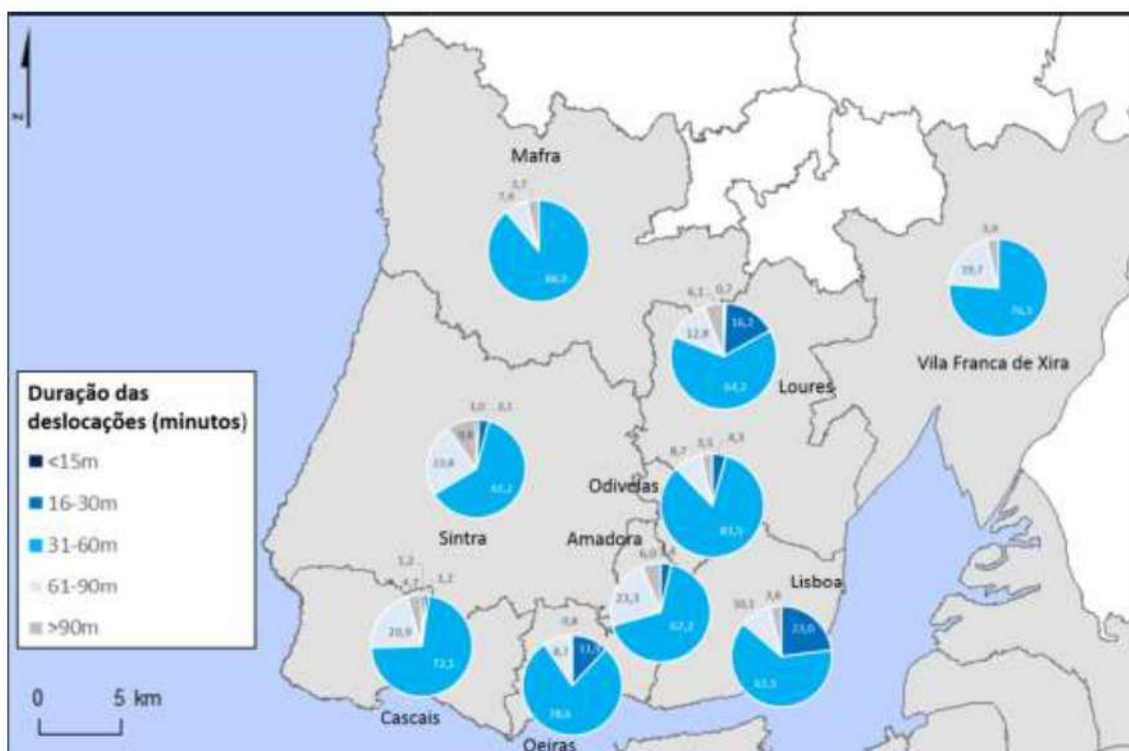
Quanto aos **TP coletivos**, mais precisamente no que se refere ao autocarro, é nas deslocações com origem nas freguesias dos Municípios de Almada, Moita e Setúbal que este detém maior representatividade, variando o peso destes modos entre os 10% e cerca de 20%. Por sua vez, o transporte ferroviário apresenta, de um modo geral, um peso inferior a 10% das deslocações, sendo as freguesias do Município de Almada aquelas em que este modo é mais relevante (nomeadamente nas freguesias de Caparica, Trafaria, Cacilhas, Pragal, Charneca de Caparica e Feijó). A oferta do serviço operado no Eixo Ferroviário Norte-Sul, que assegura a ligação da interface do Pragal (Almada), às várias interfaces ferroviárias do Município de Palmela (Penalva, Pinhal Novo, Venda do Alcaide e Palmela), é indissociável da relevância detida por este modo de transporte.

Os **demaís modos de transporte** ostentam, *grosso modo*, uma expressão residual.

Finalmente, no que diz respeito aos **tempos de deslocação**, estes são indissociáveis das distâncias a percorrer. Assim, são as deslocações originadas na Área Metropolitana Norte aquelas cujo tempo de percurso é mais significativo, predominando as deslocações que têm uma duração de 31-60 minutos

(representam mais de 60% das deslocações com origem em todos estes Municípios, sendo em Mafra e Odivelas que detêm maior expressão).

FIGURA 19 – DURAÇÃO DAS DESLOCAÇÕES POR MOTIVO DE TRABALHO/ESTUDO COM ORIGEM NA ÁREA METROPOLITANA NORTE (2011)



Fonte: Elaboração própria com base em INE, Censos 2011

Já no caso das **freguesias da Área Metropolitana Sul**, naquelas que pertencem aos -Municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Seixal e Setúbal, são largamente maioritárias (i.e. mais de 50% do total) as deslocações com duração compreendida entre 16-30 minutos.

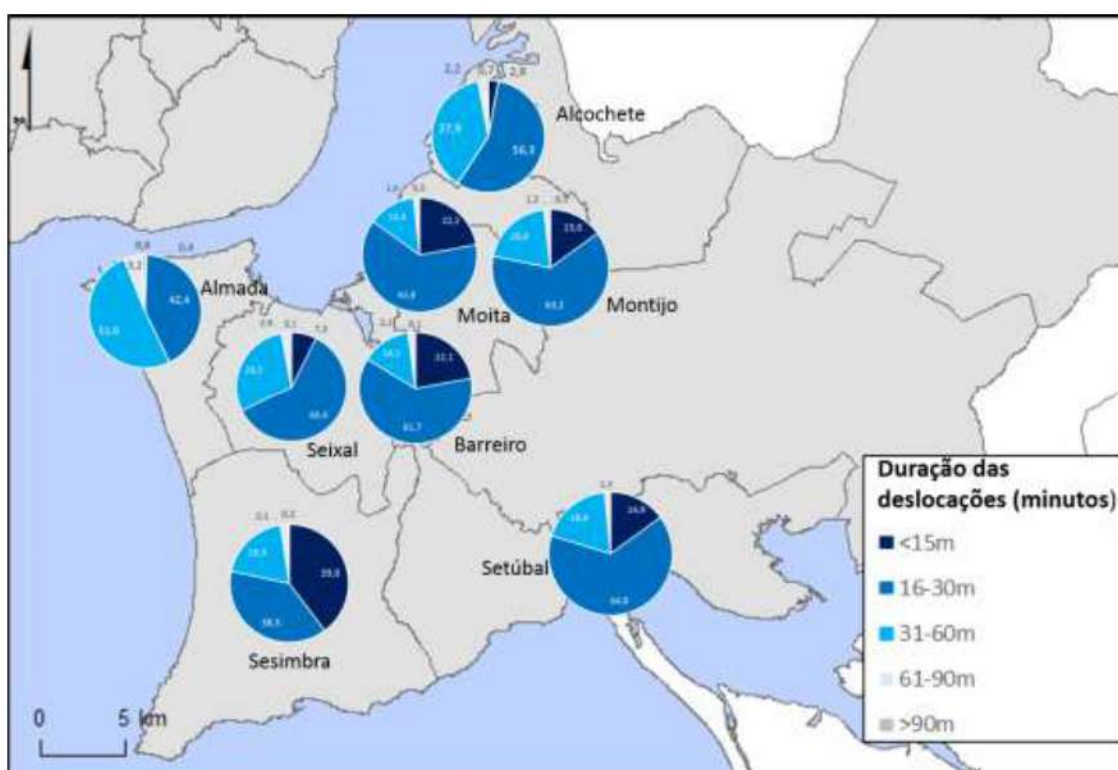
No caso do Município de Almada, a maior distância em relação a Palmela acaba por determinar que em várias freguesias o tempo de deslocação predominante (representativo de mais de 50% do total de deslocações) seja de 31-60 minutos, a saber: Almada, Costa da Caparica, Trafaria, Cacilhas e Charneca de Caparica (nas demais freguesias a maioria das deslocações é realizada em 16-30 minutos).

No que respeita ao Município do Montijo, mais especificamente nas freguesias de Montijo, Santo Isidro de Pegões, Sarilhos Grandes, Atalaia e Afonsoeiro, a maioria dos residentes realiza as suas viagens com destino a Palmela em 16-30 minutos. Por sua vez, nas freguesias de Alto-Estanqueiro-Jardia e Pegões as

viagens são realizadas em menos de 15 minutos, enquanto que na freguesia de Canha demoram entre 31-60 minutos.

Finalmente, em Sesimbra, e em concreto nas freguesias de Sesimbra – Castelo e Sesimbra – Santiago, as deslocações com destino em Palmela demoram, na sua maioria, entre 31-60 minutos. Já nas deslocações originadas pela freguesia de Quinta do Conde são predominantes as que têm uma duração inferior a 15 minutos.

FIGURA 20 – DURAÇÃO DAS DESLOCAÇÕES POR MOTIVO DE TRABALHO/ESTUDO COM ORIGEM NA ÁREA METROPOLITANA SUL (2011)



Fonte: Elaboração própria com base em INE, Censos 2011

Mobilidade dos residentes em Palmela que se deslocam para outros Municípios

Para a análise das deslocações dos residentes no Município de Palmela, procedeu-se à diferenciação do destino das viagens:

- Intermunicipais – com origem no Município de Palmela e destino em outro Município;
- Inframunicipais – com origem numa freguesia do Município de Palmela e destino noutra freguesia deste mesmo Município;
- Internas às freguesias – com origem e destino na mesma freguesia.

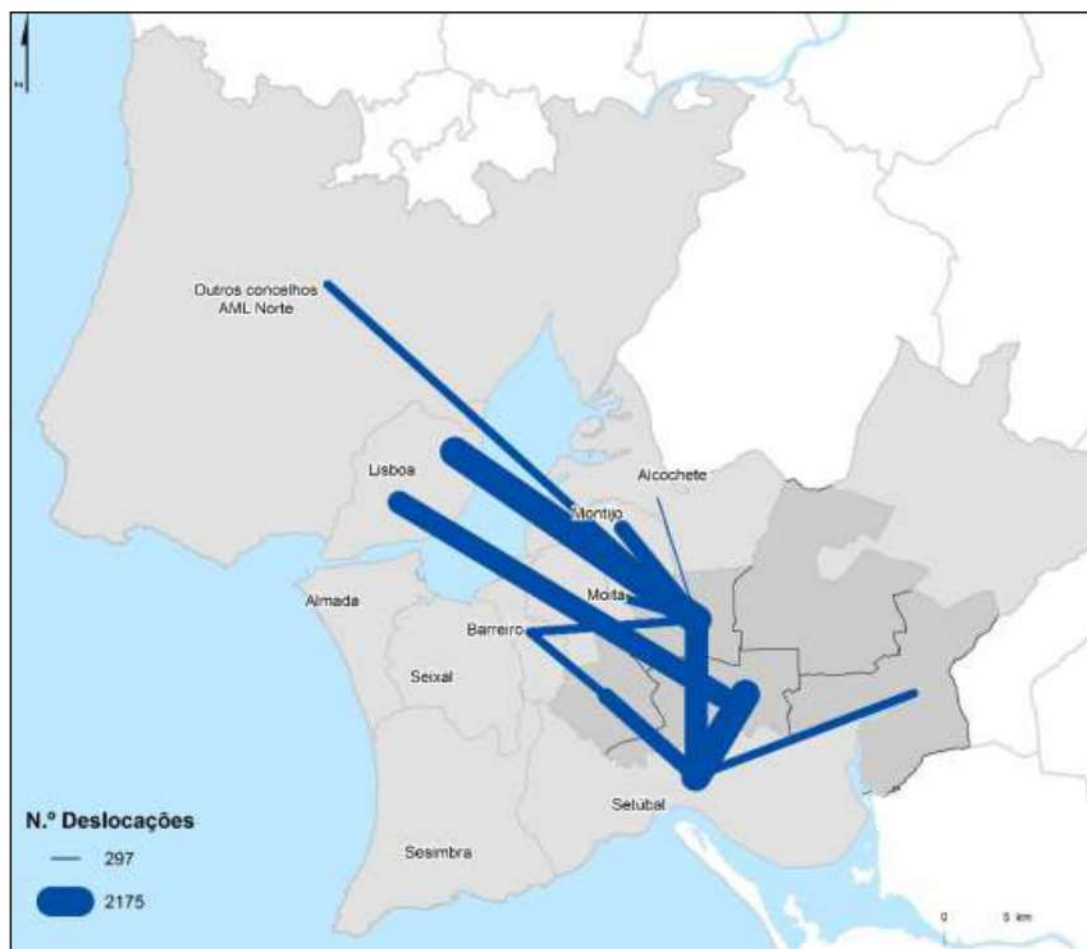
QUADRO 45 – TIPO DE DESLOCAÇÕES DOS RESIDENTES E ESTUDANTES (2011)

	Intrafreguesias		Intramunicipais		Intermunicipais		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Marateca	750	38,6	517	26,6	677	34,8	1.944
Palmela	4.076	41,3	1.690	17,1	4.101	41,6	9.867
Pinhal Novo	6.351	41,5	2.695	17,6	6.263	40,9	15.309
Quinta do Anjo	2.159	31,2	1.509	21,8	3.255	47,0	6.923
Poceirão	1.197	48,0	616	24,7	681	27,3	2.494

Fonte: INE, Censos 2011

Centrando a análise das deslocações intermunicipais dos residentes em Palmela por freguesia, constata-se que as maiores dependências funcionais deste território são: Lisboa (no caso das freguesias de Pinhal Novo e Quinta do Anjo, representando 30,6% e 36,0% das deslocações, respetivamente) e Setúbal (no caso das freguesias de Marateca, Palmela e Poceirão, onde este fluxo representa 73,3%, 53,5% e 34,7% do total de viagens com origem nestas freguesias).

FIGURA 21 – DESTINO DAS DESLOCAÇÕES POR MOTIVO DE TRABALHO/ESTUDO COM ORIGEM NAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE PALMELA (2011)*



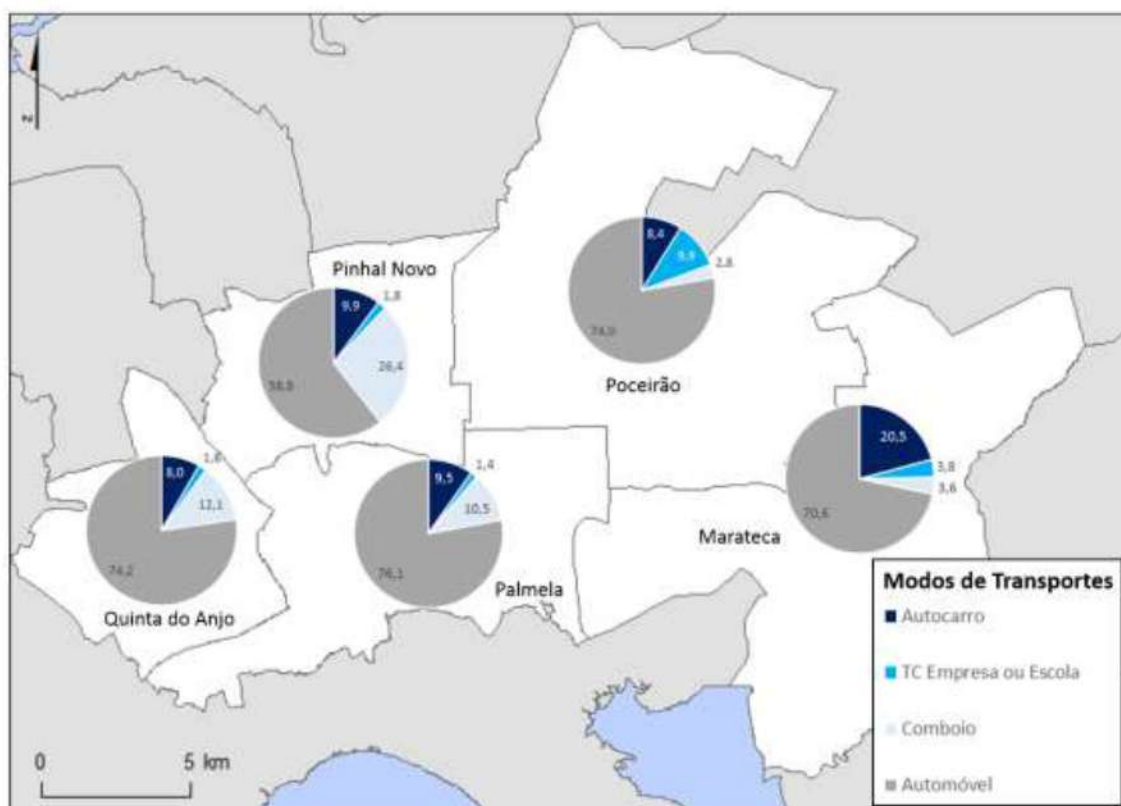
* São representados apenas os fluxos com mais de 250 deslocações diárias por motivo de trabalho/estudo.

Fonte: Elaboração própria com base em INE, Censos 2011

O TI (automóvel individual como condutor ou passageiro) é modo de transporte mais utilizado no cômputo das deslocações geradas na generalidade das freguesias:

- Marateca, representando mais de 50% de todas as viagens com destino a Municípios da AML;
- Palmela, onde este modo é largamente o mais utilizado, sendo que somente nas viagens para Lisboa (52,1%) e Almada (59,9%) o peso deste modo é inferior a 80% do total de deslocações;
- Pinhal Novo, com este modo a representar mais de 60% das viagens com destino aos vários Municípios da AML, com a exceção de dois casos: as viagens com destino a Lisboa (39,1%) e Almada (51,2%);
- Quinta do Anjo, onde o TI ascende a mais de 60% das viagens destinadas aos vários Municípios analisados, excetuando-se o caso de Lisboa (58,4%);
- Poceirão, sendo este modo largamente utilizado nas deslocações destinadas aos vários Municípios da AML, sendo superior a 65% das viagens para todos eles, e ascendendo mesmo a 100% no caso de Sesimbra.

FIGURA 22 – DISTRIBUIÇÃO MODAL DAS DESLOCAÇÕES POR MOTIVO DE TRABALHO/ESTUDO COM ORIGEM NAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE PALMELA (2011)

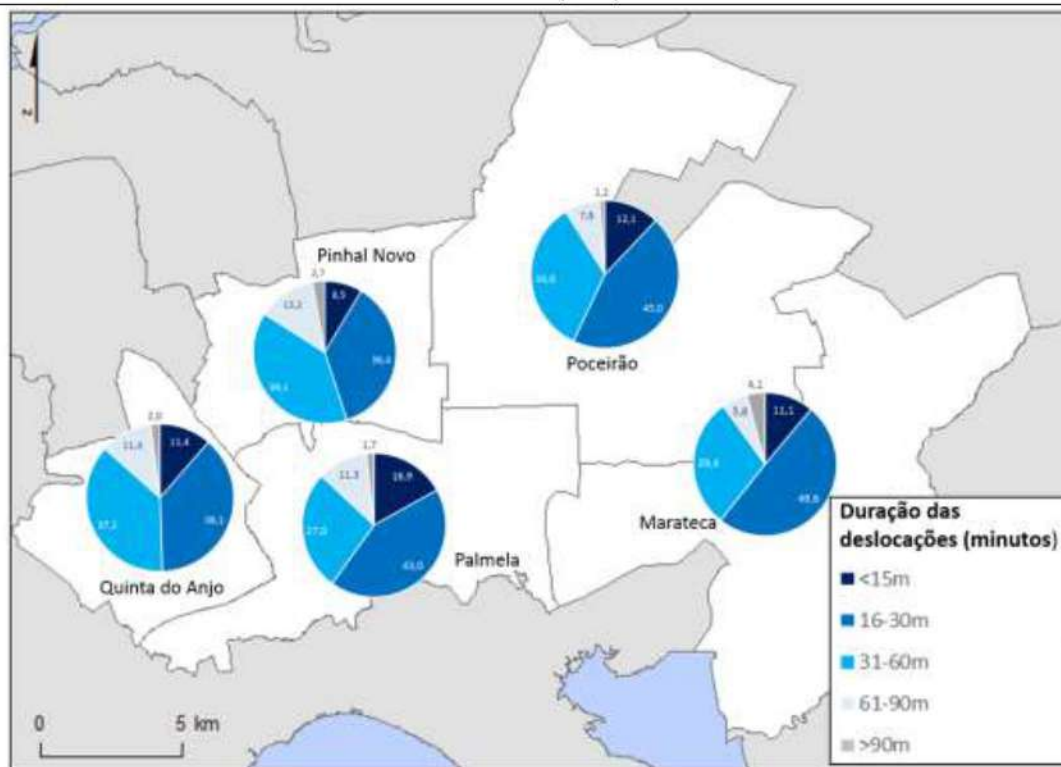


Fonte: Elaboração própria com base em INE, Censos 2011

Finalmente, no que diz respeito aos tempos de viagem, é possível observar que:

- Na Freguesia da Marateca predominam as deslocações com uma duração compreendida entre 31-60 minutos em relação à generalidade dos destinos. Excetua-se o caso de Sesimbra, em que 60% das deslocações demora mais de 90 minutos;
- Na Freguesia de Palmela, nas deslocações destinadas a Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Sesimbra e Setúbal predominam as que duram 16-30 minutos. Por sua vez, a maioria das deslocações para a Área Metropolitana Norte, Almada e Seixal demoram entre 31-60 minutos;
- Na Freguesia de Pinhal Novo, as viagens têm, maioritariamente, uma duração de 16-30 minutos. Constituem exceção as viagens destinadas a Lisboa e aos demais Municípios da Área Metropolitana Norte, assim como aquelas que são atraídas pelo Município de Almada, em que predominam as que absorvem entre 31-60 minutos (59,0%, 60,2% e 68,2%, respetivamente);
- Na Freguesia de Quinta do Anjo, apenas as viagens destinadas a Lisboa (63,4%), aos demais Municípios da Área Metropolitana Norte (65,4%) e a Almada (69,0%) ocorrem maioritariamente em 31-60 minutos. Nos demais Municípios predominam as deslocações realizadas em 16-30 minutos;
- Na Freguesia do Poceirão, as viagens que são atraídas pelos Municípios de Alcochete, Moita, Montijo e Setúbal demoram, na sua maioria, 16-30 minutos. Por sua vez, aquelas que se destinam a Lisboa, Almada, Barreiro, Seixal e Sesimbra têm, predominantemente, uma duração de 31-60 minutos.

FIGURA 23 – DURAÇÃO DAS VIAGENS POR MOTIVO DE TRABALHO/ESTUDO COM ORIGEM NAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE PALMELA (2011)



Fonte: Elaboração própria com base em INE, Censos 2011

6.1.3. Mobilidade Inframunicipal

A análise da **mobilidade inframunicipal** torna evidente que as deslocações que têm lugar no interior do Município de Palmela se destinam em larga medida às freguesias de residência, um aspeto particularmente notório nas Freguesias de Palmela e Pinhal Novo, as quais retêm, respetivamente, 70,7% e 70,2% das deslocações por motivo de trabalho ou estudo.

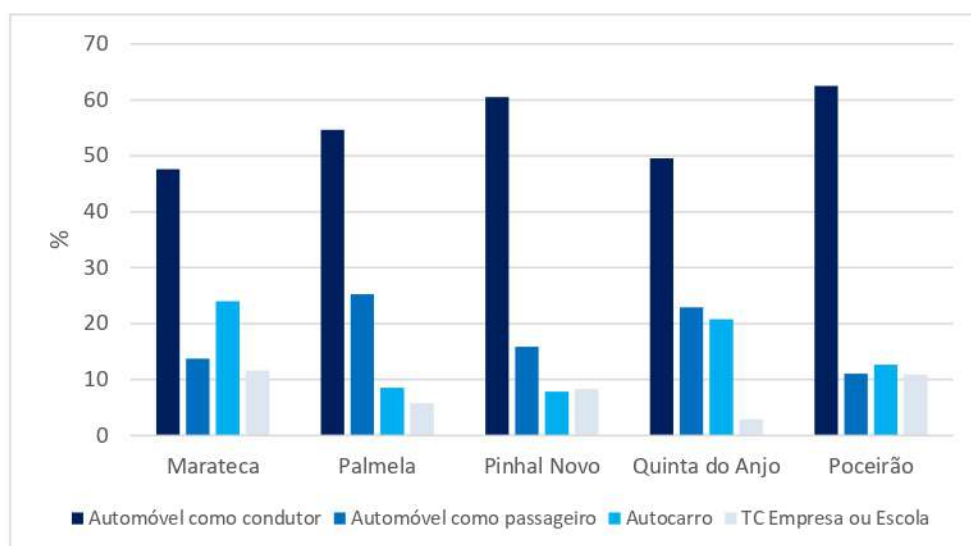
QUADRO 46 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM PALMELA SEGUNDO O DESTINO DAS DESLOCAÇÕES INTRAMUNICIPAIS POR MOTIVO TRABALHO E ESTUDO (2011)

	2011 (%)
Marateca	
Freguesia onde reside	59,1
Outra freguesia do Município	40,9
Palmela	
Freguesia onde reside	70,7
Outra freguesia do Município	29,3
Pinhal Novo	
Freguesia onde reside	70,2
Outra freguesia do Município	29,8
Quinta do Anjo	
Freguesia onde reside	58,9
Outra freguesia do Município	41,1
Poceirão	
Freguesia onde reside	66,0
Outra freguesia do Município	34,0

Fonte: INE, Censos 2011

Quanto à **repartição modal**, a predominância do TI (automóvel como condutor ou passageiro) faz-se notar de forma particularmente acentuada nas deslocações com destino noutras freguesias do Município, com um peso na repartição modal superior a 70% na generalidade das freguesias, com a exceção da antiga freguesia da Marateca (61,3%).

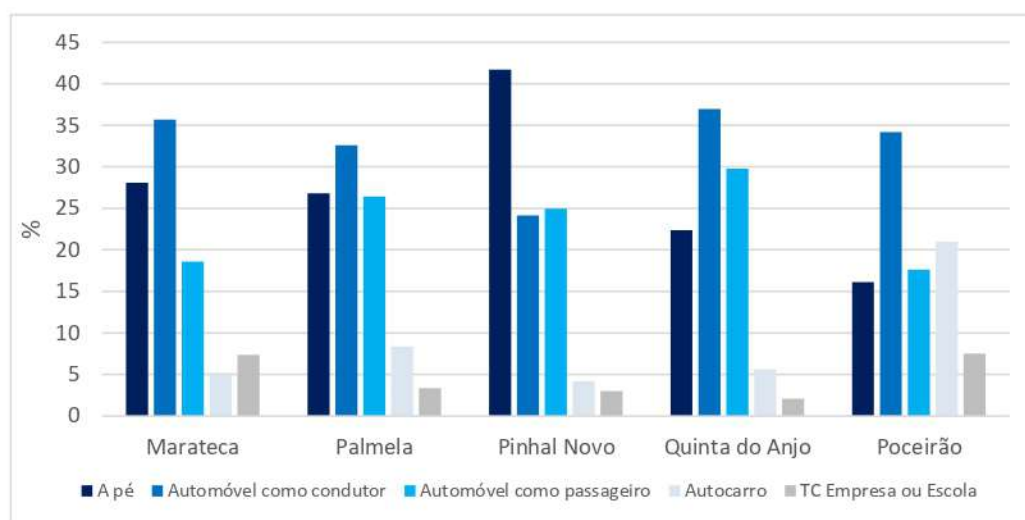
FIGURA 24 – PRINCIPAIS MODOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS NAS DESLOCAÇÕES COM DESTINO NOUTRA FREGUESIA DO MUNICÍPIO DE PALMELA (2011)



Fonte: Elaboração própria com base em INE, Censos 2011

No caso das deslocações internas à própria freguesia, apenas no caso do Pinhal Novo o TI tem uma representatividade inferior a 50% (49,1%). No âmbito destas deslocações, importa ainda salientar o modo pedonal, responsável por 41,7% das deslocações realizados no Pinhal Novo e por mais de 20% das deslocações ocorridas nas Freguesias de Marateca (28,0%), Palmela (26,8%) e Quinta do Anjo (22,4%). Em relação à Freguesia do Poceirão, o autocarro tem uma participação particularmente relevante nas deslocações internas à freguesia, ascendendo a 21,0% deste fluxo.

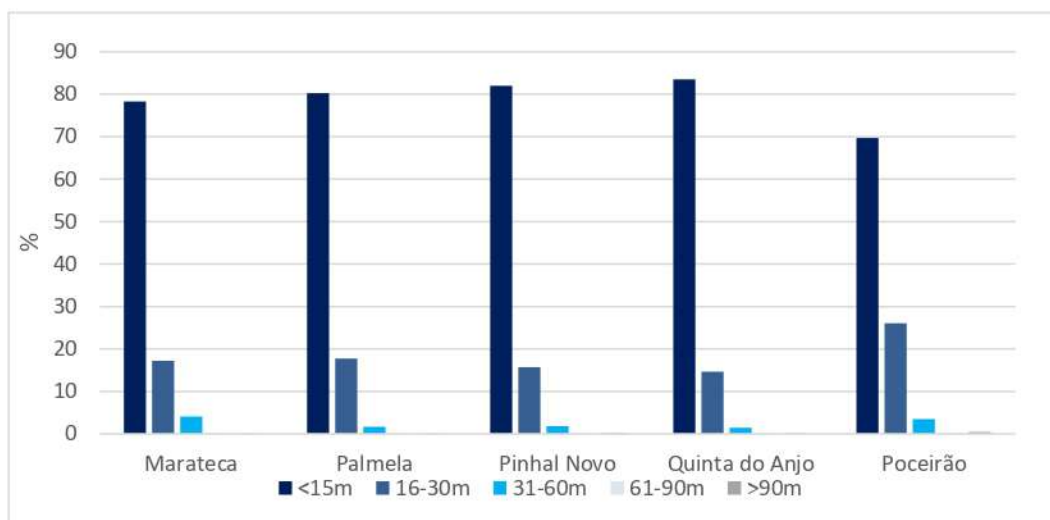
FIGURA 25 – PRINCIPAIS MODOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS NAS DESLOCAÇÕES INTERNAS ÀS FREGUESIAS (2011)



Fonte: Elaboração própria com base em INE, Censos 2011

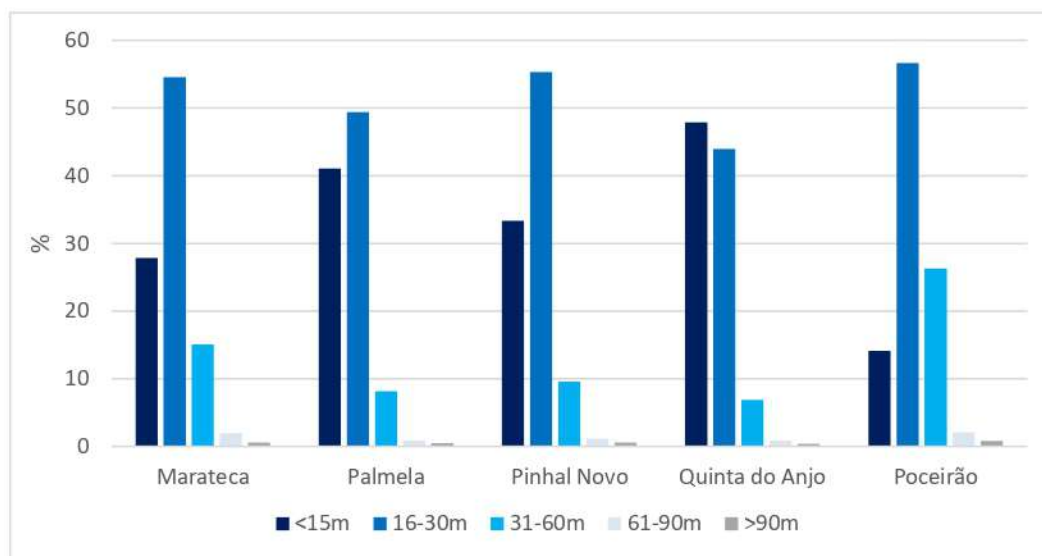
Finalmente, no que diz respeito à **duração das deslocações**, aquelas que têm lugar no interior das freguesias de residência são predominantemente realizadas em menos de 15 minutos, sendo a (antiga) Freguesia do Poceirão aquela em que esta classe de tempo é menos representativa (ainda assim averbando 69,7% das deslocações). Por sua vez, a análise das deslocações para outras freguesias do Município de Palmela mostra que estas são, na sua maioria, realizadas em 16-30 minutos.

FIGURA 26 – DURAÇÃO DAS DESLOCAÇÕES POR MOTIVO DE TRABALHO/ESTUDO REALIZADAS NA FREGUESIA DE RESIDÊNCIA (2011)



Fonte: Elaboração própria com base em INE, Censos 2011

FIGURA 27 – DURAÇÃO DAS DESLOCAÇÕES POR MOTIVO DE TRABALHO/ESTUDO COM DESTINO NOUTRA FREGUESIA DO MUNICÍPIO DE PALMELA (2011)



Fonte: Elaboração própria com base em INE, Censos 2011

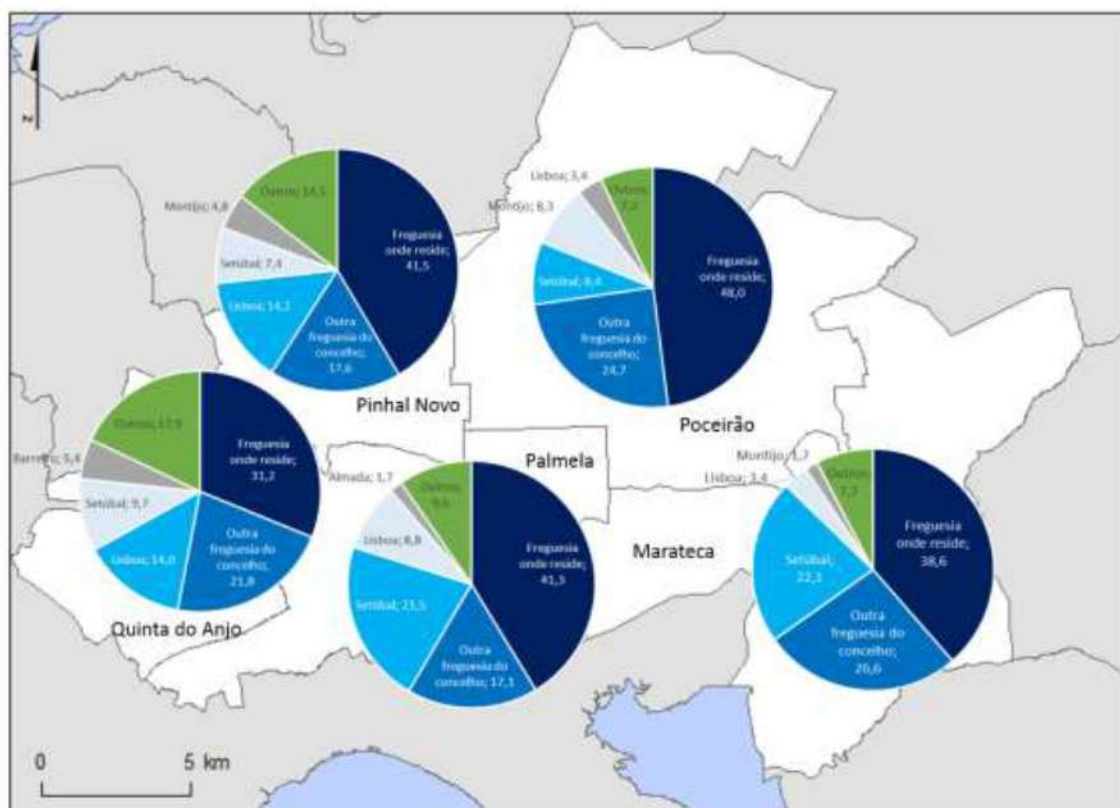
6.1.4. Síntese

A análise dos padrões de mobilidade colocou em evidência o forte crescimento das deslocações com origem no Município de Palmela que, no período 2001-2011, se cifraram numa variação de +14,9%, muito acima da variação positiva registada no cômputo da AML (+3,7%).

Setúbal e Lisboa constituem-se como os principais destinos destas deslocações, ainda que com tendências evolutivas diferenciadas. Se no primeiro caso se verifica uma perda relativa de importância (o fluxo destinado a Setúbal diminui -3,7% entre 1991-2011), em relação a Lisboa o aumento foi significativo (com um acréscimo de +223,2% – de 1.288 para 4.163 deslocações).

De notar que as deslocações realizadas no interior da freguesia de residência são o principal destino das deslocações casa-trabalho/casa-escola em todas as freguesias de Palmela, seguindo-se as deslocações para outras freguesias do Município. Por sua vez, Lisboa apresenta-se como o principal destino externo das deslocações geradas em Pinhal Novo (2.175 deslocações) e Quinta do Anjo (969 deslocações), enquanto Setúbal é o principal pólo atrator dos fluxos originados em Marateca (429 deslocações), Palmela (2.118 deslocações) e Poceirão (210 deslocações).

FIGURA 28 – PRINCIPAIS DESTINOS DAS DESLOCAÇÕES COM ORIGEM NAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE PALMELA (2011)



Fonte: Elaboração própria com base em INE, Censos 2011

Noutra perspetiva, entre 1991 e 2011 assistiu-se igualmente ao reforço da atratividade de Palmela no contexto da AML, destacando-se os importantes fluxos resultantes da polarização exercida sobre os Municípios de Setúbal (4.912 deslocações), Moita (2.003 deslocações), Barreiro (1.576 deslocações) e Seixal (1.403 deslocações).

A análise dos padrões de mobilidade deixa ainda transparecer uma forte dependência relativa do TI (automóvel individual como condutor e como passageiro).

6.2 Transporte Individual e Acessibilidades Rodoviárias

A análise desenvolvida no presente capítulo incide no TI e acessibilidades rodoviárias. Relativamente à primeira dimensão, enfoca-se a evolução da taxa de motorização no Município de Palmela (contextualizando-a face à evolução registada na Península de Setúbal, Grande Lisboa e AML) e na análise evolutiva da procura nas principais vias da rede rodoviária fundamental e complementar (IP e IC com perfil de autoestrada).

Quanto à segunda dimensão, atenta-se primeiramente na caracterização da procura registada nas principais infraestruturas rodoviárias que garantem a conectividade externa do Município de Palmela (i.e. a rede rodoviária nacional fundamental e complementar integrante da rede nacional de autoestradas). De seguida, é apresentado um ponto de situação quanto à execução da rede proposta no PRN 2000 e um breve diagnóstico dos principais constrangimentos existentes. Por fim, é ainda apresentada uma proposta de hierarquia da rede viária.

6.2.1. Evolução da Taxa de Motorização

Atendendo ao **papel detido pelo TI** nas deslocações realizadas pela população residente no Município de Palmela, faz-se incidir a análise na evolução da taxa de motorização⁶⁸. Este indicador revela que, em 2016, a motorização da população é relativamente elevada, ascendendo a 543 veículos por 1.000 habitantes. Um valor superior ao verificado no contexto da AML e da Península de Setúbal (514 e 466 veículos por 1.000 habitantes, respetivamente). A explicação para esta situação não deverá deixar de estar relacionada com a dimensão territorial do Município (o maior da AML) e com a existência de algumas áreas de edificação dispersa, nomeadamente na área Nascente do município, não servidas ou com oferta deficitária de TP.

QUADRO 47 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE MOTORIZAÇÃO (2007-2013)

	2007	2009	2011	2013	2016
AML	471	460	492	500	514
Grande Lisboa	490	476	510	518	532
Península de Setúbal	421	418	445	452	466
Palmela	478	472	514	528	543

Fonte: Elaboração própria com base em INE, Censos 2001, Anuários Estatísticos (2014, 2012, 2010 e 2008) e Estimativas anuais da população residente - 2016; e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, Parque Automóvel Seguro

⁶⁸ Para o cálculo da taxa de motorização consideraram-se os automóveis ligeiros e mistos.

O **perfil de evolução da taxa de motorização** no período considerado (2007-2016) é semelhante nos vários contextos territoriais analisados. Concretizando, observa-se um declínio acentuado no ano de 2009, seguido de uma recuperação no ano de 2011, mantendo-se a tendência de crescimento até 2016.

6.2.2. Acessibilidades Rodoviárias

Considerando os projetos previstos no PRN 2000, constata-se que a **rede de infraestruturas rodoviárias estruturantes da Península de Setúbal** encontra-se praticamente concretizada. Note-se que grande parte dos projetos tem concretização relativamente recente, facto que contribuiu para a melhoria significativa da acessibilidade dos Municípios da Margem Sul do Tejo.

No caso de Palmela, as acessibilidades de nível regional foram concluídas com a execução do IC11/A13. Tanto mais que o prolongamento previsto do IC3/A33 foi suspenso, nomeadamente pelo abandono do projeto de construção do NAL no Campo de Tiro de Alcochete.

Por outro lado, tendo em conta os **projetos previstos para a AML**, e não obstante o protelamento de alguns deles, que se encontram ainda assim em agenda, verifica-se que as acessibilidades das áreas urbanas compreendidas entre as principais vias radiais, e que serão influenciadas por estas infraestruturas, é ainda significativamente inferior ao desejável. Com efeito, atesta-se da necessidade de equacionar a construção de variantes a algumas dessas mesmas áreas urbanas.

Face à ausência de iniciativa por parte da Administração Central, a Autarquia de Palmela chamou a si a responsabilidade de iniciar os estudos necessários à sua construção. É disso exemplo a Variante ao Pinhal Novo, cujo traçado numa sua solução a Poente da EN252, chegou mesmo a ser aprovado pela EP – Estradas de Portugal, S.A. É também o caso da Variante à EN379 que possui já Estudo Prévio, embora a EP – Estradas de Portugal, S.A. não considere pertinente equacionar a sua concretização no curto prazo. A Câmara Municipal de Palmela apresentou, entretanto, um conjunto de propostas a esta entidade que visam a melhoria de diversos nós viários.

Importa ainda salientar que se considera que o eixo Montijo/Pinhal Novo/Setúbal, estruturado pela acessibilidade introduzida pela Ponte Vasco da Gama e pelo IC32/A33, possui um potencial de desenvolvimento ainda pouco explorado, em parte devido à ausência de uma hierarquia viária funcionalmente definida, capaz de articular estas vias de âmbito regional com as redes intra e intermunicipais. Atualmente, a única via de maior capacidade a estabelecer a ligação entre os núcleos urbanos localizados no eixo Montijo/Pinhal Novo/Setúbal é a EN252, em relação à qual se observa uma forte dependência.

Acresce que as conexões aos municípios limítrofes (e.g. Setúbal, Montijo, Moita, Sesimbra) e ao Arco Ribeirinho Sul evidenciam algumas fragilidades, com fortes estrangulamentos no atravessamento dos aglomerados, afigurando-se premente a sua melhoria, no sentido de potenciar a articulação no interior da Península de Setúbal.

Por sua vez, o REOT, elaborado em 2003, no capítulo referente à **Rede Viária e Acessibilidades**, identifica um conjunto de conflitos, na rede viária municipal que se passam a transcrever:

- Descontinuidades, derivadas das ligações entre vias que não asseguram continuidades dos alinhamentos, dificultando a legibilidade da hierarquia da própria rede;
- Estrangulamentos, motivados pelo facto de o perfil transversal de algumas vias diminuir pontualmente, verificando-se a subsequente diminuição de capacidade da mesma;
- Falta de capacidade de algumas vias e nós para escoar adequadamente o tráfego registado em alguns períodos de maior procura;
- Problemas de implantação e projeto, associados ao traçado da via, que apresenta problemas relacionados com a má visibilidade em alguns troços, raios de curvatura e declives acentuados;
- Geometria do nó, quando a disposição formal do nó não se ajusta às funções das vias existentes;
- Ocupação marginal excessiva em determinados troços da sua extensão, que lhe diminui a capacidade de escoamento dos fluxos e em algumas situações causa problema de segurança rodoviária;
- Estacionamento irregular ao longo da via que perturba o normal funcionamento da circulação, afetando o seu nível hierárquico;
- Sucessão de nós, quando nós consecutivos não apresentam um espaçamento satisfatório, induzindo a inúmeros pontos de conflito que impossibilitam o escoamento necessário da via em questão.⁶⁹

Em relação aos **pontos de conflito**, e não obstante o seu levantamento ter sido realizado em 2001, as questões identificadas mantêm a sua atualidade, constituindo-se como aspetos a serem tomados como referência pela Autarquia no âmbito do planeamento das suas intervenções de melhoria e conservação da rede.

⁶⁹ Cf. CMP – DP (2003), REOT – Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Palmela, p. 385.

No âmbito do REOT evidenciava-se a **ausência de vias secundárias** que permitissem uma adequada e eficiente coleta e distribuição do tráfego rodoviário, traduzindo-se na dificuldade de orientação na circulação de veículos e em problemas ao nível da cobertura e da ligação entre aglomerados principais e secundários. Este é um problema com que se deparavam vários municípios da Península de Setúbal, tendo este aspeto sido inclusivamente objeto de recomendações no PEDEPES, que se passa a citar: *“Deverá ser assegurada uma transição lógica entre a rede arterial e principal da Península de Setúbal, orientadas predominantemente para o serviço de atravessamento e de ligação entre os seus principais aglomerados, e a rede eminentemente urbana, de serviço mais local”*.

Finalmente, destaca-se ainda **algumas questões assinaláveis ao nível da inserção urbana** de EN e EM, bem como alguma falta de capacidade não só nas vias, mas sobretudo nalguns nós de acesso.

Relativamente aos investimentos realizados pela autarquia neste setor, a maioria referia-se à construção de arruamentos, repavimentações e sinalização. Portanto, intervenções que pretendem, sobretudo, melhorar as condições da rede viária existente.

6.2.3. Hierarquia da Rede Rodoviária

De acordo com o PRN em vigor (PRN 2000), a Rede Rodoviária existente, no Município de Palmela, é constituída por Estradas da Rede Rodoviária Nacional (RRN), designadamente:

- a) **Rede Nacional Fundamental: Itinerário Principal** (IP1/A12, IP7/A2);
- b) **Rede Nacional Complementar: Itinerário Complementar** (IC1, IC3/A12, IC11/A13, IC21/A39);
- c) **Estradas Nacionais** (EN4, EN10, EN252, EN379, EN379-2);
- d) **Estradas Regionais** (ER5);
- e) **Estradas Nacionais Desclassificadas** (EN10, EN118).

6.2.3.1. Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais – IP)

Integram Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais – IP) as seguintes vias estruturantes:

- **IP1/A12** - decorre no sentido Norte-Sul entre o limite municipal com o município de Alcochete e o nó com o IP7/A2 que decorre transversalmente, advindo da Ponte Vasco da Gama;
- **IP7/A2** - desenvolve-se no sentido Nascente Poente, entre o limite municipal com o município de Setúbal (freguesia de Azeitão) e o limite municipal com o município de Vendas Novas.

6.2.3.2. Rede Nacional Complementar (Itinerários Complementares – IC)

Integra os troços seguintes troços.

- **IC1** - desenvolve-se na freguesia de Poceirão e Marateca, entre o IP7/A2 e o limite Sul com o município de Alcácer do Sal;
- **IC3/A12** - entre o IP7/A2, na freguesia de Palmela, e a cidade de Setúbal;
- **IC11/A13** - atravessa o município entre o limite municipal com o município do Montijo e o IP7/A2, já no município de Montemor-o-Novo;
- **IC21/A39** - desenvolve-se entre o limite municipal com o município do Barreiro e o IP7/A2, no limite Poente do município.

6.2.3.3. Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais – EN) sob jurisdição da IP

Trata-se das seguintes vias:

- **EN4** - atravessa o município nas freguesias de Pinhal Novo e Poceirão e Marateca, entre os municípios de Alcochete e Montijo; • **EN10**, desenvolve-se entre o Montijo e Setúbal, utilizando parte do IC1;
- **EN252** - provém do município do Montijo e desenvolve-se até ao limite municipal com o município de Setúbal, na freguesia de Palmela;
- **EN379** - decorre entre o limite municipal com o município de Sesimbra, a poente, e o entroncamento com a EN252 na freguesia de Palmela;
- **EN379-2** - entronca com a EN379, provindo do município da Moita.

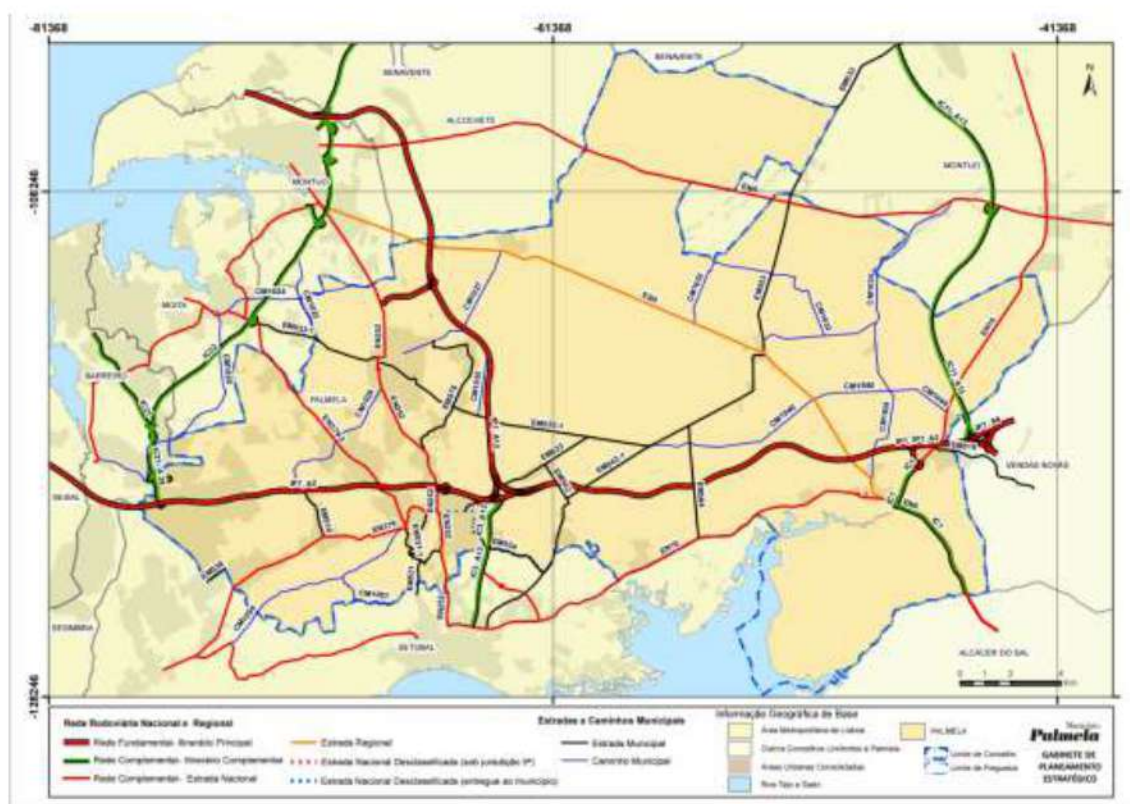
6.2.3.4. Estradas Regionais sob a jurisdição da IP

- **ER5** - decorre entre o limite municipal com o município de Alcochete e o entroncamento com a EN10, na freguesia de Poceirão e Marateca.

6.2.3.5. Estradas Nacionais Desclassificada sob a jurisdição da IP

- **EN10** - liga a ER5 e a EN10, no sentido nascente-poente;
- **EN118** - estrada paralela ao IP1/A12, que se desenvolve entre a ER5 e o município de Alcochete.

FIGURA 29 – HIERARQUIA DA REDE VIÁRIA



Fonte: Elaboração própria

6.2.4. Indicadores de Acessibilidade

Para aferição da cobertura espacial da rede e dos níveis de acessibilidade proporcionados procedeu-se ao cálculo de alguns indicadores:

- Índice de Permeabilidade (km de estrada/km² de área), que permite aferir da cobertura territorial da rede.
- Índice de Densidade (km de estrada/1.000 habitantes), que permite avaliar da cobertura da rede face ao número de habitantes.

O **Índice de Permeabilidade** foi calculado para o IP/IC e EN/ER (Quadro 48). A análise dos resultados obtidos permite verificar que, no caso do IP/IC, a freguesia de Palmela é aquela que apresenta maior permeabilidade (com um valor que duplica a média do Município). Em contraste, a (antiga) Freguesia do Poceirão não possui qualquer infraestrutura rodoviária desta natureza. As demais freguesias apresentam valores muito próximos (entre 0,21 e 0,22 km de estrada/km² de área).

QUADRO 48 – ÍNDICE DE PERMEABILIDADE

	IP/IC	EN/ER	Total (IP/IC/EN/ER)
Palmela	0,17	0,17	0,34
Marateca	0,22	0,16	0,38
Palmela	0,34	0,20	0,54
Pinhal Novo	0,22	0,23	0,45
Quinta do Anjo	0,21	0,17	0,38
Poceirão	0,00	0,15	0,15

Fonte: Elaboração própria

Por sua vez, em relação às EN/ER, é a freguesia do Pinhal Novo que apresenta a maior permeabilidade territorial (com 0,23 km de estrada/km² de área). As freguesias de cariz mais rural – i.e. Poceirão e Marateca (com 0,15 e 0,16, respetivamente) – são as únicas que registam um valor inferior à média do território municipal (0,17 km de estrada/km² de área).

Considerando o conjunto das infraestruturas rodoviárias (IP/IC/EN/ER), verifica-se que a freguesia de Palmela é aquela que apresenta uma maior permeabilidade (0,54 km de estrada/km² de área), seguindo-se a freguesia de Pinhal Novo (0,45 km de estrada/km² de área). A Freguesia de Quinta do Anjo e a (antiga) Freguesia da Marateca ostentam um valor semelhante (0,38), enquanto a (antiga) Freguesia do Poceirão (0,15) é a única a averbar um registo inferior à média do Município (0,34).

Quanto ao **Índice de Densidade** (Quadro 49), a (antiga) Freguesia de Marateca é largamente aquela que regista o valor mais elevado, com 13,43 km de estrada/1.000 habitantes no cômputo das vias consideradas (IP/IC/EN/ER). Para além desta, somente a (antiga) Freguesia do Poceirão (com 4,63) apresenta um valor superior à média do Município para este indicador (2,51 km de estrada/1.000 habitantes). O facto destas freguesias apresentarem uma cobertura razoável de infraestruturas rodoviárias (no caso do Poceirão apenas EN/ER), conjugado com os relativamente reduzidos efetivos populacionais (3.724 habitantes na antiga Freguesia de Marateca e 4.758 habitantes na antiga Freguesia do Poceirão, segundo o INE – Censos 2011), justificam os valores alcançados.

QUADRO 49 – ÍNDICE DE DENSIDADE

	IP/IC	EN/ER	Total (IP/IC/EN/ER)
Palmela	1,24	1,28	2,51
Marateca	7,68	5,75	13,43
Palmela	1,50	0,88	2,38
Pinhal Novo	0,48	0,51	0,98
Quinta do Anjo	0,92	0,73	1,66
Poceirão	0,00	4,63	4,63

Fonte: Elaboração própria

Por sua vez, a Freguesia do Pinhal Novo, com 0,98 km de estrada/1.000 habitantes (considerando as redes de IP/IC/EN/ER) é aquela que apresenta o menor Índice de Densidade do Município de Palmela, com um valor bastante inferior à média.

6.2.5. Caraterização da Procura

Com o intuito de avaliar a procura na rede rodoviária do Município de Palmela e da Península de Setúbal, faz-se incidir a análise na evolução do tráfego automóvel na Rede Fundamental (com perfil de autoestrada), no período 2008-2014 (Quadro 50).

A análise desta informação permite aferir de uma redução generalizada do tráfego nos vários troços analisados. É de notar que, com a exceção das duas Travessias do Tejo (Ponte 25 de Abril e Ponte Vasco da Gama), a contração da procura foi superior a 20% nos demais troços no período 2008-2014. Os troços correspondentes a Fogueteiro–Coina (-35,9%), Nó da A2/A12–Setúbal (-32,1%) e Nó da A2/A6/A13–Pegões foram aqueles em que o tráfego apresentou as maiores quebras relativas.

Importa ainda assinalar que foi no período 2010-2012 que se registaram as maiores quebras de tráfego, destacando-se os seguintes troços:

- Nó da A2/A6/A13 – Pegões (-30,1%);
- Nó da A2/A6/A13 – Alcácer do Sal (-25,6%);
- Montijo – Pinhal Novo (24,9%)
- Nó da A2/A6/A13 – Vendas Novas (-24,2%);
- Marateca – Nó da A2/A6/A13 (-24,2%).

QUADRO 50 – TRÁFEGO MÉDIO ANUAL NOS IP E IC QUE ATRAVESSAM O MUNICÍPIO DE PALMELA, 2008-2014

Via	Troço	TMD Anual				Variação TMD Anual (%)			
		2008	2010	2012*	2014*	08-10	10-12	12-14	08-12
IP7	Ponte 25 de Abril	152.483	148.833	138.948	135.574	-2,4	-6,6	-2,4	-11,1
	Fogueteiro – Coína	51.301	48.543	38.380	32.865	-5,4	-20,9	-14,4	-35,9
	Coina – Palmela	34.905	33.506	27.605	27.153	-4,0	-17,6	-1,6	-22,2
	Palmela – Nó A2/A12	35.476	33.665	27.812	27.647	-5,1	-17,4	-0,6	-22,1
	Nó A2/A6/A13 – Vendas Novas	9.076	8.781	6.654	6.992	-3,3	-24,2	5,1	-23,0
IP1/IP7	Nó A2/A12 – Marateca	25.272	24.597	18.910	19.388	-2,7	-23,1	2,5	-23,3
	Marateca – Nó A2/A6/A13	23.041	22.560	17.091	17.756	-2,1	-24,2	3,9	-22,9
IP1	Nó A2/A6/A13 – Alcácer do Sal	18.977	18.879	14.037	14.675	-0,5	-25,6	4,5	-22,7
	Ponte Vasco da Gama	64.774	64.183	54.362	54.324	-0,9	-15,3	-0,1	-16,1
	Montijo – Pinhal Novo	20.227	19.808	14.876	15.298	-2,1	-24,9	2,8	-24,4
	Pinhal Novo – Nó A2/A12	19.554	19.181	14.549	14.992	-1,9	-24,1	3,0	-23,3
IC3	Nó A2/A12 – Setúbal	31.102	29.420	24.467	21.109	-5,4	-16,8	-13,7	-32,1
IC11	Nó A2/A6/A13 – Pegões	5.510	5.418	3.785	3.956	-1,7	-30,1	4,5	-28,2

* A partir de 2011 deixaram de ser publicados os dados da TMD Anual. Com efeito, para obter este indicador de tráfego na rede procedeu-se ao cálculo da média ponderada dos valores mensais.

Fonte: Elaboração própria com base em InIR, Relatório de Tráfego na RNA 2008 (2009); InIR, Relatório de Tráfego na Rede Nacional de Autoestradas 2010 (2011); InIR, Relatório de Tráfego Nacional de Autoestradas 4.º Trimestre de 2012 (2013); InIR, Relatório de Tráfego Nacional de autoestradas 4.º Trimestre de 2014 (2015)

6.3 Transporte Público⁷⁰

Relativamente ao TP, optou-se por desenvolver uma abordagem modal. Com efeito, começa-se por analisar o transporte ferroviário, enfocando as dimensões da infraestrutura (rede ferroviária) e da oferta de serviços ferroviários de passageiros que servem o Município de Palmela.

Por sua vez, no caso do transporte rodoviário procede-se à caracterização da oferta e à cobertura territorial assegurada pela rede de TCR. Ainda sobre o modo rodoviário, é tratada a oferta do serviço de transporte em táxi, com particular incidência na distribuição territorial da oferta.

6.3.1. Transporte Ferroviário

6.3.1.1. Rede Ferroviária

O território do Município de Palmela é atravessado pelas Linhas do Sul e Alentejo, sendo a articulação entre estas infraestruturas ferroviárias assegurada pela interface de Pinhal Novo. As restantes interfaces ferroviárias existentes no Município são: Fernando Pó, Palmela, Penalva, Poceirão e Venda do Alcaide.

A **Linha do Sul** assegura a ligação entre Lisboa (Estação do Oriente) e Algarve, via Ponte 25 de Abril. No Município de Palmela esta infraestrutura desenvolve-se com uma orientação Sudoeste-Nordeste até à interface de Pinhal Novo, sendo que a partir daqui tem aproximadamente uma implantação Norte-Sul, em direção a Setúbal.

Importa destacar o fecho da malha ferroviária pesada pela Ponte 25 de Abril, com o qual ficou concluído o Eixo Ferroviário Norte-Sul da Região de Lisboa que veio consolidar a ligação Norte-Sul que há muito se impunha e que, a nível regional, veio contribuir para o desenvolvimento da Península de Setúbal. A nível urbano e suburbano, veio servir a procura pendular da população aí residente que se desloca diariamente quer para Lisboa quer para os restantes centros urbanos servidos, designadamente Setúbal e os municípios do Arco Ribeirinho – Almada/Seixal/Barreiro.

Na área correspondente ao Município de Palmela, a Linha do Sul apresenta-se como uma via dupla, em bitola larga (1.668 mm), eletrificada, em regime de cantonamento automático com bloco orientável (eletrónico). De acordo com o Diretório de Rede 2016 da REFER, a capacidade de carga máxima desta

⁷⁰ O presente subponto 6.3. Transporte Público foi profundamente reformulado/atualizado com base no *Estudo para a identificação de soluções de transporte flexível em território periurbano – Concelho de Palmela - Fase 1 – Relatório de Diagnóstico*, produzido pela Figueira de Sousa – Transportes e Mobilidade, em novembro de 2017, para a CMP.

Linha é de 22,5 toneladas/eixo e de 8 toneladas/metro, inserindo-se na classificação máxima (D4). Os patamares de velocidade mais elevados estão compreendidos entre 160-220 km/hora.

Ainda no que se refere a Palmela, esta linha dispõe de quatro interfaces: Penalva (localizada na Quinta da Marquesa, Freguesia da Quinta do Anjo), Pinhal Novo, Venda do Alcaide (Freguesia de Pinhal Novo) e Palmela (localizada junto a Aires). Note-se que todas estas interfaces sofreram obras profundas de melhoramento, que visaram adequá-las à sua função no sistema de transportes.

Ao contrário das estações de Pinhal Novo e Venda do Alcaide, cuja localização é central face aos respetivos aglomerados urbanos, as estações de Palmela e Penalva possuem uma situação excêntrica. A primeira localiza-se junto ao aglomerado de Aires, embora marginal a este. A segunda apresenta-se igualmente excêntrica em relação ao pólo urbano-industrial existente nas suas imediações. Tal facto, aliado à inexistência de uma articulação adequada com os demais serviços de transporte, faz com que estas interfaces apresentem uma procura relativamente baixa, ficando aquém do seu contributo potencial para a melhoria das condições de mobilidade da população que reside e trabalha na sua envolvente.

Por sua vez, a **Linha do Alentejo** liga a interface rodo-ferro-fluvial do Barreiro a Évora, atravessando o Município de Palmela com uma orientação Este-Oeste e servindo-o através das seguintes interfaces: Pinhal Novo, Poceirão e Fernando Pó (este último na área da antiga Freguesia da Marateca). Embora com implantação na (antiga) Freguesia de Santo Isidro de Pegões (Município do Montijo), importa ainda referir a interface de Pegões, localizada no limite Nascente da (antiga) freguesia da Marateca. Com a possível concretização da PLP, é expectável que a interface do Poceirão venha a assumir no futuro um papel relevante no Município e na AML.

Na área correspondente a Palmela, a Linha do Sul apresenta-se como uma linha dupla (em bitola larga), sendo que a partir deste ponto (no sentido de Vendas Novas) passa a deter o perfil de via única. A linha encontra-se eletrificada e é explorada em regime de cantonamento automático com bloco orientável (eletrónico) até ao Poceirão, sendo que a partir daqui e até Bombel é explorada em regime de cantonamento automático com sinais avançados. De acordo com o Diretório de Rede 2016 da REFER, a capacidade de carga máxima desta Linha é de 22,5 toneladas/eixo e de 8 toneladas/metro, inserindo-se igualmente na classificação máxima (D4). Os patamares de velocidade mais elevados estão compreendidos entre os 120-160 km/hora entre o Barreiro e o Pinhal Novo, ascendendo a partir daqui a 160-220 km/hora.

O sistema ferroviário conta ainda com um terminal de triagem junto à AutoEuropa que apenas serve o transporte de mercadorias. Futuramente prevê-se que venha a existir outro terminal de triagem junto da PLP que servirá toda essa área logística.

Especificamente no que se refere à **rede de interfaces** do Município de Palmela, considera-se ainda pertinente a sua hierarquização com base na natureza e nível de serviço ferroviário disponibilizado e na oferta de serviços de transporte de rebatimento à interface, a saber:

- 1.º Nível** – interfaces que articulam a oferta de serviço ferroviário de longo curso (Alfa Pendular e Intercidades), regional e suburbano, com TCR e táxis;
- 2.º Nível** – interfaces que articulam pelo menos uma linha de serviço suburbano com a oferta de TP rodoviário (TCR e/ou táxi);
- 3.º Nível** – interfaces com oferta de serviço ferroviário regional, sendo ou não servidas por TP rodoviário.

Esta hierarquização da rede de interfaces constituirá assim um importante **instrumento de referência para apoio à tomada de decisão** sobre a estruturação do sistema de transportes (e serviços complementares) do Município de Palmela. Com efeito, e tendo por base os critérios enunciados, é considerada a seguinte rede de interfaces (Quadro 51):

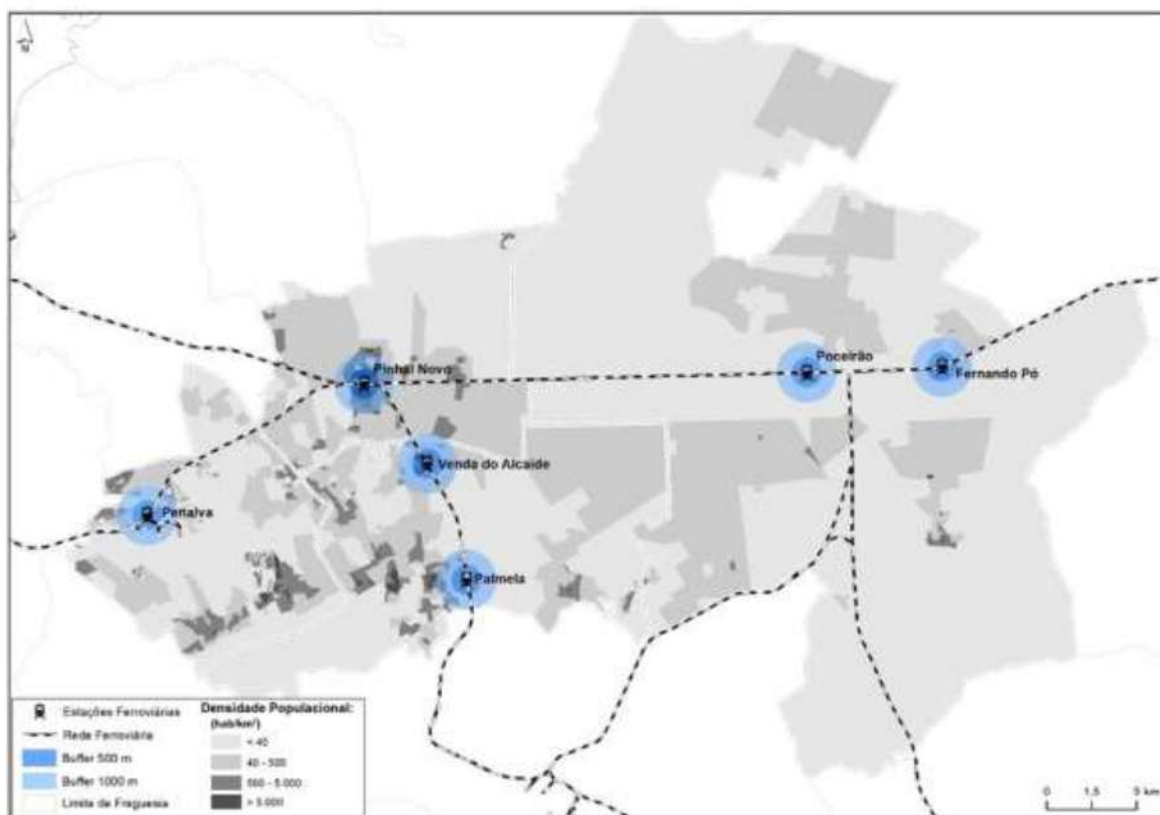
QUADRO 51 – HIERARQUIA DA REDE DE INTERFACES DO MUNICÍPIO DE PALMELA

Interfaces	Classificação	Oferta de serviço ferroviário	Modos presentes
Pinhal Novo	1.º Nível	Longo Curso, Regional e Suburbano (Linha do Sado e Eixo Norte-Sul)	TCR (Carreira 446) e Táxis
Palmela	2.º Nível	Suburbano (Eixo Norte-Sul e Linha do Sado)	TCR (Carreiras 447, 454, 605) e Táxis
Venda do Alcaide	2.º Nível	Suburbano (Eixo Norte-Sul e Linha do Sado)	TCR (Carreiras 448)
Penalva	2.º Nível	Suburbano (Eixo Norte-Sul)	Táxis
PLP (Prevista)*	3.º Nível	*	*
Poceirão	3.º Nível	Regional	TCR (Carreiras 446, 447, 454, 455, 711, 747)
Fernando Pó	3.º Nível	Regional	-

* A interface de apoio à PLP foi prevista no âmbito do projeto desta plataforma logística, vocacionada para servir os fluxos casa-trabalho por parte dos colaboradores das empresas a instalar neste espaço.

Fonte: Elaboração própria

FIGURA 30 – HIERARQUIA DA REDE DE INTERFACES DO MUNICÍPIO DE PALMELA



Fonte: IP – Infraestruturas de Portugal, CP – Comboios de Portugal e Fertagus

De salientar que as interfaces rodoferroviárias constituem importantes pontos de conexão da rede de transportes do Município, por se constituir como o ponto de articulação entre diferentes subsistemas, incluindo-se, nas mesmas, as paragens de transporte coletivo rodoviário e as estações ferroviárias.

No Município de Palmela existem as supramencionadas 6 estações/apeadeiros ferroviários que apresentam condições diferenciadas de funcionamento e de acolhimento aos passageiros. Para a avaliação de cada interface atendeu-se a um conjunto de aspetos: (i) as valências dos serviços complementares oferecidos aos utilizadores do sistema de transportes públicos; (ii) intermodalidade com o transporte individual e com o transporte coletivo rodoviário de passageiros; (iii) condições de acolhimento e espera proporcionadas; (iv) estacionamento proporcionado.

Grosso modo constata-se que as interfaces localizadas sobre a linha do Sul (explorada pelo operador Fertagus) são mais modernas, apresentam um bom nível de equipamento, parque de estacionamento e parqueamentos para bicicletas, bem como boas condições de acolhimento e espera para os passageiros (e.g. abrigos nas plataformas, edifício de apoio em funcionamento e existência de máquinas de venda

automática de títulos de transporte e bilheteiras, e informação ao público sobre os serviços e disponibilização de planta da envolvente).

Nas interfaces localizadas na linha do Alentejo verificam-se condições de funcionamento bastante diferenciadas das anteriormente descritas. Edifícios mais antigos, ainda que na generalidade bem cuidados, em alguns existe uma pequena sala de apoio à espera ainda que na generalidade o aspeto seja bastante desconfortável, o espaço exterior necessita de intervenções de requalificação (e.g. Poceirão) e, nos casos das interfaces de Fernando do Pó e Poceirão não dispõem de bilheteiras e/ou máquinas de venda de títulos.

Algumas interfaces não dispõem igualmente de serviços de transporte público rodoviário de rebatimento (*i.e.* Penalva e Venda do Alcaide), o que penaliza a sua utilização por parte de utentes que não disponham de viatura própria para aceder. De notar que apesar de existirem praças de táxis junto a estas infraestruturas é raro a existência de viaturas paradas nestas locais.

FIGURA 31 - APEADEIRO DE FERNANDO PÓ



Fonte: mapio.net e google maps

FIGURA 32 - ESTAÇÃO DE PALMELA



Fonte: sapo.pt e google maps

FIGURA 33 - ESTAÇÃO DE PENALVA



Fonte: www.fertagus.pt e google maps

FIGURA 34 - ESTAÇÃO DE PINHAL NOVO



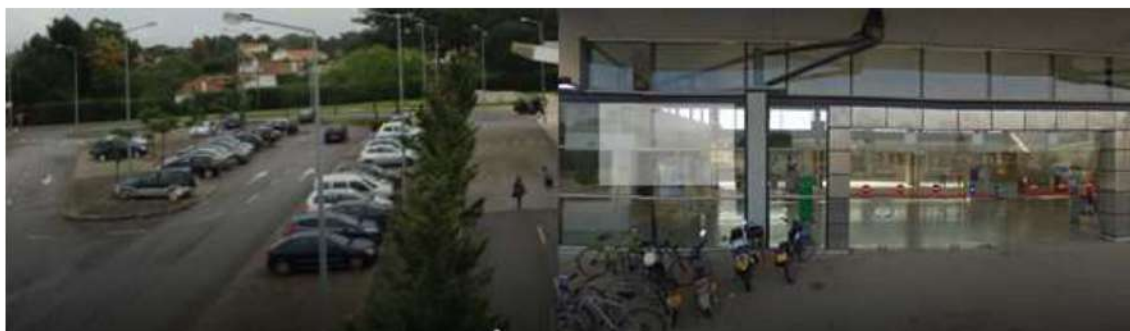
Fonte: Figueira de Sousa- Planeamento de Transportes e Mobilidade, setembro 2017

FIGURA 35 - APEADEIRO DE POCEIRÃO



Fonte: Figueira de Sousa- Planeamento de Transportes e Mobilidade, setembro 2017

FIGURA 36 - APEADEIRO DE VENDA DO ALCAIDE



Fonte: Figueira de Sousa- Planeamento de Transportes e Mobilidade, setembro 2017

No Quadro 52 apresenta-se uma síntese dos principais aspetos de caracterização de cada uma das interfaces, a qual incidirá sobre os seguintes aspetos:

- Inserção urbana da infraestrutura – analisando a sua localização e inserção face ao aglomerado urbano em que se localiza e aos principais aglomerados urbanos da sua área de influência;
- Oferta dos modos de transporte presentes – sintetizando-se a oferta dos vários modos de transporte presentes (em dia útil);
- Infraestrutura e ambiente da estação, de apoio à espera, sinalética – em que se avaliam os serviços presentes na interface (como por exemplo: café/bar), a qualidade das condições de espera proporcionadas (existência de lugares sentados, abrigos), nível de equipamento (sinalização, avisos sonoros) e disponibilização de informação;
- Estacionamento – em que se analisa a oferta e procura nos parques de estacionamento da interface, assim como áreas para táxis, *park&ride* e *kiss&ride* e na via pública.

QUADRO 52 - SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DAS INTERFACES NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Interfaces	Inserção urbana	Serviços Presentes		Parque de estacionamento	Parqueamentos bicicletas	Informação ao Público	Infraestrutura e ambiente				
		Rodoviário	Ferrovário				Edifício de apoio	Sala de espera	Lugares sentados	Abrigos nas Plataformas	Maq. venda de títulos/ Bilheteira
Fernando Pó	Centro do Aglomerado	Não	Sim	Nos arruamentos da envolvente da estação	Não	Não	Sim (mas sem funcionários)	Sim	Sim (apenas no edifício de apoio)	Não	Não
Palmela	Periférica ao aglomerado de Aires	Sim	Sim	Sim, em frente à estação (gratuito)	Sim	Sim	Sim (mas sem funcionários)	Sim	Sim	Sim	Sim
Penalva	Periferia	Não	Sim (suburbanos Lisboa - Setúbal)	Sim (Gratuito)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Interfaces	Inserção urbana	Serviços Presentes		Parque de estacionamento	Parqueamentos bicicletas	Informação ao Público	Infraestrutura e ambiente				
		Rodoviário	Ferroviário				Edifício de apoio	Sala de espera	Lugares sentados	Abrigos nas Plataformas	Máq. venda de títulos/ Bilheteira
Pinhal Novo	Centro do aglomerado	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Poceirão	Periferia do aglomerado do Poceirão	Não	Sim	Na Rua em frente à estação num espaço sem condições	Não	Não	Sim (mas sem funcionários)	Sim	Sim	Parciais	Não
Venda do Alcaide	No limite urbano do aglomerado de Venda do Alcaide	sim	Sim	No largo em frente à estação, gratuito	Sim	Sim	Sim (mas sem funcionários)	Sim	Sim	Parciais	Sim

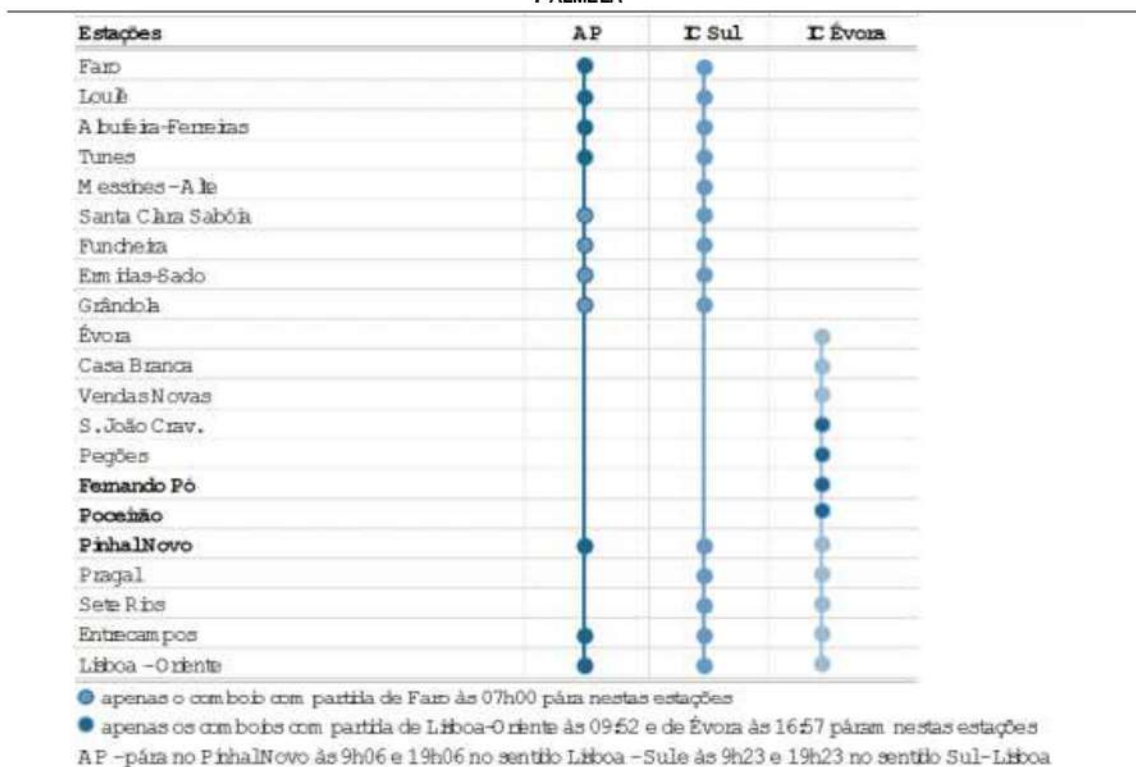
6.3.1.2. Caraterização da Oferta

Os **serviços ferroviários disponibilizados** no Município de Palmela incluem:

- Serviços **ferroviários de longo curso** operados na Linha do Alentejo e Linha do Sul, sendo constituídos por:
 - a) Serviço Alfa Pendular entre Porto e Faro, que efetua paragem na estação do Pinhal Novo;
 - b) Serviço Intercidades entre Lisboa e Faro, com paragem na estação do Pinhal Novo;
 - c) Serviço Intercidades entre Lisboa e Évora, com ligação a Beja em Casa Branca e que efetua paragens nas estações de Pinhal Novo, Poceirão e Fernando Pó;
- Serviço **ferroviário suburbano da Linha do Sado**, operado pela CP – Comboios de Portugal, E.P.E. que assegura a ligação entre o Barreiro e Praias do Sado e que servem as estações de Pinhal Novo, Venda do Alcaide e Palmela;
- Serviço **ferroviário suburbano do Eixo Ferroviário Norte-Sul**, operado pela Fertagus, que estabelece a ligação entre Lisboa (estação de Roma-Areeiro) e Setúbal (estação de Setúbal).

Os **serviços de longo curso** que efetuam paragens nas estações ferroviárias de Palmela permitem a ligação direta entre este município e Lisboa, Porto, Évora e o Algarve.

FIGURA 37 – SERVIÇOS DE LONGO CURSO QUE EFETUAM PARAGENS NAS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO MUNICÍPIO DE PALMELA



Fonte: CP – Comboios de Portugal

No total, o município é servido, todos os dias, por 10 comboios entre Lisboa e Faro, nos dois sentidos, sendo quatro do serviço Alfa Pendular e 6 do serviço Intercidades, ambos com paragem no Pinhal Novo. No período de verão regista-se um incremento da oferta, com uma ligação extra à sexta ou sábado no caso da ligação Lisboa – Faro e ao sábado e domingo no caso da ligação Faro – Lisboa. O Intercidades para Évora e Beja realiza, em dia útil, oito ligações nos dois sentidos, sendo que aos fins-de-semana e feriados o número de ligações nos dois sentidos diminui para seis.

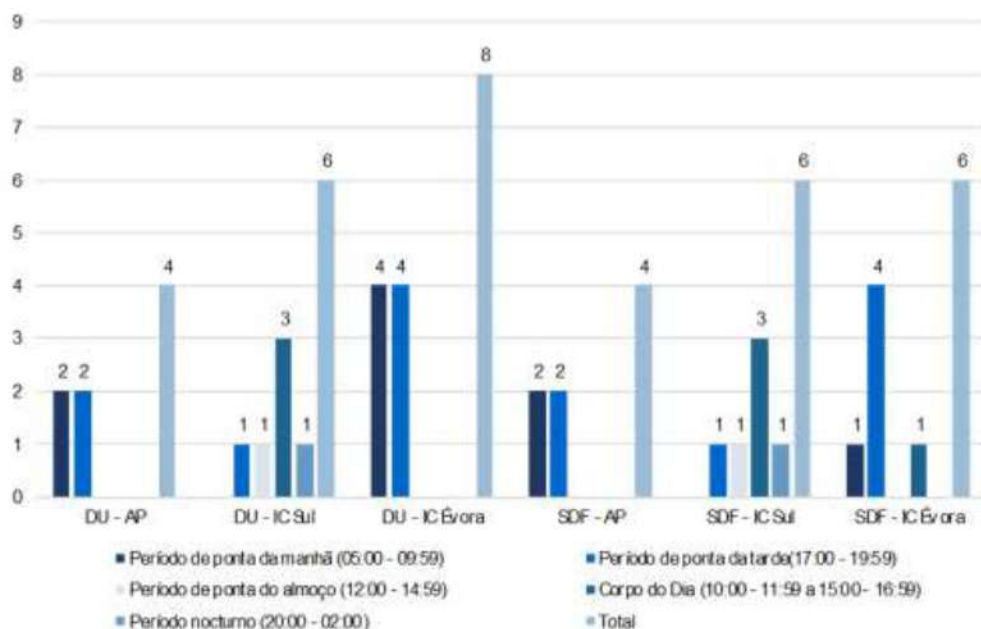
Da análise da distribuição horária destes serviços na estação do Pinhal Novo (Figura 38) pode concluir-se que:

- É nos períodos de ponta da manhã e da tarde que se registam maiores paragens dos serviços de longo curso na estação do Pinhal Novo – das 34 ligações semanais identificadas 23 (67%) efetuam-se entre as 05h00 e as 10h00 e entre 17h00 e as 20h00;

- No período noturno (após as 20h00) e no período de ponta do almoço apenas se regista, em cada um, a existência de 1 ligação diária, um Intercidades com origem em Faro no primeiro caso e o mesmo serviço com origem em Lisboa no segundo;
- Registam-se ainda 3 serviços no corpo do dia, todos de Intercidades entre Lisboa e Faro.

De referir que o serviço Intercidades que estabelece a ligação entre Évora e Beja, efetua paragens, uma vez por dia nas estações de Poceirão e Fernando Pó, respetivamente às 10h41 e 10h45 no sentido Lisboa – Sul e 17h43 e 17h38 no sentido Sul - Lisboa.

FIGURA 38 - DISTRIBUIÇÃO HORÁRIA DOS SERVIÇOS DE LONGO CURSO QUE EFETUAM PARAGENS NA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PINHAL NOVO



Fonte: CP – Comboios de Portugal

No que diz respeito aos tarifários dos serviços de longo curso (Alfa Pendular e Intercidades Lisboa – Faro e Lisboa – Évora/Beja optou-se por analisar apenas o tarifário a partir da estação do Pinhal Novo, que se assume como a principal interface de transportes deste município.

No Quadro 53 apresentam-se os valores dos bilhetes de ida e de ida e volta, tanto em primeira classe como em classe turística, variando os preços entre os 8,10€ de e para Lisboa em Intercidades, valor esse que é de 11,10€ em Alfa Pendular.

Os preços para Faro variam entre os 19,20 € em Intercidades, classe turística e os 54,00€ em primeira classe no Alfa Pendular.

QUADRO 53 - TARIFÁRIOS DOS SERVIÇOS FERROVIÁRIOS DE LONGO CURSO DE E PARA O PINHAL NOVO

Origem/Destino	Ida		Ida e Volta	
	1.ª classe	2.ª classe	1.ª classe	2.ª classe
Alfa Pendular				
Porto	54,00 €	39,40 €	81,00 €	59,10 €
Lisboa	14,20 €	11,10 €	21,30 €	16,65 €
Faro	26,30 €	20,20 €	39,45 €	30,30 €
Intercidades				
Lisboa	10,10 €	8,10 €	15,55 €	12,15 €
Faro	25,30 €	19,20 €	37,95 €	28,80 €
Évora	12,10 €	9,10 €	18,15 €	13,65 €
Beja	14,70 €	12,20 €	22,05 €	18,30 €

Fonte: www.cp.pt, consultado em outubro 2017

Centrando agora a análise nos **serviços ferroviários suburbanos**, verifica-se que na Linha do Sado é um serviço suburbano regular, explorado pela CP, que disponibiliza dois percursos: Barreiro – Praias do Sado e Barreiro – Setúbal e que ligam respetivamente o Barreiro a Setúbal e o Barreiro a Praias do Sado, tendo a viagem uma duração de 31 minutos no primeiro caso e de 38 no segundo caso e efetuam paragens nas seguintes estações ferroviárias do município de Palmela – Pinhal Novo, Venda do Alcaide e Palmela, articulando-se no Pinhal Novo com os serviços suburbanos da Fertagus e com os serviços de longo curso da CP.

FIGURA 39 – FAMÍLIAS DOS SERVIÇOS DA CP – BARREIRO-SETÚBAL

Estações	Família 1	Família 2
Barreiro	●	●
Barreiro - A	●	●
Lavradio	●	●
Baixa da Banheira	●	●
Azores Vedros	●	●
Mota	●	●
Penteado	●	●
Pinhal Novo	●	●
Venda do Alcaide	●	●
Palmela	●	●
Setúbal	●	●
Praça do Quebedo	●	
Praias do Sado	●	

Fonte: CP – Comboios de Portugal

Em dia útil existem 33 ligações entre o Barreiro e Praias do Sado e 2 ligações entre o Barreiro e Setúbal, sendo estas últimas no período noturno (20:00 – 02:00).

As ligações entre o Barreiro e Praias do Sado distribuem-se quase uniformemente ao longo do dia, apenas com uma incidência maior no período de ponta da manhã – 9 ligações. Em média este serviço assegura 1,57 ligações por hora, sendo a média do período de ponta da manhã de 1,8 ligações/hora. No período de ponta da tarde e no período de ponta da manhã registam-se 2 ligações/hora.

Aos sábados, domingos e feriados registam-se 16 ligações da Família 1, o que representa uma diminuição de mais de 50% face aos dias úteis, embora a Família 2 registe um aumento no número de circulações (+1 que em dias úteis). De referir que tal como nos dias úteis, a Família 2 apenas efetua ligações no sentido Barreiro – Setúbal no período noturno.

A distribuição horária segue a tendência dos dias úteis, mais comboios no período de ponta da manhã, sendo a média de circulações horárias neste período de 0,8 comboios. Nos períodos de ponta da tarde e de almoço, existe uma circulação por hora, sendo a média diária de 0,76 circulações/hora.

Em dia útil este serviço inicia-se às 5h55m no Barreiro, sendo a primeira paragem no município de Palmela às 06h14m na estação do Pinhal Novo, existindo, nesta estação, paragens deste serviço de 30 em 30 minutos até ao período noturno. O último comboio com destino a Praias do Sado sai do Barreiro às 22h32m, parando no Pinhal Novo às 22:51h. Após esta hora existem 2 circulações com destino a Setúbal partindo a última às 0h29m da estação do Barreiro.

Aos fins-de-semana e feriados, a circulação inicia-se às 6h25 minutos, sendo o último comboio para Praias do Sado às 21h25m e para Setúbal às 0h29m.

No sentido contrário: Praias do Sado – Barreiro registam-se 35 ligações em dia útil da Família 1 e apenas 1 da família 2, a qual ocorre no período de ponta da manhã.

Também as ligações neste sentido (em dia útil) se distribuem de forma relativamente uniforme ao longo do dia, sendo a média horária (família 1) de 1,7 circulações. No período de ponta da manhã registam-se 8 comboios, valor semelhante ao registado no corpo do dia, enquanto no período de ponta da tarde e no período de ponta do almoço existem 6 circulações. Em média existe uma circulação em cada 30 minutos, com exceção após as 21h30 m quando as circulações passam a ser horárias.

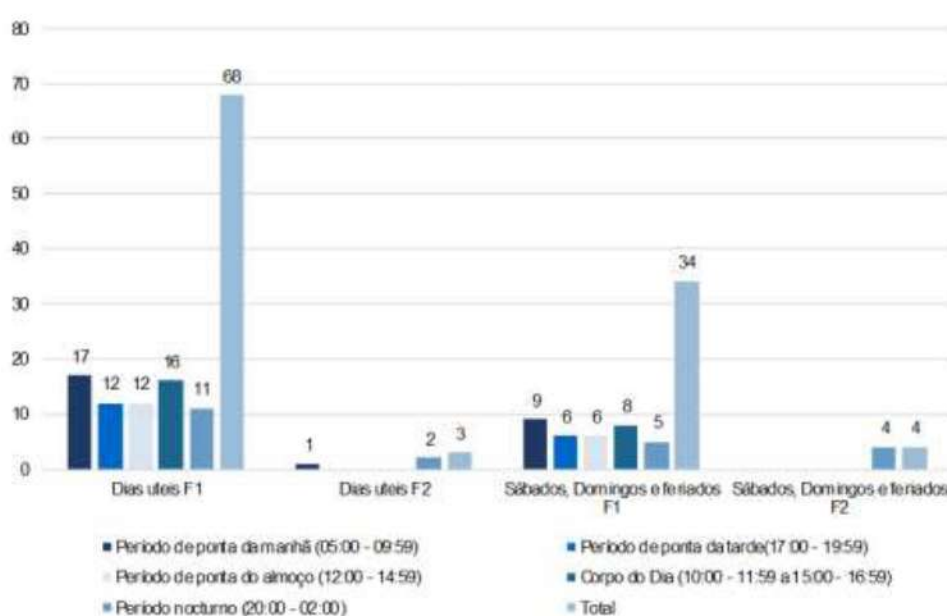
Aos fins-de-semana e feriados registam-se 18 circulações, quase menos 50% que em dia útil (quebra inferior à registada no sentido Barreiro – Setúbal/Praias do Sado), cuja distribuição ao longo do dia segue a tendência dos dias úteis (mais circulação no período de ponta da manhã, seguindo-se o corpo do dia e

os períodos de ponta da tarde e do almoço). Nestes dias a circulação de comboios é feita de hora a hora, sendo o primeiro comboio às 5h40 com partida de Praias do Sado e a última às 23h48 com partida de Setúbal. No município de Palmela a primeira paragem efetua-se às 5h53m e a última às 23h53, ambas na estação de Palmela.

Aos dias úteis a circulação inicia-se às 5h08m em Setúbal, efetuando paragem no Pinhal Novo às 6h00, 7 minutos depois de efetuar paragem em Palmela e 3 minutos depois de parar na Venda do Alcaide. A última circulação sai de Praias do Sado às 23h40, parando no município de Palmela pela última vez às 0h00.

No total registam-se 71 circulações diárias em dia útil, 68 das quais com origem/destino em Praias do Sado e 3 que terminam/iniciam em Setúbal. Aos fins-de-semana e feriados a quebra na oferta é de cerca de 47%, existindo 38 ligações, das quais 4 apenas se iniciam/terminam em Setúbal.

FIGURA 40 - DISTRIBUIÇÃO HORÁRIA DOS SERVIÇOS URBANOS DA CP – BARREIRO – SETÚBAL/PRAIAS DO SADO



Fonte: CP – Comboios de Portugal

No que concerne aos tarifários dos serviços ferroviários Barreiro-Setúbal esta encontra-se integrada nos títulos de transporte dos serviços urbanos de Lisboa e ainda nos passes intermodais Lisboa VIVA, que permite a utilização de diversos modos de transporte de diversos operadores. De notar que a complexidade de títulos é muito vasta, não sendo possível analisar, num estudo desta natureza a totalidade dos mesmos. Assim optou-se por se analisar o custo do bilhete simples e das assinaturas a 30 dias (normal e jovem), podendo-se concluir, pela análise da Figura 41, que:

- A deslocação entre o Pinhal Novo e o Barreiro e qualquer outra estação da Zona 1 (toda a zona do Município de Lisboa e estações localizadas em municípios limítrofes junto à fronteira municipal) obriga à compra de títulos de transporte que abranjam 3 zonas (Figura 42 – Mapa da rede da CP Urbanos de Lisboa), sendo o preço de um bilhete simples de 1,90€, que será de 1,71€ caso o utente opte por adquirir um bilhete de 10 viagens. Os títulos mensais para a ligação ferroviária entre o Pinhal Novo e Lisboa é de 41,80€, sendo de 31,35€ a assinatura jovem⁷¹;
- Para Setúbal apenas é necessário adquirir títulos de transporte para 2 zonas, sendo o bilhete simples de 1,60€ e a assinatura mensal normal de 30,40€ enquanto a assinatura jovem é de 22,80€.

FIGURA 41 – TÍTULOS DE TRANSPORTE CP – URBANOS DE LISBOA

		ZONAS							
		1	2	3	4	5	6	7	8
Bilhetes simples	inteiros	€1,30	€1,60	€1,90	€2,20	€2,50	€2,80	€3,10	€3,40
	meios (1)	€0,65	€0,80	€0,95	€1,10	€1,25	€1,40	€1,55	€1,70
	quartos	€0,35	€0,40	€0,50	€0,55	€0,65	€0,70	€0,80	€0,85
Bilhete 10 Viagens	inteiros	€11,70	€14,40	€17,10	€19,80	€22,50	€25,20	€27,90	€30,60
Assinaturas 30 dias MB	normais	€28,60	€30,40	€41,80	€48,40	€55,00	€58,35	€63,65	€71,05
	25% 4. 18 e SUB23	€21,45	€22,80	€31,35	€36,30	€41,25	€43,75	€47,75	€53,30
	60%: 4. 18 e SUB23	€11,45	€12,15	€16,70	€19,35	€22,00	€23,35	€25,45	€28,40
Assinatura Jovem 30 dias MB	25% desconto	€21,45	€22,80	€31,35	€36,30	€41,25	€43,75	€47,75	€53,30

Fonte: www.cp.pt, consultado em outubro 2017

⁷¹ Com a entrada em vigor do passe Navegante Metropolitano, em abril de 2019, passou a estar disponível a utilização de todos os serviços de transporte público regular de passageiros, em todos os 18 municípios da área metropolitana de Lisboa por 40€ e uma validade mensal, sendo gratuito para crianças aos 12 anos de idade (inclusive), 20€ para maiores de 65 anos, reformados e pensionistas. Com o Navegante Metropolitano Família permite que cada agregado familiar pague no máximo o valor de 2 passes Navegante Metropolitano ou seja 80 euros, independentemente do número de elementos do agregado familiar.

Legenda / Key:

Mudança de zona / Change of zone

Tarifa única para a zona de Lisboa
Single Tariff for Lisbon zone

Por sua vez, o **serviço suburbano do Eixo Ferroviário Norte-Sul**, é operado pela Fertagus, desde 1999, a ligação ferroviária entre a estação de Roma-Areeiro e Setúbal, com três famílias de comboios das quais apenas uma serve o Município de Palmela. A Fertagus serve quatro estações no Município de Palmela – Penalva, Pinhal Novo, Venda do Alcaide e Palmela, articulando-se com os serviços urbanos da CP em todos à exceção de Penalva e com os serviços de longo curso da CP no Pinhal Novo. A viagem demora 45 minutos entre o Pinhal Novo e Roma-Areeiro e 13 minutos entre o Pinhal Novo e Setúbal.

FIGURA 43 - FAMÍLIAS DOS SERVIÇOS SUBURBANOS DA FERTAGUS – ROMA/AREIRO- SETÚBAL

Estações	F1	F2	F3
Roma -Areiro	●	●	●
Entrecampos	●	●	●
Sete Rios	●	●	●
Campolide	●	●	●
Pragal	●	●	●
Corroios	●	●	●
Fozos de Amora	●	●	●
Fogueteiro	●	●	●
Coimã	●		●
Penalva	●		
Pinhal Novo	●		
Venda do Alentejo	●		
Palmela	●		
Setúbal	●		

Ligações iniciam-se às 05h43 em Roma-Areiro e às 05h48 em Setúbal

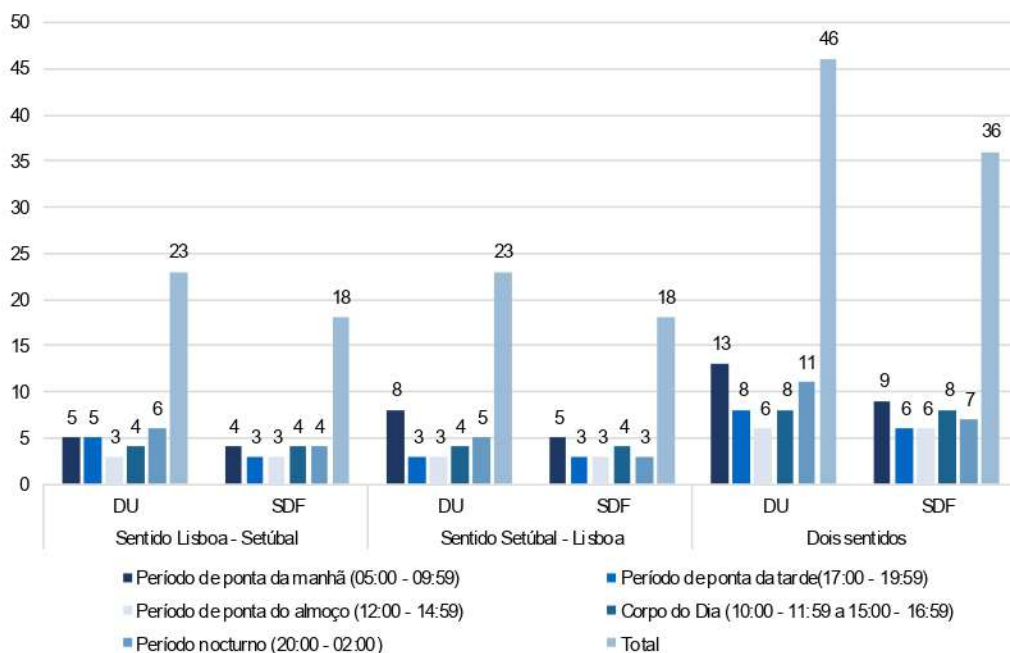
Fonte: www.fertagus.pt

Em dia útil existem 46 ligações (23 em cada sentido) sendo o período de ponta da manhã aquele onde se regista maior número de circulações (5 no sentido Lisboa-Setúbal e 8 no sentido Setúbal-Lisboa), o que representa 2,6 ligações por hora nos dois sentidos. O período de ponta da tarde apresenta uma média horária de circulações de 2,7, sendo o número de circulações de 8, tal como o período noturno. No corpo do dia realizam-se 11 circulações, seis no sentido Lisboa – Setúbal e três em sentido contrário.

No sentido Lisboa – Setúbal a distribuição horária é relativamente uniforme (um comboio a cada hora), enquanto no sentido contrário destaque para o período de ponta da manhã, com comboios a cada 30 minutos. A primeira circulação com destino a Setúbal sai de Roma-Areiro às 5h43m parando na estação do Pinhal Novo às 6h28, sendo a última circulação do dia às 0h43m. Em sentido inverso o primeiro comboio sai de Setúbal às 5h48 chegando a Palmela 5 minutos depois. A última paragem neste sentido na estação de Palmela é 0h23m.

Aos sábados, domingos e feriados o número de circulações desce para as 36 nos dois sentidos, o que representa 78% da oferta em dia útil, sendo a mesma repartida de forma relativamente uniforme ao longo do dia, com especial incidência no período de ponta da manhã.

FIGURA 44 - DISTRIBUIÇÃO HORÁRIA DOS SERVIÇOS URBANOS DA FERTAGUS – ROMA-AREEIRO- - SETÚBAL



Fonte: www.fertagus.pt

Na análise dos tarifários dos serviços suburbanos Lisboa-Setúbal geridos pela Fertagus deve salientar-se que os mesmos apresentam uma integração limitada no sistema intermodal da Área Metropolitana de Lisboa. Estes títulos permitem a realização de um número ilimitado de viagens nos comboios Fertagus entre a estação de origem e a estação de destino para as quais os títulos foram emitidos, podendo ser usados numa única coroa dos Transportes Sul do Tejo e nos percursos da CP Monte/Abraão/Rossio, Sete/Rio/Oriente/Santa Apolónia, e ainda em toda a rede Carris. Sendo o tarifário quase feito à medida de cada utente é bastante complexo pelo que a sua análise não cabe no âmbito do presente estudo.

Apresentam-se de seguida os tarifários da Fertagus para os bilhetes simples e as assinaturas mensais.

Note-se que a Fertagus permite a compra de 5 ou 10 viagens pré-compradas, as quais apresentam, relativamente ao bilhete simples, um desconto de cerca de 10%. O custo da viagem a partir do Pinhal Novo varia entre os 1,45€ para Penalva, Venda do Alcaide e Palmelas e os 3,85€ para Lisboa, sendo o custo do bilhete simples para Setúbal de 1,65€.

FIGURA 45 - TÍTULOS DE TRANSPORTE DA FERTAGUS – BILHETE SIMPLES

	Setúbal	Palmela	Venda do Alcaide	Pinhal Novo	Penalva	Coina	Fogueteiro	Fors de Amora	Corroios	Pragal	Lisboa
Lisboa	4.45€	4.20€	4.20€	3.85€	3.60€	3.25€	2.95€	2.55€	2.15€	1.90€	1.45€
Pragal	3.35€	3.05€	3.05€	2.70€	2.40€	2.05€	1.90€	1.65€	1.45€	-	-
Corroios	3.05€	2.70€	2.70€	2.40€	2.05€	1.90€	1.65€	1.45€	-	-	-
Fors de Amora	2.70€	2.40€	2.40€	2.05€	1.90€	1.65€	1.45€	-	-	-	-
Fogueteiro	2.40€	2.05€	2.05€	1.90€	1.65€	1.45€	-	-	-	-	-
Coina	2.05€	1.80€	1.90€	1.65€	1.45€	-	-	-	-	-	-
Penalva	1.90€	1.65€	1.65€	1.45€	-	-	-	-	-	-	-
Pinhal Novo	1.65€	1.45€	1.45€	-	-	-	-	-	-	-	-
Venda do Alcaide	1.45€	1.45€	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palmela	1.45€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Setúbal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: www.fertagus.pt, consultado em outubro 2017

As assinaturas mensais, embora sejam carregadas no cartão Lisboa VIVA apenas permitem a utilização dos serviços da Fertagus, variando o seu custo, nas viagens com origem e/ou destino ao Pinhal Novo entre os 31,40€ que permite a ligação entre o Pinhal Novo e as restantes interfaces do município de Palmela e os 105,80€ que permitem o acesso a Lisboa. O valor da assinatura mensal entre o Pinhal Novo e Setúbal é de 36,75€.

Não se regista a existência de assinaturas mensais jovens ou para idosos ou estudantes universitários.⁷²

FIGURA 46 - TÍTULOS DE TRANSPORTE DA FERTAGUS – ASSINATURAS MENSAS

	Setúbal	Palmela	Venda do Alcaide	Pinhal Novo	Penalva	Coina	Fogueteiro	Fors de Amora	Corroios	Pragal	Lisboa
Lisboa	130.00€	119.65€	119.65€	105.80€	93.55€	82.20€	70.20€	60.35€	50.70€	42.60€	31.40€
Pragal	97.45€	86.80€	86.80€	75.30€	63.75€	52.15€	42.05€	36.75€	31.40€	-	-
Corroios	86.80€	75.30€	75.30€	63.75€	52.15€	42.05€	36.75€	31.40€	-	-	-
Fors de Amora	75.30€	63.75€	63.75€	52.15€	42.05€	36.75€	31.40€	-	-	-	-
Fogueteiro	63.75€	52.15€	52.15€	42.05€	36.75€	31.40€	-	-	-	-	-
Coina	52.15€	42.05€	42.05€	36.75€	31.40€	-	-	-	-	-	-
Penalva	42.05€	36.75€	36.75€	31.40€	-	-	-	-	-	-	-
Pinhal Novo	36.75€	31.40€	31.40€	-	-	-	-	-	-	-	-
Venda do Alcaide	31.40€	31.40€	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palmela	31.40€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Setúbal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: www.fertagus.pt, consultado em outubro 2017

⁷² Com a entrada em vigor do passe Navegante Metropolitano, em abril de 2019, passou a estar disponível a utilização de todos os serviços de transporte público regular de passageiros, em todos os 18 municípios da área metropolitana de Lisboa por 40€ e uma validade mensal, sendo gratuito para crianças aos 12 anos de idade (inclusive), 20€ para maiores de 65 anos, reformados e pensionistas. Com o Navegante Metropolitano Família permite que cada agregado familiar pague no máximo o valor de 2 passes Navegante Metropolitano ou seja 80 euros, independentemente do número de elementos do agregado familiar. O Navegante Municipal tem o valor de 30 € e o Navegante Municipal Família permitirá que cada agregado familiar pague no máximo o valor de 2 passes Navegante Municipal, ou seja 60 euros, independentemente do número de elementos do agregado familiar.

6.3.2. Transporte Rodoviário

6.3.2.1. Transporte Interurbano

De acordo com a informação disponível do SIGGESC (Sistema de Informação de Gestão das Carreiras), o Município de Palmela é servido por 2 operadores de transportes interurbanos, os TST - Transportes Sul do Tejo, SA e a Rodoviária do Alentejo, SA. Estes dois operadores, no seu conjunto, exploram 104 carreiras, incluindo variantes e parcelares, que asseguram as ligações municipais e intermunicipais. Em média cada carreira tem em média 1,3 percursos, ou seja, ou tem uma variante ou uma parcelar.

QUADRO 54 - SÍNTESE DE CARREIRAS DE TPCR NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Operador	Carreiras	Variantes	Parcelares	Total
TST – Transportes Sul do Tejo, SA	39	6	45	90
Rodoviária do Alentejo, SA	6	0	8	14
Total	45	6	53	104

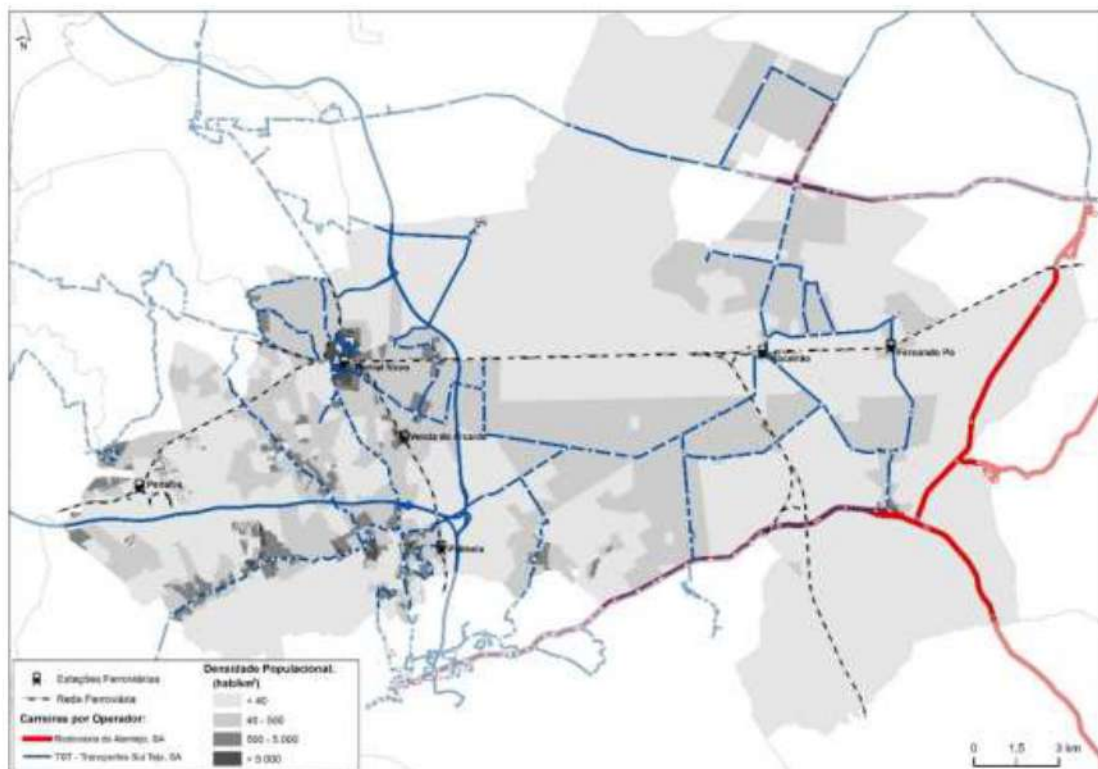
Fonte: SIGGESC, julho 2017 e Operadores, agosto 2017

Na Figura 47 representa-se a rede de serviços de Transporte Público Coletivo Rodoviário (TPCR) no Município de Palmela. O principal operador são os TST que asseguram ligações em todas as freguesias, entre os principais aglomerados populacionais, servindo ainda algumas das principais interfaces com o transporte ferroviário (Pinhal Novo, Palmela e Poceirão). Note-se que a interface de Penalva, localizada na linha do Sul, nas imediações da área industrial da AutoEuropa e Vila Amélia não dispõe de qualquer serviço de TP de rebatimento. Tendo já funcionado uma carreira experimental dos TST, entretanto suprimida devido à fraca procura.

A oferta de serviços da Rodoviária do Alentejo é reduzida. As 6 carreiras deste operador atravessam essencialmente o Município de Palmela nas ligações que efetuam entre os Municípios de Setúbal, Alcácer do Sal, Vendas Novas e Montijo.

Da análise desta mesma figura consta-se que a oferta de serviços regulares de passageiros cobre os aglomerados populacionais de maior dimensão e/ou em que se registam maiores densidades populacionais. Contudo, denota-se a existência de vastas áreas do território do município, com características mais rurais e onde predomina um povoamento mais disperso onde não existe cobertura territorial destes serviços, situação comprovada pela análise dos indicadores de cobertura territorial e populacional que se apresentam seguidamente.

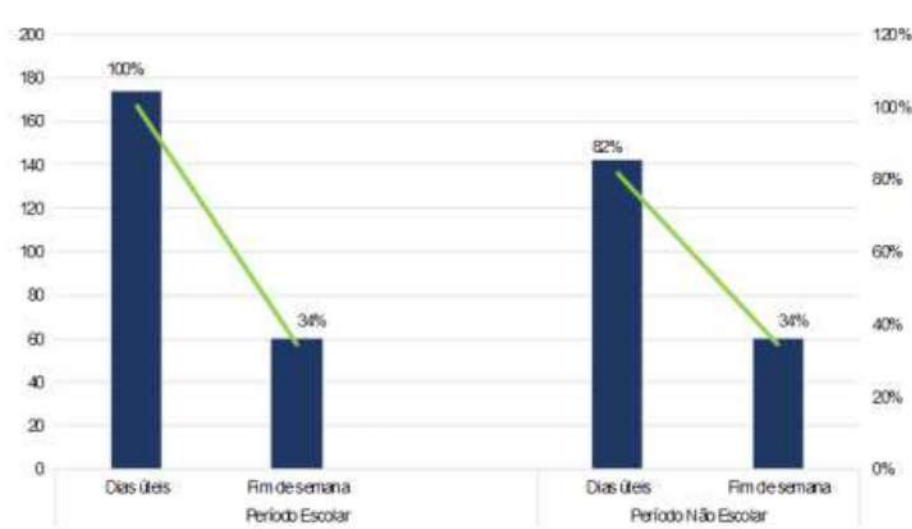
FIGURA 47 - CARREIRAS DE TPCR NO MUNICÍPIO DE PALMELA



Fonte: SIGGESC, julho 2017 e Operadores de TPCR, agosto 2017

Em termos de oferta global de serviços, constata-se que mesma é diferenciada no período escolar (PE), a qual ascende a 174 circulações em dia útil, do período não escolar (PNE) cujo número de circulações é de 142 (-18%). Regista-se igualmente uma quebra significativa da oferta do dia útil para os dias de fim-de-semana (-66% no PE e menos 48% no PNE) sendo a oferta, nestes dias de 60 circulações tanto no PE como no PNE.

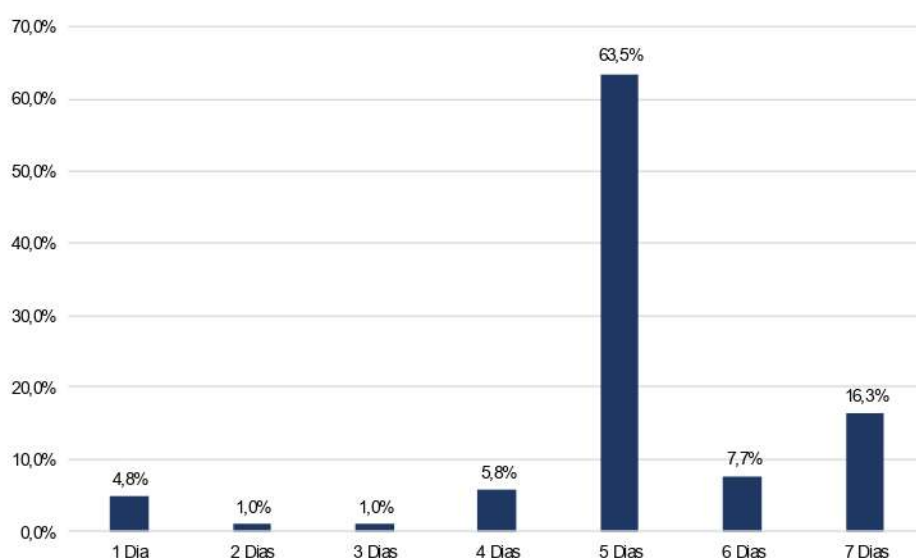
FIGURA 48 - OFERTA DE CIRCULAÇÕES NO PE E PNE



Fonte: SIGGESC, julho 2017 e Operadores de TPCR, agosto 2017

Em termos de distribuição semanal da oferta constata-se que grande parte das carreiras de TPCR efetua serviço 5 dias por semana (63,5%) correspondendo na generalidade, à operação nos dias úteis. A oferta existente todos os dias da semana é de 16,3%, devido, em grande parte, à não realização da maioria das carreiras durante o fim-de-semana, seguindo-se em termos de expressividade a que se realiza 6 dias por semana com um peso de 7,7%. A “oferta pontual”, correspondente aos serviços que se realizam 3 ou menos dias por semana tem um peso de 6%.

FIGURA 49 - NÚMERO DE DIAS DE OPERAÇÃO DAS CARREIRAS



Fonte: SIGGESC, julho 2017 e Operadores de TPCR, agosto 2017

As análises dos indicadores de cobertura e de oferta que se apresentam seguidamente, incide em vários períodos (dias úteis em período escolar e em período não escolar e em dia de fim-de-semana), uma vez que a oferta de TPCR é diferenciada nestes períodos⁷³. No Quadro 55 e nas Figura 51 e Figura 52 apresenta-se a cobertura populacional dos serviços regulares de TPCR.

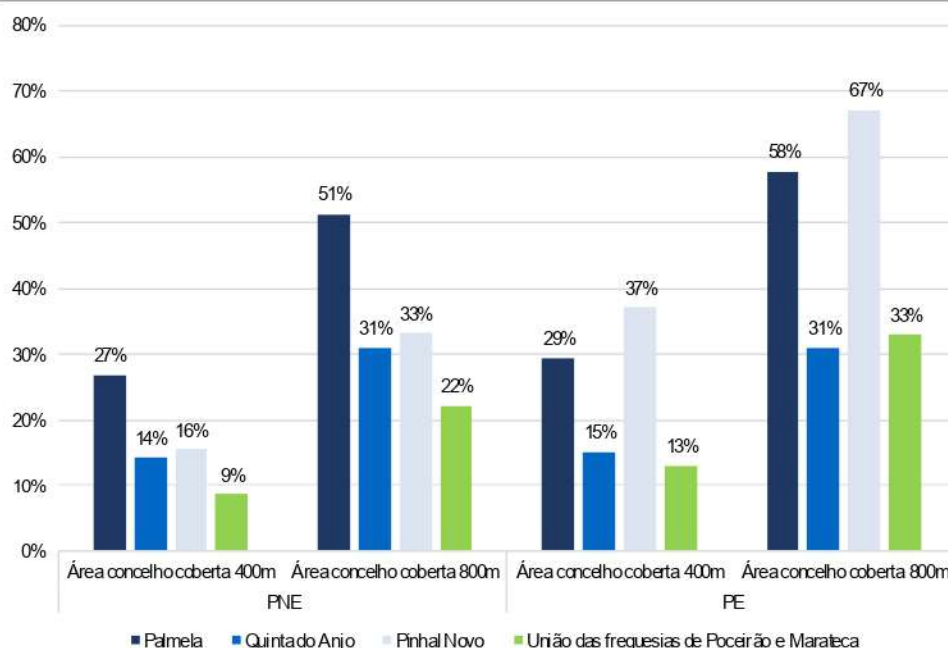
A cobertura territorial da oferta dos serviços de TPCR (Figura 50) permite concluir que no PE apenas 19,1% do território do município tem cobertura num raio de 400 metros de uma paragem, e 41,1% num raio de 800 metros de uma paragem. Analisando o PNE, a cobertura num raio de 400 metros é apenas 13,2%

⁷³ Tal como mencionado anteriormente o cálculo destes indicadores teve por base o *Estudo para a identificação de soluções de transporte flexível em território periurbano – Concelho de Palmela - Fase 1 – Relatório de Diagnóstico*, produzido pela Figueira de Sousa – Transportes e Mobilidade, em novembro de 2017, para a CMP.

enquanto que em 800 metros ascende aos 29,3%. Estes valores indiciam a existência de várias áreas do território do município sem cobertura de serviços regulares.

A baixa percentagem de cobertura territorial justifica-se pelo facto de o Município de Palmela preservar muitas das suas características rurais com povoamento disperso, nomeadamente nas Freguesias de Quinta do Anjo e União das Freguesias de Marateca e Poceirão.

FIGURA 50 – COBERTURA TERRITORIAL DA REDE DE TPCR



Fonte: SIGGESC, IMT, julho 2017 e CAOP 2015

Nos dias úteis do PE a cobertura populacional no raio de 400 metros de uma paragem de autocarro ascende a cerca de 70% da população residente no Município, decrescendo este valor para os 63% no PNE e para os 49% no fim-de-semana. Admitindo um raio de 800 metros de uma paragem estes valores cifram-se nos 89% em dia útil do PE, 73% em dia útil do PNE e 70% no fim-de-semana⁷⁴.

Analisando este indicador, por Freguesia, registam-se diferenças significativas nos níveis de cobertura em todos os períodos em análise. A Freguesia de Pinhal Novo, a mais populosa do Município de Palmela, é a freguesia que apresenta maiores taxas de cobertura, 99% no raio dos 800 metros das paragens é de 99% em dia útil do PE, 85% em dia útil do PNE e 80% ao fim-de-semana. Segue-se a Freguesia de Palmela com uma taxa de cobertura de 90% no PE, 86% no PNE e 83% no dia de fim-de-semana.

⁷⁴ Note-se que nos dias de fim-de-semana não se efetua a diferenciação da oferta entre PE e PNE por esta ser semelhante.

As menores taxas de cobertura verificam-se nas Freguesias de Poceirão e Marateca e Quinta do Anjo. Na União de freguesias de Poceirão e Marateca a taxa de cobertura é de 80% no PE, 56% no PNE e de apenas 25% no fim-de-semana). Já no caso da freguesia da Quinta do Anjo o valor é 73% no PE, 72% no PNE e 61% no fim-de-semana.

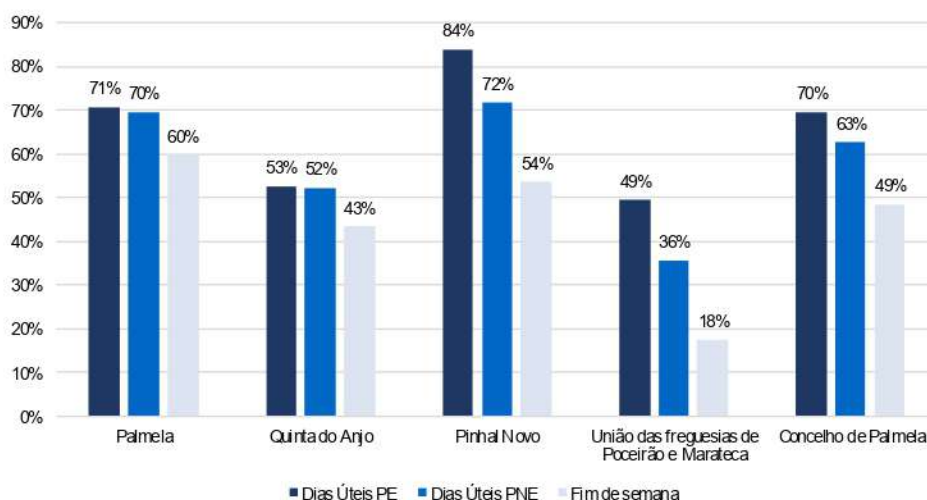
É, contudo, importante ter presente que 800 metros a pé para aceder a uma paragem de autocarro é uma distância significativa, nas freguesias mais envelhecidas onde a população apresenta dificuldades de locomoção e depende dos serviços de transporte público para realizar as suas deslocações.

QUADRO 55 - COBERTURA POPULACIONAL DAS CARREIRAS DE TPCR

Freguesias	Período Escolar		Período Não Escolar		PE e PNE	
	Dias Úteis		Dias Úteis		Fim de Semana	
	400 m	800 m	400 m	800 m	400 m	800 m
Palmela	12 359	12 185	12 185	15119	10 450	14 502
Quinta do Anjo	6 254	6 204	6 204	8580	5 147	7 235
Pinhal Novo	20 979	17 934	17 934	21262	13 412	20 073
U.F. de Poceirão e Marateca	4 191	3 036	3 036	4732	1 497	2 083
Total	43 783	39 359	39 359	49693	30 506	43 893

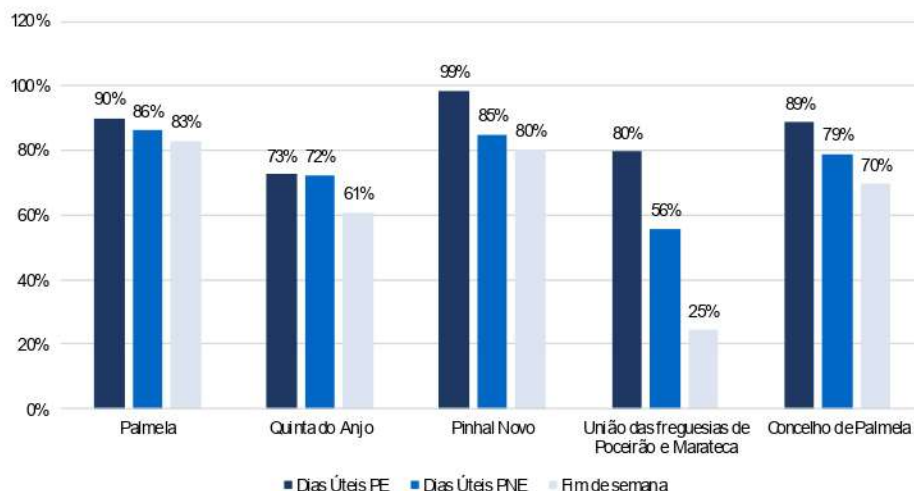
Fonte: SIGGESC, recebido em julho 2017, INE, Censos 2011

FIGURA 51 - COBERTURA POPULACIONAL DO SERVIÇO DE TPCR (400 METROS)



Fonte: SIGGESC, recebido em julho 2017, INE, Censos 2011,

FIGURA 52 - COBERTURA POPULACIONAL DO SERVIÇO DE TPCR (800 METROS)



Fonte: SIGGESC, recebido em julho 2017, INE, Censos 2011

Em junho de 2015, foi aprovado o Novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), mediante a Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, que veio alargar as competências dos municípios, das comunidades intermunicipais e das Autoridades Metropolitanas de Lisboa e Porto, em matéria de planeamento e gestão das redes de transporte público, atribuindo-lhe o estatuto de Autoridades de Transporte (AT).

Esta mesma Lei define um conjunto de parâmetros para os níveis mínimos do serviço de transporte público de passageiros, bem como permite a adoção de serviços de transporte flexível para assegurar deslocações em territórios mais rurais e com menor procura. Face ao exposto importa, pois, analisar ainda de forma abrangente, os níveis de cobertura da oferta atual no município de Palmela, à luz dos critérios presentes no RJSPTP e que apresentam sintetizados no

QUADRO 56 - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO DEFINIDOS PELO RJSPTP

	Perímetro urbano com menos de 50.000 hab	Ligações entre sedes de Município	Ligações entre um local e a respetiva sede de Município
Cobertura territorial	Todos os locais com população residente superior a 40 habitantes devem ter acesso a serviço público de transporte de passageiros flexível ou regular (se a procura justificar)	Todas as sedes de Município da área geográfica conectadas entre si.	Todos os lugares com população superior a 40 habitantes conectados com a sua sede de município e aos principais equipamentos e serviços públicos de referência de nível municipal.
Cobertura temporal (para todos os dias do ano)	(a definir caso a caso)	No mínimo: - 1 circulação em cada sentido durante o período da manhã; - 1 circulação em cada sentido no período de tarde.	No mínimo em 3 dias da semana: - 1 circulação no sentido local – sede de município, no período da manhã; - 1 circulação no sentido sede de município – local, no período da tarde.

	Perímetro urbano com menos de 50.000 hab	Ligações entre sedes de Município	Ligações entre um local e a respetiva sede de Município
Comodidade	- Número máximo de transbordos não definido; - Tempo médio de espera de 15 minutos no máximo.	Máximo um transbordo com tempo médio de espera de 30 minutos no máximo.	Máximo um transbordo com tempo médio de espera de 15 minutos no máximo.
Dimensionamento do serviço	Limite de ocupação não superior ao número de lugares (em pé e sentados) disponibilizados pelos veículos, limitando a consideração de lotação em pé a situações específicas em função do modo, tipo de percurso e velocidade praticada.		
Informação ao público	Devem ser disponibilizados em todos os pontos de acesso à rede de TPR informação clara e adequada, nomeadamente quanto ao serviço público de transporte de passageiros oferecido nesse ponto, condições de articulação da rede em que se insere e condições de acesso.		

Fonte: RJSPTP - Lei n.º 52/2015, de 9 de junho.

No sentido de analisar o grau de adequabilidade da oferta atual aos parâmetros mínimos de serviço definidos pela Lei n.º 52/2015, de 9 de julho, é importante aferir sobre a distribuição e localização dos lugares com mais de 40 habitantes. A Freguesia de Pinhal Novo regista o menor número de lugares com mais de 40 habitantes, 13, e o valor mais alto de população residente, 25.003 habitantes. Em termos de população residente segue-se a Freguesia de Palmela com 17.481 habitantes e 36 lugares com mais de 40 habitantes. A Freguesia de Quinta do Anjo apresentava 20 lugares com mais de 40 habitantes e 11.865 habitantes. A freguesia com menor população é a União das Freguesias de Poceirão e Marateca, 8.482 habitantes, sendo 21 o número de lugares com mais de 40 habitantes⁷⁵.

Importa agora analisar a cobertura territorial dos serviços regulares de TPCR à luz dos critérios definidos na Lei n.º 52/2015, de 9 de julho, diferenciando a análise entre PE e PNE, por já se ter verificado que efetivamente os níveis de oferta disponibilizados são diferenciados, aspeto relevante para o esboço dos circuitos de transporte flexível a desenhar na fase subsequente do presente estudo.

No global verifica-se que a população com oferta de TPCR no PE é de 97,3%, enquanto que no PNE é de 88,4%.

No período escolar os lugares sem oferta de TPCR localizam-se maioritariamente na Freguesia da Quinta do Anjo (9) a que corresponde uma população residente de 1.504 habitantes, sendo que destes lugares 9 têm mais de 40 habitantes, pelo que não cumprem com o requisito do RJSPTP. Nas Freguesias de Palmela e de Poceirão e Marateca apenas 1 lugar com mais de 40 habitantes não é servido por TPCR,

⁷⁵ Com base em SIGGESC e INE, Censos 2011, calculado no âmbito do *Estudo para a identificação de soluções de transporte flexível em território periurbano – Concelho de Palmela - Fase 1 – Relatório de Diagnóstico*, produzido pela Figueira de Sousa – Transportes e Mobilidade, em novembro de 2017, para a CMP.

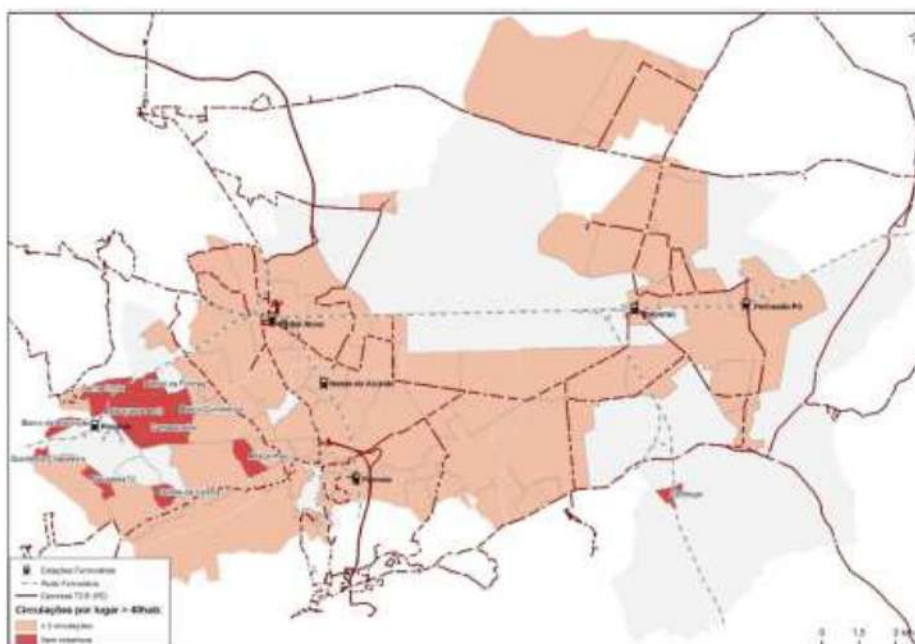
correspondente ao lugar de Zambujal. Na Freguesia de Palmela também apenas o lugar de Alfaçanhas não dispõe de serviço de TPCR. A Freguesia de Pinhal Novo não apresenta nenhum lugar sem oferta de TPCR. Note-se que no PE não existem lugares com oferta deficitária, ou seja, com carreiras a operar menos 3 dias da semana (oferta pontual).

QUADRO 57 - NÚMERO DE LUGARES E POPULAÇÃO RESIDENTE COM E SEM OFERTA DE TPCR – PE

Período Escolar	Sem oferta		Com oferta	
	<40 hab.	>40 hab.	<40 hab.	>40 hab.
Nº Lugares	3	11	3	79
Palmela	0	1	3	35
Quinta do Anjo	3	9	0	11
Pinhal Novo	0	0	0	13
União das freg. de Poceirão e Marateca	0	1	0	20
População residente	39	1 654	89	60 610
Palmela	0	91	89	18 701
Quinta do Anjo	39	1 504	0	10 218
Pinhal Novo	0	0	0	23 648
União das Freg.de Poceirão e Marateca	0	59	0	8 043

Fonte: SIGGESC, IMT, recebido em julho 2017 e INE, Censos 2011

FIGURA 53 – OFERTA EM LUGARES > 40 HABITANTES – PERÍODO ESCOLAR

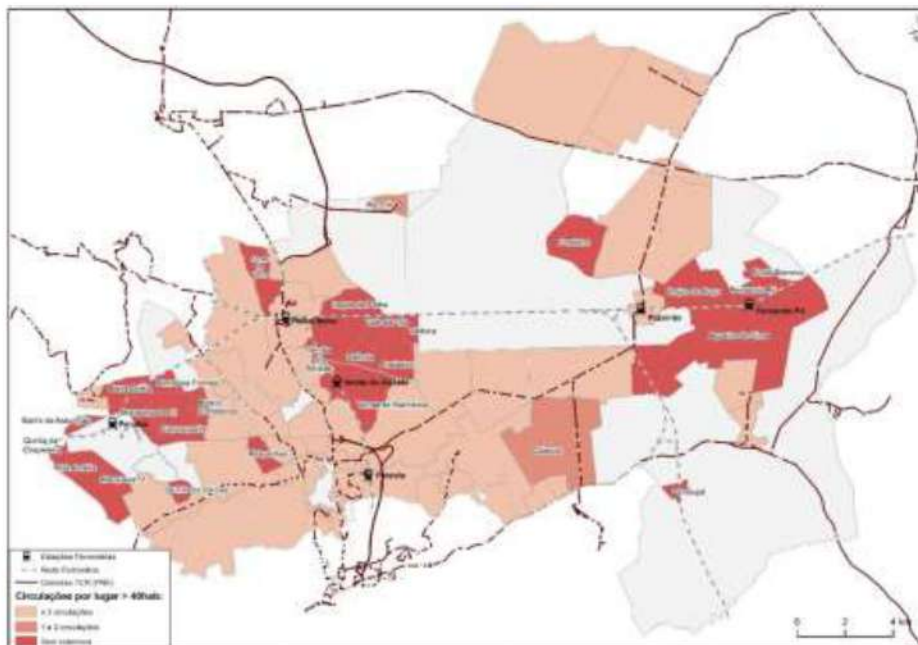


Fonte: SIGGESC, IMT, recebido em julho 2017 e INE, Censos 2011

No período não escolar são 29 os lugares sem serviço de TPCR a que corresponde um aumento de população não servida de 10%. Esta reside principalmente na Freguesia da Quinta do Anjo (13 lugares). As Freguesias de Palmela e Poceirão e Marateca apresentam, cada uma, 5 lugares não servidos por TPCR, enquanto que na Freguesia de Pinhal Novo são 6 os lugares não servidos. No PNE verificam-se ainda a

existência de lugares que apresentam oferta deficitária, ou seja, que não cumprem os requisitos definidos no regime jurídico.

FIGURA 54 – OFERTA EM LUGARES > 40 HABITANTES – PNE



Fonte: SIGGESC, IMT, recebido em julho 2017 e INE, Censos 2011

QUADRO 58 - NÚMERO DE LUGARES E POPULAÇÃO RESIDENTE COM E SEM OFERTA DE TPCR – PNE

Período Não-Escolar	Sem oferta		Com oferta	
	<40 hab.	>40 hab.	<40 hab.	>40 hab.
Nº Lugares	4	26	2	64
Palmela	1	4	2	32
Quinta do Anjo	3	11	0	9
Pinhal Novo	0	6	0	7
União das freg. de Poceirão e Marateca	0	5	0	16
População residente	64	7 884	64	54 380
Palmela	25	2 321	64	16 471
Quinta do Anjo	39	1 863	0	9 859
Pinhal Novo	0	2 074	0	21 574
União das Freg.de Poceirão e Marateca	0	1 626	0	6 476

Fonte: SIGGESC, IMT, recebido em julho 2017 e INE, Censos 2011

O RJSPTP estabelece um mínimo de 3 dias da semana com pelo menos 2 circulações (uma em cada sentido). Este requisito não é cumprido num lugar da Freguesia de Pinhal Novo (Rio Frio) e um lugar na União de Freguesias de Poceirão e Marateca (Cajados), sendo a população residente nestes dois lugares de 1.508 habitantes.

Como referido anteriormente, ao fim-de-semana não se registam variações da oferta entre o PE e o PNE, contudo ocorre uma quebra significativa da oferta face aos dias úteis no PE, com consequências aos níveis de cobertura (-29% dos lugares do Município e -23% da população residente).

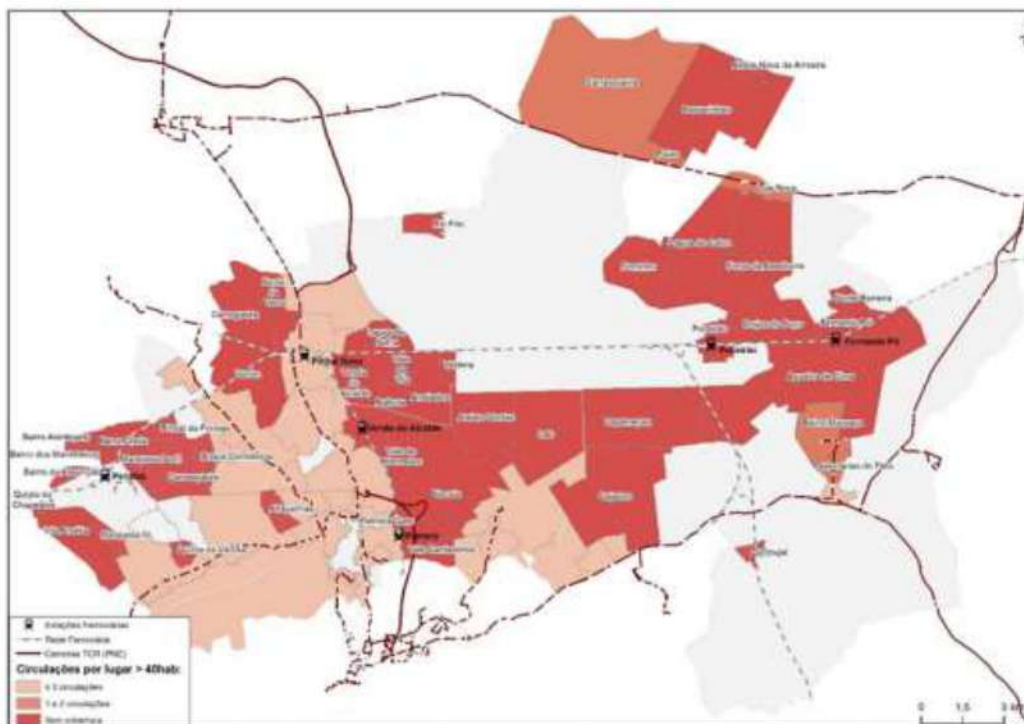
Grosso modo, verifica-se que os lugares servidos se situam nas Freguesias de Palmela e Pinhal Novo e ao longo do eixo entre Pinhal Novo e Palmela. A nascente da linha ferroviária entre as estações de Pinhal Novo e Palmela e em toda a freguesia de Poceirão e Marateca, a maioria dos lugares não têm oferta de serviços regulares de TPCR ao fim-de-semana.

QUADRO 59 - NÚMERO DE LUGARES E POPULAÇÃO RESIDENTE COM E SEM OFERTA DE TPCR – FIM-DE-SEMANA

Fins-de-Semana	Sem oferta		Com oferta	
	<40 hab.	>40 hab.	<40 hab.	>40 hab.
Nº Lugares	3	42	1	50
Palmela	0	9	1	29
Quinta do Anjo	3	12	0	8
Pinhal Novo	0	8	0	5
União das freg. de Poceirão e Marateca	0	13	0	8
População residente	39	16 425	36	45 892
Palmela	0	3 660	36	15 185
Quinta do Anjo	39	2 986	0	8 736
Pinhal Novo	0	3 513	0	20 135
União das Freg.de Poceirão e Marateca	0	6 266	0	1 836

Fonte: SIGGESC, IMT, recebido em julho 2017 e INE, Censos 2011

FIGURA 55 – OFERTA EM LUGARES > 40 HABITANTES – FIM DE SEMANA



Fonte: SIGGESC, IMT, recebido em julho 2017 e INE, Censos 2011

Atendendo ao segundo critério, cobertura temporal, analisa-se seguidamente as ligações entre lugares e a sede de Município, para os lugares com mais de 40 habitantes, quer para o PE, quer para o PNE, e se estas ligações cumprem o RJSPTP que define no mínimo 3 dias de operação por semana com as seguintes circulações:

- Uma circulação no sentido local – sede do Município, no período da manhã;
- Uma circulação no sentido sede do Município – local, no período da tarde.

Atendendo apenas às ligações à sede do Município, identificam-se no Quadro 60 as carreiras dos operadores que efetuam as ligações entre os lugares e a sede do Município. De salientar que das 45 carreiras que efetuam serviço de TPCR no Município de Palmela apenas 8 efetuam a ligação à sede de Município no PE, reduzindo para 7 no PNE e 5 nos dias de fim-de-semana.

QUADRO 60 - CARREIRAS COM LIGAÇÃO ENTRE UM LOCAL E A SEDE DO MUNICÍPIO – PALMELA

Período Escolar	Período Não Escolar	Fim de semana
326	326	326
413	413	413
454	454	-
565	565	565
605	605	-
680	-	-
767	767	767
768	768	768
8 carreiras	7 carreiras	5 carreiras

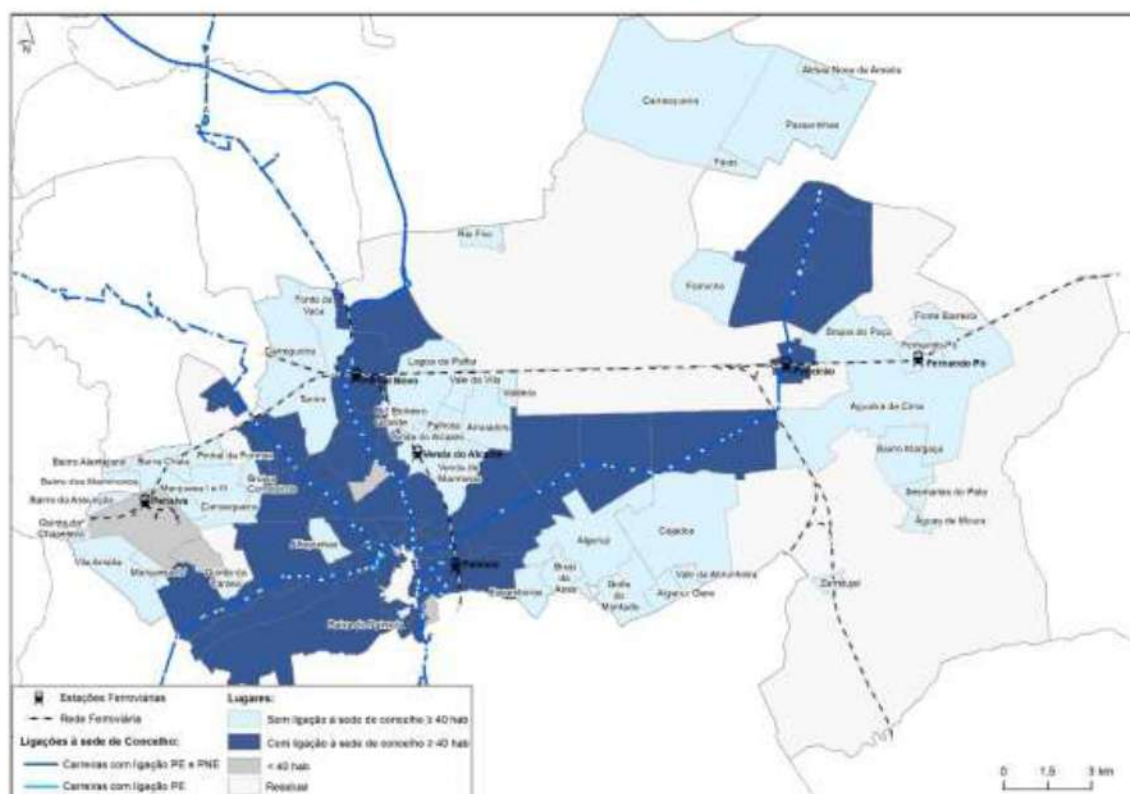
Fonte: SIGGESC, IMT, recebido em julho 2017 e INE, Censos 2011

Na Figura 56 representam-se as ligações entre lugares e a sede do Município no PE e no PNE, verificando-se apenas uma carreira que não efetua serviço no PNE, a qual realiza o percurso entre a estação ferroviária e a EB23 Hermenegildo Capelo, sendo operada pelos TST. Analisando a figura verifica-se que as carreiras realizam percursos sob as principais vias rodoviárias do Município, permitindo a ligação entre os lugares servidos por esta rede à sede de Município, deixando sem ligação a Palmela várias áreas do Município com lugares com mais de 40 habitantes, designadamente:

- Na área poente do Município, na envolvente à estação ferroviária de Penalva, 12 lugares localizados na Freguesia da Quinta do Anjo;
- Na área oeste na envolvente da localidade de Pinhal Novo: a poente (3 lugares) e a nascente (7 lugares);
- A este da cidade de Palmela, 7 lugares;

- Na área nascente, a este da estação ferroviária de Poceirão, 7 lugares;
- Na área norte do Município, na União de freguesias de Poceirão e Marateca, concretamente 4 lugares a norte da EN4;
- 4 lugares dispersos, correspondentes a Rio Frio, Alfaçanhas, Baixa de Palmela e Zambujal.

FIGURA 56 – CARREIRAS COM LIGAÇÃO À SEDE DO MUNICÍPIO – PERÍODO ESCOLAR E PERÍODO NÃO ESCOLAR

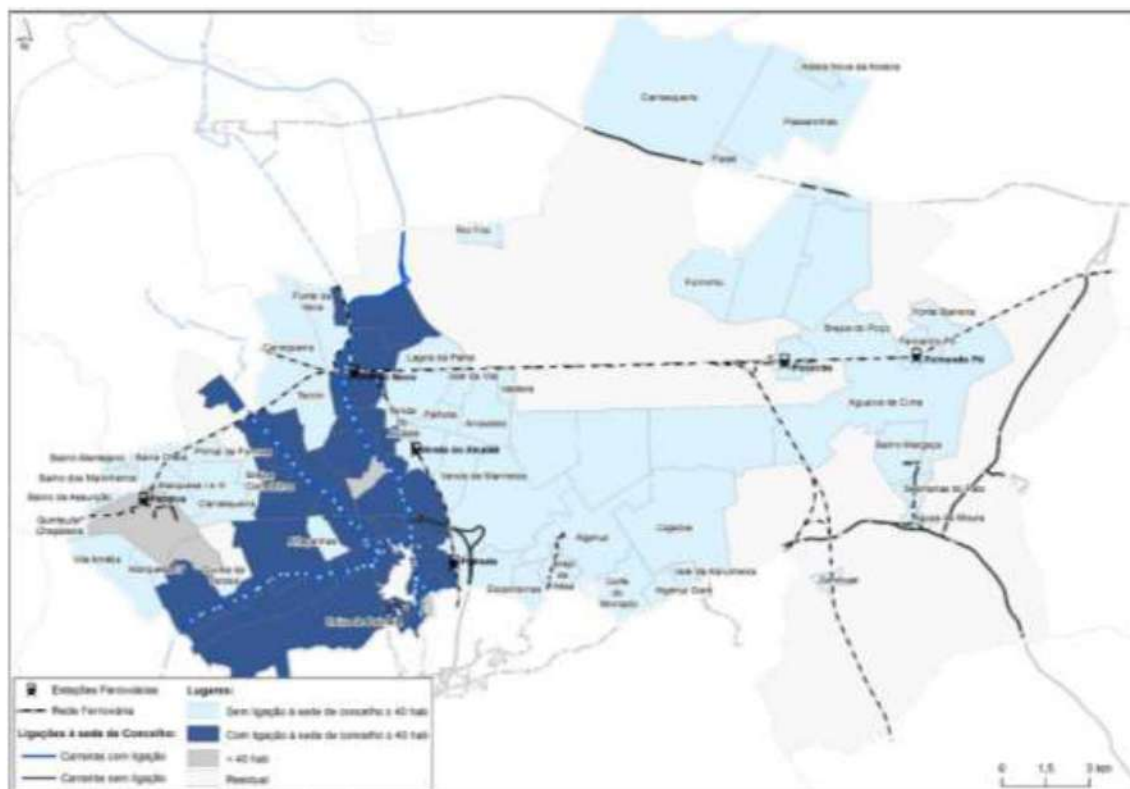


Fonte: SIGGESC, IMT, recebido em julho 2017 e INE, Censos 2011

Comparando as ligações entre lugares e a sede do Município em período escolar e período não escolar (Figura 57), e apesar de haver menos 1 carreira em serviço, não se verificam alterações nos lugares com serviço e sem serviço.

Relativamente à oferta de serviços nos dias de fim-de-semana, a oferta de TPCR de ligação à sede de Município não se realiza na União de Freguesia de Poceirão e Marateca, e diminui na Freguesia de Palmela, registando-se assim um acréscimo de 10 lugares sem ligação à sede de município aos fins-de-semana. No total, dos 90 lugares com mais de 40 habitantes do Município de Palmela, apenas 34 têm ligação à sede do Município ao fim de semana.

FIGURA 57 – CARREIRAS COM LIGAÇÃO À SEDE DO MUNICÍPIO – FINS DE SEMANA



Fonte: SIGGESC, IMT, recebido em julho 2017 e INE, Censos 2011

Os lugares com mais de 40 habitantes cuja oferta atual não permite ligações à sede do Município identificam-se no Quadro 61. Na globalidade são 46 os lugares nesta situação dividindo-se de modo diferenciado pelas 4 freguesias no PE e PNE. Considerando o fim-de-semana, verifica-se o acréscimo de 10 lugares (5 na Freguesia de Palmela e 5 na União de Freguesias de Poceirão e Marateca). A localização destes lugares representa-se na Figura 58.

QUADRO 61 - LISTAGEM DOS LUGARES > 40 HABITANTES SEM LIGAÇÃO À SEDE DO MUNICÍPIO(PE E PNE)

Lugares sem ligação à sede do Município > 40 habitantes			
Palmela	Quinta do Anjo	Pinhal Novo	União das Freguesias Poceirão e Marateca
Alfaçanhas	Bairro Alentejano	Bairro do Pinheiro Grande	Águas de Moura
Algeruz	Bairro da Assunção	Carregueira	Aqualva de Cima
Areias Gordas (*)	Bairro dos Marinheiros	Lagoa da Palha	Aldeia Nova da Aroeira
Biscaia (*)	Barra Cheia	Palhota	Algeruz Gare
Brejo do Assa	Brejos Correteiros	Terrim	Bairro Margaca
Escambirras	Carrasqueira	Vale da Vila	Brejos do Poço
Golfe do Montado (**)	Marquesa I e III	Venda do Alcaide (**)	Cajados
Lau (*)	Marquesa IV		Carrasqueira
Palmela Gare (*)	Pinhal das Formas		Faixas
Vale Cantadores (*)	Quinta da Chapeleira		Fernando Pó
Quinta da Asseca	Quinta da Várzea		Fonte Barreira

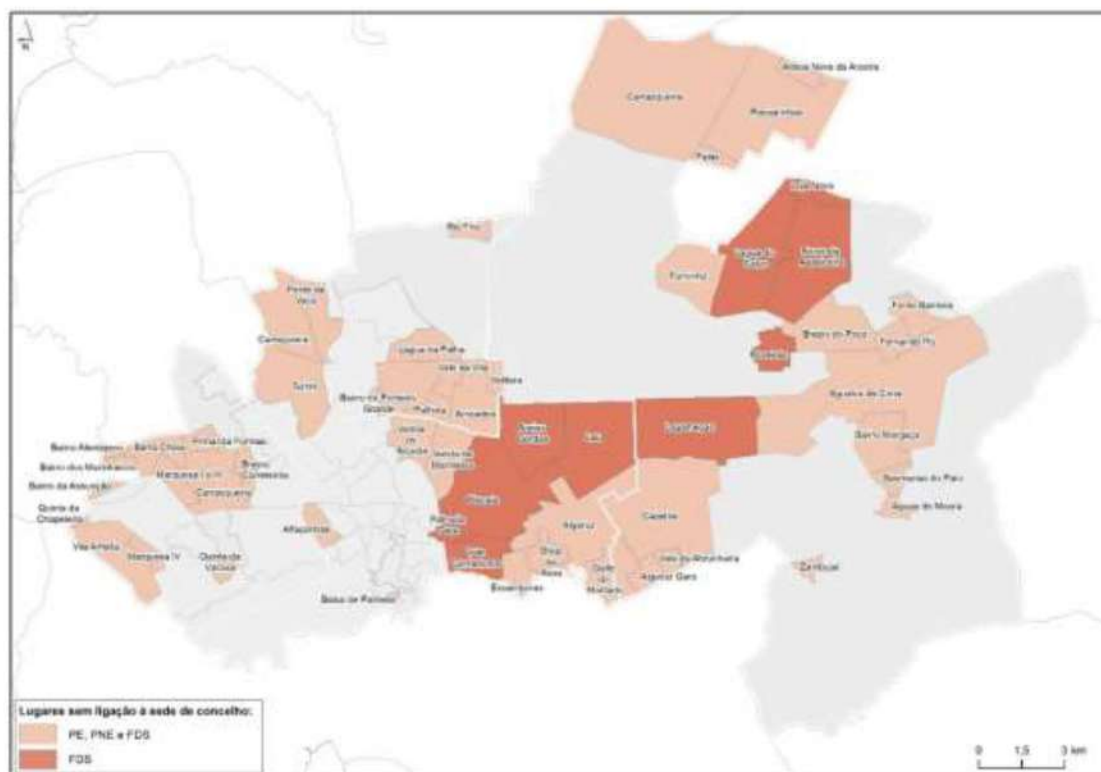
Lugares sem ligação à sede do Município > 40 habitantes			
Palmela	Quinta do Anjo	Pinhal Novo	União das Freguesias Poceirão e Marateca
Valdera	Vila Amália		Forninho
Vale de Marmelos			Foros da Asseiceira (*)
Venda do Alcaide (**)			Golfe do Montado (**)
			Lagameças (*)
			Lagoa do Calvo (*)
			Loja Nova (*)
			Passarinhas
			Poceirão (*)
			Sesmarias do Pato
			Vale da Abrunheira
			Zambujal

(*) – Lugar sem ligação à sede de freguesia ao fim de semana

(**) – Lugares que pertencem a duas freguesias

Fonte: SIGGESC, IMT, recebido em julho 2017 e INE, Censos 2011

FIGURA 58 – LUGARES QUE NÃO CUMPREM COM OS MÍNIMOS DE OFERTA ESTABELECIDOS NO RSPTP



Fonte: SIGGESC, IMT, recebido em julho 2017 e INE, Censos 2011

6.3.2.2. Transporte urbano

A Câmara Municipal de Palmela efetua dois circuitos urbanos no município – um no Centro Histórico da Vila de Palmela e outro no Pinhal Novo.

O circuito do Centro Histórico de Palmela pretende ligar o centro do aglomerado a todos os serviços públicos existentes no mesmo. O circuito efetua-se todos os dias úteis, com uma duração de 35 minutos, iniciando-se na Avenida 25 de Abril e tendo um percurso de 6,1 km no total.

FIGURA 59 – CIRCUITO DE TRANSPORTES NO CENTRO HISTÓRICO DE PALMELA



Fonte: www.cm-palmela.pt

O circuito urbano do Pinhal Novo liga os principais equipamentos do aglomerado (escolas, centro de saúde, mercado) num circuito fechado de 10,6 kms com uma duração de 45 minutos, iniciando-se e terminando nas Piscinas Municipais (Figura 60).

FIGURA 60 – CIRCUITO URBANO DO PINHAL NOVO



Fonte: www.cm-palmela.pt

O serviço efetua-se aos dias úteis entre as 7h05m e as 19h20m (12 circulações) e aos sábados entre as 7h35m e as 13h45 (6 circulações). Efetua-se ainda em dias de mercado mensal no mesmo horário que aos sábados.

6.3.2.3. Paragens de Transportes Públicos Coletivos Rodoviários

A par dos terminais rodoviários, as paragens de autocarro constituem-se também como infraestruturas de suporte ao transporte rodoviário enquanto pontos integrantes na largada e tomada de passageiros na rede de transportes públicos. Muitas destas constituem-se ainda como locais de transbordo entre serviços rodoviários.

Note-se que no âmbito do *Estudo para a identificação de soluções de transporte flexível em território periurbano – Concelho de Palmela - Fase 1 – Relatório de Diagnóstico* (realizado pela Figueira de Sousa – Transportes e Mobilidade, em novembro de 2017, para a CMP), não foi possível efetuar um levantamento exaustivo das condições de acolhimento das cerca de 620 paragens de transporte público rodoviário de passageiros, contudo o conhecimento adquirido pela equipa consultora e pelo município permitiu efetuar uma análise qualitativa das mesmas, que se apresenta seguidamente.

No que concerne as paragens do circuito urbano de Palmela, constata-se que nem todas as paragens possuem abrigo de passageiros, uma vez que uma parte significativa destas se encontram localizadas em arruamentos do centro histórico cujo perfil dificulta ou mesmo impossibilita a sua colocação.

FIGURA 61 – EXEMPLOS DE PARAGENS LOCALIZADAS EM PALMELA



Fonte: Figueira de Sousa- Planeamento de Transportes e Mobilidade, setembro 2017

As paragens localizadas fora do centro histórico e no aglomerado urbano do Pinhal Novo possuem na maioria dos casos abrigos de passageiros em bom estado de conservação e que desempenham

adequadamente a sua função. Ainda assim, importa referir que os mesmos (quer pela tipologia de abrigos, quer pelos acessos às mesmas) não possibilitam a acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada.

Nos aglomerados de Palmela e Pinhal Novo as paragens encontram-se sinalizadas e existe (na generalidade dos casos) identificação do número das carreiras que efetuam serviço. Contudo, não existe informação adicional de horários e tarifários praticados.

FIGURA 62 – EXEMPLOS DE PARAGENS LOCALIZADAS NO PINHAL NOVO



Fonte: Figueira de Sousa- Planeamento de Transportes e Mobilidade, setembro 2017

Nas paragens localizadas nos restantes aglomerados urbanos do município verificam-se situações muito diferenciadas em termos de tipologia de abrigos colocados e do seu estado de conservação. A tipologia de abrigos colocada nas paragens dos serviços interurbanos não é igual em todo o Município, ainda assim, na maioria dos casos encontra-se em bom estado de conservação (ainda que existam algumas exceções). Ao nível da identificação das carreiras que efetuam serviço nas paragens, as mesmas nem sempre se encontram identificadas e as acessibilidades pedonais a estes equipamentos encontram-se, em várias situações a necessitar de beneficiações ao nível dos passeios, colocação de iluminação, colocação de caixotes de lixo.

FIGURA 63 – EXEMPLOS DE PARAGENS LOCALIZADAS EM BREJO DO ASSA E BAIRRO MARGAÇA



Fonte: Figueira de Sousa- Planeamento de Transportes e Mobilidade, setembro 2017

Situação comum a todas as paragens prende-se com a ausência de informação público sobre horários das carreiras, tarifários e mapa de localização da paragem e sua inserção urbana na envolvente (constituem-se como exceção algumas paragens existentes em Pinhal Novo onde é disponibilizada informação sobre os horários de algumas carreiras).

A melhoria das acessibilidades pedonais e das condições de segurança são outros aspetos relevantes que importam melhorar, em especial nas paragens localizadas em Estradas Nacionais e/ou vias distribuidoras onde se registam volumes significativos de tráfego rodoviário. Nestes casos, as intervenções a realizar deverão seguir as recomendações do design universal garantindo a acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada.

Face ao diagnóstico efetuado recomendam-se algumas intervenções neste domínio:

- Levantamento da tipologia de abrigos e condições de funcionamento;
- Uniformização da tipologia de abrigos a implementar tendente a criar uma imagem de marca dos serviços de transporte público do município de Palmela. Importa reter que os serviços interurbanos e locais serão alvo de contratualização alargada à escala da AML. Como sugere-se que iniciativa se inicie pelas paragens que servirão de suporte aos serviços flexíveis.
- Disponibilização de informação de horários e planta da envolvente em todas as paragens, seguindo-se a prioridade sugerida no item anterior.

6.3.2.4. Táxis

Os táxis disponibilizam um serviço que consubstancia uma oferta relevante em qualquer sistema de transportes, satisfazendo necessidades específicas da procura em complemento da oferta do TPCR (e.g. em períodos do dia ou entre origens/destinos em que os níveis de procura não justificam a existência de carreiras de TP).

Os municípios detêm competências relativamente ao acesso e organização do mercado do transporte de aluguer de veículos ligeiros de passageiros. Complementarmente, a intervenção da administração central em matéria de acesso ao mercado limita-se, na atualidade, apenas à resolução de questões de transporte de táxi com natureza supramunicipal, em que o polo gerador não tenha tradução local e a coordenação do transporte não se confina a um município.

QUADRO 62 - COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DO TRANSPORTE DE ALUGUER EM VEÍCULOS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS

Acesso ao Mercado	Organização do Mercado
Licenciamento dos veículos; Fixação dos contingentes; Atribuição de licenças (através de concurso público aberto a entidades licenciadas pelo IMT – Instituto de Mobilidade e Transportes); Atribuição de licenças de táxis para pessoas com mobilidade reduzida (extra- contingente).	Definição dos tipos de serviços; Fixação dos regimes de estacionamento; Poderes ao nível da fiscalização e em matéria contraordenacional.

Fonte: Figueira de Sousa- Planeamento de Transportes e Mobilidade, pesquisas bibliográficas, fevereiro 2016

Os táxis assumem-se assim como um modo de transporte capaz de satisfazer necessidades diferenciadas, desempenhando um papel de grande importância na mobilidade urbana e de complementaridade com outros modos de deslocação, apesar das tarifas praticadas serem consideravelmente superiores aos restantes serviços de transporte público.

Não competindo diretamente com o transporte coletivo, constituem-se como um modo importante para algumas deslocações, nomeadamente turistas e viagens de negócios, desempenhando ainda um papel importante no transporte social, já que asseguram muitas vezes o transporte, urgente ou não urgente de doentes, e ainda o acesso das populações mais isoladas aos centros urbanos prestadores de serviços, podendo ser integrados num sistema de transporte flexível.

Em algumas regiões do país (e.g. Médio Tejo e Beja), estes veículos desempenham um papel importante no sistema de transportes, assegurando serviços de transporte flexível contratualizados com municípios e com comunidades intermunicipais.

No Município de Palmela, o **transporte em táxi** é enquadrado pelo *Regulamento da Atividade de Transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros* (Aviso n.º 7824/2017), publicado em Diário da República em 11 de julho de 2017. De acordo com este regulamento, o estacionamento condicionado e o estacionamento fixo são os regimes permitidos no Município.

O contingente de táxis do município de Palmela é de 27 licenças disponíveis, das quais apenas 12 estão ocupadas, o que representa uma taxa de procura de apenas 45%.

A capitação média de Palmela é de 0,19 táxis por 1 000 habitantes, variando entre os 0,08 no Pinhal Novo e os 0,47 do Poceirão e Marateca. De referir que em todas as Freguesias deste Município os valores são inferiores aos recomendados nos manuais de planeamento de transportes que apontam para um valor de 0,9 táxis por 1.000 habitantes.

De facto, a bibliografia internacional indica um valor de referência compreendido entre 0,9 e 1,1 táxis/1.000 habitantes, e ainda que este valor deva ser ponderado à luz dos padrões de mobilidade, das características do sistema urbano e características socioeconómicas do território em apreço, é de notar que o contingente do Município de Palmela fica muito aquém desta oferta de referência.

QUADRO 63 - NÚMERO DE TÁXIS POR 1.000 HABITANTES POR FREGUESIA

Freguesias	Nº de licenças	Pop. Residente 2011	Nº táxis/1 000 hab
Palmela	3	17 481	0,17
Pinhal Novo	2	25 003	0,08
Poceirão e Marateca	4	8 482	0,47
Quinta do Anjo	3	11 865	0,25
Munic. de Palmela	12	62 831	0,19

Fonte: Município de Palmela – outubro 2017

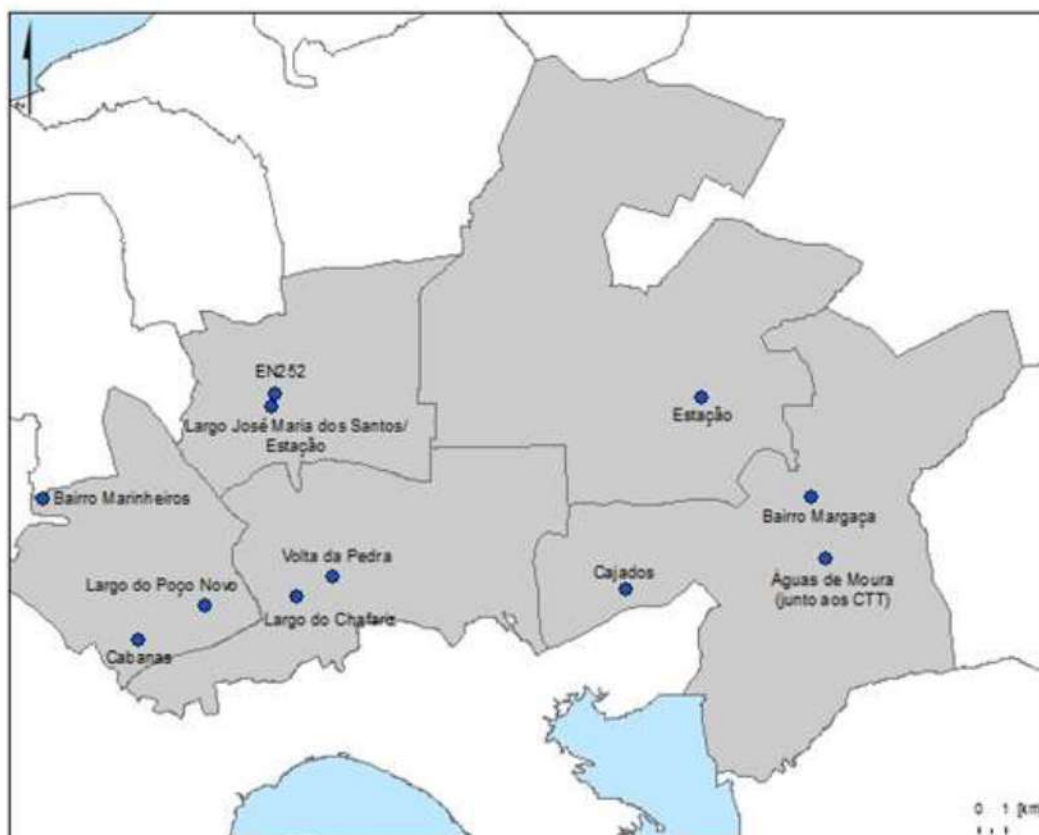
Relativamente à localização das praças de táxis e ao contingente existente por freguesia, esta informação é apresentada no Quadro 64 e Figura 64:

QUADRO 64 – LOCALIZAÇÃO DAS PRAÇAS E NÚMERO DE TÁXIS POR FREGUESIA

Freguesia	Localização das Praças de Táxis	N.º Táxis
Palmela	Largo do Chafariz	2
	Volta da Pedra	1
Pinhal Novo	Largo José Maria dos Santos (junto à estação)	1
	EN252	1
Poceirão e Marateca	Águas de Moura (junto ao posto dos CTT)	1
	Bairro Margaça	1
	Cajados	1
	Junto à Junta de Freguesia no Poceirão	1
Quinta do Anjo	Largo do Poço Novo	1
	Cabanas	1
	Bairro dos Marinheiros	1
Total		12

Fonte: Município de Palmela – outubro 2017

FIGURA 64 – LOCALIZAÇÃO DAS PRAÇAS DE TÁXIS DO MUNICÍPIO DE PALMELA



Fonte: Município de Palmela – outubro 2017

No Município de Palmela encontram-se regulamentados⁷⁶ 2 regimes de estacionamento de táxis:

- Estacionamento condicionado apenas em vigor na Freguesia do Pinhal Novo;
- Estacionamento fixo em praça, nas restantes Freguesias do Município.

Este mesmo regulamento estipula que, excecionalmente, por ocasião de eventos que determinem um acréscimo de procura, a Câmara Municipal de Palmela poderá criar locais de estacionamento temporários de táxis, e definir as condições em que o estacionamento é autorizado nesses locais, auscultando, para tal, as organizações profissionais do setor.

Encontra-se ainda previsto, fora do contingente regulamentado, a atribuição, por concurso, de licenças de táxis para transporte de pessoas com mobilidade reduzida, a realizar em veículos devidamente adaptados, de acordo com as regras definidas pelo IMT.

⁷⁶ Regulamento de Atividade do Transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi, Aviso n.º 12253/2017, Diário da República - 2.ª Série, n.º 197, de 12 outubro de 2017.

6.4 Rede de Percursos Cicláveis

No contexto da aposta no desenvolvimento de um sistema de transportes que favoreça a afirmação de padrões de mobilidade mais consentâneos com os princípios da mobilidade sustentável, os modos suaves – e, no caso as deslocações em bicicleta – detêm um papel particularmente relevante, nomeadamente no suporte às deslocações urbanas e interurbanas de curta distância (i.e., até 10 km).

Neste âmbito, os percursos cicláveis consubstanciam as infraestruturas de suporte a estas deslocações, providenciando a sua realização em condições de conforto e segurança passíveis de incentivar a utilização deste modo.

Em 2014, no âmbito das AIDUS - Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável da Área Metropolitana de Lisboa, promovidas no âmbito da Política de Coesão 2014-2020 tendo em vista o fortalecimento do papel das cidades no desenvolvimento sustentável e coesão territorial, houve a proposta de criação/consolidação duma rede ciclável intra e intermunicipal que envolvesse os municípios de Setúbal, Palmela e Sesimbra. No quadro da operacionalização do Portugal 2020, as AIDUS foram implementadas mediante um eixo autónomo dos Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro, Lisboa e Alentejo que enquadra as prioridades de investimento associadas à mobilidade urbana sustentável, à melhoria do ambiente urbano e à reabilitação e regeneração dos territórios urbanos desfavorecidos.

Neste sentido, surgiram os PEDU - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano, com vista a concretizar as AIDUS dos municípios das Áreas Metropolitanas. Os PEDU dividem-se ainda em três planos, sendo o relevante para a temática em consideração o PAMUS - Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, o qual assume uma lógica intermunicipal. Em termos operacionais, e no que ao Município de Palmela diz respeito, o PAMUS veio, em setembro de 2015, propor cinco modalidades de investimento para a mobilidade urbana sustentável⁷⁷.

Dentro destas, a CICLOP 7 – Rede Ciclável da Península de Setúbal surge como a mais relevante no que diz respeito à mobilidade em modos suaves e à rede ciclável. Trata-se de um projeto que procura fomentar a criação de uma rede ciclável na Península de Setúbal, que permita interligar o Sado, o Tejo, o Atlântico e a Serra da Arrábida. Bem como promover os modos suaves de deslocação e assegurar a intermodalidade, nomeadamente através da conexão com as principais estações rodo-ferroviárias e marítimas-fluviais, no sentido de promover a utilização da bicicleta nos movimentos pendulares quotidianos

⁷⁷ Ver Município de Palmela (2015) *PEDU Palmela - PAMUS Palmela - Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável*, Câmara Municipal de Palmela, 30/09/2015, pp. 19-28.

(casa-trabalho ou casa-escola). Prevê-se que tenha um custo de 1,4 milhões de euros, metade dos quais cofinanciados.

Por sua vez, o HUB 10 – Plataforma Humanizada de Conexão Territorial encontra-se centrado na EN10 e visa promover a recentralização da Península de Setúbal no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente através da melhoria das condições da referida via, tida como estruturante no contexto metropolitano. No que concerne à intervenção propriamente dita, esta visa promover a conectividade entre espaços urbanos; a intermodalidade entre os pontos centrais mais acessíveis, designadamente os espaços urbanos e as estações de caminho-de-ferro de Coina e Penalva; a redução dos consumos energéticos pela racionalização de circuitos, mediante a articulação entre as vias cicláveis e pedonais e os meios de transporte coletivos e particulares; e o favorecimento da articulação entre áreas habitacionais, áreas de atividades económicas, AUGI e espaços desocupados.

A proposta de intervenção abrange áreas dos Municípios de Sesimbra, Palmela e Setúbal. No que a Palmela diz respeito, a intervenção visa criar a rotunda de Vila Amélia, bem como a melhoria do troço rodoviário urbano da Estrada dos 4 Castelos e a beneficiação de rotunda aí existente, promovendo igualmente o reperfilamento, a beneficiação e enquadramento paisagístico da Estrada dos 4 Castelos, no troço compreendido entre a rotunda e a EN 379 (Cabanas), promovendo uma lógica ciclável e pedonal em articulação com as intervenções dos outros municípios. Estima-se que esta intervenção tenha um custo total de 1,3 milhões de euros, sendo 50% cofinanciados.

Ainda dentro do PAMUS, a ligação intermodal Pinhal Novo Sul e a ligação do antigo largo da Mitra à zona central de Pinhal Novo são duas ações que têm como finalidade a promoção da intermodalidade e a criação de condições de apoio à rede ciclável local, numa lógica de interface, e, concomitantemente, a requalificação de espaços degradados do centro da Vila de Pinhal Novo, no contexto das acessibilidades e mobilidade. Inclui uma intervenção em estacionamento automóvel, com ligação à estação de caminho-de-ferro, ciclovias e vias pedonais, tendo em vista a dotação da zona sul de Pinhal Novo de novas funcionalidades que permitam à comunidade a adoção de formas de mobilidade sustentáveis e amigas do ambiente. Trata-se, assim, de projetos estruturantes para a promoção da intermodalidade e para uma utilização do transporte público, eficaz e eficiente, nomeadamente através do comboio e do transporte público rodoviário, bem como para a criação das condições necessárias para utilização das redes cicláveis e pedonais locais, potenciando os modos suaves de deslocação.

No que diz respeito à análise dos percursos cicláveis existentes no Município de Palmela, podemos concluir que não existe uma verdadeira rede que permita o recurso a este modo de transporte em condições de conforto e segurança, pelo que a sua utilização na cadeia de deslocações quotidianas da população é inexpressiva. A generalidade dos troços cicláveis existentes têm vindo a ser construídos no âmbito de

operações urbanísticas, ainda que o Município de Palmela tenha vindo a desenvolver recentemente esforços na promoção da conectividade da rede. No Volume III. do presente relatório serão apresentadas as propostas de rede ciclável para o Município de Palmela, consubstanciadas as ações acima referidas e desenvolvidas no âmbito do PAMUS.

6.5 Acessibilidade, mobilidade e circulação sem barreiras físicas a edifícios e espaço público

A acessibilidade, a mobilidade e a circulação sem barreiras são condições que a “modernidade” e a coesão social impõem no sentido da construção de um território mais acessível e inclusivo que permita aos cidadãos o acesso, a utilização e a fruição plena dos equipamentos coletivos, dos serviços públicos e do espaço público.

Nesta senda, em 2004, a Câmara Municipal de Palmela aderiu à Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade e, em 2010, procurando dar cabimento ao estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, diploma que aprovou o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, desenvolveu um Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade, dos quais resultaram algumas intervenções em equipamentos e em espaço público.

No âmbito deste plano, a intervenção municipal consistiu na eliminação de barreiras, na criação de equipamentos e serviços acessíveis, na criação de atividades e iniciativas onde todos possam participar e na construção de espaços públicos contínuos e aprazíveis, entre outros aspetos. Paralelamente foi efetuado um diagnóstico de cerca de 300 quilómetros de vias, a caracterização de diversos equipamentos coletivos (escolas, bibliotecas, piscinas, equipamentos culturais), a identificação das condições de acessibilidade nos transportes, na comunicação impressa, nos espaços internet, o que permitiu uma identificação clara e sistematizada das condições de acessibilidade com uma consecutiva definição das áreas prioritárias a intervir.

De salientar que este trabalho que não se esgota na intervenção municipal, pelo que é crucial reforçar a participação de outros *stakeholders*, como são as empresas, os operadores de transporte, as entidades que gerem equipamentos e serviços abertos à população, bem como os próprios munícipes, numa lógica de governança e parceria alargada. Para a edilidade é fundamental partilhar a responsabilidade na construção de um Município mais inclusivo, acessível e acolhedor, nomeadamente através do desenvolvimento de iniciativas que visam a coadunação de diversas políticas setoriais, nomeadamente Ambiente, Espaço Público, Mobilidade e Transportes e, evidentemente o Urbanismo e o Ordenamento do Território, designadamente a adaptabilidade das paragens/abrigos de autocarro às necessidades de acessibilidade, principalmente para pessoas idosas ou com mobilidade reduzida.

No âmbito do Urbanismo e do Ordenamento do Território, em geral, e no que concerne ao PDM, em particular, o regulamento da presente revisão apresenta normas que visam incorporar as orientações dos regimes jurídicos das acessibilidades e da não discriminação, nomeadamente no que concerne ao estacionamento (n.º 2 do art.º 74.º), ao espaço público (al. a) do n.º 2 e al. a) do n.º 7 do art.º 73.º) e aos equipamentos coletivos (n.º 5 do art.º 70.º e n.º 4 do art.º 97.º)

7. Equipamentos Coletivos Existentes

Os equipamentos coletivos afirmam-se, cada vez mais, como suporte de uma vivência qualificada e sustentada de um território pelo que a sua análise se reveste de grande importância nesta fase de caracterização e diagnóstico. Deste modo procurou-se fazer uma avaliação dos equipamentos coletivos nos seus vários domínios: educação, desporto, saúde, solidariedade e segurança social, cultura e segurança pública. De salientar que esta análise reporta-se apenas à situação existente, no Volume III. do presente relatório serão identificados os défices existentes.

A Planta dos Equipamentos existentes faz parte das Plantas Complementares, nomeadamente do seu desdobramento em Planta de Equipamentos Existentes. De salientar que os equipamentos aí representados seguem as tipologias e valências propostas por Jorge Carvalho e Rita Marinho, no seu livro *Planeamento de Equipamentos Locais*, editado em 2013, pela Bubok, sendo essas tipologias e valências as consideradas em sede da programação de equipamentos coletivos do PDM. No que diz respeito ao presente ponto 7. é considerado um conjunto um pouco maior de tipologias e valências de equipamentos coletivos (por exemplo, farmácias ou ATL).

7.1 Equipamentos de Educação e Ensino

O presente subponto, referente à situação existente em termos de equipamentos educativos em funcionamento no Município de Palmela, representa um resumo do Relatório de Monitorização da Carta Educativa de Palmela.

A organização espacial da rede educativa do Município de Palmela integra três tipos de rede: privada, solidária e pública⁷⁸, sendo que esta última está organizada em três agrupamentos verticais de escolas e duas escolas não agrupadas, a saber: Agrupamento de Escolas José Saramago (Marateca/Poceirão), Agrupamento Vertical de Escolas de Palmela, Agrupamento Vertical de Escolas José Maria dos Santos (Pinhal Novo), Escola Secundária de Palmela e Escola Secundária de Pinhal Novo.

O Quadro 65 mostra a evolução do número de estabelecimentos e de salas, da rede pública, por agrupamento de escolas, entre os anos letivos de 2004/2005 e 2015/2016.

Ao nível da educação pré-escolar, nos três agrupamentos, registou-se um aumento global de dois estabelecimentos e 15 salas de jardim-de-infância. Em relação ao 1.º ciclo, o número de estabelecimentos decresceu gradualmente, passando de 30 estabelecimentos em 2004/2005 para 21 em 2015/2016. Quanto ao 2.º e 3.º ciclo, destaca-se a entrada em rede de um estabelecimento com 15 salas em 2007/2008 - construção da EB José Saramago – perfazendo, no município, o total de três estabelecimentos e 75 salas no ano letivo de 2015/2016.

QUADRO 65 – EVOLUÇÃO DO PARQUE ESCOLAR PÚBLICO (N.º DE ESTABELECIMENTOS E SALAS) DO MUNICÍPIO DE PALMELA POR ANO LETIVO

		2004/2005		2005/2006		2006/2007		2007/2008		2008/2009		2009/2010		2010/2011		2015/2016	
		N.º Est.	N.º Salas	N.º Est.	N.º Salas	N.º Est.	N.º Salas	N.º Est.	N.º Salas	N.º Est.	N.º Salas	N.º Est.	N.º Salas	N.º Est.	N.º Salas	N.º Est.	N.º Salas
Agrup. Palmela	Pré-Escolar	5	8	6	11	6	11	6	11	6	11	6	11	7	12	6	11
	1.º Ciclo	11	34	11	40	11	40	11	40	11	42	11	42	10	39	9	40
	2.º e 3.º C.*	1	25	1	25	1	25	1	25	1	25	1	25	1	25	1	25
Agrup. J. Saramago (Marateca)	Pré-Escolar	3	3	3	3	3	3	3	3	3	4	3	4	3	6	3	6
	1.º Ciclo	9	19	9	19	9	19	8	18	8	20	4	20	4	20	3	18
	2.º e 3.º C.	-	-	-	-	-	-	1	15	1	15	1	15	1	15	1	25
Agrup. J.M. Santos (Pinhal)	Pré-Escolar	4	6	4	6	4	7	4	7	4	7	6	15	6	15	5	15
	1.º Ciclo	10	34	10	34	9	32	9	32	9	32	10	58	10	58	9	56
	2.º e 3.º C.	1	25	1	25	1	25	1	25	1	25	1	25	1	25	1	25
Total	Pré-Escolar	12	17	13	20	13	21	13	21	13	22	15	30	16	33	14	32
	1.º Ciclo	30	87	30	93	29	91	28	90	28	94	25	120	24	117	21	114
	2.º e 3.º C.*	2	50	2	50	2	50	3	65	3	65	3	65	3	65	3	75

Fonte: CMP – DE

* Não está incluído o 3.º ciclo a funcionar nas Escolas secundárias com 3.º ciclo do ensino básico de Palmela e Pinhal Novo

** Os estabelecimentos com pré-escolar e 1.º ciclo são contabilizados em duplicado

⁷⁸ A nível da metodologia utilizada para a presente programação de equipamentos coletivos, apenas a nível da educação pré-escolar foi considerada a complementaridade entre as três redes (pública, privada e solidária). Não obstante, a colmatação das necessidades futuras será feita através do crescimento da rede pública, prevendo-se a manutenção das capacidades já instaladas ao nível das redes privada e solidária.

Relativamente às escolas secundárias mantiveram-se os dois estabelecimentos já existentes. Em relação ao número de salas, a Escola Secundária de Palmela manteve as 33 salas e a Escola Secundária de Pinhal Novo que tinha 33 salas, viu essa capacidade aumentar para 66 salas no ano letivo de 2011/2012 (com efeitos a partir de janeiro de 2012), em resultado das obras de ampliação entretanto realizadas.

Durante os anos letivos em análise, a rede e parque escolar do Município de Palmela foram alvo de um forte investimento por parte da autarquia, quer ao nível da ampliação e remodelação de estabelecimentos de educação e ensino, quer da construção de novos equipamentos, o que se refletiu não só em alterações de tipologia, mas implicou também o reordenamento da rede em vários momentos.

De referir ainda que as suspensões e/ou encerramentos registados decorrem, sobretudo, de orientações do Ministério da Educação contidas em sede da Carta Educativa que vão no sentido da construção de centros escolares, com a concentração da oferta e de níveis de ensino.

No que diz respeito aos estabelecimentos privados e as instituições de cariz particular e cooperativo sem fins lucrativos (IPSS), trata-se de respostas que assumem uma importância considerável no Município de Palmela, pois, especialmente ao nível da educação pré-escolar são, muitas vezes, a única oferta disponível em termos de proximidade.

A informação disponível no Quadro 66 referente ao número de estabelecimentos, é a que consta dos *sites* dos Ministérios da Educação (<http://infoescolas.mec.pt>, para o ensino básico e para o secundário) e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (<http://www.cartasocial.pt>, para o pré-escolar). No que respeita ao número de salas, foi realizada uma estimativa com base nos dados das capacidades máximas⁷⁹ para o pré-escolar e restantes ciclos de ensino.

A rede solidária, oferece apenas a valência de jardim-de-infância, e apesar de estar presente em todas as freguesias do Município, tem-se mantido estável no que se refere ao número de estabelecimentos durante o período em análise. Na rede privada, há um leque mais alargado de oferta (do jardim de infância ao ensino secundário), sendo a resposta em jardim-de-infância a que prevalece. Salienta-se que a (antiga) freguesia do Poceirão não dispõe de oferta educativa privada lucrativa.

⁷⁹ As capacidades máximas consideradas para cálculo da estimativa do número de salas foram: pré-escolar - 25 crianças, 1.º ciclo - 24 alunos, 2.º, 3.º ciclo e secundário – 28 alunos.

QUADRO 66 – EVOLUÇÃO DO PARQUE ESCOLAR PRIVADO E SOLIDÁRIO (ESTABELECIMENTOS E SALAS) DE PALMELA POR ANO LETIVO

			2004/2005		2005/2006		2006/2007		2007/2008		2008/2009		2009/2010		2015/2016	
			N.º Estab.	N.º Salas	N.º Estab.	N.º Salas	N.º Estab.	N.º Salas	N.º Estab.	N.º Estab.	N.º Estab.	N.º Salas	N.º Estab.	N.º Salas	N.º Estab.	N.º Salas
Freguesia Palmela	Pré-Escolar	Privado	3	9	3	9	3	9	4	12	4	12	3	10	2	5
		Solidário	2	8	2	8	2	8	2	8	2	8	2	8	1	4
	1.º Ciclo		1	8	1	10	1	11	2	17	2	17	2	17	1	10
	2.º e 3.º Ciclos		1	9	1	10	1	11	1	14	1	14	1	14	1	16
	Secundário		1	1	1	2	1	3	1	6	1	6	1	6	1	7
Freg. Pntal Novo	Pré-Escolar	Privado	3	4	3	4	4	6	5	7	6	11	7	13	4	10
		Solidário	2	7	2	7	2	7	2	7	2	7	2	7	3	4
	1.º Ciclo		-	-	1	1	1	1	1	1	2	6	2	6	3	4
Freguesia Quinta do Anjo	Pré-Escolar	Privado	1	3	1	3	1	3	1	3	1	3	1	3	1	1
		Solidário	1	4	1	4	1	4	1	4	1	4	1	4	2	6
	1.º Ciclo		1	3	1	3	1	3	1	3	2	7	2	7	2	5
	2.º e 3.º Ciclos		-	-	-	-	1	3	1	3	1	3	1	3	1	3
	Secundário		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
(Antiga) Freg. Freg.	Pré-Escolar	Privado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
		Solidário	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
(Antiga) Freg. Marateca	Pré-Escolar	Privado	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	1
		Solidário	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0
	1.º Ciclo		1	3	1	3	1	3	1	3	1	3	1	3	0	0
	2.º e 3.º Ciclos		1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	0	0
	Total		8	18	8	18	9	20	11	24	12	28	12	28	16	33
Total	1.º Ciclo		3	14	4	17	4	18	5	24	7	33	7	33	6	19
	2.º, 3.º Ciclos		2	11	2	12	3	13	3	16	3	16	3	16	2	19
	Secundário		1	6	1	6	1	6	1	6	1	6	1	6	2	8
	Total		8	18	8	18	9	20	11	24	12	28	12	28	16	33

Fonte: GEPE, MTSS, CMP- DOQ, <http://infoescolas.mec.pt/> e <http://www.cartasocial.pt>

7.2 Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social

Neste subponto pretende-se caraterizar sucintamente a atual Rede de Serviços e Equipamentos do Município tendo em conta as respostas sociais por população alvo, designadamente, **Crianças e Jovens; Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência; Pessoas Idosas; Família e Comunidade.**

Em traços gerais é de referir que todas as freguesias do Município detêm cobertura de equipamentos sociais, concentrando-se o maior número nas freguesias de Palmela e de Pinhal Novo. A extensão e dispersão do território de Palmela leva, porém, a que alguns territórios fiquem mais a descoberto, verificando-se, por outro lado, que alguns serviços são assegurados por entidades sediadas em territórios vizinhos ao Município.

No Município a rede solidária, designadamente as IPSS, tem vindo a assumir um papel essencial, sensivelmente desde a década de 80 do século XX. De facto, ao longo dos últimos anos, estas têm demonstrando um forte dinamismo com a criação, ampliação e diversificação de respostas sociais qualificadas dirigidas à população em geral e, em particular, aos grupos sociais mais vulneráveis, contribuindo em muito, para a prevenção e reparação dos problemas sociais locais.

De entre o conjunto de respostas sociais locais, as respostas sociais direccionadas para a população idosa têm um peso muito significativo no Município, designadamente as respostas de Lar para as Pessoas Idosas de gestão privada. Tal facto, reflete as tendências de envelhecimento demográfico e as necessidades específicas deste grupo. De salientar, de acordo com os últimos Censos, que 17,5% da população do Município são pessoas com 65 e mais anos o que corresponde a quase 11.000 habitantes.

Seguidamente vamos proceder à identificação e síntese das respostas sociais por população-alvo.

7.2.1. Equipamentos Sociais de apoio às Crianças e Jovens

Os Equipamentos de Apoio à Infância presentes no Município (Quadro 67 e Quadro 68) correspondem, na sua maioria, a espaços de atividades de tempos livres (ATL) e creches⁸⁰. Apesar de serem todos equipamentos de gestão privada, mais de metade não possuem fins lucrativos (IPSS). No que respeita à distribuição espacial desta tipologia de equipamentos nota-se uma maior concentração nas freguesias mais populosas do Município, Pinhal Novo e Palmela.

⁸⁰ De salientar que as creches surgem frequentemente associadas a jardins-de-infância, os quais foram analisados anteriormente no âmbito do subcapítulo referente aos Equipamentos de Educação e Ensino.

QUADRO 67 – ATL EM FUNCIONAMENTO NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Designação	Localidade	Tipo de Rede	Capacidade
União Social Sol Crescente da Marateca	Águas de Moura	Privado s/ Fins Lucrat.	30
Assoc. de Solid. Social de Brejos do Assa - O Rouxinol	Brejos do Assa	Privado s/ Fins Lucrat.	35
Centro Social de Palmela " CAPIJ "	Palmela	Privado s/ Fins Lucrat.	110
Caixa de Pandora	Pinhal Novo	Privado	64
Jardim de Infância Nova Árvore	Pinhal Novo	Privado	14
Fundação COI - Centro de Ocup. Infantil de Pinhal Novo	Pinhal Novo	Privado s/ Fins Lucrat.	80
Casa do Povo de Palmela – C. Social de Lagameças	Poceirão	Privado s/ Fins Lucrat.	20
Centro Social de Palmela " A Cegonha	Poceirão	Privado s/ Fins Lucrat.	30
Centro Social de Quinta do Anjo	Quinta do Anjo	Privado s/ Fins Lucrat.	55
Smart and Happy Kids	Pinhal Novo	Privado	40

Fonte: GEP-MTSS – Carta Social, www.cartasocial.pt

QUADRO 68 – CRECHES EM FUNCIONAMENTO NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Designação	Localidade	Tipo de Rede	Capacidade
União Social Sol Crescente da Marateca	Águas de Moura	Privado s/ Fins Lucrat.	32
Assoc. de Solid. Social de Brejos do Assa - O Rouxinol	Brejos do Assa	Privado s/ Fins Lucrat.	33
Jardim de Infância Quinta Guimarães	Cabanas	Privado	33
Centro Social de Palmela "Árvore"	Palmela	Privado s/ Fins Lucrat.	61
Centro Social e Paroquial de Pinhal Novo	Pinhal Novo	Privado s/ Fins Lucrat.	57
Fundação COI - Centro de Ocup. Infantil de Pinhal Novo (inst. Av. Z. Afonso e R. M. Veríssimo Silva)	Pinhal Novo	Privado s/ Fins Lucrat.	66+60
Casa do Povo de Palmela - Centro Social de Lagameças	Lagameças	Privado s/ Fins Lucrat.	22
Centro Social de Palmela "A Cegonha"	Poceirão	Privado s/ Fins Lucrat.	18
Centro Social de Quinta do Anjo	Qta. do Anjo	Privado s/ Fins Lucrat.	76
Crescer no Campo	Valdera	Privado	75
Ninho de Sol	Pinhal Novo	Privado	39

Fonte: GEP-MTSS – Carta Social, www.cartasocial.pt

De salientar ainda a presença no Município de várias instituições com estruturas de acolhimento e reinserção de crianças e jovens.

7.2.2. Equipamentos Sociais de apoio às Pessoas Idosas

Também no que diz respeito aos equipamentos sociais de apoio às Pessoas Idosas, verifica-se que 82% dos Lares (Quadro 69) têm fins lucrativos; ao nível dos Centros de Convívio e de Dia (Quadro 70) e Serviço de Apoio Domiciliário (Quadro 71) predominam as IPSS.

Uma nota final para a existência de vários equipamentos, nomeadamente lares, sem informação acerca do alvará, correspondente na maioria dos casos a situações de uma oferta não legalizada, que urge ser

resolvida, levando ao encerramento das estruturas sem qualidade, bem como, contribuindo para a reabilitação/legalização das estruturas com qualidade.

QUADRO 69 – LARES DE IDOSOS EM FUNCIONAMENTO NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Designação	Localidade	Tipo de Rede	Capacidade
Lar Santa Teresinha	Cabanas	Privado	21
Villa Natura	Cajados	Privado	20
Villa Pinhal Novo – C.R. S. João de Deus	Lagoa da Palha	Privado	57
Lar da 3.ª Idade Jardim de São Carlos	Lagoa do Calvo	Privado	18
Casa de Repouso "Maria Helena"	Olhos de Água	Privado	29
Fátima Park	Olhos de Água	Privado	70
Lar de Idosos "Villa Maryah"	Palmela	Privado	80
Santa Casa da Misericórdia de Palmela	Palmela	Privado s/ Fins Lucrat.	84
Casa de Repouso "Jardim de Outono "	Pinhal Novo	Privado	40
Casa de Repouso "Refúgio do Avôzinho"	Pinhal Novo	Privado	7
Fund.COI - Centro de Ocup. Infantil de Pinhal Novo	Pinhal Novo	Privado s/ Fins Lucrat.	30
Casa de Repouso da Quinta de Sto. António	Quinta do Anjo	Privado	17
Casa de Repouso "O Refúgio"	Vale de Touros	Privado	15
Lar Santiago Martins	Vale de Touros	Privado	39
Casa de Repouso Lézita	Volta da Pedra	Privado	34
LarPal	Palmela	Privado	18
Lar de S. Pedro – Sta. Casa da Mis. Palmela	Palmela	Privado s/ Fins Lucrat.	84

Fonte: GEP-MTSS – Carta Social, www.cartasocial.pt

QUADRO 70 - CENTROS DE CONVÍVIO E CENTROS DE DIA EM FUNCIONAMENTO NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Designação	Tipologia	Localidade	Tipo de Rede	Capacidade
Associação de Convívio Idosos de Cabanas	C. de Convívio	Cabanas	Privado s/ Fins Lucrat.	35
Associação de Idosos de Palmela	C. de Convívio	Palmela	Privado s/ Fins Lucrat.	150
Assoc. de Reform., Pens. e Idosos de Pinhal Novo	C. de Convívio	Pinhal Novo	Privado s/ Fins Lucrat.	80
União Social Sol Crescente da Marateca	Centro de Dia	Sesmar. do Pato	Privado s/ Fins Lucrat.	40
Santa Casa da Misericórdia de Palmela (Aires)	Centro de Dia	Aires	Privado s/ Fins Lucrat.	20
Lar Santa Teresinha	Centro de Dia	Cabanas	Privado	5
Fátima Park	Centro de Dia	Olhos de Água	Privado	5
Associação de Idosos de Palmela	Centro de Dia	Palmela	Privado s/ Fins Lucrat.	50
Assoc. de Reform., Pens. e Idosos de Pinhal Novo	Centro de Dia	Pinhal Novo	Privado s/ Fins Lucrat.	40
Centro Social Paroquial de Pinhal Novo	Centro de Dia	Pinhal Novo	Privado s/ Fins Lucrat.	30
Casa do Povo de Palmela - C. Social em Lagameças	Centro de Dia	Lagameças	Privado s/ Fins Lucrat.	40
Centro Social de Quinta do Anjo	Centro de Dia	Quinta do Anjo	Privado s/ Fins Lucrat.	45
Algeruz Villas Residência Sénior	Centro de Dia	Palmela	Privado	8
Ass. de Ref., Pens. e Idosos do B. Alentejano e arred.	(1)	Bairro Alentejano	Privado s/ Fins Lucrat.	37
Assoc. de Idosos e Reform. do Poceirão (ex-EB)	(2)	Forninho	Privado s/ Fins Lucrat.	20

Fonte: GEP-MTSS – Carta Social, www.cartasocial.pt

(1) Este equipamento não consta da Carta Social e funciona em instalações provisórias. A CMP já cedeu o terreno e apoio financeiro para o projeto de arquitetura

(2) Este equipamento não consta da Carta Social, trata-se de uma EB cedida pelo Município à referida associação

QUADRO 71 – APOIO DOMICILIÁRIO EM FUNCIONAMENTO NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Designação	Localidade	Tipo de Rede	Capacidade
União Social Sol Crescente da Marateca	Águas de Moura	Privado s/ Fins Lucrat.	20
Fundação Robert Kalley	Palmela	Privado s/ Fins Lucrat.	68
Assoc. de Reform., Pens. e Idosos de Pinhal Novo	Pinhal Novo	Privado s/ Fins Lucrat.	65
Centro Social Paroquial de Pinhal Novo	Pinhal Novo	Privado s/ Fins Lucrat.	35
Casa do Povo de Palmela – Centro Social em Lagameças	Lagameças	Privado s/ Fins Lucrat.	11
Assoc. de Reform., Pens. e Idosos da Freg. do Poceirão	Poceirão	Privado s/ Fins Lucrat.	40
Centro Social de Quinta do Anjo	Quinta do Anjo	Privado s/ Fins Lucrat.	60
Viver Feliz	Pinhal Novo	Privado	40

Fonte: GEP-MTSS – Carta Social, www.cartasocial.pt

7.2.3. Equipamentos Sociais de apoio às Pessoas com deficiência

No eixo das Pessoas com Deficiência o trabalho desenvolvido nesta área privilegiou durante largos anos sobretudo a articulação com as IPSS com sede noutros Municípios nomeadamente de: através da APPACDM – Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, da APPDA – Associação das Perturbações do Desenvolvimento e do Autismo da Moita e do Barreiro, da CERCIMB - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas da Moita e Barreiro e da CERCIMA - Cooperativa para a Educação e Reabilitação do Cidadão Inadaptado do Montijo e de Alcochete.

Em maio de 2010, foi inaugurado o Lar residencial e a Residência autónoma da Fundação COI - Centro de Ocupação Infantil de Pinhal Novo, na freguesia de Pinhal Novo, com capacidades respetivamente para 24 e 5 utentes.

7.2.4. Outros Equipamentos Sociais de apoio à Família e Comunidade

O Banco Alimentar Contra a Fome da Península de Setúbal, sito em Vila Amélia na freguesia de Quinta do Anjo, responde às necessidades das famílias apoiando diretamente as diferentes IPSS do Município na distribuição de géneros alimentícios.

7.3 Equipamentos de Saúde

No que diz respeito aos equipamentos de saúde já instalados e em funcionamento, no Município de Palmela a prestação de serviços de saúde primários está assegurada, desde o ano de 2008, através de uma nova organização dos Centros de Saúde⁸¹ (Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro) e por 15 Farmácias. Fruto desta reestruturação, o Centro de Saúde de Palmela e respetivas Extensões ficaram integrados no Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) de Setúbal e Palmela e, atualmente, no ACES da Arrábida, que agrupa os Centros de Saúde e de respetivas extensões de Setúbal (Bomfim e São Sebastião), Palmela e Sesimbra⁸².

De salientar que, desde o ano de 2007 e como preparação desta nova estrutura, o Centro de Saúde de Palmela e os Centros de Saúde de Setúbal começaram a funcionar de forma integrada, como projeto-piloto, experiência posteriormente validada, em termos legislativos e operacionais pela legislação já indicada, que criou os agrupamentos de centros de saúde, a nível nacional. Os ACES são serviços de saúde com autonomia administrativa, constituídos por várias unidades funcionais, que integram um ou mais centros de saúde. São serviços desconcentrados de respetiva Administração Regional de Saúde (ARS), IP., estando sujeitos ao seu poder de direção.

7.3.1. Unidades de Saúde Familiar

De referir que no Município de Palmela e integrada no ACES de Setúbal e Palmela, foi criada em dezembro de 2008, uma Unidade de Saúde Familiar – USF de Santiago, Palmela, que consiste numa «(...) *unidade com autonomia técnica e funcional sem personalidade jurídica, mas com um novo modelo organizacional leve e flexível, para um prestação de cuidados de saúde aos indivíduos e às famílias, de maior proximidade e com elevado nível de qualidade*»⁸³. Esta unidade funcional, embora surja integrada neste ACES, e atue em “intercooperação com as demais unidades funcionais” existentes, é regida por legislação específica.

As restantes unidades funcionais de prestação de cuidados de saúde, para além da USF, são designadas:

- Unidade de cuidados de saúde personalizados (UCSP);
- Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC);
- Unidade de Saúde Pública (USP);
- Unidade de recursos assistenciais partilhados (URAP);
- Outras unidades ou serviços, propostos pela respetiva ARS, IP, que venham a ser considerados como necessários.

⁸¹ Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro.

⁸² Alínea h) do Artigo 2.º da Portaria 394-B/2012, de 29 de novembro.

⁸³ https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/150747/1/Tese_Ricardo%20Farinha.pdf

De acordo com a legislação, em cada centro de saúde componente de um ACES funciona, pelo menos, uma USF ou UCSP e uma UCC ou serviços desta. Cada ACES tem somente uma USP e uma URAP.

Num quadro de mudanças conjunturais sucessivas, nos últimos anos, decorrentes da necessidade de redução de custos na administração pública, implicando a imperiosa rentabilização de recursos logísticos, humanos e financeiros, o modelo organizativo dos ACES, nomeadamente os pertencentes à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) foi reorganizado e reduzido, no ano de 2012, de 22 para 15 ACES. Tal como referido anteriormente, no caso do ACES de Setúbal e Palmela, procedeu-se à fusão deste Agrupamento com o Centro de Saúde de Sesimbra, anteriormente integrado noutro ACES (Seixal-Sesimbra). O novo ACES da Arrábida passou a dar cobertura, no âmbito dos cuidados de saúde primários, às populações dos Municípios de Setúbal, Palmela e Sesimbra, integrando 32 Unidades de Saúde.

QUADRO 72 – UNIDADES DE SAÚDE DOS ACES ARRÁBIDA EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Unidade de Saúde	Localização	Atividade
UCSP de Palmela USF de Palmela URAP – Pólo de Palmela UCC de Palmela USP – Pólo de Palmela	Palmela (antiga Extensão de Saúde de Palmela)	Medicina geral e familiar; planeamento familiar; IVG; saúde do adulto; enfermagem; saúde materna; saúde infantil e juvenil; Vacinação; visitas domiciliárias; Atendimento Complementar (fim semana) Rastreamentos oncológicos Consultas de Psicologia; fisioterapia; Higiene oral; Serviço Social; Terapeuta da fala; Nutricionista; Pediatria Cursos de preparação para o parto; Equipa de Cuidados Continuados Integrados; Prevenção de Quedas na comunidade; Projetos em parceria: Saúde Escolar; CPCJ; Intervenção Precoce; Núcleo de apoio a crianças e Jovens em risco. Saúde Pública: Autoridade de Saúde – Controle das águas; Juntas médicas; Controle das doenças de notificação obrigatória; Controle do Programa da Vacinação. Gestão dos Programas Nacionais de Saúde Oral, Vacinação e Saúde Escolar. Participações: Proteção Civil ; Gestão de Planeamento dos Serviços; Programa dos Controle de Infecção.
UCSP de Águas de Moura	Águas de Moura	Medicina geral e familiar; planeamento familiar; IVG; saúde do adulto; enfermagem; saúde materna; saúde infantil e juvenil; Vacinação; visitas domiciliárias;
UCSP do Bairro dos Marinheiros	B. dos Marinheiros	Medicina geral e familiar; planeamento familiar; IVG; saúde do adulto; enfermagem; saúde materna; saúde infantil e juvenil; Vacinação; visitas domiciliárias;
UCSP de Brejos do Assa	Brejos do Assa	Medicina geral e familiar; planeamento familiar; IVG; saúde do adulto; enfermagem; saúde materna; saúde infantil e juvenil; Vacinação; visitas domiciliárias;
UCSP de Olhos de Água	Olhos de Água	Medicina geral e familiar; planeamento familiar; IVG; saúde do adulto; enfermagem; saúde materna; saúde infantil e juvenil; Vacinação; visitas domiciliárias;
UCSP de Poceirão	Poceirão	Medicina geral e familiar; planeamento familiar; IVG; saúde do adulto; enfermagem; saúde materna; saúde infantil e juvenil; Vacinação; visitas domiciliárias;
UCSP de Quinta do Anjo	Quinta do Anjo	Medicina geral e familiar; planeamento familiar; IVG; saúde do adulto; enfermagem; saúde materna; saúde infantil e juvenil; Vacinação; visitas domiciliárias;
UCSP da Venda do Alcaide	Venda do Alcaide	Medicina geral e familiar; planeamento familiar; IVG; saúde do adulto; enfermagem; saúde materna; saúde infantil e juvenil; Vacinação; visitas domiciliárias;
UCSP de Pinhal Novo	Pinhal Novo (R. G. Junqueiro)	Medicina geral e familiar; planeamento familiar; IVG; saúde do adulto; enfermagem; saúde materna; saúde infantil e juvenil; Vacinação; visitas domiciliárias;
UCSP de Pinhal Novo - 6	Pinhal Novo (R. Zeca Afonso)	Medicina geral e familiar; planeamento familiar; IVG; saúde do adulto; enfermagem; saúde materna; saúde infantil e juvenil; Vacinação; visitas domiciliárias; Atendimento Complementar (diário)

Fonte: ACES Arrábida, 2013 e DEIS, 2014

7.3.1. Farmácias

No que respeita à prestação deste serviço de saúde é de salientar que, relativamente aos turnos de serviço que asseguram o acesso da população ao medicamento em situação de urgência, das quinze farmácias existentes no Município, constam, na escala de turnos, aprovada pela ARSLVT, IP., desde o ano de 2012, apenas doze farmácias. Constatase que as áreas rurais mais distantes dos centros urbanos são aquelas que continuam a ter mais condicionado o acesso ao medicamento, como é o caso da União de Freguesias de Poceirão e Marateca, onde a única farmácia com turno de disponibilidade é a Farmácia Ideal de Águas de Moura. Atendendo ao quadro apresentado pelo conjunto do território, a questão fundamental radica no facto de que se continua a assistir a um decréscimo da resposta farmacêutica de urgência em Palmela, dada a estrita observância da legislação em vigor, que aponta como requisito para o funcionamento dos turnos de serviço permanente nos Municípios, a existência de serviços de urgência do Serviço Nacional de Saúde, promovendo, assim, a discriminação dos municípios com menores recursos de acesso aos cuidados de saúde de urgência hospitalar, e forçando a população a deslocar-se aos centros urbanos mais distantes do seu local de residência, em situações de emergência e/ou acesso ao medicamento com carácter de urgência. A prestação de cuidados de saúde é ainda complementada por diversos consultórios médicos privados, localizados na sua maioria nas Freguesias de Palmela e Pinhal Novo, bem como serviços complementares de diagnóstico e associações privadas não lucrativas de apoio a toxicodependentes, distribuídas. Por fim de destacar ainda a existência do Pólo de Águas de Moura do Departamento de Doenças Infecciosas do Instituto Nacional de Saúde (INSA) – Centro de Estudos de Vetores e Doenças Infecciosas Doutor Francisco Cambournac, no qual se desenvolvem atividades nas áreas de bacteriologia, virologia, parasitologia, micologia, imunologia, bem como no estudo de vetores e doenças infecciosas. Neste polo existe um núcleo do Museu da Saúde dedicado à história da erradicação da Malária em Portugal⁸⁴.

⁸⁴Ver <http://www.insa.pt/sites/INSA/Portugues/AreasCientificas/DoencasInfecciosas/Paginas/inicio.aspx>;
<http://www.insa.pt/sites/INSA/Portugues/AreasCientificas/DoencasInfecciosas/Paginas/AguasMoura.aspx>

QUADRO 73 – FARMÁCIAS EM FUNCIONAMENTO NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Designação	Localização
Farmácia Ideal	Águas de Moura
Farmácia d' Aires	Aires
Farmácia Brás	Algeruz – Brejos do Assa
Farmácia Serpa	Bairro Alentejano
Farmácia Graça	Cabanas
Farmácia de Cajados	Cajados
Farmácia de Lagameças	Lagameças
Farmácia Coelho Marques	Palmela
Farmácia de Palmela	Palmela
Centro Farmacêutico, Lda	Pinhal Novo – Salgueirinha
Farmácia Central de Pinhal Novo	Pinhal Novo
Farmácia Tavares de Matos	Pinhal Novo
Farmácia do Poceirão	Poceirão
Farmácia Galiano	Quinta do Anjo
Farmácia Cordeiro	Venda do Alcaide

Fonte: DEIS, 2014 e www.infarmed.pt

7.4 Equipamentos de Desporto e Lazer

Não obstante não poder ser considerado um “equipamento desportivo ou de lazer” merece especial relevância salientar a situação geográfica do Município de Palmela, nomeadamente a sua inserção parcial no Parque Natural da Arrábida, situação que contribui para o desenvolvimento de desportos de natureza.

Uma chamada de atenção ainda para o facto de se dever ter em linha de consideração quais são as entidades proprietárias e gestoras dos equipamentos, uma vez que os equipamentos privados, sendo de acesso restrito, nomeadamente a pagantes, não conseguem fornecer o mesmo nível de serviço dos equipamentos públicos, aberto à generalidade da população e, normalmente, totalmente livres na utilização e usufruto dos mesmos.

7.4.1. Campos de Jogos e Polidesportivos

No âmbito da nossa análise decidimos estudar conjuntamente os pequenos campos de jogos, os polidesportivos descobertos e os grandes campos de jogos. De facto, os pequenos campos de jogos e os polidesportivos descobertos surgem como equipamentos muito semelhantes, quer em termos de dimensionamento, quer ao nível das modalidades desportivas que se podem praticar, pelo que julgamos fazer todo o sentido enquadrar ambas as tipologias em conjunto.

Por seu lado, os grandes campos de jogos, apresentam dimensões diferentes, bastante superiores, e as modalidades desportivas que podem ser praticadas, que sejam comuns aos pequenos campos de jogos e aos polidesportivos descobertos, estão basicamente limitadas ao futebol. Não obstante, a realidade sociocultural (ainda bastante) rural do município de Palmela, em que as associações culturais e desportivas locais têm ainda um grande peso e constituem frequentemente pólos de identidade e coesão dos aglomerados e da população aí residente, nomeadamente em torno de desportos como o futebol praticados nesses mesmos grandes campos de jogos, implicam que o município tenha um número elevado de grandes campos de jogos.

Neste ponto de vista, julgamos que os grandes campos de jogos podem ser vistos como complementares, pelos parcialmente, aos pequenos campos de jogos e polidesportivos descobertos, suprimindo nalgumas situações a escassez destes.

De salientar que no que diz respeito a estas tipologias de equipamentos predomina a gestão privada sem fins lucrativos dada a existência de um conjunto alargado de grupos e associações desportivas e recreativas em todas as freguesias do Município.

QUADRO 74 – CAMPOS DE GRANDES JOGOS NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Designação	Lugar
Grupo Desportivo e Rec. "Leões de Cajados"	Cajados
Grupo Desportivo de Lagameças	Lagameças
Clube Desportivo e Rec. de Águas de Moura	Águas de Moura
Associação Académica de Aqualva de Cima	A. de Cima/B. Margaça
Complexo Desportivo Municipal de Palmela	Palmela
Parmelense Futebol Clube	
Grupo Desportivo "Estrelas de Algeruz"	Aljeruz
Kartódromo Internacional de Palmela	
Clube Desportivo e Rec. do Padre Nabeto	Aires/Padre Nabeto
Clube Desportivo Pinhalnovoense	Pinhal Novo
Grupo Desportivo da Lagoa da Palha	Lagoa da Palha
Grupo Desportivo de Rio Frio	Rio Frio
Grupo Desportivo e Rec. "Águias da Aroeira"	Aldeia Nova da Aroeira
Grupo Desportivo de Valdera	Valdera
Forninho Futebol Clube	Forninho
Quintajense Futebol Clube	Quinta do Anjo
Botafogo Futebol Clube	Cabanas

Fonte: CMP-DCDJ e GOSI

QUADRO 75 – PEQUENOS CAMPOS DE JOGOS (PCJ) E POLIDESPORTIVOS DESCOBERTOS (PD) NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Designação	Lugar
Assoc. Cultural e Recreativa de Fernando Pó (PD)	Fernando Pó
Clube Desport. e Recreat. de Águas de Moura (PD)	Águas de Moura
Assoc. de Moradores da Estação de Palmela (PCJ)	Aires
Grupo Desportivo e Recreativo Airens (PD)	
Grupo Desp. e Cultural "Os Ídolos da Baixa" (PCJ)	Baixa de Palmela
Sociedade de Recreio e Desporto da Lagoinha (PD)	Lagoinha
Clube Desport. e Recreativo do Padre Nabeto (PD)	Padre Nabeto
Complexo Desportivo Municipal de Palmela (PCJ)	Palmela
EB Hermenegildo Capelo (PD)	
Escola Secundária de Palmela (PCJ)	
Parmelense Futebol Clube (PCJ)	
Polidesportivo da Terra do Pão (PD)	Qta. da Asseca
Associação de Moradores da Qta. da Asseca (PCJ)	
Assoc. de Morad. e Amigos da V. do Alcaide (PD)	Venda do Alcaide
Grupo Desportivo da Volta da Pedra (PCJ)	Volta da Pedra
Grupo Desportivo da Lagoa da Palha (PCJ)	Lagoa da Palha
Clube Desportivo Pinhalnovoense (PCJ)	Pinhal Novo (norte)
Escola Secundária de Pinhal Novo (PD)	
Polidesportivo Bairro Cooperativa de Habitação	
Polidesportivo do Jardim José Maria dos Santos	
Assoc. de Moradores do B. da Cascalheira (PD)	Pinhal Novo (sul)
EB José Maria dos Santos (PD)	
Polidesportivo 25 de Abril	
Polidesportivo da Urb. Nogueira de Matos	
Playhouse (PCJ)	Rio Frio
Grupo Desportivo de Rio Frio (PD)	
União Desportiva da Palhota (PD)	Palhota
Polidesportivo do Poceirão	Poceirão
EB José Saramago (PD)	
Assoc. Morad. Qta. das Marquesas II-1.ª fase (PD)	B. Assunção Piedade/Marquesas II
Quintajense Futebol Clube (PD)	Quinta do Anjo
Clube Portais da Arrábida (PD)	
Soc. Rec. e Cultural do Povo do B. Alentejano (PD)	Bairro Alentejano

Fonte: CMP-DCDJ e GOSI

7.4.2. Pavilhões e Centros de Animação Local

No que diz respeito aos Pavilhões, referimo-nos a equipamentos desportivos cobertos, destinados à prática de diversas modalidades: ginástica, futebol, voleibol, basquetebol, entre outros, os quais abrangem uma área desportiva polivalente, vestiário/balneário e anexos funcionais⁸⁵. Trata-se de uma tipologia na qual o Município se encontra desfalcada, nomeadamente na Freguesia de Quinta do Anjo onde não existe atualmente nenhum equipamento com estas características, uma vez que o pavilhão do Quintajense sofreu a derrocada da cobertura.

QUADRO 76 – PAVILHÕES NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Designação	Lugar
Pavilhão Desp. da Esc. Secundária de Pinhal Novo	Pinhal Novo (norte)
Pavilhão dos Bombeiros Volunt. de Pinhal Novo	
Pavilhão Desportivo Municipal de Pinhal Novo	Pinhal Novo (sul)
Pavilhão Desp. da EB Hermenegildo Capelo	Palmela
Pavilhão da Soc. Filarm. Palmelense "Loureiros"	
Pavilhão dos Bombeiros Voluntários de Palmela	
Pav. do Rancho "Os Fazendeiros de Lagameças"	Lagameças
Pavilhão Multiusos do Bairro Margaça	A. de Cima / B. Margaça

Fonte: CMP-DCDL e GOSI (shape equipamentos)

À semelhança do que referimos para os Grandes Campos de Jogos e para os Pequenos Campos de Jogos / Polidesportivos Descobertos, a análise dos Pavilhões deve ser feita em conjunto com a dos Centros de Animação Local⁸⁶, entendidos como espaços polivalentes de encontro, lazer, desporto ou cultura, normalmente geridos por uma associação local. Trata-se, pois, de tipologias que encontram alguma complementaridade, nomeadamente ao nível da prática desportiva

QUADRO 77 – CENTROS DE ANIMAÇÃO LOCAL NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Designação	Lugar
Associação de Idosos de Palmela	Palmela
Biblioteca Municipal de Palmela	
Bombeiros Voluntários de Palmela	
Grupo Coral "Ausentes do Alentejo"	
Sociedade Filarmónica Humanitária	
Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros"	
Grupo Desportivo e Cultural Ídolos da Baixa	Baixa de Palmela
Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz	Algeruz
Associação de Moradores do Lau	Lau
Rancho Folclórico Reg. da Palhota/V. do Alcaide	Palhota/V.do Alcaide
Sociedade de Recreio e Desporto da Lagoinha	Lagoinha
Grupo Folclórico Danças e Cânticos de O. de Água	Olhos de Água
ATA - Acção Teatral Artimanha, Bardoadá - Grupo do Sarrafo e PIA - Projetos de Intervenção Artística, CRL*	Pinhal Novo (norte)

⁸⁵ Conferir Carvalho, J. e Marinho, R. (2013) *Planeamento de Equipamentos Locais*, Coimbra: Bubok, p. 37.

⁸⁶ Ver Carvalho e Marinho (2013: 43-44).

Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo	
Rancho Folclórico Casa do Povo de Pinhal Novo	
Sociedade Filarmónica União Agrícola	Pinhal Novo (sul)
Motoclube de Pinhal Novo	
Grupo Desportivo de Rio Frio**	Rio Frio
Rancho Folc. "Os Rurais" Lagoa da Palha e Arred.	Lagoa da Palha
União Desportiva da Palhota	Palhota
Soc. Rec. e Cultural do Povo do Bairro Alentejano	Bairro Alentejano
Sociedade de Instrução Musical	Quinta do Anjo
Grupo Popular e Recreativo Cabanense	Cabanhas
Grupo Desp. "Os Académicos" da A. de Cima	Aqualva de Cima
Associação Cultural Aqualva de Cima	
Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó	Fernando Pó
Sociedade de Recreio e Instrução 1.º de Maio	Asseiceira
Grupo Desportivo e Recreativo Leões de Cajados	Cajados
Sociedade Recreativa e Instrutiva 1.º de Janeiro	Lagoa do Calvo
Grupo Desportivo e Recreativo Águias da Aroeira	Aroeira

Fonte: CMP-GPC

7.4.3. Piscinas

No que concerne às piscinas de utilização coletiva existem várias, quer cobertas, quer descobertas. A oferta de piscinas cobertas por parte da CMP limita-se aos aglomerados mais populosos do Município, correspondentes a Pinhal Novo e Palmela, as restantes são privadas.

QUADRO 78 – PISCINAS NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Tipo	Identificação	Freguesia	Lugar
Piscina Coberta	Piscina Municipal de Palmela	Palmela	Palmela
	Piscina Municipal de Pinhal Novo	Pinhal Novo	Pinhal Novo (Norte)
Piscina Descoberta	Piscina Descoberta de Rio Frio	Pinhal Novo	Rio Frio
	Clube Portais da Arrábida	Quinta do Anjo	Q. do Anjo (P. da Arrábida)

Fonte: CMP-DCDJ e GOSI (shapes equipamentos)

7.4.3. Espaços de Jogo e Recreio, Ginásios e outras tipologias de equipamentos de desporto e lazer

Os Espaços de Jogo e Recreio (EJR), vulgarmente conhecidos por parques infantis, permitem que as crianças usufruam de espaços seguros para as atividades lúdicas. A sua implementação encontra-se frequentemente associada a espaços verdes e a equipamentos educativos, em termos de localização existem EJR em todas as freguesias, com especial destaque para Pinhal Novo e Palmela, sendo que em termos gerais é uma tipologia que segue muito a hierarquia da rede urbana e a população residente por lugar.

Outra tipologia de equipamentos existente no Município são os ginásios, que se encontram concentrados nas freguesias mais povoadas e predominantemente urbanas do município, correspondentes a Pinhal Novo e Palmela. De salientar que muitos destes equipamentos são de propriedade/gestão privada, com fins lucrativos, pelo que o nível de serviço prestado não pode ser generalizado a toda a população.

O Município de Palmela apresenta ainda uma oferta significativa de outras tipologias de equipamentos desportivos, destacando-se pela sua projeção regional, a nível da Área Metropolitana de Lisboa, o Kartódromo Internacional de Palmela e, a nível nacional e internacional, os Campos de Golfe do Montado e do Palmela Village. As restantes tipologias de equipamentos são bastante variadas e permitem praticar desde o ténis ou a equitação, passando por recintos para a prática de chinquinho. Não obstante, convém – uma vez mais – salientar que muitos destes equipamentos são de propriedade e gestão privadas, com fins lucrativos, não apresentando um nível de serviço abrangente da maioria da população residente no Município.

7.5 Equipamentos de Cultura

No âmbito da política delineada pela edilidade a Cultura desempenha um papel fundamental na qualidade de vida das populações e no seu desenvolvimento pessoal e comunitário. De facto, no Município de Palmela a Cultura é encarada como garante de desenvolvimento das comunidades na sua singularidade identitária e capacidade de abertura ao mundo; e como fator de desenvolvimento individual, numa lógica de educação ao longo da vida e de plena realização pessoal.

Neste sentido, a autarquia encara como elementos estruturantes: garantir a formação de públicos; a educação estética e dos sentidos; a promoção dos valores de identidade e a defesa da memória; e uma política ativa de acesso aos bens culturais e de estímulo à criação artística e à participação dos agentes culturais na afirmação estratégica da cultura no território.

Deste modo, as associações culturais e recreativas e os grupos de música e teatro assumem um papel importante na dinamização de um conjunto de eventos culturais sendo mesmo motores do desenvolvimento cultural do Município e da promoção de atividades ao longo de todo o ano.

Os projetos culturais da Autarquia incluem um vasto conjunto de atividades que procuram por um lado, cobrir o maior número de locais e, por outro, um desenvolvimento ao longo de todo o ano. No entanto, o Centro Histórico de Palmela assume-se como palco preferencial para muitos dos eventos promovidos pelo município e o verão surge como época propícia a um conjunto mais alargado de eventos.

O município publica ainda uma Agenda de Acontecimentos do Município de Palmela – Catavento – que tem como objetivo «*promover e reforçar a identidade cultural do Município de Palmela no roteiro da AML*» informando gratuitamente sobre a oferta cultural, turística e de lazer do Município promovida quer pela CMP quer por outras entidades públicas ou privadas presentes no território.

QUADRO 79 – EQUIPAMENTOS CULTURAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Espaços Culturais Polivalentes	Cine-Teatro São João (na vila de Palmela) Auditório Municipal de Pinhal Novo (em Pinhal Novo) Centro Cultural de Poceirão (no Poceirão)
Castelo de Palmela	Palmela
Núcleos e Extensões Museológicas ⁸⁷	Núcleo do Castelo (Espaço Arqueológico, Espaço de Transmissões Militares e Reserva Visitável de Escultura Santiago) Extensão dos Moinhos Vivos/Biosani (na Serra do Louro, de propriedade privada) Extensão do Centro de Artes e Ofícios Sebastião Fortuna (em Quinta do Anjo, é de propriedade e gestão da ADREPAL) Extensão do Museu da Saúde/Pólo de Águas de Moura (propriedade e gestão do INS Dr. Ricardo Jorge) Extensão da Quinta Pedagógica Caramela (em Lagoa da Palha, propriedade e gestão da Fundação COI) Extensão do Museu do Ovelheiro (em Quinta do Anjo, propriedade da ARCOLSA) Extensão do Museu da Música Mecânica (em Arraiados, de propriedade privada)
Espaços para Exposições	Igreja de Santiago (na vila de Palmela) Cine-Teatro São João (na vila de Palmela) Galeria de Exposições da Biblioteca Municipal de Palmela (na vila de Palmela)
Biblioteca Municipal	Biblioteca Central (na vila de Palmela) Biblioteca Municipal (na vila do Pinhal Novo) Pólo da Marateca (em Águas de Moura) Pólo do Poceirão (no Poceirão) Pólo da Quinta do Anjo (em Qta. do Anjo)

Fonte: www.cm-palmela.pt e DCD, 2012 (atualiz. 11/2017).

De salientar ainda que as associações culturais e recreativas e os grupos de música e teatro assumem um papel importante na dinamização de um conjunto de eventos culturais sendo mesmo motores do desenvolvimento cultural do Município e da promoção de atividades ao longo de todo o ano. Não obstante, optou-se por não integrar estas estruturas na listagem de equipamentos uma vez que muitas delas não possuem uma infraestrutura física, pressuposto do conceito de equipamento.

⁸⁷ Considera-se “Núcleo” um sítio, edifício ou equipamento cuja gestão é exclusivamente de responsabilidade municipal e “Extensão” um sítio, edifício ou equipamento cuja gestão ou propriedade é partilhada entre o município e outras entidades privadas ou particulares. Esta terminologia foi adotada noutros equipamentos museológicos (por exemplo, o Ecomuseu Municipal do Seixal) e está expressa no Programa Museológico Municipal de Palmela.

7.6 Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil

O Município de Palmela é servido por três Postos da GNR (Palmela, Pinhal Novo e Poceirão) e três corporações de Bombeiros Voluntários (Palmela, Pinhal Novo e Águas de Moura).

O quartel da GNR de Palmela serve as freguesias de Palmela e de Quinta do Anjo, não sendo apenas um Posto Territorial (comandado por Oficial Subalterno ou Sargento), mas sim um Destacamento Territorial (comandado por Major ou Capitão), com influências ao nível do dimensionamento das instalações e do efetivo a albergar. O Posto Territorial de Pinhal Novo serve apenas esta freguesia e o Posto do Poceirão serve a União das Freguesias de Poceirão e da Marateca.

O Quartel dos Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo serve a freguesia do Pinhal Novo e a parte norte da antiga freguesia de Poceirão. O Quartel dos Bombeiros Voluntários de Palmela serve as Freguesias de Palmela e Quinta do Anjo. Por seu lado o Quartel dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura serve a antiga freguesia da Marateca e a parte sul da antiga freguesia do Poceirão.

7.7 Outras tipologias de Equipamentos

No Município de Palmela existe ainda um conjunto de outros equipamentos coletivos que contribuem para a qualidade de vida da sua população. Destes destacam-se os equipamentos de culto que incluem seis cemitérios (um por freguesia, dois no Pinhal Novo) e várias igrejas que se localizam sobretudo nas Freguesias de Palmela e Pinhal Novo. Neste sentido, em termos futuros, existem projetos para a construção de uma nova igreja em Pinhal Novo, num terreno já cedido pela CMP, encontrando-se em curso a ampliação da igreja de Quinta do Anjo.

As outras estruturas que importa ter em consideração são os Mercados, os serviços da Câmara Municipal, que se concentram nos aglomerados de Palmela e Pinhal Novo, com exceção dos postos de atendimento ao munícipe, e as Juntas de Freguesia.

8. Infraestruturas Urbanas

Relativamente ao Plano Diretor Municipal em vigor, esta revisão pretende dar às infraestruturas urbanas um papel mais relevante que anteriormente, considerando-se fundamental esta abordagem, por forma a seguir uma estratégia adequada para o futuro municipal, em termos de saneamento básico (redes domésticas e pluviais), rede de abastecimento, rede viária, resíduos sólidos urbanos e redes de eletricidade, gás e telecomunicações.

Em termos de infraestruturas, o Município de Palmela encontra ainda algumas lacunas, nomeadamente em espaços rurais e em áreas urbanas de génese ilegal (AUGI).

Geralmente, as infraestruturas cuja realização poderá ser mais dificultada, pelos avultados investimentos que implicam e pela morosidade de todo o processo, são as de saneamento e rede viária. De qualquer modo, em termos físicos, importantes infraestruturas foram já construídas ou estão em fase de construção ou remodelação.

Em termos institucionais, existe uma tendência para a integração dessas infraestruturas em sistemas de gestão de âmbito supramunicipal: SIMARSUL⁸⁸ no caso das águas residuais e AMARSUL⁸⁹ para os resíduos sólidos urbanos, notando-se uma tendência no caso do abastecimento de águas para que a gestão das redes (em “alta”) venha a ser assegurada através de um sistema intermunicipal.

⁸⁸ SIMARSUL - Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal S.A. Entidade intermunicipal constituída para assegurar a gestão e exploração dos sistemas de saneamento “em alta” da margem sul do Tejo; integra neste momento as Câmaras Municipais de Palmela, Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Setúbal, Seixal e Sesimbra.

⁸⁹ AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. Entidade intermunicipal constituída para assegurar a receção, valorização e tratamento dos resíduos sólidos da margem sul do Tejo; integra neste momento as Câmaras Municipais de Palmela, Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Seixal e Sesimbra.

8.1 Abastecimento de Água

8.1.1. Generalidades

No que respeita às origens de água o Município de Palmela depende integralmente de captações subterrâneas. Porém, de forma geral, pode considerar-se que possui uma grande riqueza hidrogeológica já que possui aquíferos profundos muito produtivos⁹⁰, sendo a água captada, de boa qualidade.

Uma vez que os aquíferos existentes no Município de Palmela são muito produtivos o Município de Setúbal executou algumas captações no território de Palmela de forma a poder servir a sua população com maior facilidade.

Relativamente ao abastecimento de água, este município é servido por redes com uma extensão de aproximadamente 568,52 km, abastecendo cerca de 62.831 habitantes (Censos 2011), correspondendo a um total de 25.216 contadores de consumos domésticos e 2034 contadores não-domésticos⁹¹.

Estima-se que, no ano de 2017, tenha sido faturado um volume de 3.749345,40 m³ de água para um volume total captado de origem subterrânea de 6.022. 128 m³, o que corresponde aproximadamente a um volume de água não faturado de 37,7%. É de realçar que a eficiência do sistema municipal de Palmela – em termos do rácio volumes captados / volumes faturados – é relativamente elevada situando-se ao nível dos melhores sistemas nacionais de gestão privada, como é o caso de Setúbal.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos volumes de água captados em cada um dos 17 sistemas em que o Município se divide.

⁹⁰ O aquífero profundo (abaixo dos 200 m) da Península de Setúbal já foi considerado, em estudos hidrogeológicos com carácter extensivo realizados no início da segunda metade do século XX, um dos maiores da Península Ibérica, sendo alimentado permanentemente pela enorme bacia hidrográfica do Tejo. Apesar de intensamente explorado nas últimas décadas, a maior parte do seu caudal perde-se para o oceano por escoamento profundo. As ameaças à sua exploração em condições de sustentabilidade provêm, sobretudo, dos riscos de poluição/contaminação e, pontualmente nas zonas litorais, da sobre-extração que pode induzir a intrusão salina.

⁹⁰ A produtividade das captações referidas é bastante elevada, permitindo, caso necessário, responder integralmente às necessidades de abastecimento de água do Município de Setúbal.

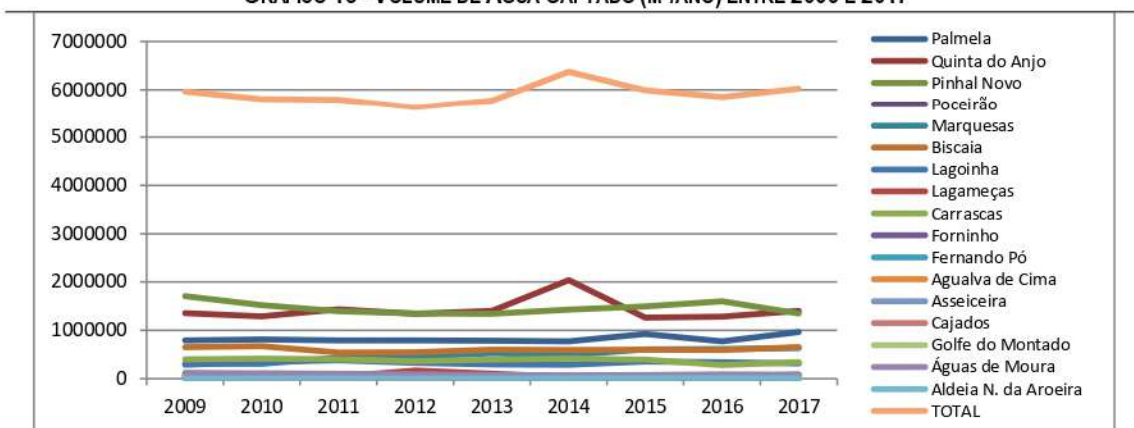
⁹¹ Segundo dados da *shape* referente aos contadores de água, atualizada em agosto de 2017.

QUADRO 80 – EVOLUÇÃO DOS VOLUMES DE ÁGUA CAPTADOS (M³/ANO) EM CADA SISTEMA ENTRE 2009 E 2017

Sistemas de Abastecimento	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Palmela	791457	809541	794080	791676	785969	772506	922733	772636	965623
Quinta do Anjo	1359012	1291427	1434178	1343247	1404202	2041441	1260122	1280083	1401864
Pinhal Novo	1705950	1523095	1397557	1351661	1344712	1428425	1495874	1599598	1347820
Poceirão	76637	101620	96156	65398	49510	43759	44096	39940	27002
Marquesas	309384	309384	436940	453101	527263	486482	609480	611134	630338
Biscaia	653418	674903	539294	547777	601092	594241	603123	593465	650933
Lagoinha	287434	349431	382534	327013	292246	289019	352036	339964	312162
Lagameças	32144	36744	44637	166757	101056	39230	40100	49346	83650
Carrascas	403323	411061	397941	360198	394017	412747	390918	283749	343159
Forninho	6815	7921	5134	9924	9730	8640	1509	avaria	3414
Fernando Pó	14139	13768	10125	10592	22896	9880	9353	8410	8630
Aqualva de Cima	58285	15274	2198	8344	46116	56852	59518	49724	58358
Asseiceira	31947	26835	30611	33244	36358	27869	34480	35824	23151
Cajados	75506	81879	77859	14162	33973	54759	44209	37935	37037
Golfe do Montado	38392	34941	37903	51441	40430	32953	37843	52389	35100
Águas de Moura	119619	112113	99965	90728	77063	69517	75424	89060	84242
Aldeia N. da Aroeira	1263	5795	3947	2699	4295	6557	7006	8364	9645
Total	5964725	5805732	5791059	5627962	5770928	6374877	5987824	5851621	6022128

Fonte: CMP-DARSU

GRÁFICO 13 - VOLUME DE ÁGUA CAPTADO (M³/ANO) ENTRE 2009 E 2017



Fonte: CMP-DARSU

Podemos verificar que o volume de água captado entre 2009 e 2017 é relativamente constante, na casa dos seis milhões de m³/ano, sendo a única alteração mais significativa um pico em 2014, resultado do funcionamento do Sistema de Quinta do Anjo.

Para efeitos de controlo da qualidade da água distribuída, definiram-se zonas de abastecimento, que são sustentadas por um sistema de abastecimento (órgãos hidráulicos), ou mais, desde que se garanta o critério de uniformidade das características da água distribuída.

No seguinte quadro, apresenta-se a correspondência entre sistemas de abastecimento de água e zonas de abastecimento.

QUADRO 81 – ZONAS DE ABASTECIMENTO E SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DO MUNICÍPIO DE PALMELA

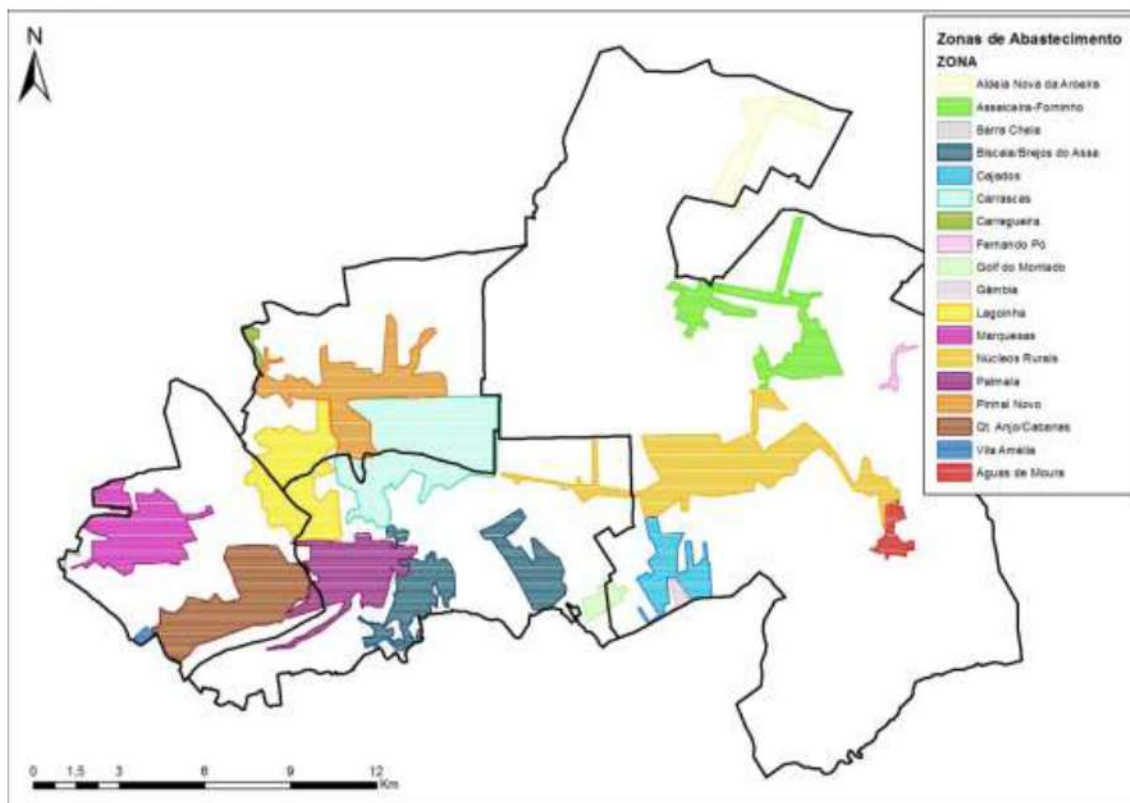
Zona de	Sistemas de Abastecimento
Golfe do Montado	Golfe do Montado
Asseiceira	Asseiceira
Forninho	Forninho
Aldeia Nova da Aroeira	Aldeia Nova da Aroeira
Águas de Moura	Águas de Moura
Cajados	Cajados Sul
Fernando Pó	Fernando Pó
Lagoinha	Lagoinha
Marquesas	Marquesas
Quinta do Anjo	Quinta do Anjo/Cabanas
Carrascas	Carrascas
Palmela	Per. Urbano de Palmela
Pinhal Novo	Per. Urbano do Pinhal Novo
Biscaia/Brejos do Assa	Biscais/Brejos do Assa/Aires
Núdeos Rurais	Poceirão/Lau/Cajados/Lagameças

Fonte: CMP-DARSU

Existem também outras zonas de abastecimento no Município de Palmela, servidas por redes de outros Municípios:

- Carregueira – Moita;
- Barra Cheia (parte) – Barreiro;
- Vila Amélia (junto à Coca-Cola) – Setúbal.

FIGURA 65 - ZONAS DE ABASTECIMENTO EXISTENTE NO MUNICÍPIO DE PALMELA – MUNICIPAIS E DE MUNICÍPIOS ADJACENTES



Fonte: CMP-GOSI e DARSU

Outro aspeto importante relacionado com as águas de abastecimento prende-se com o número de reservatórios existentes, bem como a sua dimensão e localização (Quadro 82). Essa informação é especialmente pertinente no sentido de perceber qual a capacidade instalada e daí inferir eventuais necessidades futuras, resultantes da dinâmica demográfica e urbanística. De salientar que, tanto a componente de programação de infraestruturas, como a projeção demográfica e as propostas para o solo urbano residencial encontram-se explanadas e desenvolvidas no Volume III do presente relatório.

QUADRO 82 – RESERVATÓRIOS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Freguesia	Subsistema	Reservatório	Capacidade (m³)
U.F. Poceirão e Marateca	Águas de Moura	Almoxarife	500,00
U.F. Poceirão e Marateca	Águas de Moura	Almoxarife	600,00
Palmela	Aires	Glória	300,00
Palmela	Aires	SAPEC	500,00
Palmela	Algeruz	Golfe do Montado	350,00
U.F. Poceirão e Marateca	Asseiceira	Asseiceira	250,00
Palmela	Biscaia	Biscaia	150,00
U.F. Poceirão e Marateca	Cajados	Cajados	250,00
Palmela	Carrascas	Batudes (Novos)	2.000,00
Palmela	Carrascas	Batudes (Velhos)	600,00
Palmela	Lagoinha	Lagoinha	250,00
Quinta do Anjo	Marquesas	AutoEuropa (Apoiado)	15.000,00

Quinta do Anjo	Marquesas	AutoEuropa (Elevado)	450,00
Palmela	Palmela	Olho d'Água	200,00
Palmela	Palmela	Outeiro	500,00
Palmela	Palmela	S. João	640,00
Palmela	Palmela	Zona Média	500,00
Palmela	Palmela	Cistema (Castelo)	400,00
Palmela	Palmela	Reservatório Velho	190,00
Pinhal Novo	Pinhal Novo	Cascalheira	400,00
Pinhal Novo	Pinhal Novo	Fonte de Vaca	600,00
Pinhal Novo	Pinhal Novo	Vale do Alecrim	300,00
U.F. Poceirão e Marateca	Poceirão	Poceirão	300,00
Quinta do Anjo	Quinta do Anjo	SAPEC	500,00
Quinta do Anjo	Quinta do Anjo	Valagões	450,00
Palmela	Volta da Pedra	Flórido	500,00
Palmela	Volta da Pedra	Silva	1.000,00

Fonte: CMP-DARSU

8.2.2. Sistemas de Abastecimento de Água

Apresenta-se seguidamente uma descrição detalhada dos principais órgãos e funcionamento de cada um dos sistemas.

8.1.2.1. Palmela

Este sistema serve os seguintes aglomerados urbanos: Palmela, Vila Serrinha, Carvalhos, Pegarias, Volta da Pedra (zona alta), São Julião e Serra do Louro.

A Vila de Palmela caracteriza-se por possuir substrato rochoso⁹², o que faz com que as roturas nas redes de abastecimento de água sejam de difícil deteção. Tem-se verificado que em algumas situações a deteção das roturas só é possível quando se recorre à instalação de sistemas de telegestão. Este sistema já possui telegestão a par dos sistemas de Autoeuropa, Poceirão, Lau, Cajados e Lagameças, Agualva de Cima e Biscaia. Espera-se atingir os 100% de sistemas com telegestão, tanto em Quinta do Anjo-Palmela Village, como posteriormente em Aldeia Nova da Aroeira, Forninho, Fernando Pó e Águas de Moura.

Atualmente estão em funcionamento cinco furos de captação (AC2, JK7, JK8, JK9 e JK11), segundo dados da Divisão de Águas e Resíduos Sólidos Urbanos (DARSU) o furo RA1 não estava em funcionamento em 2015⁹³. A água captada e tratada é transportada por uma conduta DN300 para a Estação Elevatória de Olhos de Água (reservatório semienterrado com 200 m³ de capacidade, cota 90 m). Deste, a água é elevada para dois reservatórios a cotas distintas. Através de uma conduta com 250 mm de diâmetro efetua-se a

⁹² Maciço cársico muito fissurado superficialmente.

⁹³ Shape referente às captações de água ativas, atualizada em março de 2016.

elevação para a Estação Elevatória de São João (reservatório semienterrado com 2 células com capacidade para 640 m³ no total, à cota 185 m).

As duas células existentes junto da estação elevatória de São João abastecem a zona (baixa) de Palmela e alimentam por gravidade o reservatório apoiado do Flórido (500 m³ à cota 146 m, temporariamente desativado), o qual abastece, por sua vez, a zona (alta) de Volta da Pedra.

Através duma conduta elevatória DN 180 é elevada a água para um novo reservatório localizado no Outeiro, à cota 153 m, que abastece a zona das Pegarias de Baixo, bem como a zona abastecida pelo reservatório do Flórido que, tal como mencionado, se encontra desativado temporariamente.

O reservatório apoiado da Zona Média (500 m³, cota 215 m) é alimentado a partir de uma elevação instalada em S. João. A partir deste é feita a distribuição para a zona (média) da Vila e a elevação para a Cisterna do Castelo (reservatório enterrado, com 400 m³, cota 245 m), a qual abastece a zona (alta) da vila. Existe uma câmara de perda de carga a jusante deste reservatório (reservatório velho com 190 m³) para permitir um abastecimento regular na rede de distribuição ao nível de pressões.

Existe uma Instalação de Tratamento de Água (ITA) no recinto das captações JK7 e JK9. O tratamento das restantes origens é assegurado pelo tempo de contato com a água já clorada no reservatório de Olho de Água. A regulação é efetuada de acordo com o número de captações a funcionar.

Em situação de emergência o sistema de Palmela poderá fornecer água ao sistema de Quinta do Anjo, Carrascas e Biscaia/Aires.

Foram realizadas várias intervenções nas redes de abastecimento de água no Centro histórico de Palmela, essas intervenções possibilitaram a substituição das redes por redes de diâmetros superiores, em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), em alternativa ao fibrocimento existente, e instalação de marcos de água em pontos estratégicos que facilmente possam vir a servir os Bombeiros.

8.1.2.2. Pinhal Novo

Este sistema, que abastece a zona do perímetro urbano de Pinhal Novo, é constituído por seis furos de captação, quatro (JK3, JK4, JK5 e FR Vale Flores) nas imediações do reservatório da Cascalheira (onde existe também uma ITA) e os restantes (PS6 e F3⁹⁴) nas proximidades do reservatório de Fonte da Vaca,

⁹⁴ A *shape* referente às captações de água ativas refere os furos PS2, PS6 e PS9 como existentes, mas não ativos (segundo o levantamento efetuado em 2015).

onde existe igualmente uma ITA. De salientar a existência de alguns problemas pontuais de falta de pressão em edifícios localizados nas zonas mais altas do Pinhal Novo e/ou edifícios mais antigos, muitas das vezes resultantes do envelhecimento e colmatção interior das redes prediais.

Diversas intervenções do município em redes antigas com diâmetros insuficientes, dotadas de bocas-de-incêndio, levaram à sua substituição por redes de PEAD e com marcos de água, com o correspondente aumento de eficácia no combate a incêndios bem como na melhoria das condições de distribuição.

A rede de distribuição deste sistema, é atualmente abastecida pelo reservatório elevado do Pinhal Novo (300 m³, cota 67 m), pelo reservatório apoiado da Fonte da Vaca (2 células, com um total de 600 m³ à cota 53 m) e por um sistema hidropressor.

O reservatório da Fonte da Vaca é por sua vez, abastecido, por elevação, a partir dos furos de captação PS6, e F3, enquanto o reservatório elevado do Pinhal Novo é abastecido também por elevação, através do reservatório apoiado da Cascalheira (1 célula, com um total de 400 m³ à cota 42.25 m) e pela captação de Vale Flores. Através do reservatório apoiado da Cascalheira é efetuada uma bombagem de água para o reservatório de Batudes I (2 células, com um total de 600 m³ à cota 91 m).

Prevê-se para breve a entrada em funcionamento de um novo subsistema recém-construído que inclui três novos furos de captação na Fonte da Vaca (PS8, PS9 e PS2), conduta elevatória, ITA e de um novo reservatório semienterrado com 1500 m³ de capacidade. Este reservatório irá abastecer o loteamento de Vale Flores através dum sistema hidropressor e simultaneamente reforçar o abastecimento geral à Vila.

O sistema de Pinhal Novo encontra-se interligado ao sistema das Carrascas e em situação de emergência poderá existir entreaajuda entre ambos principalmente nas zonas mais baixas de cada um dos sistemas.

8.1.2.3. Quinta do Anjo/Cabanas

Existem neste sistema atualmente em serviço 4 furos de captação (PS2 e FR2 em Vale de Craveiros e, PS1, PS2, PS3 e PS4A no aldeamento turístico "Palmela Village"), dois reservatórios (Valagões e Sapeç) e três ITA (Vale de Craveiros, PS3 e PS4). Assim, a água captada é tratada nas ITA existentes, sendo seguidamente elevada para os reservatórios existentes na zona mais alta de Quinta do Anjo e mais próximo da serra, os quais, por seu lado, abastecem Quinta do Anjo e Cabanas.

O reservatório de Valagões possui duas células (total de 450 m³, cota 149,5 m), o da SAPEC tem capacidade para 500 m³, localizado à cota 145,5 m.

De registar que o sistema de Quinta do Anjo-Cabanas irá ser reforçado com a construção de dois novos reservatórios apoiados a localizar à cota 110 m, com respetivamente 1330 e 4580 m³ de capacidade (parcialmente executados) bem como uma nova estação elevatória associada, dois furos de captação (PS1 e PS2) de modo a reforçar o sistema existente. Prevê-se a instalação de telegestão nestes novos sistemas bem como a remodelação da rede mais antiga, em fibrocimento.

8.1.2.4. Biscaia/Brejos do Assa/Aires

Os aglomerados urbanos servidos são: Aires, Quinta da Asseca, Bairro Padre Nabeto, Baixa de Palmela, Miraventos, Quinta das Asseadas, Brejos do Assa, Quinta Padre Tomé Dias, Estação de Palmela, e Volta da Pedra (zona baixa).

Este sistema é alimentado por dois furos de captação, PS7 e FR1, sendo composto ainda por uma instalação de tratamento de água, uma estação elevatória, uma estação hidropressora e quatro reservatórios.

A água captada no PS7 é aduzida através de uma conduta DN400, numa extensão de 1000 m, para ser tratada na instalação de tratamento de água da Biscaia e seguidamente enviada para o reservatório apoiado de regularização da mesma central de água (150 m³, cota 28,5 m), a partir do qual é elevada para os reservatórios apoiados da Glória (300 m³, cota 101,8 m) e de SAPEC-Aires (500 m³, cota 100 m). Através do reservatório da Glória é efetuada a distribuição para, Padre Nabeto (parte), Miraventos, Quinta da Asseca e Baixa de Palmela. O reservatório da Sapec alimenta as zonas de Aires (parte), Padre Nabeto (parte), Estação de Palmela e Cabeço Velhinho (parte). Também neste reservatório é efetuada uma elevação para o reservatório do Silva (1000 m³, cota 131 m), através da estação elevatória aí existente.

A este sistema de abastecimento está associado o subsistema de Brejos do Assa, constituído por um hidropressor localizado junto ao reservatório apoiado da central de água da Biscaia, o qual, através de uma conduta distribuidora, abastece o aglomerado de Brejos do Assa.

Prevê-se a construção dum novo reservatório em Aires /Sapec, com 750 m³ de capacidade, destinado a reforçar o sistema quando as áreas urbanas existentes o venham a exigir, designadamente TDE, Solrica, Urbiaires II, atualmente sem ocupação relevante.

8.1.2.5. AutoEuropa/Marquesas

Este sistema abastece atualmente o complexo industrial da *AutoEuropa*, as AUGI das Marquesas I e III, Marquesas II 2ª fase, Quinta n.º 9, bem como os aglomerados de Bairro Alentejano, Barra Cheia e também a área logística em Vila Amélia, adjacente à A2. É alimentado por sete furos de captações (2 baterias com 3 captações (PS1, PS2, PS3, PS4, PS5, PS6) cada mais uma captação localizada junto da central de água deste sistema, (PS7)) uma estação de tratamento de água, uma estação elevatória e dois reservatórios (um apoiado de 15.000 m³ e outro elevado com 400 m³) localizados na Carrasqueira.

A água captada é aduzida numa primeira fase para o reservatório apoiado (15.000 m³, cota 64,5 m, embora só 8000 m³ estejam a ser utilizados) que abastece por gravidade a *AutoEuropa* e posteriormente, através da estação elevatória, é aduzido para o reservatório elevado (400 m³, cota 77,3 m), que abastece o parque de fornecedores da *AutoEuropa* e os aglomerados populacionais acima referidos.

Atualmente, o consumo industrial é substancialmente inferior ao previsto no projeto inicial do sistema de abastecimento de água da *AutoEuropa*. Uma das razões para este facto foram os dados base utilizados no dimensionamento, algo empolados para a indústria automóvel existente bem como o facto de a *AutoEuropa* ter posteriormente executado furos de captação próprios.

8.1.2.6. Poceirão

O sistema de Poceirão integra os aglomerados de Poceirão (cerca de 100%), Bairro Margaça (100%), Sesmarias de Pato (100%) e Aqualva de Cima (30%), assim como alguns núcleos rurais.

O aglomerado urbano do Poceirão é atualmente abastecido por dois furos de captação (JK1 e JK2) que alimentam o reservatório elevado do Poceirão (300 m³, cota 53 m). Complementarmente este reservatório é igualmente alimentado a partir dos seguintes furos de captação: PS1 (Lau/Cajados/Lagameças) e CBR6 (Aqualva de Cima), funcionando ambos em alternância.

No âmbito de operações de loteamentos em curso, designadamente Mainroof e AXL, prevê-se a execução de duas novas captações que reforçarão em termos de disponibilidade de água todo o sistema.

8.1.2.7. Águas de Moura

Este sistema é constituído por uma captação (PS11) localizada em Almoxarife, uma ITA, e ainda 2 reservatórios, um com duas células de 300 m³ cada e um segundo com 500 m³.

A água é captada no furo de captação existente em Almoxarife, desinfetada na ITA, e posteriormente é aduzida para os dois reservatórios. Destes é efetuada a distribuição de água até Águas de Moura, através de uma conduta em PVC DN 160.

8.1.2.7. Carrascas

Este sistema abastece alguns aglomerados da freguesia de Palmela (Vale de Marmelos e Vale de Alecrim) e da freguesia de Pinhal Novo (Batudes, Montinhoso, Vale da Vila, Palhota, Arraiados e Venda do Alcaide), bem como a zona industrial das Carrascas e outras pequenas empresas da zona.

É constituído por um furo de captação (PS3) na Zona de Vales, uma ITA junto a esta captação e dois reservatórios apoiados.

A Câmara Municipal de Palmela prevê reforçar o sistema de Carrascas através do equipamento duma nova captação localizada na zona Industrial das Carrascas.

A água, depois de captada e tratada é aduzida para o reservatório de Batudes II (duas células de 1000 m³ cada, cota 98,15 m), o qual assegura a distribuição direta à Zona Industrial das Carrascas e a alimentação do reservatório de Batudes I (duas células com 300 m³ cada, cota 91 m) para posteriormente efetuar-se a distribuição de água à rede de Vale da Vila e Lagoa da Palha.

Este sistema está interligado aos sistemas de Palmela (conduta elevatória proveniente da zona de captação dos furos JK 7,8 e 9), e Pinhal Novo (sistema de adução entre Reservatório apoiado em Vale do Alecrim e reservatórios Batudes I).

8.1.2.8. Lagoinha

Este sistema serve as localidades de Lagoinha, Olhos de Água, Quinta das Flores, Brejos Carreiros, Bairro Sousa Cintra, Bairro da Cascalheira, Terrim e Vale Flores (Pinhal Novo).

É constituído por duas captações (PS1 e JK10), uma ITA e um reservatório elevado (250 m³, cota 85,1 m).

8.1.2.9. Cajados Sul

Este sistema é caracterizado por ter uma captação de água (PS5) e uma ITA, a qual é posteriormente conduzida por uma conduta adutora DN125 e elevada para o reservatório de Cajados Sul (250 m³, cota 70,5 m).

Este sistema está ligado ao de Lau/Cajados/Lagameças e ao de Aqualva de Cima e ao sistema de Gâmbia/Setúbal.

Foi também executada uma segunda captação na área da ITA, a profundidades superiores à captação existente, obtendo-se uma capacidade de produção na ordem dos 40 l/s.. Faltava equipar esta captação para que a mesma possa funcionar em regime de alternativa mecânica à captação existente PS. Para funcionar em regime de alternativa mecânica à captação existente foi executada uma segunda captação junto da central de água, no entanto a mesma ainda se encontra por equipar.

8.1.2.10. Forninho

Sistema com uma captação (CBR3) e um posto de cloragem para desinfeção da água. Depois de tratada, a água é transportada através de uma conduta de 100 mm, ao longo de 50 m, com recurso a dois reservatórios de ar comprimido (ESP's) localizados no interior da ETA, e posteriormente distribuída diretamente para a rede.

Existe uma ligação de emergência entre o sistema do Forninho e o da Asseiceira de diâmetro DN 110.

8.1.2.11. Asseiceira

Existe no sistema da Asseiceira uma captação de água (CBR7), uma instalação de tratamento de água, e um reservatório elevado, com capacidade de 250 m³ à cota 85,1 m. A distribuição de água é assegurada por uma conduta adutora DN 200 ao longo de 2 700 metros de dupla função (elevação e distribuição).

Para além do acima referido o sistema da Asseiceira encontra-se equipado (na ITA) com um subsistema constituído por um equipamento hidropressor que possibilita a distribuição de água a Asseiceira de Cima / Loja Nova, através da ligação a uma conduta de diâmetro DN 125.

No âmbito de operações de natureza turística (Km 22 sociedade imobiliária Lda.) está previsto o reforço do sistema de produção, com a construção duma nova captação, na área da ITA existente.

Este sistema possui uma ligação de emergência ao sistema de Poceirão, ainda que, devido às cotas do terreno, a entreeajuda seja mais no sentido Asseiceira-Poceirão e não o contrário.

8.1.2.12. Agualva de Cima

Sistema constituído por uma captação (CBR6) localizada em Agualva e uma ITA (localizada no recinto da central de água). Este sistema assegura a pressão necessária à rede de distribuição de Agualva e Lagameças.

Atualmente, este sistema está interligado ao sistema de Lau, Cajados e Lagameças. Uma ligação verifica-se na conduta distribuidora, que está interligada com o reservatório elevado do Poceirão e a segunda ligação verifica-se na conduta distribuidora em PEAD DN 140, instalada na E.N. 5, e que alimenta o Bairro Margaça e que interliga o sistema de Águas de Moura através de um dos reservatórios apoiados existentes nesta central de água. Existe consumo de percurso até ao reservatório do Poceirão.

8.1.2.13. Fernando Pó

Este sistema possui um furo de captação (CBR4) e uma ITA (localizada no recinto da central de água) que alimenta diretamente a localidade de Fernando Pó e Fonte da Barreira com recurso a dois reservatórios de ar comprimido (ESP - Equipamentos Sob Pressão) localizados no interior da central de água.

8.1.2.14. Lau/Cajados/Lagameças

Este sistema encontra-se interligado aos sistemas de Poceirão, Cajados e de Agualva de Cima e é composto por um furo de captação (PS1) localizado em Lagameças e uma instalação de tratamento de águas existente no recinto da central de água.

A água captada e tratada na ITA é distribuída diretamente para as redes de distribuição de Lau, Cajados e Lagameças, sendo que parte da água captada é aduzida para o reservatório do Poceirão para posterior distribuição. A interligação com o sistema de Cajados Sul somente funciona em regime de auxílio, quando o sistema de Cajados apresenta necessidades na suspensão da captação ou manutenção do reservatório elevado.

8.1.2.15. Golfe do Montado

Este sistema é composto por um furo de captação, uma ITA, um sistema hidropressor e um reservatório semienterrado com 350 m³ de capacidade. O sistema de tratamento está colocado a montante do reservatório.

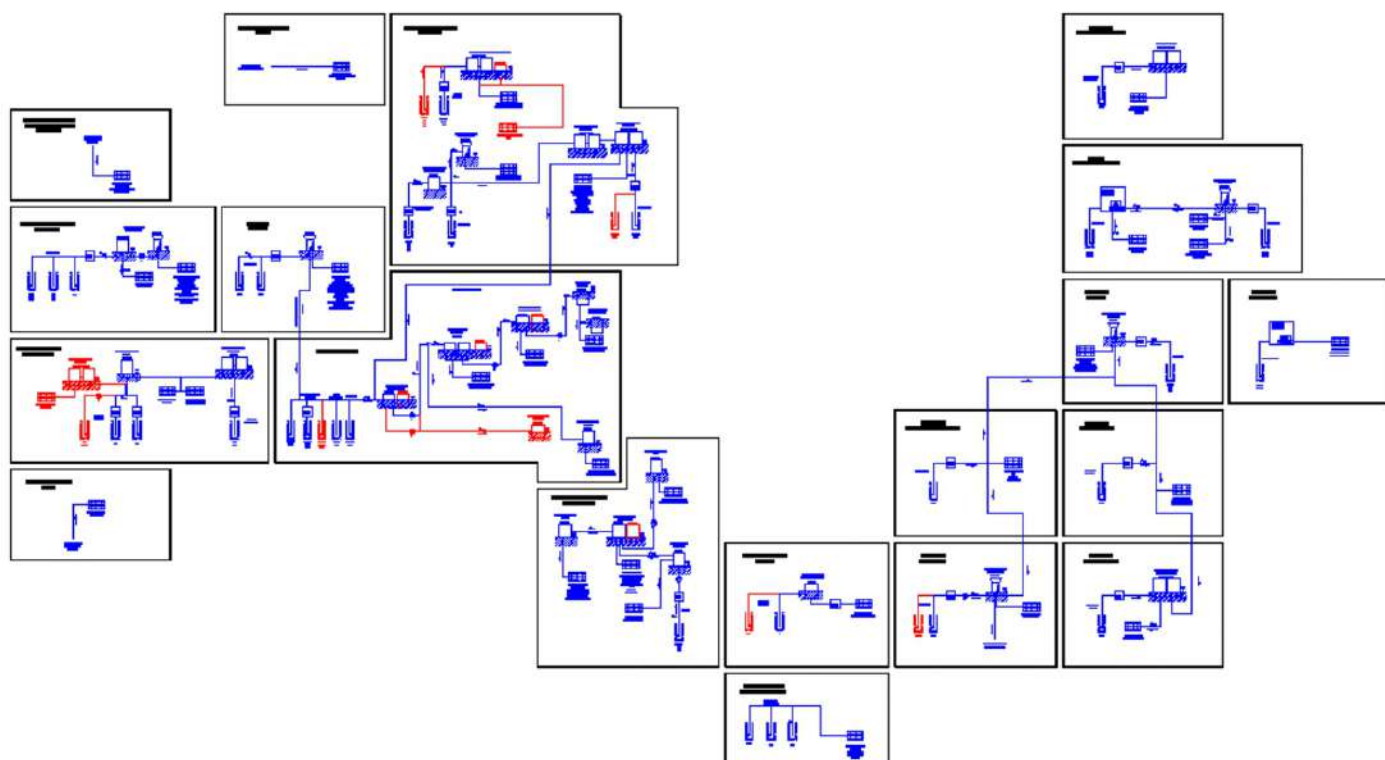
8.1.2.16. Aldeia Nova da Aroeira

Este sistema dispõe duma captação (PS4), uma ITA e rede de distribuição suportada em 2 reservatórios hidrofóricos (instalados na central de água) que serve em exclusivo o aglomerado designado por Aldeia Nova da Aroeira. Perante a proximidade doutro sistema de distribuição de água pertencente ao Município da Montijo, foi em determinada altura estudada a possibilidade de interligação dos sistemas para que em situações de emergência pudesse haver mútuo auxílio. No entanto, este entendimento ainda não está concretizado. Este sistema serve atualmente cerca de 200 habitantes, no entanto, poderá abastecer cerca de 500 habitantes.

8.1.2.17. Outros sistemas

Existem ainda aglomerados urbanos do Município de Palmela que são abastecidos por sistemas com origens noutros Municípios, tais como Carregueira, cujo fornecimento de água é assegurado pelo Município da Moita, Vila Amélia, que recebe água de Setúbal e as populações da Quinta da Chapeleira e do Bairro Alentejano, que recebem água do Barreiro.

Importa também referir que o Município de Palmela fornece água para as localidades de São Gonçalo e Gâmbia, localizadas no Município de Setúbal, bem como Penteado, no Município da Moita.



8.2 Rede de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

A gestão dos sistemas de águas residuais “em alta” do Município de Palmela é assegurada pela SIMARSUL, S.A. (empresa concessionária do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Península de Setúbal) e as redes “em baixa” (redes que recebem diretamente as ligações domiciliárias) exploradas diretamente pelos serviços municipais.

O Município de Palmela possui uma rede de drenagem com uma área aproximada de 37,16 km², com uma taxa de cobertura de 80,2% para o solo urbano e de 3,4% para o solo rústico⁹⁵. Prevê-se um aumento da taxa de cobertura com a conclusão da rede em alta por parte da SIMARSUL, designadamente Brejos do Assa e Biscaia.

O sistema multimunicipal de saneamento foi dimensionado para tratar um caudal diário de 161.400 m³ de águas residuais urbanas, correspondente a uma população de 1,4 milhões de habitantes-equivalentes.

O Município encontra-se atualmente servido por 13 subsistemas de saneamento com tratamento de águas residuais, sendo que 10 deles são no Município de Palmela e os restantes 3 de Municípios adjacentes (Afonseiro, Barreiro/Moita e Setúbal). As redes de drenagem na área urbana do Município são maioritariamente separativas, à exceção das áreas mais antigas de Palmela e Poceirão, cujas redes são do tipo unitário. Porém, mesmo nos sistemas separativos, existem, frequentemente, ligações de águas pluviais aos coletores domésticos, com destaque para o Pinhal Novo.

Na área rural do Município existe uma grande incidência de unidades agropecuárias ligadas à rede municipal e outras que drenam sem tratamento para as linhas de água.

A maioria das instalações de tratamento existentes são baseadas numa linha de tratamento secundário e desinfecção, com exceção da ETAR de Águas de Moura que apenas apresenta tratamento secundário.

No que respeita aos sistemas “em baixa” é objetivo do Município de Palmela, para os próximos anos, resolver as questões acima mencionadas, bem como apostar num nível de atendimento da população próximo dos 90%, dotando os sistemas com soluções de drenagem e tratamento dos efluentes domésticos e industriais.

⁹⁵ Solo urbano e solo rústico considerando a totalidade das respectivas categorias e subcategorias na Planta de Ordenamento.

No que respeita aos sistemas “em alta”, a SIMARSUL prevê a remodelação ou ampliação de sistemas existentes e a desativação de algumas infraestruturas de tratamento que não apresentam as melhores condições de conservação e funcionamento. O Município de Palmela é abrangido pelos seguintes subsistemas:

- Subsistema de Águas de Moura;
- Subsistema de Abreu Grande / Carregueira
- Subsistema do Afonsoeiro;
- Subsistema de Barreiro / Moia
- Subsistema de Aires;
- Subsistema de Palmela, Quinta do Anjo e Lagoinha;
- Subsistema do Golf do Montado;
- Subsistema do Pinhal Novo;
- Subsistema do Poceirão;
- Subsistema do Monte Lagarto;
- Subsistema da Zona Industrial da AutoEuropa;
- Subsistema do Barreiro/Moita;
- Subsistema da Quinta da Asseca
- Subsistema de Setúbal.

De salientar que os subsistemas do Afonsoeiro, Barreiro/Moita e de Setúbal, servem o território de Palmela, mas são explorados por outros Municípios.

8.2.1. Subsistema de Águas de Moura

Este subsistema, que abrange apenas o Município de Palmela, é constituído pela ETAR de Águas de Moura, a qual tem capacidade para tratar 2.500 habitantes-equivalente no ano Horizonte de Projeto e um caudal de 440 m³/dia.

É constituído por 4 estações elevatórias (EE), sendo que 2 delas se localizam em Águas de Moura e a restantes em Fernando Pó e na Zona Industrial de Agualva, por 4 emissários (Águas de Moura, Fernando pó e Zona Industrial de Agualva – troço 1 e 2) e 4 condutas elevatórias (Águas de Moura, Águas de Moura 2, Fernando Pó e Agualva).

Serve o Município de Palmela e a população dos perímetros urbanos de Aqualva, Águas de Moura, Fernando Pó e Zona Industrial de Aqualva.

8.2.2. Subsistema do Afonsoeiro

Este subsistema, abrange parte do Município de Palmela e é constituído pela ETAR do Afonsoeiro, a qual tem capacidade para tratar 48.000 habitantes-equivalente no ano Horizonte de Projeto e um caudal de 11 500 m³/dia.

Serve os Municípios de Palmela e do Montijo e é constituído por 3 estações elevatórias (EE do Bairro da Mesquita, da Carregueira e Fonte da Vaca), 4 condutas elevatórias (Bairro da Mesquita, Carregueira, Fonte da Vaca e Vila Morena) e 4 emissários (Abreu Pequeno 1, Fonte da Vaca, Penteado Terrim e Pinhal Novo Oeste).

8.2.3. Subsistema de Aires

Este subsistema, que abrange apenas o Município de Palmela, é constituído pela ETAR de Aires, a qual tem capacidade para tratar 10.000 habitantes no ano Horizonte de Projeto e um caudal de 2 611 m³/d.

É constituído por 3 emissários – Aires (Poente), Padre Nabeto e Palmela Gare.

8.2.4. Subsistema da Lagoinha

Este subsistema, que abrange apenas o Município de Palmela, é constituído pela ETAR da Lagoinha, a qual tem capacidade para tratar 30.600 habitantes no ano Horizonte de Projeto e um caudal diário de 7 650 m³/d.

É constituído por 2 estações elevatórias (APIC e Olhos de Água), 3 condutas elevatórias (APIC, APIC/Venda do Alcaide e Olhos de Água) e 7 emissários:

- APIC;
- Olhos de Água;
- Olhos de Água/Lagoinha;
- Palmela;
- Palmela Norte
- Palmela Oeste;
- Quinta do Anjo.

8.2.5. Subsistema do Golf do Montado

Este subsistema, atualmente em fase de construção na componente dos emissários e EE , abrange apenas o Município de Palmela, é constituído pela ETAR do Montado, a qual tem capacidade para tratar 3.080 habitantes no ano Horizonte de Projeto e um caudal diário de 444 m³/d.

É constituído por 3 estações elevatórias (Brejos do Assa, Passadeiras e Zona Industrial da Biscaia), 3 condutas elevatórias (Brejos do Assa, Passadeiras e Zona Industrial da Biscaia) e 4 emissários (Brejos do Assa 1, Emissário de ligação à ETAR, das Passadeiras e da Zona Industrial da Biscaia).

8.2.6. Subsistema do Pinhal Novo

Este subsistema, que abrange apenas o Município de Palmela, é constituído pela ETAR do Pinhal Novo, a qual tem capacidade para tratar 23.500 habitantes no ano Horizonte de Projeto e um caudal diário de 3 600 m³/d.

É constituído por 5 estações elevatórias (Pinhal Novo, Pinhal Novo Norte, Vale da Vila, Vale da Vila 1 e Zona Industrial da Cascalheira) e 5 condutas elevatórias (Pinhal Novo, Pinhal Novo nova, Vale da Vila, Vale da Vila 1 e Zona Industrial da Cascalheira) e 11 emissários (5 troços correspondentes ao Pinhal Novo, Pinhal novo Norte 1, Pinhal Novo Norte 2, vale da Vila, vale da Vila 1, Venda do Alcaide, Venda do Alcaide 1.

8.2.7. Subsistema do Poceirão

Este subsistema, que abrange apenas o Município de Palmela, é constituído pela ETAR do Poceirão, a qual tem capacidade para tratar 5.000 habitantes no ano Horizonte de Projeto e o caudal médio de 1 283 m³/d.

É constituído por 1 estação elevatória (Poceirão), 1 conduta elevatória e 1 emissário.

8.2.8. Subsistema da Zona Industrial da Autoeuropa

Este subsistema, que abrange o Município de Palmela e ainda parte dos Municípios da Moita e Barreiro, é constituído pela ETAR da Zona Industrial da Autoeuropa, a qual tem capacidade para tratar 50.000 habitantes no ano Horizonte de Projeto e o caudal médio de 9 500 m³/dia.

É constituído por 4 estações elevatórias (EE do Bairro Alentejano, EE Vila Amélia 1, EE Vila Amélia 2 e EE Vila Amélia 3), pelas respetivas condutas elevatórias e por 15 emissários localizados no Bairro Alentejano, Vila Amélia, Assunção, Pinhal da Marquesa, Penalva e Zona Industrial da Autoeuropa.

8.2.9. Subsistema do Barreiro/Moita

Este subsistema, abrange uma pequena parte do Município de Palmela e é constituído pela ETAR do Barreiro/Moita, a qual tem capacidade para tratar 295.000 habitantes equivalentes no ano Horizonte de Projeto. As infraestruturas que servem o Município de Palmela são a Estação Elevatória Pinhal das Formas Norte, dimensionada para 10 l/s e o Emissário Pinhal das Formas Norte.

8.2.10. Subsistema de Setúbal

Este subsistema prevê abranger, quando concluído, uma pequena parte do Município de Palmela que irá drenar para o Intercetor da Baixa de Palmela (servindo uma futura rede em baixa na Quinta da Asseca, Quinta da Glória, Baixa de Palmela) e as redes já existentes na Quinta da Asseca e na Quinta do Páteo. O quadro seguinte mostra a evolução anual das águas residuais recebidas em ETAR localizada no Município.

QUADRO 83 – ÁGUAS RESIDUAIS TRATADAS NAS ETAR DO MUNICÍPIO DE PALMELA (M³ POR ETAR E POR ANO)

TOTAL anual (por ETAR) (m³)	Afonsei- ro	ZI Auto Europa	Águas de Moura	Aires	Lagoinh a	Golf do Montado	Pinhal Novo	Poceirão	TOTAL
2008		398001	69401	226304	89433	55674	571675	202846	1613334
2009		410553	71389	232788	907985	57269	587459	208658	2476101
2010		477463	79084	257881	992925	63442	650141	231149	2752085
2011		525065	87163	284224	1080450	69923	715868	254762	3017455
2012	114189		121718	197841	932837	21832	829071	43907	2261395
2013	126705	646405	160456	260875	992363	32313	926091	65124	3210332
2014									3407148
2015									2464508
2016	78365	433338	171596	224773	960813	23116	965886	76270	2934157
2017	85828	547024	163794	213893	944186	22221	900760	51520	2929225

Fonte: CMP-DARSU

8.2.11. Síntese e Avaliação dos Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

A recolha de águas residuais abrange 81% da população residente no Município de Palmela, valor abaixo da média da AML e que se aproxima de 100% no caso do Município de Lisboa. Considera-se, contudo, que a ordem de grandeza dos resultados do indicador está alinhada com a distribuição das populações pelos territórios: muito concentrado e denso no Município de Lisboa (com 5.064 hab/km² em 2018, segundo Pordata) mediantemente denso na AML (941,9 hab/km², segundo a mesma fonte) e mais disperso em Palmela (com 138,1 hab/km², idem). No que concerne aos valores relativos à percentagem de população servida por ETAR, uma vez que estão harmonizados com os do indicador anterior (respetivamente 82 e 81%), entende-se que tal indicará cobertura adequada a nível de número de ETARs.

De salientar que a CMP procura controlar o destino das águas residuais produzidas pela população não servida por sistemas municipais de tratamento, sendo parte destas recolhida através de fossas sépticas para tratamento nas instalações da Simarsul.

De facto, as instalações não servidas por redes de drenagem de águas residuais domésticas, possuem fossas as quais são despejadas através de viaturas cisternas, quer pela CMP (nas Freguesias de Palmela, Quinta do Anjo e Pinhal Novo) quer pela União de Freguesias de Poceirão e Marateca, ao abrigo de contrato interadministrativo. Também operam no Município diversas empresas privadas de prestação de serviços, contratadas pelos particulares, as quais também descarregam os efluentes em locais autorizados pela CMP na rede de drenagem doméstica, em baixa, ou nas ETAR da Simarsul, pelo que todo o efluente produzido é tratado nas ETAR do sistema em Alta da Simarsul.

8.3 Resíduos Urbanos

O sistema de gestão dos resíduos urbanos produzidos na área do Município de Palmela está vinculado ao Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos e de Higiene e Limpeza Urbana do Concelho de Palmela, documento validado pela Entidade Reguladora do Serviço de Águas e Resíduos (ERSAR) e aprovado em 2015, tendo sido publicado no Diário da República, 2.ª série, de 15 de julho, revogando o anterior de 2008.

A recolha seletiva, tratamento, valorização e eliminação dos resíduos urbanos (RU) ou a eles equiparados é da responsabilidade da sociedade AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Margem Sul do Tejo.

A recolha da fração indiferenciada dos RU e o posterior transporte até ao destino final é assegurado pela Câmara Municipal de Palmela que, nos termos da lei, assume a responsabilidade de gestão desde que a produção diária seja inferior a 1.100 litros por produtor.

O sistema municipal de recolha de RU indiferenciados está organizado em 19 circuitos que abrangem todo o Município, e cuja frequência de recolha varia de duas vezes por semana a seis vezes por semana, em função da produção de resíduos e da capacidade instalada de contentores.

Está implementado também um circuito dedicado à recolha de RU das unidades industriais, comerciais e de serviços, que inclui cerca de 200 estabelecimentos. De acordo com as determinações da ERSAR e com a aprovação do novo regulamento municipal, a Câmara Municipal passou a fornecer os equipamentos e a efetuar a sua gestão, que inclui as operações de recolha, transporte e manutenção, até ao limite de 8 recolhas de contentores de 800 litros por semana.

De acordo com as normas técnicas impostas no regulamento municipal de resíduos sólidos, nos processos de loteamento ou com impacto semelhante a loteamento, o loteador tem de incluir um plano de RSU com a planta da localização dos contentores e ecopontos, que prevê a instalação de 1 contentor de 800 litros por cada 10 fogos, sendo que a partir de 3 fogos esta regra já se impõe. Para os ecopontos, o rácio normativo é de 1 ecoponto para 110 fogos.

No que se refere à recolha seletiva, de utilização doméstica, a cobertura no Município no ano 2016 é de 221 ecopontos, ou seja, em média, um ecoponto por cada 284 habitantes, que se concentram maioritariamente nos aglomerados populacionais.

A Amarsul promove também a recolha porta-a-porta de papel/cartão e de vidro juntos dos estabelecimentos comerciais do Município que voluntariamente aderem ao sistema de recolha.

Em termos de sistemas de tratamento/destino final, geridos pela AMARSUL, a CMP está autorizada a descarregar no Ecoparque de Setúbal (central de compostagem) cerca de 500 toneladas de RU indiferenciados por mês, assim como resíduos verdes já triados. Todos os outros resíduos são encaminhados para o Ecoparque de Palmela, sujeitos a valorização, por tratamento mecânico, ou eliminação por deposição no aterro sanitário da Barra Cheia (cf. quadro seguinte).

QUADRO 84 – DESTINO FINAL DADOS AOS RU RECOLHIDOS NO MUNICÍPIO

Destino final	2018 (ton)	2018 (%)	2019 (ton)	2019 (%)
Tratamento Mecânico e/ou Biológico	18731	41,59%	18519	39,33%
Aterro	22015	48,88%	24661	52,38%
Valorizados em aterro	2229	4,95%	1431	3,04%
Recolha Seletiva para Reciclagem	2061	4,58%	2470	5,25%
TOTAL	45036	100%	47081	100%

Fonte: AMARSUL, 2019

Paralelamente, a AMARSUL reforçou de forma significativa o número de equipamentos de recolha seletiva no Município, no sentido de consolidar uma tendência de aumento dos valores relativos à reciclagem e consequentemente o desvio de resíduos do aterro. Os seguintes dados, referentes a equipamentos de recolha seletiva distribuídos pelas diferentes freguesias do Município, mostram objetivamente o reforço mencionado:

QUADRO 85 – DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS POR FREGUESIA, 2019

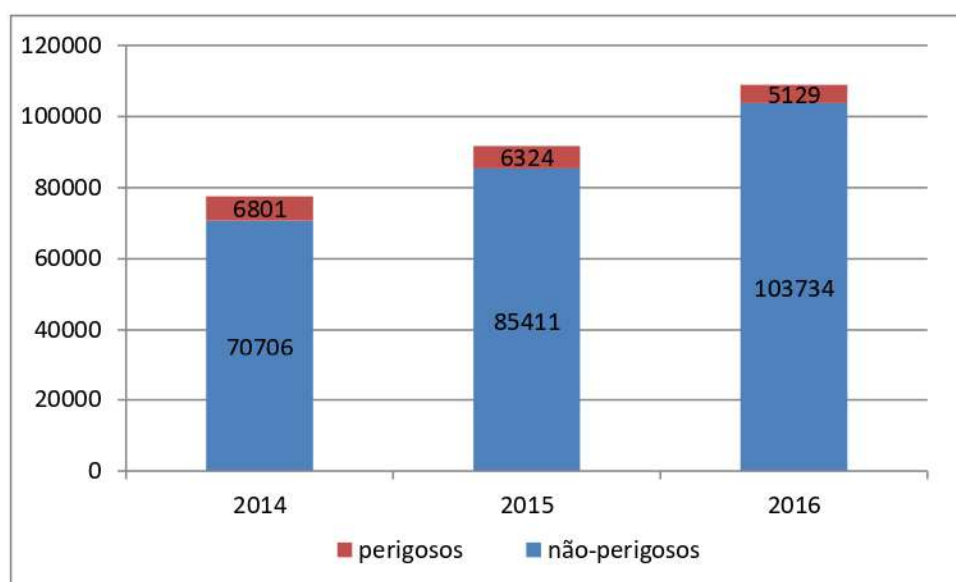
Equipamentos de Deposição	Freguesias			
	Palmela	Pinhal Novo	Quinta do Anjo	Poceirão e Marateca
Ilhas - Ecopontos (de 2,5 e 3 m³)	66	38	86	29
Ilhas – Ecopontos (contentores 1100L de Papel/Cartão / Embalagens e Vidrão)	74	146	31	92
Ilhas – Contentores 1100L de Papel/Cartão e Embalagens	143	238	55	171
Vidrões isolados	7	4	9	3
Totais	290	426	181	295

Fonte: AMARSUL, 2019

8.4 Recolha e Tratamento de Resíduos Industriais

Segundo dados fornecidos pela APA - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P, no período compreendido entre 2014 e 2016, a quantidade de resíduos industriais produzidos no Município de Palmela conheceu um aumento de cerca de 40%, passando de 77.507 toneladas para 108.863 toneladas. Não obstante, se considerarmos o nível de perigosidade desses mesmos resíduos, os resíduos perigosos sofreram uma redução de cerca de 33%, de 6.801 para 5.129 toneladas (ver Gráfico 14).

GRÁFICO 14 - RESÍDUOS INDUSTRIAIS PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO DE PALMELA, ENTRE 2014 E 2016, POR GRAU DE PERIGOSIDADE



Fonte: APA - Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) 2014, 2015 e 2016

Por outro lado, a análise dos resíduos industriais produzidos no Município de Palmela, considerando as diferentes tipologias constantes da Lista Europeia de Resíduos (LER), demonstra que, no período em causa, os “resíduos da moldagem e do tratamento físico e mecânico de superfície de metais e plásticos” são, de longe, os mais relevantes, ainda que tenham perdido importância, passando de 62% do total de resíduos sólidos industriais produzidos no Município em 2014, para 41% em 2016.

A segunda tipologia mais representativa é a dos “resíduos de embalagens; absorventes, panos de limpeza, materiais filtrantes e vestuário de proteção não anteriormente especificados”, que em 2014 era de 13% e em 2016 representava 11%.

Os “resíduos da construção e da demolição” e os “resíduos urbanos e equiparados” têm vindo a ganhar importância, passando, respetivamente, de 3% para 29% e de 9% para 10%, entre 2014 e 2016.

QUADRO 86 - RESÍDUOS INDUSTRIAIS PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO DE PALMELA, ENTRE 2014 E 2016, POR CÓDIGOS LER

Códigos LER - Lista Europeia de Resíduos	Quant. Produzida (em ton.)		
	2014	2015	2016
01-Prospeção e expl. de minas e pedreiras	292	475	314
02-Agricult., horticult., aquacult., silvicult., etc.	639	840	1200
03-Madeira e fab. de painéis, mobil., papel, etc.	286	272	18
04-Couro e prod. de couro e da ind. têxtil	15	9	5
06-Resíduos de proc. químicos inorgânicos	30	62	106
07-Resíduos de proc. químicos orgânicos	1014	833	784
08-Tintas, vernizes, esmaltes, colas, etc.	2264	2174	1394
09-Resíduos da indústria fotográfica	1	0	1
10-Resíduos de processos térmicos	279	66	4
11-Rev. de metais e outros materiais	198	49	59
12-Mold. e trat. de sup. de metais e plásticos	48312	49627	44881
13-Óleos usados e resid. de comb. líquid.	1192	874	810
14-Solvent, fluídos de refrig. e gases propul.	70	139	92
15-Embalag.; absorv., panos de limp., etc.	10344	11443	12186
16-Não especific. em outros capít. desta lista	1676	1519	933
17-Resid. de construção e demolição	2397	15250	31816
18-Res. da prestaç. de cuidados de saúde	7	13	13
19-Gest. de resid., est. de trat. de águas, etc.	1678	2101	3636
20-Resid. urbanos e equiparados	6814	5989	10611
Total Geral	77507	91735	108863

Fonte: APA - Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) 2014, 2015 e 2016

8.5 Operações de Gestão de Resíduos

A gestão de resíduos integra as atividades necessárias para controlar os resíduos desde a sua origem até ao seu destino final, incluindo a sua recolha, transporte e tratamento, seja por valorização ou eliminação.

Estas atividades têm como objetivo a gestão sustentável dos materiais, de modo a assegurar uma utilização racional dos recursos naturais e reduzir a pressão sobre os ecossistemas, a fim de proteger, preservar e melhorar a qualidade do ambiente e da saúde humana. A gestão de resíduos promove os princípios da economia circular e reduz a dependência de recursos importados, proporcionando novas oportunidades económicas e contribuindo para a competitividade a longo prazo.

A gestão dos resíduos tem como princípio a hierarquia dos resíduos: prevenção, reutilização, reciclagem, valorização e eliminação. Este princípio define as prioridades em termos de ação, de políticas e de legislação de resíduos.

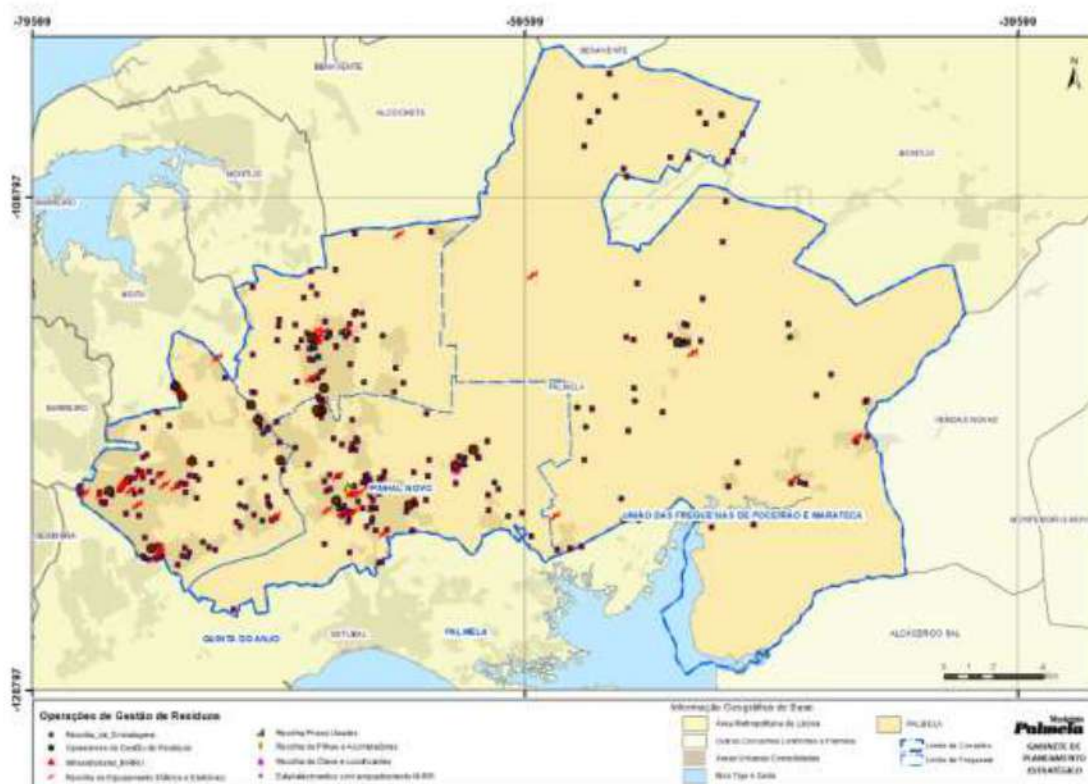
Outro princípio da gestão de resíduos é que a responsabilidade pela gestão dos resíduos, incluindo os respetivos custos, cabe ao produtor inicial dos resíduos, podendo esta responsabilidade ser alargada, por lei, ao produtor do produto que deu origem aos resíduos e partilhada pelos distribuidores desse produto. Este princípio não se aplica aos resíduos urbanos, cuja gestão é assegurada pelos sistemas municipais ou multimunicipais.

As operações de gestão de resíduos (OGR) são reguladas e sujeitas a licenciamento e decorrem em instalações adequadas que asseguram um nível elevado de proteção do ambiente e da saúde pública, preferencialmente em território nacional e próximas do local de produção dos resíduos.

A APA, enquanto Autoridade Nacional de Resíduos, e as CCDR, enquanto Autoridades Regionais dos Resíduos, licenciam e acompanham as operações de gestão de resíduos. As normas técnicas para a gestão de resíduos são emitidas pela APA.

A figura seguinte representa as diferentes tipologias de OGR presentes no Município de Palmela.

FIGURA 67 - OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS NO MUNICÍPIO DE PALMELA



Fonte: APA – Agência Portuguesa do Ambiente

No que concerne aos estabelecimentos com enquadramento pelo Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR), licenciados pela APA até 2019, em funcionamento no Município de Palmela existem 333, sendo que os mais representativos são a Manutenção e reparação de veículos automóveis, com 15%; outros CAE a começar por 4 (i.e., Construção, Comércio, Transportes e Armazenagem), com 14%; Outros CAE a iniciar em 2 (i.e., Fabricação de diversos elementos), com 8%; e Suiniculturas, com 6%.

QUADRO 87 - ESTABELECIMENTOS COM ENQUADRAMENTO MIRR, EM 2019, NO MUNICÍPIO DE PALMELA

CAE - Classificação das Atividades Económicas	N.º de empresas	Porcentagem (%)
01460-Suinicultura	19	6%
01500-Agricultura e produção animal combinadas	10	3%
Outros CAE a iniciar em 0	7	2%
18120-Outra impressão	5	2%
Outros CAE a iniciar em 1	17	5%
20301-Fabric. de tintas (exceto impres.), vernizes, mástiques e prod. similares	3	1%
22292-Fabricação de outros artigos de plástico, n.e.	3	1%

25110-Fabricação de estruturas de construções metálicas	4	1%
25120-Fabricação de portas, janelas e elementos similares em metal	5	2%
29320-Fabricação de outros componentes e aces. para veículos automóveis	10	3%
Outros CAE a iniciar em 2	28	8%
37002-Tratamento de águas residuais	4	1%
38321-Valorização de resíduos metálicos	3	1%
Outros CAE a iniciar em 3	10	3%
42990-Construção de outras obras de engenharia civil, n.e.	3	1%
45110-Comércio de veículos automóveis ligeiros	4	1%
45200-Manutenção e reparação de veículos automóveis	50	15%
45310-Comércio por grosso de peças e acessórios para veículos automóveis	7	2%
46690-Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos	3	1%
46771-Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	3	1%
47111-Comércio a retalho em supermercados e hipermercados	10	3%
47300-Comércio a retalho de combust. para veíc. a motor, em estab. especializ.	10	3%
49410-Transportes rodoviários de mercadorias	12	4%
Outros CAE a iniciar em 4	47	14%
52291-Organização do transporte	5	2%
Outros CAE a iniciar em 5	6	2%
61100-Atividades de telecomunicações por fio	3	1%
75000-Atividades veterinárias	4	1%
Outros CAE a iniciar em 7	4	1%
82990-Outras atividades de serviços de apoio prestados às empresas, n.e.	5	2%
86210-Atividades de prática médica de clínica geral, em ambulatório	3	1%
86230-Atividades de medicina dentária e odontologia	6	2%
87301-Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento	3	1%
Outros CAE a iniciar em 8	12	4%
96010-Lavagem e limpeza a seco de têxteis e peles	3	1%
Outros CAE a iniciar em 9	2	1%
TOTAL	333	100%

Fonte: APA – Agência Portuguesa do Ambiente

No que diz respeito aos operadores de gestão de resíduos, propriamente ditos, segundo informações da APA, existem 18, sendo que a maioria se refere à valorização de resíduos metálicos (4) e ao tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos.

QUADRO 88 - OPERADORES DE GESTÃO DE RESÍDUOS NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Nome do operador	Atividade principal
Ferrovias e Construções S.A. - Estaleiro Central	33120-Reparação e manutenção de máquinas e equipamentos
RGT - Recolha Gestão e Transporte de Inertes, Lda.	38111-Recolha de resíduos inertes
Palmela GARE	38112-Recolha de outros resíduos não perigosos
SAFETYKLEEN PORTUGAL- Solventes e Gestão de Resíduos, S. A. - Sucursal Sul	38120-Recolha de resíduos perigosos
Unidade de Palmela - AMARSUL	38212-Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos
Plataforma de Verdes e Monos	38212-Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos

Lino Marco Ferreira De Oliveira	38212-Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos
Ambimed Gestão Ambiental Lda - PL Unidade Palmela	38220-Tratamento e eliminação de resíduos perigosos
Atircar VFV	38311-Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida
Renascimetais - Gestão de Resíduos Metálicos, S.A.	38321-Valorização de resíduos metálicos
Magnetikleader Unipessoal, Lda.	38321-Valorização de resíduos metálicos
Esfera Verde - Metalomecânica, Lda	38321-Valorização de resíduos metálicos
Centro de Reciclagem de Palmela, S. A.	38321-Valorização de resíduos metálicos
KVN, Motores Unipessoal, Lda	45320-Comércio a retalho de peças e acessórios para veículos automóveis
CRASHPEÇAS, Imp. - Exp. de carros e peças usadas, Lda	45320-Comércio a retalho de peças e acessórios para veículos automóveis
Clagem - Tecnologias de reciclagem, Lda	46690-Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos
Jorge Miranda & Camacho, Lda	49410-Transportes rodoviários de mercadorias
Quartz Quality, Lda	81292-Outras atividades de limpeza, n.e.

Fonte: APA – Agência Portuguesa do Ambiente

Em relação aos estabelecimentos com recolha de embalagens, de acordo com a APA, a maioria localiza-se nas freguesias de Palmela e Pinhal Novo e resportam-se, essencialmente, a farmácias.

QUADRO 89 - ESTABELECIMENTOS COM RECOLHA DE EMBALAGENS NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Nome do estabelecimento	Localidade
Farmácia Ideal	Águas de Moura
AGROCAJADOS- Unipessoal Lda	Águas de Moura
Farmácia de Cajados	Águas de Moura
J. & Carlos Alberto Cardoso, Lda	Lagameças
JOTACARLOS-Com. Equip. Indústria, Lda	Lagameças
Amarsul Palmela Embalagens	Palmela
Farmácia d'Aires	Palmela
Well's PALMELA	Palmela
Farmácia Coelho Marques	Palmela
Farmácia de Palmela	Palmela
AgriChambel-Técnicas Agrícolas, Lda	Palmela
Farmácia Brás	Palmela
Lucio Loureiro - Unipessoal, Lda	Palmela
HORTOSEMENTES, Lda	Palmela
Setcereal Comércio de Alimento para Animais, Lda - Palmela	Palmela
Borrego Leonor & Imão – Armaz. Casa Ermelinda Freitas	Palmela
Farmácia Tavares de Matos	Pinhal Novo
Farmácia Cordeiro	Pinhal Novo
Well's Pinhal Novo	Pinhal Novo
Farmácia Centro Farmacêutico, Lda.	Pinhal Novo
Farmácia Central do Pinhal Novo	Pinhal Novo
Maria de Lurdes Monteiro Pereira Gonçalves, Lda.	Pinhal Novo
Cooperativa Agrícola União Novense, CRL	Pinhal Novo
Ricardo Jorge Moço	Pinhal Novo

Farmácia do Poceirão	Poceirão
Farmácia Lagameças	Poceirão
A.A.P.A.P.-Ass. Apoio Pequenos Agric. Poceirão	Poceirão
Farmácia Serpa	Quinta do Anjo
Farmácia Graça	Quinta do Anjo
Bio2 – Represent. e Comércio de Produtos Agropecuários SA	Quinta do Anjo
Farmácia Quinta do Anjo	Quinta do Anjo

Fonte: APA – Agência Portuguesa do Ambiente

No que concerne às infraestruturas integradas pelo Mapa de Registo de Resíduos Urbanos (MRRU), existem três em funcionamento no Município de Palmela.

QUADRO 90 - INFRAESTRUTURAS MRRU NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Unidade de Palmela – AMARSUL
Triagem de Palmela
TM de Palmela

Fonte: APA – Agência Portuguesa do Ambiente

No que diz respeito aos pontos de recolha existentes no Município, 39 segundo a APA, a maioria localiza-se nas freguesias de Palmela e Pinhal Novo e procedem, essencialmente, apenas à recolha de equipamento elétrico e eletrónico, a maioria localiza-se em estabelecimento de comércio retalhista e estabelecimentos de educação e ensino.

QUADRO 91 - PONTOS DE RECOLHA NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Ponto de recolha	Tipo de recolha	Freguesia
Lidl - Entrepasto Marateca	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Marateca
CEVDI Dr. Francisco Cambournac	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Marateca
CONFORAMA Armazém	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Palmela
Worten Palmela	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Palmela
Endress+Hauser Portugal Unl, Lda	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Palmela
Brigada do Mar - Quinta do Anjo	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Palmela
Centro de Reciclagem de Palmela	Recolha de pilhas e acumuladores, Recolha de óleos e lubrificantes, Recolha de pneus usados e Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Palmela
St. Peters International School	Recolha de pilhas e acumuladores e Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Palmela
Centro de Saúde de Palmela	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Palmela
CGD Palmela	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Palmela
Escola Secund. de Palmela	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Palmela
Seth – Palmela	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Palmela
Montado Hotel & Golf Resort	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Palmela
Urbinstal SA	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Palmela
Daikin - Patricia Barroca (TMC)	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Palmela

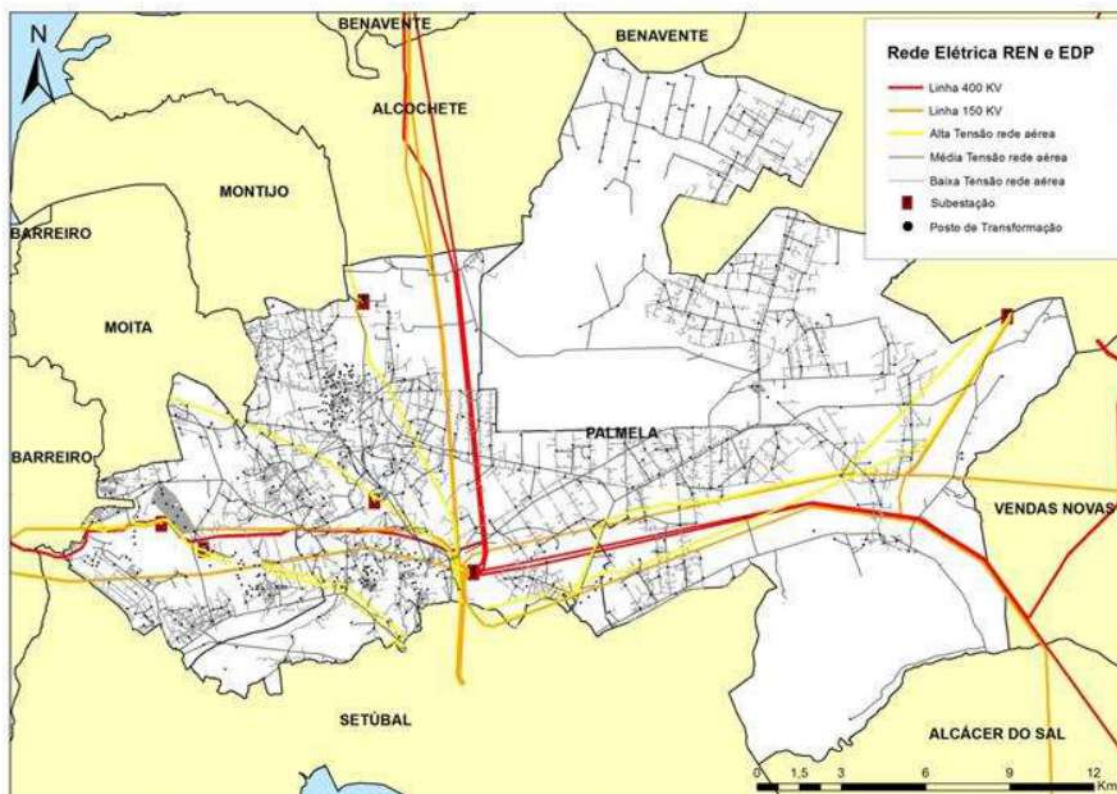
Lidl - Palmela (EN 379)	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Palmela
Climapal (TMC)	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Palmela
Worten Pinhal Novo	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Pinhal Novo
Escola Secund. de Pinhal Novo	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Pinhal Novo
Pingo Doce Pinhal Novo	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Pinhal Novo
REE EDP Loja Pinhal Novo	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Pinhal Novo
Estação Ferroviária do Pinhal Novo	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Pinhal Novo
Ricoh – CWORLD	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Pinhal Novo
Lidl - Palmela (Pinhal Novo)	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Pinhal Novo
CGD Pinhal Novo	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Pinhal Novo
Escola Básica José Saramago	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Poceirão
Junta da União de Freguesias de Poceirão e Marateca	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Poceirão
Medway – Poceirão	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Poceirão
Estação Ferroviária do Poceirão	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Poceirão
Makro Palmela	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Quinta do Anjo
Autoeuropa	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Quinta do Anjo
Ilumina	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Quinta do Anjo
BA Setúbal	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Quinta do Anjo
ATEC – Palmela	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Quinta do Anjo
Simoldes Palmela	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Quinta do Anjo
Torrestir Palmela	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Quinta do Anjo
Luis Simões (Palmela)	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Quinta do Anjo
Gertal (Faurecia)	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Quinta do Anjo
Dawn Foods Portugal, S.A.	Recolha de equipamento elétrico e eletrónico	Quinta do Anjo

Fonte: APA – Agência Portuguesa do Ambiente

8.6 Sistema de Abastecimento Elétrico e de Iluminação Pública

A Figura 68 plasma a rede elétrica aérea existente no Município de Palmela a partir da informação disponibilizada pela REN – Redes Energéticas Nacionais e pela EDP – Eletricidade de Portugal. No que concerne à Rede Nacional, o Município é atravessado por linhas supramunicipais de 400 e 150 kV, ligando-se às subestações elétricas existentes na Freguesia de Palmela. Por seu lado, a rede da EDP dispõe de linhas de alta, média e baixa tensão, através das quais assegura a distribuição local por todo o território do Município. Na referida figura surgem ainda representadas as subestações e os postos de transformação.

FIGURA 68 - REDE ELÉTRICA (AÉREA) EXISTENTE NO MUNICÍPIO DE PALMELA



Fonte: REN e EDP

No Quadro 92 identificam-se os elementos que compõem a rede elétrica do Município, agrupados por entidade proprietária e gestora e por tipologia das infraestruturas, considerando a sua extensão e número de elementos.

QUADRO 92 – CARATERIZAÇÃO DA REDE ELÉTRICA NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Entidade	Tipologia	Extensão (Km)	Nº Elementos
REN	Linha 150 kV	137,6	-
	Linha 400 kV	93,8	-
	Apoio 150 kV	-	170
	Apoio 400 kV	-	81
	Pórtico - Subestação	-	23
EDP	Linha Baixa Tensão (Aérea)	1261,6	-
	Linha Baixa Tensão (Subterrânea)	312,3	-
	Linha Média Tensão (Aérea)	472,4	-
	Linha Média Tensão (Subterrânea)	177,3	-
	Linha Alta Tensão (Aérea)	94,1	-
	Linha Alta Tensão (Subterrânea)	2,8	-
	Iluminação Pública (Rede Aérea)	22,1	-
	Iluminação Pública (Rede Subterrânea)	206,9	-
	Apoio Alta Tensão/ Média Tensão	-	396
	Apoio Baixa Tensão	-	2799
	Apoio Baixa Tensão e Iluminação Pública	-	23169
	Apoio Média Tensão 0 kV	-	32
	Apoio Média Tensão 15 kV	-	2446
	Apoio Média Tensão 30 kV	-	961
	Braço Iluminação Pública	-	15736
	Caixa de distribuição	-	1476
	Coluna Iluminação Pública	-	5276
	Iluminação Pública - Olho-de-boi	-	57
	Iluminação Pública - Pimenteiro	-	59
	Iluminação Pública - Projetor	-	17
	Posto Seccionamento e corte 0 kV	-	3
	Posto Seccionamento e corte 15 kV	-	29
	Posto Seccionamento e corte 30 kV	-	40
	Posto Transformação	-	580
	Subestação 30 kV	-	1
	Subestação 60 kV	-	3

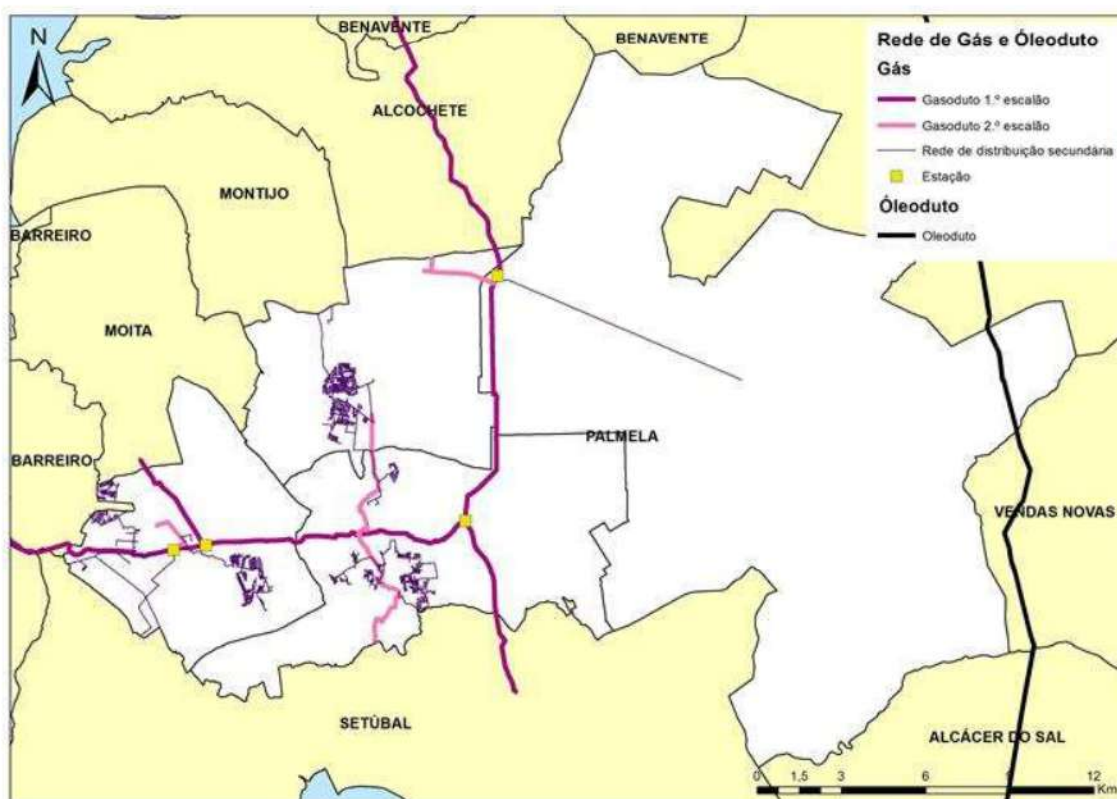
Fonte: EDP e REN

8.7 Sistema de transporte e de distribuição de Gás e Oleoduto

8.6.1. Sistema de Transporte e Distribuição de Gás

As redes de transporte e de distribuição de gás em serviço no Município de Palmela são exploradas, respetivamente, pelos concessionários REN Gasodutos S.A. e pela Setgás – Sociedade de Distribuição de Gás Natural. Na Figura 69 é possível identificar os elementos constituintes dessas redes, designadamente os gasodutos, de 1.º escalão (rede de transporte), de 2.º escalão (rede de distribuição primária) e a rede de distribuição secundária, bem como as estações existentes na freguesia da Quinta do Anjo, Palmela e na União das Freguesias do Poceirão e Marateca e duas Unidades Autónomas de Gás privadas, que abastecem as empresas FIT – Fomento da Indústria do Tomate, S.A. e Parmalata Portugal – Produtos Alimentares, S.A. e um posto de enchimento de gás natural veicular da Dourogás Natural – Comércio de Gás Natural e Energia, S.A., localizado na freguesia de Quinta do Anjo.

FIGURA 69 - REDE DE GÁS E OLEODUTO NO MUNICÍPIO DE PALMELA



Fonte: Setgás e REN Gasodutos

No Quadro 93 apresentam-se as características da rede de gás existente no Município, designadamente a existência das 4 estações supracitadas, bem como cerca de 50 Km de gasodutos de 1.º escalão, aproximadamente 16 Km de gasodutos de 2.º escalão e de pouco mais de 211 km de rede de distribuição secundária que fornece gás aos principais aglomerados urbanos do Município, designadamente Palmela, Pinhal Novo, Aires, Quinta do Anjo e Barra Cheia (Bairro dos Alentejano, Bairro dos Marinheiro, Bairro Assunção Piedade).

QUADRO 93 – CARATERIZAÇÃO DA REDE DE GÁS NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Tipo	Extensão (Km)
Estações	4
Gasoduto 1º escalão	16,5
Gasoduto 2º escalão	50,5
Rede de Distribuição	211,1

Fonte: Setgás e REN Gasodutos

8.6.2. Oleoduto

Esta infraestrutura atravessa sem qualquer interferência ou ramal o Município de Palmela no seu extremo nascente ligando a Refinaria de Sines, onde se localiza a estação de bombagem principal, à instalação de receção, armazenamento e expedição de combustíveis da CLC – Comapnhia Logística de Combustíveis, S.A., localizada em Aveiras de Cima (conferir Figura 69).

8.8 Sistema de Telecomunicações

No que respeita à rede telefónica fixa, o Município de Palmela tem uma cobertura quase integral, sobretudo a nível residencial (taxa de cobertura superior a 95%).

Conforme pode ser constatado pela análise da Figura 70, a rede de telecomunicações no Município de Palmela é composta por linhas aéreas e subterrâneas, operadas pelas seguintes empresas: Altice (ex-Portugal Telecom), NOWO (ex-Cabovisão), NOS e Vodafone.

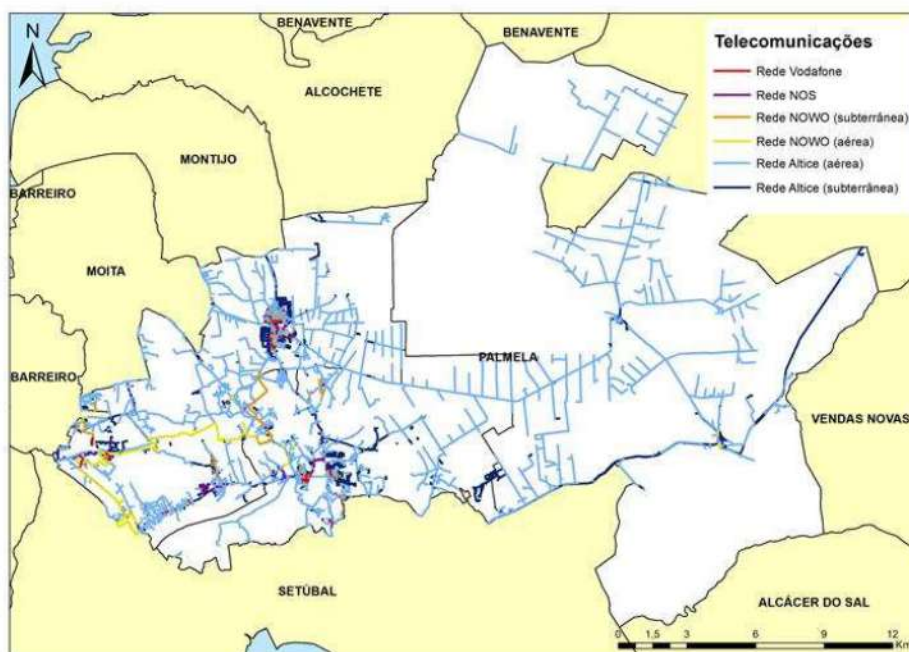
A rede da Altice é a mais extensa e abrange praticamente todo o território do Município, cerca de 538 km de linhas aéreas e 257 km de linhas subterrâneas. Por sua vez, a rede da NOWO concentra essencialmente na área poente do Município, com 24 km de linhas aéreas e 10 km de linhas subterrâneas. Já a NOS e a Vodafone têm presenças reduzidas e centralizadas essencialmente nos aglomerados urbanos mais importantes, Palmela e Pinhal Novo (ver Quadro 94).

QUADRO 94 – EXTENSÃO DA REDE DE TELECOMUNICAÇÕES NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Entidade	Tipo de Infraestruturas	Extensão (km)
Altice	Traçado Aéreo	538,6
	Traçado Subterrâneo	257,3
NOWO	Traçado Aéreo	23,9
	Traçado Subterrâneo	9,9
NOS		4,0
Vodafone		2,9

Fonte: Altice, NOWO, NOS e Vodafone

FIGURA 70 - REDE DE TELECOMUNICAÇÕES NO MUNICÍPIO DE PALMELA



Fonte: Altice, NOWO, NOS e Vodafone

9. Rede Urbana

9.1 A posição de Palmela no sistema urbano regional

A estruturação urbana da AML assenta no conceito da cidade das duas margens, tendo como eixo central o estuário do Rio Tejo. Na Margem Norte, salienta-se Lisboa como centro polarizador de toda a região pela sua função de capital do país e consequentemente, pela oferta de serviços e equipamentos de que dispõe e que ultrapassam em muito uma abrangência meramente territorial.

A Margem Sul apresenta características bem distintas, que advêm do seu processo de formação e desenvolvimento. Não só o número de efetivos populacionais é bastante inferior como a sua ocupação urbana é mais incipiente e concentrada em apenas dois eixos: o Arco Ribeirinho Sul e Palmela-Setúbal. O primeiro eixo desenvolve-se desde Almada ao Montijo/Alcochete e consolidou-se após a construção da Ponte 25 de Abril com forte dependência de Lisboa, enquanto Setúbal sempre conservou uma centralidade própria e uma relativa independência funcional tendo mesmo desenvolvido algumas complementaridades com Lisboa.

O pólo urbano e industrial de Setúbal encontra-se associado por razões históricas e proximidade geográfica a Palmela representando, em conjunto, uma centralidade de nível sub-regional na AML e suprarregional com o Alentejo, consequência das funções e equipamentos que oferece, da sua posição geográfica periférica em relação a Lisboa e da grande centralidade em termos de acessibilidade rodoviária, ferroviária e marítima que permitiu a sua consolidação económica.

O interior da Península de Setúbal cresceu de forma desorganizada, com recurso a loteamentos e construção clandestinos tendo como consequência a sua desqualificação ambiental e paisagística e uma insuficiência generalizada de infraestruturas e equipamentos.

A área rural nascente desenvolve-se desde Alcochete para sul, pelo Pinhal Novo até Palmela apresentando grande diversidade em termos de dimensão das parcelas, habitação dispersa e baixas densidade populacional e habitacional. Desta área destacam-se Alcochete como pólo turístico e de lazer aliado à frente ribeirinha e o Pinhal Novo que se afirma como aglomerado urbano de grande dinâmica que, pela sua localização, assume funções de charneira entre Setúbal/Palmela, Coina e Montijo atraindo atividades complementares às existentes nos outros aglomerados urbanos.

Consequentemente, a rede urbana da Península de Setúbal tem como aglomerado urbano de hierarquia superior a cidade de Setúbal que se assume como centro sub-regional bem estruturado e equipado, seguindo-se, num segundo nível, os aglomerados de Almada, Seixal, Barreiro, Moita e Montijo bastante

populosos e com um desequilíbrio funcional entre os efetivos populacionais e as funções oferecidas, o que os torna funcionalmente dependentes de Lisboa. Palmela é também um centro urbano de segundo nível, mas dependente de Setúbal. Sesimbra e Alcochete inserem-se na categoria inferior sendo pouco especializados e com grandes dependências funcionais dos pólos mais próximos.

Territorialmente, a rede urbana é bastante desequilibrada pela concentração excessiva junto do Estuário do Tejo, pela maior proximidade e dependência funcional em relação a Lisboa; o restante território é polarizado apenas por Setúbal e, em menor escala, Palmela e Pinhal Novo. Funcionalmente, Palmela, Seixal, Moita e Alcochete perdem importância relativa por dependerem funcionalmente dos aglomerados mais próximos.

O aglomerado de Pinhal Novo tem vindo a assumir uma relevância crescente no contexto da Península de Setúbal, sendo expectável que, em articulação funcional com o pólo industrial de Coina, também em franco desenvolvimento, a curto/médio prazo venha a possuir um papel crucial na organização do sistema urbano regional, policentrando a região. É ainda expectável que o eixo Águas de Moura/Pegões, pelas favoráveis condições de acessibilidade que possui, se venha a constituir como um pólo estruturante e dinamizador de atividades económicas, diminuindo a dependência de emprego da região relativamente a Lisboa e Setúbal, equilibrando desta forma a AML em geral e a Península em particular.

9.2 Hierarquia da Rede Urbana Proposta no PDM em vigor

O Modelo Territorial do PDM de Palmela em vigor assenta na definição de uma rede urbana hierarquizada em dois níveis: a rede principal e a rede secundária a qual inclui todos os perímetros urbanos do Município e que se encontra sintetizada no Quadro 95.

A Rede Urbana Principal é constituída por *“aglomerados que assumem um papel diferenciado na rede urbana do concelho pela sua tradição urbana, pela sua localização estratégica ou pelas pressões de urbanização do solo”* e a Rede Urbana Secundária integra *“os aglomerados embrionários resultantes da transformação ilegal do solo, mas que poderão ocupar um lugar na hierarquia da rede urbana, atendendo à possibilidade de constituírem consistência urbana e integrarem-se em ações de planeamento, consolidando a definição de uma rede urbana coerente”* (PDM Palmela, volume III, 1993).

A definição da hierarquia da rede urbana foi baseada num conjunto de análises de base, nomeadamente:

- A rede urbana existente;
- A estrutura urbana de cada centro e seus ritmos de preenchimento nas áreas urbanizadas e urbanizáveis;
- As condicionantes fisiográficas do território;
- A estrutura de povoamento e grau de equipamento de cada um dos centros;
- As funções instaladas e o acréscimo induzido de funções e novas atividades económicas a ela ligadas e o consequente incremento e movimentação populacional;
- Os conceitos filiados na teoria dos lugares centrais de W. Christaller;
- A acessibilidade aos centros decorrente do traçado de novas vias que servem e servirão o território municipal.

QUADRO 95 – REDE URBANA PRINCIPAL E SECUNDÁRIA DO MUNICÍPIO DE PALMELA

Rede Urbana Principal	
Palmela	Sede do Município e centro administrativo com características culturais e patrimoniais que a elevam a centro cultural e turístico na Península de Setúbal na qual se aposta na requalificação urbana
Pinhal Novo	Principal aglomerado urbano pelas pressões urbanísticas e económicas a que se encontra sujeito pela localização no eixo Setúbal-Montijo
Aires/Volta da Pedra/Baixa de Palmela	Aglomerado ainda incipiente mas que se pretende que venha a ter um papel de “tampão” ao processo de degradação das franjas da sede do Município
Quinta do Anjo	Aglomerado com alguma dimensão e dinamismo que poderá funcionar como núcleo de absorção da procura de alojamento resultante da progressiva industrialização do Município
Cabanas	Pequeno núcleo residencial onde predomina a residência secundária de qualidade embora sem autonomia ao nível dos equipamentos e dos serviços
Venda do Alcaide	Pequenos aglomerados embrionários mas sujeitos a pressões urbanísticas em paralelo com as do Pinhal Novo
Brejos do Assa	Aglomerado embrionário com pressões ao nível da alteração do uso do solo mas com uma grande descontinuidade no tecido urbano devido à grande dimensão média dos lotes e à inexistência de uma verdadeira estrutura urbana
Poceirão	Eixo de desenvolvimento económico (juntamente com Águas de Moura) com algumas tendências para a instalação de indústria e equipamento hoteleiro determinado pela boa acessibilidade rodoviária e ferroviária
Águas de Moura	Sede da Freguesia da Marateca com um crescente aumento populacional e subsequente aumento da pressão urbanística
Rede Urbana Secundária	
Abreu Grande/Carregueira	A integração dos pequenos aglomerados urbanos, embora com desempenhos diferenciados, corresponde a uma estratégia que visa satisfazer as novas tendências locativas previstas para o Município instituindo uma rede urbana coerente e bem estruturada, concentrando atividades e fomentando o desenvolvimento das comunicações e as trocas comerciais
Aqualva de Cima	
Fonte da Vaca	
Asseiceira	
Fernando Pó	
Fonte Barreira	
Lagoa do Calvo	
Lagoa da Palha e Vale da Vila	
Barra Cheia	
O. Água/Lagoinha / V. de Touros	

Fonte: PDM de Palmela, Vol. III, 1993

Os perímetros urbanos apresentados no PDM contabilizam um total de 3.433 ha dos quais cerca de 51% (1.744 ha) são área urbana consolidada e os restantes área urbanizável. Para as áreas urbanizáveis do Município, o PDM estabelece um conjunto de linhas de orientação, tendo em consideração as diferentes características da Rede Urbana Principal, que incorpora 63% do total de área urbanizável do Município, e da Rede Urbana Secundária (Quadro 96).

QUADRO 96 – LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA AS ÁREAS URBANIZÁVEIS

Rede Urbana Principal	Palmela	Requalificação urbana do centro histórico e áreas urbanizáveis de baixa densidade na periferia
	Pinhal Novo	Consolidação do estatuto de maior aglomerado do Município o e reforço da densidade
	Aires/Volta da Pedra/Baixa de Palmela	Áreas de expansão maioritariamente de baixa densidade
	Quinta do Anjo	Intensificação do seu carácter urbano como alternativa às pressões existentes sobre a periferia de Palmela
	Cabanas	Manutenção da baixa densidade
	Venda do Alcaide	Expansão em baixa densidade
	Brejos do Assa	Ocupação em baixa densidade dada a grande dimensão dos lotes
	Poceirão e Águas de Moura	Expectativa de aumento da pressão urbanística pela melhoria das acessibilidades e pelas potencialidades turísticas
Rede Urbana Secundária	Estruturação dos tecidos urbanos em baixa densidade	

Fonte: PDM de Palmela, Vol. III, 1993

Globalmente, as linhas de orientação do PDM conduzem a um modelo de expansão em baixa densidade em todos os aglomerados, com exceção do Pinhal Novo em que se aposta em densidades mais elevadas.

O Quadro 97 sintetiza a proposta do PDM em vigor (1997) em termos de área urbanizável proposta, número total de fogos e habitantes. A sua análise mostra o aumento considerável de fogos e habitantes que esta proposta induz. Relativamente à Rede Urbana Principal a proposta previa um acréscimo de 46% dos seus perímetros urbanos, o que se significaria um aumento de mais do dobro do número de fogos e do número de habitantes. Na Rede Urbana Secundária os aumentos propostos não são tão significativos embora se registem acréscimos de fogos e habitantes que rondam os 80%.

QUADRO 97 – CAPACIDADE EXISTENTE E PROPOSTA DOS PERÍMETROS URBANOS SEGUNDO O PDM EM VIGOR

Lugares	Área			Fogos			Habituantes*		
	Exist.	Prop.	Total	Exist.	Prop.	Total	Exist.	Prop.	Total
RU Principal	673	975,4	1.648,4	21.755	21.899	43.654	65.265	65.697	130.962
RU Secundária	377,5	554,5	932	5.882	4.751	10.633	17.646	14.253	31.899
TOTAL	1050,5	1.529,9	2.580,4	27.637	26.650	54.287	82.911	79.950	162.861

* considerando uma dimensão média da família de 3,0 pessoas

Fonte: PDM de Palmela, Vol. III, 1993

Desta proposta resultaria a duplicação da população e dos fogos no Município o que, a concretizar-se, teria que ver implementadas as correspondentes exigências em termos de dotação de equipamentos coletivos e infraestruturação do território de modo a responder às necessidades da população instalada.

9.3 Caraterização da Rede Urbana Municipal

O Município de Palmela apresenta um modelo de estruturação territorial baseado em dois espaços com lógicas de ocupação distintas:

- A Área Nascente do Município constitui um vasto território de cariz agroindustrial caraterizado por povoamento disperso e de apoio à atividade agrícola, cujos aglomerados urbanos apresentam fraca dinâmica urbanística;
- A Área Poente carateriza-se por uma ocupação urbana mais consistente e por uma importante ocupação industrial resultado da alteração e melhoria das acessibilidades rododiferroviárias que permitiram recentrar o Município no interior da Península de Setúbal.

A Área Nascente do Município articula-se sobretudo com o norte alentejano caraterizando-se por grandes extensões de espaços agroflorestais, montados de sobro e foros de raiz rural.

A Área Poente estabelece importantes ligações com algumas áreas dos municípios vizinhos motivadas por dimensões funcionais e económicas. Em primeiro lugar com Setúbal, na medida em que pela sua proximidade geográfica o eixo Palmela-Setúbal se tem vindo a consolidar ao longo dos anos com grande dependência do primeiro aglomerado sobre o segundo; em segundo lugar com Lisboa, pela forte polarização da capital do País e pela melhoria das acessibilidades que aproximaram os dois Municípios e por último, a ligação da área industrial da AutoEuropa com a área de Coina bem como um incremento da atração do Município sobre o Arco Ribeirinho Sul.

Deste modo, distinguem-se três subsistemas funcionais dentro do Município de Palmela:

- A área nascente, de cariz agroflorestal, inclui a totalidade da União de Freguesias de Poceirão e de Marateca, onde se enfatizam como principais núcleos urbanos as (antigas) sedes de freguesia, Poceirão e Águas de Moura;
- A área central, polarizada por Pinhal Novo, afirma-se como principal aglomerado urbano do Município e por outros dois eixos urbanos: o de Volta da Pedra/Aires, que constitui o centro do Município, e pelo desenvolvimento urbano linear ao longo da EN379 Quinta do Anjo/Cabanas. Esta área central incorpora ainda um eixo industrial ao longo da EN252, que inclui os loteamentos industriais de Aires e Carrascas;
- A área poente, onde sobressai o núcleo de Barra Cheia/Coina, polarizado pela AutoEuropa, mas que, em articulação com o desenvolvimento industrial de Coina e pela sua franca acessibilidade à

rede viária principal, encerra grandes potencialidades de se consolidar como pólo industrial e logístico da Península.

Esta configuração territorial foi acompanhada por um forte fracionamento de prédios rústicos de forma ilegal (divisão por quotas ou “avos” indivisos) e que deixaram marcas importantes. Por um lado, porque a Autarquia tem feito um enorme esforço de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, embora o seu ritmo de preenchimento se apresente bastante lento e mesmo insustentável. Por outro, porque surgiram nos últimos anos, novos surtos de loteamentos e construção ilegais apelidados de “novos clandestinos” e que, embora com uma repartição difusa no território, têm expressão em todas as freguesias.

A análise efetuada permite tecer um conjunto de considerações importantes, nomeadamente:

- A existência de disparidades bastante vincadas na dinâmica urbanística de aglomerados inseridos no mesmo nível hierárquico;
- A consolidação e afirmação de Pinhal Novo como centro urbano e funcional do Município;
- A reorientação da urbanização de Palmela para Aires e Quinta do Anjo;
- O grau de execução consideravelmente diminuto das áreas urbanizáveis, o que evidencia a necessidade de reequacionar a delimitação dos perímetros urbanos, e mesmo contê-los, sobretudo no que se refere à Rede Urbana Secundária;
- A aposta e o incentivo ao preenchimento das áreas consolidadas dos perímetros urbanos na medida em que a sua consolidação é, nalguns casos, ainda incipiente;
- A definição de medidas de contenção da urbanização nos três núcleos urbanos mais dinâmicos: Pinhal Novo, Aires e Quinta do Anjo apostando na sua requalificação e na sua especialização de modo a poderem concorrer com áreas com oferta idêntica na Península de Setúbal.

Em síntese, a proposta de PDM a apresentar em fases posteriores terá que estabelecer, necessariamente, uma nova hierarquia urbana para o Município mais consistente, que tenha correspondência urbana, demográfica e funcional e que procure responder aos problemas específicos de cada nível hierárquico, eliminando as disparidades detetadas na hierarquia estabelecida pelo PDM em vigor.

9.3.1. Palmela

As áreas mais recentes da vila de Palmela situam-se sobretudo no sopé da vertente noroeste do morro onde o casario setecentista se implantou. Assim quer pela inserção topográfica, quer pelas reminiscências rurais destas novas áreas, importa acautelar a manutenção morfológica e tipológica do seu atual tecido, ou seja, volumetrias contidas, predominância de habitação unifamiliar e espaço livre urbano equipado que viabilize e congrege a experiência de vizinhança, vida e fruição inerentes a um aglomerado ancestral, muito ligado à vida e economia agrícolas, mas que por outro lado possa configurar uma apazibilidade para as novas gerações e forasteiros, como estratégia contribuinte para a renovação geracional e a dinamização de atividades urbanas.

9.3.2. Pinhal Novo

Atualmente é o maior aglomerado urbano do Município quer em área, quer em população, com cerca de 21.000 habitantes, aproximadamente um terço do total do Município. Este aspeto é fruto da sua localização e acessibilidade rodoferroviária tanto ao Arco Ribeirinho Sul, como a Lisboa e Setúbal, perspetivando-se que assim continue tendo em conta a ainda exetável concretização de um conjunto de investimentos empresariais e de infraestruturas de âmbito nacional e regional determinantes, das quais se destaca a Plataforma Logística Multimodal do Poceirão e a linha de caminho-de-ferro em bitola europeia, que, não obstante as vicissitudes porque têm passado, continuam inscritas nas intenções, quer dos consórcios empresariais criados para a sua concretização, quer por parte do atual governo e do município.

9.3.3. Aires

Este aglomerado teve origem num muito pequeno núcleo de habitações rurais, posteriormente alvo de vários loteamentos ilegais de pequena e média dimensão, dos primeiros a serem integrados e reconvertidos pelo município já depois de 1974. É abrangido pelo Plano Geral de Urbanização de Aires em vigor, publicado pela Portaria n.º 46/95, de 20 de janeiro⁹⁶ sendo um dos primeiros do município. Conheceu um desenvolvimento habitacional significativo, sobretudo nos anos 80 e 90, do século passado, resultando na congregação de vários pequenos núcleos inicialmente diferenciados, designadamente, Aires propriamente

⁹⁶ O plano publicado nesta data constitui uma revisão à versão inicial, publicada em Diário da República em 14 dezembro de 1989.

dita, Barreiros, Cabeço Velhinho, Volta da Pedra, Palmela Gare, Bairro do Padre Nabeto e Baixa de Palmela.

Este desenvolvimento surgiu em grande parte fruto das reminiscências, caráter e envolvente, ainda rurais, associadas à disponibilidade de solo de baixo custo, à muito boa acessibilidade do local, próximo do nó de Palmela da AE2, servido pela EN252, situando-o a escassos 6 km (5 min) de Setúbal e a cerca de 9 km (10min) de Pinhal Novo. Servido também por uma estação de caminho-de-ferro do denominado eixo ferroviário norte-sul, entretanto relocizada ampliada, modernizada e dotada de um interface rodoferroviário (2005). Permite um acesso por comboio a Setúbal e a Pinhal Novo idêntico, em termos de tempo, ao rodoviário, com uma frequência de serviço entre as 5h00 e as 24h00, de aproximadamente 30' (ou menos ainda, nas horas de maior tráfego) operado por duas empresas – CP e Fertagus.

Nas décadas mais recentes continuou a assistir a um acentuado desenvolvimento urbano, fruto já das medidas de planeamento municipais, com a construção de diversas novas áreas, reforço das infraestruturas e de equipamentos, tanto públicos como privados, dotando-o de um núcleo de média densidade, com serviços e comércio que lhe vieram conferir alguma consolidação, centralidade⁹⁷ e diversidade.

9.3.4. Quinta do Anjo

Este aglomerado, pela sua parcial inserção na área do Parque Natural da Arrábida, assume uma tipicidade rural específica, onde sobressaem a produção e venda do queijo de Azeitão, de doces locais, do vinho Moscatel, de pão e de azulejaria (Espaço Fortuna). Esta função prolonga-se e complementa-se com o aglomerado de Cabanas e de alguma forma também, com o de Palmela, bem como, já no município de Setúbal, com os de Vendas, Vila Fresca, Castanhos e Vila Nogueira de Azeitão. Sendo sede da freguesia com o mesmo nome é polarizador da atividade de uma vasta área compreendida entre a extrema norte do município de Setúbal e a autoestrada do Sul e Alentejo, a AE2, onde por exemplo se implanta o parque industrial da Autoeuropa e de Vila Amélia.

O seu tecido urbano apresenta uma predominância de tipologias habitacionais de baixa densidade, implantadas num território onde a estrutura rural e agrícola ainda persiste.

⁹⁷ A título de exemplo, os serviços camarários responsáveis pela área da educação têm reportado que os equipamentos de educação e ensino localizados neste aglomerado são frequentados por muitas crianças e jovens residentes no vizinho município de Setúbal.

Na sua adjacência situa-se um dos espaços de ocupação turística do município – o Palmela Village – com um hotel em construção e erigido em torno de um campo de golfe de dezoito buracos.

9.3.5. Cabanas

Centro urbano com vocação para o desenvolvimento turístico ligado às atividades agrícolas e ao mundo rural em complementaridade com o aglomerado de Quinta do Anjo.

Este aglomerado beneficia quer da proximidade do empreendimento turístico do Palmela Village, quer da proximidade da Serra do Louro, integrante do Parque Natural da Arrábida, onde se insere a sua zona urbana a sul da EN 379.

O núcleo de Cabanas surge no início do século XIX, tal como Quinta do Anjo – com o qual estabelece uma relação funcional, espacial e tipológica de complementaridade – fruto da implantação de colonos chamados pelos grandes proprietários locais como mão-de-obra assalariada. Hoje em dia tem uma função predominantemente residencial, e como Quinta do Anjo, apresenta um acentuado caráter rural e de vilegiatura induzida por esta sua dimensão. É em termos de centralidade, tendo em conta a sua génese e importância histórica, o seu nível de infraestruturação, de equipamentos, e de diversidade de serviços e de tipologias, o segundo pólo em importância da freguesia de Quinta do Anjo.

9.3.6. Poceirão

Tendo surgido como o Pinhal Novo, Aires e Venda do Alcaide, suportado numa estação ferroviária, e sendo nas suas origens essencialmente habitação de ferroviários, possuiu a nascente, um pequeno parque de triagem e manutenção de material circulante da ferrovia, tendo visto recentemente reforçada a sua rede de equipamentos com a implantação de uma escola básica do 2.º e 3.º ciclos, um centro cultural e um recinto para feira e eventos locais. Constitui-se assim, concomitantemente com Águas de Moura, o aglomerado e centro urbano mais importante da parte mais profundamente rural do município de Palmela, sendo sede da união das freguesias de Poceirão e Marateca.

O Poceirão como o nome o indica, situa-se numa área baixa e de nível freático elevado por causa da existência de estratos impermeáveis, que associados a pendentes muito reduzidas provocam um escoamento pluvial difícil, originando pequenas bacias lacustres aquando da época de maior precipitação,

suporte de ecossistemas de interesse, quer em termos de flora, quer de fauna, como tal referenciados na REM – Rede Ecológica Metropolitana da proposta de alteração do PROTAML (2009).

Possui a oeste, na contiguidade do seu aglomerado urbano residencial urbano, algumas unidades de atividades económicas de média dimensão, fruto da existência próxima do entroncamento ferroviário.

9.3.7. Águas de Moura

Será porventura um dos locais com uma das referências toponímicas – Marateca - mais antigas do Município, logo a seguir a Palmela. O seu desenvolvimento deveu-se muito à atividade agrícola da zona, sobretudo relacionada com a orizicultura, o montado, a vinha e a criação de gado, suportadas por sua vez por uma mão-de-obra sazonal e migrante que se veio a fixar à medida que transcorriam os anos e as gerações, e que as conjunturas e dinâmicas económicas e políticas assim também o iam determinando. Surgem desta forma, aqui como em muitos outros locais ao longo do estuário do Sado, induzidos pelas mesmas razões, pequenos aglomerados de casebres e cabanas toscas, que se vieram a consolidar, estruturar e desenvolver dando origem aos núcleos de génese mais antiga e consolidados que hoje conhecemos, situados na bordadura da EN 10 entre Setúbal e Alcácer do Sal, já a caminho do Algarve, nestes se incluindo Águas de Moura. Esta acessibilidade rodoviária, importante e muito antiga, constituiu-se assim, concomitantemente com o seu nó com a EN 10-1, que inflete para norte no sentido de Pegões e Vendas Novas, como um elemento agregador e estruturador do aglomerado e centro urbano dos mais importantes desta parte nascente e rural do município de Palmela, como se já referiu a propósito de Poceirão.

9.3.8. Venda do Alcaide

Este aglomerado surgiu e foi-se alargando e consolidando fruto da existência de uma estação de caminho-de-ferro da linha norte/sul, favorecendo, concomitantemente com a proximidade da EN 252, a sua acessibilidade a núcleos urbanos que o polarizam, sobretudo Pinhal Novo e Setúbal.

Começou por ser um pequeno pólo residencial ligado às atividades agrícolas, como aliás, a maioria dos demais núcleos urbanos do município, desenvolvendo depois a sua vocação para uma área de residência suburbana de baixa densidade, com um carácter análogo ao de Aires, se bem que de menor dimensão, consolidação e diversidade e importância de equipamentos coletivos e serviços. Como este a sua estação

inclui-se no eixo ferroviário norte-sul e foi relocizada, ampliada, modernizada e construído um interface rodoferroviário na sua adjacência.

Próximo situa-se a área de atividades económicas de Carrascas, onde se incluem empresas de alguma dimensão, importância e em tempos, inclusive, de complementaridade com a AutoEuropa, caso da ex-Ford Eletrónica, atual Visteon.

9.3.9. Brejos do Assa

Este núcleo surgiu por implantação de várias residências e alguns serviços (restauração e uma farmácia) ao longo da Estrada de Algeruz, que liga os lugares de Arraiados e de Algeruz, em Palmela, à área do Vale de Ana Gomes, Alto da Guerra e Monte-Belo, em Setúbal. Próximo situa-se uma das propriedades e infraestruturas da “Casa do Gaiato” do Distrito de Setúbal. À semelhança de Aires e de Venda do Alcaide, tem uma função eminentemente residencial, e uma ligação e polarização importante por parte da cidade de Setúbal.

Este aglomerado foi alvo nas décadas de 70 e 80 do século passado, de alguns loteamentos ilegais de dimensão relativamente pequena, bem como alvo de iniciativas de urbanização que nunca chegaram a concluir-se nos seus desígnios de infraestruturização e equipamentos coletivos públicos, apesar da propriedade, não obstante isso, ter sido alienada e ocupada. Assim, tendo em conta a sua génese não programada e as vicissitudes e irregularidade dos iniciais processos de crescimento, resultou um núcleo habitacional com carência de urbanidade e infraestruturas, que têm vindo a ser colmatadas por ação do município, ao longo das últimas décadas.

9.3.10. Olhos de Água, Lagoinha e Vale de Touros

Esta extensão urbana surgiu em data já longínqua de finais dos anos 50, fruto da divisão e subdivisão de antigos foros, conjugada com a fragmentação e a decadência das propriedades e da atividade agrícola na zona. Mais tarde, já na década de 70, congregando loteamentos e edificações, quer ilegais, quer legalmente enquadradas e tramitadas, induzidas pela acessibilidade rodoviária propiciada pela EN 379-2 de ligação entre Palmela e a Moita, conheceu um significativo crescimento de ocupação. A sua génese, maioritariamente ilegal e sem um sentido e estratégia urbanística, deu origem à elaboração de um dos primeiros planos levados a cabo pelo município, (Plano Parcial de Urbanização de Olhos de Água e Barra Cheia) sob financiamento da então DGPU, em vigor desde novembro de 1992. Erige-se como um

aglomerado quer de vilegiatura, quer de primeira habitação e habitação rural, com áreas consolidadas, equipadas e infraestruturadas, entretecidas de outras que ainda mantêm a sua primitiva estrutura rural e de outras ainda que configuram padrões de ocupação dispersa e desarticulada, fruto de uma cada vez maior fragmentação da propriedade no local.

Também se regista a existência de alguns pequenos polos de atividades económicas, tanto industriais como de comércio.

Fruto da ação municipal foram elaborados vários documentos com vista ao ordenamento e regularização das suas edificações e loteamentos, nomeadamente o supracitado Plano Parcial de Urbanização de Vale de Touros, Olhos de Água, Lagoinha e Barra Cheia, ainda que tal não tenha resultado plenamente em termos da estruturação e inteligibilidade integrada do seu edificado e dos seus espaços livres e de verde urbano.

9.3.11. Barra Cheia

Este topónimo designa no fundo, duas áreas não contínuas territorialmente, separadas por um enclave do Município do Barreiro, configurando tecidos e estruturas urbanas diferentes. A de norte tem uma génese relativamente mais antiga e consolidada, erigida com base em diversos loteamentos e construções ilegais iniciados no princípio da década de 60, intensificando-se na sua ocupação e extensão, durante os anos 70, tendo sido alvo de diversos apoios no âmbito de uma das primeiras intervenções de recuperação e reconversão deste tipo de áreas, levadas a cabo pela Câmara Municipal, com ações de legalização, infraestruturação e dotação em equipamentos. Atualmente constitui-se como um aglomerado urbano consolidado, maioritariamente de primeira habitação unifamiliar, isolada, tendo assistido à derradeira ação de regularização do seu último loteamento ilegal já em 2005. Possui uma população com um sentido de comunidade, relativamente coesa e homogénea, já com muitos anos de sedimentação de relações de vizinhança que lhe confere alguma identidade própria, tendo no seu interior diferentes Bairros, designadamente o Bairro dos Marinheiros, o Bairro Alentejano e o Bairro Rosa Almeida, por alusão à origem (Alentejo), condição socioprofissional (funcionários do Alfeite) ou personalidade, que estiveram na origem da fixação dos seus primeiros ocupantes.

A área mais a sul, conhecida como Bairro Assunção Piedade, de génese e época de formação análoga, integra por sua vez três áreas distintas ainda que tipo-morfológicamente análogas: o Bairro Assunção Piedade, propriamente dito, composto por vários pequenos loteamentos, e construções ilegais; na sua adjacência, o bairro da Quinta da Marquesa II – 1.ª fase; e, finalmente, a sul, a 2.ª fase da mesma Quinta

da Marquesa II, constituída como a anterior, maioritariamente, por avos indivisos, sendo ainda em cerca de metade da sua extensão, pertença do seu inicial proprietário, a empresa AXL - António Xavier de Lima. Entretanto quanto ao grau de consolidação da sua malha urbana, verifica-se um decréscimo de norte para sul, fruto da ainda não conclusão do processo de legalização da AUGI da Quinta da Marquesa II – 2.ª fase, com as áreas junto ao limite do município já com alguma dimensão de habitação permanente, infraestruturação e equipamentos, e a mais junto à estação de caminho-de-ferro da Penalva, com habitações essencialmente de recreio e lazer.

Existe ainda uma terceira área, a sul das anteriormente referidas e fisicamente descontínua. Esta descontinuidade resulta principalmente do surgimento do nó rodoviário de Coina que articula vias de 1.º nível (A2 e IC32). Trata-se da denominada Quinta da Chapeleira, que corresponde a uma área relativamente consolidada em termos da ocupação do edificado, ainda que com carências ao nível de infraestruturas, nomeadamente das redes de esgotos.

9.3.12. Abreu Grande e Carregueira

Esta zona surgiu delimitada como um aglomerado urbano residencial no atual PDM, fruto da necessidade de enquadrar alguns loteamentos ilegais de relativamente pequena dimensão, situados numa área de fronteira com o município da Moita, como forma de lhes conferir urbanidade e massa crítica suficientes, que do ponto de vista da gestão urbana, viabilizasse a sua infraestruturação e dotação com equipamentos, bem como, o ganho de dinâmica e vida urbana, invertendo o seu atual carácter de núcleos, habitacionais, suburbanos e subequipados.

9.3.14. Fernando Pó

Este aglomerado de muito pequena dimensão tem-se vindo contudo a constituir como um polo de referência relevante no contexto da rede dos pequenos aglomerados do Município, em parte por causa do facto de se estruturar em torno do apeadeiro ferroviário do mesmo nome, na Linha do Alentejo, em parte por causa das suas várias unidades empresariais ligadas ao vinho e à vinha que muito têm contribuído para a notoriedade do município e mesmo da própria Península de Setúbal, enquanto zona vitivinícola de exceção, como tal reconhecida e protegida. Este aglomerado é anfitrião de um evento de importância municipal e regional com grande relevância local – a Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão.

9.3.15. Aldeia de Rio Frio

A Aldeia do Rio Frio é um importante conjunto edificado, hoje maioritariamente desativado e parcialmente em ruínas, do que foi um dos mais importantes e inovadores centros agroindustriais do país, na transição do século XIX para o século XX, ligado sobretudo à produção vinícola com base na “maior vinha contínua do mundo”, a qual chegou a atingir 4.000 hectares no território de Palmela.

Este centro de lavoura surgiu de um processo de progressiva integração das propriedades de Barroca d’Alva e do Rio Frio iniciado por Costa Júnior, Barão de São Romão, a partir de meados do século XIX, e da associação de uma forte componente financeira à atividade agroflorestal, introduzida por José Maria dos Santos, a qual permitiu dar não só uma dimensão territorial singular à exploração agrícola como introduzir fatores de produção de base industrial que destacaram a atividade empresarial, primeiro, da “Casa Agrícola Santos Jorge” (1916) e, depois, da “Sociedade Agrícola do Rio Frio” (1957).

O centro agroindustrial do Rio Frio congregou para além das infraestruturas necessárias ao processamento e armazenagem dos produtos agrícolas, com destaque para a produção de vinho, as instalações de apoio logístico, da sede administrativa da Herdade e uma das moradas dos seus proprietários, o “Palácio de Rio Frio”, bem como diversos núcleos habitacionais para os trabalhadores, onde se incluía um hospital, um posto de correios e da Guarda Nacional Republicana, bem como uma pequena unidade comercial de retalho, tudo estruturado numa malha reticulada, dimensionada e articulada de acordo com as diferentes zonas funcionais o que atribuiu características singulares e diferenciadas a este conjunto rural.

Perante o decréscimo da atividade agrícola da Herdade, cuja vinha foi, entretanto, substituída pelo montado de sobro, e da consequente redução do número dos seus ativos, sobretudo na segunda metade do século XX, a maior parte das suas instalações e infraestruturas caiu em desuso e, algumas, até mesmo em decrepitude. Nas décadas de 1960 e 1970, a decisão de localização do Novo Aeroporto de Lisboa no Rio Frio, associada às medidas cautelares aplicadas ao território por ele abrangido, aceleraram o processo de decadência do grande centro agroindustrial e das empresas a ele associadas.

Seguiu-se um processo de fracionamento fundiário por heranças e através de vendas pela família que detinha a propriedade desde os tempos de José Maria dos Santos, e os sucessivos acontecimentos supervenientes, determinaram a desagregação da grande Herdade e da sua estrutura empresarial e produtiva.

Só a partir de 2008, com base na perspetiva do desenvolvimento de um conjunto de empreendimentos turísticos previstos nos PDM dos municípios de Palmela e de Alcochete, foi relançado um processo de revitalização das atividades agroflorestais articuladas com atividades turísticas, tendo como suporte os

antigos centros agrícolas do Rio Frio e da Barroca d'Alva, agora com a função de centros agroturísticos, bem como os Espaços de Ocupação Turística da Barragem da Venda Velha, do Alto do Pina, do Porto dos Cacos e da Barroca d'Alva, previstos nos dois PDM.

9.3.16. Outros aglomerados

Existem ainda outros aglomerados de reduzida dimensão, nomeadamente nas áreas central e nascente do Município, correspondentes essencialmente a áreas urbanas de baixa densidade ou rústicas de edificação dispersa, que não deixam de constituir centralidades emergentes no contexto urbano-rural onde se inserem, nomeadamente Lagoa da Palha, Palhota (na área central), Lau, Lagameças e Cajados (na área mais nascente).

Por outro lado, o PDM em vigor, referenciava ainda perímetros urbanos da rede secundária que, em virtude do reduzido grau de infraestruturação, crescimento urbanístico e demográfico e dotação de equipamentos coletivos e atividades económicas, foram agora fortemente reduzidos na sua delimitação, referimo-nos nomeadamente a Aqualva de Cima, Asseiceira, Fonte Barreira, Fonte da Vaca e Lagoa do Calvo. De salientar que, à exceção de Fonte de Vaca, que foi retirada do solo urbano, trata-se de lugares localizados na área nascente do Município, espaço ainda fortemente marcado pela ruralidade.

10. Áreas Urbanas de Génese Ilegal

10.1 Introdução histórica: Área Metropolitana de Lisboa, Península de Setúbal e Palmela

Na **Área Metropolitana de Lisboa** e nesta, na Península de Setúbal, as mais antigas ocorrências de operações urbanísticas ilegais, na asserção que hoje em dia lhe atribuímos, remontarão aos finais da década de 50, início da de 60, do século XX, incrementando-se posteriormente muito por influência da construção da Ponte 25 de Abril, que, iniciada em 1962, veio a ser inaugurada quatro anos depois em 6 de agosto de 1966.

É com efeito mais ou menos por esta altura que o fenómeno começa a ter uma expressão politicamente significativa para o País e a ser alvo de um debruçar sistemático sobre a sua génese e efetiva expressão territorial. Pelos censos relativos à década de 70/81 estimam-se em quase cerca de 280.000 os fogos construídos nestas condições, normalmente em resultado de parcelamentos de terrenos rústicos, não titulados por alvará. Consequentemente, uns e outros, com muito pouco ou mesmo nenhum suporte em infraestruturas e equipamentos, nem uma ponderada e adequada inserção nos contextos socioeconómicos e ambientais existentes, como de resto alguns (muitos) dos processos legais igualmente não o vieram a ter.

As ocorrências de maior expressão deram-se primeiramente a norte de Lisboa em áreas suas limítrofes, mas dotadas de uma razoável acessibilidade à capital. Desta forma não será de estranhar que os municípios servidos por sistemas de transporte de grande capacidade (sobretudo, ferrovia e autoestrada), tenham sido os que viram mais valorizadas as suas áreas rurais e, por conseguinte, uma maior pressão para a sua transformação para usos urbanos. Municípios na linha de Sintra, na do Estoril e na de Vila Franca de Xira, virão a ser procurados de uma forma muito intensa pelos cada vez maiores fluxos de migrantes, das áreas rurais do interior do País para as grandes centralidades urbanas e litorais. Podemos citar a título ilustrativo pela sua notoriedade e dimensão, os casos da Brandoa e de Casal de Cambra respetivamente na área do atual município da Amadora e na do de Sintra.

Entretanto, poucos anos após a inauguração da ponte 25 de Abril, com a continuada melhoria da acessibilidade e da construção das autoestradas e vias rápidas, foi a vez dos Municípios da denominada margem sul, progressivamente alargada a toda a área da península de Setúbal.

A sul do Tejo, na **Península de Setúbal**, os loteamentos e as construções ilegais datam portanto, sensivelmente, da mesma época dos ocorridos a norte, ainda que não exatamente com os mesmos

objetivos de resolução de alojamento primário, irão antes mais no sentido de aportar uma qualidade de vida que os subúrbios ribeirinhos, com todos os seus miasmas e fealdades, não possibilitavam, sobretudo a todos quantos, vindos ainda recentemente do campo para a cidade, viviam de um salário magro e relativamente precário.

A procura de terrenos a preços módicos nas proximidades ainda rurais e florestais do interior da península e no âmbito das possibilidades de aforramento dos moradores de Almada, Seixal, Barreiro, mas alguns também da margem norte, veio a ser satisfeita através do subterfúgio da venda em compropriedade a milhares e milhares de pessoas, de anteriores grandes quintas, sobretudo, agroflorestais, como as de Pinhal do General, Pinhal de Frades, Vale de Milhaços, Fernão Ferro (todas no Município do Seixal) ou ainda a da Quinta do Conde (no Município de Sesimbra), anterior Quinta da Ribeira de Coima⁹⁸, e a da Quinta da Marquesa, antiga Quinta da Torre (Município de Palmela).

Estas propriedades, onde normalmente se verificava uma já relativamente incipiente exploração agrícola e silvícola, eram geralmente tuteladas por donos ausentes e muito pouco ou mesmo nada familiarizados com as atividades do setor primário, agindo a maior parte das vezes por interpostas pessoas, ou por meio de entidades empresariais de fundação coeva e de base oligárquica, que de resto ainda hoje, de alguma forma, persistem sobretudo no Município de Alcochete e na parte mais a nascente dos Municípios de Palmela e do Montijo. Encontravam-se, portanto, em situação de exploração agrícola e de retorno financeiro demasiado fracos para resistir a ofertas de compra que ainda que não fossem, nem de perto nem de longe, proporcionais aos enormíssimos lucros perspectivados e efetivamente concretizados com a sua posterior alienação, ainda assim eram suficientemente tentadores porque praticados bastante acima do que o seu normal valor de uso agroflorestal determinaria.

Quanto a **Palmela** os loteamentos de maior dimensão em tudo se assemelham aos demais já citados, nos Municípios vizinhos, tanto pelas grandes áreas afetadas, como pela estratégia e métodos de compra, venda, dimensionamento de parcelas e seu destino final, até mesmo, em muitos casos, inclusive, se assemelham pela natureza dos seus respetivos promotores, agentes e origem dos destinatários.

Estas intervenções ilegais pulularam um pouco por todo o território municipal e assumiram várias formas e processos de parcelamento. Contudo as que alcançaram maior expressão vieram a situar-se na sua área mais a poente, sensivelmente correspondente à freguesia de Quinta do Anjo, confinante com os Municípios de Setúbal, Seixal e Barreiro e próxima do de Sesimbra, e resultaram sobretudo de vendas em

⁹⁸ Em tempos pertença do Conde de Atouguia, supliciado com os Távoras a mando do Marquês de Pombal. Integrada na Coroa na sequência da sentença foi posteriormente adquirida pelo empresário José Maria de Fonseca e vendida a António Xavier de Lima pelos seus descendentes.

compropriedade (avos indivisos) e de divisões do cadastro geométrico, vulgo “quintinhas” de 5.000 m², promovidas com base na Portaria n.º 202/70, de 21 de abril, que fixa as diferentes unidades mínimas de cultura para as diferentes regiões do País de acordo com os também diferentes objetivos e condições dessas mesmas culturas.

Ironicamente este diploma legal surgiu com objetivos totalmente diversos dos que acabou por vir a servir de base, objetivos esses introduzidos com a Lei n.º 2116 de 14 de agosto de 1962, conhecida como do emparcelamento rural, onde se lia na sua Base VII: “Nas regiões onde a fragmentação e a dispersão da propriedade rústica determinem inconvenientes de caráter económico-social, poderão realizar-se operações de emparcelamento, destinadas a melhorar as condições técnicas e económicas da exploração agrícola.”

De entre aquelas ocorrências ilegais, os primeiros loteamentos e construções no município a terem um desenvolvimento de molde a suscitar uma intervenção pública são referenciados como ocorrendo em terrenos situados na área conhecida como da Barra Cheia, limítrofe com o Município do Barreiro, fruto muito provavelmente, da sua fraca produtividade agrícola face à natureza dos seus solos argiloarenosos, com áreas de lentículas impermeáveis relativamente importantes e superficiais dando origem a áreas alagadiças e a terrenos de brejo. Nesta área vieram assim a ser constituídos quatro conjuntos urbanos, com topónimos distintivos: o Bairro dos Marinheiros, o Bairro Alentejano, o Bairro Rosa Almeida e o de Assunção Piedade.

Também ao longo da EN379-2 entre Palmela e a Moita, mais ou menos pela mesma altura, foram-se registando este tipo de ocorrências, com áreas, tipologias e métodos de venda em tudo análogos aos da Barra Cheia. Em resultado foram identificados três núcleos principais, hoje praticamente interligados em conurbação, conhecidos como: Vale de Touros, o mais a sul junto à vila de Palmela, Lagoinha a seguir, e finalmente, Olhos de Água a norte do cruzamento entre aquela estrada nacional e o caminho municipal 1029, de ligação de Quinta do Anjo a Pinhal Novo.

Todos estes bairros, repartidos no território, e apoiados por financiamentos da administração central, através da então designada Direção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU), foram os que primeiramente vieram a ser alvo de um *Estudo de Recuperação das Áreas Clandestinas da Lagoinha, Olhos d'Água, Barra-Cheia e Vale de Touros*, cujo relatório final data de julho de 1979, mas que só veio a ser publicado como Plano de Urbanização em novembro de 1992.

Entretanto, e tendo em conta a sua continuada expansão e densificação, chegaram a ser concluídos em setembro de 1989, já então sob promoção exclusiva da Câmara Municipal, planos de pormenor para cada um dos três últimos núcleos (Olhos de Água, Lagoinha e Vale de Touros). Estes planos de pormenor acabaram por servir de base ao delinear daquelas estruturas urbanas que depois vieram a constar da carta

de ordenamento do Plano Diretor e como tal passaram a orientar a condução da sua administração urbanística ainda que nove anos após a respetiva conclusão.

Hoje esta zona constitui como já se disse uma área urbana relativamente extensa ainda que entrecortada por trechos caracterizadamente rústicos, alguns em produção efetiva. Tendo a Câmara Municipal deliberado, em 2009, a promoção da execução de um Plano de Urbanização que corre os seus trâmites em conexão e paralelamente à elaboração da revisão do PDM.

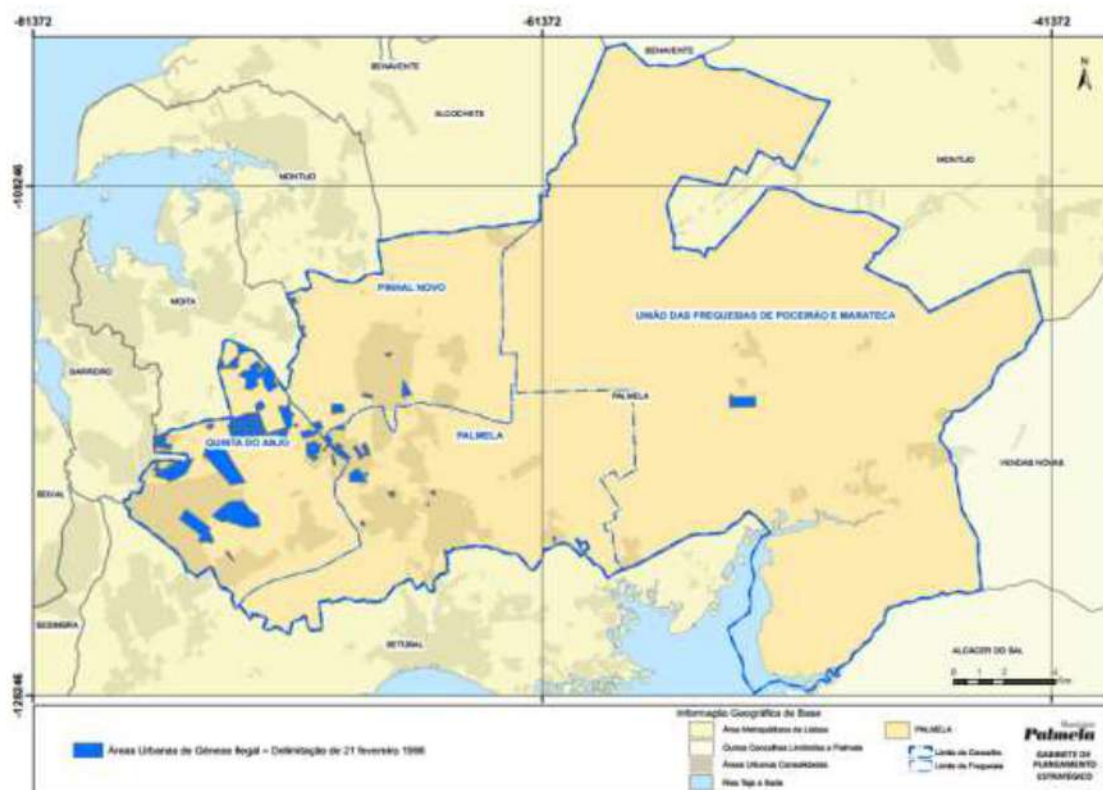
Entretanto, e na sequência da publicação da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, a Câmara Municipal procedeu à delimitação das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), tendo para o efeito aprovado em reunião pública de 21 de fevereiro de 1996, uma planta à escala 1:25.000 (Figura 71), onde foram assinaladas as áreas suscetíveis de reconversão, bem como identificado o respetivo processo de loteamento camarário nas situações com desenvolvimento em curso àquela data e que vieram a ser consubstanciadas ao nível da carta de ordenamento do Plano Diretor Municipal como “Espaços de Recuperação e Reconversão Urbanística” (artigo 14.º do respetivo regulamento), englobando este de forma abrangente: “operações urbanísticas ilegais de que resultou a constituição de parcelas em “avos”; fracionamento de prédios rústicos em parcelas de área inferior à unidade mínima de cultura não titulado por alvará de loteamento; fracionamento de prédios rústicos em parcelas de 5.000 m²” (*ibidem*, n.º 2 do artigo 14.º do RPDM em vigor).

Na carta em questão foram delimitadas 66 áreas, totalizando 958,85 hectares (9.588.465 m²), subdividindo-se da seguinte forma por freguesia:

- Palmela – 17 AUGI com 84,40 hectares (8,8%);
- Pinhal Novo – 8 AUGI com 52,25 hectares (5,4%);
- Quinta do Anjo – 39 AUGI com 782,16 hectares (81,6%);
- Poceirão – 2 AUGI com 40,03 hectares (4,2%).

Verifica-se, portanto, que na distribuição das AUGI por freguesia, Quinta do Anjo é a que se destaca claramente com 39 AUGI e mais de 80% da área total municipal. A (antiga) Freguesia da Marateca é a única que não tem qualquer AUGI identificada. As restantes 3 freguesias repartem entre si a restante área, de pouco menos de 20%, sendo que Palmela tem ainda algum peso considerável em número de AUGI. Pinhal Novo e Poceirão apresentam uma área na ordem dos 5% cada, embora Pinhal Novo apresente maior número de situações.

FIGURA 71 – DELIMITAÇÃO DO PERÍMETRO DAS ÁREAS URBANAS DE GÊNESE ILEGAL (DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 21 DE FEVEREIRO DE 1996)



Fonte: CMP – Gabinete de Planeamento Estratégico

10.2 Os procedimentos de Divisão da Propriedade

Em termos registrais e de acordo com o que se tem vindo a reportar atrás, as AUGI do Município de Palmela compreendem as seguintes 3 tipologias:

10.2.1. Destaques e as quintinhas

Também conhecidos vulgarmente por “Metros-Quadrados”. Nestes casos não existe compropriedade, mas sim um conjunto de prédios autónomos com registo próprio em resultado do fracionamento de uma propriedade rústica maior (prédio-mãe). A constituição destes prédios resulta de operações de fracionamento do cadastro geométrico com respeito pela unidade mínima de cultura (5.000 m²) ou pelo contrário, resulta de operações de destaque em propriedades inferiores à unidade mínima de cultura quando destinadas a construção urbana, *vide* alínea c) do artigo n.º 1377 do Código Civil⁹⁹. Assim poderemos identificar duas situações distintas em termos da tipologia dimensional das frações: as maiores ou iguais a 5.000 m² denominadas como “quintinhas”; as inferiores a esta área, denominadas simplesmente como “destaques”, concretizadas ao abrigo de disposições legais não suficientemente explícitas quanto à obrigatoriedade de um prévio alvará de loteamento, como acontecia sobretudo antes da publicação do DL n.º 289/73 de 6 de junho. Esta ambiguidade legal deu azo inclusive a escrituras lavradas para constituição destas parcelas com menções no mínimo curiosas, do tipo: “(...) destaca-se uma parcela de prédio rústico, destinada a construção urbana, não urbanizada (...)”.

10.2.2. “Avos indivisos”

Compropriedade, sem determinação de parte ou direito. Os comproprietários possuem quotas indivisas, existindo um acordo tácito decorrente do negócio jurídico de qual a parcela e futuro lote a que esta corresponde bem como à natureza pública/comum de todos os espaços livres sobretudo dos correspondentes aos arruamentos¹⁰⁰;

⁹⁹ Código Civil Português

Capítulo III - Propriedade de imóveis

Secção VII - Fracionamento e emparcelamento de prédios rústicos

Artigo 1377.º - Possibilidade do fracionamento

A proibição do fracionamento não é aplicável:

- a) A terrenos que constituam partes componentes de prédios urbanos ou se destinem a algum fim que não seja a cultura;
- b) Se o adquirente da parcela resultante do fracionamento for proprietário de terreno contíguo ao adquirido, desde que a área da parte restante do terreno fracionado corresponda, pelo menos, a uma unidade de cultura;
- c) Se o fracionamento tiver por fim a desintegração de terrenos para construção ou retificação de extremas.

¹⁰⁰ Porque de facto ao não ser reconhecida a propriedade autónoma e singular de lotes nestas propriedades, para

102.3. Sociedades por quotas

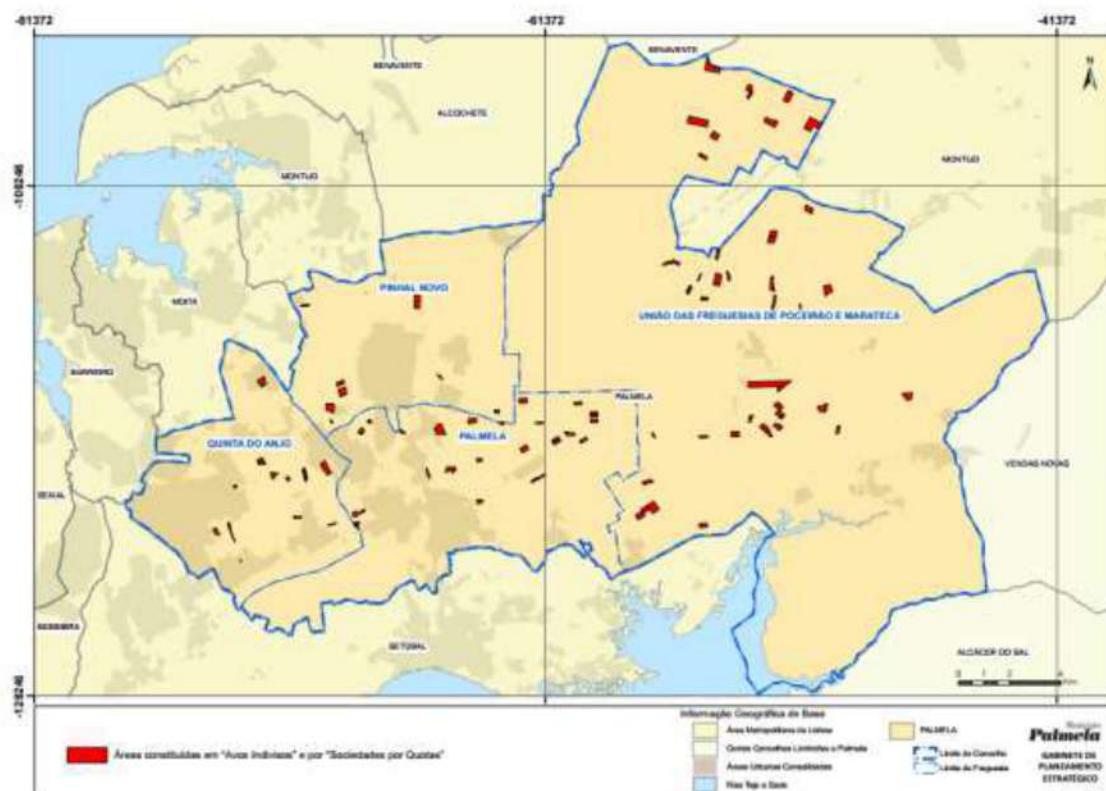
Mais recentemente (desde 2003) tem-se vindo a recorrer a uma nova estratégia para evitar o controlo prévio por parte das Câmaras Municipais em relação à constituição de compropriedades, introduzido pelo artigo 54º da Lei 91/95, de 2 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, onde se determinou que: “A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios”. Assim o subterfúgio utilizado foi o de recorrer à alienação de prédios rústicos a sociedades por quotas, em vez de a inúmeros comproprietários, possibilitando que estas sociedades, para o efeito dos atos registrais, fossem consideradas como pessoas singulares, não dando por isso azo à constituição de qualquer compropriedade, logo não se lhes podendo aplicar o disposto na acima mencionada disposição legal. No entanto e sendo inquestionável que os prédios eram vendidos a empresas, estas, na pessoa dos seus respetivos proprietários/acionistas, comportavam-se (e comportam-se) para todos os efeitos práticos como se de uma compropriedade se tratasse. De resto, a atestar esta leitura estão os inúmeros casos de ações movidas pelo município quer judicialmente¹⁰¹, quer no terreno, no sentido de anular os efeitos práticos da divisão das propriedades em lotes, concretizadas em todos os casos da mesma forma que nos denominados “avos indivisos”: através da colocação de estacas, de vedações precárias e inclusive, os mais afoitos e abonados, através da construção de pequenos edifícios.

Deste *modus faciendi* surgiram em Palmela, incidindo agora sobretudo na sua área nascente de características mais rurais, ainda relativamente pouco afetada com este tipo de situações, os casos constantes na imagem abaixo, que, na sua esmagadora maioria, acabaram por ser delimitados como áreas suscetíveis de reconversão e como tal enquadradas no âmbito do Plano Diretor Municipal em vigor (1997):

todos os efeitos os terrenos a que os comproprietários atribuíam a função de espaço público, eram propriedade coletiva inclusive também do inicial proprietário, agente e beneficiário financeiro da operação, sempre que estes, ao estabelecerem as quotas para venda, as calculavam de tal forma que o seu somatório não perfazia a unidade, como aconteceu em inúmeros casos com a empresa António Xavier de Lima.

¹⁰¹ No período compreendido entre 2004 e 2008, o Município interpôs 68 ações judiciais que resultaram na anulação das respetivas escrituras.

FIGURA 72 – ÁREAS POTENCIALMENTE FRACIONADAS ILEGALMENTE EM “AVOS INDIVISOS” E POR “SOCIEDADES POR QUOTAS”



Fonte: CMP – Gabinete de Planeamento Estratégico

10.3 Enquadramento e reconversão

De acordo com o decorrer dos anos e o amadurecimento das diversas medidas legislativas relativas a esta matéria assim foram sendo delineadas diversas estratégias e metodologias por parte dos municípios com mais ou menos sucesso no enquadramento e reconversão das suas áreas de loteamentos e construções ilegais.

Destas destacam-se primeiramente as medidas introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 576/70, de 24 de novembro, relativo à necessidade de facilitar à administração pública a obtenção de terrenos para fazer face às crescentes necessidades de então, de novos alojamentos urbanos, “sobretudo os relativos à habitação económica”¹⁰². Concomitantemente vieram a ser publicados no ano seguinte, os Decreto-Lei n.º 278 e Decreto-Lei n.º 560, de 23 de junho e de 17 de dezembro respetivamente, relativos à intervenção da administração pública em relação às construções ilegais e à obrigatoriedade municipal de elaboração de planos de urbanização. Depois, já após 1974, foram publicados o Decreto-Lei n.º 511/75, de 20 de setembro, relativo à suspensão da validade das licenças de loteamento contrárias ao conveniente ordenamento do território, o Decreto-Lei n.º 275/76, de 13 de abril, sobre a possibilidade de posse administrativa dos prédios onde se detetassem loteamentos ou construções ilegais e ainda, o Decreto-Lei n.º 804/76, de 6 de novembro, relativo aos procedimentos conducentes à reconversão das áreas de construção ilegal (que vem revogar o 278/71) e o Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de novembro (Lei dos Solos que veio atualizar, aprofundar e revogar o 576/70).

Mais recentemente e como corolário de toda uma experiência e amadurecimento por parte dos diversos atores deste processo, mas sobretudo, verdade seja dita, por ação e empenho das autarquias, foram publicadas a já referida Lei n.º 91/95, de 2 de setembro e a suas respetivas e posteriores atualizações e alterações que em muito vieram esclarecer as metodologias e facilitar os procedimentos de recuperação e reconversão destas áreas, ainda que, como vimos, sem os resultados que a maioria desejava e acreditava possíveis, mas mesmo assim constituindo um avanço e contributo relativamente eficaz no âmbito daqueles procedimentos.

De acordo com esta estrutura legislativa registam-se como mais relevantes as seguintes estratégias e metodologias de entre as inúmeras que foram sendo utilizadas no dirimir destas problemáticas, quer

¹⁰² Final do ponto 8. da nota preambular ao decreto.

formalmente, quer mais expeditamente, há que o dizer.

10.3.1. As posses administrativas

Esta medida veio a ser muito reforçada com a publicação do Decreto-Lei n.º 275/76, de 13 de abril e do Decreto-lei n.º 844/76, de 11 de dezembro (Código das expropriações e suas posteriores atualizações e republicações), persistindo como possível até hoje, através do disposto no artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 400/84, de 31 de dezembro, e depois do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro e suas atualizações.

Foi uma estratégia que esteve muito na ordem do dia, pelo menos em Palmela, sobretudo durante os anos 80, tendo decaído desde aí até à presente data em que praticamente caiu em desuso.

Assim em Palmela e nos anos 80 praticamente todos os grandes loteamentos ilegais em regime de compropriedade viram as propriedades sobre que incidiam alvo de tomada de posse administrativa por parte do município, ainda que com resultados práticos muito aquém dos que se intencionavam com a medida, quer em termos do estancar do agravamento da sua situação construtiva, quer em termos da sua reconversão. Como tal e após a sua tomada de posse administrativa, acabaram por cair no esquecimento com poucos ou nenhuns efeitos práticos para além da dissuasão de eventuais novos comproprietários, ou pelo menos, sem que estes, ao enveredarem por aquisições, na prática não o tivessem feito sem um relativamente claro conhecimento das consequências à posteriori quanto à (in)viabilidade construtiva.

Seja como for estas medidas interventivas de contenção deram lugar a uma maior dinamização dos respetivos implicados na procura de soluções junto e com a Câmara Municipal com vista ao ultrapassar e regularizar da situação.

10.3.2. Os planos municipais de ordenamento do território

Em paralelo com as diversas medidas dissuasoras ensaiadas aos mais diversos níveis, sempre foi claro para as autarquias e claro está, para Palmela, que estas deveriam sempre ser enquadradas e complementadas com medidas de regulação, concertação e contratualização desenvolvidas com a colaboração dos demais interessados, com vista à regularização dos loteamentos e construções ilegais e sua respetiva inserção e menorização de impactos nos locais onde se tinham implantado. Quer em decurso do previsto na lei, como por iniciativa da política municipal de ordenamento do território foi deliberada a execução de diversos planos, alguns dos quais já atrás citados, outros ainda em trâmite. Destes referenciamos cronologicamente os seguintes dos publicados e em vigor:

QUADRO 98 – PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO EM VIGOR EM ÁREAS DE LOTEAMENTOS E CONSTRUÇÕES ILEGAIS

PMOT	Designação	Diploma	Data de publicação
PU	Vale de Touros, Lagoinha e Olhos d'Água e Barra Cheia	DECL 8/09/92	3/11/1992
PP	Bairro do Pinheiro Grande	RCM 70/2006	8/6/2006
PP	Quinta do Canastra – Terrim	Aviso n.º 7136/2013	30/05/2013

10.3.3. Os loteamentos

AUGI's com alvará de loteamento emitido:

- Bairro Sousa Cintra (Bº Alentejano) – Proc.º L-9/92
- Quinta da Marquesa II – 1ª Fase – Proc.º L-23/87
- Brejos Carreiros - Proc.º L-34/87
- Quinta da Bela Vista – Proc.º L-35/95
- Abreu Grande, “Bairro dos Ferroviários” – Proc.º L-12/90
- Lagoa da Palha – Proc.º L-42/82
- Quinta das Flores – Proc.º 49/82
- Barra Cheia – Proc.º L-11/90
- Barra Cheia – Proc.º L-19/87
- Barra Cheia – Proc.º L-19/84
- Barra Cheia – Proc.º L-47/89
- Barra Cheia – Proc.º L-37/82
- Lagoinha – Proc.º L-15/83
- Lagoinha – Proc.º L- 2/92
- Quinta 9 do Pinhal das Formas – Proc.º L-45/98
- Quinta da Marquesa I e III – Proc.º L-25/00¹⁰³

AUGI's com operação de loteamento aprovada:

- Cooperativa de Habitação dos Olhos de Água (CHOA) Proc.º L- 28/85
- Pegarias de Baixo – Proc.º L-14/85, L-17/94
- S. Pedro do Camarral – Proc.º L- 19/02
- Bairro Maria Luísa – Proc.º L-18/90
- Quinta da Torre – Proc.º L-20/02
- Quinta da Marquesa II – 2ª Fase – Proc.º L-11/02
- Pinheiro Ramudo – Proc.º L-38/98
- Quinta da Carrasqueira – Proc.º L-18/86

¹⁰³ Alvará de Loteamento n.º 286/2021, emitido já após a entrega da versão da proposta de plano às entidades da Comissão Consultiva.

10.4 As primeiras grandes operações imobiliárias por quotas indivisas (avos)

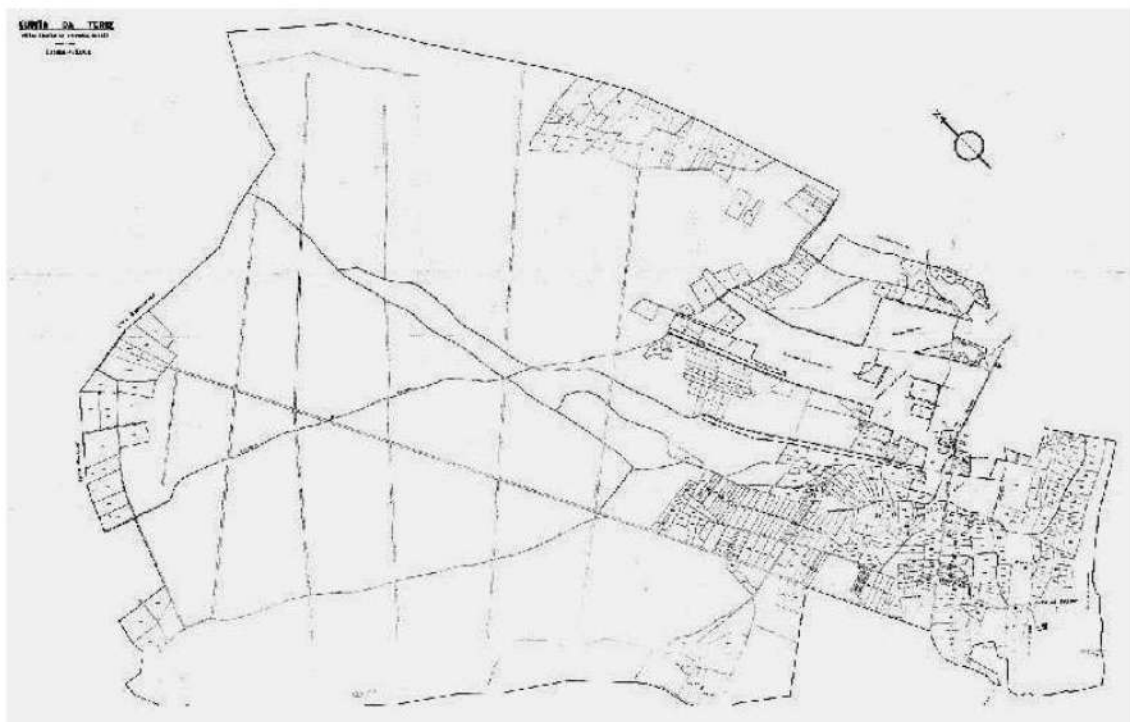
10.4.1. As “Marquesas”

Na sequência das primeiras afetações de solo rústico a usos urbanos sem aval administrativo, surgiram também na mesma área poente do Município, nas imediações e sob a influência da acessibilidade do nó de Coima da A2, todo um conjunto de vendas em compropriedade de grandes áreas de uma antiga herdade, a Quinta Torre, outrora pertença do Visconde do Tojal, depois propriedade das Plantações do Sul, finalmente adquirida pela empresa António Xavier de Lima.

Com efeito assiste-se sensivelmente a partir de meados da década de 70 do século passado a uma contínua pulverização da posse da terra por milhares de comproprietários possuidores de reduzidíssimas quotas indivisas da mesma, passando estas a servir de base e referência para a apropriação informal de pequenas parcelas de terreno que passam a ser individualizadas, primeiro por meios precários como pequenas estacas e malhas de arame zincado, delimitando as extremas, depois, sucessivamente, com cada vez maior incorporação de elementos construídos de forma perene: muros, poços, furos de captação de água, telheiros, arrecadações, garagens e por fim moradias, piscinas e todas as demais infraestruturas inerentes à vivência num lote urbano.

É assim que com base naquilo que tinha sido originalmente a referida Quinta da Torre, se materializam os loteamentos de génese ilegal das Marquesas, cinco ao todo, a norte e a sul da A2, próximo do nó de Coima, como já se disse.

FIGURA 73 – DELIMITAÇÃO DA QUINTA DA TORRE – IDENTIFICAÇÃO DAS GLEBAS EXISTENTES EM MARÇO DE 1953 – PLANTA ORIGINAL À ESCALA 1:5.000

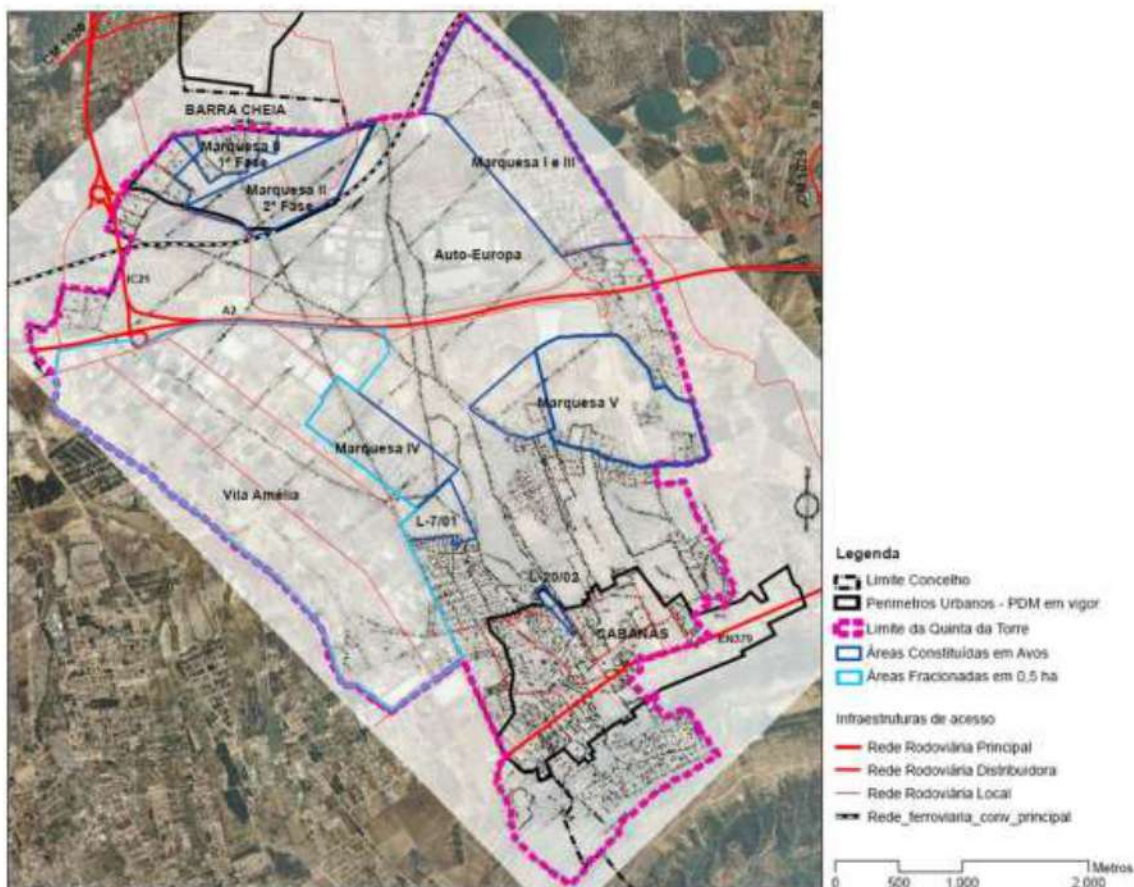


Fonte: CMP/GPE

Entretanto e à semelhança do que a Câmara tinha diligenciado para o caso da Barra-Cheia, Lagoinha, Olhos d'Água, e Vale de Touros, e abrangendo-as de igual forma, foi despoletado, na sequência da decisão de localização da fábrica de automóveis da Autoeuropa nesta zona, um estudo para o seu ordenamento onde, por maioria de razão, se deu especial enfoque à reconversão de todas estas áreas de génese ilegal. O estudo em causa, denominado como *Estudo de Reconversão da Zona Poente do Concelho de Palmela*, concluído em 1992 veio posteriormente a ser incorporado no corpo das propostas do PDM (1997) que já então se encontrava em elaboração.

Destes loteamentos, o primeiro a merecer um processo de reconversão plenamente concluído (ainda que somente em maio de 2003 tenha sido emitido o alvará), foi o designado por Marquesa II – 1.ª fase, de todos, à altura do início do procedimento em 1987, o mais ocupado construtivamente.

FIGURA 74 – DELIMITAÇÃO DA QUINTA DA TORRE – IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS AUGI'S E ÁREAS URBANAS ORIGINADAS A PARTIR DA QUINTA DA TORRE



Fonte: CMP/GPE

FIGURA 75 – FOTOGRAFIA AÉREA DA ÁREA DA MARQUÊSA II – 2.ª FASE E DO EIXO FERROVIÁRIO NORTE-SUL NA ZONA DA ESTAÇÃO DE PENALVA



Fonte: CMP/GPE

Todos os outros continuam ainda hoje a tramitar à exceção do da Marquesa V que desde logo foi decidido não lhe dar continuidade face à sua muito pequena ocupação (ver Quadro 102, pág.347).

11.4.2. As “quintinhas” do Município de Palmela

Esta designação abrange um conjunto de parcelas rústicas com dimensões próximas do meio hectare, resultantes de uma estratégia de divisão inferida a partir do articulado da lei sobre emparcelamento rural e a sua subsidiária Portaria n.º 202/70, de 21 de abril, na qual se fixa para cada região do País as áreas mínimas das parcelas a ter em conta em função dos tipos de culturas que nelas se pretendam levar a cabo.

Assim e estando indicado para a Região de Setúbal, onde se insere o Município de Palmela, que a unidade mínima para terrenos hortícola de regadio – a menor das indicadas – é de 0,5 hectare passou a assistir-se à sucessiva divisão de médias e grandes propriedades agrícolas nestas pequenas unidades, com o pretexto de serem destinadas à produção de hortícolas e, como tal, vendidas.

O certo é que terrenos como os que temos vindo a descrever, com condições pedológicas e edafo-climáticas relativamente pouco diferenciadas em termos da sua contribuição para produções ricas e abundantes, originam logo à partida a inviabilidade da exploração económica de áreas tão diminutas mesmo que para cultura de hortos, facto que é posteriormente esgrimido pelos seus novos proprietários como um dos principais argumentos para a sua utilização para outros fins, no caso essencialmente urbanos.

Nesta situação, encontram-se algumas áreas no Município, sendo das mais relevantes, Vila Amélia, originalmente integrada na Quinta da Torre, na Freguesia de Quinta do Anjo, e a que apresenta uma maior extensão deste tipo de parcelamento em 0,5 hectare, adotando uma geometria de lotes retangulares com aproximadamente 50 metros de frente (confinante com a via de acesso) por 100 metros de profundidade. Este tipo de parcelamento foi também adotado noutras áreas do Município tendo ganho expressão na denominada “Quinta do Fortes” (norte da Freguesia de Quinta do Anjo) e em áreas a norte de Pinhal Novo (Terra dos Caramelos). Noutras áreas identificadas, como as de Pinhal das Formas e do Terrim, as parcelas já não apresentam a regularidade geométrica das situações anteriormente referidas, mantendo, contudo, a referência aproximada de 0,5 hectare. Outras áreas existem espalhadas por todas as freguesias do Município em que ocorreu esta prática, ainda que sejam situações menos extensivas e, portanto, mais difíceis de identificação e caracterização no contexto de procedimentos de fragmentação territorial com base intencionalmente, em objetivos de alienação da primitiva vocação rústica e de economia agrícola, em usos urbanos.

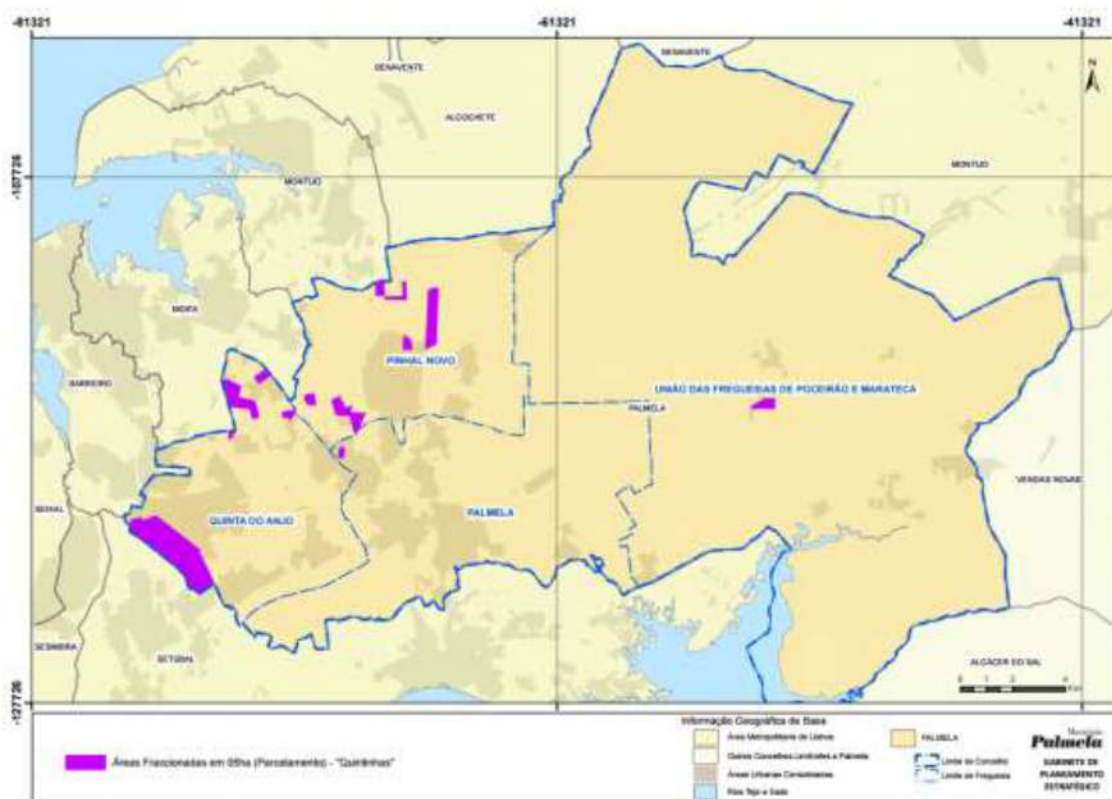
Praticamente todas estas situações resultam de parcelamentos de áreas de vinha ou de floresta, predominantemente pinhais, cujas remanescências ainda hoje em dia são visíveis nos locais não ocupados. Trata-se, portanto, de situações ocorridas em áreas eminentemente rústicas.

Porém algumas das situações identificadas apresentam-se integradas já em contexto urbano (perímetro urbano), são os casos dos parcelamentos identificados em Pinhal Novo, Lagoinha e nas áreas norte e sul de Vila Amélia já atualmente afetadas a usos industriais, de armazenagem e de comércio grossista; ou se encontram numa perspetiva de consolidação urbana enquanto áreas urbanas de baixa densidade, como é o caso de toda a área central de Vila Amélia ou do Pinheiro Ramudo, também essencialmente vocacionada, ainda que a uma menor escala para atividades económicas de comércio e serviços, estando esta parcialmente integrada no processo de reconversão urbanística da AUGI das Quintas do Pinheiro Ramudo.

QUADRO 99 – PRINCIPAIS ÁREAS PARCELADAS EM 0,5 HECTARE (“QUINTINHAS”) DO MUNICÍPIO DE PALMELA

Designação	Freguesia	Área (hectares)
Lagoa do Monte Velho/Lagoa da Palha Velha “Terra dos Caramelos”	Pinhal Novo	135,01
Lagoinha	Palmela	9,66
Pinhal das Formas I	Quinta do Anjo	6,73
Pinhal das Formas II	Quinta do Anjo	13,32
Pinheiro Ramudo	Quinta do Anjo	33,67
Poçoirão	União das Freguesias de Poçoirão e Marateca	36,52
Quinta do Fortes	Quinta do Anjo	89,39
Salgueirinha (Pinhal Novo)	Pinhal Novo	15,84
Terrim I	Pinhal Novo	29,83
Vila Amélia	Quinta do Anjo	220,04
Total		590,01

FIGURA 76 – PRINCIPAIS ÁREAS FRACIONADAS (PARCELADAS) EM 0,5 HECTARE - “QUINTINHAS”



Fonte: CMP – Gabinete de Planeamento Estratégico

10.5 Os “novos clandestinos”

Sob esta designação de “novos clandestinos” vieram-se a designar no município de Palmela todos os prédios adquiridos através de sociedades por quotas, que posteriormente os respetivos sócios ocuparam de forma em tudo idêntica à utilizada nos vendidos por “avos”.

Houve ainda vários prédios fracionados e registados em “avos”, imediatamente antes da entrada em vigor da 2.ª alteração à Lei das AUGI, que, não obstante terem ficado em regime de compropriedade, não reuniam os requisitos legais para serem delimitados e constituídos como AUGI e poderem vir a desencadear operações urbanísticas de reconversão.

Para ambos os casos e desde a correspondente identificação, o município adotou medidas para a sua contenção, acionando todos os meios ao seu alcance no sentido da inversão das situações criadas e da dissuasão dos seus respetivos agentes, ainda que sem atingir plenamente os resultados, em parte devido à morosidade e ineficácia dos procedimentos legais, em parte devido ao facto de que o tempo jogar a favor da consolidação e do agravamento dos diversos casos.

De facto, fica-se com a convicção de que a menos que se procedam a medidas complementares tendentes à expropriação e penalização muito severa dos infratores, contudo não previstas legalmente, será difícil a prazo a sua contenção e total irradicação. Ainda assim, e mesmo que tal pudesse vir a verificar-se, ficamos pessimistas quanto ao seu sucesso uma vez que, num momento ou noutro da história desta problemática, em que estas medidas complementares estiveram de alguma forma em vigor, também acabaram por não surtir efeito, ou já porque não houve essa determinação e vontade por parte da administração, nem a opinião pública o entendeu e recebeu bem sempre que ela se verificou¹⁰⁴, ou já porque a morosidade no seu enquadramento jurídico tornou ineficaz a sua contenção.

A mudança decisiva no paradigma do enquadramento penal destas ações afigura-se porventura o único caminho viável para o seu desenlace e o renovar da possibilidade de perda da posse da propriedade, que já esteve em vigor como medida acessória prevista pelo Decreto-Lei n.º 804/76, de 6 de novembro, mas desta vez, perda já não só por parte dos seus agentes principais, como de todos os que, após as transações, tenham ficado com um determinado título de posse direta ou indireta.

¹⁰⁴ A este propósito ler a imprensa escrita a propósito das ações de demolição de construções e preparação de loteamentos ilegais levadas a cabo pelo município de Palmela no início dos anos 90, na zona conhecida por Pinhal das Formas, largamente afetada na altura por operações de loteamento e construção ilegal.

Entretanto e para estes “novos clandestinos” continuar-se-á a seguir a metodologia de contenção total por todos os meios disponíveis para o efeito, não se admitindo em caso algum a mudança do seu uso e de vocação agrícola primitivas.

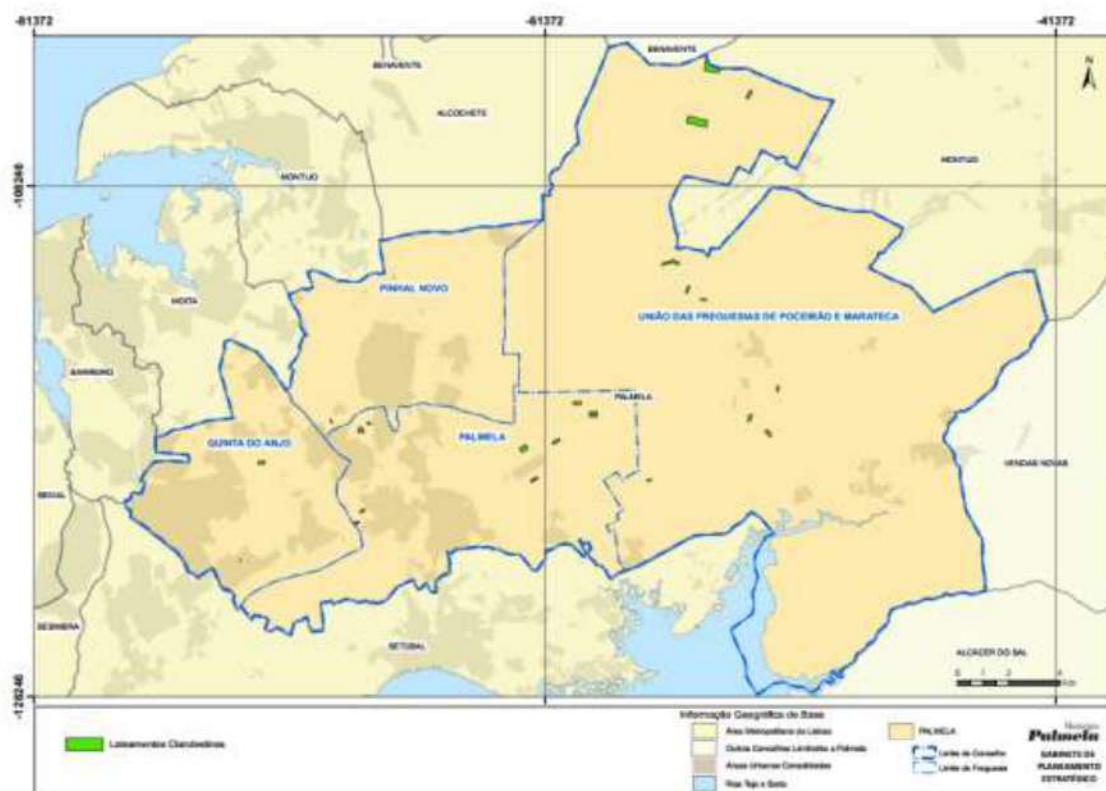
10.6 Caraterização quantitativa

As situações inventariadas pelo Município para os avos, constam dos quadros Quadro 101 – Tramitação administrativa de processos de AUGI – Freguesia de Palmela, Quadro 102 – Tramitação administrativa de processos de AUGI – Freguesia de Quinta do Anjo, Quadro 103 – Tramitação administrativa de processos de AUGI – Freguesia de Pinhal Novo e Quadro 104 – Tramitação administrativa de processos de AUGI – Freguesia de Poceirão, e resumem-se em termos de caraterização quantitativa como consta dos subtotais e total final.

A área afeta aos prédios em compropriedade em situação de potencial fracionamento ilegal e outras formas de parcelamento em área rural para fins urbanos (excluindo as denominadas “quintinhas”) teve a sua maior expressão no final dos anos 90 do século XX e até 2002, registando-se um aumento progressivo, com os seguintes valores em 1999: 50 hectares; 2000: 86 hectares; 2001: 200 hectares e 2002: 516 hectares.

De acordo com a análise mais recentemente realizada (suportado em informação dos Ortos DGT-2018), constata-se que uma grande parte (cerca de 81,1%) da área daqueles prédios sujeitos a negócios jurídicos em “avos indivisos”, com registo em compropriedade ou através de “Sociedades por quotas” identificados na Figura 72, página 333, ou não consubstanciaram efetivamente o fracionamento físico do prédio, mantendo-se este com as características que sempre tiveram ou nestes surgiram utilizações agrícolas, sob a forma de hortas e pomares dos comproprietários, com algumas pequenas edificações precárias de apoios, de escassa relevância urbanística, para fins de arrecadação de utensílios e ferramentas. De facto, do conjunto dos prédios nos quais foi sendo constituída compropriedade e foram registados como potenciais “Novos Loteamentos Clandestinos” apenas 18,9% dessa área foi alvo de evidentes ou maiores transformações, com divisões físicas, abertura de caminhos de acesso e surgimento de edificações já com alguma relevância urbanística, cf. Figura 77, quantificando-se os no Quadro 99 as áreas totais desses prédios por freguesia.

FIGURA 77 – NOVOS LOTEAMENTOS CLANDESTINOS



Fonte: CMP – Gabinete de Planeamento Estratégico

QUADRO 100 – ÁREAS E CONSTRUÇÕES ILEGAIS EM NOVOS LOTEAMENTOS CLANDESTINOS

Freguesia	Área (ha)	N.º Edifícios
Palmela	26	64
Quinta do Anjo	3	5
Pinhal Novo	0,5	3
União das Freguesias de Poceirão e Marateca	58	70
Total	87,5	142

10.7 Caraterização administrativa

Do ponto de vista do desenvolvimento dos processos quanto à sua tramitação administrativa a situação atual das áreas cartografadas pela “Delimitação do Perímetro das Áreas Urbanas de Génese Ilegal” por

deliberação de Câmara de 21 de fevereiro de 1996, nomeadamente quanto à existência, estado e desenvolvimento dos respetivos processos de reconversão, modalidade de reconversão (operação de loteamento, plano de pormenor, etc) é a seguinte:

QUADRO 101 – TRAMITAÇÃO ADMINISTRATIVA DE PROCESSOS DE AUGI – FREGUESIA DE PALMELA

Nome atribuído à AUGI	Ponto de Situação da Reconversão	Área total (m²)
Monte Lagarto I (AUGI 1)	Com Administração Conjunta constituída. Sem processo em desenvolvimento.	76.000
Monte Lagarto II (AUGI 2)	Com Administração Conjunta constituída. Em fase de licenciamento de operação de loteamento.	31.750
Mata Lobos / Lagoinha (AUGI 3)	Sem Administração Conjunta constituída.	33.800
Brejos do Assa (AUGI 6)	Sem Administração Conjunta constituída. Processo decorre por iniciativa dos proprietários.	7.100
Lagoinha / Poços (AUGI 11)	Com Administração Conjunta constituída. Em fase de licenciamento de operação de loteamento. O processo aguarda pela revisão do PDM, para enquadramento dos parâmetros urbanísticos que propõe.	14.400
Pegarias de Baixo (AUGI 16)	Sem Administração Conjunta constituída. Possui obras de urbanização executadas por iniciativa municipal.	15.400
S. Pedro do Camaral (AUGI 17)	Com Administração Conjunta constituída. Operação de loteamento licenciada. Encontra-se em fase de licenciamento de obras de urbanização.	21.000
Alfaçanhas / Escarachal (AUGI 19)	Sem Administração Conjunta constituída.	19.800
Volta da Pedra - Art. 90, Secção X (AUGI 37)	Sem Administração Conjunta constituída.	8.165
Bairro Sousa Cintra - Lagoinha (AUGI 38)	Sem Administração Conjunta constituída.	44.400
Monte Lagarto IV (AUGI 39)	Sem Administração Conjunta constituída.	35.100
Lagoinha (AUGI 41)	Sem Administração Conjunta constituída.	111.940
Vale Touros, Zona Sul - Poente da EN-379-2 AUGI 43	Sem Administração Conjunta constituída.	232.600
Lagoinha (AUGI 44)	Sem Administração Conjunta constituída.	37.382
Monte Lagarto III (AUGI 45)	Sem Administração Conjunta constituída.	24.120
Adjacente 1 Lagoinha AUGI 44 (AUGI 60)	Sem Administração Conjunta constituída.	111.642
Adjacente 2 Lagoinha AUGI 44 (AUGI 61)	Sem Administração Conjunta constituída.	19.397
Total		843.996

Fonte: CMP

QUADRO 102 – TRAMITAÇÃO ADMINISTRATIVA DE PROCESSOS DE AUGI – FREGUESIA DE QUINTA DO ANJO

Nome atribuído à AUGI	Ponto de Situação da Reconversão	Área total (m²)
Quinta da Marquesa IV (AUGI 4)	Com Administração Conjunta constituída. Em fase de licenciamento de operação de loteamento.	52.000
Quinta da Marquesa V (AUGI 5)	Com Administração Conjunta constituída. Em fase de licenciamento de operação de loteamento.	254.700
Olhos de Água (AUGI 13)	Com Administração Conjunta constituída. Em fase de licenciamento de operação de loteamento.	14.900
Quinta das Flores (AUGI 14)	Com Alvará de Loteamento emitido (n.º 176) e obras de urbanização concluídas (iniciativa municipal)	88.600
Quinta das Oliveiras (AUGI 15)	Com Administração Conjunta constituída. Em fase de licenciamento de operação de loteamento.	15.319
Bairro Maria Luísa / Brejos Carreiros (AUGI 18)	Com Administração Conjunta constituída. Operação de loteamento licenciada. Em fase de licenciamento de obras de urbanização, tendo sido concedida autorização provisória para o início da execução das mesmas.	33.000
CHOA-Cooperativa de Habitação de Olhos de Água (AUGI 20)	Com Administração Conjunta constituída. Operação de loteamento licenciada. Encontra-se em fase de emissão do título de reconversão, tendo também sido concedida autorização provisória para o início da execução das obras de urbanização.	260.325
Qta. da Marquesa I e III (AUGI 21)	Alvará de Loteamento emitido (n.º 286)	1.244.910
Qta. da Torre / Cabanas (AUGI 22)	Com Administração Conjunta constituída. Operação de loteamento licenciada. Aguarda-se a entrega dos projetos de obras de urbanização.	29.000
Qta. da Marquesa II - 2ª FASE (AUGI 23)	Com Administração Conjunta constituída. Operação de loteamento licenciada (com proposta de alteração). Em fase de licenciamento de obras de urbanização.	487.000
Qta. da Marquesa II - 1ª FASE (AUGI 24)	Alvará de Loteamento emitido (n.º 251).	153.000
Quinta do Pinhal das Formas (AUGI 25)	Com Administração Conjunta constituída. Em fase de licenciamento de operação de loteamento.	75.000
Brejos Carreiros (AUGI 26)	Alvará de Loteamento emitido (n.º 282).	241.025
Bairro Assunção Piedade (AUGI 27)	Sem Administração Conjunta constituída. Sem processo em tramitação.	21.000
Bairro Sousa Cintra - Bairro Alentejano (AUGI 28)	Alvará de Loteamento emitido (n.º 267).	55.860
Qta. 9 do Pinhal das Formas (AUGI 29)	Alvará de Loteamento emitido (n.º 284).	81.000
Pinheiro da Légua (AUGI 30)	Com Administração Conjunta constituída. Em fase de licenciamento de operação de loteamento.	164.985
Quintas 1,2,3,4 e 5 do Pinhal das Formas (AUGI 31)	Com Administração Conjunta constituída. Em fase de licenciamento de operação de loteamento. O processo aguarda pela revisão do PDM, para enquadramento dos parâmetros urbanísticos que propõe.	349.400
Pinheiro Ramudo (AUGI 32)	Comissão de Administração em litigância. Operação de loteamento licenciada e com autorização provisória para obras de urbanização emitida.	1.031.800
Quinta da Bela Vista (AUGI 33)	Alvará de Loteamento emitido (n.º 280). Em fase de execução das obras de urbanização.	110.860
Bairro 8 de Março (AUGI 34)	Em fase de licenciamento de operação de loteamento. O processo aguarda pela revisão do PDM, para enquadramento dos parâmetros urbanísticos que propõe.	102.240
Quinta 000063/110285 (AUGI 35)	Existe Administração Conjunta constituída, contudo, a proposta apresentada foi indeferida por desconformidade com o PDM.	83.600
Quinta da Carrasqueira (AUGI 36)	Operação de loteamento licenciada. Encontra-se em fase de licenciamento de obras de urbanização, tendo sido concedida autorização provisória para o início da execução das mesmas.	81.135
Bairro Valente/Art. 131,132..., Urb - Secção B (AUGI 40)	Sem Administração Conjunta constituída.	34.603
Barra Cheia I (AUGI 46)	Sem Administração Conjunta constituída.	72.914
Barra Cheia II (AUGI 47)	Sem Administração Conjunta constituída.	12.162
Barra Cheia III (AUGI 48)	Sem Administração Conjunta constituída.	9.114
Barra Cheia / parte central, Bairro dos marinhos (AUGI 49)	Sem Administração Conjunta constituída.	99.246
Contígua ao Bairro 8 de Março (AUGI 50)	Sem Administração Conjunta constituída.	95.600
Quinta da Carrasqueira II (AUGI 53)	Com Administração Conjunta constituída. Em fase de licenciamento de operação de loteamento.	86.967
Contígua à Marquesa V (AUGI 55)	Sem Administração Conjunta constituída.	948.576
Barra Cheia (AUGI 56)	Sem Administração Conjunta constituída.	12.162
Qta. VI do Pinhal das Formas (AUGI 57)	Sem Administração Conjunta constituída.	80.516
Qta. VII do Pinhal das Formas (AUGI 57)	Sem Administração Conjunta constituída.	79.620
Qta. VIII do Pinhal das Formas (AUGI 57)	Sem Administração Conjunta constituída.	78.891
Qta. X do Pinhal das Formas (AUGI 57)	Sem Administração Conjunta constituída.	77.246
Qta. XII do Pinhal das Formas (AUGI 58)	Sem Administração Conjunta constituída.	77.646
Contígua ao P. das Formas (AUGI 59)	Sem Administração Conjunta constituída.	52.040
Total		6.873.052

Fonte: CMP

QUADRO 103 – TRAMITAÇÃO ADMINISTRATIVA DE PROCESSOS DE AUGI – FREGUESIA DE PINHAL NOVO

Nome atribuído à AUGI	Ponto de Situação da Reconversão	Área total (m²)
Abreu Grande (AUGI 7)	Sem Administração Conjunta constituída. Com processo de loteamento aprovado. Sem Alvará de loteamento emitido.	38.000
Quinta do Canastra /Terrim (AUGI 8)	Plano de Pormenor publicado.	158.500
Bairro da Cascalheira (AUGI 9)	Sem Administração Conjunta constituída. Possui obras de urbanização executadas por iniciativa municipal.	42.190
Carregueira (AUGI 10)	Alvará de Loteamento emitido (n.º 242).	21.000
Lagoa da Palha (AUGI 12)	Alvará de Loteamento emitido (n.º 263).	21.250
Olhos de Água, Zona Norte - Nascente da EN-379-2 (AUGI 42)	Sem Administração Conjunta constituída.	92.964
Bairro do Pinheiro Grande (AUGI 54)	Plano de Pormenor publicado.	124.659
Adjacente a AUGI 7 - Abreu Grande (AUGI 62)	Sem Administração Conjunta constituída.	23.888
Total		522.451

Fonte: CMP

QUADRO 104 – TRAMITAÇÃO ADMINISTRATIVA DE PROCESSOS DE AUGI – FREGUESIA DE POCEIRÃO

Nome atribuído à AUGI	Ponto de Situação da Reconversão	Área total (m²)
Monte Francisco Custódio I (AUGI 51)	Sem Administração Conjunta constituída.	54.231
Monte Francisco Custódio II e III (AUGI 52)	Sem Administração Conjunta constituída.	346.159
Total		400.390
TOTAL GLOBAL		~ 864 ha

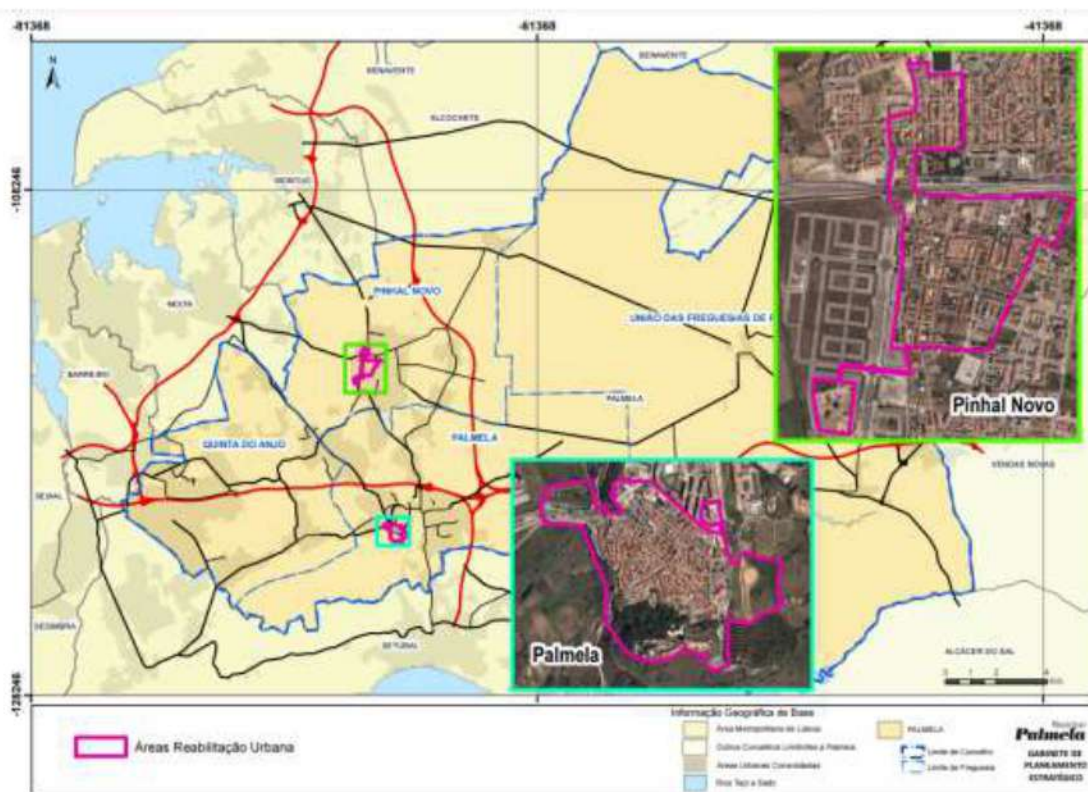
Fonte: CMP

11. Áreas de Reabilitação Urbana / Operações de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo

O Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, estabeleceu o regime jurídico da reabilitação urbana, a qual deve ser encarada como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos, de uma habitação condigna. O referido diploma estruturou as intervenções de reabilitação com base em dois conceitos fundamentais: Área de Reabilitação Urbana (ARU), cuja delimitação pelo município tem como efeito determinar a parcela territorial que justifica uma intervenção integrada no âmbito deste diploma; e Operação de Reabilitação Urbana (ORU), correspondente à estruturação concreta das intervenções a efetuar no interior da respetiva área de reabilitação urbana.

O presente ponto visa então apresentar as lógicas e estratégias subjacentes à delimitação das ARU do Centro Histórico de Palmela e do Pinhal Novo e do desenvolvimento das respetivas ORU.

FIGURA 78 – ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE PALMELA E DO PINHAL NOVO



11.1 ARU do Centro Histórico de Palmela¹⁰⁵

A ARU do Centro Histórico de Palmela foi delimitada pelo Aviso n.º 9277/2015, de 20 de agosto, sendo o seu perímetro coincidente com a área de Intervenção do Gabinete do Centro Histórico, com extensão ao edifício do quartel dos Bombeiros Voluntários de Palmela e terreno situado por detrás de São Pedro, considerado no contexto da mobilidade urbana sustentável e inclusiva, para eventual solução de bolsa de estacionamento, no âmbito da reorganização de trânsito e estacionamento no Centro Histórico de Palmela.

O perímetro definido integra o Núcleo Histórico da Vila de Palmela, bem como o Castelo de Palmela, o Parque Venâncio Ribeiro da Costa e um espaço urbano de transição com diversos edifícios de interesse do ponto de vista arquitetónico, compreendendo uma área de cerca de 38 ha. A delimitação proposta corresponde a uma área consolidada que reúne características sociais e urbanas coesas, que importam preservar. A riqueza patrimonial conhecida nesta área, fruto de intervenções arqueológicas e outros estudos interdisciplinares efetuados ao longo das últimas décadas, atestam não só a presença humana desde o Paleolítico Médio (cerca de 30.000/28.000 a.C.), como o retrato das múltiplas ocupações, usos e culturas, impregnados no espaço.

A ocupação do atual Centro Histórico de Palmela, caracteriza -se assim enquanto burgo não muralhado, desenvolvendo -se na encosta voltada a norte do Castelo de Palmela. O traçado urbano encontra -se adaptado à topografia do local, permitindo uma compreensão das fases evolutivas da ocupação deste território, consubstanciadas pelas intervenções arqueológicas e pelo acervo documental existente. Estima -se que as primeiras construções que se tenham ordenado segundo vias paralelas à cerca moura, formando um setor de envolvimento do Castelo de Palmela. Esta organização encontra -se preservada, podendo observar -se uma delineação do edificado no sentido Este-Oeste, criando vias paralelas (Rua de Nenhures/Rua do Castelo), trespassadas por travessas estreitas (Travessa de Nenhures/Travessa do Castelo). Reconhece -se nesta organização, uma forma de parcelamento e organização urbana, correspondente a critérios de economia de implantação. O burgo evoluiu, então, de forma espontânea, refletindo as tendências para o desenvolvimento económico, social e urbano, e o seu ajuste à morfologia do terreno como suportes de transformação. A partir do Castelo, todo o crescimento urbano se orientou em direção aos mais importantes acessos à Vila, a estrada de Setúbal e da Aldeia Galega (Montijo). O atual Largo do Município personifica o aparecimento do novo burgo, assumindo -se como o elemento urbano mais significativo e ordenador do novo crescimento de Palmela. Concretizam -se em justaposição de dois centros urbanos, um mais antigo correspondendo a uma posição de defesa tendo como centro uma praça,

¹⁰⁵ Cf. <https://www.cm-palmela.pt/viver/reabilitacao-urbana/aru-centro-historico-de-palmela>.

outro correspondendo a ponto de passagem baseado nas atividades de troca e focado no ressurgimento das instituições municipais.

A presença da Ordem de Santiago e da Misericórdia marca a vida de Palmela, a par do cultivo e da posição de localidade de intercâmbio, elevando a importância da vila. Em 1645 é erguido (ou reerguido) o Pelourinho, símbolo de autonomia municipal e presença de autoridade judicial. Palmela, também pela extinção das ordens militares em 1834, viria a perder importância sociopolítica, integrando a partir da reforma administrativa de 1855 o Município de Setúbal. Com a aproximação do fim do século XIX, fruto de inúmeras transformações tecnológicas e sociais, Palmela acolhe um progresso e transformação social e cultural que se reflete na evolução da Vila.

Na primeira década do século XX, já com preocupação de proteger o património edificado, são classificados como Monumentos Nacionais o Castelo, a Igreja de Santiago e o Pelourinho da Vila. A produção agrícola desencadeará o desenvolvimento económico e populacional de Palmela que, já com o seu estatuto de concelho restituído, provoca o crescimento do espaço urbano e das procurações de planeamento urbanístico, surgindo na década de 40, o Plano de Urbanização de Palmela. Na segunda metade do século XX consolida -se o alinhamento do perímetro proposto para esta Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela com a “rua nova” correspondendo à Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, e Avenida Ataz Godinho de Matos, pontuadas por três edifícios representativos do fulgor cultural e social da vila, o Cineteatro São João e as atuais sedes da Sociedade Filarmónica Palmelense Loureiros e Sociedade Filarmónica Humanitária. Entende -se assim que a definição proposta para a Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela, sintetiza a evolução da urbana, patrimonial e social da Vila, considerando -se da maior importância a sua preservação e restituição de vitalidade, promovendo melhores condições de habitabilidade para a população, estimulando o desenvolvimento económico, social e cultural.

11.2 ARU do Pinhal Novo¹⁰⁶

Por sua vez, a ARU do Pinhal Novo foi delimitada pelo Aviso n.º 9817/2015, de 28 de agosto e caracteriza -se por ser uma das primeiras áreas de ocupação populacional do Pinhal Novo, onde nas décadas de 50 e 60 do século passado se fixaram as populações oriundas dos primeiros grandes fluxos migratórios, fruto da proximidade e boas acessibilidades aos grandes núcleos industriais localizados na margem sul do rio Tejo. Relativamente ao edificado, verifica -se que a maior parte dos edifícios foram construídos entre a

¹⁰⁶ Cf. <https://www.cm-palmela.pt/viver/reabilitacao-urbana/aru-pinhal-novo>.

década de 40 e a década de 90, encontrando -se no presente e em muitos casos, degradado ou devoluto. Com uma área de cerca de 42,5 ha, caracterizada pela definição de 3 zonas, cada uma delas suscetível de consubstanciar propósitos de reabilitação específicos, ainda que pautadas por um objetivo comum, o da coesão social.

Uma primeira zona, tida por nuclear, Zona A, é delimitada na sua maior área, a poente pela rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, a nascente pela av. 25 de Abril, a norte pela rua Infante D. Henrique e a sul e pela rua dos Combatentes da Grande Guerra. Esta zona é caracterizada por uma malha urbana ortogonal, com edificado representativo de épocas distintas, evidenciando diferentes estados de conservação. Trata -se de uma zona essencialmente habitacional, apresentando -se atualmente com uma atividade económica de expressão reduzida e em progressivo declínio.

A segunda zona, Zona B, que se pode considerar de articulação entre a parte sul e a parte norte da vila de Pinhal Novo, mas também a circulação pedonal, associada à presença da estação ferroviária. Constitui -se numa zona privilegiada para suscitar a motivação de instalação de atividades económicas, designadamente ligadas ao comércio e à prestação de serviços, procurando tirar partido das sinergias e dinâmicas existentes, nesta vertente na parte norte estendendo-as para a parte sul da vila. Paralelamente considera -se relevante o desenvolvimento de ações tendentes à recuperação de edifícios em deficiente estado de conservação, cuja arquitetura e memória deve ser preservada.

Uma terceira zona a integrar na ARU, Zona C, designada por “Monte do Francisquinho”, cuja localização se constitui estratégica e de forte visibilidade a partir de uma das principais entradas do Pinhal Novo, a EN252, e que corresponde a um conjunto que se pretende regenerar, de modo a tornar o edificado simbólico para a vila.

11.3 Monitorização das ORU¹⁰⁷

Nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 20.º-A, do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação atual, cabe à entidade gestora das ORU, neste caso ao Município de Palmela, elaborar anualmente um relatório de monitorização o qual deve ser submetido à apreciação da Assembleia Municipal, devendo o

¹⁰⁷ Cf. Cujos relatórios de monitorização podem ser consultados em https://www.cm-palmela.pt/cmpalmela/uploads/writer_file/document/11310/p_5_novo_operacao_de_reabilitacao_urbana_do_centro_historico_palmela_e_pinhal_novo.pdf e https://www.cm-palmela.pt/cmpalmela/uploads/writer_file/document/15278/2_relatorio_monitorizacao_2020ch_pn_2.pdf.

mesmo ser objeto de publicação no site do município em consonância com a deliberação deste órgão. Até ao momento, início de 2022, foram já publicados relatórios referente aos anos de 2019 e 2020,

Os referidos relatórios procuram avaliar o desempenho e execução das ORU, face aos objetivos definidos, bem como identificar a dinâmica dos privados em função dos incentivos à reabilitação, e determinar potenciais ajustes com vista à melhoria da implementação das operações de reabilitação em curso. O quadro seguinte procura representar os principais indicadores de realização das referidas ORU.

QUADRO 105 – EXECUÇÃO DAS ARU/ORU DO CENTRO HISTÓRICO DE PALMELA E DO PINHAL NOVO

	2015/2019		2020		2021		Total
	No CH de Palmela	Fora do CH de Palmela	No CH de Palmela	Fora do CH de Palmela	No CH de Palmela	Fora do CH de Palmela	
Edifícios em ARU (passíveis de enquadramento RJRU)	236	46	231	44	224	43	282 (15/19); 275 (20); 267 (21)
Requerimentos entrados de controlo prévio	57	7	13	3	9	2	91
Pedidos de vistoria para determinação de grau de conservação (antes da obra)	15	2	6	0	6	1	30
Pedidos de Certificação de Localização em ARU	21	5	10	2	12	1	51
Pedidos de Vistoria para determinação de grau de conservação (após a obra)	-	2	2	0	1	1	6
Pedido de certificação de conformidade com ORU	-	1	2	0	1	1	5
Licença de obras emitidas	8	1	11	0	11	3	34
Obras concluídas	5	2	7	1	14	1	30
Pedidos de autorização/alteração de utilização	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa de investimento privado	4703747€	486506 €	894084 €	431526 €	615503€	144055€	7275421 €

Fonte: CMP- Relatórios de Monitorização da ARU/ORU do Centro Histórico de Palmela e do Pinhal Novo

11.4 Programa Municipal de Medidas de Incentivo para a Reabilitação de Prédios Urbanos¹⁰⁸

Concomitantemente às supracitadas ARU/ORU, a Câmara Municipal de Palmela desenvolve outras políticas de incentivo à reabilitação urbana no Município, nomeadamente para os prédios urbanos localizados nas áreas de intervenção definidas no *Programa Municipal de Medidas de Incentivo para a Reabilitação de Prédios Urbanos*, designadamente em Águas de Moura, Pinhal Novo (sul), Poceirão e Quinta do Anjo.

Ao nível das taxas municipais o referido Programa prevê:

- A isenção das taxas aplicáveis às operações urbanísticas de edificação com propósito de reabilitação, desde que não impliquem a demolição do edificado existente, aumento de área de construção ou alteração das fachadas originais que confinem com a via pública e das quais resulte um estado de conservação dois níveis acima do atribuído antes da intervenção;
- A redução de 30% das taxas para a realização de obras de construção em espaços vagos contíguos com a via pública ou nos quais existam edificações irrecuperáveis, sem valor arquitetónico;
- A redução de 20% sobre as taxas aplicáveis às operações urbanísticas de edificação com propósito de reabilitação, desde que não implique a demolição ou a ampliação superior a 25% da área de construção existente e das quais resulte um estado de conservação dois níveis acima do atribuído antes da intervenção;
- A redução de 90% das taxas devidas pela ocupação do domínio público associado à realização de obras de edificação/conservação contempladas no Programa Municipal;
- A aplicação das reduções não está sujeita a requerimento, sendo somente verificados os pressupostos para a sua aplicação, com exceção, da aplicação dos benefícios pendente da verificação do nível de conservação do edificado, antes e após intervenção;
- As reduções supra referenciadas de 30% e 20%, são cumulativas com as previstas para os perímetros urbanos da união de freguesias de Marateca e Poceirão, associadas à realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas.

¹⁰⁸ <https://www.cm-palmela.pt/viver/reabilitacao-urbana/programa-de-incentivo-a-reabilitacao-urbana>.

O Programa, ao nível do incentivo à promoção do arrendamento, prevê:

- A minoração da taxa de IMI em 20%, caso o valor da renda seja inferior a 250€ e de 10% caso a renda seja igual ou superior a 250€ e inferior a 300€, para os edifícios ou frações autónomas habitacionais, com contrato de arrendamento em vigor a jovens com idades compreendidas entre os 18-35 anos;
- A minoração da taxa de IMI em 30%, para os edifícios ou frações autónomas onde se tenham realizado obras de reabilitação e cujo uso se destine a comércio preferencialmente com venda de produtos locais;
- Minoração da taxa de IMI em 20%, aplicável a edifícios ou frações autónomas onde hajam sido realizadas obras de reabilitação e cujo uso se destine a serviços;

Para além das medidas aplicáveis nas áreas delimitadas no Programa Municipal, está ainda em vigor em todo o território municipal:

- A redução de 70% das taxas devidas pela ocupação do domínio público associada à realização de obras de conservação;
- Ao nível da sensibilização dos cidadãos os serviços da Câmara Municipal, uma vez por semana, prestam informação e/ou apoio a processos associados a operações de reabilitação/conservação, disponibilizando-se os técnicos para informação, atendimento e aconselhamento técnico primários dos interessados.

12. Padrões de urbanização e de ocupação do solo

12.1 Níveis e formas de urbanização: o Projeto Naturba

11.1.1. Enquadramento

O projeto NATURBA resultou de uma candidatura conjunta à União Europeia, no âmbito do programa INTERREG – SUDOE IV, de Toulouse, em França, líder do projeto, de San Sebastián (Guipúscoa) e de Múrcia em Espanha, e de Palmela, Loures e Barreiro, em Portugal. Esta candidatura teve como objetivo principal a conceção, experimentação e difusão de novas ferramentas de prospetiva e de gestão dos territórios na orla das grandes aglomerações do Sudoeste Europeu, bem como o objetivo de estruturar uma rede de aglomerações e de peritos NATURBA. Esta rede constituiu-se através da elaboração de um método de análise comparada entre diversos locais-piloto com um caderno de encargos/problemática comum, bem como através da implementação conjunta, nesses mesmos locais-piloto, de ateliers de projeto com o cruzamento das respetivas experiências e a criação de ferramentas comuns transferíveis.

Assim, e no que ao caso de Palmela diz respeito, teve-se como principal motivação, através do projeto NATURBA, conhecer as comunidades residentes em espaço rural do ponto de vista da sua realidade económica e social, mas também quanto à procura da identificação dos atuais comportamentos e paradigmas de vida em função dos locais de aquisição de bens e serviços, recursos de saúde e de ensino, hábitos culturais e de lazer, entre outros aspetos, nomeadamente ao nível da estrutura da propriedade e das atividades do setor primário.

Pretendeu-se, portanto, e mais especificamente, conhecer os padrões comportamentais da população presente e residente na área a estudar, identificando expectativas, anseios e as principais frustrações; por sua vez, e com isto, pretendeu-se poder melhor compreender os paradigmas e as estratégias usadas na ocupação e transformação do território, permitindo traçar os cenários da sua possível evolução e o aclarar onde potencialmente se poderá vir a intervir e que aderências e resistências essa intervenção e delinear de políticas poderão colher.

Posto isto, face às características do projeto, com um carácter temático e territorial bem determinado, optou-se por escolher um grupo de atores locais que se consideraram bastante representativos / conhecedores da realidade local, procedendo-se à entrevista dos mesmos e subsequente análise.

Paralelamente, através da análise em Sistema de Informação Geográfica de cartografia de carácter histórico, com uma abrangência temporal, desde meados do século XIX até à atualidade, foi possível identificar e delimitar diferentes tipologias de ocupação territorial pelas populações residentes que,

consubstanciando diferentes matrizes entre a dimensão urbana e a dimensão rural, permitiram identificar disfunções e desarticulações quer nas estruturas urbanas (subinfraestruturação, subequipamento, suburbanidade, etc.), quer nas estruturas rurais (abandono da atividade agrícola, funcionamento dos mecanismos de armazenagem e escoamento dos produtos, etc.). É esta parte do projeto que importa aqui aprofundar.

O Município de Palmela, integrado na área metropolitana de Lisboa, tal como todos os outros territórios portugueses do Projeto NATURBA, vive a proximidade e influência de uma grande metrópole (Lisboa), assim como outros espaços no SUDOESTE europeu, onde os conflitos de utilização urbano-rural se expressam por um lado, na expansão urbana e pressão urbanística/imobiliária e por outro lado, na tentativa de preservação e valorização dos espaços rurais e naturais.

Os novos investimentos que estavam previstos para esta região, designadamente a Plataforma Logística do Poceirão, um Novo Aeroporto Comercial, a Rede Ferroviária em bitola Europeia e a Terceira Travessia sobre o Tejo, iriam provocar fortes impactos na geografia local. Para além da mudança física da paisagem, do impacto ambiental, dos novos usos do solo e das novas atividades económicas, o próprio período de implementação destas infraestruturas traria novas realidades ao Município quer pelo aumento do fluxo populacional, quer pelo quadro de construção e obra que durante algum tempo irá caracterizar o espaço. Estávamos perante novos desafios do ponto de vista do planeamento e ordenamento do território que obrigavam a pensar novas consistências económicas, sociais e espaciais, ou seja, num novo modelo de desenvolvimento territorial.

As expectativas do Município de Palmela, no quadro do projeto NATURBA, foram por isso também ao encontro dos grandes objetivos e orientações estratégicas definidos aquando da candidatura e assentaram em três ideias-chave:

- Ordenamento do território;
- Novo contrato social e governança;
- Recursos naturais/ambiente.

Em termos específicos, as grandes preocupações de Palmela enquanto parceiro “naturbano” traduziram-se no fundamental pela procura de resposta e orientação de acordo com as seguintes interrogações:

- Que estratégias de afirmação seguir para os territórios periurbanos que permitam a preservação dos espaços agrícolas e a multifuncionalidade da agricultura?
- Como impulsionar boas formas de governança tendo por base a cooperação local e a promoção da cidadania ativa?

- Como contribuir para a modificação de atitudes e comportamentos no que concerne à racionalização dos recursos energéticos e ao respeito pelo meio ambiente?

De forma a melhor compreender estes desafios que influenciam não só o território municipal mas alguns territórios vizinhos, nomeadamente os dos municípios da Moita, Montijo e Alcochete, foi constituído um grupo de parceiros alargado liderado pelo Gabinete de Planeamento Estratégico em articulação com o Gabinete de Apoio à Presidência que envolveu, para além de diversos setores da autarquia, outros atores locais com projetos e responsabilidades na dinamização e gestão do território, nomeadamente:

- ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal;
- AMRS- Associação de Municípios da Região de Setúbal;
- ARVPS/CA – Associação da Rota dos Vinhos da Península de Setúbal/Costa Azul;
- Câmara Municipal da Moita;
- Câmara Municipal de Alcochete;
- Câmara Municipal de Montijo,
- ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida
- Juntas de Freguesia do Poceirão e da Marateca (atualmente constituindo uma União de Freguesias, face à reforma administrativa),
- Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal

Esta reflexão conjunta e a tentativa de encontrar respostas mais concretas face às questões colocadas, envolvendo também todos os parceiros transnacionais NATURBA, corporizaram um trabalho de investigação focalizado num espaço delimitado – sítio-piloto – que abrangeu inicialmente a União de Freguesias de Poceirão e Marateca, territórios tradicionalmente rurais, onde a pressão urbanística e os novos investimentos põem em causa o modelo territorial vigente e a agricultura sustentável. Entretanto, na procura de respostas cedo se concluiu que se deveria em primeiro lugar procurar esclarecer o como identificar e, por conseguinte, delimitar, as áreas de incidência dos aspetos e problemas considerados de forma a construir um procedimento extrapolável para outras situações e outros territórios. Em consequência, concluiu-se que se deveria alargar a análise a todo o território municipal e não só às suas freguesias rurais, com vista à obtenção de todos os matizes e incidências de povoamento, desde o caraterizadamente urbano ao caraterizadamente rural.

Por fim, e face aos diversos casos presentes no projeto Naturba, em que porventura o único que verdadeiramente se assemelhava às caraterísticas do de Palmela era o de Múrcia e em parte o de Toulouse, considerou-se a necessidade de desenvolver uma metodologia de abordagem de raiz, ainda que tendo por base e orientação outros trabalhos e resultados em curso em Portugal, nomeadamente o

conduzido, sobre a mesma temática, pela Universidade de Aveiro, sob a coordenação do Professor Eng.º Jorge Carvalho, com a designação *Custos e Benefícios, à Escala Local, de uma Ocupação Dispersa*. E foi de alguma forma – uma metodologia – o que de concreto se conseguiu obter, para além de um levantamento e registo da evolução histórica do território de Palmela que permitiu aclarar e perceber as causas e os efeitos da maior parte da incidência das suas atuais áreas de ocupação dispersa.

11.1.2. Metodologia

Pretendia-se com o estudo identificar e delimitar as diferentes tipologias de ocupação territorial pelas populações residentes desde a dimensão urbana até à dimensão rural de forma a se poderem identificar disfunções e desarticulações quer nas estruturas Urbanas (sub-infraestruturação e subequipamento: suburbanidade), quer nas estruturas Rurais, Naturambientais (interferências com a rede hidrográfica, alterações da topografia e coberto vegetal e dos habitats) e Agrícolas (improdutividade, abandono, desestruturação social).

Para o efeito, procedeu-se à definição de um procedimento de avaliação cartográfica que possibilitasse evidenciar as condições de aglomeração de edificações suscetíveis de criar interdependências urbanas ou tendentes a isso. Consideraram-se os seguintes critérios:

- A proximidade entre edificações determina diferentes graus de vizinhança e interrelação, que concorrem para a sua leitura enquanto conjuntos densos, mais ou menos dispersos ou elementos isolados;
- O grau de infraestruturação e dotação em equipamentos de uma dada área, concomitantemente com a existência ou não de conjuntos edificados, determina e potencia o crescimento e a densificação destes;
- A presença de diferentes atividades económicas e a sua respetiva dimensão e características determinam o incremento do grau de vizinhança e interrelação entre edificações nomeadamente quando nelas se incluem relações de prestação de serviços e comércio.

Consideraram-se para o efeito como área de vizinhança, próxima, intermédia e remota, entre edificações, respetivamente, os polígonos constituídos por um limite de 15, 45 e 80 metros contados a partir do seu perímetro exterior, como tal constante em cartografia na escala 1:5000¹⁰⁹. Foram classificadas como

¹⁰⁹ Produzida pela empresa SOCARTO em 2003, homologada pelo IGP, com o sistema de referência Datum 73, projeção cartográfica Hayford-Gauss.

conjuntos urbanos e interurbanos, as contiguidades formadas pelas áreas de influência de 15m; como conjuntos agrurbanos as contiguidades formadas pelas áreas de influência de 45m; como conjuntos marcadamente rurais os formados pelas contiguidades de áreas de influência de 80 m.

Para a realização dos *buffers*¹¹⁰ não foram tidos em conta os usos, exceto nas áreas mono-funcionais industriais ou logísticas que foram sempre consideradas como urbanas, independentemente das infraestruturas que se lhe encontrassem associadas. Por último as áreas de vizinhança resultantes de ETA's e ETAR's não foram consideradas.

As infraestruturas consideradas para o efeito da identificação das diferentes áreas de povoamento foram: as de saneamento básico (exceto Resíduos Sólidos Urbanos), as de eletricidade e telecomunicações, as vias e os equipamentos públicos; sendo que se concluiu que as infraestruturas que mais potenciam e possibilitam a habitabilidade são os acessos viários públicos conjugados com a eletricidade, seguindo-se o abastecimento público de água e por último, os esgotos; estes praticamente só existem em situações marcadamente urbanas e normalmente foram concretizados *a posteriori* da consolidação destas. O grau de consolidação das vias também foi considerado.

Posteriormente e em resultado desta identificação foram atribuídos os seguintes fatores de ponderação por infraestrutura, cujo resultado se designou como índice de infraestruturação:

- Eletricidade – 1
- Água – 1
- Esgotos – 1 (Domésticos 0,5 e Pluviais 0,5)
- Vias asfaltadas – 0,5

Por último e tendo em conta que o tradicional parâmetro de avaliação da carga edificada no território em termos de densidade por unidade de superfície (fogos/ha; m²/m²; etc.) não era suficientemente caraterizador do seu real impacto ao nível das infraestruturas, uma vez que estas têm implicações sobretudo ao nível da estrutura rodoviária, considerou-se mais pertinente avaliar o grau de contiguidade das edificações não por unidade de superfície mas antes por unidade de extensão de via o que se designou como Densidade Edificatória Linearizada (DEL), ou seja o quociente entre o número de edifícios e um dado comprimento de via (CARVALHO, 2011).

Densidade Linearizada (DL) edifícios/hm de via - Limiares identificados:

- < 6 edif./ hm – densidade de referência em ocupação urbana concentrada

¹¹⁰ Área de vizinhança.

- 6 > edif. > 3/ hm – limiar entre ocupação urbana e ocupação interurbana
- 3 > edif. > 1/ hm – limiar entre ocupação interurbana e agrurbana
- 1 > edif. > 0,5/ hm – limiar entre ocupação agrurbana e ocupação rural
- > 0,5 edif. / hm – densidade de referência em ocupação rural

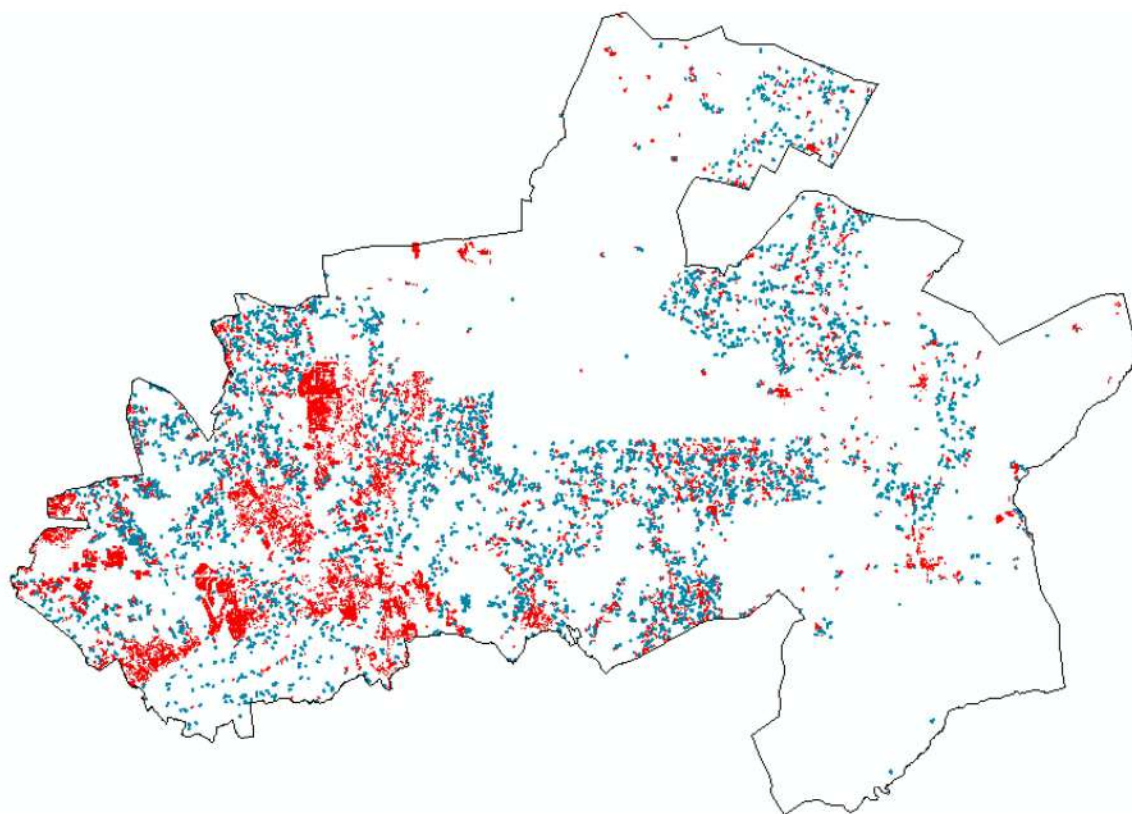
11.1.3 Identificação dos conjuntos edificados¹¹¹:

Conjuntos edificados – *buffer* de 15 m (conjuntos edificados compactos) – foram identificados os edifícios com mais de 30m² e retirados os conjuntos menores de 5000m² os quais apresentavam uma estrutura morfológica discrepante da estrutura urbana.

Nas áreas que não foram contabilizadas para os conjuntos edificados com *buffer* de 15m foram efetuados *buffer* de 45m (conjuntos edificados dispersos) nos edifícios desconsiderados do conjunto anterior; das áreas identificadas pelos *buffers* de 45 m foram retiradas todas as áreas que abrangessem somente um edifício.

¹¹¹ “Manchas constituídas pela agregação de edifícios em função de distâncias máximas entre eles” (In. Ocupação Dispersa à escala local: delimitação e caracterização, Seminário Ocupação Dispersa: Custos e Benefícios – Universidade de Aveiro – 21 de Junho de 2011).

FIGURA 79 - ÁREAS DE INFLUÊNCIA DE EDIFICAÇÕES



Fonte: Relatório Final Projecto Naturba (junho 2012), CMP/GPE

Todos os edifícios desconsiderados dos conjuntos anteriores e todas as áreas que não tinham qualquer infraestrutura das consideradas foram agrupados em *buffer* de 80m (conjuntos edificados rarefeitos) os quais não produziram resultados significativos para a identificação global das áreas.

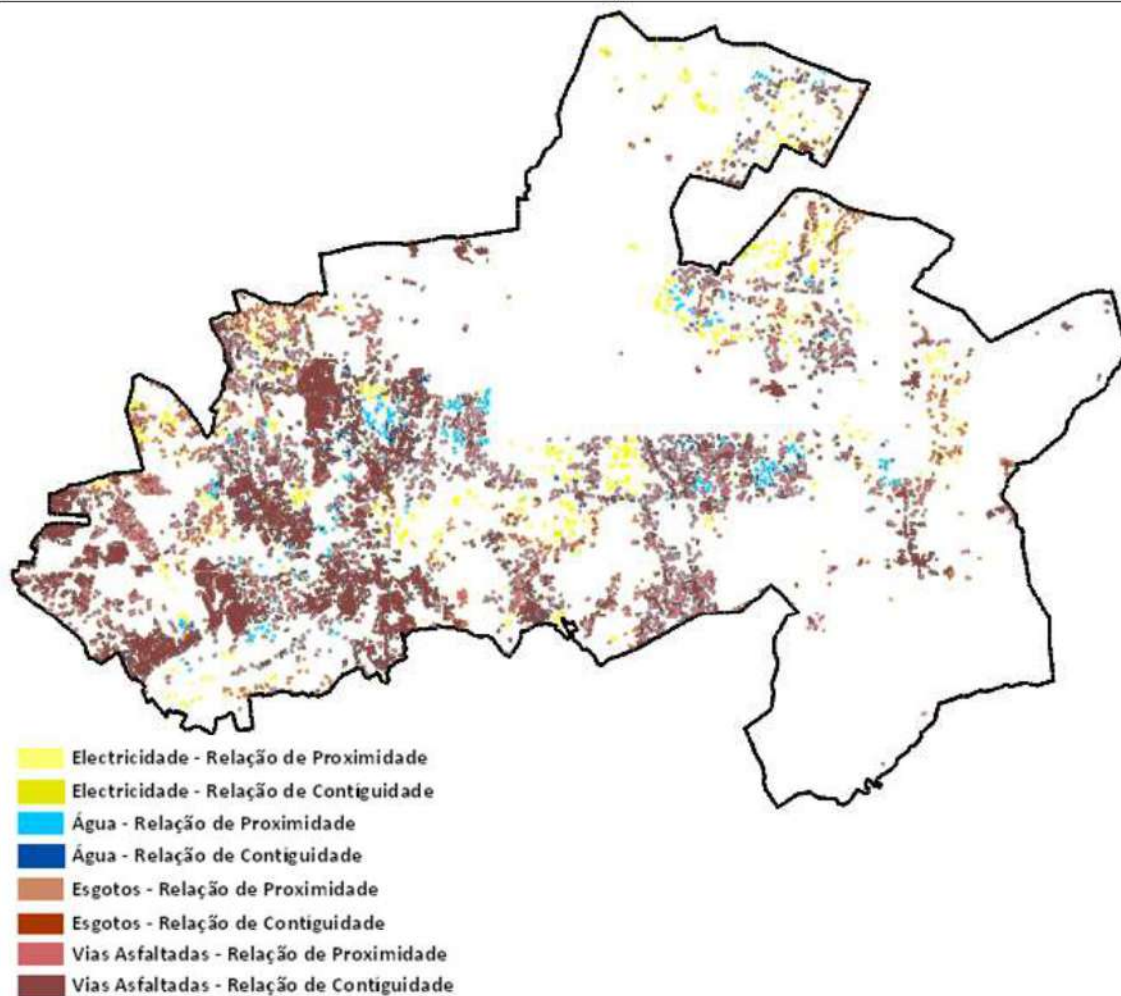
11.1.4. Infraestruturação do Território

Com os conjuntos edificados identificados, cruzámos as infraestruturas, criando um *buffer* de 50m para estas, com o cadastro associado às edificações das quais tínhamos efetuado os *buffers*, obtendo assim áreas servidas por determinada infraestrutura, designadamente: eletricidade, água, esgotos e vias asfaltadas. Em seguida considerámos nove combinações de infraestruturas para encontrar o Índice de Infraestruturação sendo esses grupos classificados como:

- Urbano I_i = 3,5 (Eletricidade + Água + Esgotos Domésticos + Esgotos Pluviais + Vias Asfaltadas)
- Urbano I_{ii} = 3 (Eletricidade + Água + Esgotos Domésticos + Vias Asfaltadas)
- Urbano I_{iii} = 2,5 (Eletricidade + Água + Vias Asfaltadas)

- Interurbano $li = 2$ (Eletricidade + Água)
- Agrurbano $li = 1,5$ (Eletricidade + Vias Asfaltadas)
- Agrurbano $li = 1$ (Eletricidade)
- Rural $li = 0,5$ (Vias Asfaltadas)

FIGURA 80 - INFRAESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO

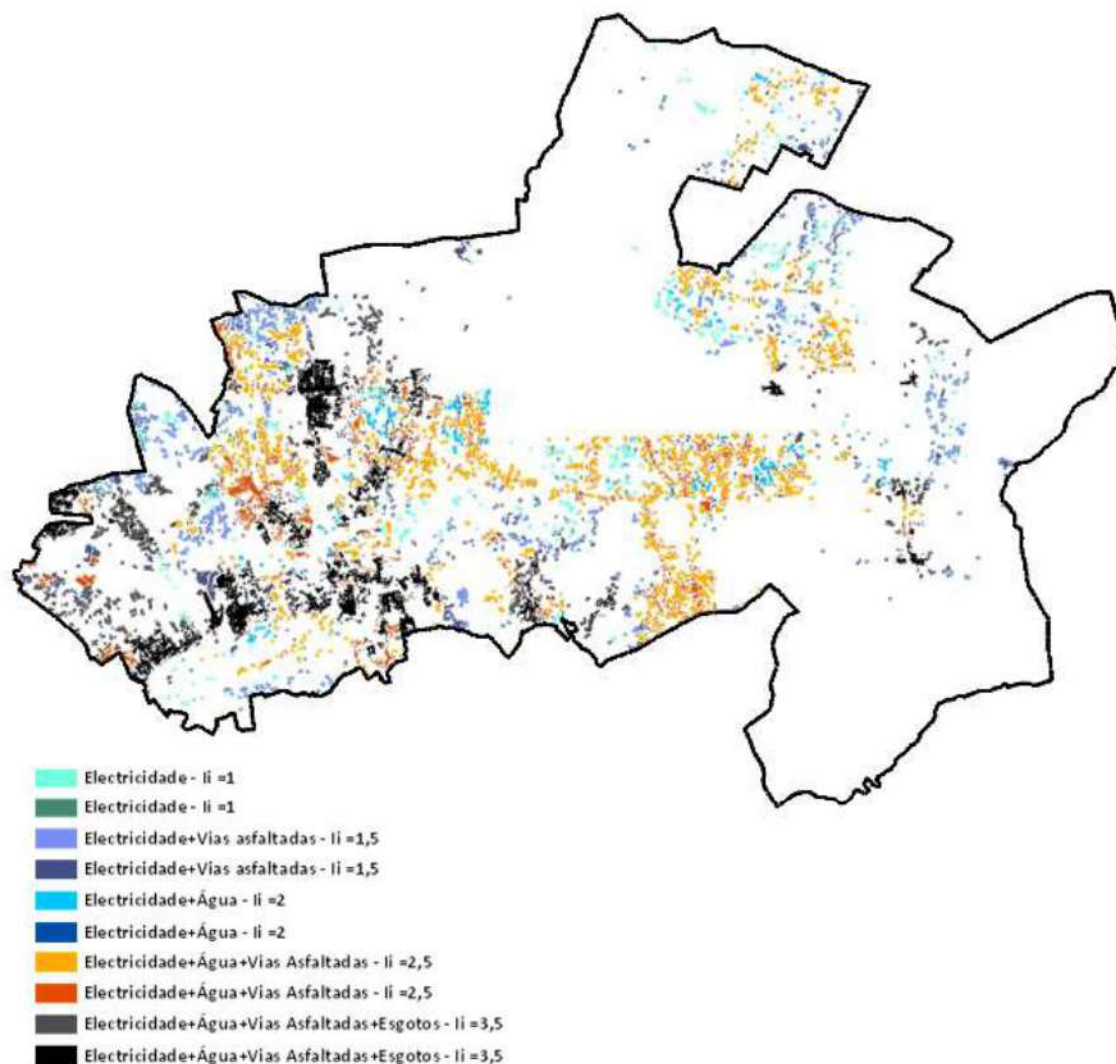


Fonte: Relatório Final Projecto Naturba (junho 2012), CMP/GPE

11.1.5. Níveis de infraestruturação do território

Nesta fase foram agregados os grupos encontrados anteriormente, atribuindo-lhe um índice o qual chamámos de Índice de Infraestruturação (Prof. Jorge Carvalho), tendo como base a Eletricidade.

FIGURA 81 - NÍVEIS DE INFRAESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO

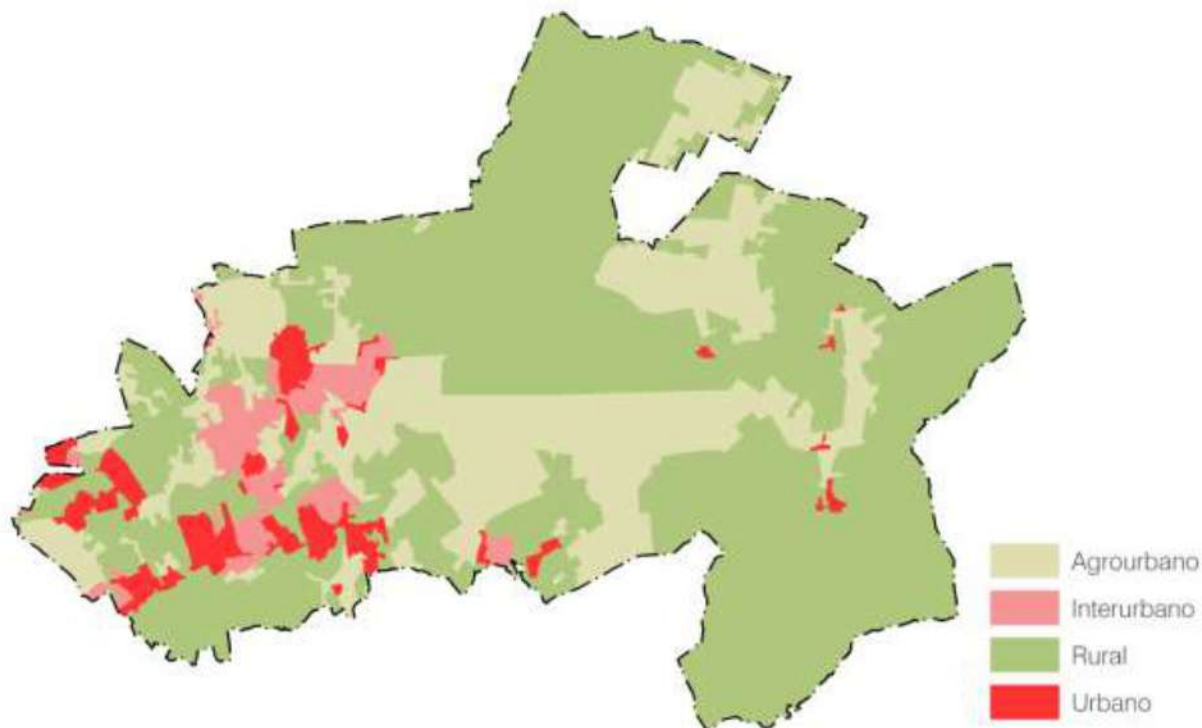


Fonte: Relatório Final Projecto Naturba (junho 2012), CMP/GPE

11.1.6. Identificação das áreas quanto ao seu nível de urbanização

A conjugação dos processos anteriores permitiu a realização de um “zonamento” analítico cobrindo a totalidade do território municipal, organizado em função do seu nível de urbanização. Assim, vem:

FIGURA 82 - NÍVEIS DE URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO



Fonte: CMP/GPE

11.1.6.1. Rural

Áreas com acentuado aproveitamento agrícola, pecuário e florestal com escassa ocupação edificatória, com dimensões de propriedade relativamente significativas.

11.1.6.2. Agroubano

Áreas ainda com uma estrutura rural de propriedade e de acessos, mas já com algum nível de infraestruturação, densidade de edifícios e presença de usos urbanos.

Nestas áreas, resultantes de antigas ações de aforamento e enfiteuse que se situam, sobretudo no centro e nascente do município, verifica-se uma já significativa fragmentação da propriedade e a presença de estruturas que pronunciam uma tendência para a cada vez maior proeminência das atividades e economia urbana relativamente às atividades rústicas, agrícolas, silvícolas e pecuárias.

11.1.6.3. Interurbano

Áreas de origem rural apresentando, porém, uma estrutura relativamente densa e recente, com usos urbanos relativamente diferenciados e consolidados. Apresentam-se, contudo, subequipadas e com défice de algumas infraestruturas, nomeadamente esgotos.

Estas áreas situam-se sobretudo em zonas alvo de construções e loteamentos ilegais em resultado dos quais surgiu um território com áreas urbanas descontínuas, desarticuladas, com territórios intersticiais, apresentando ainda algumas atividades rurais.

11.1.6.4. Urbano

Áreas com grande densidade edificatória, usos e estrutura com todas as infraestruturas de primeiro e segundo níveis.

O urbano decorre de uma utilização económica do território em que este não é utilizado enquanto matéria-prima, mas enquanto suporte de atividades; enquanto espaço vital, onde ocorrem fenómenos resultantes de ações humanas não primárias.

A dimensão destes espaços deve ser determinada em função da otimização dos meios necessários ao atingir dos objetivos prosseguidos pela atividade humana não primária considerada.

Os meios necessários integram como fatores fundamentais as redes de infraestruturas de 1.º e 2.º nível. Destas a determinante é a que possibilita o acesso ao recurso águas. Modernamente pode-se inferir que a mais importante é a energia elétrica, seguida dos sistemas de saneamento básico (com menor expressão para o de RSU – Resíduos Sólidos Urbanos) e das acessibilidades terrestres rodoviárias.

11.1.7. Densidade Edificatória Linearizada: situação existente

Depois de delimitadas as áreas relativamente à sua morfologia calculámos a densidade edificatória linearizada (DEL), expressa no número de edifícios por hectómetro.

QUADRO 106 - DENSIDADE EDIFICATÓRIA LINEARIZADA

Lugar	Id	Nº. edifícios	Hm de vias	Área (ha)	DEL (EDIF/hm)	DENSIDADE (EDIF/ha)	N.º Parcelas	Área média parcelas (ha)
Pinheiro Ramudo	40	12	27,99	12,27	0,43	0,98	8	1,53
Rio Frio	30	41	51,05	25,53	0,80	1,61	1	25,53
Quinta do Anjo	60	51	60,46	42,46	0,84	1,20	69	0,62
Vila Amélia	51	46	43,80	17,92	1,05	2,57	1	17,92
Serralheira	19	163	145,11	157,84	1,12	1,03	111	1,42
Cantadores	14	134	114,96	74,04	1,17	1,81	42	1,76
Marquesas/AutoEuropa	48	777	632,67	345,27	1,23	2,25	21	16,44
Lagoinha	38	28	20,10	9,14	1,39	3,06	1	9,14
Golf do Montado	10	130	92,11	62,46	1,41	2,08	8	7,81
Vila Amélia	52	66	45,86	31,61	1,44	2,09	16	1,98
Cabanas	56	62	42,34	19,80	1,46	3,13	37	0,54
Passarinhas	8	1118	758,47	835,69	1,47	1,34	308	2,71
Bairro Assunção	46	47	31,64	13,42	1,49	3,50	11	1,22
Cabanas	57	88	58,77	37,53	1,50	2,34	76	0,49
Vila Amélia	49	500	328,02	369,48	1,52	1,35	47	7,86
Sesmarias das Formas	39	480	310,23	295,22	1,55	1,63	222	1,33
Mancha 8 norte	29	76	46,01	34,79	1,65	2,18	90	0,39
Aires1	15	21	12,58	6,76	1,67	3,11	5	1,35
Norte Golf	9	41	23,38	23,14	1,75	1,77	23	1,01
Vila Amélia	50	107	58,61	23,08	1,83	4,64	4	5,77
Mancha 8	27	667	336,88	275,27	1,98	2,42	333	0,83
Asseiceira	7	3184	1479,85	1824,47	2,15	1,75	859	2,12
Lagoinha	35	249	113,98	109,13	2,18	2,28	125	0,87
Quinta do Anjo	59	71	32,38	20,61	2,19	3,45	67	0,31
Melgaços	20	484	219,71	197,68	2,20	2,45	250	0,79
Quintinhas do Fortes	41	239	106,59	94,92	2,24	2,52	114	0,83
Lagameças/Cajados/ Arraiados	3	11184	4949,29	5717,06	2,26	1,96	3522	1,62
Fernando Pó	4	127	52,91	13,24	2,40	9,59	20	0,66
Batudes	21	1283	526,99	556,53	2,43	2,31	556	1,00
Barra Cheia Nascente	42	269	99,72	107,37	2,70	2,51	80	1,34
São Gonçalo	54	56	20,62	14,25	2,72	3,93	31	0,46
Lagoinha	37	47	17,24	4,94	2,73	9,52	8	0,62
Sul Golf	11	27	9,79	9,88	2,76	2,73	15	0,66
Nascente Brejos do Assa	12	328	117,66	97,08	2,79	3,38	83	1,17
Fonte da Vaca	31	2340	807,74	940,56	2,90	2,49	858	1,10
Vale do Alecrim	34	267	87,93	48,90	3,04	5,46	27	1,81
Salgueirinha	26	5569	1734,86	1487,97	3,21	3,74	1717	0,87
Fonte Barreira	5	59	18,11	5,55	3,26	10,63	14	0,40
Aires2	16	774	231,63	178,06	3,34	4,35	148	1,20
Vale da vila 1	24	212	53,87	22,41	3,94	9,46	49	0,46
São Gonçalo	53	221	54,73	36,12	4,04	6,12	64	0,56
Aqualva	2	143	34,70	14,77	4,12	9,68	25	0,59
Quinta da Chapeleira	47	69	16,46	7,18	4,19	9,61	5	1,44
Abreu Grande	32	351	82,86	37,96	4,24	9,25	64	0,59
Marquesas 2	45	524	123,68	54,78	4,24	9,57	13	4,21
Barra Cheia Nascente	44	111	25,13	30,19	4,42	3,68	29	1,04
Pocirão	6	264	59,02	18,93	4,47	13,95	14	1,35
Carregueira	33	51	10,80	4,40	4,72	11,59	6	0,73
Aires/ Palmela	18	4819	958,27	470,80	5,03	10,24	776	0,61
Vale da Vila 2	25	177	34,87	15,24	5,08	11,61	30	0,51
Venda do Alcaide	22	251	48,13	22,26	5,21	11,27	25	0,89
Aires3	17	110	20,88	11,10	5,27	9,91	11	1,01
Brejos do Assa	13	339	62,40	29,88	5,43	11,35	71	0,42
Lagoa da Palha	23	160	28,03	11,85	5,71	13,50	38	0,31
Bairro Alentejano	43	751	130,50	67,30	5,75	11,16	44	1,53
Mata Lobos	36	551	92,50	55,62	5,96	9,91	117	0,48
Cabanas	55	2136	351,71	184,85	6,07	11,56	457	0,40
Quinta do Anjo	58	3936	638,93	325,01	6,16	12,11	414	0,79
Águas de Moura	1	616	99,28	50,96	6,20	12,09	67	0,76
Pinhal Novo	28	3897	616,43	263,61	6,32	14,78	272	0,97

Fonte: Relatório Final Projecto Naturba (junho 2012), CMP/GPE

11.1.8. Conclusões

Em primeiro lugar, e atentos os objetivos de partida em relação ao projeto NATURBA e à problemática mais específica de Palmela, cumpre concluir que não foi possível nem articular uma só e mesma linha de preocupações e abordagem metodológica, tendo em conta as diferentes formulações seguidas por cada um dos projetos locais e internacionais, fato, aliás, claramente assumido logo à partida, como também, no caso de Palmela, se concluiu que os dados de base alfanuméricos e cartográficos, não possibilitavam o encontrar das respostas a todas as questões colocadas *a priori*. Assim optou-se por nos atermos ao colmatar dessa lacuna de informação, aplicando um método de análise territorial para a identificação tão clara e inequívoca quanto possível das diferentes realidades e dinâmicas em presença no território-alvo, tendo em conta o encontrar de critérios para a sua delimitação, caracterização e identificação conceptual.

De todo o percurso realizado resultou relativamente clara e consolidada uma metodologia para aquela identificação, caracterização e delimitação de áreas que, não sendo consideradas como urbanas, cumprem, contudo, um papel como que a “meio-caminho” entre uma e a outra condição, quer pelo nível de agregação/proximidade das construções, independentemente do seu uso, quer pelo nível de infraestruturação e de equipamentos, quer ainda pelo número e diversidade de funções e de tipologias urbanas.

Os resultados obtidos não nos vieram revelar uma realidade muito díspar daquela a que de uma forma mais empírica já tínhamos chegado, vieram, isso sim, precisar esse conhecimento e torná-lo mais abarcável, por quem, não conhecendo este território mais de perto, ainda assim, de alguma forma, necessite de com ele se interrelacionar, deixando perspectivas de uma sua eventual aplicabilidade a outros territórios, quer na sub-região peninsular de Setúbal, como mesmo, em outras situações do “espaço NATURBA”.

Assim, uma das primeiras conclusões que poderemos enunciar diz respeito ao facto de que, de uma forma geral, as propriedades localizadas entre urbanizações, seja no interior de perímetros urbanos formalmente delimitados, seja em áreas rurais, normalmente apresentam uma diminuição da atividade agrícola e uma maior extensão de terrenos incultos, bem como uma relativamente maior densidade de construções e níveis de infraestruturação, sem que, contudo, as regras regulamentares aplicáveis variem, ou as suas características dimensionais e morfológicas de fragmentação fundiária apresentem aspetos diferenciadores dos de zonas rurais equivalentes. Pelo contrário, sempre que este contacto expresso com áreas urbanizadas se não verifica dá-se uma miscigenação de valências urbanas com presença significativa de usos agroflorestais, numa mesma propriedade ou em propriedades contíguas, independentemente dos

níveis de infraestruturação e equipamento, notando-se uma progressiva predominância das primeiras à medida que a propriedade se apresenta mais fragmentada.

Como uma segunda conclusão poderemos enunciar que os níveis de infraestruturação nem sempre originaram maior fragmentação, mas quando se verificaram em áreas rurais, consolidaram o pendor urbano das propriedades, com aumento do número de construções, que, não obstante, continuam a apresentar atividade agrícola.

Uma terceira constatação será que porventura o índice de compactação de um determinado território, dado pela soma entre a “Densidade Edificatória Linearizada” e a Densidade de Edificações por unidade de Superfície (DEL+DES) é diretamente proporcional, isto é, quanto maior o seu valor, maior a compactação.

Uma quarta conclusão prende-se com o facto de que estas áreas, ainda que interagindo fortemente com as dimensões e os fatores das dinâmicas urbanas, não tiveram a sua origem nestas, antes pelo contrário, surgiram em função de medidas legislativas que ainda hoje persistem, visando o controlo e o aumento da eficácia da estrutura produtiva agrícola e que, ao se conjugarem com conjunturas regressivas do setor em contexto metropolitano, deram azo a efeitos quase que opostos aos pretendidos, incrementando parcelamentos e implantação de atividades caracterizadamente urbanas, em complemento ou mesmo em substituição das anteriores ligadas ao setor primário. Surgiram assim atividades de armazenagem, pequenas unidades oficinais, ligadas ao ramo da metalomecânica e reparação de maquinaria, lojas de retalho e de prestação de serviços, concomitantemente com estruturas de apoio à atividade agropecuária e a habitação.

No contexto do espaço SUDOE e mais especificamente dos territórios dos sítio-piloto que integraram este projeto NATURBA, podemos concluir que as realidades e as problemáticas abordadas apresentaram semelhanças e disparidades regionais, relativamente significativas, em função da história da sua respetiva génese, enquadramento socioeconómico e político-legislativo. Também considerados os sítios-piloto de *per si*, poderemos encontrar particularidades que os diferenciam por um lado e agregam por outro. Assim diríamos que a realidade portuguesa se assemelha muito mais à realidade e problemática espanhola do que da francesa, sendo que em termos dos diversos projetos locais, as estratégias de abordagem de Palmela se identificam sobretudo com as de Múrcia e em parte com as de Gipuzkoa. Não obstante, tal não significa que as dos outros projetos não tenham sido de relevância para o cotejar de dinâmicas e de experiências, e para o ensaiar de possíveis soluções. E neste aspeto gostaríamos de sublinhar o importante conceito que existe em França quanto à proteção das áreas agrícolas e da sua importância estratégica enquanto unidades a um tempo de produção e de equilíbrio ambiental, que, se bem que análoga ao conceito da Reserva Agrícola Nacional, no fundo, a transpõe para o território e a articula politicamente de forma mais integrada e integradora.

12.2 Padrões de Ocupação do Solo

Nesta primeira fase de Caracterização e Diagnóstico do trabalho de revisão do PDM foi elaborado um inventário dos padrões de ocupação do solo para o território do Município de Palmela. Este inventário tem como principal objetivo a análise da expressão territorial das principais dinâmicas instaladas e a identificação de áreas emergentes ou em transformação, assim como o impacto que estas têm ou possam vir a ter na paisagem e no modelo de ocupação do território municipal. Esta informação constitui um dos principais pilares para a definição, em fase posterior dos trabalhos de revisão do PDM, do modelo territorial e ainda da definição de orientações e normas dirigidas à integração das atividades no território.

Deste modo, procedeu-se à identificação e caracterização das diferentes parcelas homogêneas em termos de ocupação de solo do Município segundo uma legenda / grelha de classificação adaptada à realidade municipal. Este trabalho foi realizado através de foto-interpretação e digitalização dos principais padrões com base numa primeira fase na informação inicial fornecida pela Câmara, tendo sido utilizados na fotointerpretação os ortofotomapas de 1999 e numa segunda fase as imagens de 2001 do Município. O aparecimento posterior de imagens de qualidade superior, permitiu aferir e validar os primeiros resultados. Para além das imagens do território foi também utilizada informação relativa ao Plano Diretor Municipal em vigor, planos municipais de ordenamento (PMOT), Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional, para perceber as transformações que se têm vindo a operar no território e as principais dinâmicas instaladas. Para a identificação e digitalização das unidades de ocupação foi adotada a escala 1:10 000 que permite uma visualização detalhada dos fenómenos instalados, embora com ampliações à escala 1:5000 sempre que se tornou necessário analisar em maior detalhe algumas características de ocupação no Município.

A metodologia adotada tem por base os princípios da Ecologia da Paisagem, os quais enfatizam as relações entre espaços e usos, através da sua hierarquia, estrutura, funções e fluxos de energia, e permitem identificar o papel dominante dos elementos que ocorrem na paisagem (padrões, corredores e matrizes), o seu valor global e as relações que estabelecem com os territórios envolventes. O estudo e caracterização dos padrões dominantes de ocupação do solo permitem, ainda, identificar as funções com maior expressão espacial e a articulação entre as diversas formas de apropriação do espaço pelas atividades económicas.

11.2.1. Principais características dos padrões de ocupação do solo

Estabeleceu-se uma classificação de padrões com usos dominantes que deram origem à listagem de tipologias de ocupação apresentada. Esta classificação distingue num primeiro nível as classes de ocupação de solo e num segundo nível, mais desagregado, as subclasses as quais permitem introduzir um maior rigor na classificação e identificar objetos ou áreas do território com características específicas. No Quadro 107 apresenta-se a legenda adotada para o Município de Palmela (ver Figura 83, página 376) e seguidamente uma breve descrição da distribuição e importância no território do Município das classes com maior expressão municipal.

QUADRO 107 - LEGENDA ADOTADA PARA A IDENTIFICAÇÃO DOS PADRÕES DE OCUPAÇÃO DO SOLO EM PALMELA

Ocupação	Classe	Sub-classe		Notas
Áreas Edificadas	AE	Compacta	AEC	
		Fragmentada	AEF	
		Dispersa	AED	
		Dispersa de elevada densidade	AEDd	
		Fracionamento da propriedade	AEFp	
		Núcleos espaço rural	AEN	
Áreas Agrícolas	AA	Policultura	AAP	Habitação dispersa
		Pastagens e Culturas cerealíferas	AAPC	Habitação dispersa
		Vinha	AAV	Habitação dispersa
		Arrozais	AAA	
		Culturas de Regadio	AAR	Habitação dispersa
		Agropecuária	AAAP	
Áreas Florestais	AF	Montado denso	AFMD	
		Montado esparso	AFME	
		Outras espécies	AFO	
		Serra da Arrábida	AFA	
Espaços Vazios	EV	Espaços Vazios	EV	
Áreas Industriais	AI	Áreas industriais	AI	
Equipamentos	EQ	Golf	EQG	
		Kartodromo	EQK	
Áreas Húmidas	AH	Áreas alagadas	AHA	
		Salinas	AHS	
Rios, Lagos e Albufeiras	AG	Albufeiras	AGA	
		Lagos	AGL	
		Rios	AGR	

Fonte: CMP

11.2.1.1. Áreas Edificadas

As áreas edificadas abrangem todo o tipo de tipologias relacionadas com o edificado, desde os núcleos urbanos até ao edificado disperso no espaço rural, e às instalações industriais isoladas e/ou equipamentos de qualquer tipo. No território do município de Palmela, esta classe ocupa uma área de cerca de 8000 hectares, ou seja cerca de 17% da área do Município, distribuída por diversas subclasses. Apesar deste valor, interessa destacar que a edificação em núcleos urbanos ocupa pouco mais que 1% do território e que as áreas edificadas classificadas como edificação dispersa apresentam uma elevada percentagem e área de distribuição - cerca de 6000 hectares, ou seja, 13% da área do Município.

Esta desproporção evidencia uma afetação de território à edificação dispersa, com a necessária afetação de recursos à infraestruturação e equipamento destas extensas áreas. Ao mesmo tempo, esta edificação provoca uma destruição em extensão, ou a fragmentação, de paisagens agrárias ou florestas com interesse económico, ecológico e paisagístico

A edificação dispersa está normalmente associada a áreas de agricultura residual, vinhas e pomares e ainda a outras formas de fracionamento da propriedade, típicas de procedimentos não planeados ou programados e provavelmente ilegais, também identificados na subclasse “AEFP” (ocupando no total de 800 hectares). As áreas mais importantes ocupam os territórios envolventes dos núcleos de Pinhal Novo, Quinta do Anjo, Palmela, Lagameças e Quinta da Maca e Poçoirão.

A dimensão e extensão territorial deste fenómeno, justifica um estudo mais aprofundado da sua natureza, dinâmica e tendências evolutivas bem como das consequências financeiras, de ordenamento e paisagísticas a médio prazo e ainda a sua resolução e enquadramento no âmbito da revisão de PDM em curso.

11.2.1.2. Áreas Agrícolas

As áreas agrícolas – as quais abrangem diversos tipos de usos de elevado potencial produtivo - ocupam cerca de 44% do território municipal o que evidencia a relevância deste sector para a atividade económica do Município e traduzem a existência de um elevado valor produtivo e de alguma diversidade paisagística e cultural.

A vinha ocupa um lugar central (7300 hectares – cerca de 16% da área do Município), seguida das áreas de regadio e das culturas cerealíferas e pastagens. As áreas de policultura ocupam cerca de 6000 hectares

– 13% da área do Município, com diversas formas de produção agrícola, normalmente associadas à pequena propriedade e a áreas muito parceladas ou fracionadas.

No entanto, associada à ocupação agrícola surge edificação dispersa de baixa densidade, a qual está associada a praticamente todas as subclasses definidas, com exceção das áreas ocupadas pela exploração de arroz e agropecuária. A carta de ocupação do solo apresentada não traduz, porém, a extensão do fenómeno uma vez que se optou como metodologia de trabalho a ênfase da classe dominante, ou seja, a classe agrícola, embora a sua delimitação tenha sido efetuada através da identificação e registo próprio na tabela de dados.

11.2.1.3. Áreas Florestais

As áreas florestais, as quais incluem pinhal, eucalipto e montado constituem outro recurso importante no Município de Palmela uma vez que ocupam cerca de 32% do território do Município e constituem um recurso natural de elevada importância ecológica, paisagística e económica. É de destacar a relevância do montado no Município, cuja expressão espacial se traduz numa ocupação de cerca de 25% do território, embora com densidades diferentes. Este fenómeno merece especial destaque e motivou a definição de duas subclasses de ocupação do território.

Os restantes povoamentos florestais - que integram pinhal e eucalipto - ocupam áreas significativas do território, muito embora com uma forma residual, na área do Município mais localizada para Nascente. É de destacar a importância para a conservação da biodiversidade de alguns dos pinhais do Município, designadamente o das “Espanholas”, das “Formas” e das “Marquesas” cuja distribuição espacial é bastante contida.

11.2.1.4. Outras tipologias de ocupação

Das restantes tipologias de ocupação que foram identificadas, apenas se evidenciam as que merecem especial destaque no âmbito das lógicas de transformação do território municipal de Palmela, quer pela sua larga ou reduzida expressão espacial.

Deste modo, destaca-se em primeiro lugar, a expressão territorial e importância central das Áreas Industriais e em particular das áreas de logística. Estas ocorrem em diversas localizações espaciais, mas surgem de forma mais contínua na área poente do Município constituindo grandes unidades industriais com

elevada importância metropolitana. Este fenómeno evidencia a forte apetência municipal para a instalação de diferentes tipos de atividades industriais, não só pela lógica das aglomerações das atividades económicas, mas também pela localização geográfica privilegiada na AML e das boas acessibilidades que têm vindo a ser criadas.

Outra tipologia de ocupação que merece especial destaque, e que poderá a longo prazo ser um fator com importância económica no Município, são as áreas naturais, algumas das quais classificadas e com interesse nacional e internacional. Estas áreas assumem a forma de áreas húmidas em prolongamento do Estuário do Tejo e Sado, acompanhando as principais linhas de água do Município. Os recursos hídricos são significativos, ainda que a rede hidrográfica não seja muito marcada e nítida. No entanto deve ser considerada como um elemento estruturante na organização municipal e na definição das áreas com maior interesse ecológico.

Destacam-se também as áreas de equipamentos pela fraca representatividade espacial no Município uma vez que apenas se identificou um campo de Golf e um Kartódromo atualmente em funcionamento.

Por último, há que referir a identificação de áreas com uma clara dinâmica de alteração do uso do solo, identificadas na classe “Espaços Vazios”, as quais evidenciam obras de construção grande parte das quais associadas à expansão ou criação de novas áreas industriais.

11.2.2. Resultados e unidades territoriais

Para uma melhor perceção dos resultados apresenta-se de seguida uma ficha com a estatística relativa aos diferentes padrões de ocupação.

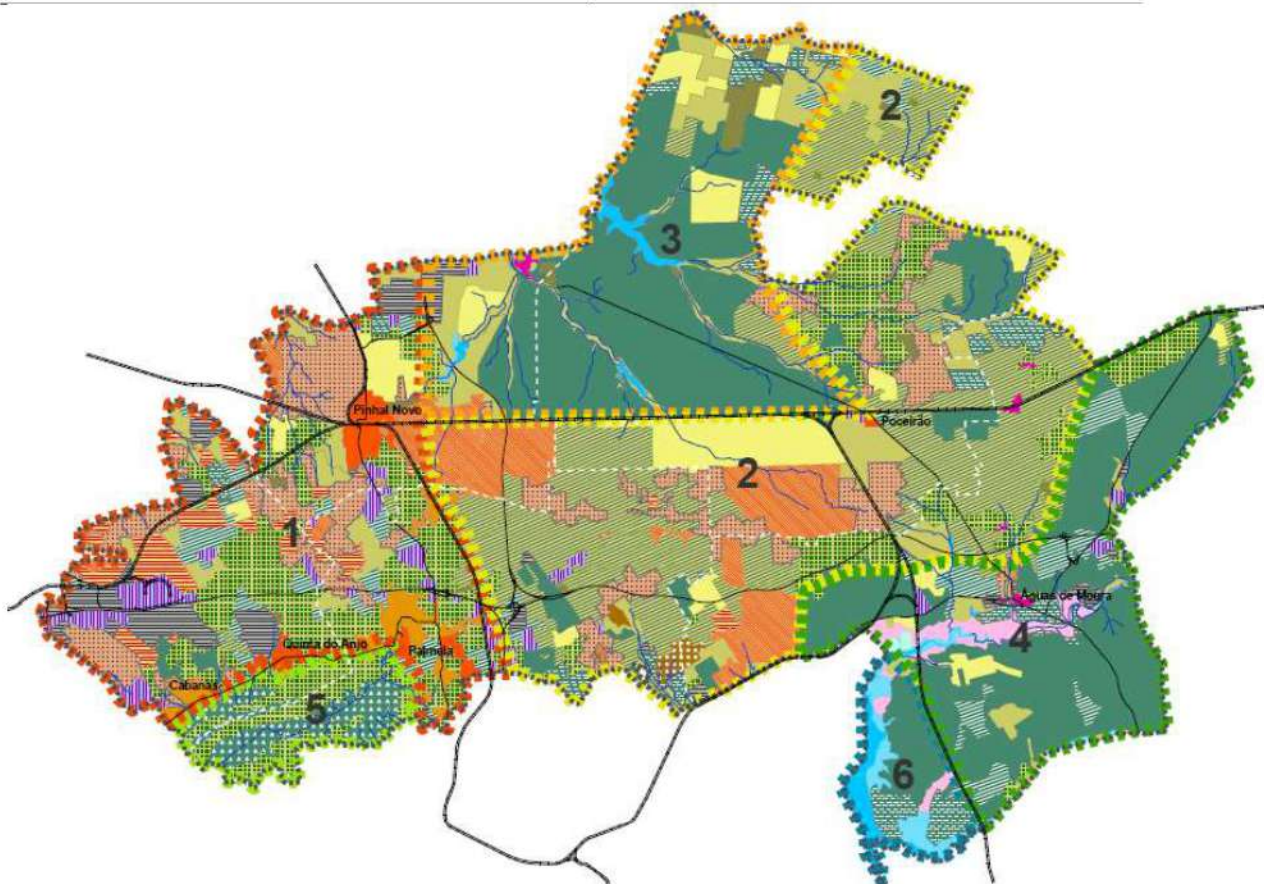
QUADRO 108 - ESTATÍSTICA DOS PADRÕES DE OCUPAÇÃO DO SOLO EM PALMELA

Classe	Subclasse	Área (ha)	Peso no Município (%)
AE	AEC	574,78	1,24
	AED	3.540,28	7,62
	AEDd	2.464,51	5,30
	AEF	546,31	1,18
	AEFP	839,16	1,81
	AEN	70,74	0,15
Total AE		8.035,79	17,29
AA	AAA	463,16	1,00
	AAAP	390,56	0,84
	AAP	6.085,56	13,10
	AAPC	3.743,32	8,06
	AAR	2.415,39	5,20
	AAV	7.318,65	15,75
Total AA		20.416,64	43,94
AF	AFA	713,24	1,53
	AFMD	11.365,98	24,46
	AFME	1.329,88	2,86
	AFO	1.863,14	4,01
Total AF		15.272,24	32,87
IN		770,31	1,66
AG AH		865,28	1,86
EV		969,55	2,09
EO		130,06	0,28

Fonte: CMP

Podemos igualmente delimitar preliminarmente o que se podem chamar unidades territoriais homogêneas e estabelecer algumas orientações para serem aprofundadas em fases posteriores do plano.

FIGURA 83 – PADRÕES DE OCUPAÇÃO E UNIDADES TERRITORIAIS



Unidades Territoriais

1	Ponte - Pinhal Novo, Qil' do Arco, Palmela	3	Norte florestal	5	Parque Natural da Arrábida
2	Interior Agrícola com Edificação Dispersa	4	Nascente florestal	6	Reserva Natural do Estuário do Sado

Área Edificada - AE:

AEC - Compacta	Áreas Edificadas Consolidadas
AED - Dispersa de baixa a média densidade	Áreas Agrícolas com Edificação Dispersa
AEDd - Dispersa elevada densidade	Áreas de Edificação Dispersa
AEFP - Fraccionamento da propriedade	Áreas Edificadas Desordenadas e Fragmentadas
AEF - Fragmentada	Áreas Edificadas Desordenadas e Fragmentadas
AEN - Núcleos em Espaço Rústico	Núcleos Edificados em Espaço Rústico

Áreas Agrícolas - AA:

AAAP - Agro pecuária	Áreas Agrícolas
AAR - Regadio	Áreas Agrícolas
AAA - Arroz	Áreas Agrícolas em Baixa Aluvionar
AAPC - Pastagens e Culturas Cerealíferas	Áreas Agrícolas
AAP - Policultura	Áreas Agrícolas
AAV - Vinha	Áreas Agrícolas

Áreas Florestais - AF:

AFA - Arrábida	Áreas Florestais
AFMD - Montado Denso	Áreas Florestais de Montado
AFME - Montado Esporoso	Áreas Florestais de Montado
AFO - Outras Áreas Florestais	Áreas Florestais

Equipamento - EQ:

EQK - Pista de Kart	Grandes Equipamentos
EQG - Campo de Golf	Áreas Desportivas
RI - Áreas Industriais	Áreas Industriais
EV - Espaços Vazios	Áreas Não Edificadas em Espaço Não Estruturado, Desordenado e Fragmentado
AG - Rios, Lagos e Albufeiras	Áreas Húmidas
AAH - Áreas Húmidas	Áreas Húmidas
AS - Salinas	Salinas

Fonte: CMP

11.2.2.1. Unidade 1 – Poente: Pinhal Novo, Quinta do Anjo e Palmela

Este território é estruturado com base nos principais aglomerados urbanos do Município e possui as novas dinâmicas de alteração de uso do solo. Trata-se de um território fragmentado onde a atividade agrícola ainda tem presença significativa, mas, os usos urbano-industriais dividem e fracionam o território de forma extensiva o que dificulta a definição de redes com carácter de continuidade ecológica.

O PROT-AML define um conjunto de ligações estruturantes secundárias que estabelecem a transição entre a Serra da Arrábida e o Estuário do Tejo através de linhas de água e de espaços ainda livres. A EE deverá basear-se nos aspectos referidos no PROT-AML e nas áreas da REN e RAN e ser simultaneamente consistente com as questões urbanísticas e de acessibilidades, as quais deverão em primeira instância estruturar este território. A rede hidrográfica será claramente o elemento central e estruturante deste território em termos ecológicos. As áreas de RAN e REN poderão ser reconfiguradas se tal vier a ser justificado no âmbito do processo de revisão do PDM.

11.2.2.2. Unidade 2 – Interior Agrícola e Edificação Dispersa

Este território é no essencial desordenado, fragmentado e com densidades de edificação muito variável as quais ocupam grandes extensões de espaço. A agricultura, em especial a vinha, é um uso dominante nesta unidade e constitui um recurso importante a considerar e demarcar no âmbito da definição da EE mas também com atividade económica de relevância no Município. As áreas com maior importância deverão, assim, ser delimitadas e definitivamente subtraídas a alterações de uso para edificado com qualquer densidade habitacional. A edificação deve ser restringida às áreas atualmente afetadas a este uso, justificando-se a densificação e ocupação de espaços intersticiais em tecidos já consolidados. Nestas áreas deverá ser claramente avaliado os custos de infraestruturação associados a estes modelos urbanísticos. A nucleação é desejável pelo que devem ser encorajados e definidos núcleos urbanos que deverão assumir esse papel.

11.2.2.3. Unidades 3 e 4 – Noroeste e Nascente Florestal

A ocupação florestal dominante neste espaço deverá ser mantida e integrada na EE, devendo todo o tipo de projetos ou atividades económicas a desenvolver nesta área, fora dos perímetros urbanos, serem

subordinados a esta tipologia fundamental. As áreas agrícolas deverão estar contidas nos espaços atualmente existentes e definir-se um estatuto de uso do solo que não permita a sua simples alteração.

A ocupação edificada com funções meramente habitacionais deverá ser também contida ou afeta a densidades muito baixas a baixas. As áreas com equipamentos turísticos poderão ocorrer nestes territórios naturalizados, com edificação associada ainda que com índices de ocupação e densidades baixas a muito baixas. As orientações do PROT-AML para estes territórios são claras, considerados essenciais ponto de vista ecológico à escala metropolitana, regional e municipal. Deste modo deverá ser prestada uma atenção especial às áreas que apresentam um elevado potencial ecológico e paisagístico que poderá ser associado a atividades de recreio e lazer.

11.2.2.4. Unidades 5 e 6 – Parque Natural da Arrábida e Reserva Natural do Estuário do Sado

Estas áreas possuem regimes de gestão especiais que decorrem dos respetivos regulamentos dos planos de gestão. O PDM deverá consignar usos compatíveis com estas áreas, nomeadamente sendo considerados espaços rurais e naturais a manter.

Sendo áreas essenciais para a estruturação ecológica do município e que têm elevada importância não só municipal, mas também metropolitana, tal como identificado pelo PROT-AML, devem constituir um elemento fundamental da EE municipal.

12.3 Tipologias de Ocupação de Solo

CLASSE	AE	Áreas Edificadas
SUB-CLASSE	AEC	Áreas Edificadas Compactas



Caraterísticas

Espaços edificados compactos, cuja morfologia é definida através de arruamentos, edifícios e espaços públicos de forma contínua e com ausência de grandes vazios. Este conceito inclui cidades e vilas, designadamente sedes de município e de freguesia.

CLASSE

AE

Áreas Edificadas

SUBCLASSE

AEF

Áreas Edificadas Fragmentadas



Caraterísticas

Fragmentação e desqualificação do território, normalmente adjacente às áreas urbanas compactas. Convivência de usos e funções nem sempre compatíveis ou desejáveis.

Arruamentos muitas vezes descontínuos, em terra batida, sem hierarquia e com impasses.

Estrutura da paisagem agroflorestal já impercetível e predomínio de espaço vazio não construído.

Áreas com dinâmicas de crescimento.

CLASSE

AE

Áreas Edificadas

SUBCLASSE

AED

Áreas Edificadas **Dispersas**



Caraterísticas

Domínio de áreas agrícolas e do mosaico decorrente de culturas agrícolas e do parcelamento da propriedade.

Parcelamento da propriedade, elemento fundamental ainda presente e visível.

Habitação isolada ou em pequenos grupos que constituem o padrão da paisagem, variando a densidade.

Os principais acessos às habitações são efetuados através de arruamentos e caminhos de largura reduzida em terra batida ou em macadame.

A edificação está associada a uma única parcela rústica na maior parte dos casos.

CLASSE

AE

Áreas Edificadas

SUBCLASSE

AEDd

Áreas Edificadas Dispersas Elevada Densidade



Caraterísticas

Evidentes fenómenos de fracionamento. Construções em parcela rústica e/ou em destaques da parcela inicial.

Maior densidade das áreas edificadas.

Loteamentos

Vias em terra batida

CLASSE

AE

Áreas Edificadas

SUBCLASSE

AER

Núcleos em Espaço Rústico



Caraterísticas

Núcleos edificados com base num espaço central com desenvolvimento edificado contínuo.

Concentração do edificado no meio da paisagem agroflorestal.

Estabilidade da paisagem evidente ou aparente

CLASSE

AE

Áreas Edificadas

SUBCLASSE

AEFP

Fracionamento da Propriedade



Caraterísticas

Evidencia de fracionamento da propriedade, com estrutura viária perceptível e com, ou sem edificação.

Ausência de estrutura e hierarquia urbana.

CLASSE

AA

Áreas Agrícolas

SUBCLASSE

AAAP

Agropecuária



Caraterísticas

Parcelas com atividade agropecuária intensiva (substituindo montados)

CLASSE

AA

Áreas Agrícolas

SUBCLASSE

AAR

Regadio



Caraterísticas

Áreas exploradas para culturas de regadio, muitas delas facilmente identificáveis devido à utilização da rega por pivots.

Agricultura intensiva (Pecuária associada / substituição de montado).

CLASSE

AA

Áreas Agrícolas

SUBCLASSE

AAP

Áreas de Policultura



Caraterísticas

Conjunto de parcelas ou folhas de cultura com culturas arvenses de sequeiro associada a pomares de frutícolas ou simplesmente com arborização periférica da parcela.

Agricultura em pequena propriedade.

Nota: Esta subclasse apresenta, por vezes, edificação de baixa densidade.

CLASSE

AA

Áreas Agrícolas

SUBCLASSE

AAA

Arroz



Caraterísticas

Exploração de arroz associado às linhas de água e baixas aluvionares.

CLASSE

AA

Áreas Agrícolas

SUBCLASSE

AAPC

Pastagens e Culturas Cerealíferas



Caraterísticas

Áreas extensas de pastagens, sem arborização ou edificação.

CLASSE

AA

Áreas Agrícolas

SUBCLASSE

AAV

Vinha



Caraterísticas

Áreas extensas de exploração de vinha.

Nota: Esta subclasse apresenta, por vezes, edificação de baixa densidade.

CLASSE

AF

Áreas Florestais

SUBCLASSE

AFMD

Montado Denso



Caraterísticas

Floresta de produção, classificada.

CLASSE

AF

Áreas Florestais

SUBCLASSE

AFME

Montado Esparso



Caraterísticas

Áreas de exploração agroflorestal onde o montado é explorado em baixa densidade com pastagens subcoberto.

CLASSE

AF

Áreas Florestais

SUBCLASSE

AFA

Arrábida



Caraterísticas

Paisagem única, área florestal protegida inserida no Parque Natural da Arrábida.

CLASSE

AF

Áreas Florestais

SUBCLASSE

AFO

Outras Áreas Florestais



Caraterísticas

Áreas Florestais de pinheiro e eucalipto inseridas em espaço agrícola ou de edificação dispersa.

CLASSE

EV

Espaços Vazios

SUBCLASSE

EVC

Espaços vazios em construção



Caraterísticas

Áreas inseridas no espaço rústico ou no espaço edificado evidenciando obras de construção (obras de urbanização) de infraestruturas, arruamentos, edifícios ou outros equipamentos, em pelo menos 25% da sua área.

Área com dinâmica instalada de alteração do uso do solo.

Os seus limites são definidos pelo limite aproximado das áreas com movimentos de terras ou obras de urbanização ou construção.

CLASSE

AI

ÁREAS INDUSTRIAIS

SUBCLASSE

AI

Indústria, Armazenagem, Comércio e Logística



Caraterísticas

Elementos isolados ou conjuntos de elementos com expressão espacial destinados à instalação de empresas, indústria e armazenagem incluindo grandes e médias superfícies comerciais.

CLASSE

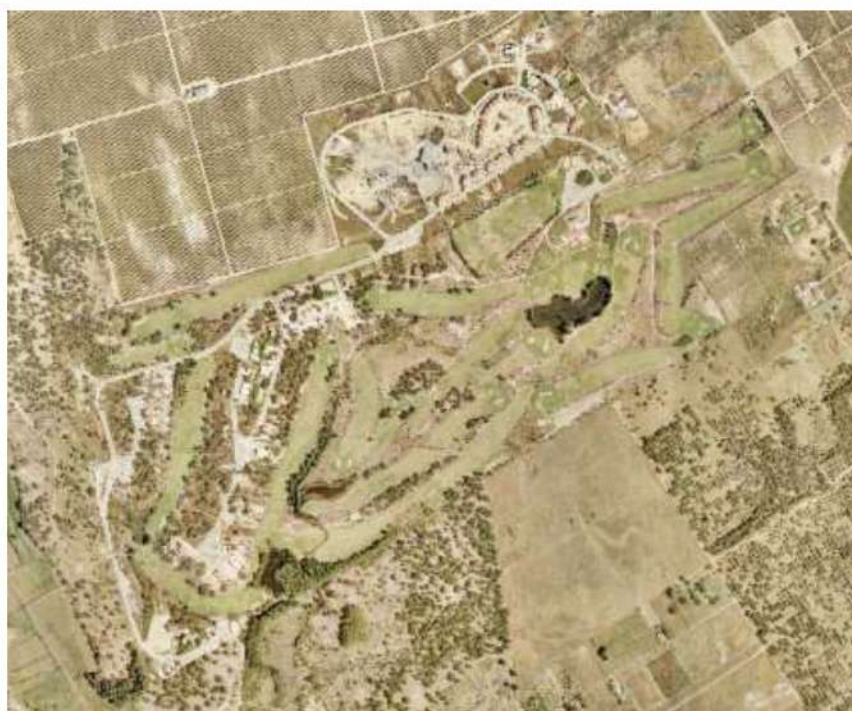
EQ

Equipamentos

SUBCLASSE

EQG

Campo de Golf



Caraterísticas

Unidade desportiva constituída por um único campo de golf de 18 buracos, incluindo equipamentos e infraestruturas inerentes a esta prática desportiva, edifícios destinados a alojamento, na sua área de influência imediata.

CLASSE

EQ

Equipamentos

SUBCLASSE

EQK

Pista de Kart



Caraterísticas

Unidade desportiva constituída por uma pista de kart, incluindo equipamentos e infraestruturas inerentes a esta prática desportiva, sem edifícios destinados a alojamento, na sua área de influência imediata.

CLASSE

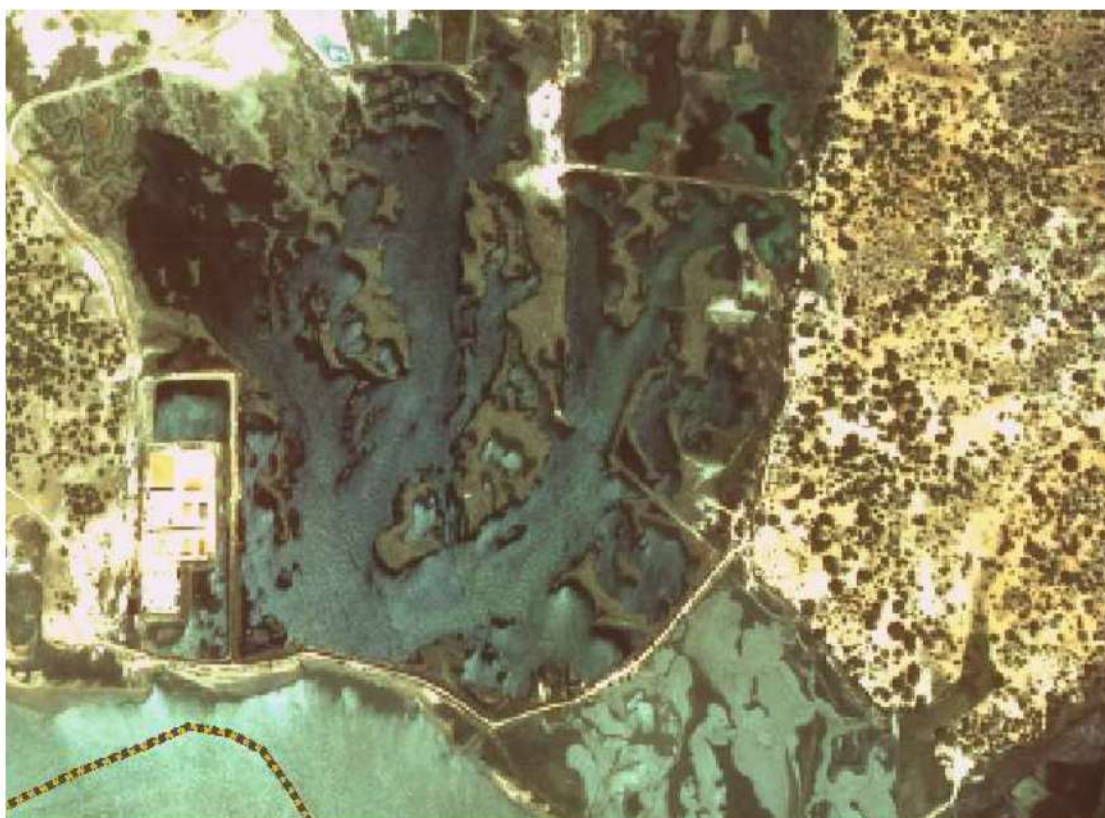
AH

Áreas húmidas

SUBCLASSE

AHA

Áreas Alagadas



Caraterísticas

Áreas sujeitas a alagamento pelo efeito da maré.

Cobre áreas onde o excesso de água domina o ambiente e determina a fauna e flora. Área com elevado valor ecológico.

CLASSE

AH

Áreas húmidas

SUBCLASSE

AHS

Salinas



Caraterísticas

Áreas sujeitas ao efeito da maré preparadas para a prática da salinicultura.

Considera-se como salinas as formações aluvionares periodicamente alagadas pela água salgada e ocupadas por vegetação halófitas ou, nalguns casos, por mantos de sal.

CLASSE

AL

Lagoas e Albufeiras

SUBCLASSE

AGA

Lagoas e Albufeiras



Caraterísticas

Zonas alagadas, naturais ou artificiais, com água proveniente do lençol freático, de qualquer forma de precipitação atmosférica ou de cursos de água.

CLASSE

AL

Lagoas e Albufeiras

SUBCLASSE

AGR

Rios



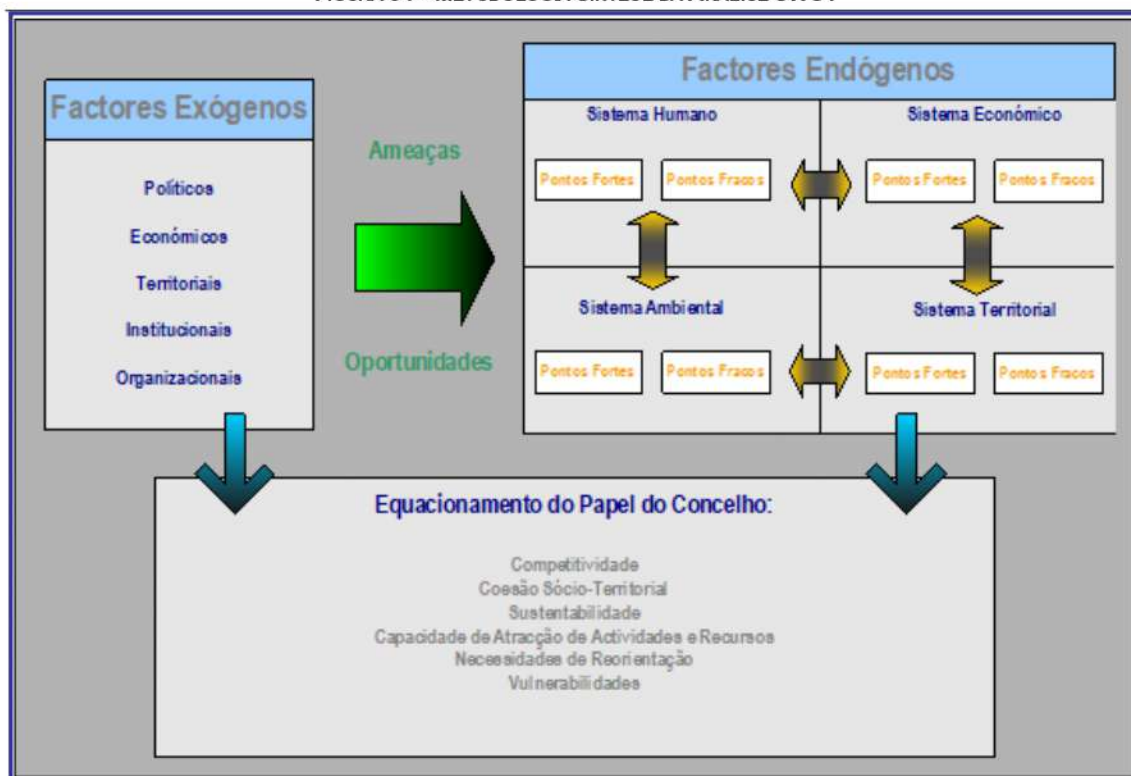
Caraterísticas

Cursos de água com largura superior a 20m.

13. Análise SWOT – Síntese da Caracterização e Diagnóstico

A análise SWOT¹¹² sistematiza e sintetiza o diagnóstico prospetivo realizado, tendo em consideração fatores endógenos e exógenos. Os primeiros prendem-se com as características internas do município, tendo constituído a principal fatia das análises efetuadas na primeira fase do trabalho; os segundos estão associados às influências ou elementos externos que não se encontram na esfera direta de ação do Município. A Figura 84 esquematiza a metodologia utilizada para a elaboração da Análise SWOT.

FIGURA 84 – METODOLOGIA SÍNTESE DA ANÁLISE SWOT



Fonte: CMP

Os fatores endógenos foram sintetizados em termos de Pontos Fortes e Pontos Fracos, ou seja, por um lado identificaram-se os aspetos mais positivos que o Município encerra, e que deveriam ser reforçados e

¹¹² S – Strengths – Forças/W – Weaknesses – Fraquezas/O – Opportunities – Oportunidades/T – Threats – Ameaças

melhorados para que possam constituir potenciais apostas de desenvolvimento e, por outro, apontam-se os constrangimentos internos que o município apresenta e que deverão ser mitigados.

O panorama atual encontra-se marcado pela competitividade dos territórios e pela procura da diferenciação. Importa, pois, identificar quais as ameaças na envolvente do Município, quais as suas oportunidades face às características e às atribuições dos territórios vizinhos e, sobretudo, dos principais pólos da Península de Setúbal. Interessa ainda entender as relações que o município mantém com a sua envolvente e em que domínios apresenta vantagens comparativas que permitam a sua diferenciação e desenvolvimento.

No âmbito dos fatores externos, a conjuntura geral, traduzida pelas políticas da Administração Central e da União Europeia e pela economia mundial, têm impactes no desenvolvimento de qualquer região, não podendo ser menosprezados num mundo cada vez mais global.

Esta análise foi sintetizada nas Oportunidades e Ameaças que se perspetivam para o desenvolvimento municipal, as primeiras entendidas como tendências ou acontecimentos motores de uma melhoria nos níveis de desenvolvimento territoriais, as segundas como tendências de risco de estagnação ou decréscimo dos níveis de desenvolvimento municipal. De salientar que as Oportunidades decorrem, em grande medida, ainda que não exclusivamente, das propostas de plano (cf. Vol. III do Relatório de Fundamentação e propostas de Regulamento e de Programa de Execução e Plano de Financiamento).

Por último, através da Análise SWOT, cruzaram-se as potencialidades e debilidades intrínsecas do município, bem como as influências – positivas e negativas – que o Município tem que enfrentar no processo de desenvolvimento concertado, integrado e sustentável do seu território.

Os Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Ameaças resultantes do diagnóstico efetuado para o Município estão sintetizados por área sectorial nos quadros seguintes.

QUADRO 109 – ANÁLISE SWOT DA POPULAÇÃO E DINÂMICA DEMOGRÁFICA

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Crescente capacidade de atração e de fixação de efetivos populacionais	Tendência crescente para o envelhecimento populacional com particular relevância na antiga Freguesia da Marateca
Peso da população jovem superior ao peso da população idosa, em particular nas Freguesias de Pinhal Novo e Poceirão	Disparidades intramunicipais em relação à dinâmica e à distribuição da população
Taxa de natalidade estável nos últimos 15 anos	Elevada taxa de analfabetismo, nas Freguesias rurais, associado à população idosa
Índices de dependência relativamente baixos	Dispersão do povoamento
Recente melhoria do grau de escolarização da população	
Oportunidades	Ameaças
Crescente capacidade de atração e fixação de população vinda dos restantes Municípios da AML	Envelhecimento demográfico sobretudo nas Freguesias rurais do Município
Fixação de jovens adultos oriundos de outros Municípios e que podem contribuir para aumentar o número de crianças e jovens no Município	Estagnação da população jovem do Município
Massa demográfica significativa para o desenvolvimento de atividades que necessitam de mercado de consumidores e de mão-de-obra consideráveis	Persistência de um reduzido nível de instrução da população, ainda que próximo da média da Península de Setúbal e acompanhando a melhoria geral dos níveis médios de escolaridade

QUADRO 110 – ANÁLISE SWOT DOS PADRÕES DE URBANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO E AUGI

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Dinâmica construtiva do Município acima da média sub-regional nas últimas duas décadas, com expressão mais significativa nas Freguesias do Pinhal Novo e Quinta do Anjo	Complexidade e morosidade dos processos de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal (AUGI), decorrente da sua génese, apresentando uma área de cerca de 320 ha ainda em processo de reconversão.
Segundo Município com a dinâmica de ampliações, alterações e reconstruções mais elevada de toda a Península de Setúbal desde 2009, com maior expressão nas Freguesias de Palmela e Quinta do Anjo	
Recente integração do Município nas dinâmicas metropolitanas da segunda residência, com maior expressão na freguesia da Quinta do Anjo	
Associação histórica direta entre o sistema de povoamento disperso e os sistemas de exploração agrícola	
Aumento das áreas destinadas a exploração agrícola, nomeadamente de culturas permanentes.	
Oportunidades	Ameaças
Restrição de alguns perímetros urbanos pela sua reduzida taxa de concretização	Risco de proliferação da edificação dispersa dissociada da exploração agrícola.
Existência de áreas livres no interior dos perímetros urbanos para equipamentos e espaços verdes urbanos	
Relançamento dos setores norte e nascente do município com vocação agroturística	
Amplas áreas disponíveis destinadas a atividades económicas numa fase de alargamento da influência metropolitana	
Solo agrícola economicamente valorizado, sobretudo nas áreas central e nascente do Município, num contexto de rentabilidade e produtividade crescentes, nomeadamente do setor vitivinícola.	

QUADRO 111 – ANÁLISE SWOT DA BASE ECONÓMICA E ATIVIDADES ECONÓMICAS

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Inovação, tecnologia e I&D induzida pelos <i>clusters</i> automóvel e eletrónica.	Pontos fracos/ameaças identificados, comuns a grande parte das atividades (concorrência internacional, crises económicas cíclicas, falta de investimento em marketing, défice de qualificação da mão de obra e deficiência ao nível da gestão, das instalações e respetiva localização).
Tendência para o reforço da I&D e aposta na internacionalização dos negócios por parte de algumas pequenas empresas do município.	Internacionalização da economia não é vista por muitas empresas como um fator importante de desenvolvimento, especialmente para as atividades não industriais.
Papel muito importante na formação e qualificação dos seus trabalhadores por parte de grandes empresas (<i>AutoEuropa</i> , <i>Visteon</i> , ...) potenciais recursos para outras empresas do Município/Região.	Desenvolvimento tecnológico e inovação - investimento apenas relevante nas grandes empresas.
Principais pontos fortes identificados de forma comum nas diferentes atividades económicas, convergem na qualidade dos produtos ou serviços prestados, no avanço tecnológico e na localização do Município face aos mercados nacionais e internacionais.	Baixo nível de qualificações/habilitações dos empresários com implicações ao nível da política de contratação de pessoal e na gestão empresarial (predomínio de estratégias defensivas ou reativas).
Aproveitamento de solos agrícolas na proximidade dos principais aglomerados urbanos, numa perspetiva do estabelecimento de circuitos curtos de produção-consumo	Integração das empresas em redes pouco frequente e com carácter pontual (com exceção do cluster automóvel).
Feiras e eventos com relevância sub-regional e metropolitana (i.e. Festa das Vindimas, Festival do Queijo, Pão e Vinho, Feira Agrícola do Poceirão, Feira Medieval, entre outros)	Associações de produtores e entidades certificadoras concentradas no setor primário.
Grande importância económica (mas também paisagística, cultural e identitária) da vitivinicultura	
Oportunidades	Ameaças
Internacionalização de atividades produtivas sediadas no Município	Concorrência internacional e crises económicas.
Intensificação da participação em redes empresariais, como forma de posicionar, em especial as empresas de menor dimensão, no contexto da economia internacional e de contornar os impactos negativos da redução dos financiamentos comunitários.	Redução dos financiamentos comunitários na Região de Lisboa.
Afirmação das PME através do aproveitamento de alternativas ao investimento via fundos comunitários (capital de risco e fundos de garantia mútua).	Choque económico adverso sobre a grande maioria dos setores de atividade (em especial indústria e serviços) resultante de uma hipotética realocação da AutoEuropa.
Capacidade do Município captar para o seu território empresas que assentam as suas estratégias na gestão eficiente, inovação e tecnologia como forma de diversificar o tecido económico.	Perigo de diminuição das atividades económicas rurais
Surgimento de um novo <i>cluster</i> no contexto do Centro Internacional do Audiovisual - Palmela	
Possibilidade de desenvolvimento de práticas agrícolas mais sustentáveis, nomeadamente agricultura biológica, no âmbito do planeamento alimentar e da rede metropolitana de agroparques	
Redinamização da UF de Poceirão e Marateca associação ao PRR e ao desenvolvimento da OIL-Operação Integrada Local	
Desenvolvimento do enoturismo associado à vitivinicultura	

QUADRO 112 – ANÁLISE SWOT DA REDE URBANA

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Consolidação de Pinhal Novo como centro urbano e funcional do Município	Manutenção de algumas tendências de despovoamento e desqualificação funcional do Centro Histórico de Palmela
Tendência para o reforço dos aglomerados de maior dimensão	Perímetros urbanos sobredimensionados, em resultado de estimativas de crescimento urbano otimistas definidas no PDM em vigor
Reorientação da urbanização de Palmela para Aires e Quinta do Anjo	Vincadas disparidades na dinâmica urbanística em aglomerados formalmente ao mesmo nível hierárquico do PDM em vigor
	Fraca dinâmica na maioria dos aglomerados da rede urbana secundária
	Desfasamento entre a área loteada e a área construída
Oportunidades	Ameaças
Requalificação urbana e especialização dos principais núcleos urbanos do Município, Palmela e Pinhal Novo	Manutenção de alguns desequilíbrios entre os efetivos populacionais e as funções e serviços oferecidos pelos aglomerados urbanos
Centralidade sub-regional do eixo Palmela-Setúbal	Dependência de Palmela em relação a Setúbal para a maioria das funções principais
Atratividade de Pinhal Novo para atividades complementares às existentes noutros aglomerados pela sua localização privilegiada	
Incentivo à consolidação dos perímetros urbanos existentes e com alguma dinâmica construtiva	
Sinergias provocadas pela proximidade geográfica de Setúbal	

QUADRO 113 – ANÁLISE SWOT DOS EQUIPAMENTOS COLETIVOS

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Existência de Carta Educativa	Forte dependência de Setúbal em relação aos equipamentos coletivos de nível mais elevado (i.e. hospital, ensino superior, etc.)
Agrupamento de escolas José Saramago (Marateca e Poceirão) diminui a retenção e abandono escolar e potenciou uma melhor gestão de recursos. Surgimento do ensino secundário, nomeadamente de cursos profissionais	Manutenção de alguma dependência dos Municípios vizinhos (Setúbal, Montijo, Vendas Novas e Moita) para satisfação das necessidades do ensino secundário, nomeadamente no que concerne a cursos profissionais e vocacionais
Crescente investimento em equipamentos desportivos	
Oferta diversificada de equipamentos desportivos especiais (centros hípicas, clubes de ténis e golfe, circuito de manutenção, pista de BMX, etc.)	Baixa taxa de cobertura dos jardins-de-infância, ainda que crescente nos últimos anos
Kartódromo Internacional de Palmela de âmbito supramunicipal	Baixa taxa de cobertura e insuficiência de valências e estruturas no apoio a idosos
Boa acessibilidade aos principais hospitais da região	Fracos cuidados de retaguarda nos grupos de maior risco
Iniciativa municipal crescente no apoio a idosos	Inexistência de valências de retaguarda e proteção ao nível dos equipamentos de saúde
Dinâmica cultural relevante (Festival Internacional de Gigantes e de Festival Internacional de Artes de Rua, animação no Castelo de Palmela, etc.)	
A rede pública representa cerca de 2/3 da oferta ao nível do pré-escolar	
Aumento do número de alunos no Ensino Secundário, ainda que fruto, essencialmente, do alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade	
Oportunidades	Ameaças
Repensar os equipamentos numa lógica de rede	Manutenção dos desequilíbrios existentes entre efetivos populacionais e equipamentos de apoio
Construção de novos equipamentos de ensino associados a equipamentos desportivos	Agravamento do deficit de equipamentos para idosos dada a tendência para o envelhecimento da população
Estabelecimento de parcerias interinstitucionais e público/privadas para a construção e exploração/administração de novos equipamentos ou dos já existentes	
Promover e qualificar a integração dos idosos rurais e criação de valências para o seu apoio e necessidades específicas	
Implementação de um sistema de mobilidade a pedido, nomeadamente orientado para idosos e para os residentes na áreas mais dispersas do Município	
Incentivos e promoção dos acontecimentos e propostas culturais do Município	
Promoção da identidade cultural de Palmela na AML	

QUADRO 114 – ANÁLISE SWOT DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Município com elevada diversidade ecológica e paisagística	Pressão urbanística sobre algumas áreas agrícolas e florestais
Existência de explorações agrícolas, contínuas e de grande dimensão	Descontinuidade e fragmentação do território
Existência de grandes explorações florestais como a Herdade de Rio Frio com montado e a Herdade de Espirra com Eucalipto	Pressão agropecuária sobre áreas de montado
Grande mancha de montado com interesse ecológico e paisagístico	Unidades industriais dispersas
Acessibilidade e contacto com o Estuário do Sado	Suinculturas localizadas na proximidade de áreas habitacionais; ausência de tratamento de efluentes resultando em problemas de odores, contaminação de solos e de aquíferos
Presença de áreas com interesse para a conservação da natureza como as áreas classificadas do Parque Natural da Serra da Arrábida (PNA) e da Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES)	
Oportunidades	Ameaças
Promoção de atividades de recreio e lazer associadas aos valores naturais do município	Situações pontuais de pressão edificatória sobre áreas protegidas, agrícolas e florestais.
Atividades de turismo associado à conservação da natureza e áreas rurais	Surgimento de atividades económicas fora das áreas industriais e de logística previstas nos IGT
Desenvolvimento das atividades florestais – produção de cortiça, atividade cinegética, silvo– pastorícia	Consolidação das AUGI sem alteração significativa dos padrões de ocupação do solo
Produção Agrícola – hortofrutícolas; viticultura, e pastagens	Incêndios florestais e diminuição da área de pinhal por ação do nemátodo
Instalação de equipamento de recreio e lazer com interesse paisagístico	Eventual contaminação de aquíferos superficiais em áreas onde se localizam unidades agropecuárias
Instalação de segunda residência associada aos valores cénicos do município	Desenvolvimento de culturas agrícolas não adaptadas às alterações climáticas
Aproveitamento de áreas agrícolas na proximidade dos principais aglomerados urbanos, numa perspetiva de fruição	Efeitos climáticos e sobre-extração de água subterrânea, com consequências de secas e rebaixamento do aquífero e água disponível
Implementação das diversas ações estratégicas do PDM orientadas para as questões ambientais (incluindo infraestruturas urbanas)	
Implementação de projetos, medidas e ações de adaptação e mitigação às Alterações Climáticas do PMAAC-AML e do PLAAC-Arrábida, algumas delas já vertidas e compaginadas com a revisão do PDM	

QUADRO 115 – ANÁLISE SWOT DA MOBILIDADE E TRANSPORTES

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Posição estratégica ao nível da acessibilidade regional e metropolitana rodov. e ferroviária	Forte dependência do TI nas deslocações inter e intramunicipais
Reposicionamento do Município em função das alterações na rede primária de acessibilidades (eixo NS ferroviário e duas AE)	Estrangulamentos no atravessamento de alguns aglomerados urbanos por ausência de variantes, nomeadamente no que concerne ao tráfego de veículos pesados
Convergência de dois importantes eixos ferroviários no Pinhal Novo. Aglomerado praticamente no centro geodésico da Península de Setúbal	Rede de TC deficitária nas ligações entre aglomerados populacionais de menor dimensão
Estações ferroviárias modernizadas e com estacionamento automóvel	Dificuldades de articulação da rede rodoviária principal com a secundária
Ligações em TPR devidamente estudadas e projetadas no âmbito de uma estratégia metropolitana, estando a frequência e os locais a abranger devidamente considerados	Excentricidade das estações ferroviárias de Aires e Penalva, nomeadamente no que concerne aos aglomerados de Palmela (no caso de Aires) e Bairro Alentejano e Quinta do Anjo (no caso de Penalva)
Ligação ciclável entre Montijo e Pinhal Novo já em funcionamento	Subaproveitamento das infraestruturas ferroviárias ao nível da exploração do tráfego de passageiros, decorrente da menor frequência de comboios no Eixo Norte-Sul (Fertagus, troço Coina-Setúbal)
Contributos do estudo “Transporte flexível a pedido” para a definição de percursos e frequência de carreiras nas ligações que servem o Município	
Surgimento de uma nova abordagem metropolitana de transportes (Carris Metropolitana)	
Oportunidades	Ameaças
Conclusão da rede rodoviária principal da Península de Setúbal e AML	Custos de infraestruturização e manutenção elevados devido ao sistema de povoamento disperso em determinadas áreas do Município
Instalação de um sistema de TC em sítio próprio no eixo Pinhal Novo-Montijo-Barreiro	Não concretização do fecho da rede viária principal da Península de Setúbal
Proximidade e interdependência entre Palmela e Setúbal e crescente relevância do Porto de Setúbal com perspetivas de especialização e modernização	Crises de saúde pública / pandemias com impacto ao nível da mobilidade, do abastecimento, da logística e da renovação do espaço público
Possibilidade de criação de um novo corredor multimodal de transportes que fará a ligação a Espanha	Ausência de vias dedicadas (p. ex., faixas bus)
Tomar Pinhal Novo o centro de interconexão do sistema de transportes da Península de Setúbal	Aumento das disponibilidades de estacionamento automóvel no centro dos aglomerados
Articulação do eixo Palmela/Setúbal com o Arco Ribeirinho do Tejo	
Mobilidade suave, nomeadamente recorrendo a bicicletas e à marcha, seja em ciclovias ou em vias partilhadas	
Ordenar e regularizar o estacionamento e os sentidos de tráfego rodoviário, aumentando o uso pedonal das cidades (“walkable cities”), bem como a renovação e revitalização do espaço público	
Aproveitar a experiência municipal de iniciativas de participação para ações de sensibilização e educação ambiental	
Redução das áreas de estacionamento no centro dos centros urbanos, incentivando a redução do TI, libertando espaço para outras funções	
Aproveitar as oportunidades associadas à previsível implementação do NAL na Península de Setúbal	

QUADRO 116 – ANÁLISE SWOT DAS INFRAESTRUTURAS URBANAS

	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Infraestrutura verde	Existência de património natural (nomeadamente PNA e RNES) e paisagístico relevante	Fraca penetração das estruturas verdes nos principais aglomerados urbanos
	Município assegura um importante papel na relação/ligação entre as áreas estuarinas do Tejo e do Sado	Espaços verdes muito simplificados e dependentes de operações de rega
	Importante património agrícola a nascente da A12	Espaços verdes urbanos e áreas de cedência para equipamentos muito fracionados e dispersos
	Grande densidade hidrográfica resultante da topografia suave, favorável à manutenção de diversos ecossistemas	Corredores ecológicos com algumas interrupções ou estrangulamentos decorrentes da ocupação urbana e de infraestruturas viárias impactantes
	Regularização da Ribeira da Salgueirinha em Pinhal Novo	Rede de arborização urbana incipiente no combate às "ilhas de calor"
	Cultura Rural bem enraizada nas comunidades, inclusive em áreas urbanas (p. ex., cultura "caramela" em Pinhal Novo)	
Água	Taxa de cobertura de 97% da população residente na rede de distribuição de água	Estado de conservação de alguns furos de captação, condutas de distribuição, incluindo ramais de ligação, das redes mais antigas e com materiais desadequados (fibrocimento)
	Grande riqueza hidrogeológica - existência de aquíferos profundos de excelente qualidade e grande disponibilidade	Custos energéticos elevados associados a reduzidos volumes de regularização de água, que não permite otimizar a gestão dos sistemas de elevação, em períodos de vazio
	Intervenções em curso para ampliação, beneficiação e reparação de redes de água e sistemas de abastecimento	Necessidade de maior otimização da pressão na rede de distribuição mediante redução de pressão e fechos de malha (as principais perdas devem-se a roturas por excesso de pressão inerentes às tipologias das redes, ocorrendo principalmente em áreas urbanas e periurbanas). Paralelamente o município, segundo a ERSAR, tem perdas de 21,4%, o que é próximo da meta nacional de 20%
	A maioria das redes é relativamente recente e possui diâmetros adequados	Dificuldade de deteção de fugas na rede, devido ao substrato calcário e à idade da rede de distribuição que na maioria dos arruamentos da vila de Palmela tem mais de 60 anos (rede em fibrocimento)
	Bom estado de conservação e funcionamento da maioria dos sistemas de abastecimento	Inexistência de telegestão em áreas mais remotas do Município onde os sistemas de abastecimento têm menor dimensão e menor área de influência
	Cadastro infraestrutural em processo de atualização e validação	Coexistência de rede pública e captações privadas em algumas áreas, dificultando o controlo de qualidade da água consumida em termos de saúde pública
	Existência de sistema de telecontagem dos grandes consumos em utilizadores não-domésticos	

Esgotos	Diversas obras de instalação e remodelação das redes de saneamento	Mau estado de conservação das redes mais antigas
	Obras de conservação regulares nas infraestruturas dos diversos órgãos dos sistemas de drenagem	Taxa de cobertura de 81%, inferior às metas de 90%
	Bom estado de funcionamento e conservação da maioria dos sistemas de tratamento	Elevada afluência de caudal pluvial ao sistema da Simarsul, nomeadamente provocada por redes unitárias (Palmela) e/ou ligações domiciliárias indevidas à rede pública de drenagem doméstica.
	Nas áreas com rede de drenagem doméstica, os sistemas garantem tratamento de 100% das águas residuais recebidas	Custos energéticos elevados associados às estações elevatórias
	Cadastro infraestrutural em processo de atualização e validação	Dificuldade em validar o encaminhamento periódico dos efluentes de fossas sépticas particulares para as ETAR
	Existência de descarregadores de tempestade (no sistema unitário) para descarga de caudal excessivo em linha de água, não contribuindo para uma sobrecarga do emissário	Efluentes não faturados a clientes com captações de água privadas
Resíduos Urbanos	Boa cobertura no sistema de recolha de resíduos urbanos na freguesia de Pinhal Novo e mediana nas restantes	Incumprimento genérico dos dias de deposição de resíduos verdes e de monos junto aos contentores
	Bom sistema de deposição convencional e seletiva de resíduos	Deposições ilegais de resíduos produzidos noutros municípios em áreas de fronteira ou mais isoladas do Município de Palmela
	Implantados projetos-piloto de recolha seletiva porta-a-porta (em 800 fogos), nos aglomerados urbanos de Pinhal Novo, Quinta do Anjo e Aires, em áreas de habitação unifamiliar	Fraca consciência ambiental de diversos utilizadores no respeitante aos 5 R's (Reduzir a quantidade de produtos consumidos, Repensar a forma como consumimos, Rejeitar produtos não sustentáveis, Reutilizar materiais, Reciclar corretamente)
	Recolha porta-a-porta de resíduos indiferenciados em cerca de 250 empresas com tendência a aumentar, correspondendo ao pagamento do serviço de recolha de RU em função da quantidade contratualizada	Inexistência de ecocentros no Município
	Existem ecopontos nos principais aglomerados urbanos, incluindo no Centro Histórico de Palmela	Insuficiência de recursos humanos (técnicos e de fiscalização) para assegurar a gestão quotidiana e o planeamento, face às novas competências em matéria de resíduos urbanos
	Aumento progressivo da recolha seletiva no Município	Meios limitados (viaturas e pessoal), para garantir os turnos e circuitos existentes, face à dimensão do Município
	Existência de um centro de recolha e separação de resíduos de construção e demolição (RCD), "monos" e verdes em Pinhal Novo.	Não utilização dos indicadores da ERSAR para aferir da qualidade do serviço prestado e implementar melhorias
	Sistema de informação geográfica municipal com atualização regular dos dados sobre resíduos urbanos	Sistematização de análise custo/benefício ao serviço de recolha de resíduos, prestado pelas empresas privadas para aferição da implementação da estratégia prevista no plano municipal de gestão de resíduos
	Consolidação dos processos para obtenção dos indicadores de qualidade do serviço e de controlo de custos e proveitos reportados à entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)	

Rede Viária	Boa cobertura de estradas dos diferentes níveis hierárquicos no Município;	Estado de conservação deficiente de algumas vias
Electricidade	Boa cobertura do Município, facilidade e rapidez de obtenção de ramais de energia elétrica	Fraca eficiência energética na iluminação pública instalada, sendo o ritmo da sua substituição por lâmpadas LED pelo operador (EDP) relativamente lento
	As redes de (muito)-alta tensão que servem a Península de Setúbal e atravessam o Município podem servir de pontos de entrega/carga para energia elétrica obtida mediante fontes renováveis (p. ex., fotovoltaicas)	Expressão muito significativa de infraestrutura aérea, na distribuição em RT/MT e na IP com impacto negativo no território, mesmo em áreas urbanas consolidadas e em áreas periurbanas
Gás	Boa cobertura do Município na rede em alta e em particular nas áreas industriais	Insuficiente cobertura da rede de distribuição em alguns aglomerados mais pequenos e nas áreas de edificação mais dispersa
Telecom.	Boa cobertura na área geográfica do Município das redes fixa e móvel	Expressão muito significativa de infraestrutura aérea, com impacto negativo no território, mesmo em áreas urbanas consolidadas e em áreas periurbanas
Oportunidades		Ameaças
Infraestrutura verde	Elevado potencial (em termos de área, n.º médio de horas de sol e topografia) para a implementação de parques de produção de energia elétrica fotovoltaicos	Potenciais riscos de cheias em áreas urbanas decorrentes da excessiva impermeabilização do solo
	Criação de espaços dedicados ao aproveitamento agrícola dentro de aglomerados urbanos, aproveitando áreas de cedência para equipamento que se encontrem expectantes	Risco de destruição do património natural e paisagístico
	Integração funcional e paisagística de espaços verdes urbanos com áreas agrícolas adjacentes no solo rústico	Possível fragmentação do continuum naturale em algumas áreas urbanas de origem ilegal
	Aproveitamento de solos agrícolas na proximidade dos principais aglomerados urbanos, numa perspetiva de fruição e do estabelecimento de circuitos curtos de produção-consumo	
	Regularização da Ribeira da Salgueirinha em Pinhal Novo potenciando a criação de áreas verdes adjacentes, formando um contínuo verde ao longo do aglomerado urbano para proteção e fruição da população (parque verde urbano)	
	Programação e execução de bacias de retenção como forma de amortecimento de caudais e controlo de cheias, reforçando a Estrutura Ecológica Municipal	
Água	Implementação de um sistema intermunicipal (em alta) de captação e distribuição de água por via da Associação Intermunicipal de Água (AIA)	Taxa de reabilitação das redes de abastecimento é de 0,6%
	Implementação de um sistema de gestão de ativos, das infraestruturas de abastecimento de água e do Plano de Segurança da Água	Existem projetos, terrenos disponíveis e obras em curso para a construção de reservatórios.
Esgotos	Implementação de um sistema de drenagem de monitorização de afluências indevidas à rede de drenagem de águas residuais domésticas	Taxa de reabilitação das redes de saneamento é de 0,2%

	Integração, em 2022, do sistema de drenagem de águas residuais domésticas do Município de Setúbal no sistema em alta da SIMARSUL, o que permitirá concretizar os investimentos aprovados no Plano de Investimentos (PPI) da referida empresa, nos sistemas em alta, integrando aquele Município no sistema intermunicipal e concretizando igualmente os emissários e interceptores que servirão o sistema do Município de Palmela, igualmente previstos no PPI	Problemas de saúde pública devido à falta de tratamento de esgotos em alguns locais e riscos de contaminação do aquífero superficial
Resíduos Urbanos	Criação de Centro de Recolha de Bio-Resíduos (em Lagameças), com vista a aumentar o desvio de resíduos do aterro e facilitar o acesso para a deposição de resíduos verdes limpos	Dificuldade em implementar contabilidade analítica de custos para avaliar os custos efetivos do serviço de gestão de resíduos urbanos
	Guia de Construção Sustentável, onde se inclui procedimentos na gestão de RCD, em elaboração pela CMP	O Município pode perder oportunidade de inovar e acrescentar valor à gestão de resíduos, senão tiver capacidade de acompanhar a legislação na área e ter uma atitude firme na implementação as medidas necessárias
	O novo Regime Geral de Gestão de Resíduos e o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020+) trarão novas obrigações legais em matéria de gestão de resíduos urbanos (biorresíduos, têxteis e resíduos urbanos perigosos), sendo uma oportunidade para o Município elaborar o Plano Municipal de Ação de Resíduos Urbanos e qualificar e reforçar os recursos humanos e materiais necessários para o cumprimento legislativo	Necessidade de campanhas de sensibilização fortes e dirigidas a públicos-alvo específicos
	Obrigação da alteração da regulação tarifária tenderá a aumentar a taxa de cobertura de custos e a sustentabilidade económica, com oportunidade para definir processos mais eficientes	A dificuldade do município em agilizar processos e aplicar penalidades às empresas prestadoras de serviços pode comprometer a eficácia na gestão do serviço de recolha
	A experiência positiva do centro de recolha do Pinhal Novo é uma oportunidade para serem criados novos centros de recolha em outras freguesias para um melhor serviço prestado à população	
Eletricidade	Localização favorável em termos de disponibilidade de redes de energia (proximidade face a grandes centros produtores)	
	Implementação de um procedimento de contratação pública de substituição de luminárias equipadas com lâmpadas de tecnologia obsoleta, por novas luminárias LED, com sistema de regulação de fluxo e a instalação do sistema de gestão de luminárias	
	A instalação de uma infraestrutura de comunicações (rede LoRaWAN) com cobertura total da área geográfica do Município, associada ao contrato ESSE, de gestão de eficiência energética, para as Infraestruturas de Portugal. O sistema LoRaWAN permitirá desenvolver projetos-piloto Smart City, como sejam o sistema de controlo e monitorização de resíduos de contentores e papelarias, gestão de regas, gestão de consumos e do parque de luminárias, etc.	